

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR SENADOR PRESIDENTE DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) DA PANDEMIA**

Brasília, 2 de agosto de 2021.

**Ref.: RQS 1.372/2021-Senado-CPI da PANDEMIA - Requerimentos 1.085 e
1.086/2021 da CPI da PANDEMIA**

A **VTC OPERADORA LOGÍSTICA LTDA. - VTCLOG**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 24.893.687/0001-08, com sede no Aeroporto Internacional de Brasília - Terminal de Carga Aérea, Brasília - DF, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 5º, XXXIV, “a” e 58, § 3º (CF/88) c/c art. 153 (RISF) c/c art. 14 (CPP), expor e requerer o que segue.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA VTC NESTA CPI

Esta Comissão Parlamentar de autoria coletiva foi proposta e criada (art. 145, RISF) perante o Egrégio Senado brasileiro para fins de *apurar desvios de recursos destinados ao combate dos efeitos da Covid 19*.

Os trabalhos do Douto Colegiado têm se desenvolvido com todo o vigor e eficiência costumeiros da Casa Alta do Legislativo brasileiro.

No dia 07/07/2021, a VTCLOG tomou conhecimento, por intermédio da grande mídia, da votação e aprovação do Requerimento n. 1.085/2021-CPI PANDEMIA, apresentado pelo Em. Sen. Randolfe Rodrigues, para convocação da CEO da VTCLOG – Sra. Andreia Lima.

No dia 15/07/2021, a Companhia ainda tomou conhecimento, pelo sítio oficial do Senado, sobre a votação e aprovação do Requerimento n. 1.086/2021-

CPIPANDEMIA, apresentado pelo mesmo Senador, para que o Ministério da Saúde enviasse informações a respeito de todos os contratos com a VTCLOG.

No mesmo dia 15/07/2021, consta dos autos desta CPI a expedição do Ofício n. 1.906/2021-CPIPANDEMIA, da lavra do Em. Senador Presidente desta Comissão, para dar cumprimento à solicitação de documentos.

Não há, até a presente data, ato de designação para oitiva da CEO da empresa, esta que se coloca à inteira disposição da Comissão para todo e qualquer esclarecimento.

Sucedem, porém, que desde o dia 07/07/2021, esta Companhia passou a ser objeto de um conjunto quase que imensurável de manifestações expressas e formais de membros desta Douta Comissão, referenciando-se acerca de possíveis achados investigativos que, como se verá adiante, já foram transmutados em acusações graves, pesadas e severas contra esta Companhia.

O conjunto de supostas acusações divulgadas e não formalizadas, embora veiculadas pela grande mídia, já ocasionou uma série de **prejuízos reais** à aqui Requerente, os quais vão desde o abalo à sua reputação profissional – **com impacto em sua clientela pública e privada (o que não se limita ao MS - apenas um de seus clientes)** – até às suas relações de débito, crédito e obrigações financeiras.

Esta organização tem 33 ANOS de funcionamento ininterrupto prestados no campo da logística e alcançou o posto de **MAIOR CENTRO LOGÍSTICO DA AMÉRICA LATINA** na cadeia de frio.

São mais de 1.000 empregos diretos, mais de 1.000 indiretos, um Centro de Distribuição e Armazenagem de 45.000m² de infraestrutura, com 12.500 posições porta-paletes de área refrigerada (composta por câmaras frias de 2°C

a 8°C, -22°C, -35°C, e *ultrafreezers* a -70°C) e 30.500 posições porta-paletes de área climatizada, além de frota própria de 150 veículos refrigerados¹.

Todavia, só ao longo deste último mês de julho, p. p., por manifestações de membros desta D. CPI, a empresa foi transfigurada em um suposto ambiente de “propinoduto”, “corrupção” e “irregularidades”.

O conjunto de acusações expressadas na grande mídia obviamente já atinge a Companhia e não trouxe, junto com eles, qualquer oportunidade de defesa ou pedido prévio/concomitante de esclarecimentos.

Por último, na presente data em que retornam os trabalhos dessa D. CPI, tomou-se conhecimento da inclusão, em 30/07/2021, da pauta dos trabalhos de 03/08/2021 (38ª Reunião), de novo conjunto de requerimentos que vão da convocação de sócios desta empresa até **a quebra de todos os seus sigilos**.

Por esta razão, dentro do regular direito constitucional que assiste a todo indivíduo (mesmo pessoa jurídica) de peticionar *aos Poderes Públicos* que está estampado no artigo 5º, XXXIV, “a” (CFB) c/c art. 14 (CPPB), a ora Peticionante – **embora não formalmente investigada** – antecipa-se com a exposição de motivos relevantes e os requerimentos que se seguem, sem prejuízos de apresentar, quando eventualmente solicitada, todo e qualquer tipo de defesa, esclarecimento ou prestação de informações ulteriormente.

QUEM É A VTCLOG PARA O PAÍS E PARA A SAÚDE DOS BRASILEIROS

A VTCLOG nasceu em 1988, na Capital do país, da idealização de um vendedor de passagens aéreas da TAM e de um operador de cargas da VARIG.

¹ “[...] é importante que os veículos utilizados para o transporte de medicamentos, em qualquer que seja o modal, sejam adequados para esta finalidade, seguindo as normas sanitárias, com equipamentos calibrados e evitando a exposição dos produtos a condições que poderiam afetar sua estabilidade e integridade” (VITAL, José Carlos Meca, e BRAGA, Eulina Santiago. *A logística no transporte e armazenamento de medicamentos termolábeis*. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.org/articles/200901185.pdf>.

Hoje a empresa atua em todo o território nacional e oferece um serviço completo de logística empresarial voltada para gestão de saúde e é **referência nacional** no mercado de fármacos, com **certificações** e **licenças**² que a diferenciam do mercado.

A VTCLOG possui o **maior e mais moderno Centro de Operações Logísticas do país e da América Latina na cadeia de frios, especializado na armazenagem e distribuição de insumos críticos e estratégicos de saúde.**



Centro de Distribuição e Armazenagem de Guarulhos/SP

A Companhia atua com **capital próprio** e, apenas nos últimos três anos, realizou **investimentos privados** na ordem de aproximadamente **R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais)**, resultando em seu já mencionado Centro de Distribuição e Armazenagem localizado em Guarulhos/SP, ao lado do Aeroporto Internacional de São Paulo, incluindo a inauguração, em março de 2021, dos 80 *ultrafreezers*³ para acondicionamento de vacinas da *Pfizer* a -70°C.

² **Certificações e licenças:** ISO 9001; ISO 14001; ANVISA; OMS; IQNET Management System; IBAMA; IATA; Exército Brasileiro; ANTT; ANTAQ; ANAC; Polícia Federal; Polícia Civil do Estado de São Paulo, dentre outras.

³ Apenas os *ultrafreezers* somam investimento de mais de R\$17.000.000,00 (dezessete milhões de reais).



Picking na câmara fria do Centro de Distribuição da VTCLOG

Tamanha estrutura demanda **custos mensais** para manutenção e execução dos serviços de transporte e armazenagem em cerca de até **R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais)**.

A VTCLOG agrega ao seu portfólio clientes privados e públicos⁴, com destaque ao Ministério da Saúde (Sistema Único de Saúde – SUS), para quem a VTCLOG atende mais de 5.500 municípios e todas as secretarias estaduais e municipais de saúde do país, sendo a **única empresa responsabilizada pelo Governo Federal para distribuir as vacinas contra a COVID-19 em todo o território nacional**, além de atender demandas judiciais através da entrega de medicamentos diretamente ao paciente.

A VTCLOG ainda conta com outros importantes clientes públicos em seu portfólio, tais como Instituto Butantan, Farmanguinhos, CNPq, TSE, LAQFA, PNUD, ANA e HEMOBRAS, além dos seus clientes privados.

⁴ Todos os contratos com a Administração Pública foram precedidos de processos licitatórios públicos.

A VTCLOG, enquanto Operador Logístico⁵, presta serviços que vão muito além do mero transporte, incluindo este, mas também o recebimento de medicamentos, armazenagem, movimentação, controle de estoque, rastreabilidade, montagem de kits, planejamento de compras, garantia da qualidade, gestão de riscos, governança, tratamento de dados, e serviços de gestão hospitalar com planejamento e coordenação das atividades de atendimento aos pacientes, além de gestão de custos, sustentabilidade, e gestão da informação.

O QUE A VTCLOG FEZ (E FAZ) NO COMBATE À PANDEMIA NO PAÍS

Desde o início da Pandemia da COVID-19, para atender as crescentes demandas do Ministério da Saúde, a VTCLOG majorou significativamente seu time de colaboradores e vem trabalhando **24h por dia**, um volume de trabalho muito além do contratado⁶, com objetivo de melhor atender ao País neste período de crise severa.

400 milhões de
EPIs distribuídos
na pandemia

Mais de 1 bilhão de doses
de vacinas distribuídas nas
Campanhas Nacionais de
Vacinação dos últimos 3 anos

18 mil
respiradores
distribuídos

Mesmo com todas as dificuldades, o fornecimento de medicamentos, álcool em gel, testes PCR e rápidos, máscaras, luvas, aventais, respiradores, concentradores de ar, e, desde janeiro de 2021, vacinas, **não parou um minuto sequer durante a Pandemia**. A VTCLOG também tem sido responsável pela distribuição de oxigênio e usinas de oxigênio conforme demandas do Governo.

⁵ Atualmente, há em trâmite na Câmara dos Deputados o PL 3757/2020 para regulamentar a atividade do Operador Logístico, cujo setor é *“fundamental para o desenvolvimento econômico, está presente em todas as cadeias produtivas, atua em todo o território nacional, desde os grandes centros urbanos, polos industriais, agroindustriais, centros comerciais, no porta-a-porta, atendendo, a todo cidadão nos mais longínquos rincões do país”*.

⁶ Desde o início da chegada das vacinas da COVID-19 da Fiocruz, a VTCLOG passou a recebê-las em sua unidade do Rio de Janeiro, mesmo sem previsão contratual que a obrigasse, uma vez que o contrato prevê o Centro de Distribuição e Armazenagem de Guarulhos/SP como o único local de recebimento de vacinas e demais insumos.

No período compreendido entre 18/01/2021 e 27/07/2021, foram distribuídas **150.821.718** (cento e cinquenta milhões oitocentos e vinte e um mil setecentos e dezoito) vacinas da COVID-19 em todos os Estados da Federação, conforme demonstra a imagem abaixo:

DISTRIBUIÇÃO - VACINA CONTRA COVID 19	
ESTADO	QUANTIDADE DOSES
AC	726.800
AL	2.426.360
AM	3.511.590
AP	545.230
BA	10.835.440
CE	6.542.868
DF	2.223.870
ES	3.354.480
GO	5.237.350
MA	5.338.970
MG	17.496.244
MS	2.191.780
MT	2.619.470
PA	5.665.400
PB	3.033.040
PE	6.962.270
PI	2.350.430
PR	9.670.770
RJ	10.612.934
RN	2.644.510
RO	1.181.588
RR	466.578
RS	10.660.686
SC	6.029.250
SE	2.416.450
SP	24.982.430
TO	1.094.930
Total	150.821.718

Total Distribuído - Por Vacina	
Vacina	Doses
Butantan - Coronavac	44.443.560
Butantan - Monodose	788.754
Astrazeneca	74.974.660
Astrazeneca COVAX	6.124.600
Janssen	4.502.740
Pfizer	19.987.404
Total	150.821.718

A respeito da entrega das vacinas, a VTCLOG esclarece, ainda, que eventuais demoras na entrega em determinados Estados e Municípios não se dão por culpa da empresa, pois a decisão acerca das remessas (data, quantidades, etc) para cada destinatário é feita exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde, através do CONASS (Conselho Nacional de Secretários de Saúde) e do CONASEMS (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde).

Se hoje o programa de imunização está em pleno funcionamento, é graças ao trabalho responsável, incansável e ininterrupto da VTCLOG.

DA CONSTATAÇÃO DO VAZAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES ACERCA DA VTCLOG SEM O DEVIDO PROCESSO LEGAL

O Senado Federal instaurou a Comissão Parlamentar de Inquérito chamada “CPI da PANDEMIA” em 24/04/2021, com o objetivo de elucidar e compreender as ações e/ou omissões do Governo Federal no tocante ao combate à Pandemia da COVID-19, de modo a apurar eventuais responsabilidades.

A iniciativa do inquérito legislativo é lícita, louvável e democrática, afinal, aclarar como se perfaz o enfrentamento governamental de uma Pandemia é elementar ao espírito republicano de uma Nação constitucionalmente desenhada como tal.

Entretanto, ao longo dos trabalhos da CPI da PANDEMIA muitos dados e informações sigilosas, tais como e-mails e documentos relacionados à pessoa jurídica da empresa e aos seus dirigentes, vêm sendo ostensivamente vazados.

A empresa sequer tem sido comunicada acerca das informações sigilosas originárias de outras fontes para que possa prestar esclarecimentos a esta Comissão. Infelizmente, tem sido através da mídia que a empresa tem tomado conhecimento de supostos fatos a ela imputados.

Ressalta-se, ainda, que a VTCLOG jamais obstaculizou qualquer trabalho efetuado pela Comissão, tampouco se recusou a apresentar documentos e informações importantes para a apuração do que está sendo investigado.

Com o vazamento PERMANENTE desses dados, a imprensa passou a divulgar informações inverídicas e levianas a respeito da VTCLOG, o que tem gerado uma multiexposição prejudicial à sua imagem e reputação.

O que se constata é o vazamento de dados e informações sigilosas sem o devido processo legal, direito salvaguardado pelo Estado Democrático de Direito e em desrespeito à ampla defesa e ao contraditório, garantias dadas pela Constituição Federal aos investigados.

GRAVES CONSEQUÊNCIAS GERADAS À VTCLOG EM RAZÃO DO VAZAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES

O vazamento de dados e informações relacionadas à VTCLOG obviamente prejudica a reputação da empresa no mercado em que atua e gera um desperdício adicional de energia para, diariamente, prestar explicações à mídia, desviando o foco necessário neste momento para uma atuação de excelência no combate à Pandemia.

O **DANO MAIS SÉRIO**, entretanto, é que essa verdadeira campanha difamatória coloca em risco a própria **SOBREVIVÊNCIA** da VTCLOG.

O vazamento de dados de uma empresa nos dias atuais, como está ocorrendo com a VTCLOG, **afeta diretamente sua ordem financeira**; afinal, exerce influência negativa na sua avaliação de crédito, uma vez que a empresa cai nas vedações de *compliance* das instituições financeiras.

Essa situação pode gerar, ainda, vencimento antecipado de contratos (a exemplo de clientes privados que podem optar pela rescisão dos vigentes) e até mesmo impedimento de realização de novos negócios.

Não se fala aqui, com todo respeito, de qualquer receio da VTCLOG em prestar os esclarecimentos que forem necessários para esta CPI. Mas o perigo maior é o de que esta situação possa levar à **QUEBRA DA EMPRESA**, o que traria sérios danos para seus sócios, empregados, mas, sobretudo, para o Sistema único de Saúde, que pode ter a solução de continuidade da logística de medicamentos e vacinas armazenados e transportados pela Companhia.

A VTCLOG nunca deixou de zelar por sua imagem e reputação, em respeito aos seus deveres legais e morais, já tendo, inclusive, implementado a política de *compliance*, com o intuito de comprometer-se com sua integridade.

A simples convocação pela CPI já atingiu a imagem da empresa perante seus clientes e fornecedores, colocando em questão seus contratos. Considerando que hoje a VTCLOG é a maior Operadora Logística de fármacos da América Latina da cadeia de frio, responsável pela geração de mais 2.000 (dois mil) empregos diretos e indiretos em todos os estados da Federação, é de se imaginar a extensão e gravidade das consequências que estão sendo geradas em decorrência das notícias distorcidas originárias do vazamento de dados da CPI.

E o que se mostra ainda pior é o fato de que o vazamento de dados sigilosos relacionados à VTCLOG decorre de autoridade legislativa, cuja missão constitucional é zelar pela transparência, pelo serviço público essencial de primeira necessidade, promover a democracia e o desenvolvimento nacional.

O Poder Legislativo tem o poder de investigação na CPI, logo, seu papel não é a violação de garantias dos investigados de modo a causar prejuízos irreparáveis à sua imagem, reputação e até mesmo à sua ordem financeira.

HISTÓRICO DAS CONTRATAÇÕES COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE E EXTINÇÃO DA CENTRAL NACIONAL DE ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS - CENADI

A VTCLOG, sempre por meio de processos licitatórios, presta serviços à Administração Pública. Em 2010, a VTCLOG firmou contrato com o Ministério da Saúde (**Contrato de Transporte Multimodal nº 311/2010**, decorrente do Edital do Pregão Eletrônico nº 165/2010, com sessão realizada em 25/10/10), com termo final previsto para dezembro de 2015.

Este contrato tinha como objeto apenas o transporte dos insumos de saúde, considerando que o armazenamento era prestado de forma descentralizada pelo MS, por meio da CENADI.

A evolução da medicina e da química trouxe para o setor da logística um desafio adicional denominado *rede de frios*, isto é, a descoberta de que boa parte das drogas medicamentosas dependem de aclimação especial para manterem seus princípios ativos íntegros, desde a fabricação até o armazenamento, o *retail* e a entrega ao seu destinatário final: o cidadão⁷.

Em 2015, o **Ministério da Saúde decidiu extinguir sua CENADI mediante entrega dos serviços de logística integrada à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)**.

A decisão de extinção da CENADI decorreu de ato discricionário do Poder Executivo, pautado na absoluta obsolescência de suas instalações, ausência de

⁷ Para a **Resolução RDC nº 304/2019/ANVISA** (Seção III, Definições, art. 3º, VI) a cadeia fria ou rede de frio é definida como: processo englobado pelas atividades de armazenagem, conservação, manuseio, distribuição e transporte dos produtos sensíveis à temperatura. Ainda, de acordo com a **Resolução RDC nº 304/2019/ANVISA**, os produtos termolábeis necessitam ser mantidos em temperatura controlada, desde a saída do local de fabricação até o usuário final. Precisam seguir procedimentos de segurança para manter as características do fármaco, a fim de que os princípios ativos não tenham qualquer tipo de alteração quando acondicionadas como produto final.

espaços adequados e uma gestão ineficiente de bens de primeira necessidade, além da pulverização de galpões sem racionalidade logística⁸ com elevado custo ao erário.



Fotos das instalações da antiga CENADI

A mudança de gestão da central de armazenamento derivou de orientações técnicas editadas pelo próprio Ministério da Saúde e seu corpo técnico de sanitaristas⁹, na importantíssima missão de armazenar, manusear e transportar medicamentos denominados termolábeis (os quais apresentam instabilidade de composição e possível perda de eficácia caso tenham falha na cadeia de manutenção de temperatura fria).

⁸ Conforme pode constatado nas fotografias, as instalações da CENADI eram totalmente contrárias às regras de boas práticas de distribuição, armazenagem e de transporte de medicamentos estabelecidas pela **Portaria nº 802/1998/ANVISA**, atualmente revogada pela **Resolução-RDC nº 304/2019/ANVISA**.

⁹ De acordo com a **Resolução do MERCOSUL nº 49/2002**, para os medicamentos termolábeis, em especial, as boas práticas de armazenagem objetivam manter a integridade e a eficácia destes produtos, buscando diminuir ao máximo os fatores que possam incidir sobre a qualidade destes, durante todo período de armazenamento.

As decisões técnicas que levaram o Ministério da Saúde a contratar os serviços da VTCLOG decorreram de razões óbvias e conhecidas de todas as autoridades brasileiras, preocupadas em permitir que os brasileiros não consumissem medicamentos vencidos ou perdidos por falta de racionalidade logística¹⁰.

A primeira tentativa de contratação dos Correios ocorreu em 2015 com **dispensa de licitação** ¹¹, cujo contrato foi firmado pelo valor anual de R\$152.737.843,87 (cento e cinquenta e dois milhões setecentos e trinta e sete mil oitocentos e quarenta e três reais e oitenta e sete centavos)¹².

Esta contratação foi objeto de Representação no TCU (Processo 033.806/2015-2), o que levou o Ministério da Saúde a revogar a dispensa de licitação¹³. Com a revogação da dispensa de licitação, o TCU considerou prejudicada a análise do mérito do Processo 033.806/2015-2 e extinguiu o feito no Acórdão 80/2016.

Em razão da tentativa frustrada de contratação dos Correios, a VTCLOG foi instada pelo Ministério da Saúde, em dezembro de 2015, a realizar **formalmente a prorrogação excepcional** do seu contrato de transporte por mais 12 (doze) meses, para que não houvesse paralisação do serviço público de primeira necessidade.

¹⁰ O processo de armazenagem para a estocagem de medicamentos é um elemento importante do nível de serviço logístico, sobretudo porque é nesse processo que deve ser garantido a estabilidade dos medicamentos para uso com qualidade assegurada. Godoy (2012) afirma que para o correto armazenamento, os medicamentos devem ser estocados sob condições apropriadas, com o objetivo de manter sua identidade e integridade. (NUNES, Thaís Cristina França. *O processo de armazenagem de termolábeis*. IFG – Instituto Federal de Goiás, Anápolis, 2019).

¹¹ **Dispensa de Licitação nº 74/2015** (Processo Administrativo nº 25000.159547/2015-36, iniciado em setembro de 2015 – PEC 8673).

¹² Merece destaque o fato de que os **Correios certamente terceirizariam o serviço por meio de contratação de empresas privadas**, dado que o serviço logístico em questão não é mero serviço postal (este prestado pelos Correios sem terceirização). **O Contrato 59/2018, firmado por licitação com a VTCLOG, já representa economia aos cofres públicos de mais de cinquenta e cinco milhões de reais**, dado que o valor anual é de R\$ 97.000.000,00 (noventa e sete milhões de reais).

¹³ Ato publicado no DOU em 11/12/2015.

A avença contratual foi acompanhada de todas as formalidades exigidas pela então vigente Lei Federal n. 8.666/1993, inclusive subordinada aos controles internos e externos da Administração Pública Federal.

A prorrogação excepcional teve sua vigência encerrada em dezembro de 2016, quando, mais uma vez, o Ministério da Saúde tentou contratar os Correios com dispensa de licitação.

Novamente a contratação dos Correios foi objeto de Representação no TCU (Processo TC-036.376/2016-7), que concluiu pela **ilegalidade da dispensa de licitação**, conforme teor do Acórdão 707/2017 (fundamentado também no Acórdão 1800/2016 – oriundo da Consulta formulada no TCU).

Considerando o fracasso da contratação dos Correios, o Ministério da Saúde se viu compelido a convocar a VTCLOG a continuar atuando por meio de **contratos emergenciais**¹⁴, haja vista não ter concluído o processo licitatório necessário, que só foi concretizado em **23/01/2018**, com a publicação do Edital.

A VTCLOG participou da licitação para a gestão privada do novo modelo de central para distribuição e ficou em segunda colocação no certame. Após a inabilitação da primeira colocada, a **VTCLOG sagrou-se vencedora e foi habilitada em 20/03/2018, com aprovação do TCU**¹⁵. Foi, então, assinado o **Contrato 59/2018**.

Estes primeiros esclarecimentos são, por si só, elementos probatórios com presunção de veracidade e legalidade que afastam a insipiente notícia de que a VTCLOG teria participação na extinção da CENADI.

¹⁴ Contratos Emergenciais nº 61/2016, 12/2017, 46/2017, 89/2017 e 57/2018.

¹⁵ **Acórdão nº 2234/2019** – TCU – Plenário – Processo nº TC 000.525/2018-9. Apensos: 000.680/2018-4; 009.952/2018-7; 002.291/2018-5; 011.136/2018-9.

VALIDADE DO CONTRATO 59/2018 (MS E VTCLOG) E DE SEUS DOIS TERMOS ADITIVOS

Muito se veiculou na mídia acerca dos Termos Aditivos firmados no Contrato 59/2018 e o suposto superfaturamento em benefício da VTCLOG. Tais informações não correspondem, nem de longe, com a realidade.

O Contrato 59/2018 teve valor global anual de R\$ 97.000.000,00 (noventa e sete milhões de reais), com vigência de 5 (cinco) anos, totalizando a monta de R\$ 485.000.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões de reais).

O contrato foi previsto para ser executado sob demanda. Ocorre que já no primeiro ano de execução, antes mesmo da chegada da Pandemia no Brasil, verificou-se que o quantitativo previsto no contrato foi subestimado pelo Ministério da Saúde. A demanda se mostrou muito maior do que a inicialmente prevista.

A chegada da Pandemia da COVID-19 no Brasil agravou ainda mais a situação. Os serviços demandados aumentaram vertiginosamente, o que evidenciou o subdimensionamento do contrato.

Para ilustrar e corroborar as afirmações acima, a VTCLOG destaca que iniciou a execução do Contrato 59/2018 com 150 colaboradores; uma área de 25.000m² destinada a alojar 19.000 posições porta-paletes (refrigerado e climatizado, conforme previsão contratual). Atualmente, a empresa conta com 400 colaboradores, uma área total de 50.000m² e 43.000 posições porta-paletes.

Diante da brusca e notória alteração da demanda, o Ministério da Saúde decidiu pela realização do **Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 59/2018**, com o **objetivo de aumentar o quantitativo da demanda**¹⁶.

¹⁶ O Primeiro Termo Aditivo se destinou apenas ao acréscimo da demanda e não alterou as condições comerciais pactuadas no processo licitatório, sendo certo que a Contratada é obrigada a acatar o referido acréscimo até o limite de 25%.

O **Primeiro Termo Aditivo** foi firmado em 19/02/2021 e representou um **acréscimo de 18,29% do valor do contrato**, conforme autorizava a Lei 8.666/93, que prevê aumento até 25%. Este Primeiro Termo Aditivo está sendo acompanhado e fiscalizado pelo TCU nos autos do Processo 025.828/2021-5.

O **Segundo Termo Aditivo ao Contrato 59/2018** (que apesar do nome, não representou qualquer adição ao contrato, mas apenas alteração de cláusula contratual em benefício da Administração Pública), não representa valor 1.800% maior do que recomendado pela área técnica, como levemente divulgado.

Pelo contrário, o **Segundo Termo Aditivo** representou **economia aos cofres públicos de aproximadamente 60% do valor devido à VTCLOG**.

O **Segundo Termo Aditivo** foi firmado para alterar a Cláusula 7.14.8 do Contrato 59/2018, uma vez que sua correta aplicação representaria um gasto muito maior do que o Ministério inicialmente pretendeu pagar. A Cláusula 7.14.8 trazia a seguinte redação:

7.14.8 MANIPULAÇÃO DE ITEM PARA ATENDIMENTO

*A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe para realizar a manipulação dos itens solicitados em um pedido para fins de separação, montagem dos lotes, conferência e preparação para expedição. A quantidade de manipulações será medida **pela contagem de itens** que compõem cada pedido expedido.*

O Ministério da Saúde, inicialmente, **sugeriu**¹⁷ que o pagamento da quantidade de manipulações se desse por meio da metodologia de SKU (*Stock Keeping Unit*), que é meramente unidade de manutenção do estoque (mede movimentação de carga fechada) e não é, em hipótese alguma, a métrica correta para quantificar o *picking*¹⁸, que é o “processo de retirar produtos dos estoques, para consolidar carga

¹⁷ Esta **sugestão** do funcionário do Ministério da Saúde (de utilização da metodologia de SKU) foi **apenas registrada em ata de reunião** realizada com a VTCLOG em 2019, momento em que a empresa já se manifestou de forma contrária. A **Nota Técnica que trata do assunto foi a nº 02/2021/CGLOG/DLOG/SE/MS** (corroborada pelo Parecer 00203/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU), na qual a **área técnica assume e confirma que o contrato previa o pagamento pela metodologia de WMS**, que mede corretamente o manuseio de **itens**.

¹⁸ “A atividade de picking é vista como responsável pela coleta do mix correto de produtos, em quantidades corretas, desde a área de armazenagem até a preparação da carga 30 para

para o transporte; isto é, separar e preparar os pedidos dos ICS – Insumos Críticos de Saúde” (Apêndice X do Edital 42/2018).

A quantidade de manipulações de **itens** – como previsto no contrato – se dá pela metodologia denominada WMS (*Warehouse Management System*), que mede corretamente o manuseio – *picking* – com abertura de cargas.

O cômputo incorreto originalmente sugerido pelo Ministério, além atécnico, representou um desequilíbrio econômico do contrato na ordem de 2/3 dos custos reais que o contratante deveria cobrir nos termos da Lei. O **próprio Ministério rechaçou a sugestão inicial e acatou as razões técnicas e relevantes do Aditivo, tudo de modo público, transparente e oficializado.**

A área técnica do Ministério da Saúde emitiu, então, **Nota Técnica 02/2021/CGLOG/DLOG/SE/MS**, na qual acatou a sugestão da VTCLOG para alterar a Cláusula 7.14.8 para que esta passasse a vigorar com a seguinte redação:

7.14.8 MANIPULAÇÃO DE ITEM PARA ATENDIMENTO

*A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe para realizar a manipulação dos itens solicitados em um pedido para fins de separação, montagem dos lotes, conferência e preparação para expedição. A quantidade de manipulações será medida **pelo VOLUME EXPEDIDO**.*

A sugestão da VTCLOG de contagem pelo Volume Expedido representou uma economia aos cofres públicos de aproximadamente 60% do valor originalmente devido à VTCLOG, conforme afirmado na mencionada **Nota Técnica**:

*expedição, ou seja, separação e preparação de pedidos (Rodrigues, 1999), sendo também vista como a atividade de coleta e despacho de produtos e materiais dentro de uma área de armazenagem de um almoxarifado ou centro de distribuição dos mais variados fins e produtos (Leitão, 2007). Nada mais é do que, atividade de coleta e preparação do pedido do cliente”. (GUEDES, Cristina Conceição Rocha et al. *Gestão de transporte de medicamentos e suas variáveis no setor público*. 2015. Tese de Doutorado).*

- 2.11. Segundo esses dados, se fossemos pagar pelo método previsto no contrato (WMS), o valor total devido à empresa atualizado até 01/01/2021 é de R\$ 57.729.257,58 (cinquenta e sete milhões, setecentos e vinte e nove mil duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), enquanto pelo método proposto pela Administração, o valor vai para R\$ 1.044.367,03 (um milhão, quarenta e quatro mil trezentos e sessenta e sete reais e três centavos);
- 2.12. A contra-proposta da contratada, por sua vez, representa um "meio-termo" entre esses dois métodos, correspondendo a R\$ 18.983.096,10 (dezoito milhões, novecentos e oitenta e três mil noventa e seis reais e dez centavos), calculado por volume expedido, tornando-se assim mais vantajosa ao erário, se comparado ao redigido no contrato.
3. CONCLUSÃO
- 3.1. Diante das exposições narradas, SOLICITA-SE a realização de um aditivo contratual para o item 7.14.8 do Termo de Referência, que trata da "manipulação de item para atendimento". O atual texto está com a seguinte redação:
- 7.14.8 MANIPULAÇÃO DE ITEM PARA ATENDIMENTO
A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe para realizar a manipulação dos itens solicitados em um pedido para fins de separação, montagem dos lotes, conferência e preparação para expedição. A quantidade de manipulações será medida pele contagem de itens que compõem cada pedido expedido. (parte destacada, é a que será retirada).
- 3.2. E passará, após a aditivização, a ter o seguinte conteúdo:
- 7.14.8 MANIPULAÇÃO DE ITEM PARA ATENDIMENTO
A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe para realizar a manipulação dos itens solicitados em um pedido para fins de separação, montagem dos lotes, conferência e preparação para expedição. A quantidade de manipulações será medida PELO VOLUME EXPEDIDO (parte destacada é a que será acrescentada).
- 3.3. Reforça-se que a proposta do aditivo, acordado entre ambas as partes, possibilitará o fim da glosa administrativa que vem sendo realizada para o picking, possibilitando que a Administração Pública cumpra a cláusula contratual de forma mais econômica se comparado ao que foi previsto inicialmente no Termo de Referência.

"Segundo esses dados, se fossemos pagar pelo método previsto no contrato (WMS), o valor total devido à empresa atualizado até 01/01/2021 é de R\$57.729.257,58 [...]"

"A contra-proposta da contratada, por sua vez, representa um "meio-termo" entre esses dois métodos, correspondendo a R\$18.983.096,10 (dezoito milhões, novecentos e oitenta e três mil noventa e seis reais e dez centavos), calculado por volume expedido, tornando-se assim mais vantajoso ao erário, se comparado ao redigido no contrato".

O Segundo Termo Aditivo foi aprovado também pela Consultoria Jurídica da AGU, por meio do Parecer 00203/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU, que constatou que a área técnica concluiu pela economicidade ao erário.

Este Segundo Termo Aditivo está sendo acompanhado e fiscalizado pelo TCU nos autos do Processo 025.828/2021-5.

Até aqui, os esclarecimentos prestados demonstram a transparência e legalidade do Contrato e seus Termos Aditivos.

As informações abaixo decorrem do mais absoluto respeito à transparência e à autoridade desta CPI, em vias de antecipar qualquer juízo pejorativo sobre a lisura das atividades da empresa, isto é, tomando por base um conjunto de notícias acessadas na grande mídia, dentre outras que a empresa se furta a comentar, tamanha leviandade.

TELEFONEMAS ENTRE ROBERTO DIAS E ANDREIA DA SILVA LIMA

Após a quebra do sigilo telefônico do ex-Diretor de Logística do Ministério da Saúde, Roberto Dias, a falta de zelo com dados sensíveis, permitiu uma suspeita insólita contra a CEO da VTCLOG, Andreia da Silva Lima, apenas com fundamento no fato de que os registros demonstraram que Dias teria conversado com Andreia em 135 ligações no período de um ano (uma média de 11,25 ligações por mês), somando quatro horas e dezoito minutos de ligações¹⁹.

A informação acima jamais foi oficialmente acessada pela empresa, que não teve ciência de dados telemáticos obtidos pela quebra do sigilo de Roberto Dias. Mesmo assim, o que se pode aclarar – na hipótese dos dados conferirem com a verdade – é o verdadeiro contexto que segue abaixo.

Com o início da Pandemia, em razão das recomendações de distanciamento social, o Ministério da Saúde adotou o sistema de trabalho em *home office*, reduzindo enormemente o número de servidores que permaneceram em trabalho presencial. Um dos poucos servidores com quem a CEO poderia despachar era o então Diretor de Logística do Ministério, Roberto Dias.

Some-se ao trabalho em *home office* o fato de que as atividades da CEO da empresa em meio a uma crise sanitária foram multiplicadas, assim como as demandas do Ministério da Saúde. Situações emergenciais ocorriam a todo o instante

¹⁹ <https://oglobo.globo.com/brasil/quebra-de-sigilo-mostra-contatos-de-roberto-dias-com-empresa-investigada-por-cpi-da-covid-1-25116203>; <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/07/19/quebra-de-sigilo-telefonico-de-roberto-dias-revela-contatos-frequentes-com-empresa-investigada-pela-cpi.ghtml>

e demandavam soluções imediatas mediadas pela empresa e pelo órgão público, o que fez com que a CEO tivesse de buscar com frequência o contato do então Diretor de Logística.

A leviandade de presumir irregularidade em ligações telefônicas feitas pela gestora ao então Diretor de Logística Ministerial tem uma injustiça desconcertante.

A quantidade de ligações recebidas pela empresa e seus prepostos, originadas de autoridades do Brasil inteiro (União, Estados e Municípios), para cobrar agilidade na entrega de vacinas, por exemplo, é infinitamente maior que aludidos contatos telefônicos com o Diretor.

Além das tratativas operacionais para atendimento do Sistema Único de Saúde durante a Pandemia, a CEO também tratava dos assuntos administrativos, tais como a necessidade do pagamento pelos serviços prestados.

Com o mínimo de boa-fé, há que se compreender que o número de ligações é perfeitamente compatível com a verdadeira operação de guerra que a VTCLOG enfrentou para cumprir suas obrigações.

SUPOSTAS LIGAÇÕES COM POLÍTICOS

Esse quadro difamatório adquiriu conotação mais grave para a empresa quando, com base em documentos desta CPI que deveriam ter sigilo, permitiram-se especulações e insinuações acerca de **ligações** entre a empresa e políticos governistas, que poderiam ter servido ilicitamente a interesses da Companhia²⁰.

O primeiro nome veiculado foi o do ex-Ministro da Saúde, Ricardo Barros, que teria fechado a CENADI para contratar a VTCLOG. Resta esclarecer que o **contrato**

²⁰ <https://www.oantagonista.com/brasil/cpi-da-covid-os-proximos-passos-do-caso-do-pixule-no-transporte-de-vacinas/>

excepcional²¹ entre a VTCLOG e o Ministério da Saúde, de 2015, ocorreu na gestão do ex-Ministro, hoje Senador, Marcelo Castro. Já o **Contrato nº 59/2018**, realizado por meio de licitação pública, foi **assinado três meses após a saída de Ricardo Barros do Ministério da Saúde**²².

Uma das especulações inventivas foi de que Parlamentares da cúpula do PP (atual Progressistas), por **laços de amizade indiretos** com sócios da VTCLOG, poderiam ser o elo entre a empresa e o Ministério da Saúde.

Reiterando esclarecimentos anteriores, a VTCLOG reafirma que não tem proximidade de convívio social com autoridades políticas nacionais e que **jamaís praticou tráfico de influência**.

O crescimento da empresa e o alcance da posição de maior Operador de Logística da América Latina da cadeia de frio são resultado do esforço de seus dirigentes e da qualificação e empenho de seus empregados.

SUPOSTO “PROPINODUTO”

Das supostas ligações com políticos da cúpula do PP (atual Progressistas), chegou-se ao **auge das elucubrações difamatórias**: a existência de um “mensalinho” ou “propinoduto” de cerca de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) mensais²³. Não é necessário enorme esforço de raciocínio; basta o mínimo de lógica para se refutar essa **especulação mentirosa**.

Uma empresa sólida, a maior do seu ramo na América Latina, que vem recebendo vultosos investimentos da parte de seus sócios, **há três anos não recebe**

²¹ Contrato excepcional firmado no âmbito do Contrato de Transporte nº 311/2010.

²² Paraná Portal, de 20/07/2021: “**O Contrato foi assinado em 09/07/2018; Ricardo Barros deixou o Ministério em 02/04/2018**”.

²³ <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/07/4938596-cpi-foca-em-empresa-para-revelar-propinoduto-no-ministerio-da-saude.html>;
<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/07/4938596-cpi-foca-em-empresa-para-revelar-propinoduto-no-ministerio-da-saude.html>

parte expressiva de contrato com o Ministério da Saúde; **subitamente** passa a **correr risco real de sobrevivência** (conforme já exposto acima); ao enfrentar essa situação crítica, é inacreditável que se possa imaginar que a empresa despenderia valores para pagamento de intermediação que não lhe gera qualquer benefício.

Em outros termos, o mínimo de lógica nos remete à conclusão de que tais pagamentos carecem de sentido. Conforme já comentado acima, a VTCLOG reitera não ter proximidade de convívio social com autoridades políticas nacionais e que **jamais praticou tráfico de influência.**

OUTRAS NOTÍCIAS JORNALÍSTICAS QUE REVELAM ACUSAÇÕES CONTRA A EMPRESA IGUALMENTE SEM FUNDAMENTO, NO CAMPO TOTALMENTE ESPECULATIVO

A quadra de hiperexposição a que a VTCLOG está sendo exposta produziu uma ambiência permissiva de destruição da IMAGEM/REPUTAÇÃO da Companhia a mercê do interesse midiático gerado em torno desta respeitável Comissão Parlamentar.

A lista das notícias já veiculadas (e abaixo tratadas) é farta e, embora nem todas sejam merecedoras de relevância, é aqui tratada em deferência ao aspecto sério e investigativo de Vossas Excelências, em relação a quem a empresa pugna para que não paire nenhuma dúvida sobre a lisura de sua atividade.

- ***“Suposto repasse da Precisa à VTCLOG”²⁴:***

A Precisa produz e importa medicamentos e produtos de saúde. O transporte e armazenamento dos materiais da Precisa muitas vezes é realizado pela VTCLOG, mediante remuneração compatível com os preços de mercado. O suposto “repasse” nada mais é que pagamento realizado pela Precisa por serviços prestados pela VTCLOG, mediante contratos particulares firmados entre as partes.

²⁴ <https://www.oantagonista.com/brasil/cpi-da-covid-apura-repasses-de-r-250-mil-da-precisa-para-vtclog/>

- ***“Suposta irregularidade na compra de gelo da White Martins”²⁵:***

A VTCLOG adquire produtos da White Martins e de outras fornecedoras de insumos para suas operações, com base em cotação de preços, disponibilidade, capilaridade e tempo de entrega. Para essa atividade, a Companhia jamais necessitou da colaboração ou ingerência de terceiros e desconhece ações ou omissões nesse sentido.

- ***“E-mail com solicitação de audiência com o Vice-Presidente da República, General Hamilton Mourão”²⁶:***

Enquanto contratada da Administração Pública, faz parte a apresentação de suas atividades às autoridades constituídas do Poder Executivo, especialmente os dados referentes à distribuição de vacinas durante a Pandemia, objeto do aludido e-mail.

DOS NOVOS REQUERIMENTOS PAUTADOS PARA OS TRABALHOS DE 03/08/2021

Mesmo ao longo do recesso e da suspensão formal dos trabalhos desta CPI (sem prejuízo do conhecido trabalho de V. Exas.), aportaram **12** requerimentos dirigidos a esta Empresa e seus sócios.

A inclusão em pauta e a retomada formal dos trabalhos permitem, dentro do *devido processo legal*, pela primeira vez, uma manifestação de pedidos sobre tais atos. Os já referidos Requerimentos n. 1.085/2021 e 1.086/2021 e o ofício 1.906/2021-CPIPANDEMIA não têm oposição qualquer.

Os novos, porém, abaixo listados, merecem uma atenção especial.

²⁵ <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/ex-diretor-da-saude-defendeu-interesse-de-fornecedora-do-ministerio>

²⁶ <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/dono-de-empresa-investigada-na-cpi-prometeu-apoio-incondicional-a-mourao>

- **Requerimentos novos para Quebra de Sigilos e dados do COAF em relação à empresa VTCLOG, seus proprietários e sua Gestora (1.094/2021, 1.105/2021, 1.106/2021, 1.114/2021, 1.115/2021, 1.116/2021, 1.207/2021 e 1.210/2021):**

O conjunto de requerimentos acima indicados merece **aguardar**, por *praxe* de investigação parlamentar e precedentes desta mesma CPI, a prestação de esclarecimentos da gestora (objeto do Requerimento n. 1.085/2021).

Esta empresa não foi demandada por essa R. CPI a apresentar qualquer documento que, voluntariamente, pudesse apresentar para sanar as hipóteses e linhas investigativas.

Nos trabalhos atuais desta CPI há precedentes de ordenar, em primeiro lugar, as providências menos gravosas para, só depois, as mais gravosas. A prestação de **esclarecimentos** à CPI tornou desnecessários requerimentos ulteriores gravosos.

O ponto é aqui colocado porque o procedimento formal de quebra dos sigilos da empresa lhe impõe uma série de gravames corporativos que vão desde a imediata reavaliação de *score* (travamento de créditos) até, em alguns casos, o vencimento antecipado de contratos e obrigações.

Eventual ambiente de *buffering management* colocará a VTCLOG, que já se encontra com endividamento e sem receitas correntes adimplidas, diante de prováveis inadimplementos, paralisações ou até necessidade de recuperação legal.

Aliás, a prova da proporcionalidade dos trabalhos desta CPI está na formulação dos Requerimentos n. 1.214/2021, 1.135/2021 e 1.233/2021 os quais, respectivamente, requisitaram documentos para AGU, MS e TCU.

Esta empresa está e fica à integral disposição para fornecer os esclarecimentos necessários às linhas investigativas que lhe tangenciam, assim como sempre fez a todas as autoridades de controle e auditoria.

- ***Requerimentos novos de convocação dos três proprietários da empresa VTCLOG (1.095/2021, 1.149/2021, 1.150/2021 e 1.174/2021-CPIPANDEMIA):***

As pessoas de Carlos Alberto de Sá, Raimundo Nonato Brasil e Tereza Cristina Reis de Sá integram a sociedade na qualidade de sócios-proprietários.

Entretanto, a gestão da corporação é feita exclusivamente por corpo diretivo de executivos e técnicos (estando, inclusive, dois deles – Carlos Alberto e Tereza – afastados da gestão há mais de 5 anos).

Espera-se, com o devido discernimento e razoabilidade, que da mesma forma que os requerimentos anteriores, seja aguardado o comparecimento da representante legal da VTCLOG para, só então, deliberar sobre referidos temas.

PEDIDOS

Considerando todo o exposto e sempre à disposição de V. Exa., requer se dignem:

- a) A juntada dos anexos documentos que seguem à presente manifestação, nos termos da Lei, para fins de que esta D. Comissão Parlamentar tome conhecimento de seus conteúdos e valoração, no intuito de antecipar justificativas sobre os fatos que motivaram os requerimentos e, adicionalmente, esclarecer antecipadamente toda e qualquer dúvida que tenha aportado aos veículos de comunicação, em respeito máximo à transparência e colaboração com a elucidação de licitude plena de seus atos;
- b) Confirmar a plena disponibilidade da Diretora-Executiva (*Chief Executive Officer*) desta Companhia para, em qualquer hora ou data que venha a ser designada, de modo a atender plenamente ao pedido convocatório do qual tomou conhecimento;

- c) Adotar as providências legais e regimentais para os devidos fins de **impedir que haja todo e qualquer tipo de vazamento de dados obtidos pela Douta Comissão por força de quebra de sigilo de terceiros que digam respeito a esta Companhia para mídia de qualquer natureza**, inclusive para que sejam apuradas as eventuais responsabilidades sobre os eventos já vislumbrados;
- d) O convite formal dirigido a toda Comissão ou seus dignos representantes para que façam diligência pessoal e presencial sobre todas as instalações e atividades da Companhia em seu Centro de Distribuição Logística, localizado na rua Jamil João Zarif, 684, Módulo 11 a 18A, Bairro Taboão, Aeroporto Sanca, Guarulhos/SP, para que, por visita *in loco*, sejam conhecidas e averiguadas as atividades contratadas pelo Ministério da Saúde;
- e) O sobrestamento da análise dos Requerimentos relacionados à quebra de sigilo de dados da empresa (e outras pessoas jurídicas de seu conglomerado), de sua gestora e de seus sócios-proprietários – e da convocação destes últimos – até que haja a oitiva e prestação de esclarecimentos/informações por parte do quanto já foi deliberado e aprovado nos Requerimentos n. 1.085/2021 e 1.086/2021-CPIPANDEMIA, e o ofício 1.906/2021 (oitiva da CEO da VTCLOG e pedido de informações ao MS).

Atenciosamente, colocamo-nos à disposição de V. Exas.,

Direção da Empresa **VTCLOG**

ROL DE DOCUMENTOS ANEXOS

- Doc. 01.** Requerimento 1.085/2021-CPIPANDEMIA
- Doc. 02.** Requerimento 1.086/2021-CPIPANDEMIA
- Doc. 03.** Ofício 1.906/2021-CPIPANDEMIA
- Doc. 04.** Contrato nº 311/2010 – MS-VTCLOG – Vigência 27/12/2010 a 26/12/2015
- Doc. 05.** 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 311/2010
- Doc. 06.** 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 311/2010
- Doc. 07.** 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 311/2010
- Doc. 08.** 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 311/2010
- Doc. 09.** 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 311/2010
- Doc. 10.** 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 311/2010 (Prorrogação excepcional) – Vigência 27/12/2015 a 26/12/2016
- Doc. 11.** Acórdão nº 707/2017 – TCU – Plenário
- Doc. 12.** Contrato Emergencial nº 61/2016-MS-VTCLOG
- Doc. 13.** Contrato Emergencial nº 12/2017-MS-VTCLOG
- Doc. 14.** Contrato Emergencial nº 46/2016-MS-VTCLOG
- Doc. 15.** Contrato Emergencial nº 89/2016-MS-VTCLOG
- Doc. 16.** Contrato Emergencial nº 57/2018-MS-VTCLOG
- Doc. 17.** Termo de Referência – Contrato 59/2018-MS-VTCLOG
- Doc. 18.** Acórdão 2.234/2019-TCU
- Doc. 19.** 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 59/2018-MS-VTCLOG
- Doc. 20.** Termo Aditivo sobre *picking* (Contrato 59/2018-MS-VTCLOG)
- Doc. 21.** Nota Técnica nº 02/2021-CGLOG/DLOG/SE/MS
- Doc. 22.** Parecer 00203/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU
- Doc. 23.** Requerimento 1.149/2021-CPIPANDEMIA
- Doc. 24.** Requerimento 1.150/2021-CPIPANDEMIA
- Doc. 25.** Requerimento 1.174/2021-CPIPANDEMIA
- Doc. 26.** Requerimento 1.095/2021-CPIPANDEMIA
- Doc. 27.** Requerimento 1.207/2021-CPIPANDEMIA
- Doc. 28.** Requerimento 1.210/2021-CPIPANDEMIA
- Doc. 29.** Requerimento 1.116/2021-CPIPANDEMIA
- Doc. 30.** Requerimento 1.114/2021-CPIPANDEMIA
- Doc. 31.** Requerimento 1.115/2021-CPIPANDEMIA
- Doc. 32.** Requerimento 1.105/2021-CPIPANDEMIA
- Doc. 33.** Requerimento 1.094/2021-CPIPANDEMIA
- Doc. 34.** Requerimento 1.106/2021-CPIPANDEMIA



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPIPANDEMIA

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação da Senhora Andreia Lima, CEO da VTCLog - VTC OPERADORA LOGISTICA LTDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A referida empresa é a responsável pelo recebimento, armazenagem e controle da distribuição de todas as vacinas, soros, medicamentos, kits para diagnóstico laboratorial e outros insumos do Ministério da Saúde, incluindo os da Covid-19.

Trata-se, portanto, de uma empresa que possui contratos de grande monta com o Ministério da Saúde e importante papel na imunização do brasileiros. Sendo assim, é importante que esta Comissão Parlamentar de Inquérito possa ouvir a representante da empresa sobre os contratos e os serviços prestados junto ao Ministério da Saúde.

Sala da Comissão, de de .

**Senador Randolfe Rodrigues
(REDE - AP)**





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

REQUERIMENTO Nº , DE - CPI da Pandemia

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579/1952 e o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam encaminhados, pelo Ministério da Saúde, todos os contratos entre o Ministério da Saúde e a empresa VTCLog - VTC OPERADORA LOGISTICA LTDA, desde o ano de 2017 até o presente.

JUSTIFICAÇÃO

A referida empresa é a responsável pelo recebimento, armazenagem e controle da distribuição de todas as vacinas, soros, medicamentos, kits para diagnóstico laboratorial e outros insumos do Ministério da Saúde, incluindo os da Covid-19.

Trata-se, portanto, de uma empresa que possui contratos de grande monta com o Ministério da Saúde. Sendo assim, é importante que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tenha acesso a esses contratos para realizar seu dever de fiscalização

Sala da Comissão,

Senador RANDOLFE RODRIGUES

REDE/AP



SF/21474.34568-09

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Ofício nº 1906/2021 - CPIPANDEMIA

Brasília, 15 de julho de 2021

A Sua Excelência o Senhor
Marcelo Queiroga
Ministro da Saúde

Assunto: Solicitação de informações – Requerimento nº 1086/2021-CPIPANDEMIA

Senhor Ministro,

No intuito de instruir os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelos Requerimentos do Senado Federal nº 1371 e 1372, de 2021, para “apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil; as possíveis irregularidades, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19”, e com fulcro no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, e no art. 2º da Lei nº 1.579, de 1952, encaminho a V.Ex.a o Requerimento aprovado nº 1086/2021 – CPIPANDEMIA, em anexo, para atendimento.

Solicito que a documentação seja encaminhada no prazo de 5 (cinco) dias, em meio magnético, para o endereço eletrônico sec.cpipandemia@senado.leg.br. Caso haja algum problema no envio em virtude do tamanho dos arquivos, favor contatar a Secretaria da CPI no telefone do rodapé deste ofício para que seja disponibilizado *link* para envio da documentação.

Ainda, tendo em vista o princípio da publicidade da administração pública consagrado pelo art. 37 da Constituição Federal, solicito que, no caso de a documentação envolver informações resguardadas por sigilo legal, seja informado expressamente no



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito
encaminhamento da resposta ao presente expediente, indicando a fundamentação legal do
alegado sigilo.

Atenciosamente,

Senador Omar Aziz
Presidente da CPI Pandemia



CONTRATO N.º 311/2010

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E A EMPRESA VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA.

A **UNIÃO**, por intermédio do **DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE**, inscrita no **CNPJ/MF** sob o nº **00.394.544/0008-51**, com sede em Brasília-DF, neste ato representada pelo seu Diretor Vagner de Souza Luciano, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.162.582, expedida pela SSP/DF e inscrito no CPF/MF sob o nº 473.420.481-00, em conformidade com o Decreto nº 6.860/2009 e Boletim de Serviço do Ministério da Saúde do dia 15 de junho de 2009, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA.**, inscrita nº **CNPJ/MF** n.º **24.893.687/0001-08**, estabelecida no Aeroporto Internacional de Brasília – Terminal de Carga Aérea – CEP: 71.608-900, em Brasília/DF, neste ato representada pelo seu Diretor de Cargas, Raimundo Nonato Brasil, Portador da Carteira de Identidade nº 441.980 – SSP/DF e inscrito no CPF sob nº 214.666.701-00, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o contido no Processo nº 25000.084856/2010-31, referente ao Pregão Eletrônico nº 165/2010, têm, entre si, justo e avençado, e celebram por força do presente Instrumento, nos termos discriminados nas cláusulas a seguir expostas e que será regido, em especial, pelos comandos legais seguintes e ainda os constantes no Edital do Pregão n.º 165/2010, inclusive os mencionados no Termo de Referência:

a) **Lei n.º 9.611, de 19 de fevereiro de 1998** – Dispõe sobre o Transporte Multimodal de Cargas e dá outras providências;

b) **Decreto n.º 3.411, de 12 de abril de 2000** – Regulamenta a Lei n.º 9.611, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o Transporte Multimodal de Cargas, altera os Decretos n.ºs 91.030, de 5 de março de 1985 e 1.910, de 21 de maio de 1996, e dá outras providências);

MSD

c) Lei n.º 10.520, de 18 de julho de 2002 – Institui o Pregão;

d) Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 – Regulamento do Pregão eletrônico;

e) Decreto nº 3.712, de 9 de janeiro de 2001, alterado pelo Decreto nº 4.485, de 25 de novembro de 2002 – Regulamenta o SICAF;

f) Subsidiariamente pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no que couber – Lei de Licitações e Contratos;

g) Subsidiariamente pela Lei nº 8.078, de 11 de novembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor;

h) Lei n.º 7.262, de 03 de dezembro de 1984 – Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 29, de 14 de novembro de 1966 que suprime a concessão de abatimentos de passagens e fretes no transporte aéreo, dispõe sobre a requisição de transporte, limita a concessão de passagem ou frete aéreo gratuito e de cortesia, e dá outras providências;

i) Portaria nº. 075/GM5, de 06 de fevereiro de 1992, do Ministério da Aeronáutica – Institui a liberação monitorada das tarifas aéreas domésticas;

j) Portaria DAC nº 447/GGAC de 13 de maio de 2004- Estabelece regras de funcionamento do sistema de tarifas aéreas domésticas;

k) Subsidiariamente pela Lei Complementar nº. 123/2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;

l) Decreto nº 6.204/2007 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública federal;

m) Portaria nº 57, de 25 de maio de 2005, do Ministério do Turismo – Estabelece procedimentos e requisitos necessários para o cadastramento das sociedades empresárias, das sociedades simples e dos empresários individuais no Ministério do Turismo;

n) Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008 – Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico e dá outras providências;

o) Decreto 5.406, de 30 de março de 2005 – Regulamenta o cadastro obrigatório para fins de fiscalização das sociedades empresárias, das sociedades simples e dos empresários individuais que prestam serviços turísticos remunerados, e dá outras providências, e

p) Instrução Normativa SLTI/MP n.º 02/2008, que dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a prestação de **SERVIÇOS DE TRANSPORTE MULTIMODAL** (Fundamento: Lei Federal n.º 9.611, de 19 de fevereiro de 1998 e Decreto n.º 3.411, de 12 de abril de 2000), de forma contínua, nas modalidades aéreo e terrestre, qualificada para transportar, movimentar insumos, embalar, coletar, carregar, descarregar, desembalar, entregar, montar, desmontar, armazenar, providenciar toda arrumação em geral para o transporte e realizar demais serviços correlatos que foram necessários entre a origem e o destino, inclusive os de consolidação e desconsolidação documental, por meio de profissionais habilitados, nas dependências das Unidades de Armazenamento de Insumos Críticos à Saúde (ICS), excepcionalmente em local determinado pelo Ministério da Saúde, quando solicitado, de Insumos Críticos em Saúde (ICS) e materiais para investigação de surtos e inquéritos epidemiológicos, dentre outros, conforme detalhamento e condições estabelecidas no Edital do Pregão n.º 165/2010, inclusive no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Contrato guarda inteira conformidade com os termos do Edital referente ao Pregão Eletrônico n.º 165/2010, do qual é parte, como se transcrito estivesse, vinculando-se, ainda, à proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO E DO PAGAMENTO

Pela execução do contrato, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total estimado de R\$ 63.500.000,00 (sessenta e três milhões e quinhentos mil Reais), obedecida as seguintes condições:

- a) A **CONTRATADA** apresentará faturas discriminadas em separado para cada Unidade fiscalizadora do Ministério da Saúde, por decêndio e serão pagas tomando por base os serviços efetivamente executados.
- b) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos da apresentação da fatura na Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira, devidamente atestada pela da Unidade fiscalizadora, devidamente acompanhada dos documentos comprobatórios da execução dos serviços.
- d) Os créditos decorrentes dos serviços não prestados, comprovadamente, não utilizados pelo Ministério da Saúde deverão ser devolvidos no prazo não superior a 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da intimação, para fazê-lo.
- e) Por atraso a devolução que trata a alínea "d" a **CONTRATADA** ficará sujeita à atualização monetária do valor faturado, calculado desde o dia seguinte ao de seu vencimento, até a data de seu efetivo pagamento, segundo índices oficiais que estiverem em vigor, fixados pelo Governo Federal, observando-se as disposições do art. 40, da Lei n.º 8.666/1993.
- f) Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** sem que antes seja procedida pela **CONTRATANTE** prévia e necessária consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, atestando a regularidade fiscal da **CONTRATADA**, não cabendo, conseqüentemente, qualquer ônus à mesma pela não realização.
- g) Caso seja constatada a situação de irregularidade junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a **CONTRATADA** será informada por escrito para que promova a regularização e apresente sua documentação atualizada ou apresente sua defesa sob pena de rescisão contratual, por sua exclusiva responsabilidade.
- h) A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de solicitar a suspensão do pagamento se os serviços forem executados em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência, após a notificação formal à **CONTRATADA**, momento a partir do qual esta será constituída em mora, até a sua efetiva regularização, resguardado o direito de defesa da **CONTRATADA**.

i) A Nota Fiscal/Fatura deverá indicar o número da Nota de Empenho correspondente, os números da Conta Corrente, Agência e Banco, para a emissão da respectiva Ordem Bancária de Pagamento.

j) O pagamento poderá ser sustado pela **CONTRATANTE**, caso ocorra inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** para com a **CONTRATANTE** e/ou erros ou vícios na fatura, o que implicará na devolução do valor eventualmente pago.

k) Por atraso no pagamento das faturas, a **CONTRATANTE** ficará sujeito à atualização monetária do valor faturado, calculado desde o dia seguinte ao de seu vencimento, até a data de seu efetivo pagamento, segundo índices oficiais que estiverem em vigor, fixados pelo Governo Federal, observando-se as disposições do art. 40, da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas originárias deste Contrato correrão à conta do Programa de Trabalho 10122075075020000001, PTRES 005478, Natureza da Despesa: 009039, constantes do Orçamento Geral da União e para os exercícios subseqüentes à conta das despesas consignadas para esse fim.

Parágrafo Único – Para cobertura dessa despesa neste exercício financeiro foi emitida a Nota de Empenho n.º 2010NE904990, datada de 27.12.2010, no valor inicial de R\$ 1.000,00 (um mil Reais).

CLÁUSULA QUINTA– DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, que terá seu extrato publicado na imprensa oficial, podendo, a critério do Ministério da Saúde, mediante Termo Aditivo, ser prorrogado conforme legislação em vigor.

CLÁUSULA SEXTA – DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

DAS INSTALAÇÕES DA EMPRESA: A **CONTRATADA** deverá possuir local apropriado e permanente, em Brasília – DF e Rio de Janeiro - RJ, para prestação de serviços básicos no processo logístico: manuseio, embalagem, desembalagem, arrumação do material a ser transportado, acondicionamento e coleta de Insumos Críticos em Saúde – ICS, que garanta a temperatura e umidade específica para cada ICS, que necessite de controle específico, provindos e destinados as Unidades da Federação, Capitais e Municípios.

DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE - VIA TERRESTRE: A CONTRATADA deverá: coletar, acondicionar e entregar os Insumos Críticos em Saúde - ICS por via terrestre utilizando veículos adequados para cada tipo de insumo com carroceria fechada tipo baú, preferencialmente isotérmico ou com fonte de refrigeração que garanta temperatura específica para transporte de ICS termolábeis. O uso de caminhões abertos será exclusivo para o transporte de praguicidas, porém caso necessário este tipo de ICS poderá utilizar de caminhão fechado tipo baú, e o uso de caminhão cegonha para o transporte de veículos com ou sem acoplamento de bombas UBV, providos e destinados a todas as Unidades da Federação, Capitais e Municípios.

A CONTRATADA deverá disponibilizar materiais e serviços para acondicionamento, coleta, entrega, carga, descarga, bem como toda a logística necessária para o transporte, incluindo seguro total das cargas e disponibilizando equipe qualificada para a execução da atividade de logística do transporte.

A CONTRATADA deverá disponibilizar relatórios gerenciais (quantidade de embarques, peso transportado, cubagem, seguro, perdas, etc.) referentes a todos os serviços realizados e respectivos custos, quando da realização do transporte terrestre nacional.

DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE - VIA AÉREA: A CONTRATADA deverá: coletar, acondicionar, transportar e entregar os Insumos Críticos em Saúde - ICS por via aérea utilizando embalagens específicas para os insumos transportados visando à garantia da integridade e controle específico de temperatura dos mesmos, providos e destinados a todas as Unidades da Federação, Capital e Municípios.

Os trechos rodoviários entre o local de coleta e o aeroporto, bem como do aeroporto e o local de entrega deverão ser realizados utilizando veículos adequados para cada tipo de insumo com carroceria fechada tipo baú, preferencialmente isotérmico ou com fonte de refrigeração que garanta temperatura específica para transporte de ICS termolábeis.

A CONTRATADA deverá disponibilizar serviços de coleta, despacho e redespacho, acondicionamento, entrega, carga, descarga, incluindo o seguro total da carga bem como toda a logística necessária para o transporte adequado e disponibilizando equipe qualificada para a execução da atividade.

A CONTRATADA deverá disponibilizar relatórios gerenciais (quantidade de embarques, peso transportado, cubagem, seguro, perdas, etc.) referentes a todos os serviços realizados e respectivos custos, quando da realização do transporte aéreo nacional e internacional quando necessário

Poderá ser solicitada a entrega de ICS referente ao atendimento da demanda judicial, no prazo inferior ao máximo estabelecido, ou seja, no prazo inferior a 48 (quarenta e oito) horas, para atendimento EMERGENCIAL, ocasião em que será paga a Taxa de Emergência.

DAS INSTALAÇÕES: A **CONTRATADA** deverá possuir matriz e/ou filial permanente em Brasília – DF com área mínima de 500 m² (metros quadrados) e de 500 m² no Rio de Janeiro – RJ, e sob demanda, quando solicitado previamente, em outras localidades, com galpão ou edifício construído ou adaptado para este propósito com todas as condições e normas previstas nas Boas Práticas de Armazenagem de ICS.

O armazenamento deverá ser efetuado de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, de acordo com as normas preconizadas pelas Boas Práticas de Armazenagem de ICS.

DO MANUSEIO: Materiais com embalagens violadas ou rompidas deverão ser encaminhados para área própria, para análise, tratamento e reembalagem a critério do Ministério da Saúde.

Etiquetas e adesivos não poderão ser retirados, rasurados nem modificados.

O serviço de manuseio nas dependências do Ministério da Saúde, embalagem e re-embalagem, carga a ser transportada ficarão sob a responsabilidade da Licitante vencedora **CONTRATADA**, até o limite total de 10 (dez) funcionários, sob orientação do técnico designado pelo Ministério da Saúde.

DAS EMBALAGENS: Todos os insumos necessários para embalagem e acondicionamento dos ICS, das Unidades do Ministério da Saúde abaixo descritas, serão de responsabilidade da Licitante vencedora **CONTRATADA**, incluindo caixas de papelão, lâminas de papelão, plástico bolha, papel Kraft, caixas de isopor, fitas adesivas avulsas, derivados de poliestireno expandido, placas de gelo reutilizáveis, caixas classe 6.2 categoria B e A UN 3373 P650 e UM 3373 P 602 padrão IATA utilizadas para transporte de material biológico, além de gelo seco (CO₂) solicitados pelo Ministério da Saúde, exceto as fitas adesivas padronizadas e fornecidas pelo MS.

Todo o material de embalagem das Unidades do SADM em Brasília (Unidade I, Unidade VII e Câmara Frigorífica) conforme Anexo I-B do Termo de Referência.

Todo o material de embalagem do Setor de Praguicidas SPRAG/CENADI/SVS no Rio de Janeiro conforme Anexo C do Termo de Referência.

Os materiais de acondicionamento e embalagem, específicos da CENADI, destinados ao acondicionamento e transporte de vacinas, soros e demais imunobiológicos serão adquiridos e fornecidos por meio de gestão da própria Unidade, uma vez que se trata de material com especificações técnicas e características que inviabilizam sua inserção no futuro contrato conforme disposto no Manual da Rede de Frio e na Nota Técnica da SVS/MS. Portanto, estes materiais específicos de embalagem não estão contemplados no objeto deste Termo de Referência.

DO TRANSPORTE E ENTREGA: Os serviços de transporte contratados para os modais aéreo e terrestre serão realizados no modelo do Sistema Direto e Exclusivo e na forma determinada pela **CONTRATANTE**.

O transporte deverá ser efetuado em veículos apropriados de acordo com cada insumo, obedecendo ao controle de temperatura e umidade, conforme especificado pelo fabricante ou por recomendação da **CONTRATADA**.

O transporte de insumos deverá oferecer segurança e proteção adequadas visando a garantia da qualidade e integridade dos materiais.

Os insumos deverão ser transportados de forma a garantir suas identificações e manutenção da qualidade, evitando deteriorações e impedindo contaminação por outros produtos ou que os mesmos sejam contaminantes.

O transporte de ICS deverá possuir seguro e segurança (escolta armada), quando necessário para prevenção de danos, perdas e roubos de acordo com o valor do insumo transportado e o modal de transporte adotado.

Os veículos utilizados para transporte de ICS não poderão em hipótese alguma ser para o armazenamento dos mesmos.

O transporte de ICS deverá obedecer à legislação específica e aos procedimentos certificados pelo MS, ANVISA, ANTAQ, ANAC, ANTT, IATA e OMS.

Os ICS despachados a partir das Unidades do Ministério da Saúde para o transporte aéreo e terrestre deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas, caixas térmicas ou papelão resistente, de acordo com a especificação do insumo, lacradas com fita adesiva padronizada da **CONTRATANTE**, garantindo a manutenção da qualidade e a perfeita inviolabilidade das mesmas até o destino final.

O transporte de ICS termolábeis deverá obedecer ao prazo de entrega aérea, máximo, de 48 horas a partir da retirada, para as capitais, das Unidades da **CONTRATANTE** e demais remetentes, conforme orientação da **CONTRATANTE**.

O transporte de ICS deverá obedecer às especificações de controle de temperatura e umidade, utilizando-se de termo-higrômetro para este fim, e ainda evitar exposição à luz solar direta e respeitando o empilhamento máximo permitido conforme indicado em suas embalagens pelo fabricante ou por orientação da **CONTRATANTE**.

Deverão ser observados os símbolos estampados nas embalagens dos insumos para cumprimento total das orientações indicadas pelo fabricante no que diz respeito ao controle de temperatura, luz, umidade, refrigeração, empilhamento, manuseio e conservação dos Insumos Críticos em Saúde.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PONTOS DE COLETA

Os dados referentes aos pontos de coleta e de entrega serão fornecidos pela **CONTRATANTE** quando da solicitação do transporte de cargas de ICS.

a) Endereços das Unidades de Distribuição de ICS da **CONTRATANTE** são:

SADM – Unidade I do MS – SIA Trecho 4 Lotes 540/610 – Brasília - Distrito Federal, CEP 71.200-040 – Telefone: (61) 3462-7400 FAX: (61) 3462-7435 3462-7417;

SADM – Unidade VII do MS – SIA Trecho 4 Lotes 1.220/1.280 – Brasília - Distrito Federal, CEP 71.200-040 – Telefone: (61) 3462-7400 FAX: (61) 3462-7435 3462-7417;

CAMARA FRIGORÍFICA do MS – ADE Conjunto 22 Lote 17 – Águas Claras – Brasília - Distrito Federal, CEP 71.920-540 – Telefone: (61) 3362-7107 FAX (61) 3361-3440;

SADM/SÃO PAULO – Rua Paulo n.º 163, Bairro: Ponte Grande – Guarulhos - São Paulo, CEP 07.030-500 – Telefone: (11) 2114-3360 FAX: (11) 2304-7996;

CENADI/SVS – Rua Dr. Garnier n.º 390, Bairro Rocha – Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.975-000 – Telefone: (21) 2241-0121 FAX (21) 2501-3891

CENADI/SVS – Rua Dom Helder Câmara n.º 4414, Bairro: Del Castilho – Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.771-003
 Telefone: (21) 2581-4397 Fax: (21) 2581-4119;

CENADI/SVS Unidade Irajá – Rua Pedro Borges de Freitas n.º 373, Bairro: Irajá – Rio de Janeiro - RJ, CEP 21.235-390, TELEFONE/FAX: (21) 3451-6700

SETOR DE PRAGUICIDAS/CENADI/SVS – Rua Gottemburgo s/n.º, Bairro: São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ – CEP 20.941-080 , Telefone: (21) 2589-2450 FAX: (21) 2589-4779;

b) Excepcionalmente em locais definidos pela **CONTRATANTE** dentro ou fora do país, cujos custos serão apresentados e repassados integralmente para a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE ENTREGA

Os prazos de entrega no modal de Transporte Terrestre, não poderão ser superiores aos estabelecidos na tabela abaixo:

DESTINOS	PRAZO DE ENTREGA
Região SUDESTE	- Até 5 dias para as capitais - Até 10 dias para o interior
Região NORTE	- Até 15 dias para as capitais - Até 15 dias para interior do Tocantins - Até 25 dias para o interior para os demais estados
Região NORDESTE	- Até 7 dias para as capitais - Até 10 dias para o interior
Região CENTRO-OESTE	- Até 3 dias para as capitais - Até 5 dias para interior de Goiás - Até 15 dias para o interior do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Região SUL	- Até 5 dias para as capitais - Até 7 dias para o interior
------------	---------------------------------------------------------------

b) Os prazos de entrega no modal de Transporte Aéreo Nacional não poderão ser superiores a dois dias úteis, para as capitais.

c) No caso de vacinas, soro e kit de diagnóstico e demais ICS termolábeis, deverá ser observado o prazo de entrega conforme determinado pela **CONTRATANTE**, a partir da retirada nos depósitos da **CONTRATANTE**.

CLAUSULA NONA – DO INÍCIO DO SERVIÇO

As obrigações e atividades de transporte, objeto deste Contrato, serão iniciadas, **IMEDIATAMENTE**, a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Além das obrigações constantes neste Contrato, as resultantes da aplicação da Lei n.º 8.666/93 e de outras normas pertinentes, são obrigações da **CONTRATADA**:

a) Apresentar Manual de Boas Práticas de Transporte de Insumos Críticos em Saúde conforme legislação vigente. Este Manual deverá ser atualizado freqüentemente, com no mínimo 1 (uma) revisão anual;

b) A equipe operacional da **CONTRATADA** deverá estar preparada para manusear todos os produtos tendo em vista tratar-se ICS, não devendo os mesmos ser: jogados e/ou arremessados, empilhados acima do máximo permitido e determinado pelo fabricante, pisados, escalados, apertados, molhados, furados, cortados, rasgados, conforme determinado no Manual de Boas Práticas Transporte de ICS;

c) Zelar pela destinação, integridade e total sigilo das cargas a serem transportadas;

d) Apresentar preposto com poder de decisão em relação aos serviços e pessoal, para representá-la junto a **CONTRATANTE**;

e) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todos os itens e serviços elencados no presente Contrato;

f) Comunicar a **CONTRATANTE**, por escrito, em no máximo 48 HORAS, os casos de extravio, quebra, perda, roubo, furto e as ocorrências de danos, avarias, perdas e extravios de ICS que venham a ser causados, ainda que decorrentes de acidentes de trânsito, intempéries, roubos, furtos ou outras razões;

f.1) Exemplos de danos e avarias: amassamento, perfuração, quebra, amolgamento, contato, arranhadura, vazamento, água de chuva, oxidação, contaminação e má qualidade da estivagem, entre outros;

g) Na ocorrência de danos ou extravio dos ICS transportados, a **CONTRATANTE**, após ciência formalizada do fato ocorrido notificará a **CONTRATADA**, após o comunicado por escrito, sobre o valor que deverá ser ressarcido, caso a **CONTRATADA** não opte pela substituição do material;

g.1) O pagamento deverá ser feito pela **CONTRATADA** no prazo de 30 dias corridos a partir da data do recebimento da notificação, caso contrário, será descontado do primeiro pagamento a que a **CONTRATADA** tiver direito;

g.2) Mediante justificativa aceitável, apresentada no máximo 2 (dois) dias úteis após o evento, o prazo indicado acima poderá ser ampliado, conforme interesse da **CONTRATANTE**;

h) Manter seguro total de transporte aéreo e terrestre durante a vigência do contrato, apresentando a apólice vigente para execução do transporte a **CONTRATANTE**, oferecendo cobertura desde a retirada dos ICS até a entrega dos mesmos em seu destino;

i) Apresentar Apólices de Seguros, referente aos seguros: RCTR-C, RCF-DC e RCTA-C, cada qual, no valor mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por embarque, e que o seguro permaneça em dia durante toda vigência do contrato.

j) Apresentar, ao Fiscal do Contrato, mensalmente os certificados de seguro emitidos pela seguradora com data recente confirmando a existência e vigência dos seguros;

k) Todos os embarques de ICS deverão estar devidamente segurados e averbados junto à Seguradora da **CONTRATADA**;

- l) Manter equipe qualificada e necessária à execução dos serviços contratados: direção, administração, fiscalização e demais atividades contratadas;
- m) Responsabilizar por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade objeto do Contrato, mesmo que em instalações das unidades da **CONTRATANTE**;
- n) Ressarcir a **CONTRATANTE** ou a terceiros os danos aos bens de sua propriedade, causados por empregados ou prepostos da mesma, durante a execução dos serviços, sem prejuízo de outras cominações legais;
- o) Adotar todos os critérios de segurança, tanto para empregados quanto para execução do serviço em si, aplicando-se o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) quando necessários;
- p) Todas as despesas decorrentes do Contrato, inclusive o material necessário à execução dos serviços, locomoção, seguros de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outras que forem devidas, ficarão a cargo da **CONTRATADA**, mesmo que em instalações da **CONTRATANTE**;
- q) Manter seus empregados devidamente uniformizados e identificados mediante o uso permanente de crachás e Equipamento de Proteção Individual (EPI);
- r) Substituir de imediato, seu representante ou empregado, cuja conduta, a juízo da **CONTRATANTE**, se evidencie inconveniente ou inadequada à perfeita execução do Contrato;
- s) Cumprir todas as disposições relativas a encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, civis e comerciais, que recaiam sobre a atividade e seus empregados, resultantes da execução do Contrato;
- t) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da **CONTRATANTE**, encarregada de acompanhar a execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas promovendo imediata resolução dos problemas relatados;
- u) Cumprir todas as orientações da **CONTRATANTE**, para o fiel desempenho das atividades especificadas;
- v) Facilitar a fiscalização procedida por órgãos, no cumprimento de normas, notificando a **CONTRATANTE** do resultado das inspeções que possam influenciar na execução do presente Contrato Administrativo;

w) Autorizar e assegurar ao Ministério da Saúde o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com a técnica atual, normas ou especificações que atendem contra a sua segurança ou de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do Ministério da Saúde não eximirá a Licitante vencedora contratada de suas responsabilidades provenientes do Contrato;

x) Manter toda compatibilidade com as obrigações assumidas, condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do Contrato;

y) Para a conferência das faturas e posterior envio para pagamento deverão ser juntados os seguintes documentos, separados por Programa de Saúde, e enviados ao gestor do contrato:

y.1) Transporte Terrestre: Nota Fiscal Fatura, Nota de Distribuição ou Guia de Simples Remessa (GR) ou Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas (CTRC), Minuta de Cobrança e Autorização de Transporte (AT);

y.2) Transporte Aéreo: Nota Fiscal Fatura, Nota de Distribuição ou Guia de Simples Remessa (GR), Conhecimento de Transporte Aeroviário de Cargas (AWB), Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas e Autorização de Transporte (AT);

y.3) Todos os documentos de comprovação das entregas efetuadas deverão estar devidamente assinados e datados pelos servidores ou responsáveis pelo recebimento nos Estados e Municípios, pelos pacientes ou responsáveis ou ainda pelo médico no caso de demanda judicial, quer seja da Unidade Distribuidora de ICS, quer seja pelo destinatário das cargas de ICS, caso contrário as faturas correspondentes serão excluídas do pagamento até resolução das pendências;

z) Acompanhar a entrega ou coleta dos materiais transportados devendo ser atestado pelo destinatário ou remetente no Conhecimento de Transporte de Carga e no canhoto da Nota Fiscal/Fatura, mediante a coleta de nome legível com n.º do R.G ou CPF ou carimbo com o número de matrícula, cargo e função, ambos com assinatura bem como, constar a data e horário do recebimento ou coleta, devendo estes retornar ao Ministério da Saúde no prazo máximo de 10 dias corridos;

aa) Acompanhar a entrega ou coleta dos ICS, objeto de demandas de ações judiciais, devendo ser atestado pelo destinatário ou seu responsável no Conhecimento de Transporte de Carga e no canhoto da Nota de Distribuição de Material ou Guia de Remessa e o Questionário preenchido constante no verso das mesmas, mediante a coleta de nome, assinatura legível, contendo obrigatoriamente n.º do R.G. e/ou CPF, bem como, constar a data e horário do recebimento, devendo estes dados retornar a **CONTRATANTE** no prazo máximo de 10 dias corridos;

aa.1) Embora os originais dos documentos citados no item anterior possam ser entregues em até 10 dias corridos é imprescindível o envio, por e-mail (documento digitalizado) ou FAX, dos documentos de entrega citados acima imediatamente após a sua efetiva entrega, uma vez que o Ministério da Saúde tem prazo exíguo para apresentar ao Juiz a confirmação de entrega dos ICS aos pacientes;

aa.2) Em caso de falecimento ou recusa do destinatário em receber os ICS enviados o responsável pela entrega deverá registrar nos documentos de entrega o motivo pelo qual não se efetivou a entrega colocando seu nome completo a data e sua assinatura e seguir a mesma conduta do item anterior;

bb) Coletar insumos provenientes de ações judiciais e demais insumos de acordo com as especificações do fabricante no tocante à temperatura e acondicionamento, evitando a perda por alteração das propriedades farmacológicas e físico-químicas, responsabilizando-se pelo ressarcimento no valor de mercado ou substituição em caso do não cumprimento das especificações do insumo;

cc) Emitir relatórios supervenientes de interesse da **CONTRATANTE** (ex.: número de embarques, quantidade de peso e volumes transportada, valores faturados, prazo de entrega, etc.). Estes relatórios deverão acompanhar cada remessa mensal de fatura dos serviços prestados;

dd) Fornecer, conforme solicitado pelas Unidades Distribuidoras de ICS da **CONTRATANTE**, relatórios referentes aos envios contendo data e horário de entrega dos insumos transportados bem como o responsável pelo recebimento;

ee) Manusear o material a ser transportado, incluindo os serviços de contagem, triagem, envelopagem, cintagem, etiquetagem, rotulagem, montagem de kits, confecção de Mala-Direta e emissão de relatórios, etc.;

ff) Encaminhar os Conhecimentos de Transporte de Carga, devidamente atestados, juntamente com as segundas vias das Notas Fiscais/Faturas correspondentes no prazo máximo de vinte dias corridos, para conferência e atesto do Ministério da Saúde;

gg) Manter os serviços disponíveis, em casos emergenciais, plantão após as 18h00min, em dias úteis e aos sábados, domingos e feriados, por meio de empregado com acesso ao serviço móvel celular e/ou rádio;

hh) Assumir todos os possíveis danos causados a carga transportada ou a terceiros, quando evidenciada culpa por ação ou omissão, imperícia, negligência, imprudência, desídia e desrespeito as normas de segurança e técnica quando da execução dos serviços por seus empregados ou prepostos ou ainda, decorrentes da má qualidade dos equipamentos empregados nas operações de carregamento e descarregamento das cargas de ICS;

ii) Comunicar à Unidade Distribuidora de ICS, com o prazo de pelo menos de 12 (doze) horas do prazo de vencimento da entrega, conforme Anexo E do Termo de Referência, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento;

jj) Transportar em condições especiais e adequadas, os ICS que necessitem de controle específico de temperatura, umidade, exposição solar, empilhamento máximo, conforme indicado pelo fabricante ou sob orientação da **CONTRATANTE**;

kk) Disponibilizar a **CONTRATANTE**, sistema informatizado (site na Internet) contendo serviços de informação e dados das cargas de ICS para o acompanhamento do status de entrega do material transportado, bem como telefones e endereços eletrônicos (e-mail) para eventuais consultas; observando a segurança da rede;

ll) Possuir sistema de rastreamento via satélite para o Transporte no Modal Terrestre de ICS, permitindo informações, em tempo real, da localização do material transportado;

mm) Após a coleta do material a ser transportado, disponibilizar área adequada a ser utilizada no manuseio, contagem, triagem, cintagem, etiquetagem e montagem de kits do insumo a ser transportado, ficando a cargo da **CONTRATADA** a equipe de trabalho e todo material utilizado para tais serviços, incluindo toda a embalagem;

nn) Notificar a **CONTRATANTE**, por escrito, ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;

- oo) Transportar os ICS assegurando a qualidade necessária, sendo vedado o transporte juntamente com produtos como: produtos de limpeza, solventes, tintas, alimentos de origem vegetal e animal ou qualquer outra substância diferente de ICS que possam vir a comprometer de qualquer forma suas características e a qualidade dos insumos transportados;
- pp) Disponibilizar, sempre que necessário, caminhões com baú isotérmico ou com fonte de refrigeração que garanta temperatura adequada para os casos de transporte de ICS termolábeis, mantidos em temperatura refrigerada, devidamente limpos, higienizados, livres de aberturas, furos e infiltrações ou qualquer imperfeição que ofereça risco a conservação, segurança e qualidade dos insumos transportados;
- qq) Disponibilizar transporte e embalagens exclusivos para praguicidas, solicitado pela **CONTRATANTE**, devendo este ser realizado exclusivamente para esses produtos, ficando vedado o transporte conjunto de outros ICS de natureza diferente;
- rr) Disponibilizar, quando necessário, área para acondicionamento, frigorificada, com temperatura de 2º a 8º C, nas capitais: Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, considerando a necessidade de desembalagem por perda de voo e reembalagem para garantir a temperatura controlada de acordo com as especificidades de cada produto (vacina, soro, kit de diagnóstico, hemoderivados, ICS perecíveis, etc.), cujos custos serão repassados integralmente para a **CONTRATANTE**;
- rr.1) Esta exigência se faz necessária tendo em vista situações de perda de conexões aéreas, principalmente fora do horário de expediente e próximo a feriados e finais de semana, devendo ser imediatamente comunicado a **CONTRATANTE**;
- ss) Os procedimentos de embalagem deverão ser executados sob a supervisão de um profissional da área de farmácia e este deverá emitir um relatório circunstanciado detalhando todos os procedimentos de desembalagem, avaliação do estado geral da carga, substituição das placas de gelo reutilizável, reembalagem e este relatório deverá ser anexado aos documentos a serem entregues ao SADM cujos custos serão repassados integralmente para a **CONTRATANTE**;
- tt) Garantir a inviolabilidade das embalagens despachadas, e lacradas pelo Ministério da Saúde com fita adesiva padronizada por esta **CONTRATANTE** (despacho e redespacho) e com fita adesiva padronizada da **CONTRATADA** nos casos de remanejamento e reembalagem, do ato de coleta até o destino final;

uu) Quando se tratar de remanejamentos de outras unidades federativas, a **CONTRATADA** deverá verificar o peso e a cubagem da carga no local de coleta, na presença do responsável pela unidade, os dados coletados deverão ser atestados pelo mesmo, em formulário próprio, com carimbo e assinatura e embalada e lacrada com fita padronizada da **CONTRATADA**;

vv) A **CONTRATADA** deverá sempre negociar fretes (aéreos) utilizando-se de informações reais da operação, leia-se peso, cubagem, tarifas, custo do frete, Ad valorem, seguro, taxas e demais custos, de forma a obter os melhores preços;

ww) Deverá estar capacitada a operar dentro das normas legais de saúde, segurança e meio ambiente;

xx) Possuir infra-estrutura operacional de forma a atender plenamente as necessidades da **CONTRATANTE**, atuando em todas as fases da operação propriamente dita;

yy) Dispor de parceiros operacionais para toda operação logística, principalmente em caso de contingências não previstas, dos períodos de picos operacionais ou em função de sazonalidades ou calamidade pública e do modal de transporte adotado para a operação;

zz) Disponibilizar estrutura física que atenda às exigências das legislações sanitárias para a realização dos serviços, assegurando a qualidade dos ICS, mantendo sua regularidade junto aos órgãos de fiscalização, bem como mantendo os procedimentos claros e adequados às exigências legais;

aaa) Disponibilizar pessoal qualificado para trabalhar no manuseio de ICS, observando que são itens que não podem ser manipulados inadequadamente;

bbb) Quanto ao perfil exigido do colaborador da **CONTRATADA** que irá prestar serviços nas dependências do Ministério da Saúde, bem como aqueles que manusearão e transportarão as cargas de ICS, este colaborador deverá sempre se apresentar portando identificação (crachá) e devidamente uniformizado, ter conhecimentos de Boas Práticas de Manuseio e Transporte de Insumos Críticos em Saúde, acatar as ordens e regras das Unidades Gestoras da **CONTRATANTE** no tocante a realização das atividades, fazer uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), fornecido pela **CONTRATADA**, apresentar postura pessoal e profissional adequadas ao ambiente de trabalho, manusear com cuidado os insumos, medicamentos e correlatos, tanto na coleta quanto na entrega dos materiais;

ccc) As equipes de coleta e entrega deverão ser compostas por mínimo:

MSD

Veículos pequenos – Motorista + 1 ajudante

Caminhão pequeno – Motorista + 1 ajudante

Caminhão médio – Motorista + 2 ajudantes

Carreta – 1 Motorista + 4 ajudantes

ddd) Fornecer a **CONTRATANTE** as regras tarifárias vigentes emitidas pelo Departamento de Aviação Civil – DAC, do Comando da Aeronáutica ou ANAC, praticadas pelas companhias aéreas, bem como, as suas alterações, repassando a **CONTRATANTE** os descontos ou valores de tarifas promocionais concedidas pelas concessionárias aéreas;

eee) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela **CONTRATANTE** quanto à execução dos serviços previstos no objeto do Contrato;

fff) Comprovação de credenciamento junto às Companhias Aéreas (VARIG, TAM, GOL, etc.) como agenciadora de cargas e encomendas aéreas, com comprovação de idoneidade creditícia e de que se encontra em dia com suas obrigações contratuais e financeiras perante as mesmas, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura da licitação;

ggg) Declaração com listagem dos representantes comerciais nas capitais brasileiras, incluindo Brasília;

hhh) Declaração de ciência dos representantes comerciais;

iii) Declaração expressa de capacidade operacional da empresa, mediante relação explícita de suas instalações, disponibilidade de veículos, aparelhamento e pessoal, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da presente licitação;

jjj) Apresentar declaração de que os valores a serem cobrados à época do transporte obedecerão aos constantes das Tabelas de Preços de Transportes Aéreos (Doméstico), autorizados e homologados pela ANAC;

kkk) Para a realização dos transportes, objeto deste Contrato, a **CONTRATADA** deverá fornecer todos os materiais de embalagem e acondicionamento de ICS informados nos Anexos B e C do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei n.º 8.666/93 e de outras normas pertinentes, são obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) Comunicar à **CONTRATADA** os locais onde deverão ser retiradas, entregues e organizadas as cargas.
- b) Fiscalizar a execução dos serviços contratados.
- c) Aplicar à **CONTRATADA** as sanções regulamentares e contratuais.
- d) Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, em até 30 dias, após o recebimento das Notas fiscais/faturas, devidamente atestadas pelo Fiscal, acompanhadas das notas de distribuição ou guias de remessas atestadas pelos destinatários.
- e) Observar para que, durante a vigência do contrato, seja mantida pela **CONTRATADA**, a compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- f) Promover diligências, quando necessário, durante toda vigência do contrato junto a todos os agentes, filiais, sucursais, consolidados e demais conveniados da **CONTRATADA**.
- g) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.
- h) Permitir o acesso aos empregados da **CONTRATADA** às dependências das Unidades Distribuidoras de ICS do Ministério da Saúde, de modo a viabilizar a prestação dos serviços durante o horário de expediente ou fora dele, quando autorizado pelo setor competente, e em ambas as situações os colaboradores deverão ser identificados quando do acesso às áreas da **CONTRATANTE**.
- i) Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

j) Solicitar os serviços por meio do documento "Autorização de Transporte" EXCLUSIVO, a ser expedida pela Unidade Distribuidora de ICS da **CONTRATANTE**, informando os percursos, locais de coleta e entrega com endereços completos e tipo de material a ser transportado, número de volumes, peso, cubagem e valor da carga.

k) Fornecer os valores das cargas e encomendas, para fins de cobrança de taxa de seguro no caso de eventuais extravios ou danos que porventura venham a ser causados durante a execução dos serviços.

l) Fiscalizar a fiel observância dos serviços, mediante servidor designado como Fiscal do Contrato, registrando em relatório, as deficiências porventura existentes na sua execução, notificando à **CONTRATADA**, imediatamente, sobre as falhas e defeitos observados, determinando prazo e o que seja necessário para a sua regularização.

m) Proceder à conferência das Autorizações de Transporte, juntamente com as Notas Fiscais Faturas, verificando os quantitativos, preços pactuados, condições e exatidão das informações.

n) A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de realizar visitas técnicas, a qualquer momento, sem obrigatoriedade de aviso prévio, às instalações da **CONTRATADA** para verificar as condições físicas e sanitárias das Unidades, bem como realizar avaliação destas Unidades conforme determina a Resolução N.º 329/MS/ANVS de 22 de julho de 1999 que Institui o Roteiro de Inspeção para transportadoras de medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS ACRÉSCIMOS E/OU SUPRESSÕES

A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, mediante assinatura de Termo Aditivo, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE

O reajuste do Contrato poderá ocorrer a cada período de 12 (doze) meses, com base na variação anual do IGP-M, ou por outro índice que venha a substituí-lo, observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da data prevista para apresentação da proposta ou orçamento a que a proposta de referir, conforme previsto no inc. XI do art. 40 e inc. III do art. 55 da Lei n.º 8.666/93, em observância ao que preceitua o art. 3º da Lei n.º 10.192 de 14 de fevereiro de 2001.

a) O reajuste será precedido da verificação acumulada do índice estabelecido, devendo ser observada a adequação ao preço médio de mercado.

b) Se a variação acumulada do índice adotado resultar superior ao preço médio de mercado, será negociado preço compatível com a realidade de mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

Como garantia integral de todas as obrigações assumidas, inclusive indenizações a terceiros e multas que venham a ser aplicadas, em conformidade com o disposto no § 1º, artigo 56 da Lei nº 8.666/93, a **CONTRATADA** prestará, no prazo de 10 (dez) dias da data de assinatura do contrato, garantia de R\$ 3.175.000,00 (três milhões cento e setenta e cinco mil Reais), equivalente a 5 % do valor total do contrato.

a) A garantia será liberada ou restituída após a execução do Contrato, desde que o Ajuste seja cumprido integralmente pela **CONTRATADA**.

b) Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, a **CONTRATADA** obriga-se a promover a respectiva reposição do valor ou da parcela utilizada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for formalmente notificada pela **CONTRATANTE**.

c) O prazo de validade da garantia deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias após o término da vigência do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da prestação dos serviços será exercida por servidor devidamente designado pela **CONTRATANTE**, nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/1993 e da Portaria GM nº 78/2006 ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação de serviços e verificar seu devido cumprimento.

a) Cabe à **CONTRATADA** atender quaisquer exigências do Fiscal ou do seu substituto, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a **CONTRATANTE**, não implicando nessa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou dedução da responsabilidade da Licitante, que é total e irrestrita em relação às obrigações, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução das obrigações.

b) A atividade de fiscalização não resultará em nenhuma hipótese em co-responsabilidade da **CONTRATADA** ou de seus agentes, tampouco, a seus prepostos e/ou assistentes.

c) A fiscalização se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se estiverem em desacordo com o previsto no Edital, Termo de Referência e Anexos.

d) Quaisquer exigências da fiscalização inerentes à execução dos serviços deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, às quais a **CONTRATADA** se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A **CONTRATADA** responderá por quaisquer danos ou prejuízos pessoais ou materiais que seus empregados ou prepostos, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, venham a causar em decorrência da prestação dos serviços objeto deste Contrato, incluindo-se, também os danos materiais ou pessoais a terceiros, a que título for.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A **CONTRATADA** será punida, sem prejuízos da responsabilidade civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, nos seguintes casos:

a) Apresentar documentação falsa: a **CONTRATADA** ficará impedida de licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 5 (cinco) anos e descredenciada no SICAF e estará sujeita à multa pecuniária de 20% (vinte por cento) do valor total previsto no Contrato e o ato será devidamente comunicado ao Ministério Público Federal.

b) Retardar, injustificadamente, a execução do objeto do Contrato: a **CONTRATADA** estará sujeita a aplicação da penalidade de Advertência, no caso de fornecimento parcelado ou serviço continuado e multa de 0,33% (trinta e três décimos por cento) do valor total do Contrato ou da parcela correspondente, por dia de atraso na entrega do objeto, até no máximo de 30 (trinta) dias corridos. Após esse período estará configurada a inexecução total do Contrato, e ficará impedida de licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 2 (dois) anos e descredenciada no SICAF.

c) Falhar na execução do objeto do Contrato: a **CONTRATADA** estará sujeita a multa de 0,33% (trinta e três por cento) do valor total do Contrato ou da parcela correspondente, por dia de atraso na entrega do objeto, até o máximo de 30 (trinta) dias corridos. Após esse período estará configurada a inexecução total do Contrato, e ficará impedida de licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 1 (um) a 2 (dois) anos e descredenciada no SICAF.

d) Fraudar na execução do objeto do Contrato: a **CONTRATADA** ficará impedida de licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 5 (cinco) anos e descredenciada no SICAF e estará sujeita a multa pecuniária de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato ou da parcela correspondente, e o ato será devidamente comunicado ao Ministério Público Federal.

e) Cometer fraude fiscal: a **CONTRATADA** ficará impedida de licitar ou contratar a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 05 (cinco) anos e descredenciada no SICAF e estará sujeita a multa pecuniária de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato e o ato será devidamente comunicado ao Ministério Público Federal, Receita Federal e Secretaria Estadual e Municipal de Fazenda.

f) Comportar-se de modo inidôneo, aqui entendido como a prática de qualquer ato descrito nos artigos 92, Parágrafo único, e 96, todos da Lei nº 8.666/93: a **CONTRATADA** ficará impedida de licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 05 (cinco) anos e descredenciado no SICAF e estará sujeito a multa pecuniária de 20% (vinte por cento) do valor total previsto no Contrato o ato será devidamente comunicado ao Ministério Público Federal.

g) Não apresentar a Garantia Contratual no prazo estabelecido: a **CONTRATADA** estará sujeita a aplicação da penalidade de Advertência, no caso de fornecimento parcelado ou serviço continuado e multa de 0,33% (trinta e três décimos por cento) do valor total da Garantia, por dia de atraso.

CGMSAT 003365

16.1. O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito em favor da **CONTRATADA**, porventura existente junto a **CONTRATANTE**, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será descontada da garantia contratual.

16.2. Se a somatória do valor da Nota Fiscal e Garantia Contratual for insuficiente para quitar o valor da multa pecuniária, a **CONTRATADA** será obrigada a recolher a importância devida no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

16.3. Esgotados os meios administrativos para a liquidação da importância devida pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, sem que esta tenha sido feita, o processo correspondente será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

16.4. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

Eventuais alterações ao CONTRATO somente poderão ser efetuadas por Termos Aditivos, nos termos dos artigos 58 e 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DEFINIÇÕES

Em se tratando de INSUMOS CRÍTICOS OU INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE (ICS) devem ser consideradas algumas definições importantes, tais como:

Insumos Críticos ou Insumos Estratégicos à Saúde (ICS): Medicamentos, correlatos, vacinas, soros, praguicidas, kits diagnósticos, insumos de prevenção, alimentos, equipamentos, dentre outros, destinados à distribuição para a rede pública do Sistema Único de Saúde (SUS).

Medicamento - Produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico.

Insumo Farmacêutico - Droga ou matéria-prima aditiva ou complementar de qualquer natureza, destinada ao emprego em medicamentos, quando for o caso, ou em seus recipientes.

Correlato - Substância, produto, aparelho ou acessório não enquadrado nos conceitos anteriores, cujo uso ou aplicação esteja ligado à defesa, proteção e vigilância da saúde individual ou coletiva, à higiene pessoal ou de ambientes, ou a fins de diagnósticos e analíticos, os cosméticos e perfumes, e, ainda, os produtos dietéticos, óticos, de acústica médica, odontológicos, veterinários, EPI, etc.

Vacina: agente de imunização ativa.

Soro: agente de imunização passiva artificial.

Praguicida: substância utilizada no combate e eliminação de pragas (insetos, animais sinantrópicos).

Kits diagnósticos: conjunto de itens utilizado em testes laboratoriais com fins diagnósticos.

Insumos de prevenção: produto fim de um processo de manufatura ou processo industrial com finalidade preventiva a doenças e riscos à saúde.

Alimentos: toda e qualquer substância fonte de energia e nutrientes para seres vivos.

Equipamentos: em se tratando de insumos críticos em saúde, todo e qualquer aparelho ou objeto médico ambulatorial e hospitalar, armadilhas e materiais diversos necessários à captura de animais para pesquisas, bens da Reserva Técnica da SVS (veículos, bombas de UBV pesada e manual, microscópio, etc.).

Impressos: Manuais instrucionais das Áreas Técnicas necessários ao desenvolvimento das atividades finalísticas tais como: Manual de Dengue e outros manuais, Declarações de Nascidos Vivos, Declarações de Óbitos dentre outros.

Animais vivos: Animais vivos destinados à pesquisa na área de vigilância em saúde.

Amostra Biológica : Amostras de origem humana ou animal destinadas a elucidação de diagnósticos laboratorial e investigação de epidemiológica ou ambiental, a saber : sangue total e seus derivados, aspirados e líquidos corporais em geral, fragmentos de vísceras, peças anatômicas, insetos, entre outros acondicionados congelados em gelo seco, nitrogênio líquido ou resfriados.

CLÁUSULA DÉCIMA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLAUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pela **CONTRATANTE**, seguindo os Princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de direito privado e as regulamentações contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação de extrato deste instrumento de Contrato, no Diário Oficial, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, como condição de eficácia, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Seção Judiciária da Justiça Federal, no Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem de acordo, ajustadas e **CONTRATADAS**, após lido e achado conforme, as partes firmam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, cujo Instrumento ficará arquivado no Departamento de Logística deste Ministério, conforme dispõe o artigo 60 da Lei n.º 8.666/93.

Brasília, 27 de dezembro de 2010

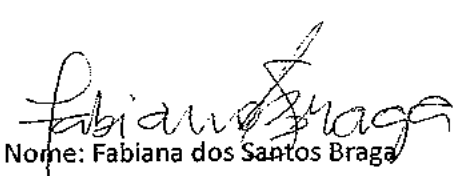


VAGNER DE SOUZA LUCIANO
Pela **CONTRATANTE**




RAIMUNDO NONATO BRASIL
Pela **CONTRATADA**

Testemunhas:



Nome: Fabiana dos Santos Braga

CPF: 690.718.881-34



Nome: Gilmar Pinto Pereira

CPF: 184.148.001-06

Executiva em Joinville e suas Unidades. Fundamento Legal: Art 65 da Lei 8666/93 Vigência: 06/02/2011 a 05/02/2012. Valor Total: R\$337.923,92. Fonte: 151000000 - 2011NE800035. Data de Assinatura: 02/02/2011.

(SICON - 17/02/2011) 512006-57202-2011NE800014

GERÊNCIA-EXECUTIVA - B - DO INSS EM MARINGÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 90519/2010

Nº Processo: 35195000919201028. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO -SOCIAL. CNPJ Contratado: 01542451000113. Contratado : VIBEL COMERCIAL LTDA -Objeto: Aquisição de carrinho para transporte de processos tipo L até 50 kg. Fundamento Legal: Lei nº 10520/02, 8666/93, Dec. nº 5450/05, 3555/00, 3722/01, 4342/02, 6204/07, 3931/01 e LC nº 123/06. Vigência: 14/01/2011 a 14/03/2011. Valor Total: R\$1.102,70. Fonte: 151000000 - 2010NE900519. Data de Assinatura: 14/01/2011.

(SICON - 17/02/2011) 512006-57202-2011NE800014

GERÊNCIA-EXECUTIVA - B - DO INSS EM NOVO HAMBURGO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 8/2011

Nº Processo: 35270000101201146. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO -SOCIAL. CNPJ Contratado: 04415316000103. Contratado : GENIAL PRODUTOS PARA LIMPEZA LTDA-Objeto: Aquisição de material de consumo: papel_toalha 1 dobra, marca Genial, pacote com 1.250_folhas; quantidade 300. Fundamento Legal: Lei 8.666/1993 e alterações posteriores. Vigência: 09/02/2011 a 09/03/2011. Valor Total: R\$1.559,00. Fonte: 151000000 - 2011NE800059. Data de Assinatura: 09/02/2011.

(SICON - 17/02/2011) 512006-57202-2011NE800014

GERÊNCIA-EXECUTIVA - B - DO INSS EM PONTA GROSSA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 73/2010

Nº Processo: 35198000693201035. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO -SOCIAL. CNPJ Contratado: 11774132000197. Contratado : MARCELO JACOB -Objeto: Aquisição de material de consumo (copos descartáveis, cola instantânea, borrachas, cola branca, livros de protocolos, papel contact, régua, tesouras, umedecedor de dedo) para suprir as necessidades da GEX Ponta Grossa - PR e unidades de sua circunscrição. Autorização de Compra nr. 73/2010. Fundamento Legal: Lei nr. 8.666/1993, Dec. nr. 3.931/2001 e alterações posteriores. Vigência: 17/12/2010 a 31/12/2010. Valor Total: R\$4.169,44. Fonte: 118033908 - 2010NE900377. Data de Assinatura: 17/12/2010.

(SICON - 17/02/2011) 512006-57202-2011NE800014

Ministério da Saúde

SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

No Extrato do Convênio nº 718405/2009, do(a) PREF MUN TARUMÁ/SP, publicado no Diário Oficial da União nº. 13, de 20/01/2010, Seção 3, Página 188, onde se lê: ESPÉCIE: Extrato do Convênio nº 718405/2009, leia-se: ESPÉCIE: Extrato do Convênio nº 718406/2009.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS GERAIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 311/2010

Nº Processo: 25000084856201031. Contratante: MINISTERIO DA SAUDE -CNPJ Contratado: 24893687000108. Contratado : VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA -Objeto: Prestação de serviços de transporte multimodal (Fundamento: Lei Federal nº 9611, de 19.2.1998 e Decreto nº 3411, de 12.4.2000), de forma contínua, nas modalidades aéreo e terrestre, incluindo o transporte, movimentação, embalagem, coleta, carregamento, descarregamento, desembalagem, entrega, montagem e desmontagem, armazenagem e toda a arrumação em geral, de Insumos Críticos a Saúde (ICS) conforme condições estabelecidas no instrumento convocatório e proposta da contratada. Fundamento Legal: Lei nº 10520/2002, Lei nº 8666/1993 e demais legislação referente a matéria. Vigência: 27/12/2010 a 26/12/2011. Valor Total: R\$63.500.000,00. Fonte: 151000000 - 2010NE904990. Data de Assinatura: 27/12/2010.

(SICON - 17/02/2011) 250005-00001-2011NE800049

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 21/2011

Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para Aquisição de Materiais de Consumo (Hortifrutigranjeiro). Total de Itens Licitados: 00063 . Edital: 18/02/2011 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h00 . ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios, Bl. G, Ala "A", Ed. Anexo, Sala 464 Plano Piloto - BRASILIA - DF . Entrega das Propostas: a partir de 18/02/2011 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br . Abertura das Propostas: 02/03/2011 às 09h00 site www.comprasnet.gov.br . Informações Gerais: O edital poderá se retirado no sitio www.comprasnet.gov.br

HUDSON DE CARVALHO BASTO
Pregoeiro

(SIDECA - 17/02/2011) 250005-00001-2011NE800049

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 14/2011

O Ministério da Saúde, por meio do Pregoeiro Oficial, torna público o Resultado de Julgamento do Processo nº 25000.637909/2009-95, referente ao Pregão Presencial nº 14/2010, cujo objeto é o Registro de Preços de 20.000.000 de gel lubrificante, apresentação sachê 5g, tendo sido adjudicado e homologado em favor da empresa CARBOGEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 00.969.061/0001-61, ao preço global de R\$ 3.600.000,00.

LEVI SANTOS DUARTE

(SIDECA - 17/02/2011) 250005-00001-2011NE800049

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Contrato Nº 25/2011 publicado no D.O. de 17/02/2011 , Seção 3, Pág. 92. Onde se lê: Nº Processo: 25000156820201036 Leia-se : Nº Processo: 25000156820201066

(SICON - 17/02/2011) 250005-00001-2011NE800049

DIRETORIA-EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 1010/2006

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº. 00.530.493/0001-71, e FUNDACAO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO AMAZONAS, Estado do AMAZONAS - CNPJ nº. 63.678.320/0001-15. OBJETO: Prorrogar a vigência do Convênio nº. 1010/2006, destinado "Estudo e Pesquisa - Implantação de Sistema Informatizado de Medição do Desempenho do Plano Estratégico do Hemoam", até 02/03/2012, a contar de seu vencimento. PROCESSO: 25000.187068/2006-19. VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 02/03/2012. DATA DE ASSINATURA: 08/02/2011. SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - C.P.F. nº. 236.795.140-34 - DIRETOR-EXECUTIVO DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE/MS; NELSON ABRAHIM FRAIJI - C.P.F. nº. 022.561.852-49, DIRETOR-PRESIDENTE, FUNDACAO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO AMAZONAS.

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 108/2009

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº. 00.530.493/0001-71, e FUNDACAO OSWALDO CRUZ, Estado do RIO DE JANEIRO - CNPJ nº. 33.781.055/0001-35. OBJETO: Prorrogar a vigência do Termo de Cooperação nº. 108/2009, destinado Implementação da Caderneta de Saúde do Adolescente, até 31/12/2011, a contar de seu vencimento. PROCESSO: 25000.647517/2009-34. VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 31/12/2011. DATA DE ASSINATURA: 08/02/2011. SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - C.P.F. nº. 236.795.140-34 - DIRETOR-EXECUTIVO DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE/MS; PAULO ERNANI GADELHA VIEIRA - C.P.F. nº. 422.312.997-04, PRESIDENTE, FUNDACAO OSWALDO CRUZ.

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 1120/2008

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº. 00.530.493/0001-71, e UNIVERSIDADE DE SAO PAULO, Estado de SAO PAULO - CNPJ nº. 63.025.530/0001-04. OBJETO: Prorrogar a vigência do Convênio nº. 1120/2008, destinado Projeto Inquerito Epidemiológico com Idosos Em Idade Avancada, até 31/07/2011, a contar de seu vencimento. PROCESSO: 25000.106571/2008-43. VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 31/07/2011.

DATA DE ASSINATURA: 07/02/2011. SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - C.P.F. nº. 236.795.140-34 - DIRETOR-EXECUTIVO DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE/MS; HELIO NOGUEIRA DA CRUZ - C.P.F. nº. 202.708.958-68, VICE-REITOR, UNIVERSIDADE DE SAO PAULO.

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 1091/2007

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº. 00.530.493/0001-71, e FUNDACAO HEMOMINAS, Estado de MINAS GERAIS - CNPJ nº. 26.388.330/0001-90. OBJETO: Prorrogar a vigência do Convênio nº. 1091/2007, destinado Curso de Capacitação de Servidores da Área Técnica e Administrativa, até 02/03/2012, a contar de seu vencimento. PROCESSO: 25000.208864/2007-83. VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 02/03/2012. DATA DE ASSINATURA: 08/02/2011. SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - C.P.F. nº. 236.795.140-34 - DIRETOR-EXECUTIVO DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE/MS; ANNA BARBARA FREITAS CARNEIRO PROIETTI - C.P.F. nº. 317.791.156-87, PRESIDENTA, FUNDACAO HEMOMINAS.

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 109/2009

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº. 00.530.493/0001-71, e FUNDACAO OSWALDO CRUZ, Estado do RIO DE JANEIRO - CNPJ nº. 33.781.055/0001-35. OBJETO: Prorrogar a vigência do Termo de Cooperação nº. 109/2009, destinado Estudo e Pesquisa Em Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças, até 15/12/2011, a contar de seu vencimento. PROCESSO: 25000.647293/2009-61. VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 15/12/2011. DATA DE ASSINATURA: 08/02/2011. SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - C.P.F. nº. 236.795.140-34 - DIRETOR-EXECUTIVO DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE/MS; PAULO ERNANI GADELHA VIEIRA - C.P.F. nº. 422.312.997-04, PRESIDENTE, FUNDACAO OSWALDO CRUZ.

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 1297/2008

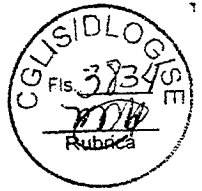
CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº. 00.530.493/0001-71, e FUNDACAO FACULDADE DE MEDICINA, Estado de SAO PAULO - CNPJ nº. 56.577.059/0001-00. OBJETO: Prorrogar a vigência do Convênio nº. 1297/2008, destinado Projeto Avaliacao dos Impactos na Saude dos Niveis de Poluicao Atmosferica nas Cidades Brasileiras e das Politicas de Controle da Poluicao no Ar Por Veiculos Automotores, até 27/07/2011, a contar de seu vencimento. PROCESSO: 25000.107957/2008-72. VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 27/07/2011. DATA DE ASSINATURA: 07/02/2011. SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - C.P.F. nº. 236.795.140-34 - DIRETOR-EXECUTIVO DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE/MS; FLAVIO FAVA DE MORAES - C.P.F. nº. 004.953.448-34, DIRETOR-GERAL, FUNDACAO FACULDADE DE MEDICINA.

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 113/2009

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº. 00.530.493/0001-71, e FUNDACAO OSWALDO CRUZ, Estado do RIO DE JANEIRO - CNPJ nº. 33.781.055/0001-35. OBJETO: Prorrogar a vigência do Termo de Cooperação nº. 113/2009, destinado Realização de Estudos e Pesquisa Sobre Bases Conceituais e Tecnologias de Gestão de Redes Regionalizadas de Atenção À Saúde do Sus, até 31/12/2011, a contar de seu vencimento. PROCESSO: 25000.646800/2009-49. VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 31/12/2011. DATA DE ASSINATURA: 08/02/2011. SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - C.P.F. nº. 236.795.140-34 - DIRETOR-EXECUTIVO DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE/MS; PAULO ERNANI GADELHA VIEIRA - C.P.F. nº. 422.312.997-04, PRESIDENTE, FUNDACAO OSWALDO CRUZ.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

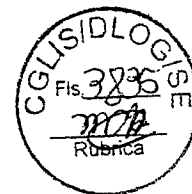


PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 311/2010 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E A EMPRESA VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA.

A **UNIÃO**, por intermédio do Departamento de Logística em Saúde da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde com sede em Brasília-DF, na Esplanada dos Ministérios, Bloco "G" - 4º Andar - Edifício Anexo, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 00394.544/0008-51, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por Wagner de Souza Luciano, portador do RG n.º 1.162.582 SSP/DF, e do CPF/MF n.º 473.420.481-00, em conformidade com a competência delegada por meio do Decreto n.º 7.530, de 21/07/2011, publicado no Diário Oficial da União em 22/07/2011 e Portaria/MS n.º 2.280, de 23/09/2011, publicada no Diário Oficial da União de 28/09/2011 e a empresa **VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA.**, inscrita n.º CNPJ/MF n.º 24.893.687/0001-08, estabelecida no Aeroporto Internacional de Brasília – Terminal de Carga Aérea – CEP: 71.608-900, em Brasília/DF, neste ato representada pelo seu Diretor de Cargas, Raimundo Nonato Brasil, portador da Carteira de Identidade n.º 441.980 – SSP/DF e inscrito no CPF sob n.º 214.666.701-00, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar este Termo Aditivo ao Contrato n.º 311/2010, em conformidade com o que consta do Processo n.º 25000.084856/2010-31, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93 e demais normas que regem a matéria, os quais as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n.º 311/2010, que passa a ter vigência a partir de 27/12/2011 até 26/12/2012.



CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor total anual estimado deste Contrato é 63.500.000,00 (sessenta e três milhões e quinhentos mil Reais)

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GARANTIA

Como garantia integral de todas as obrigações assumidas, inclusive indenizações a terceiros e multas que venham a ser aplicadas, em conformidade com o disposto no § 1º, artigo 56 da Lei nº 8.666/93, a **CONTRATADA** prestará, no prazo de 10 (dez) dias da data de assinatura do aditivo, garantia de R\$ 3.175.000,00 (três milhões cento e setenta e cinco mil Reais), equivalente a 5 % do valor total do aditivo.

- a) A garantia será liberada ou restituída após a execução do Contrato, desde que o Ajuste seja cumprido integralmente pela **CONTRATADA**.
- b) Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, a **CONTRATADA** obriga-se a promover a respectiva reposição do valor ou da parcela utilizada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for formalmente notificada pela **CONTRATANTE**.
- c) O prazo de validade da garantia deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias após o término da vigência do Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas originárias deste Aditivo correrão à conta do Programa de Trabalho nº 10122075020000001, Natureza da Despesa 3390.39, constantes do Orçamento Geral da União de 2011 e, para os exercícios subsequentes à conta despesas consignadas para esse fim.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

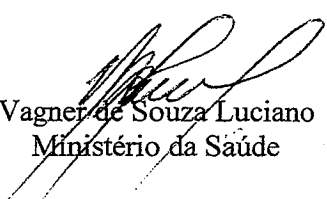
Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições constantes no Contrato Originário, não modificadas no todo ou em parte, pelo presente Termo Aditivo.

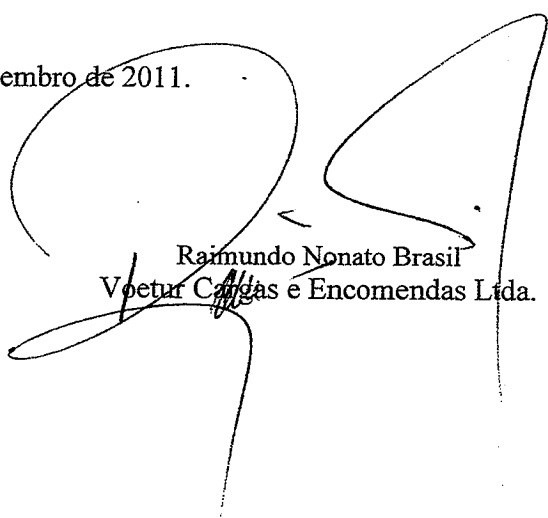
CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

A **CONTRATANTE** providenciará a publicação deste Termo Aditivo, por extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês subsequente de sua assinatura, conforme prevê o art. 61, parágrafo único da Lei 8.666/93.

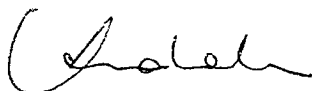
E, assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.


Brasília, 15 de dezembro de 2011.


Vagner de Souza Luciano
Ministério da Saúde


Raimundo Nonato Brasil
Voetur Cargas e Encomendas Ltda.

Testemunhas:




José Tarcísio da Silva
CPF Nº 357.931.251-15



EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 498/2011

Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Contratado: VALDA DE FATIMA DA SILVA - matrícula SIAPE nº 1735937. Objeto: Prorrogar o Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados por Tempo Determinado - PS IV. Fundamentação Legal: Artigo 2º, inciso VI, alínea "i"; artigo 3º, parágrafo 3º, artigo 4º e inciso IV do parágrafo único do artigo 4º da Lei nº. 8.745, de 1993, com a redação dada pela Lei nº. 9.849, de 1999, Lei nº. 10.667, de 2003 e Lei nº. 11.784, de 2008; Decreto nº. 4.748, de 2003, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº. 6.479, de 2008. Vigência: 09/11/2011 a 08/11/2012.

1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 599/2010

Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Contratado: FELIPE OLIVEIRA EMERY - matrícula SIAPE nº 1825291. Objeto: Prorrogar o Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados por Tempo Determinado - PS III. Fundamentação Legal: Artigo 2º, inciso VI, alínea "i"; artigo 3º, parágrafo 3º, artigo 4º e inciso IV do parágrafo único do artigo 4º da Lei nº. 8.745, de 1993, com a redação dada pela Lei nº. 9.849, de 1999, Lei nº. 10.667, de 2003 e Lei nº. 11.784, de 2008; Decreto nº. 4.748, de 2003, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº. 6.479, de 2008. Vigência: 09/11/2011 a 08/11/2012.

2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 503/2009

Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Contratado: FELIPE CHRISOSTOMO DE CARVALHO - matrícula SIAPE nº 1736472. Objeto: Prorrogar o Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados por Tempo Determinado - PS III. Fundamentação Legal: Artigo 2º, inciso VI, alínea "i"; artigo 3º, parágrafo 3º, artigo 4º e inciso IV do parágrafo único do artigo 4º da Lei nº. 8.745, de 1993, com a redação dada pela Lei nº. 9.849, de 1999, Lei nº. 10.667, de 2003 e Lei nº. 11.784, de 2008; Decreto nº. 4.748, de 2003, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº. 6.479, de 2008. Vigência: 10/11/2011 a 09/11/2012.

1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 597/2010

Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Contratado: WANIA DE FATIMA FARAONI BERTANHA - matrícula SIAPE nº 1825236. Objeto: Prorrogar o Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados por Tempo Determinado - PS IV. Fundamentação Legal: Artigo 2º, inciso VI, alínea "i"; artigo 3º, parágrafo 3º, artigo 4º e inciso IV do parágrafo único do artigo 4º da Lei nº. 8.745, de 1993, com a redação dada pela Lei nº. 9.849, de 1999, Lei nº. 10.667, de 2003 e Lei nº. 11.784, de 2008; Decreto nº. 4.748, de 2003, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº. 6.479, de 2008. Vigência: 09/11/2011 a 08/11/2012.

1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 600/2010

Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Contratado: DEBORA CAETANO DE SOUZA MARTINS GUIMARAES - matrícula SIAPE nº 1825270. Objeto: Prorrogar o Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados por Tempo Determinado - PS IV. Fundamentação Legal: Artigo 2º, inciso VI, alínea "i"; artigo 3º, parágrafo 3º, artigo 4º e inciso IV do parágrafo único do artigo 4º da Lei nº. 8.745, de 1993, com a redação dada pela Lei nº. 9.849, de 1999, Lei nº. 10.667, de 2003 e Lei nº. 11.784, de 2008; Decreto nº. 4.748, de 2003, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº. 6.479, de 2008. Vigência: 09/11/2011 a 08/11/2012.

1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 594/2010

Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Contratado: KARIME DA FONSECA PORTO - matrícula SIAPE nº 1825743. Objeto: Prorrogar o Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados por Tempo Determinado - PS IV. Fundamentação Legal: Artigo 2º, inciso VI, alínea "i"; artigo 3º, parágrafo 3º, artigo 4º e inciso IV do parágrafo único do artigo 4º da Lei nº. 8.745, de 1993, com a redação dada pela Lei nº. 9.849, de 1999, Lei nº. 10.667, de 2003 e Lei nº. 11.784, de 2008; Decreto nº. 4.748, de 2003, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº. 6.479, de 2008. Vigência: 09/11/2011 a 08/11/2012.

1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 598/2010

Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Contratado: MARIA BERNADETE FALCAO DA SILVA - matrícula SIAPE nº 1825277. Objeto: Prorrogar o Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados por Tempo Determinado - PS IV. Fundamentação Legal: Artigo 2º, inciso VI, alínea "i"; artigo 3º, parágrafo 3º, artigo 4º e inciso IV do parágrafo único do artigo 4º da Lei nº. 8.745, de 1993, com a redação dada pela Lei nº. 9.849, de 1999, Lei nº. 10.667, de 2003 e Lei nº. 11.784, de 2008; Decreto nº. 4.748, de 2003, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº. 6.479, de 2008. Vigência: 09/11/2011 a 08/11/2012.

2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 502/2009

Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Contratado: ANDRE LACERDA ULYSSES DE CARVALHO - matrícula SIAPE nº 1736492. Objeto: Prorrogar o Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados por Tempo Determinado - PS IV. Fundamentação Legal: Artigo 2º, inciso VI, alínea "i"; artigo 3º, parágrafo 3º, artigo 4º e inciso IV do parágrafo único do artigo 4º da Lei nº. 8.745, de 1993, com a redação dada pela Lei nº. 9.849, de 1999, Lei nº. 10.667, de 2003 e Lei nº. 11.784, de 2008; Decreto nº. 4.748, de 2003, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº. 6.479, de 2008. Vigência: 10/11/2011 a 09/11/2012.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032011121900138

COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

EXTRATO DE RESCISÃO

CONTRATO Nº 10011/2006

Subrogada pela UASG: 250005 - DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE. Nº Processo: 25000139868200542. Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE - CNPJ Contratado: 33530486000129. Contratado : EMPRESA BRASILEIRA DE -TELECOMUNICAÇÕES S A EMBRATEL. Objeto: Prestação de Serviços de Telefonia FixaComutada (STFC), nas modalidades Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI. Fundamento Legal: Art. 79, Inciso II, da Lei nº8666/93. Data de Rescisão: 15/12/2011 .

(SICON - 16/12/2011) 250110-00001-2011NE800033

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2011 - UASG 250005

Número do Contrato: 00290/2010, subrogado pelaUASG: 250005 - DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE.

Nº Processo: 25000143490201049. PREGÃO SISPP Nº 154/2010 Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE - CNPJ Contratado: 03143181000101. Contratado : CAST INFORMATICA S/A -Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido contrato, afim de que se estenda para o período de 03/12/2011 a 02/12/2012. Fundamento Legal: Art. 57 da Lei nº. 8666/93. Vigência: 03/12/2011 a 02/12/2012. Data de Assinatura: 02/12/2011.

(SICON - 16/12/2011) 250110-00001-2011NE800033

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 25/2011

Processo nº 25000.082386/2011-51,objeto: Aquisição de licença de uso perpétuo de solução para integração dos sistemas do Fundo nacional deSaúde (FNS) aos sistemas da rede SERPRO. Adjudicado e homologado em favor da empresa MAUVETECNOLOGIA DA INFORMACÃO LTDA, CNPJ nº 12.932.520/0001-11, pelo melhor lance de R\$ 178.000,00(Cento e setenta e oito mil), tendo sido negociado e ficando com preço final de R\$ 150.000,00(Cento e cinquenta mil).

EURISDETE PEREIRA LOPES
Pregoeira

(SIDE - 16/12/2011) 250110-00001-2011NE800033

COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS GERAIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 190/2011 - UASG 250005

Nº Processo: 25000100868201109.

PREGÃO SRP Nº 38/2011 Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE - CNPJ Contratado: 61072393000133. Contratado : WYETH INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA-Objeto: Aquisição de 2.880.720 comprimidos revestidos de Donepezila de 5mg e 3.165.480 comprimidos revestidos de Donepezila de 10mg. Fundamento Legal: Lei nº 10520/2002 e Lei nº 8666/1993. Vigência: 01/12/2011 a 30/09/2012. Valor Total: R\$51.70.320,18. Fonte: 151000000 - 2011NE803899. Data de Assinatura: 01/12/2011.

(SICON - 16/12/2011) 250005-00001-2011NE800049

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2011 - UASG 250005

Número do Contrato: 89/2010.

Nº Processo: 2500023594201038. INEXIGIBILIDADE Nº 10/2010 Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE -CNPJ Contratado: 00360305000104. Contratado : CAIXA ECONOMICA FEDERAL -Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 89/2010, iniciando em 1º de janeiro de 2012 estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.Fundamento Legal: Lei nº 8666/1993. Vigência: 01/12/2012 a 31/12/2012. Data de Assinatura: 16/12/2011.

(SICON - 16/12/2011) 250005-00001-2011NE800049

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2011 - UASG 250005

Número do Contrato: 311/2010;

Nº Processo: 25000084856201031;

PREGÃO SISPP Nº 165/2010 Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE -CNPJ Contratado: 24893687000108. Contratado : VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA -Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 311/2010, que passa ter a vigência a partir de 27/12/2011 até 26/12/2012.Fundamento Legal: Inciso II, Artigo 57, Lei nº 8666/1993. Vigência: 27/12/2011 a 26/12/2012. Data de Assinatura: 15/12/2011

(SICON - 16/12/2011) 250005-00001-2011NE800049

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
PREGÃO Nº 51/2011

O Ministério da Saúde torna público, através do Pregoeiro Oficial, o Resultado de Julgamento do Processo nº 25000.178595/2010-19, referente ao Pregão Eletrônico nº 51/2011, para Registro de Preços visando futura aquisição de coleiras antiparasitárias, tendo sido adjudicado e homologado conforme a seguir: item 01, para a empresa INTERVET DO BRASIL VETERINARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.954.091/0001-43, ao preço unitário de R\$ 11,97. Valor global de ATA de R\$ 5.985.000,00.

(SIDE - 16/12/2011) 250005-00001-2011NE800049

PREGÃO Nº 81/2011

O Ministério da Saúde torna público, por intermédio de seu Pregoeiro Oficial, o Resultado de Julgamento do Processo nº: 25000.018598/2010-19, referente ao Registro de Preços de equipamentos odontológicos, tendo sido adjudicados e homologados conforme a seguir: item 05, empresa GNATUS EQUIPAMENTOS MÉDICO ODONTOLÓGICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 48.015.119/0001-64, ao preço unitário de R\$ 2.750,00; item 09, empresa RAVAGNANI -IMP. E EXP. DE PROD. MÉDICOS, inscrita no CNPJ nº 10.362.813/0001-85, ao preço unitário de R\$ 540,00; item 10, empresa DELTRA ALUMÍNIO IMP. E EXP. IND. E COM., inscrita no CNPJ nº 13.105.037/0001-26, ao preço unitário de R\$ 112,95; item11, empresa DENTAL SP LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 04.624.123/0001-54, ao preço unitário de R\$ 170,00; item 12, empresa HOSPDENTAL EUIP. MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 13.929.454/0001-93, ao preço unitário de R\$ 620,00; item 18, empresa DENTAL ALTA MOGIANA - COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS, inscrita no CNPJ nº 05.375.276/0001-03, ao preço unitário de R\$ 690,00.

WEBERSON PEREIRA DA SILVA

(SIDE - 16/12/2011) 250005-00001-2011NE800049

DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 1313/2011 - UASG 250005

Nº Processo: 25000217255201011 . Objeto: Aquisição de 3 frascos de MABTHERA 50ML e 08 frascos de MABTHERA 10ML. Total de Itens Licitados: 00002 . Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso IV da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 . Justificativa: Trata-se de Ação Judicial. Declaração de Dispensa em 15/12/2011 . GISELIA FERREIRA . Coordenadora-geral de Análise Das Contratações de Insumos Estratégicos para Saúde . Ratificação em 15/12/2011 . VAGNER DE SOUZA LUCIANO . Diretor do Departamento de Logística em Saúde . Valor Global: R\$ 18.014,90 . CNPJ CONTRATADA : 33.009.945/0002-04 PRODUTOS ROCHE QUIMICOS E FARMACEUTICOS S A.

(SIDE - 16/12/2011) 250005-00001-2011NE800049

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 73/2011 - UASG 250005

Nº Processo: 25000138917201178 . Objeto: Trata-se da aquisição de 430.000 seringas-preenchidas do medicamento Adalimumabe 40mg solução injetável. Total de Itens Licitados: 00001 . Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso I da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 . Justificativa: A empresa Abbott Laboratórios do Brasil Ltda é fabricante e distribuidora exclusiva em todo território nacional. Declaração de Inexigibilidade em 16/12/2011 . GISELIA FERREIRA . Coordenadora-geral de Análise Das Contratações de Insumos Estratégicos para Saúde - Cgies . Ratificação em 16/12/2011 . VAGNER DE SOUZA LUCIANO . Diretor do Departamento de Logística em Saúde . Valor Global: R\$ 523.365.900,00 . CNPJ CONTRATADA : 56.998.701/0016-00 ABBOTT LA BORATORIOS DO BRASIL LT-DA.

(SIDE - 16/12/2011) 250005-00001-2011NE800049

NÚCLEO ESTADUAL DE ALAGOAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2011 - UASG 250013

Nº Processo: 25020004612201125.

PREGÃO SISPP Nº 8/2011 Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE -CNPJ Contratado: 10878081000180. Contratado : PORTOCALLE SERVICOS GERAIS LTDA -Objeto: É a contratação de empresa visando à prestação de serviços, de natureza continuada, de manutenção predial preventiva e corretiva (item 1 - bombeiro hidráulico oficial; item 2 - electricista oficial de baixa e alta tensão) nas instalações do NE/MS/AL. Fundamento Legal: lei nº. 5.450/2005, a Instrução Normativa MPOG nº. 02/08 e Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. Vigência: 16/12/2011 a 16/12/2012. Valor Total: R\$56.956,92. Fonte: 151000000 - 2011NE800210. Data de Assinatura: 16/12/2011.

(SICON - 16/12/2011) 250013-00001-2011NE800011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º
311/2010 QUE ENTRE SI CELEBRAM A
UNIÃO, ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO
GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
DA SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS
ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO DA
SAÚDE E A EMPRESA VOETUR CARGAS
E ENCOMENDAS LTDA.**

A **UNIÃO**, por intermédio da Coordenação-Geral de Material e Patrimônio da Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Saúde, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.394.544/0036-05, com sede em Brasília/DF, neste ato representada por **GILNARA PINTO PEREIRA**, RG nº 376092-SSP/DF, CPF nº 184.148.001-06, nomeada pela Portaria nº 2707, de 30/11/2012, publicada no DOU em 03/12/2012 e conforme com as atribuições que lhe foram delegadas pela portaria nº 12, de 27/01/2011, publicada no DOU de 28/01/2011, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.893.687/0001-08, estabelecida no Aeroporto Internacional de Brasília – Terminal de Carga Aérea – CEP: 71.608-900- Brasília/DF, neste ato representada por **RAIMUNDO NONATO BRASIL**, portador da Carteira de Identidade nº 441.980-SSP/DF e inscrito no CPF/MF sob o nº 214.666.701-00, doravante denominada **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente Termo Aditivo com fulcro no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, no Processo Administrativo nº 25000.084856/2010-31, e demais normas que regem a espécie, ao quais as parte sujeitam-se a cumprir mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº. 311/2010, a fim de que se estenda para o período de 27 de dezembro de 2012 a 26 de dezembro de 2013.

CLAÚSULA SEGUNDA – DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor global anual estimado de **R\$ 63.500.000,00** (sessenta e três milhões e quinhentos mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos orçamentários destinados a cobertura das despesas correrão à conta dos recursos consignados ao Ministério da Saúde, sob a seguinte classificação: **Natureza de Despesa**

Raimundo Nonato Brasil
CI 441.980-SSP/DF
CPF: 214.666.701-00
Voetur Cargas e Encomendas Ltda
Diretor



33.90.39, PTRES 046419 e 046515, FONTE 0151, Notas de Empenho nº 2012NE801207 no valor de R\$ 9.381.944,44 (nove milhões trezentos e oitenta e um mil novecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) e nº 2012NE801208, no valor de R\$ 2.342.405,91 (dois milhões trezentos e quarenta e dois mil quatrocentos e cinco reais e noventa e um centavos) ambas emitidas em 20/12/2012, para atender as despesas com a prorrogação contratual até o final do exercício de 2012.

Parágrafo único – A Nota de Empenho para cobrir a despesa relativa ao exercício de 2013 será emitida oportunamente, indicando os recursos aprovados na dotação orçamentária para tal período.

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA.

Como garantia integral de todas as obrigações assumidas, a CONTRATADA prestará, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura deste instrumento, garantia no valor de R\$ 3.175.000,00 (três milhões cento e setenta e cinco mil reais) correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, conforme o disposto no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93, com validade fixada, no mínimo, até 26/03/2014.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições constantes no Contrato Administrativo nº 311/2010, não modificadas no todo ou em parte, pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Termo Aditivo no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês subsequente de sua assinatura, conforme prevê o art. 61, Parágrafo único da Lei nº. 8.666/93.

E, assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, depois de lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

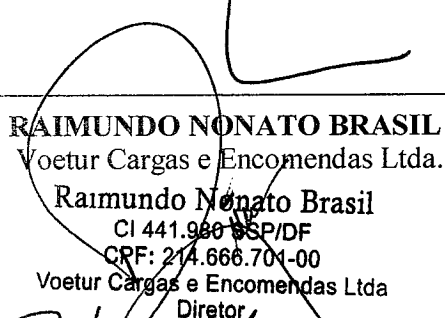
Brasília, 26 de dezembro de 2012.

CONTRATANTE:



GILNARA PINTO PEREIRA
Coordenadora-Geral de Material e Patrimônio

CONTRATADA:



RAIMUNDO NONATO BRASIL
Voetur Cargas e Encomendas Ltda.
Raimundo Nonato Brasil
CI 441.988-8/SP/DF
CPF: 214.666.704-00
Voetur Cargas e Encomendas Ltda
Diretor

TESTEMUNHAS:

Nome Cláudio Milne
CPF 256.696.054-20

Nome Pedro Ferreira
CPF 092.295.094-69



EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 235/2012

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a(o) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ - CNPJ nº 33.663.683/0001-16.

OBJETO: Garantir a Cooperação entre o CONCEDENTE E O (A) COOPERANTE no desenvolvimento das atividades de / para "Estudo e Pesquisa - Farmacogenética da Terapia Anti-Hiv na População Brasileira: Estudo do Impacto de Poliformismos Genéticos Humanos nos Perfis de Resposta Aos Fármacos Anti-Hiv e Desenvolvimento de Reações Adversas", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme especificações técnicas e objetivos constantes do plano de trabalho a ele vinculado, que passa a integrar o presente termo.

PROCESSO: 25000.210337/2012-04.

CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Termo de Cooperação Técnica são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 230.250,00, UG: 257001, Gestão: 00001, Classificação Programática: 10305201520QD0001

RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 230.250,00 (Duzentos e trinta mil, duzentos e cinquenta reais).

NOTA DE CRÉDITO: 400599 de 05/12/2012

VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 22/12/2013.

DATA DE ASSINATURA: 27/12/2012

SIGNATÁRIOS: MÁRCIA APARECIDA DO AMARAL, SECRETÁRIA EXECUTIVA - CPF nº 007.980.138-26; CARLOS ANTONIO LEVI DA CONCEIÇÃO, REITOR - CPF nº 380.078.517-04.

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 236/2012

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a(o) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ - CNPJ nº 33.663.683/0001-16.

OBJETO: Garantir a Cooperação entre o CONCEDENTE E O (A) COOPERANTE no desenvolvimento das atividades de / para "Estudo e Pesquisa - Sorovigilância do Hiv-2 e Avaliação de Testes Rápidos para Detecção de Hiv-1/2, Hcv e Hbv", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme especificações técnicas e objetivos constantes do plano de trabalho a ele vinculado, que passa a integrar o presente termo.

PROCESSO: 25000.210354/2012-33.

CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Termo de Cooperação Técnica são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 450.000,00, UG: 257001, Gestão: 00001, Classificação Programática: 10305201520QD0001

RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais).

NOTA DE CRÉDITO: 400600 de 05/12/2012

VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 22/12/2013.

DATA DE ASSINATURA: 27/12/2012

SIGNATÁRIOS: MÁRCIA APARECIDA DO AMARAL, SECRETÁRIA EXECUTIVA - CPF nº 007.980.138-26; CARLOS ANTONIO LEVI DA CONCEIÇÃO, REITOR - CPF nº 380.078.517-04.

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 237/2012

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a(o) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ - CNPJ nº 33.663.683/0001-16.

OBJETO: Garantir a Cooperação entre o CONCEDENTE E O (A) COOPERANTE no desenvolvimento das atividades de / para "Estudo e Pesquisa - Desenvolvimento de Uma Plataforma de Teste de Resistência Primária do Hiv Pela Nova Tecnologia de Sequenciamento Profundo, Em Todos Os Alvos Terapêuticos (Protease, Teste Rápido, Integrase e Envelope)", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme especificações técnicas e objetivos constantes do plano de trabalho a ele vinculado, que passa a integrar o presente termo.

PROCESSO: 25000.210343/2012-53.

CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Termo de Cooperação Técnica são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 520.558,00, UG: 257001, Gestão: 00001, Classificação Programática: 10305201520QD0001

RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 520.558,00 (Quinhentos e vinte mil, quinhentos e cinquenta e oito reais).

NOTA DE CRÉDITO: 400601 de 05/12/2012

VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 22/12/2013.

DATA DE ASSINATURA: 27/12/2012

SIGNATÁRIOS: MÁRCIA APARECIDA DO AMARAL, SECRETÁRIA EXECUTIVA - CPF nº 007.980.138-26; CARLOS ANTONIO LEVI DA CONCEIÇÃO, REITOR - CPF nº 380.078.517-04.

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 245/2012

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a(o) FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ/RJ - CNPJ nº 33.781.055/0001-35.

OBJETO: Garantir a Cooperação entre o CONCEDENTE E O (A) COOPERANTE no desenvolvimento das atividades de / para "Estudo e Pesquisa para Gestão da Vigilância Em Saúde Ambiental", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme especificações técnicas e objetivos constantes do plano de trabalho a ele vinculado, que passa a integrar o presente termo.

PROCESSO: 25000.214186/2012-55.

CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Termo de Cooperação Técnica são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 1.207.000,00, UG: 257001, Gestão: 00001, Classificação Programática: 10305201561860001 10305201587200001

RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 1.207.000,00 (Um milhão, duzentos e sete mil reais).

NOTA DE CRÉDITO: 400615 de 06/12/2012

VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 22/12/2013.

DATA DE ASSINATURA: 27/12/2012

SIGNATÁRIOS: MÁRCIA APARECIDA DO AMARAL, SECRETÁRIA EXECUTIVA - CPF nº 007.980.138-26; PAULO ERNANI GADELHA VIEIRA, PRESIDENTE - CPF nº 422.312.997-04.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 94/2012 - UASG 250110**

Nº Processo: 25000167267201259 . Objeto: Contratação de empresa para assinatura de Mídia Impressa incluindo fornecimento e entrega. Define-se como Mídia Impressa a compilação dos mais importantes jornais e revistas do país, onde são reproduzidas na íntegra, várias colunas, editoriais, notícias nacionais e internacionais, e a primeira página dos principais jornais. Total de Itens Licitados: 00001 . Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso VIII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. . Justificativa: A EBC, integrante da Administração Pública, foi criada para esse fim específico. Declaração de Dispensa em 27/12/2012 . GILNARA PINTO PEREIRA . Coordenadora-geral de Material e Patrimônio . Ratificação em 27/12/2012 . MARCOS JOSE PEREIRA DAMASCENO . Subsecretário de Assuntos Administrativos . Valor Global: R\$ 302.400,00 . CNPJ CONTRATADA : 09.168.704/0001-42 EMPRESA B RASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC.

(SIDECA - 27/12/2012) 250110-00001-2012NE800066

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS**AVISO DE ANULAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2012**

Fica anulada a Dispensa de Licitação supracitada referente ao processo Nº 25000186144201

MAIRA ALBUQUERQUE DA COSTA
Administradora

(SIDECA - 27/12/2012) 250110-00001-2012NE800061

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL**EXTRATO DE RESCISÃO**

CONTRATO Nº . 0503/2009

Nº . Processo: SIPAR 25000.223459/2012-52. Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Contratado: FELIPE CHRISOSTOMO DE CARVALHO - matrícula SIAPE nº. 1736472. Objeto: Contrato de Prestação de Serviços às Comunidades Indígenas por tempo determinado. Fundamentação Legal: Art. 12, Inciso II da Lei nº. 8.745/93. Data de Rescisão: 11/01/2013.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Espécie: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 859/2011
Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Contratado: ANNA PAULA HORMES DE CARVALHO - matrícula SIAPE nº 1558833. Objeto: Prorrogar o Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados por Tempo Determinado - PS IV. Fundamentação Legal: Artigo 2º, inciso VI, alínea "i"; artigo 3º, parágrafo 3º, artigo 4º e inciso IV do parágrafo único do artigo 4º da Lei nº. 8.745, de 1993, com a redação dada pela Lei nº. 9.849, de 1999, Lei nº. 10.667, de 2003 e Lei nº. 11.784, de 2008; Decreto nº. 4.748, de 2003, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº. 6.479, de 2008. Vigência: 01/12/2012 a 30/11/2013.

Espécie: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 602/2010
Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Contratado: ANA PAULA PRADO SILVEIRA - matrícula SIAPE nº 1829690. Objeto: Prorrogar o Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados por Tempo Determinado - PS IV. Fundamentação Legal: Artigo 2º, inciso VI, alínea "i"; artigo 3º, parágrafo 3º, artigo 4º e inciso IV do parágrafo único do artigo 4º da Lei nº. 8.745, de 1993, com a redação dada pela Lei nº. 9.849, de 1999, Lei nº. 10.667, de 2003 e Lei nº. 11.784, de 2008; Decreto nº. 4.748, de 2003, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº. 6.479, de 2008. Vigência: 06/12/2012 a 05/12/2013.

Espécie: 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 496/2009
Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Contratado: VITORIA EUGENIA REIS RODRIGUES - matrícula SIAPE nº 1729149. Objeto: Prorrogar o Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados por Tempo Determinado - PS IV. Fundamentação Legal: Artigo 2º, inciso VI, alínea "i"; artigo 3º, parágrafo 3º, artigo 4º e inciso IV do parágrafo único do artigo 4º da Lei nº. 8.745, de 1993, com a redação dada pela Lei nº. 9.849, de 1999, Lei nº. 10.667, de 2003 e Lei nº. 11.784, de 2008; Decreto nº. 4.748, de 2003, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº. 6.479, de 2008. Vigência: 02/10/2012 a 01/10/2013.

COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**EXTRATO DE CONTRATO Nº 72/2012 - UASG 250110**

Nº Processo: 25000072525201139.

PREGÃO SRP Nº 19/2011 Contratante: MINISTERIO DA SAUDE - CNPJ Contratado: 54305743001170. Contratado : MMC AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA -Objeto: Aquisição de 50 unidades de pick-up cabine dupla tração 4x4, para reforçar as estruturas das Secretarias Estaduais e Municipais no combate à dengue. Fundamento Legal: Leis n.10520/02 e n.8666/93; Vigência: 20/12/2012 a 18/03/2013. Valor Total: R\$4.826.000,00. Fonte: 151000000 - 2012NE801127. Data de Assinatura: 20/12/2012.

(SICON - 27/12/2012) 250110-00001-2012NE800061

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2012

Nº Processo 25000.174621/2012-00. Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Contratada: DIVENA LITORAL VEÍCULOS LTDA. CNPJ da Contratada 02.990.234/0001-59. Objeto: a aquisição de veículos acessíveis de transporte de pessoas com deficiência. Fundamento Legal: Lei n.º10.520/2002 Lei Complementar n.ºs 123/2006 e 127/2007, e subsidiariamente a Lei n.º 8.666/93. Vigência: 27/12/2012 a 26/12/2013. Valor total: R\$ 4.640.000,00 (quatro milhões e seiscentos e quarenta mil reais). Data da Assinatura: 27/12/2012.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2012 - UASG 250110

Número do Contrato: 43/2011.

Nº Processo: 25000088635201112.

PREGÃO SRP Nº 16/2011 Contratante: MINISTERIO DA SAUDE - CNPJ Contratado: 41587502001110. Contratado : LANLINK INFORMATICA LTDA -Objeto: Prorrogação do referido contrato, para que se estenda de 30/12/2012 a 29/12/2013. Fundamento Legal: Art.57 da Lei n.8666/93; . Vigência: 30/12/2012 a 29/12/2013. Data de Assinatura: 27/12/2012.

(SICON - 27/12/2012) 250110-00001-2012NE800061

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2012 - UASG 250005

Número do Contrato: 00311/2010, subrogado pelaUASG: 250005 - DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE.

Nº Processo: 35000084856201031.

PREGÃO SISPP Nº 165/2010 Contratante: MINISTERIO DA SAUDE -CNPJ Contratado: 24893687000108. Contratado : VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA -Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido contrato, a fim de que se estenda de 27/12/2012 a 26/12/2013. Fundamento Legal: Inciso II, art.57 da Lei n. 8666/93. Vigência: 27/12/2012 a 26/12/2013. Data de Assinatura: 26/12/2012.

(SICON - 27/12/2012) 250110-00001-2012NE800061

COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS GERAIS**EXTRATO DE CONTRATO Nº 129/2012 - UASG 250005**

Nº Processo: 25000039959201216.

PREGÃO SISPP Nº 35/2012 Contratante: MINISTERIO DA SAUDE -CNPJ Contratado: 02501297000102. Contratado : PHARLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA S.AObjeto: Aquisição de 300.000 comprimidos 500mg do medicamento Claritromicina. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 5.450/2005 e Lei nº 8.666/1993. Vigência: 26/12/2012 a 31/08/2013. Valor Total: R\$181.500,00. Fonte: 151000000 - 2012NE802063. Data de Assinatura: 26/12/2012.

(SICON - 27/12/2012) 250005-00001-2012NE800061

EXTRATO DE CONTRATO Nº 145/2012 - UASG 250005

Nº Processo: 25000155890201188.

PREGÃO SRP Nº 17/2012 Contratante: MINISTERIO DA SAUDE - CNPJ Contratado: 06219757000157. Contratado : VIDAFARMA DISTRIBUIDORA DE -MEDICAMENTOS LTDA. Objeto: Aquisição de 4.471.965 ampolas de anticoncepcional hormonal injetável enantato denoretisterona 50 mg + valerato de estradiol 5mg. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 5.450/2005 e Lei nº 8.666/1993. Vigência: 27/12/2012 a 30/09/2013. Valor Total: R\$13.639.493,25. Fonte: 151000000 - 2012NE802257. Data de Assinatura: 27/12/2012.

(SICON - 27/12/2012) 250005-00001-2012NE800061

EXTRATO DE CONTRATO Nº 148/2012 - UASG 250005

Nº Processo: 25000137835201297.

PREGÃO SRP Nº 40/2012 Contratante: MINISTERIO DA SAUDE -CNPJ Contratado: 67405936000173. Contratado : PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL -AUTOMOVEIS LTDA. Objeto: Aquisição de 400 veículos tipo furgão (ambulâncias). Marca Peugeot. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993. Vigência: 21/12/2012 a 31/07/2013. Valor Total: R\$49.100.000,00. Fonte: 300000000 - 2012NE802236 Fonte: 151000000 - 2012NE802237 Fonte: 151000000 - 2012NE802238 Fonte: 151000000 - 2012NE802239 Fonte: 151000000 - 2012NE802240. Data de Assinatura: 21/12/2012.

(SICON - 27/12/2012) 250005-00001-2012NE800061



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA
COORDENAÇÃO GERAL DE ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO
SERVIÇO DE ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS

Ofício nº. 40/2013/SADM/CGAD/DLOG/SE/MS

Brasília – DF, 10 de junho de 2013

À:

Voetur Cargas e Encomendas Ltda
Sr. Raimundo Nonato Brasil

Assunto: Prorrogação do Contrato nº 311/2010.

Senhor Representante,

1. Informamos que no próximo dia 26/12/2013, dar-se-á o término da vigência do **Contrato Administrativo nº. 311/2010**, relativo ao **Processo SIPAR nº.25000.084856/2010-31**, cujo objeto é a prestação de **SERVIÇOS DE TRANSPORTE MULTIMODAL** (Fundamento: Lei Federal nº 9.611, de 19 de fevereiro de 1998 e Decreto nº 3.411, de 12 de abril de 2000), de forma contínua, nas modalidades aéreo e terrestre, qualificada para transportar, movimentar insumos, embalar, coletar, carregar, descarregar, desembalar, entregar, montar desmontar, armazenar, providenciar toda arrumação em geral para o transporte e realizar demais serviços correlatos que se fizerem necessários entre a origem e o destino, inclusive os de consolidação e desconsolidação documental, por meio de profissionais habilitados, nas dependências das Unidades de Armazenamento de Insumos Críticos à Saúde (ICS), excepcionalmente em local determinado pelo Ministério da Saúde, quando solicitado, de Insumos Críticos em Saúde (ICS) e materiais para investigação de surtos e inquéritos epidemiológicos, dentre outros, conforme detalhamento e condições estabelecidas no Edital do Pregão nº 165/2010, inclusive no Termo de Referência.

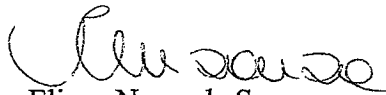
2. O presente contrato teve sua vigência prorrogada pela segunda vez através do **SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 311/2010** de 26 de dezembro de 2012, possuindo vigência atual até o dia 26 de dezembro de 2013.

3. Considerando que o referido Contrato poderá ter sua vigência prorrogada, estendendo-se até 26/12/2014, conforme Art. 57, II da Lei nº. 8.666/93, solicitamos, com a **MÁXIMA URGÊNCIA**, expressa manifestação da Voetur Cargas e Encomendas Ltda quanto ao interesse na continuidade da prestação dos serviços oferecidos ao Ministério da Saúde para que possamos dar início aos procedimentos legais de prorrogação.

Atenciosamente,



Edimar Araújo Lima
Gestor do Contrato 311/2010
Matrícula SIAPE nº. 1895540



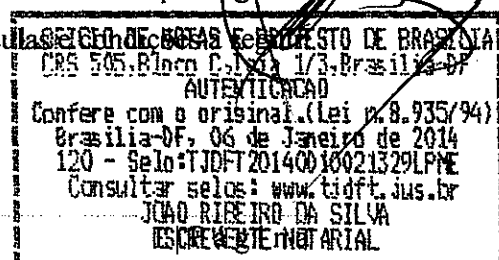
Eliane Neres de Sousa
Coordenadora de Armazenagem de
Insumos Estratégicos para Saúde - MS
Matrícula SIAPE nº 1756223



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
ADMINISTRATIVO N.º 311/2010 QUE ENTRE
SI FIRMAM A UNIÃO, ATRAVÉS DA
COORDENAÇÃO GERAL DE MATERIAL E
PATRIMÔNIO DA SUBSECRETARIA DE
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO
MINISTÉRIO DA SAÚDE E A EMPRESA
VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA.

A **UNIÃO**, por intermédio da Coordenação-Geral de Material e Patrimônio da Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Saúde, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.394.544/0036-05, com sede em Brasília/DF, neste ato representada por **THIAGO FERNANDES DA COSTA**, RG n.º 2669364 SSP/DF, CPF n.º 026.364.531-21, nomeado pela Portaria n.º 2059, de 20/11/2013, publicada no DOU em 22/11/2013 e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria n.º 12, de 27/01/2011, publicada no DOU de 28/01/2011, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.893.687/0001-08, estabelecida no Aeroporto Internacional de Brasília – Terminal de Carga Aérea – CEP: 71.608-900- Brasília/DF, neste ato representada por **RAIMUNDO NONATO BRASIL**, portador da Carteira de Identidade n.º 441.980-SSP/DF e inscrito no CPF/MF sob o n.º 214.666.701-00, doravante denominada **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente Termo Aditivo com fulcro no inciso II do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93, no Processo Administrativo n.º 25000.084856/2010-31, e demais normas que regem a espécie, ao quais as partes sujeitam-se a cumprir mediante as cláusulas seguintes.



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº. 311/2010, a fim de que se estenda para o período de 27 de dezembro de 2013 a 26 de dezembro de 2014.

CLAÚSULA SEGUNDA – DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor mensal estimado de **R\$ 5.291.666,67** (cinco milhões, duzentos e noventa e um mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) e global anual estimado de **R\$ 63.500.000,00** (sessenta e três milhões e quinhentos mil reais).

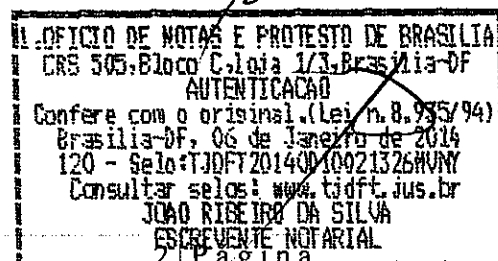
CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos orçamentários destinados a cobertura das despesas correrão à conta dos recursos consignados ao Ministério da Saúde, sob a seguinte classificação: **Natureza de Despesa 33.90.39, PTRES 046419 e 046515, FONTE 0151.**

Parágrafo único – A Nota de Empenho para cobrir a despesa relativa ao exercício de 2014 será emitida oportunamente, indicando os recursos aprovados na dotação orçamentária para tal período.

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA.

Como garantia integral de todas as obrigações assumidas, a **CONTRATADA** prestará, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura deste instrumento, garantia no valor de R\$ 3.175.000,00 (três milhões cento e setenta e cinco mil reais) correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, conforme o disposto no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93, com validade fixada, no mínimo, até 26/03/2015.



CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO


Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições constantes no Contrato Administrativo nº 311/2010, não modificadas no todo ou em parte, pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Termo Aditivo no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês subsequente de sua assinatura, conforme prevê o art. 61, Parágrafo único da Lei nº. 8.666/93.

E, assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, depois de lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Brasília, 26 de dezembro de 2013.


THIAGO FERNANDES DA COSTA
CONTRATANTE
Eduardo Seara Machado Pojo do Rego
Coordenador Geral de Material
e Patrimônio

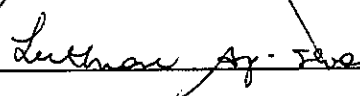

RAIMUNDO NONATO BRASIL
CONTRATADA.

Testemunhas:

Nome



Nome

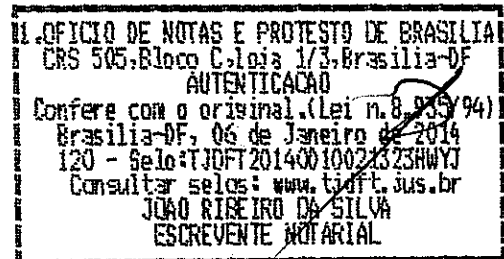


CPF

092.295.094-69

CPF

00663645153



**SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL
E PATRIMÔNIO****EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 5/2012**

Processo nº 25000.211783/2008-41. Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Contratada: A UNITEC - PRODUTOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, INSTALAÇÕES E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA - CNPJ Contratada: 04.780.046/0001-21 Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo 10040/2009, a fim de que se estenda para o período de 01 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014. Fundamento Legal: Inciso II, do Art. 57 da Lei nº 8.666/93. Valor Mensal: R\$ 7.208,00 e Valor Anual: R\$ 86.496,00. Vigência: 01/01/2014 a 31/12/2014. Data da Assinatura: 27/12/2013.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2013 - UASG 250005

Contrato nº 00292/2010, subrogado pela UASG: 250005 - DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE. Processo nº 25000078449201094. PREGÃO SISPP Nº 177/2010. Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE - CNPJ Contratado: 05950933000163. Contratado: REDECOM EMPREENDIMENTOS LTDA - Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 292/2010 para que se estenda para o período de 20 de dezembro de 2013 a 19 de dezembro de 2014. Fundamento Legal: Lei nº 8666/93. Vigência: 20/12/2013 a 19/12/2014. Data da Assinatura: 19/12/2013.

(SICON - 03/01/2014) 250110-00001-2013NE800070

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2013 - UASG 250005

Contrato nº 00311/2010, subrogado pela UASG: 250005 - DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE. Processo nº 25000084856201031. PREGÃO SISPP Nº 165/2010. Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE - CNPJ Contratado: 24893687000108. Contratado: VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA - Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 311/2010, a fim de que se estenda para o período de 27 de dezembro de 2013 a 26 de dezembro de 2014. Fundamento Legal: Lei nº 8666/93. Vigência: 27/12/2013 a 26/12/2014. Data da Assinatura: 26/12/2013.

(SICON - 03/01/2014) 250110-00001-2013NE800070

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 5/2013

A Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Saúde, por intermédio da Coordenação-Geral de Material e Patrimônio, comunica a realização da Audiência Pública Nº 05/2013, referente à contratação de empresa prestadora de serviços de consultoria, planejamento estratégico e prestação de serviços de assessoria de imprensa e relações públicas, para o MINISTÉRIO DA SAÚDE. Na data de 16/01/2014, Horário: 09 horas: Local de realização: Auditório Emílio Ribas, Edifício Sede do Ministério da Saúde, Bloco "G", Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF. Documentação: O respectivo Termo de Referência encontra-se à disposição para consultas na página oficial do Ministério da Saúde na internet: www.saude.gov.br/consultapublica no período de 03/01/2014 à 16/01/2014, e as sugestões e questionamentos deverão ser enviados exclusivamente por meio do endereço eletrônico: consultapublica.saa@saude.gov.br, até o dia 20/01/2014.

EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO
Coordenador-Geral

COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS GERAIS**AVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO Nº 1/2014**

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no DOU de 17/12/2013 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços de pulverizador costal motorizado portátil UBV-Ultra Baixo Volume. Total de Itens Licitados: 00001 Novo Edital: 06/01/2014 das 08h00 às 17h00. Endereço: Esplanada Dos Minist. Anexo "a" Sala 464 Plano Piloto - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 06/01/2014 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 16/01/2014, às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

MARCELLO NOVAES FERNANDES ESPINDULA
Chefe da Divisão de Licitações de Insumos
Estratégicos para Saúde

(SIDECA - 03/01/2014) 250110-00001-2013NE800070

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 6/2014 - UASG 250005**

Processo nº 25000.156382/2013. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preço para futura aquisição de comprimidos de MICOFENOLATO DE MOFETILA, 500mg Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 06/01/2014 de 08h00 às 17h59. Endereço: Esplanada Dos Minist. Anexo "a" Sala 408 Asa Sul - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 06/01/2014 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 16/01/2014 às 09h00 site www.comprasnet.gov.br.

MARCELLO NOVAES FERNANDES ESPINDULA
Chefe da Divisão de Licitações de Insumos
Estratégicos para Saúde

(SIDECA - 03/01/2014) 250110-00001-2013NE800070

**AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO Nº 2/2014**

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no DOU em 17/12/2013. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços visando a aquisição de Caminhões carga, potência motor mínimo 220, combustível óleo diesel, tipo motor turbo intercooler, para Oficinas Ortopédicas tipo II Itinerantes Terrestres, a fim de instrumentalizar a Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com deficiência no âmbito do SUS.

WEBERSON PEREIRA DA SILVA
Pregoeiro

(SIDECA - 03/01/2014) 250110-00001-2013NE800070

**DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL
DE SAÚDE****EXTRATO DE CONVÊNIO**

Espécie: Convênio Nº 793063/2013. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001. Conveniente: ASSOCIACAO HOSPITALAR BENEFICENTE SAO VICENTE DE PAULO, CNPJ nº 92.021.062/0001-06. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE. Valor Total: R\$ 215.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 15.000,00, Crédito Orçamentário: PTRES: 72103, Fonte Recurso: 6153000000, ND: 44504, Num Empenho: 2013NE801294. Vigência: 13/12/2013 a 14/12/2014. Data de Assinatura: 13/12/2013. Signatários: Concedente: ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA, CPF nº 131.926.798-08, Conveniente: DECIO RAMOS DE LIMA, CPF nº 145.822.870-34. (SICONV(PORTAL) - 03/01/2014)

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Espécie: 6º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 1565/2008. CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANA - FUNSAUDE, Estado do PARANA - CNPJ nº 08.597.121/0001-74. OBJETO: Prorrogar a vigência do Convênio nº 1565/2008, destinado Ampliação e Implementação do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública, até 18/02/2015, a contar de seu vencimento. PROCESSO: 25000.131013/2008-16. VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 18/02/2015. DATA DE ASSINATURA: 03/01/2014. SIGNATÁRIOS: ERASMO FERREIRA DA SILVA - CPF nº 115.220.891-87 - Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde; MICHELE CAPUTO NETO - CPF nº 570.893.709-25, SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANA - FUNSAUDE.

Espécie: 7º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 1836/2008. CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA, Estado do AMAPA - CNPJ nº 23.066.640/0001-08. OBJETO: Prorrogar a vigência do Convênio nº 1836/2008, destinado Ampliação de Unidade Básica de Saúde Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para Unidade Básica de Saúde, até 18/02/2015, a contar de seu vencimento. PROCESSO: 25000.219744/2008-92. VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 18/02/2015. DATA DE ASSINATURA: 03/01/2014. SIGNATÁRIOS: ERASMO FERREIRA DA SILVA - CPF nº 115.220.891-87 - Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde; ROBSON SANTANA ROCHA FREIRES - CPF nº 635.500.322-34, PREFEITO, PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA.

Espécie: 7º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2013/2008. CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e SES SECRETARIA DE SAÚDE DE PERNAMBUCO, Estado de PERNAMBUCO - CNPJ nº 10.572.048/0001-28. OBJETO: Prorrogar a vigência do Convênio nº 2013/2008, destinado Reforma e Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para Unidade de Atenção Especializada Em Saúde, até 18/02/2015, a contar de seu vencimento. PROCESSO: 25000.218651/2008-41. VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 18/02/2015. DATA DE ASSINATURA: 03/01/2014. SIGNATÁRIOS: ERASMO FERREIRA DA SILVA - CPF nº 115.220.891-87 - Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde; ANTONIO CARLOS DOS SANTOS FIGUEIRA - CPF nº 302.396.994-91, SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, SES SECRETARIA DE SAÚDE DE PERNAMBUCO.

Espécie: 7º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2055/2008. CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e INSTITUTO DE HEMOTERAPIA E DE ATIVIDADES DE LABORATORIO CENT, Estado de SERGIPE - CNPJ nº 07.276.294/0001-28. OBJETO: Prorrogar a vigência do Convênio nº 2055/2008, destinado Reforma e Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para Unidade de Hematologia e Hemoterapia, até 18/02/2015, a contar de seu vencimento. PROCESSO: 25000.221121/2008-80. VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 18/02/2015. DATA DE ASSINATURA: 03/01/2014. SIGNATÁRIOS: ERASMO FERREIRA DA SILVA - CPF nº 115.220.891-87 - Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde; ROBERTO QUEIROZ GURGEL - CPF nº 155.102.715-15, DIRETOR-PRESIDENTE, INSTITUTO DE HEMOTERAPIA E DE ATIVIDADES DE LABORATORIO CENT.

Espécie: 7º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 699/2008. CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA - APC, Estado do PARANA - CNPJ nº 76.659.820/0002-32. OBJETO: Prorrogar a vigência do Convênio nº 699/2008, destinado Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para Unidade de Atenção Especializada Em Saúde e Reforma de Unidade de Atenção Especializada Em Saúde, até 18/02/2015, a contar de seu vencimento. PROCESSO: 25000.097729/2008-87. VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 18/02/2015. DATA DE ASSINATURA: 03/01/2014. SIGNATÁRIOS: ERASMO FERREIRA DA SILVA - CPF nº 115.220.891-87 - Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde; DELCIO AFONSO BALESTRIN - CPF nº 518.034.459-04, PRESIDENTE, ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA - APC.

Espécie: 7º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 949/2008. CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES, Estado do AMAZONAS - CNPJ nº 06.023.708/0001-44. OBJETO: Prorrogar a vigência do Convênio nº 949/2008, destinado Reforma e Aquisição de Equipamento e Material Permanente para o Centro de Atenção Integral a Criança - Caic Alexandre Montoril, até 18/02/2015, a contar de seu vencimento. PROCESSO: 25000.100165/2008-77. VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 18/02/2015. DATA DE ASSINATURA: 03/01/2014. SIGNATÁRIOS: ERASMO FERREIRA DA SILVA - CPF nº 115.220.891-87 - Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde; WILSON DUARTE ALECRIM - CPF nº 005.521.782-68, SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES.

Espécie: 8º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 1637/2007. CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA ALEGRIA, Estado de SAO PAULO - CNPJ nº 45.302.130/0001-17. OBJETO: Prorrogar a vigência do Convênio nº 1637/2007, destinado Ampliação de Unidade Básica de Saúde, até 18/02/2015, a contar de seu vencimento. PROCESSO: 25000.222278/2007-41. VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 18/02/2015. DATA DE ASSINATURA: 03/01/2014. SIGNATÁRIOS: ERASMO FERREIRA DA SILVA - CPF nº 115.220.891-87 - Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde; RICARDO DA SILVA SOBRINHO - CPF nº 250.186.288-04, PREFEITO, PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA ALEGRIA.

Espécie: 8º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 1815/2007. CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e MUNICIPIO DE MIRASSOL, Estado de SAO PAULO - CNPJ nº 46.612.032/0001-49. OBJETO: Prorrogar a vigência do Convênio nº 1815/2007, destinado Construção de Unidade de Saúde, até 18/02/2015, a contar de seu vencimento. PROCESSO: 25000.224225/2007-65. VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 18/02/2015. DATA DE ASSINATURA: 03/01/2014. SIGNATÁRIOS: ERASMO FERREIRA DA SILVA - CPF nº 115.220.891-87 - Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde; JOSE RICCI JUNIOR - CPF nº 025.659.348-58, PREFEITO, MUNICIPIO DE MIRASSOL.

Espécie: 8º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2193/2007. CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e SANTA HELENA DE GOIAS PREFEITURA, Estado de GOIAS - CNPJ nº 02.056.711/0001-03. OBJETO: Prorrogar a vigência do Convênio nº 2193/2007, destinado Ampliação de Unidade de Saúde, até 18/02/2015, a contar de seu vencimento. PROCESSO: 25000.213405/2007-11. VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 18/02/2015. DATA DE ASSINATURA: 03/01/2014. SIGNATÁRIOS: ERASMO FERREIRA DA SILVA - CPF nº 115.220.891-87 - Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde; JUDISON LOURENCO DA SILVA - CPF nº 082.302.501-20, PREFEITO, SANTA HELENA DE GOIAS PREFEITURA.

Espécie: 8º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2216/2007. CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e SANTA HELENA DE GOIAS PREFEITURA, Estado de GOIAS - CNPJ nº 02.056.711/0001-03. OBJETO: Prorrogar a vigência do Convênio nº 2216/2007, destinado Construção de Unidade Básica de Saúde, até 18/02/2015, a contar de seu vencimento. PROCESSO: 25000.213394/2007-70. VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 18/02/2015. DATA DE ASSINATURA: 03/01/2014. SIGNATÁRIOS: ERASMO FERREIRA DA SILVA - CPF nº 115.220.891-87 - Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde; JUDISON LOURENCO DA SILVA - CPF nº 082.302.501-20, PREFEITO, SANTA HELENA DE GOIAS PREFEITURA.

Espécie: 8º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2423/2007. CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e MUNICIPIO DE SAO MATEUS DO SUL, Estado do PARANA - CNPJ nº 76.021.450/0001-22. OBJETO: Prorrogar a vigência do Convênio nº 2423/2007, destinado Ampliação do Ambulatório Médico Dr. Washington Gusso, até 18/02/2015, a contar de seu vencimento. PROCESSO: 25000.223460/2007-10. VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 18/02/2015. DATA DE ASSINATURA: 03/01/2014. SIGNATÁRIOS: ERASMO FERREIRA DA SILVA - CPF nº 115.220.891-87 - Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde; CLOVIS GENESIO LEDUR - CPF nº 931.739.629-15, PREFEITO, MUNICIPIO DE SAO MATEUS DO SUL.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Esplanada dos Min. Anexo "A" do Bl. G – 3º andar – sala 317 A – Brasília/DF – CEP: 70.058-900
Fone: (61) 3315-2081

Ofício nº. 192/2014/DICONT/CGMAP/SAA/SE-MS

Brasília, 17 de novembro de 2014.

Ao Senhor,

RAIMUNDO NONATO BRASIL

VOETUR Cargas e Encomendas LTDA

Aeroporto Internacional de Brasília – Terminal de Carga Aérea

CEP 71.608-900 – Brasília/DF

Assunto: **Assinatura do Quarto Termo Aditivo ao Contrato N° 311/2010 do Pregão Eletrônico N° 165/2010.**

Senhores Representantes,

1. Comunicamos a Vossa Senhoria que essa Empresa fica convocada para, mediante procurador legal, munido de procuração específica, comparecer a este Ministério, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, para assinatura do **Quarto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n° 311/2010 do Pregão Eletrônico n° 165/2010**, cujo objeto, em síntese, é a prestação de serviços de transporte multimodal.
2. A empresa deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da assinatura do Termo Aditivo ao Contrato, garantia financeira no valor de **R\$ 3.175.000,00 (três milhões e cento e setenta e cinco mil reais)**, correspondente a 5% do valor do contrato, conforme estabelece a **Cláusula Décima Primeira** do contrato.
3. Informamos ainda, que o eventual não comparecimento no prazo acima ensejará na aplicação de sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

Atenciosamente,

THIAGO FALEIRO PARENTE

Chefe da Divisão de Contratos de Bens e Serviços Administrativos
DICONT/CGMAP/SAA/SE/MS



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 311/2010 QUE ENTRE SI FIRMAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA COORDENAÇÃO GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO DA SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E A EMPRESA VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA.


A **União Federal**, por intermédio da **Coordenação-Geral de Material e Patrimônio** da Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Saúde, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.394.544/0036-05, com sede em Brasília/DF, neste ato representada por **GILNARA PINTO PEREIRA**, portadora da Cédula de Identidade n.º 376092, expedida pela SSP/DF e inscrita no CPF n.º 184.148.001-06, nomeada pela Portaria da Subsecretaria de Assuntos Administrativos n.º 1.681, publicada no Diário Oficial da União de 08 de agosto de 2014 e conforme as atribuições delegadas pela Portaria da Subsecretaria de Assuntos Administrativos n.º 12, de 27/01/2011, publicada no Diário Oficial da União 28/01/2011, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º **24.893.687/0001-08**, estabelecida no Aeroporto Internacional de Brasília – Terminal de Carga Aérea – CEP: 71.608-900- Brasília/DF, neste ato representada por **RAIMUNDO NONATO BRASIL**, carteira de Identidade n.º 441.980-SSP/DF e CPF/MF sob o n.º 214.666.701-00, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo com fulcro no inciso II do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93, no Processo Administrativo n.º 25000.084856/2010-31, e demais normas que regem a espécie, ao quais as parte sujeitam-se a cumprir mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

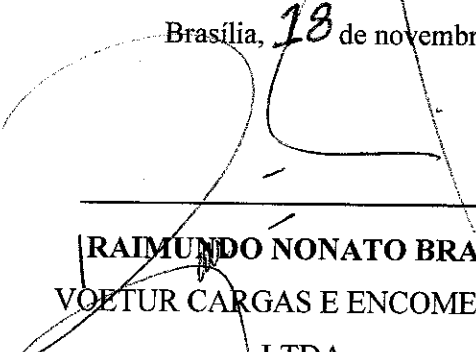
O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n.º 311/2010, a fim de que se estenda para o período de 27 de dezembro de 2014 a 26 de dezembro de 2015.

E, assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Brasília, 18 de novembro de 2014.



GILNARA PINTO PEREIRA
COORDENADORA-GERAL DE
MATERIAL E PATRIMÔNIO



RAIMUNDO NONATO BRASIL
VEICUL CARGAS E ENCOMENDAS
LTDA.

Nome Marcelo Biamma F.

Nome Adriana Centeiro Rolim

CPF 000999471-88

CPF 901.730.205-78





RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 688.000,00 (Seiscentos e oitenta e oito mil reais).

VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 08/11/2016.

DATA DE ASSINATURA: 19/11/2014

SIGNATÁRIOS: ANA PAULA MENEZES, SECRETÁRIA EXECUTIVA - CPF nº 349.985.194-68; ROSELANE NECKEL, REITORA - CPF nº 641.354.119-91.

EXTRATO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 78/2014

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a(o) UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS/SC - CNPJ nº 11.234.780/0001-50.

OBJETO: Dar apoio financeiro para "Formação de Lideranças de Movimentos Sociais, Profissionais de Saúde e de Educação para Educação Popular Em Saúde", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

PROCESSO: 25000.181907/2014-03.

CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 481.500,00, UG: 257001, Gestão: 00001, Programa de Trabalho: 10.422.2015.20YM.0001, Natureza de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recursos: 6151000000.

RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 481.500,00 (Quatrocentos e oitenta e um mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 18/05/2015.

DATA DE ASSINATURA: 19/11/2014

SIGNATÁRIOS: ANA PAULA MENEZES, SECRETÁRIA EXECUTIVA - CPF nº 349.985.194-68; JAIME GIOLO, REITOR - CPF nº 260.983.690-20.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 2252/2014

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos no Estado do Paraná, representada pela Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos - PR.

DATA DA ASSINATURA: 19/11/2014.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 2253/2014

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Guaíra no Estado do Mato Grosso do Sul, representada pela Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Guaíra no Estado do Mato Grosso do Sul - MS.

DATA DA ASSINATURA: 19/11/2014.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 2254/2014

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Jacaré dos Homens no Estado de Alagoas, representada pela Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Jacaré dos Homens - AL.

DATA DA ASSINATURA: 19/11/2014.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 2255/2014

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Seritinga no Estado de Minas Gerais, representada pela Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Seritinga - MG.

DATA DA ASSINATURA: 19/11/2014.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 2256/2014

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Salão no Estado de Pernambuco, representada pela Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Salão - PE.

DATA DA ASSINATURA: 19/11/2014.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 2257/2014

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Maratápolis no Estado de Espírito Santo, representada pela Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Maratápolis - ES.

DATA DA ASSINATURA: 19/11/2014.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 727/2011

Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Contratado: POLIANA LOVERBECK CREMONIN. Objeto: Prorrogar o contrato de Prestação de Serviços de assistência à saúde para comunidades indígenas, por prazo determinado. Fundamentação Legal: Artigo 2º, inciso VI, alínea "m", artigo 3º da Lei nº 8.745, de 1993, com redação dada pela Lei 12.314, de 19 de agosto de 2010 e 1º Termo Aditivo ao Termo de Conciliação Judicial Processo nº 0751-2007-018-10-00-4. Vigência: 20/5/2014 a 19/5/2015.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 1500/2013

Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Contratado: FABIO CLAUDINO. Objeto: Prorrogar o Contrato de Prestação de Serviços de assistência à saúde para Comunidades Indígenas, por análise curricular, localizada no estado de Santa Catarina (DSEI Interior Sul), na função de Agente Indígena de Saúde. Fundamentação Legal: Artigo 2º, inciso VI, alínea "m", artigo 3º, parágrafo 2º, da Lei nº 8.745, de 1993, regulamentada pela Portaria Interministerial Nº. 356 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), de 15 de setembro de 2011 e 1º Termo Aditivo ao Termo de Conciliação Judicial Processo nº 0751-2007-018-10-00-4. Vigência: 6/8/2014 a 5/8/2015.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 1501/2013

Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Contratado: ROGERIO BIANCON GONZALE. Objeto: Prorrogar o Contrato de Prestação de Serviços de assistência à saúde para Comunidades Indígenas, por análise curricular, localizada no estado de Santa Catarina (DSEI Interior Sul), na função de Odontólogo. Fundamentação Legal: Artigo 2º, inciso VI, alínea "m", artigo 3º, parágrafo 2º, da Lei nº 8.745, de 1993, regulamentada pela Portaria Interministerial Nº. 356 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), de 15 de setembro de 2011 e 1º Termo Aditivo ao Termo de Conciliação Judicial Processo nº 0751-2007-018-10-00-4. Vigência: 26/8/2014 a 25/8/2015.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 891/2011

Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Contratado: JAINY ALVES DE CARVALHO. Objeto: Prorrogar o contrato de Prestação de Serviços de assistência à saúde para comunidades indígenas, por prazo determinado. Fundamentação Legal: Artigo 2º, inciso VI, alínea "m", artigo 3º da Lei nº 8.745, de 1993, com redação dada pela Lei 12.314, de 19 de agosto de 2010 e 1º Termo Aditivo ao Termo de Conciliação Judicial Processo nº 0751-2007-018-10-00-4. Vigência: 21/9/2014 a 20/9/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2014

CONVÊNIO Nº 001076/2009

ESPÉCIE: Termo Aditivo nº 01/2014 ao Convênio nº 001076/2009 que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Extremoz do Estado do Rio Grande do Norte, representada pela Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Prorrogar pelo prazo de sessenta meses, a contar da data de sua assinatura, a vigência do Convênio nº 001076/2009, destinado a alocação ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Extremoz - RN.

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2014.

COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2014 - UASG 250110

Número do Contrato: 73/2012.

Nº Processo: 2500008472201109.

PREGÃO SISPP Nº 29/2012. Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE - CNPJ Contratado: 01644731000132. Contratado: CITIS TECNOLOGIA S.A. - Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 73/2012, a fim de que se estenda para o período de 04 de dezembro de 2014 a 03 de dezembro de 2015. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 04/12/2014 a 03/12/2015. Data de Assinatura: 18/11/2014.

(SICON - 19/11/2014) 250110-00001-2014NE800078

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2014 - UASG 250005

Número do Contrato: 00311/2010, subrogado pela UASG: 250005 DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE.

Nº Processo: 25000084856201031. PREGÃO SISPP Nº 165/2010. Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE - CNPJ Contratado: 24893687000108. Contratado: VOETUR CARIAS E ENCOMENDAS LTDA. - Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 311/2010, a fim de que se estenda para o período de 27 de dezembro de 2014 a 26 de dezembro de 2015. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 27/12/2014 a 26/12/2015. Data de Assinatura: 18/11/2014.

(SICON - 19/11/2014) 250110-00001-2014NE800078

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO Nº 38/2014

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 25000228929201355, publicada no D.O.U. de 31/10/2014. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços comuns, classificados como contínuos e especializados de identificação/classificação, acondicionamento, coleta, transporte, processamento por incineração e destinação final em aterro sanitário de medicamentos e insumos estratégicos de saúde impróprios para consumo, conforme as especificações do Edital e seus anexos. Novo Edital: 20/11/2014 das 08h00 às 12h00 e d14h00 às 17h00. Endereço: Edifício Anexo a Sala 317 do Ministério da Saúde Setor de Administração Federal - Asa Sul - BRASÍLIA - DF Entrega das Propostas: a partir de 31/10/2014 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 02/12/2014, às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

capão/classificação, acondicionamento, coleta, transporte, processamento por incineração e destinação final em aterro sanitário de medicamentos e insumos estratégicos de saúde impróprios para consumo, conforme as especificações do Edital e seus anexos. Novo Edital: 20/11/2014 das 08h00 às 12h00 e d14h00 às 17h00. Endereço: Edifício Anexo a Sala 317 do Ministério da Saúde Setor de Administração Federal - Asa Sul - BRASÍLIA - DF Entrega das Propostas: a partir de 31/10/2014 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 02/12/2014, às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

EDNALDO MANOEL DE SOUSA
Pregoeiro

(SIDEI - 19/11/2014) 250110-00001-2014NE800078

RESULTADOS DE JULGAMENTOS PREGÃO Nº 28/2014

Pregão Eletrônico nº 28/2014, objeto: Serviços Técnicos de Despesa Adicional. Homologado em favor da empresa COMISSARIA DE DESPACHOS MONTREAL LTDA - EPP, CNPJ Nº 62.930.144/0001-02, pelo valor global de R\$ 406.800,00.

EURISDETE PEREIRA LOPES
Pregoeira

(SIDEI - 19/11/2014) 250110-00001-2014NE800078

PREGÃO Nº 30/2014

O Ministério da Saúde publica o resultado desta licitação, cujo objeto é a contratação de serviços de telefonia fixa comutada - STFC - (fixo-fixo e fixo-móvel), na modalidade Longa Distância Nacional e Internacional, a qual foi HOMOLOGADA pelo critério menor preço por lote à empresa: OI S.A., CNPJ nº 76.555.764/0001-43, para o Grupo 1 - valor total R\$ 2.863.769,77. Os autos do processo estão disponíveis para vistas (Proc. nº 25000.145994/2014 - PEC 4594).

CAMILA CASSIA FARIA MINGHETTI
Pregoeira

(SIDEI - 19/11/2014) 250110-00001-2014NE800078

PREGÃO Nº 31/2014

O Ministério da Saúde publica o resultado desta licitação, cujo objeto é aquisição de fita adesiva, a qual foi HOMOLOGADA pelo critério menor preço por item empresa: ALVES E CORDEIRO LTDA - EPP, CNPJ Nº 15.233.984/0001-28 para o item no valor unitário de R\$ 29,62. Os autos do processo estão disponíveis para vistas (Proc. nº 25000.086672/2013 - PEC).

EDNALDO MANOEL DE SOUSA
Pregoeiro

(SIDEI - 19/11/2014) 250110-00001-2014NE800078

PREGÃO Nº 40/2014

O Ministério da Saúde publica o resultado desta licitação, cujo objeto é registro de preços de 70.000 (setenta mil) garrafas de água mineral ou natural potável de mesa, sem gás, acondicionada em garrafão de 20 (vinte) litros, a qual foi HOMOLOGADA pelo critério menor preço por item empresa: PURÍSSIMA ÁGUA MINERAL LTDA., CNPJ nº 72.602.303/0001-95, para o item 01 - valor total R\$ 347.900,00. Os autos do processo estão disponíveis para vistas (Proc. nº 25000.065423/2014 - PEC 5338).

CAMILA CASSIA FARIA MINGHETTI
Pregoeira

(SIDEI - 19/11/2014) 250110-00001-2014NE800078

COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS GERAIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 128/2014 - UASG 250005

Nº Processo: 25000085474201458. INEXIGIBILIDADE Nº 78/2014. Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE - CNPJ Contratado: 33009945000204. Contratado: PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A. Objeto: Aquisição de 280.927 frascos-ampola do medicamento TRASTUZUMABE 150mg. Fundamento Legal: Art. 25 da Lei nº 8.666/93. Vigência: 18/11/2014 a 17/11/2015. Valor Total: R\$286.545.540,00. Fonte: 6151000000 - 2014NE802214. Data de Assinatura: 18/11/2014.

(SICON - 19/11/2014) 250005-00001-2014NE800078

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 972/2014 - UASG 250005

Nº Processo: 25000133773201414. Objeto: Aquisição de 51ser FI-RAZYR 10MG/ML 3ML. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso IV da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Trata-se de Ação Judicial. Declaração de Dispensa em 19/11/2014. EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO. Coordenador-geral de Análise das Contratações de Insumos Estratégicos

RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 688.000,00 (Seiscentos e oitenta e oito mil reais).

VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 08/11/2016.

DATA DE ASSINATURA: 19/11/2014

SIGNATÁRIOS: ANA PAULA MENEZES, SECRETÁRIA EXECUTIVA - CPF nº 349.985.194-68; ROSELANE NECKEL, REITORA - CPF nº 641.354.119-91.

EXTRATO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 78/2014

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a(o) UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS/SC - CNPJ nº 11.234.780/0001-50.

OBJETO: Dar apoio financeiro para "Formação de Lideranças de Movimentos Sociais, Profissionais de Saúde e de Educação para Educação Popular Em Saúde", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

PROCESSO: 25000.181907/2014-03.

CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 481.500,00, UG: 257001, Gestão: 00001, Programa de Trabalho: 10.422.2015.20YM.0001, Natureza de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recursos: 6151000000.

RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 481.500,00 (Quatrocentos e oitenta e um mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 18/05/2015.

DATA DE ASSINATURA: 19/11/2014

SIGNATÁRIOS: ANA PAULA MENEZES, SECRETÁRIA EXECUTIVA - CPF nº 349.985.194-68; JAIME GIOLO, REITOR - CPF nº 260.983.690-20.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 2252/2014

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos no Estado do Paraná, representada pela Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos - PR.

DATA DA ASSINATURA: 19/11/2014.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 2253/2014

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Guia Lopes da Laguna no Estado de Mato Grosso do Sul, representada pela Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Guia Lopes da Laguna - MS.

DATA DA ASSINATURA: 19/11/2014.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 2254/2014

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Jacaré dos Homens no Estado de Alagoas, representada pela Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Jacaré dos Homens - AL.

DATA DA ASSINATURA: 19/11/2014.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 2255/2014

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Seritinga no Estado de Minas Gerais, representada pela Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Seritinga - MG.

DATA DA ASSINATURA: 19/11/2014.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 2256/2014

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Saloá no Estado de Pernambuco, representada pela Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Saloá - PE.

DATA DA ASSINATURA: 19/11/2014.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 2257/2014

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Marataízes no Estado de Espírito Santo, representada pela Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Marataízes - ES.

DATA DA ASSINATURA: 19/11/2014.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 727/2011

Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Contratado: POLIANA LOVERBECK CREMONIN. Objeto: Prorrogar o contrato de Prestação de Serviços de assistência à saúde para comunidades indígenas, por prazo determinado. Fundamentação Legal: Artigo 2º, inciso VI, alínea "m", artigo 3º da Lei nº. 8.745, de 1993, com redação dada pela Lei 12.314, de 19 de agosto de 2010 e 1º Termo Aditivo ao Termo de Conciliação Judicial Processo nº 0751-2007-018-10-00-4. Vigência: 20/5/2014 a 19/5/2015.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 1500/2013

Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Contratado: FABIO CLAUDINO. Objeto: Prorrogar o Contrato de Prestação de Serviços de assistência à saúde para Comunidades Indígenas, por análise curricular, localizada no estado de Santa Catarina (DSEI Interior Sul), na função de Agente Indígena de Saúde. Fundamentação Legal: Artigo 2º, inciso VI, alínea "m"; artigo 3º, parágrafo 2º, da Lei nº. 8.745, de 1993, regulamentada pela Portaria Interministerial Nº. 356 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), de 15 de setembro de 2011 e 1º Termo Aditivo ao Termo de Conciliação Judicial Processo nº 0751-2007-018-10-00-4. Vigência: 6/8/2014 a 5/8/2015.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 1501/2013

Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Contratado: ROGERIO BIANCON GONZALE. Objeto: Prorrogar o Contrato de Prestação de Serviços de assistência à saúde para Comunidades Indígenas, por análise curricular, localizada no estado de Santa Catarina (DSEI Interior Sul), na função de Odontólogo. Fundamentação Legal: Artigo 2º, inciso VI, alínea "m"; artigo 3º, parágrafo 2º, da Lei nº. 8.745, de 1993, regulamentada pela Portaria Interministerial Nº. 356 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), de 15 de setembro de 2011 e 1º Termo Aditivo ao Termo de Conciliação Judicial Processo nº 0751-2007-018-10-00-4. Vigência: 26/8/2014 a 25/8/2015.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 891/2011

Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Contratado: JAINY ALVES DE CARVALHO. Objeto: Prorrogar o contrato de Prestação de Serviços de assistência à saúde para comunidades indígenas, por prazo determinado. Fundamentação Legal: Artigo 2º, inciso VI, alínea "m", artigo 3º da Lei nº. 8.745, de 1993, com redação dada pela Lei 12.314, de 19 de agosto de 2010 e 1º Termo Aditivo ao Termo de Conciliação Judicial Processo nº 0751-2007-018-10-00-4. Vigência: 21/9/2014 a 20/9/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2014

CONVÊNIO Nº 001076/2009

ESPÉCIE: Termo Aditivo nº 01/2014 ao Convênio nº 001076/2009 que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Extremoz do Estado do Rio Grande do Norte, representada pela Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Prorrogar pelo prazo de sessenta meses, a contar da data de sua assinatura, a vigência do Convênio nº 001076/2009, destinado a alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Extremoz- RN.

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2014.

COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2014 - UASG 250110

Número do Contrato: 73/2012.

Nº Processo: 25000084722201109.

PREGÃO SISPP Nº 29/2012. Contratante: MINISTERIO DA SAUDE - CNPJ Contratado: 01644731000132. Contratado : CTIS TECNOLOGIA S.A -Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 73/2012, a fim de que se estenda para o período de 04 de dezembro de 2014 a 03 de dezembro de 2015. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 04/12/2014 a 03/12/2015. Data de Assinatura: 18/11/2014.

(SICON - 19/11/2014) 250110-00001-2014NE800078

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2014 - UASG 250005

Número do Contrato: 00311/2010, subrogado pelaUASG: 250005 - DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE.

Nº Processo: 25000084856201031.

PREGÃO SISPP Nº 165/2010. Contratante: MINISTERIO DA SAUDE - CNPJ Contratado: 24893687000108. Contratado : VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA -Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 311/2010, a fim de que se estenda para o período de 27 de dezembro de 2014 a 26 de dezembro de 2015. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 27/12/2014 a 26/12/2015. Data de Assinatura: 18/11/2014.

(SICON - 19/11/2014) 250110-00001-2014NE800078

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO Nº 38/2014

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 25000228929201355. , publicada no D.O.U de 31/10/2014 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços comuns, classificados como contínuos e especializados de identi-

cação/classificação, acondicionamento, coleta, transporte, processamento por incineração e destinação final em aterro sanitário de medicamentos e insumos estratégicos de saúde impróprios para consumo, conforme as especificações do Edital e seus anexos. Novo Edital: 20/11/2014 das 08h00 às 12h00 e d14h00 às 17h00. Endereço: Edifício Anexo a Sala 317 do Ministério da Saúde Setor de Administração Federal - Asa Sul - BRASILIA - DFEntrega das Propostas: a partir de 31/10/2014 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 02/12/2014, às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

EDNALDO MANOEL DE SOUSA
Pregoeiro

(SIDECA - 19/11/2014) 250110-00001-2014NE800078

RESULTADOS DE JULGAMENTOS PREGÃO Nº 28/2014

Pregão Eletrônico nº 28/2014, objeto: Serviços Técnicos de Des-pachante Aduaneiro. Homologado em favor da empresa COMISSARIA DE DESPACHOS MONTREAL LTDA - EPP, CNPJ nº 62.930.144/0001-02, pelo valor global de R\$ 406.800,00.

EURISDETE PEREIRA LOPES
Pregoeira

(SIDECA - 19/11/2014) 250110-00001-2014NE800078

PREGÃO Nº 30/2014

O Ministério da Saúde publica o resultado destalicitação, cujo objeto é a contratação de serviços de telefonia fixa comutada - STFC - (fixo-fixo e fixo-móvel), na modalidade Longa Distância Nacional e Internacional, a qual foi HOMOLOGADA pelo critério menor preço por lote à empresa: OI S.A., CNPJ nº 76.535.764/0001-43, para o Grupo 1 - valor total R\$ 2.863.769,67. Os autos do processo estão disponíveis para vistas (Proc. nº 25000.145994/2014 - PEC 4594).

CAMILA CASSIA FARIA MINGHETTI
Pregoeira

(SIDECA - 19/11/2014) 250110-00001-2014NE800078

PREGÃO Nº 31/2014

O Ministério da Saúde publica o resultado desta licitação, cujo objeto é aquisição de fita autoadesiva, a qual foi HOMOLOGADA pelo critério menor preço por item à empresa: ALVES E CORDEIRO LTDA - EPP, CNPJ nº 15.233.984/0001-28 para o item no valor unitário de R\$ 29,62. Os autos do processo estão disponíveis para vistas (Proc. nº 25000.086672/2013 - PEC).

EDNALDO MANOEL DE SOUSA
Pregoeiro

(SIDECA - 19/11/2014) 250110-00001-2014NE800078

PREGÃO Nº 40/2014

O Ministério da Saúde publica o resultado destalicitação, cujo objeto é registro de preços de 70.000 (setenta mil) garrações de água mineral ou natural potável de mesa, sem gás, acondicionada em garração de 20 (vinte) litros, a qual foi HOMOLOGADA pelo critério menor preço por itemà empresa: PURÍSSIMA ÁGUA MINERAL LTDA., CNPJ nº 72.602.303/0001-95, para o Item 01 - valor total R\$ 347.900,00. Os autos do processo estão disponíveis para vistas (Proc. nº 25000.065423/2014 - PEC 5338).

CAMILA CASSIA FARIA MINGHETTI
Pregoeira

(SIDECA - 19/11/2014) 250110-00001-2014NE800078

COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS GERAIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 128/2014 - UASG 250005

Nº Processo: 25000085474201458.

INEXIGIBILIDADE Nº 78/2014. Contratante: MINISTERIO DA SAUDE -CNPJ Contratado: 33009945000204. Contratado : PRODUTOS ROCHE QUIMICOS E -FARMACEUTICOS S A. Objeto: Aquisição de 280.927 frascos-ampola do medicamento TRASTUZUMABE 150mg. Fundamento Legal: Art. 25 da Lei nº 8.666/93 .Vigência: 18/11/2014 a 17/11/2015. Valor Total: R\$286.545.540,00. Fonte: 6151000000 - 2014NE802214. Data de Assinatura: 18/11/2014.

(SICON - 19/11/2014) 250005-00001-2014NE800078

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 972/2014 - UASG 250005

Nº Processo: 25000133773201414 . Objeto: Aquisição de 51ser FI-RAZYR 10MG/ML 3ML. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso IV da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Trata-se de Ação Judicial. Declaração de Dispensa em 19/11/2014. EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO RÉGO. Coordenador-geral de Análise Das Contratações de Insumos Estratégicos



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO- GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 311/2010 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO POR MEIO DA COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E A EMPRESA VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA.

A **UNIÃO**, por intermédio da Coordenação-Geral de Material e Patrimônio da Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ/MF sob o n.º 00.394.544/0036-05, sediada na Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo A, 3º andar, Sala 317, em Brasília/DF., representada por **GILNARA PINTO PEREIRA**, portadora da Cédula de Identidade nº 376092, expedida pela SSP/DF e inscrita no Cadastro da Pessoa Física – CPF/MF sob o nº 184.148.001-06, nomeada por meio da Portaria GM n.º 1.681, de 8 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União n.º 152, Seção 2, Página 55, de 11 de agosto de 2014 e conforme as atribuições delegadas pela Portaria SAA n.º 12, de 27 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n.º 20, de 28 de janeiro de 2011, Seção 2, Página 29, **CONTRATANTE** e a empresa **VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ/MF sob o n.º 24.893.687/0001-08, sediada na AER INT DE BSB S/N TERM DE CARGA AÉREA, em Brasília/DF, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu sócio proprietário **RAIMUNDO NONATO BRASIL**, portador da Carteira de Identidade n.º 411.980, expedida pela SSP/DF e inscrito no Cadastro da Pessoa Física – CPF/MF sob o n.º 214.666.701-00 resolvem celebrar o presente 5º Termo Aditivo com fulcro no §1º do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, nos documentos do Processo Administrativo nº 25000.085846/2010-31, as quais as partes sujeitam-se a cumprir mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de 15.875.000,00 (quinze milhões oitocentos e setenta e cinco mil reais) correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato Administrativo nº 311/2010.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

Com o acréscimo o valor estimado do Contrato passará de R\$ 79.375.000,00 (setenta e nove milhões trezentos e setenta e cinco mil reais)

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas advindas do presente Termo Aditivo correrão por conta dos recursos consignados ao Ministério da Saúde, pelo PTRES: 064914 - Elemento de Despesa: 33.90.39.

CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

A **CONTRATADA** deverá complementar a garantia apresentada correspondente a 5% do valor do acréscimo, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da assinatura desde instrumento, conforme disposto no art. 56, §1º, da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO


Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições constantes no Contrato Administrativo Originário, não modificadas no todo ou em parte, pelo presente Termo Aditivo.

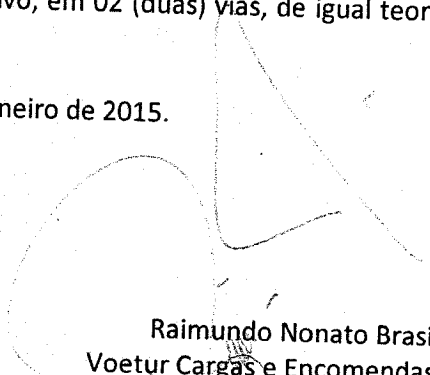
CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

A **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste Termo Aditivo no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês subsequente de sua assinatura, conforme prevê o art. 61, Parágrafo único da Lei nº. 8.666/93.

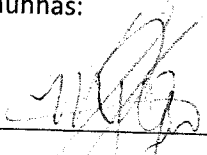
E, assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Brasília, 7 de janeiro de 2015.

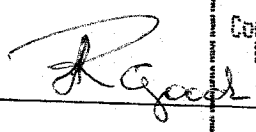

Gilnara Pinto Pereira
Coordenação-Geral de Material e Patrimônio

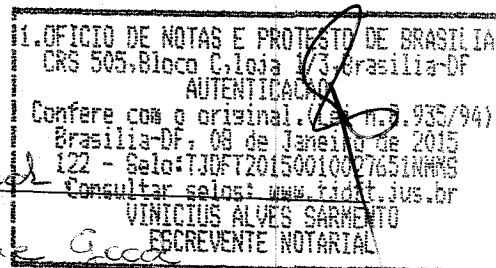

Raimundo Nonato Brasil
Voetur Cargas e Encomendas Ltda.

Testemunhas:


Nome: **MARIANA GAMA**

CPF: 057.046.611-59


Nome: **Vinicius Alves Sarmiento**
CPF: 512.864.241.00



Espécie: Convênio Nº 810173/2014, Nº Processo: 25000138014201430, Concedente: MINISTERIO DA SAUDE, Conveniente: ASSOCIACAO LAR SAO FRANCISCO DE ASSIS NA PROVIDENCIA DE DEUS CNPJ nº 53221255003409, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, Valor Total: R\$ 241.940,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2014 - R\$ 241.940,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2014NE801094, Valor: R\$ 241.940,00, PTRES: 081000, Fonte Recurso: 6153000000, ND: 44504201, Vigência: 22/12/2014 a 22/12/2015, Data de Assinatura: 22/12/2014, Signatários: Concedente: ADEMAR ARTHUR CHIORO DOS REIS CPF nº 738.678.377-91, Conveniente: ANTONIO CARLOS DIAS DO VALLE CPF nº 888.197.018-04.

Espécie: Convênio Nº 808036/2014, Nº Processo: 25000118927201430, Concedente: MINISTERIO DA SAUDE, Conveniente: ASSOCIACAO LAR SAO FRANCISCO DE ASSIS NA PROVIDENCIA DE DEUS CNPJ nº 53221255001970, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, Valor Total: R\$ 249.447,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2014 - R\$ 249.447,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2014NE800730, Valor: R\$ 249.447,00, PTRES: 081000, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44504201, Vigência: 23/12/2014 a 23/12/2015, Data de Assinatura: 23/12/2014, Signatários: Concedente: ADEMAR ARTHUR CHIORO DOS REIS CPF nº 738.678.377-91, Conveniente: ANTONIO CARLOS DIAS DO VALLE CPF nº 888.197.018-04.

Espécie: Convênio Nº 814744/2014, Nº Processo: 25000235212201441, Concedente: MINISTERIO DA SAUDE, Conveniente: ASSOC DE CARIDADE STA CASA MISER IMAC CONCEICAO C MOTA CNPJ nº 50832898000132, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, Valor Total: R\$ 150.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2014 - R\$ 150.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2014NE802353, Valor: R\$ 150.000,00, PTRES: 081000, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44504201, Vigência: 29/12/2014 a 29/12/2015, Data de Assinatura: 29/12/2014, Signatários: Concedente: ADEMAR ARTHUR CHIORO DOS REIS CPF nº 738.678.377-91, Conveniente: JOSE AUGUSTO DONA CPF nº 068.115.938-30.

Espécie: Convênio Nº 808035/2014, Nº Processo: 25000168605201431, Concedente: MINISTERIO DA SAUDE, Conveniente: ASSOCIACAO LAR SAO FRANCISCO DE ASSIS NA PROVIDENCIA DE DEUS CNPJ nº 53221255001970, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, Valor Total: R\$ 248.800,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2014 - R\$ 248.800,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2014NE800731, Valor: R\$ 248.800,00, PTRES: 081353, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44504201, Vigência: 23/12/2014 a 23/12/2015, Data de Assinatura: 23/12/2014, Signatários: Concedente: ADEMAR ARTHUR CHIORO DOS REIS CPF nº 738.678.377-91, Conveniente: ANTONIO CARLOS DIAS DO VALLE CPF nº 888.197.018-04.

Espécie: Convênio Nº 814458/2014, Nº Processo: 25000229901201416, Concedente: MINISTERIO DA SAUDE, Conveniente: ASSOCIACAO LAR SAO FRANCISCO DE ASSIS NA PROVIDENCIA DE DEUS CNPJ nº 53221255001546, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, Valor Total: R\$ 99.747,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2014 - R\$ 99.747,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2014NE802137, Valor: R\$ 99.747,00, PTRES: 081000, Fonte Recurso: 6151000000, ND: 44504201, Vigência: 29/12/2014 a 29/12/2015, Data de Assinatura: 29/12/2014, Signatários: Concedente: ADEMAR ARTHUR CHIORO DOS REIS CPF nº 738.678.377-91, Conveniente: ANTONIO CARLOS DIAS DO VALLE CPF nº 888.197.018-04.

Espécie: Convênio Nº 812908/2014, Nº Processo: 25000212901201487, Concedente: MINISTERIO DA SAUDE, Conveniente: LABORATORIO CENTRAL DE SAUDE PUBLICA - LACEN CNPJ nº 01781099000179, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, Valor Total: R\$ 170.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2014 - R\$ 170.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2014NE801971, Valor: R\$ 170.000,00, PTRES: 081512, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44304204, Vigência: 31/12/2014 a 31/12/2015, Data de Assinatura: 31/12/2014, Signatários: Concedente: ADEMAR ARTHUR CHIORO DOS REIS CPF nº 738.678.377-91, Conveniente: IVANETE COSTA AMANAJAS CPF nº 177.282.152-72.

Espécie: Convênio Nº 815937/2014, Nº Processo: 25000240143201497, Concedente: MINISTERIO DA SAUDE, Conveniente: ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA A CRIANCA DEFICIENTE CNPJ nº 60979457000111, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, Valor Total: R\$ 176.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2014 - R\$ 176.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2014NE802502, Valor: R\$ 176.000,00, PTRES: 081000, Fonte Recurso: 6153000000, ND: 44504201, Vi-

gência: 31/12/2014 a 31/12/2015, Data de Assinatura: 31/12/2014, Signatários: Concedente: ADEMAR ARTHUR CHIORO DOS REIS CPF nº 738.678.377-91, Conveniente: REGINA HELENA SCRIPILLITI VELLOSO CPF nº 174.502.798-00.

Espécie: Convênio Nº 815697/2014, Nº Processo: 25000238974201407, Concedente: MINISTERIO DA SAUDE, Conveniente: ASSOCIACAO FILHAS DE SAO CAMILO CNPJ nº 61986402000282, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, Valor Total: R\$ 100.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2014 - R\$ 100.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2014NE802505, Valor: R\$ 100.000,00, PTRES: 081002, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44504201, Vigência: 31/12/2014 a 31/12/2015, Data de Assinatura: 31/12/2014, Signatários: Concedente: ADEMAR ARTHUR CHIORO DOS REIS CPF nº 738.678.377-91, Conveniente: EVA MUCZINSKI CPF nº 865.793.711-53.

Espécie: Convênio Nº 814905/2014, Nº Processo: 25000.230900/2014-14 Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA SAUDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001. Conveniente: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRASSOL/SP, CNPJ nº 11.215.408/0001-05. Objeto: CAPACITACAO EM ATENCAO A SAUDE MENTAL, para o programa 10.302.2015.20B0.0035 Valor Total: R\$ 150.000,00, Valor de Contrapartida: R\$0,00, Crédito Orçamentário: PTRES: 080959, Fonte Recurso: 6100000000 , ND: 334141, Num Empenho: 2014NE802303, Vigência: 26/12/2014 a 26/12/2015 Data de Assinatura: 26/12/2014 Signatários: Concedente : ADEMAR ARTHUR CHIORO DOS REIS - CPF nº 738.678.377-91, Conveniente : JOSE RICCI JUNIOR, CPF nº 025.659.348-58

RETIFICAÇÃO

No Extrato do Convênio nº 815712/2014, do(a) HOSPITAL DO TRICENTENARIO/PE, publicado no Diário Oficial da União nº. 5, de 08/01/2015, Seção 3, Página 124, onde se lê: ... Vigência: 29/12/2014 a 29/12/2015 Data de assinatura: 29/12/2014... leia-se: ... Vigência: 30/12/2014 a 30/12/2015 Data de assinatura: 30/12/2014....

SECRETARIA EXECUTIVA

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO CONVÊNIO Nº 1051/2008

CONVENIENTES: a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ. nº 00.530.493/0001-71. OBJETO: Fica rescindido, unilateralmente, de pleno direito, a contar da data de assinatura do presente Termo, o Convênio nº 1051/2008, firmado com a(o) Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS, tendo por objeto a "Modernização da Gestão para Implementação de Ações de Regulação", com fundamento nos artigos 80 e 81 da Portaria Interministerial nº 507/2011. PROCESSO: 25000.107970/2008-21. DATA DE ASSINATURA: 08/01/2015. SIGNATÁRIOS: ANA PAULA MENEZES, Secretária Executiva do Ministério da Saúde - CPF nº. 349.985.194-68.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 97/2014 - UASG 250110

Nº Processo: 25000057196201368. PREGÃO SRP Nº 26/2014. Contratante: MINISTERIO DA SAUDE -CNPJ Contratado: 10383485000101. Contratado : XYS - INTERATIVIDADE E TECNOLOGIA-LTDA. Objeto: Contratação de serviços de solução integrada de monitoramento de desempenho de aplicações de tecnologia da informação,incluindo licenciamento e instalação de software,suporte técnico e serviços associados de implantação,monitoração e operação assistida. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 05/12/2014 a 04/12/2015. Valor Total: R\$41.199.960,00. Fonte: 6151000000 - 2014NE801230 Fonte: 6151000000 - 2014NE801144 Fonte: 6151000000 - 2014NE801145 Fonte: 6151000000 - 2014NE801139 Fonte: 6151000000 - 2014NE801197. Data de Assinatura: 05/12/2014.

(SICON - 08/01/2015) 250110-00001-2014NE800078

EXTRATO DE CONTRATO Nº 103/2014 - UASG 250110

Nº Processo: 25000132530201300. PREGÃO SISPP Nº 28/2014. Contratante: MINISTERIO DA SAUDE -CNPJ Contratado: 62930144000102. Contratado : COMISSARIA DE DESPACHOS MONTREAL -LTDA - EPP. Objeto: Contratação de serviços técnicos de despachante aduaneiro, sem dedicação de mão de obra exclusiva, para atender as importações de medicamentos, equipamentos e insumos estratégicos para a saúde, nas modalidades CIP, CIF e CPT e as exportações, realizadas pelo Departamento de Logística em Saúde do Ministério da Saúde. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 31/12/2014 a 30/12/2015. Valor Total: R\$406.800,00. Fonte: 6151000000 - 2014NE801138. Data de Assinatura: 30/12/2014.

(SICON - 08/01/2015) 250110-00001-2014NE800078

EXTRATOS DE REGISTRO DE PREÇOS

a) Processo nº 25000.209408/2013-07; b) Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015; c) Órgão Gerenciador: MINISTÉRIO DA SAÚDE; d) Fornecedor: ARCANJOS COMERCIAL DE ALIMENTOS EIRELI - ME, CNPJ Nº 19.600.228/0001-40; e) Objeto: eventual aquisição de produtos de açougue; f) Valor Total: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais); g) Vigência: 12 meses a partir da assinatura, em 08/01/2015, inclusive, a 07/01/2016; h) Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e 127/2007, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.

a) Processo nº 25000.087007/2012-09; b) Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2014; c) Órgão Gerenciador: MINISTÉRIO DA SAÚDE; d) Fornecedor: SAÚDE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ Nº 33.498.171/0001-41; e) Objeto: aquisição de material de consumo para a realização das atividades e procedimentos de atuação de documentos arquivísticos pelo Serviço de Protocolo/ARQUIVO do Ministério da Saúde; f) Valor Total: R\$ 13.460,00 (treze mil, quatrocentos e sessenta reais); g) Vigência: 12 meses a partir da assinatura, em 28/11/2014, inclusive, a 27/11/2015; h) Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e 127/2007, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 5/2015 - UASG 250005

Número do Contrato: 00311/2010, subrogado pelaUASG: 250005 - DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAUDE. Nº Processo: 25000085846201031. PREGÃO SISPP Nº 165/2010. Contratante: MINISTERIO DA SAUDE -CNPJ Contratado: 24893687000108. Contratado : VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA -Objeto: Acréscimo de 15.875.000,00 (quinze milhões, oitocentos e setenta e cinco mil reais) correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato Administrativo nº 311/2010. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 07/01/2015 a 06/01/2016. Data de Assinatura: 07/01/2015.

(SICON - 08/01/2015) 250110-00001-2014NE800078

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 8/2014 - UASG 250110

Número do Contrato: 10096/2008. Nº Processo: 25000053768200872. DISPENSA Nº 1238/2008. Contratante: MINISTERIO DA SAUDE - CNPJ Contratado: 38056024000135. Contratado : STYLOS ENGENHARIA S/A -Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 1.0096/2008, a fim de que se estenda para o período de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 01/01/2015 a 31/12/2015. Data de Assinatura: 31/12/2014.

(SICON - 08/01/2015) 250110-00001-2014NE800078

COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS GERAIS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1081/2014 - UASG 250005

Nº Processo: 25000225891201440 . Objeto: Aquisição Agrupada de medicamentos e correlatos para atender Demanda Judicial. Total de Itens Licitados: 00074. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso IV da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Trata-se de Ação Judicial. Declaração de Dispensa em 02/01/2015. GUSTAVO LUIS MEFFE ANDREOLI. Coordenador-geral de Análise Das Contratações de Insumos Estratégicos para Saúde - Substituto. Ratificação em 05/01/2015. PABLO RANGELL MENDES RIOS PEREIRA. Diretor do Departamento de Logística em Saúde - Substituto. Valor Global: R\$ 641.214,11. CNPJ CONTRATADA : 00.134.789/0001-73 NUTOTH -PHARMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP. Valor: R\$ 9.660,65. CNPJ CONTRATADA : 05.777.772/0001-58 BSB COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. Valor: R\$ 37.134,30. CNPJ CONTRATADA : 06.081.203/0001-36 HOSPP - LOG COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. Valor: R\$ 54.007,80. CNPJ CONTRATADA : 10.266.935/0001-78 TOPMEDLAR NUTRICAO CLINICA E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP. Valor: R\$ 27.646,82. CNPJ CONTRATADA : 26.921.908/0002-02 HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. Valor: R\$ 144.841,84. CNPJ CONTRATADA : 33.009.945/0002-04 PRODUTOSROCHE QUIMICOS E FARMACEUTICOS S A. Valor: R\$ 1.879,20. CNPJ CONTRATADA : 33.069.212/0012-37 MERCK S/A. Valor: R\$ 1.091,10. CNPJ CONTRATADA : 37.396.017/0006-24 MEDCOMERCE COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALRES LTDA. Valor: R\$ 151.682,08. CNPJ CONTRATADA : 43.940.618/0001-44 ELI LILLY DO BRASIL LTDA. Valor: R\$ 12.845,04. CNPJ CONTRATADA : 51.780.468/0002-68 JANSSEN-CILAG FARMACEUTICA LTDA. Valor: R\$ 142.248,00. CNPJ CONTRATADA : 56.994.502/0098-62 NOVARTISBIOCIENCIAS SA. Valor: R\$ 58.177,28

(SIDECE - 08/01/2015) 250110-00001-2014NE800078



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**

**SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
ADMINISTRATIVO N.º 311/2010 QUE ENTRE SI
FIRMAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA
COORDENAÇÃO GERAL DE MATERIAL E
PATRIMÔNIO DA SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS
ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA EXECUTIVA
DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E A EMPRESA VOETUR
CARGAS E ENCOMENDAS LTDA.**

A **UNIÃO**, por intermédio da Coordenação-Geral de Material e Patrimônio da Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Saúde, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.394.544/0036-05, com sede em Brasília/DF, neste ato representada pela Sr.^a **MARILUSA CUNHA DA SILVEIRA**, portadora da Cédula de Identidade n.º 62.886.583, expedida pela SSP/CE e inscrita no Cadastro da Pessoa Física – CPF/MF sob o n.º 314.092.883-15, nomeada por meio da Portaria GM n.º 485, de 22 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União n.º 76, Seção 2, Página 41, de 23 de abril de 2015 e conforme as atribuições delegadas pela Portaria SAA n.º 12, de 27 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n.º 2011, de 28 de janeiro de 2011, Seção 2, Página 29, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º **24.893.687/0001-08**, estabelecida no Aeroporto Internacional de Brasília – Terminal de Carga Aérea – CEP: 71.608-900-Brasília/DF, neste ato representada por **RAIMUNDO NONATO BRASIL**, carteira de Identidade n.º 441.980-SSP/DF e CPF/MF sob o n.º 214.666.701-00, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo com fulcro no inciso II do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93, no Processo Administrativo n.º 25000.084856/2010-31, e demais normas que regem a espécie, ao quais as partes sujeitam-se a cumprir mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO

O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar, excepcionalmente, o prazo de vigência do Contrato Administrativo n.º 311/2010, a fim de que se estenda para o período de **27 de dezembro de 2015 a 26 de dezembro de 2016**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor anual estimado deste Contrato é de **R\$ 82.275.584,75** (oitenta e dois milhões, duzentos e setenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e setenta e cinco centavos) e o valor mensal estimado de **R\$ 6.856.298,73** (seis milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, duzentos e noventa e oito reais e setenta e três centavos).

[Assinatura]

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas advindas do presente Termo Aditivo correrão por conta dos recursos consignados ao Ministério da Saúde, Programa de Trabalho 10.305.2015.20YE.0001 pelo PTRES: 091053, Natureza da Despesa 3.3.90.39.

Parágrafo Único – A nota de empenho para cobrir as despesas referentes ao exercício de 2016 será emitida oportunamente, indicando os recursos aprovados no respectivo exercício.

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA

Como garantia das obrigações assumidas neste termo aditivo, a CONTRATADA prestará, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da assinatura deste instrumento, garantia de **R\$ 4.113.779,24** (quatro milhões, cento e treze mil, setecentos e setenta e nove reais e vinte e quatro centavos) correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme disposto no art. 56, §1º, da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Além dos casos previstos em lei, o Contrato poderá ser rescindido pelo Ministério da Saúde a qualquer momento, durante o prazo de vigência prorrogado por meio do presente Termo, ou quando concluído processo licitatório para o mesmo fim, desde que notificada a CONTRATADA em prazo não inferior a 30 (trinta) dias, sem que haja indenizações de qualquer natureza à CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO


Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições constantes no Contrato Originário, não modificadas no todo ou em parte, pelo presente Termo Aditivo.

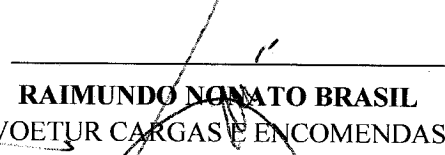
CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Termo Aditivo no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês subsequente de sua assinatura, conforme prevê o art. 61, Parágrafo único da Lei nº. 8.666/93.

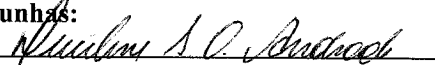
E, assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.


Brasília, 24 de dezembro de 2015.


MARILUSA CUNHA DA SILVEIRA
COORDENADORA-GERAL DE
MATERIAL E PATRIMÔNIO


RAIMUNDO NONATO BRASIL
VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS
LTDA.

Testemunhas:

Nome: 

Nome: 

CPF: 838.626.841-72

CPF: 000999472-88





RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).
VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 17/12/2016.

DATA DE ASSINATURA: 23/12/2015
SIGNATÁRIOS: JOSE AGENOR ALVARES DA SILVA, SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - CPF nº 130.694.036-20; IVAN MARQUES DE TOLEDO CAMARGO, DIRETOR - CPF nº 210.411.481-00.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 89/2015

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a(o) FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA/DF - CNPJ nº 00.038.174/0001-43.

OBJETO: Dar apoio financeiro para "ESTUDO E PESQUISA SOBRE A SAÚDE MENTAL", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

PROCESSO: 25000.187948/2015-86.

CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 1.140.000,00, UG: 257001, Gestão: 00001, Programa de Trabalho: 10.303.2015.20K3.0010, Natureza de Despesa: 33.90.30, 33.90.39, 33.90.20, 33.90.18, 33.90.14, 33.90.33, Fonte de Recursos: 6151000000.

RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 1.140.000,00 (um milhão cento e quarenta mil reais).

VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 12/12/2017.

DATA DE ASSINATURA: 23/12/2015
SIGNATÁRIOS: JOSE AGENOR ALVARES DA SILVA, SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - CPF nº 130.694.036-20; IVAN MARQUES DE TOLEDO CAMARGO, REITOR - CPF nº 210.411.481-00.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 142/2015

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a(o) UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE/PB - CNPJ nº 05.055.128/0001-76.

OBJETO: Dar apoio financeiro para "aquisição de equipamentos e material permanente para o desenvolvimento, qualificação, inovação e produção de tecnologias estratégicas para o SUS", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

PROCESSO: 25000.199205/2015-59.

CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 20.400,00, UG: 257001, Gestão: 00001, Programa de Trabalho: 10.303.2055.8636.0001, Natureza de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recursos: 6151000000.

RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais).

VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 20/07/2016.

DATA DE ASSINATURA: 23/12/2015
SIGNATÁRIOS: JOSE AGENOR ALVARES DA SILVA, SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - CPF nº 130.694.036-20; JOSE EDILSON DE AMORIM, REITOR - CPF nº 132.142.684-49.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 143/2015

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a(o) UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO/PE - CNPJ nº 24.134.488/0001-08.

OBJETO: Dar apoio financeiro para "aquisição de equipamentos e material permanente para o desenvolvimento, qualificação, inovação e produção de tecnologias estratégicas para o SUS", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

PROCESSO: 25000.195545/2015-19.

CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 366.000,00, UG: 257001, Gestão: 00001, Programa de Trabalho: 10.303.2055.8636.0001, Natureza de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recursos: 6151000000.

RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 366.000,00 (trezentos e sessenta e seis reais).

VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 17/12/2016.

DATA DE ASSINATURA: 23/12/2015
SIGNATÁRIOS: JOSE AGENOR ALVARES DA SILVA, SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - CPF nº 130.694.036-20; ANÍSIO BRASILEIRO DE FREITAS DOURADO, REITOR - CPF nº 127.044.234-15.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 144/2015

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a(o) UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO/PE - CNPJ nº 24.134.488/0001-08.

OBJETO: Dar apoio financeiro para "fomento ao desenvolvimento, qualificação e inovação em produtos estratégicos para o SUS", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

PROCESSO: 25000.195531/2015-97.

CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 4.400.000,00, UG: 257001, Gestão: 00001, Programa de Trabalho: 10.303.2055.8636.0001, Natureza de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recursos: 6151000000.

RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 4.400.000,00 (quatro milhões e quatrocentos mil reais).

VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 07/12/2018.

DATA DE ASSINATURA: 23/12/2015
SIGNATÁRIOS: JOSE AGENOR ALVARES DA SILVA, SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - CPF nº 130.694.036-20; ANÍSIO BRASILEIRO DE FREITAS DOURADO, REITOR - CPF nº 127.044.234-15.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 145/2015

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a(o) UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO/PE - CNPJ nº 24.134.488/0001-08.

OBJETO: Dar apoio financeiro para "ampliação de unidade do complexo produtivo da saúde", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

PROCESSO: 25000.195555/2015-46.

CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 952.500,00, UG: 257001, Gestão: 00001, Programa de Trabalho: 10.303.2055.8636.0001, Natureza de Despesa: 44.90.51, Fonte de Recursos: 6151000000.

RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 952.500,00 (novecentos e cinquenta e dois mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 12/12/2017.

DATA DE ASSINATURA: 23/12/2015
SIGNATÁRIOS: JOSE AGENOR ALVARES DA SILVA, SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - CPF nº 130.694.036-20; ANÍSIO BRASILEIRO DE FREITAS DOURADO, REITOR - CPF nº 127.044.234-15.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 146/2015

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a(o) UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE/PB - CNPJ nº 05.055.128/0001-76.

OBJETO: Dar apoio financeiro para "fomento ao desenvolvimento, qualificação e inovação em produtos estratégicos para o SUS", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

PROCESSO: 25000.199213/2015-03.

CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 2.426.678,68, UG: 257001, Gestão: 00001, Programa de Trabalho: 10.303.2055.8636.0001, Natureza de Despesa: 33.90.30, Fonte de Recursos: 6151000000.

RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 2.426.678,68 (dois milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, seiscentos e setenta e oito reais e sessenta e oito centavos).

VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 12/12/2017.

DATA DE ASSINATURA: 23/12/2015
SIGNATÁRIOS: JOSE AGENOR ALVARES DA SILVA, SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - CPF nº 130.694.036-20; JOSE EDILSON DE AMORIM, REITOR - CPF nº 132.142.684-49.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 147/2015

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a(o) UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA/SC - CNPJ nº 83.899.526/0001-82.

OBJETO: Dar apoio financeiro para "Aquisição de Equipamento e Material Permanente para o Desenvolvimento, Qualificação e Inovação de Produtos", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

PROCESSO: 25000.192844/2015-93.

CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 516.000,00, UG: 257001, Gestão: 00001, Programa de Trabalho: 10.303.2055.8636.0001, Natureza de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recursos: 6151000000.

RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 516.000,00 (Quinhentos e dezesseis mil reais).

VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 12/12/2017.

DATA DE ASSINATURA: 23/12/2015
SIGNATÁRIOS: JOSE AGENOR ALVARES DA SILVA, SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - CPF nº 130.694.036-20; ROSELANE NECKEL, REITORA - CPF nº 641.354.119-91.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 148/2015

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a(o) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL/RS - CNPJ nº 92.969.856/0001-98.

OBJETO: Dar apoio financeiro para "aquisição de equipamento e material permanente para o programa nacional tele-saúde Brasil redes", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

PROCESSO: 25000.202902/2015-02.

CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 100.000,00, UG: 257001, Gestão: 00001, Programa de Trabalho: 10.128.2015.20YD.0001, Natureza de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recursos: 6151000000.

RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 12/12/2017.

DATA DE ASSINATURA: 23/12/2015
SIGNATÁRIOS: JOSE AGENOR ALVARES DA SILVA, SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - CPF nº 130.694.036-20; CARLOS ALEXANDRE NETTO, REITOR - CPF nº 346.005.820-04.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 149/2015

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a(o) FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ/RJ - CNPJ nº 33.781.055/0001-35.

OBJETO: Dar apoio financeiro para "PROMOVER A DESPRECARIZAÇÃO DOS VÍNCULOS DE TRABALHO DA SAÚDE E A QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO TRABALHO", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

PROCESSO: 25000.201744/2015-65.

CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 500.000,00, UG: 257001, Gestão: 00001, Programa de Trabalho: 10.128.2015.20YD.0001, Natureza de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recursos: 6151000000.

RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 17/12/2016.

DATA DE ASSINATURA: 23/12/2015
SIGNATÁRIOS: JOSE AGENOR ALVARES DA SILVA, SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - CPF nº 130.694.036-20; PAULO ERNANI GADELHA VIEIRA, PRESIDENTE - CPF nº 422.312.997-04.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 6/2015 UASG 250005

Número do Contrato: 00311/2010, subrogado pela UASG: 250005, DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA/EM

Nº Processo: 25000084856201031.

PREGÃO SI/PP Nº 165/2010. Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE - CNPJ Contratado: 24893687000108. Contratado: VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA - Objeto: Prorrogar, excepcionalmente, o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 311/2010, a fim de que se estenda para o período de 27 de dezembro de 2015 a 26 de dezembro de 2016. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 27/12/2015 a 26/12/2016. Data de Assinatura: 24/12/2015.

(SICON - 24/12/2015) 250110-00001-2015NE800074

COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS GERAIS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 633/2015 UASG 250005

Nº Processo: 25000163453201561. Objeto: Aquisição de 22ser KY-NAMRO 200MG Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso IV da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Trata-se de Ação Judicial Declaração de Dispensa em 18/12/2015. EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO. Coordenador-geral de Análise Das Contratações de Insumos Estratégicos para Saúde. Ratificação em 24/12/2015. BRENO VILELA COSTA. Diretor do Departamento de Logística em Saúde. Valor Global: R\$ 407.841,89. CNPJ CONTRATADA: Estrangeiro GENZYME.

(SIDECE - 24/12/2015) 250110-00001-2015NE800074

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1.068/2015 UASG 250005

Nº Processo: 25000177446201547. Objeto: Aquisição de 720sachês TRANSLARNA 250MG e 180sachês TRANSLARNA 1G Total de Itens Licitados: 00002. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso IV da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Trata-se de Ação Judicial Declaração de Dispensa em 18/12/2015. EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO. Coordenador-geral de Análise Das Contratações de Insumos Estratégicos para Saúde. Ratificação em 24/12/2015. BRENO VILELA COSTA. Diretor do Departamento de Logística em Saúde. Valor Global: R\$ 1.434.095,30. CNPJ CONTRATADA: Estrangeiro MULTICARE.

(SIDECE - 24/12/2015) 250110-00001-2015NE800074

Ivanildo Da Silva Cerqueira

De: Aline Rodrigues Costa <aline.rodrigues@saude.gov.br> em nome de DIVISÃO DE CONTRATOS DE BENS E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - DICONT <dicont@saude.gov.br>

Enviado em: quarta-feira, 23 de dezembro de 2015 17:03

Para: Licitação VTCLOG

Assunto: Convocação para assinatura do 6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 311/2010

Anexos: 6º TA - Prorrogação excepcional.pdf; PT 102-2015 - Indicação de fiscais.PDF

Prioridade: Alta

Sinalizador de acompanhamento: Acompanhar

Status do sinalizador: Sinalizada

Senhor Representante,

1. Comunicamos a Vossa Senhoria que esta Empresa fica convocada para efetuar a assinatura do 6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 311/2010, cujo objeto, em síntese, é a prestação de serviços de transporte multimodal.
2. O endereço para envio das 02 (duas) vias assinadas é: Divisão de Contratos de Bens e Serviços Administrativos, situada à Esplanada dos Ministérios, Anexo "A" do Bloco G, 3º andar, sala 317 A, Brasília/DF – CEP 70.058-900.
3. A empresa deverá apresentar, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a partir da assinatura do Aditamento, Garantia Financeira no valor de R\$ 4.113.779,24 (quatro milhões, cento e treze mil, setecentos e setenta e nove reais e vinte e quatro centavos), correspondente a 5% do valor total contratado, conforme estabelece a Cláusula Quarta deste instrumento.

Favor confirmar recebimento do mesmo.

Atenciosamente,

Aline Rodrigues Costa

Administradora

Divisão de Contratos de Bens e Serviços Administrativos

Coordenação-Geral de Material e Patrimônio

DICONT/CGMAP/SAA/SE/MS

(61) 3315-3088 ou 2285

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Ministério da Saúde, Ed. Anexo, Ala A, Sala 317

CEP: 70058-900/Brasília - DF





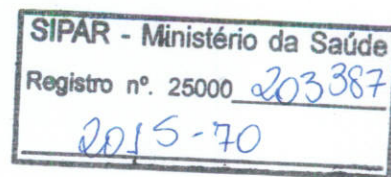
MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA-EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

Esplanada dos Ministérios, Bloco "G", Anexo "A", 4º andar, sala 446-A

Brasília/DF

CEP 70.058-900



Ofício nº. 04/2015 – CGAD/DLOG/SE/MS

Brasília, 11 de dezembro de 2015.

Sr. Responsável pela Empresa

Voetur Cargas e Encomendas LTDA,

Aeroporto Internacional de Brasília – Terminal de Carga Aérea,

CEP: 71.608-900

Brasília – DF.

Assunto: Modificação do destinatário de faturamento

Senhores,

Em resposta ao OFICIO DIR 10/2015 da Voetur, solicitamos que esta empresa se pronuncie, por meio oficial, quanto ao interesse de permanecer prestando serviço ao Ministério da Saúde, prorrogando-se assim o contrato 311/2010 firmado em 26 de dezembro de 2010, conforme previsão do art. 57, inciso 4º, da lei 8.666/93.

Atenciosamente,

RICARDO VAZ GOMES BASTOS

Coordenador Geral - Substituto

Coordenação Geral de Armazenagem e Distribuição - CGAD

Portaria nº 725 de 8 de julho de 2015 - DOU

Recebido em
14/12/2015
Carine Gonçalves da Silva
Diretora de Projetos e Logística

Brasília - DF, 14 de dezembro de 2015.

AO
MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

A/C: Sr. Ricardo Vaz Gomes Bastos
Coordenador Geral – Substituto
Coordenação Geral de Armazenagem e Distribuição - CGAD

Prezado Senhor,

Em resposta ao Ofício n.º 04/2015 – CGAD/DLOG/SE/MS, a empresa VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 24.893.687/0001-08, pessoa jurídica de direito privado, vem perante a este Órgão, manifestar interesse na prorrogação da vigência do Contrato nº. 311/2010, firmado em 26 de dezembro de 2010, conforme previsão do art. 57, parágrafo 4º, da lei 8.666/93, salvaguardado o direito de reajuste e repactuação dos preços na forma da lei.

Certos da atenção de V. Sª para o exposto, aproveitamos para apresentar-lhes nossos melhores cumprimentos.

Subscrevemo-nos,

VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA

Raimundo Nonato Brasil – Diretor de Cargas
Carteira de Identidade nº 41.980 - SSP/DF
CPF 214.666.701-00

ACÓRDÃO Nº 707/2017 - TCU - Plenário

Trata-se de representação, com pedido de cautelar, ofertada pela Associação Brasileira de Logística e Transporte de Carga (ABTC) e pela Associação das Empresas de Transporte de Cargas e Logística de Pernambuco (Assemtra), a respeito de possíveis irregularidades perpetradas pelo Ministério da Saúde na contratação direta da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), para a prestação de serviços de transporte e distribuição de insumos críticos em saúde (ICS) e materiais para investigação de surtos e inquéritos epidemiológicos, dentre outros, pelo valor de R\$ 145.000.000,00;

Considerando que, em exame inicial dos autos, a unidade instrutora promoveu a oitiva prévia do órgão e dos Correios e, examinadas as respostas encaminhadas, propôs a concessão da cautelar requerida para suspender o andamento do contrato 59/2016;

Considerando que, estando os autos em meu gabinete, o Ministério da Saúde procedeu à rescisão do contrato, sem que tenham sido geradas obrigações financeiras, acarretando a perda do objeto da cautelar e da representação, o que, todavia, não impede a atuação deste Tribunal com o objetivo de prevenir a reincidência de falhas observadas;

Considerando que, de acordo com o Acórdão 1.800/2016-TCU-Plenário, a contratação direta dos Correios para a prestação de serviços de logística, mediante dispensa de licitação com esteio no art. 24, VIII, da Lei 8.666/1993, não encontra respaldo no ordenamento jurídico pátrio, tampouco na jurisprudência desta Corte, em especial o Acórdão 6.931/2009-TCU-1ª Câmara;

Considerando que o serviço objeto da contratação realizada prevê atividades de transporte, movimentação, manuseio, embalagem, coleta, montagem, arrumação de insumos e materiais e demais serviços correlatos entre a origem e o destino, incluindo-se, assim, dentre os serviços de logística inseridos no objeto da consulta acima mencionada;

Considerando que a avença celebrada previu a subcontratação de 49% do objeto e que, segundo o entendimento do TCU, exposto no Acórdão 522/2014-TCU-Plenário, as hipóteses de subcontratação total ou parcial de partes relevantes do objeto, quer técnica quer economicamente, somente se aplicam em situações concretas excepcionabilíssimas, supervenientes ao contrato, quando a rescisão contratual e a realização de nova contratação forem comprovadamente contrárias ao interesse público subjacente ao contrato;

Considerando os indícios de que o preço contratado se encontrava incompatível com o de mercado, condição que contraria o disposto no art. 24, VIII, da Lei 8.666/1993.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 17, IV, 143, III, e 237, VII, do Regimento Interno do TCU, em conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la prejudicada, pela perda do objeto; adotar a providência abaixo indicada; dar ciência desta deliberação ao representante; e encerrar o processo:

1. Processo TC-036.376/2016-7 (REPRESENTAÇÃO)

- 1.1. Interessado: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (34.028.316/0001-03)
- 1.2. Órgão: Ministério da Saúde (vinculador)
- 1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
- 1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)

1.6. Representação legal: Thiago Araújo Loureiro (28.724/OAB-DF) e outros, representando Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Andreia da Silva Lima (25.408/OAB-DF), representando Associação Brasileira de Logística e Transporte de Carga (ABCT) e Associação das Empresas de Transportes de Cargas e Logística de Pernambuco (Assemtra).

1.7. Dar ciência ao Ministério da Saúde de que o contrato 59/2016, celebrado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por meio de dispensa de licitação com fundamento no art. 24, VIII, da Lei 8.666/1993, não observou o disposto no ordenamento jurídico pátrio, tampouco na jurisprudência desta Corte, em especial o Acórdão 6.931/2009-TCU-1ª Câmara e o Acórdão 1.800/2016-TCU-Plenário, ressaltando-se, ainda, que não restou justificado nos autos o preço da contratação, tampouco as razões para que se permitisse a subcontratação de parte substancial do contrato.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº 61/2016 (24893687000108/2016), QUE
FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS
ADMINISTRATIVOS E A EMPRESA VOETUR
CARGAS E ENCOMENDAS LTDA.**

A **UNIÃO**, por intermédio da Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ/MF sob o nº 00.394.544/0036-05, sediada na Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo A, 3º andar, Sala 317, em Brasília/DF, representada por **LEONARDO ROSÁRIO DE ALCÂNTARA**, portador da Cédula de Identidade nº 91002365646, expedida pela SSP/CE e inscrito no Cadastro da Pessoa Física – CPF/MF sob o nº 584.867.471-04, nomeado por meio da Portaria nº 1.887, de 14 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 178, Seção 02, Página 02, de 15 de setembro de 2016, e conforme as atribuições delegadas pela Portaria nº 133, de 26 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 19, de 27 de janeiro de 2011, Seção 02, Página 37, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **24.893.687/0001-08**, sediada no Aeroporto Internacional de Brasília – Terminal de Carga Aérea – CEP: 71.608-900, Brasília/DF, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr. **RAIMUNDO NONATO BRASIL**, portador da Carteira de Identidade nº 441.980 – SSP/DF, e CPF nº 214.666.701-00, tendo em vista o que consta no Processo nº 25000.195159/2016-08 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolvem firmar o presente Termo de Contrato, por meio de **Dispensa de Licitação nº 53/2016** com fundamento no inciso IV do artigo 24 da supracitada Lei e mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação emergencial de empresa especializada para prestação de **SERVIÇOS DE TRANSPORTE MULTIMODAL** (Fundamento: Lei Federal n.º 9.611, de 19 de fevereiro de 1998 e Decreto n.º 3.411, de 12 de abril de 2000), de forma contínua, nas modalidades aéreo e terrestre, qualificada para transportar, movimentar insumos, embalar, coletar, carregar, descarregar, desembalar, entregar, montar, desmontar, armazenar, providenciar toda arrumação em geral para o transporte e realizar demais serviços correlatos que foram necessários entre a origem e o destino, inclusive os de consolidação e desconsolidação documental, por meio de profissionais habilitados, nas dependências das Unidades de

Armazenamento de Insumos Críticos à Saúde (ICS), excepcionalmente em local determinado pelo Ministério da Saúde, quando solicitado, de Insumos Críticos em Saúde (ICS) e materiais para investigação de surtos e inquéritos epidemiológicos, dentre outros, conforme detalhamento e condições estabelecidas no Projeto Básico.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Projeto Básico, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	Unidade de medida	Quantidade
1	000336-0	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE CARGA E OUTROS SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE	DIAS	60

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O presente contrato emergencial terá a vigência de 60 (sessenta) dias a partir da assinatura do mesmo, ressalvado o direito da administração de rescindi-lo a qualquer tempo se concluído o processo licitatório regular sem que caiba, à contratada o direito à indenização de qualquer espécie.

2.2. As obrigações e atividades de transporte serão iniciadas a partir de 27 de dezembro de 2016.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2016, na classificação abaixo:

Programa de trabalho	Programa de Trabalho Resumido PTRES	Natureza da despesa
10305201520YE0001	091053	339039

4.2. A despesa do exercício de 2017 correrá à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início do exercício financeiro de 2017.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 3 (três) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados no §1º do art. 36 da IN/SLTI nº 02, de 2008.

5.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no §1º do art. 36, da IN/SLTI nº 02, de 2008.

5.4.1. Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o serviço tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

5.4.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5. Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação

5.6. Não sendo regularizada a situação da Contratada no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé ou incapacidade de corrigir a situação, o pagamento dos valores em débito será realizado em juízo, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.7. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.8. não produziu os resultados acordados;

5.9. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.10. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada,

5.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

6. CLÁUSULA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do total Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração contratante.

6.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

6.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

6.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

6.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

6.3.1. prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

6.3.2. prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato,

6.3.4. as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada;

6.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, mencionados no art. 19, XIX, b da IN SLTI/MPOG 02/2008.

6.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

6.6. No caso de alteração do valor do contrato a garantia deverá ser ajustada à nova situação, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

6.7. A Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

6.1.1. caso fortuito ou força maior;

6.1.2. alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

6.1.3. descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;

6.1.4. atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

6.7. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

6.8. Será considerada extinta a garantia:

6.8.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

6.9. No prazo de 03 (três) meses após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

7.1. DAS INSTALAÇÕES DA EMPRESA

7.1.1. A CONTRATADA deverá possuir local apropriado e permanente, em Brasília – DF e Rio de Janeiro - RJ, para prestação de serviços básicos no processo logístico: manuseio, embalagem, desembalagem, arrumação do material a ser transportado, acondicionamento e coleta de Insumos Críticos em Saúde – ICS, que garanta a temperatura e umidade específica para cada ICS, que necessite de controle específico, provindos e destinados as Unidades da Federação, Capitais e Municípios.

7.2. DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE - VIA TERRESTRE

7.2.1. A CONTRATADA deverá: coletar, acondicionar, transportar e entregar os Insumos Críticos em Saúde - ICS por via terrestre utilizando veículos adequados para cada tipo de insumo com carroceria fechada tipo baú, preferencialmente isotérmico ou com fonte de refrigeração que garanta temperatura específica para transporte de ICS termolábeis. O uso de caminhões abertos será exclusivo para o transporte de praguicidas, porém caso necessário este

tipo de ICS poderá utilizar de caminhão fechado tipo baú, e o uso de caminhão cegonha para o transporte de veículos com ou sem acoplamento de bombas UBV, provindos e destinados a todas as Unidades da Federação, Capitais e Municípios;

7.2.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar materiais e serviços para acondicionamento, coleta, entrega, carga, descarga, bem como toda a logística necessária para o transporte, incluindo seguro total das cargas e disponibilizando equipe qualificada para a execução da atividade de logística do transporte;

7.2.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar relatórios gerenciais (quantidade de embarques, peso transportado, cubagem, seguro, perdas, etc.) referentes a todos os serviços realizados e respectivos custos, quando da realização do transporte terrestre nacional.

7.3. DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE - VIA AÉREA

7.3.1. A CONTRATADA deverá: coletar, acondicionar, transportar e entregar os Insumos Críticos em Saúde - ICS por via aérea utilizando embalagens específicas para os insumos transportados visando à garantia da integridade e controle específico de temperatura dos mesmos, provindos e destinados a todas as Unidades da Federação, Capital e Municípios;

7.3.2. Os trechos rodoviários entre o local de coleta e o aeroporto, bem como do aeroporto e o local de entrega deverão ser realizados utilizando veículos adequados para cada tipo de insumo com carroceria fechada tipo baú, preferencialmente isotérmico ou com fonte de refrigeração que garanta temperatura específica para transporte de ICS termolábeis;

7.3.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar serviços de coleta, despacho e redespacho, acondicionamento, entrega, carga, descarga, incluindo o seguro total da carga bem como toda a logística necessária para o transporte adequado e disponibilizando equipe qualificada para a execução da atividade;

7.3.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar relatórios gerenciais (quantidade de embarques, peso transportado, cubagem, seguro, perdas, etc.) referentes a todos os serviços realizados e respectivos custos, quando da realização do transporte aéreo nacional e internacional quando necessário.

7.3.5. Poderá ser solicitada a entrega de ICS referente ao atendimento da demanda judicial, no prazo inferior ao máximo estabelecido, ou seja, no prazo inferior a 48 (quarenta e oito) horas, para atendimento EMERGENCIAL, ocasião em que será pago a Taxa de Emergência.

7.4. DAS INSTALAÇÕES

7.4.1. A CONTRATADA deverá possuir matriz e/ou filial permanente em Brasília – DF com área mínima de 500 m² e de 500 m² no Rio de Janeiro – RJ, e sob demanda, quando solicitado previamente, em outras localidades, com galpão ou edifício construído ou adaptado para este propósito com todas as condições e normas previstas nas Boas Práticas de Armazenagem de ICS.

7.4.2. O armazenamento deverá ser efetuado de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, de acordo com as normas preconizadas pelas Boas Práticas de Armazenagem de ICS.

7.5. DO MANUSEIO

7.5.1. Materiais com embalagens violadas ou rompidas deverão ser encaminhados para área própria, para análise, tratamento e reembalagem a critério do Ministério da Saúde;

7.5.2. Etiquetas e adesivos não poderão ser retirados, rasurados nem modificados;

7.5.3. O serviço de manuseio nas dependências do Ministério da Saúde, embalagem e reembalagem, carga a ser transportada ficarão sob a responsabilidade da CONTRATADA, até o limite total de 10 (dez) funcionários, sob orientação do técnico designado pelo Ministério da Saúde.

7.6. DAS EMBALAGENS

7.6.1. Todos os insumos necessários para embalagem e acondicionamento dos ICS, das Unidades do Ministério da Saúde abaixo descritas, serão de responsabilidade da CONTRATADA, incluindo caixas de papelão, lâminas de papelão, plástico bolha, papel Kraft, caixas de isopor, fitas adesivas avulsas, derivados de poliestireno expandido, placas de gelo reutilizáveis, caixas classe 6.2 categoria B e A UN 3373 P650 e UM 3373 P 602 padrão IATA utilizadas para transporte de material biológico, além de gelo seco (CO₂) solicitados pelo Ministério da Saúde, exceto as fitas adesivas padronizadas e fornecidas pelo MS.

7.6.2. Todo o material de embalagem das Unidades do SADM em Brasília (Unidade I, Unidade VII e Câmara Frigorífica) conforme Anexo B;

7.6.3. Todo o material de embalagem do Setor de Praguicidas SPRAG/CENADI/SVS no Rio de Janeiro conforme Anexo C;

7.6.4. Os materiais de acondicionamento e embalagem, específicos da CENADI, destinados ao acondicionamento e transporte de vacinas, soros e demais imunobiológicos serão adquiridos e fornecidos por meio de gestão da própria Unidade, uma vez que se trata de material com especificações técnicas e características que inviabilizam sua inserção no futuro contrato conforme disposto no Manual da Rede de Frio e na Nota Técnica da SVS/MS. Portanto, estes materiais específicos de embalagem não estão contemplados no objeto deste Projeto Básico.

7.7. DO TRANSPORTE E ENTREGA

7.7.1. Os serviços de transporte contratados para os modais aéreo e terrestre serão realizados no modelo do Sistema Direto e Exclusivo e na forma determinada pelo Ministério da Saúde;

7.7.2. O transporte deverá ser efetuado em veículos apropriados de acordo com cada insumo, obedecendo ao controle de temperatura e umidade, conforme especificado pelo fabricante ou por recomendação da A CONTRATADA;

7.7.3. O transporte de insumos deverá oferecer segurança e proteção adequadas visando a garantia da qualidade e integridade dos materiais;

7.7.4. Os insumos deverão ser transportados de forma a garantir suas identificações e manutenção da qualidade, evitando deteriorações e impedindo contaminação por outros produtos ou que os mesmos sejam contaminantes;

7.7.5. O transporte de ICS deverá possuir seguro e segurança (escolta armada), quando necessário para prevenção de danos, perdas e roubos de acordo com o valor do insumo transportado e o modal de transporte adotado;

7.7.6. Os veículos utilizados para transporte de ICS não poderão em hipótese alguma ser para o armazenamento dos mesmos;

7.7.7. O transporte de ICS deverá obedecer à legislação específica e aos procedimentos certificados pelo MS, ANVISA, ANTAQ, ANAC, ANTT, IATA e OMS;

7.7.8. Os ICS despachados a partir das Unidades do Ministério da Saúde para o transporte aéreo e terrestre deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas, caixas térmicas ou papelão resistente, de acordo com a especificação do insumo, lacradas com fita adesiva padronizada do Ministério da Saúde, garantindo a manutenção da qualidade e a perfeita inviolabilidade das mesmas até o destino final;

7.7.9. O transporte de ICS termolábeis deverá obedecer ao prazo de entrega aérea, máximo, de **48 horas** a partir da retirada, para as capitais, das unidades do MS e demais remetentes, conforme orientação do Ministério da Saúde;

7.7.10. O transporte de ICS deverá obedecer às especificações de controle de temperatura e umidade, utilizando-se de termo-higrômetro para este fim, e ainda evitar exposição à luz solar direta e respeitando o empilhamento máximo permitido conforme indicado em suas embalagens pelo fabricante ou por orientação do Ministério da Saúde;

7.7.11. Deverão ser observados os símbolos estampados nas embalagens dos insumos para cumprimento total das orientações indicadas pelo fabricante no que diz respeito ao controle de temperatura, luz, umidade, refrigeração, empilhamento, manuseio e conservação dos Insumos Críticos em Saúde.

8. CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO

8.1. Tendo em vista que o contrato será firmado emergencialmente, fica resguardado à administração a possibilidade de realizar a rescisão do mesmo a qualquer tempo, sem que caiba a contratada direito a indenização de qualquer espécie.

8.2. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico.

8.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.



8.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.5. O Termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

8.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

8.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

8.5.3. Indenizações e multas.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei n.º 8.666/93 e de outras normas pertinentes, são obrigações do Ministério da Saúde:

9.1.1 Comunicar à CONTRATADA os locais onde deverão ser retiradas, entregues e organizadas as cargas;

9.1.2. Fiscalizar a execução dos serviços contratados;

9.1.3. Aplicar a CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais;

9.1.4. Efetuar os pagamentos devidos A CONTRATADA, em até 30 dias, após o recebimento das Notas fiscais/faturas, devidamente atestadas pelo Fiscal, acompanhadas das notas de distribuição ou guias de remessas atestadas pelos destinatários;

9.1.5. Observar para que, durante a vigência do contrato, seja mantida pela A CONTRATADA, a compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.6. Promover diligências, quando necessário, durante toda vigência do contrato junto a todos os agentes, filiais, sucursais, consolidados e demais conveniados da A CONTRATADA;

9.1.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela A CONTRATADA;

9.1.8. Permitir o acesso aos empregados da CONTRATADA nas dependências das Unidades Distribuidoras de ICS do Ministério da Saúde, de modo a viabilizar a prestação dos serviços durante o horário de expediente ou fora dele, quando autorizado pelo setor competente, e em ambas as situações os colaboradores deverão ser identificados quando do acesso as áreas do Ministério da Saúde;

9.1.9. Proporcionar todas as facilidades para que a A CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;

9.1.10. Solicitar os serviços por meio do documento "Autorização de Transporte" EXCLUSIVO, a ser expedida pela Unidade Distribuidora de ICS do Ministério da Saúde, informando os percursos, locais de coleta e entrega com endereços completos e tipo de material a ser transportado, número de volumes, peso, cubagem e valor da carga;

9.1.11. Fornecer os valores das cargas e encomendas, para fins de cobrança de taxa de seguro no caso de eventuais extravios ou danos que porventura venham a ser causados durante a execução dos serviços;

9.1.12. Fiscalizar a fiel observância dos serviços, mediante servidor designado como Fiscal do Contrato, registrando em relatório, as deficiências porventura existentes na sua execução, notificando aCONTRATADA, imediatamente, sobre as falhas e defeitos observados, determinando prazo e o que seja necessário para a sua regularização;

9.1.13. Proceder à conferência das Autorizações de Transporte, juntamente com as Notas Fiscais Faturas, verificando os quantitativos, preços pactuados, condições e exatidão das informações;

9.1.14. O Ministério da Saúde reserva-se o direito de realizar visitas técnicas, a qualquer momento, sem obrigatoriedade de aviso prévio, às instalações da A CONTRATADA para verificar as condições físicas e sanitárias das Unidades, bem como realizar avaliação destas Unidades conforme determina a Resolução N.º 329/MS/ANVS de 22 de julho de 1999 que Institui o Roteiro de Inspeção para transportadoras de medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei n.º 8.666/93 e de outras normas pertinentes, são obrigações da A CONTRATADA:

10.1.1. Apresentar Manual de Boas Práticas de Transporte de Insumos Críticos em Saúde conforme legislação vigente. Este Manual deverá ser atualizado frequentemente, com no mínimo 1 (uma) revisão anual;

10.1.2. A equipe operacional da A CONTRATADA deverá estar preparada para manusear todos os produtos tendo em vista tratar-se ICS, não devendo os mesmos ser: jogados e/ou arremessados, empilhados acima do máximo permitido e determinado pelo fabricante, pisados, escalados, apertados, molhados, furados, cortados, rasgados, conforme determinado no Manual de Boas Práticas Transporte de ICS;

10.1.3. Zelar pela destinação, integridade e total sigilo das cargas a serem transportadas;

10.1.4. Apresentar preposto com poder de decisão em relação aos serviços e pessoal, para representá-la junto ao Ministério da Saúde;

10.1.5. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todos os itens e serviços elencados no presente neste Projeto Básico;

10.1.6. Comunicar ao Ministério da Saúde por escrito, em no máximo 48 HORAS, os casos de extravio, quebra, perda, roubo, furto e as ocorrências de danos, avarias, perdas e extravios de ICS que venham a ser causados, ainda que decorrentes de acidentes de trânsito, intempéries, roubos, furtos ou outras razões;

10.1.7. Exemplos de danos e avarias: amassamento, perfuração, quebra, amolgamento, contato, arranhadura, vazamento, água de chuva, oxidação, contaminação e má qualidade da estivagem, entre outros;

10.1.8. Na ocorrência de danos ou extravio dos ICS transportados, o Ministério da Saúde, após ciência formalizada do fato ocorrido notificará a CONTRATADA, após o comunicado por escrito, sobre o valor que deverá ser ressarcido, caso a CONTRATADA não opte pela substituição do material;

10.1.9. O pagamento deverá ser feito pela CONTRATADA no prazo de 30 dias corridos a partir da data do recebimento da notificação, caso contrário, será descontado do primeiro pagamento a que a CONTRATADA tiver direito;

10.1.10. Mediante justificativa aceitável, apresentada no máximo 2 (dois) dias úteis após o evento, o prazo indicado acima poderá ser ampliado, conforme interesse do Ministério da Saúde;

- 10.1.11.** Manter seguro total de transporte aéreo e terrestre durante a vigência do contrato, apresentando a apólice vigente para execução do transporte ao Ministério da Saúde, oferecendo cobertura desde a retirada dos ICS até a entrega dos mesmos em seu destino;
- 10.1.12.** Apresentar Apólices de Seguros, referente aos seguros: RCTR-C, RCF-DC e RCTA-C, cada qual, no valor mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por embarque, e que o seguro permaneça em dia durante toda vigência do contrato.
- 10.1.13.** Apresentar, ao Fiscal do Contrato, mensalmente os certificados de seguro emitidos pela seguradora com data recente confirmando a existência e vigência dos seguros;
- 10.1.14.** Todos os embarques de ICS deverão estar devidamente segurados e averbados junto à Seguradora da CONTRATADA;
- 10.1.15.** Manter equipe qualificada e necessária à execução dos serviços contratados: direção, coordenação, administração, fiscalização e demais atividades contratadas;
- 10.1.16.** Responsabilizar por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade objeto do Contrato, mesmo que em instalações das unidades do Ministério da Saúde;
- 10.1.17.** Ressarcir ao Ministério da Saúde ou a terceiros os danos aos bens de sua propriedade, causados por empregados ou prepostos da mesma, durante a execução dos serviços, sem prejuízo de outras cominações legais;
- 10.1.18.** Adotar todos os critérios de segurança, tanto para empregados quanto para execução do serviço em si, aplicando-se o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) quando necessários;
- 10.1.19.** Todas as despesas decorrentes do Contrato, inclusive o material necessário à execução dos serviços, locomoção, seguros de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outras que forem devidas, ficarão a cargo da CONTRATADA, mesmo que em instalações do Ministério da Saúde;
- 10.1.20.** Manter seus empregados devidamente uniformizados e identificados mediante o uso permanente de crachás e Equipamento de Proteção Individual (EPI);
- 10.1.21.** Substituir de imediato, seu representante ou empregado, cuja conduta, a juízo do Ministério da Saúde, se evidencie inconveniente ou inadequada à perfeita execução do Contrato;
- 10.1.22.** Cumprir todas as disposições relativas a encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, civis e comerciais, que recaiam sobre a atividade e seus empregados, resultantes da execução do Contrato;
- 10.1.23.** Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Ministério da Saúde, encarregada de acompanhar a execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas promovendo imediata resolução dos problemas relatados;
- 10.1.24.** Cumprir todas as orientações do Ministério da Saúde, para o fiel desempenho das atividades especificadas;
- 10.1.25.** Facilitar a fiscalização procedida por órgãos, no cumprimento de normas, notificando o Ministério da Saúde do resultado das inspeções que possam influenciar na execução do Contrato Administrativo a ser celebrado;

10.1.26. Autorizar e assegurar ao Ministério da Saúde o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com a técnica atual, normas ou especificações que atentem contra a sua segurança ou de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do Ministério da Saúde não eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades provenientes do Contrato;

10.1.27. Manter toda compatibilidade com as obrigações assumidas, condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do Contrato;

10.1.28. Para a conferência das faturas e posterior envio para pagamento deverão ser juntados os seguintes documentos, separados por Programa de Saúde, e enviados ao gestor do contrato:

10.1.29. Transporte Terrestre: Nota Fiscal Fatura, Nota de Distribuição ou Guia de Simples Remessa (GR) ou Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas (CTRC), Minuta de Cobrança e Autorização de Transporte (AT);

10.1.30. Transporte Aéreo: Nota Fiscal Fatura, Nota de Distribuição ou Guia de Simples Remessa (GR), Conhecimento de Transporte Aeroviário de Cargas (AWB), Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas e Autorização de Transporte (AT);

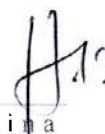
10.1.31. Todos os documentos de comprovação das entregas efetuadas deverão estar devidamente assinados e datados pelos servidores ou responsáveis pelo recebimento nos Estados e Municípios, pelos pacientes ou responsáveis ou ainda pelo médico no caso de demanda judicial, quer seja da Unidade Distribuidora de ICS, quer seja pelo destinatário das cargas de ICS, caso contrário as faturas correspondentes serão excluídas do pagamento até resolução das pendências;

10.1.32. Acompanhar a entrega ou coleta dos materiais transportados devendo ser atestado pelo destinatário ou remetente no Conhecimento de Transporte de Carga e no canhoto da Nota Fiscal/Fatura, mediante a coleta de nome legível com n.º do R.G ou CPF ou carimbo com o número de matrícula, cargo e função, ambos com assinatura bem como, constar a data e horário do recebimento ou coleta, devendo estes retornar ao Ministério da Saúde no prazo máximo de 10 dias corridos;

10.1.33. Acompanhar a entrega ou coleta dos ICS, objeto de demandas de ações judiciais, devendo ser atestado pelo destinatário ou seu responsável no Conhecimento de Transporte de Carga e no canhoto da Nota de Distribuição de Material ou Guia de Remessa e o Questionário preenchido constante no verso das mesmas, mediante a coleta de nome, assinatura legível, contendo obrigatoriamente n.º do R.G. e/ou CPF, bem como, constar a data e horário do recebimento, devendo estes dados retornar ao Ministério da Saúde no prazo máximo de 10 dias corridos;

10.1.34. Embora os originais dos documentos citados no item anterior possam ser entregues em até 10 dias corridos é imprescindível o envio, por e-mail (documento digitalizado) ou FAX, dos documentos de entrega citados acima imediatamente após a sua efetiva entrega, uma vez que o Ministério da Saúde tem prazo exíguo para apresentar ao Juiz a confirmação de entrega dos ICS aos pacientes;

10.1.35. Em caso de falecimento ou recusa do destinatário em receber os ICS enviados o responsável pela entrega deverá registrar nos documentos de entrega o motivo pelo qual não se efetivou a entrega colocando seu nome completo a data e sua assinatura e seguir a mesma conduta do item anterior;



10.1.36. Coletar insumos provenientes de ações judiciais e demais insumos de acordo com as especificações do fabricante no tocante à temperatura e acondicionamento, evitando a perda por alteração das propriedades farmacológicas e físico-químicas, responsabilizando-se pelo ressarcimento no valor de mercado ou substituição em caso do não cumprimento das especificações do insumo;

10.1.37. Emitir relatórios supervenientes de interesse do Ministério da Saúde (ex.: número de embarques, quantidade de peso e volumes transportada, valores faturados, prazo de entrega, etc.). Estes relatórios deverão acompanhar cada remessa mensal de fatura dos serviços prestados;

10.1.38. Fornecer, conforme solicitado pelas Unidades Distribuidoras de ICS do Ministério da Saúde, relatórios referentes aos envios contendo data e horário de entrega dos insumos transportados bem como o responsável pelo recebimento;

10.1.39. Manusear o material a ser transportado, incluindo os serviços de contagem, triagem, envelopagem, cintagem, etiquetagem, rotulagem, montagem de kits, confecção de Mala-Direta e emissão de relatórios, etc.;

10.1.40. Encaminhar os Conhecimentos de Transporte de Carga, devidamente atestados, juntamente com as segundas vias das Notas Fiscais/Faturas correspondentes no prazo máximo de vinte dias corridos, para conferência e atesto do Ministério da Saúde;

10.1.41. Manter os serviços disponíveis, em casos emergenciais, plantão após as 18h00min, em dias úteis e aos sábados, domingos e feriados, por meio de empregado com acesso ao serviço móvel celular e/ou rádio;

10.1.42. Assumir todos os possíveis danos causados a carga transportada ou a terceiros, quando evidenciada culpa por ação ou omissão, imperícia, negligência, imprudência, desídia e desrespeito as normas de segurança e técnica quando da execução dos serviços por seus empregados ou prepostos ou ainda, decorrentes da má qualidade dos equipamentos empregados nas operações de carregamento e descarregamento das cargas de ICS;

10.1.43. Comunicar à Unidade Distribuidora de ICS, com o prazo de pelo menos de 12 (doze) horas do prazo de vencimento da entrega, conforme Anexo D do Projeto Básico, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento;

10.1.44. Transportar em condições especiais e adequadas, os ICS que necessitem de controle específico de temperatura, umidade, exposição solar, empilhamento máximo, conforme indicado pelo fabricante ou sob orientação do Ministério da Saúde;

10.1.45. Disponibilizar ao Ministério da Saúde, sistema informatizado (site na Internet) contendo serviços de informação e dados das cargas de ICS para o acompanhamento do status de entrega do material transportado, bem como telefones e endereços eletrônicos (e-mail) para eventuais consultas; observando a segurança da rede;

10.1.46. Possuir sistema de rastreamento via satélite para o Transporte no Modal Terrestre de ICS, permitindo informações, em tempo real, da localização do material transportado;

10.1.47. Após a coleta do material a ser transportado, disponibilizar área adequada a ser utilizada no manuseio, contagem, triagem, cintagem, etiquetagem e montagem de kits do insumo a ser transportado, ficando a cargo da CONTRATADA a equipe de trabalho e todo material utilizado para tais serviços, incluindo toda a embalagem;

10.1.48. Notificar o Ministério da Saúde, por escrito, ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;

10.1.49. Transportar os ICS assegurando a qualidade necessária, sendo vedado o transporte juntamente com produtos como: produtos de limpeza, solventes, tintas, alimentos de origem vegetal e animal ou qualquer outra substância diferente de ICS que possam vir a comprometer de qualquer forma suas características e a qualidade dos insumos transportados;

10.1.50. Disponibilizar, sempre que necessário, caminhões com baú isotérmico ou com fonte de refrigeração que garanta temperatura adequada para os casos de transporte de ICS termolábeis, mantidos em temperatura refrigerada, devidamente limpos, higienizados, livres de aberturas, furos e infiltrações ou qualquer imperfeição que ofereça risco a conservação, segurança e qualidade dos insumos transportados;

10.1.51. Disponibilizar transporte e embalagens exclusivos para praguicidas, solicitado pelo Ministério da Saúde, devendo este ser realizado exclusivamente para esses produtos, ficando vedado o transporte conjunto de outros ICS de natureza diferente;

10.1.52. Disponibilizar, quando necessário, área para acondicionamento, frigorificada, com temperatura de 2° a 8° C, nas capitais: Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, considerando a necessidade de desembalagem por perda de vôo e reembalagem para garantir a temperatura controlada de acordo com as especificidades de cada produto (vacina, soro, kit de diagnóstico, hemoderivados, ICS perecíveis, etc.), cujos custos serão repassados integralmente para o Ministério da Saúde;

10.1.53. Esta exigência se faz necessária tendo em vista situações de perda de conexões aéreas, principalmente fora do horário de expediente e próximo a feriados e finais de semana, devendo ser imediatamente comunicado ao Ministério da Saúde;

10.1.54. Os procedimentos de embalagem deverão ser executados sob a supervisão de um profissional da área de farmácia e este deverá emitir um relatório circunstanciado detalhando todos os procedimentos de desembalagem, avaliação do estado geral da carga, substituição da placas de gelo reutilizável, reembalagem e este relatório deverá ser anexado aos documentos a serem entregues ao SADM cujos custos serão repassados integralmente para ao Ministério da Saúde;

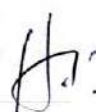
10.1.55. Garantir a inviolabilidade das embalagens despachadas, e lacradas pelo Ministério da Saúde com fita adesiva padronizada por este Ministério da Saúde (despacho e redespacho) e com fita adesiva padronizada da CONTRATADA nos casos de remanejamento e reembalagem, do ato de coleta até o destino final;

10.1.56. Quando se tratar de remanejamentos de outras unidades federativas, a CONTRATADA deverá verificar o peso e a cubagem da carga no local de coleta, na presença do responsável pela unidade, os dados coletados deverão ser atestados pelo mesmo, em formulário próprio, com carimbo e assinatura e embalada e lacrada com fita padronizada da CONTRATADA;

10.1.57. A CONTRATADA deverá sempre negociar fretes (aéreos) utilizando-se de informações reais da operação, leia-se peso, cubagem, tarifas, custo do frete, Ad valorem, seguro, taxas e demais custos, de forma a obter os melhores preços;

10.1.58. Deverá estar capacitada a operar dentro das normas legais de saúde, segurança e meio ambiente;

10.1.59. Possuir infra-estrutura operacional de forma a atender plenamente as necessidades do Ministério da Saúde, atuando em todas as fases da operação propriamente dita;



10.1.60. Dispor de parceiros operacionais para toda operação logística, principalmente em caso de contingências não previstas, dos períodos de picos operacionais ou em função de sazonalidades ou calamidade pública e do modal de transporte adotado para a operação;

10.1.61. Disponibilizar estrutura física que atenda às exigências das legislações sanitárias para a realização dos serviços, assegurando a qualidade dos ICS, mantendo sua regularidade junto aos órgãos de fiscalização, bem como mantendo os procedimentos claros e adequados às exigências legais;

10.1.62. Disponibilizar pessoal qualificado para trabalhar no manuseio de ICS, observando que são itens que não podem ser manipulados inadequadamente;

10.1.63. Quanto ao perfil exigido do colaborador da CONTRATADA que irá prestar serviços nas dependências do Ministério da Saúde, bem como aqueles que manusearão e transportarão as cargas de ICS, este colaborador deverá sempre se apresentar portando identificação (crachá) e devidamente uniformizado, ter conhecimentos de Boas Práticas de Manuseio e Transporte de Insumos Críticos em Saúde, acatar as ordens e regras das Unidades Gestoras do Ministério da Saúde no tocante a realização das atividades, fazer uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), fornecido pela CONTRATADA, apresentar postura pessoal e profissional adequadas ao ambiente de trabalho, manusear com cuidado os insumos, medicamentos e correlatos, tanto na coleta quanto na entrega dos materiais;

10.1.64. As equipes de coleta e entrega deverão ser compostas por mínimo:

Veículos pequenos – Motorista + 1 ajudante

Caminhão pequeno – Motorista + 1 ajudante

Caminhão médio – Motorista + 2 ajudantes

Carreta – 1 Motorista + 4 ajudantes

10.1.65. Fornecer ao Ministério da Saúde as regras tarifárias vigentes emitidas pelo Departamento de Aviação Civil – DAC, do Comando da Aeronáutica ou ANAC, praticadas pelas companhias aéreas, bem como, as suas alterações, repassando ao Ministério da Saúde os descontos ou valores de tarifas promocionais concedidas pelas concessionárias aéreas;

10.1.66. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Ministério quanto à execução dos serviços previstos no objeto do Projeto Básico;

10.1.67. Comprovação de credenciamento junto às Companhias Aéreas (Avianca, TAM, GOL, etc.) como agenciadora de cargas e encomendas aéreas, com comprovação de idoneidade creditícia e de que se encontra em dia com suas obrigações contratuais e financeiras perante as mesmas, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura da licitação;

10.1.68. Declaração com listagem dos representantes comerciais nas capitais brasileiras, incluindo Brasília;

10.1.69. Declaração de ciência dos representantes comerciais;

10.1.70. Declaração expressa de capacidade operacional da empresa, mediante relação explícita de suas instalações, disponibilidade de veículos, aparelhamento e pessoal, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da presente licitação;

10.1.71. Apresentar declaração de que os valores a serem cobrados à época do transporte obedecerão aos constantes das Tabelas de Preços de Transportes Aéreos (Doméstico), autorizados e homologados pela ANAC;



10.1.72. Para a realização dos transportes, objeto deste Contrato, a CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais de embalagem e acondicionamento de ICS informados nos Anexos B e C do Projeto Básico.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que:

11.1.2. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.3. ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.4. fraudar na execução do contrato;

11.1.5. comportar-se de modo inidôneo;

11.1.6. cometer fraude fiscal;

11.1.7. não manter a proposta.

11.2. Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e suspensão de licitar e contratar com a administração pública, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, aquele que:

11.2.1. não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura;

11.2.2. deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação e outros benefício previstos no dia fixado;

11.2.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.4. Advertência;

11.2.5. A reincidência de um fato gerador de advertência acarretará em multa de até 2% do valor mensal do contrato, de acordo com sua gravidade;

11.2.6. multa moratória de 0,33% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.2.7. em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) até 1% (um por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

11.2.8. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.2.9. multa compensatória de 5% (cinco por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.10. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.2.11. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade Contratante, pelo prazo de até dois anos;

11.2.12. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a



reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.2.13. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

11.2.14. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.2.15. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.2.16. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.2.17. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.2.18. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.2.19. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. O preço contratado é fixo e irrevogável.

13.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

15.1. A lavratura do presente Termo de Contrato referente à Dispensa de Licitação nº 53/2016, com fundamento no artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993, foi ratificada por Paulo Marcos Castro Rodopiano de Oliveira e publicada no Diário Oficial da União em 29/12/2016, conforme determinado pelo caput do artigo 26 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.


17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Brasília-DF, 29 de dezembro de 2016.


LEONARDO ROSÁRIO DE ALCÂNTARA
CONTRATANTE
SAA/SE/MS


RAIMUNDO NONATO BRASIL
CONTRATADA
VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS
LTDA

Testemunhas

Nome:  WILLIAM RAFAEL DA SILVA

CPF: 390 626 196-49

Nome:  Samuel Alisson C. Leal

CPF:

999 151 951-00

EXTRATO DE CESSÃO DE USO

DOADOR: Ministério da Saúde, CNPJ/MF sob nº 00.394.544/0001-85.

DONATÁRIO: Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul. CNPJ/MF nº 87.958.625/0001-49.

OBJETO: Cessão de uso de 61 Ambulâncias SAMU 192 e equipamentos, para serem utilizados na renovação de frota dos 61 municípios do Rio Grande do Sul e prazo para renovação ou devolução ao Ministério da Saúde.

DATA DE ASSINATURA: 5 de janeiro de 2017.

SIGNATÁRIOS: Ricardo Barros, pelo Ministério da Saúde; e João Gabbardo dos Reis, pela Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul.

RETIFICAÇÕES

No Extrato do Convênio nº 834759/2016, do(a) HOSPITAL BENEFICENTE MONTE ALVERNE/RS, publicado no Diário Oficial da União nº. 180, de 19/09/2016, Seção 3, Página 90, onde se lê: SIGNATÁRIOS: ...Conveniente: LAURI STORCH, CPF nº 503.670.800-87, leia-se: SIGNATÁRIOS: ... Conveniente: ELIO SCHEFFLER, CPF nº. 199.525.700-15.

No Extrato do Convênio nº 836302/2016, do(a) CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ/PA, publicado no Diário Oficial da União nº. 234, de 07/12/2016, Seção 3, Página 95, onde se lê: Vigência: 22/11/2016 a 22/11/2017, leia-se: Vigência: 22/11/2016 a 22/11/2018

No Extrato do Convênio nº 836303/2016, do(a) CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ/PA, publicado no Diário Oficial da União nº. 234, de 07/12/2016, Seção 3, Página 94, onde se lê: Vigência: 22/11/2016 a 22/11/2017, leia-se: Vigência: 22/11/2016 a 22/11/2018

No Extrato do Convênio nº 836304/2016, do(a) CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ/PA, publicado no Diário Oficial da União nº. 234, de 07/12/2016, Seção 3, Página 94, onde se lê: Vigência: 22/11/2016 a 22/11/2017, leia-se: Vigência: 22/11/2016 a 22/11/2018

No Extrato do Convênio nº 836525/2016, do(a) MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/MT, publicado no Diário Oficial da União nº. 233, de 06/12/2016, Seção 3, Página 94, onde se lê: Conveniente: ADELIA MARIA DOS SANTOS CPF nº 206.658.491-68, leia-se: Conveniente: JUVIANO LINCOLN CPF nº 304.779.991-15

SECRETARIA EXECUTIVA**SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS****ADMINISTRATIVOS****COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS****EXTRATO DE CONVÊNIO Nº. 000911/2017**

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Porto Velho no Estado de Rondônia, representada pela Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho - RO. DATA DA ASSINATURA: 5/1/2017.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº. 000912/2017

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Três Barras no Estado do Paraná, representado pela Secretaria Municipal de Saúde. OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Três Barras - PR. DATA DA ASSINATURA: 5/1/2017.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº. 000913/2017

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Bandeirante no Estado de Santa Catarina, representado pela Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Bandeirante - SC. DATA DA ASSINATURA: 5/1/2017.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº. 000914/2017

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de São Luís no Estado do Maranhão, representado pela Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de São Luís - MA. DATA DA ASSINATURA: 5/1/2017.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº. 000915/2017

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Barreirinhas no Estado do Maranhão, representado pela Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Barreirinhas - MA. DATA DA ASSINATURA: 5/1/2017.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº. 000916/2017

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Cururupu no Estado do Maranhão, representado pela Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Cururupu - MA. DATA DA ASSINATURA: 5/1/2017.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº. 000917/2017

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Estreito no Estado do Maranhão, representado pela Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Estreito - MA. DATA DA ASSINATURA: 5/1/2017.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº. 000918/2017

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Poção de Pedras no Estado do Maranhão, representado pela Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Poção de Pedras - MA. DATA DA ASSINATURA: 5/1/2017.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº. 000919/2017

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Raposa no Estado do Maranhão, representado pela Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Raposa - MA. DATA DA ASSINATURA: 5/1/2017.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº. 000920/2017

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Rosário no Estado do Maranhão, representado pela Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Rosário - MA. DATA DA ASSINATURA: 5/1/2017.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº. 000921/2017

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de São José de Ribamar no Estado do Maranhão, representado pela Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de São José de Ribamar - MA. DATA DA ASSINATURA: 5/1/2017.

COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**EXTRATO DE CONTRATO Nº 61/2016 - UASG 250110**

Nº Processo: 25000195159201608.

DISPENSA Nº 53/2016. Contratante: MINISTERIO DA SAUDE - CNPJ Contratado: 24893687000108. Contratado : VOETUR CAR-GAS E ENCOMENDAS LTDA -Objeto: Contratação emergencial de empresa especializada para prestação de Serviços de Transporte Multimodal. Fundamento Legal: inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8666/1993. Vigência: 29/12/2016 a 26/02/2017. Valor Total: R\$30.000.000,00. Fonte: 6153000000 - 2016NE802335. Data de Assinatura: 29/12/2016.

(SICON - 05/01/2017) 250110-00001-2016NE800637

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 2/2017 - UASG 250110**

Nº Processo: 25000185987201620 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa de abrangência nacional, especializada na prestação de forma contínua, de serviços de transporte rodoviário de carga, local, intermunicipal e interestadual; na modalidade porta a porta, compreendendo bens patrimoniais, veículos automotores e demais objetos de propriedade ou de interesse do Ministério da Saúde e suas Unidades de Apoio em Brasília-DF; bem como mobiliário e bagagens de propriedade de servidores nas situações e montantes previstos no Decreto nº 4004, de 08 de novembro de 2001, alterado pelo Decreto nº 4.063, de 26 de dezembro de 2001, e nas eventuais alterações que venham a ser realizadas nos normativos durante toda a vigência da contratação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Instrumento Convocatório. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 06/01/2017 de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00. Endereço: Edifício Anexo a Sala 317 do Ministério da Saúde. Setor de Administração Federal Sul - BRASILIA - DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/250110-05-2-2017. Entrega das Propostas: a partir de 06/01/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 18/01/2017 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

RONEY GUIMARAES BRUM
Pregoeiro

(SIDECE - 05/01/2017) 250110-00001-2016NE800194

**RESULTADO DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 2/2016**

O Ministério da Saúde, por intermédio da Coordenação-Geral de Material e Patrimônio, comunica o resultado da análise dos documentos de habilitação do invólucro nº 5º (Habilitação) da Concorrência nº 2/2016. Ficando, pois, habilitadas às seguintes agências: 1ª - FIELDS COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ nº 03.509.498/0001-00; 2ª - CALIA Y/2 PROPAGANDA E MARKETING LTDA, CNPJ nº 04.784.569/0001-46; 3ª - NOVA/SB COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ nº 57.118.929/0001-37; 4ª - CIA DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA, CNPJ nº 69.277.291/0001-66. Fica aberto o prazo legal para a interposição de recurso nos termos dos itens 19.5, alínea "e2" e 21 do Edital. Os autos se encontram à disposição para vistas.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO**COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS GERAIS****EXTRATO DE CONTRATO Nº 178/2016 - UASG 250005**

Nº Processo: 25000121781201591.

PREGÃO SRP Nº 52/2015. Contratante: MINISTERIO DA SAUDE -CPF Contratado: ESTRANGEIRO. Contratado : HLL LIFECARE LIMITED. Objeto: Aquisição de Preservativo Masculino 52mm. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993. Vigência: 03/01/2017 a 02/01/2018. Valor Total: R\$57.034.993,36. Fonte: 6151000000 - 2016NE802749 Fonte: 6151000000 - 2016NE802807. Data de Assinatura: 03/01/2017.

(SICON - 05/01/2017) 250110-00001-2016NE800177

EXTRATO DE CONTRATO Nº 185/2016 - UASG 250005

Nº Processo: 25000008452201636.

PREGÃO SRP Nº 17/2016. Contratante: MINISTERIO DA SAUDE -CNPJ Contratado: 44734671000151. Contratado : CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS -FARMACEUTICOS LTDA. Objeto: Aquisição de 4.879.440 comprimidos de Donepezila 5mg e 8.782.770 comprimidos de Donepezila 10mg. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 5.450/2005. Vigência: 05/01/2017 a 04/01/2018. Valor Total: R\$3.278.919,30. Fonte: 6188000000 - 2016NE802763. Data de Assinatura: 05/01/2017.

(SICON - 05/01/2017) 250110-00001-2016NE800177

EXTRATO DE CONTRATO Nº 187/2016 - UASG 250005

Nº Processo: 25000122195201644.

INEXIGIBILIDADE Nº 51/2016. Contratante: MINISTERIO DA SAUDE -CNPJ Contratado: 56994502009862. Contratado : NOVAR-TIS BIOCIENTIAS SA -Objeto: Aquisição de Nilotinibe 200mg. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993. Vigência: 04/01/2017 a 03/01/2018. Valor Total: R\$27.509.820,80. Fonte: 6153000000 - 2016NE802773. Data de Assinatura: 04/01/2017.

(SICON - 05/01/2017) 250110-00001-2016NE800177

sua assinatura até 22/12/2017. DATA DE ASSINATURA: 27/12/2016. SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI, SECRETÁRIO-EXECUTIVO - CPF nº 061.827.348-41; JOAO CARLOS SALLES PIRES DA SILVA, REITOR - CPF nº 356.474.425-87.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 129/2016

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a(o) FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA/DF - CNPJ nº 00.038.174/0001-43. OBJETO: Dar apoio financeiro para "Fomento Ao Desenvolvimento, Qualificação e Inovação Em Produtos Estratégicos para o Sus - Desenvolver, Aperfeiçoar e Habilitar o Dispositivo Médico Portátil", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS. PROCESSO: 25000.178216/2016-86. CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 2.504.184,00, UG: 257001, Gestão: 00001, Programa de Trabalho: 10.572.2015.20K7.0001, Natureza de Despesa: 33.90.20, Fonte de Recursos: 6100000000. RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 2.504.184,00 (Dois milhões, quinhentos e quatro mil, cento e oitenta e quatro reais). VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 14/08/2019. DATA DE ASSINATURA: 27/12/2016. SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI, SECRETÁRIO-EXECUTIVO - CPF nº 061.827.348-41; MARCIA ABRAHAO MOURA, REITORA - CPF nº 334.590.531-00.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 151/2016

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a(o) UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS/GO - CNPJ nº 01.567.601/0001-43. OBJETO: Dar apoio financeiro para "Apoio Ao Fortalecimento do Controle Social Em Saúde nos Estados e Municípios Brasileiros", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS. PROCESSO: 25000.176740/2016-12. CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 1.600.000,00, UG: 257001, Gestão: 00001, Programa de Trabalho: 10.122.2015.2016.0001, Natureza de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recursos: 6100000000. RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 1.600.000,00 (Um milhão e seiscentos mil reais). VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 23/12/2017. DATA DE ASSINATURA: 28/12/2016. SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI, SECRETÁRIO-EXECUTIVO - CPF nº 061.827.348-41; ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL, REITOR - CPF nº 102.388.401-15.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 149/2016

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a(o) UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA/MG - CNPJ nº 25.648.387/0001-18. OBJETO: Dar apoio financeiro para "Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada Em Saúde", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS. PROCESSO: 25000.198895/2016-18. CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 1.200.000,00, UG: 257001, Gestão: 00001, Programa de Trabalho: 10.302.2015.8535.3166, Natureza de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recursos: 6100000000. RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais). VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 23/12/2017. DATA DE ASSINATURA: 28/12/2016. SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI, SECRETÁRIO-EXECUTIVO - CPF nº 061.827.348-41; ELMIRO SANTOS RESENDE, REITOR - CPF nº 937.617.328-72.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 150/2016

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a(o) UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO/PE - CNPJ nº 24.134.488/0001-08. OBJETO: Dar apoio financeiro para "Estudo e Pesquisa Sobre Saúde Bucal", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS. PROCESSO: 25000.169095/2016-81. CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 4.400.920,00, UG: 257001, Gestão: 00001, Programa de Trabalho: 10.301.2015.8730.0001, Natureza de Despesa: 33.90.36, 33.90.30, 33.90.14, 33.90.33, 33.91.47, Fonte de Recursos: 6100000000. RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 4.400.920,00 (Quatro milhões, quatrocentos mil, novecentos e vinte reais). VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 18/12/2018. DATA DE ASSINATURA: 28/12/2016. SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI, SECRETÁRIO-EXECUTIVO - CPF nº 061.827.348-41; ANISIO BRASILEIRO DE FREITAS DOURADO, REITOR - CPF nº 127.044.234-15.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 111/2016

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a(o) LABORATORIO QUIMICO FARMACEUTICO DO EXERCITO/RJ - CNPJ nº 10.266.175/0001-07. OBJETO: Dar apoio financeiro para "Fomento Ao Desenvolvimento, Qualificação e Inovação Em Produtos Estratégicos para o Sus - Adequação da Área de Paisagem Localizada no Almoxarifado com Instalação e Aquisição de Cabines de Paisagem", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde

- SUS. PROCESSO: 25000.168968/2016-39. CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 2.028.775,00, UG: 257001, Gestão: 00001, Programa de Trabalho: 10.572.2015.20K7.0001, Natureza de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recursos: 6100000000. RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 2.028.775,00 (Dois milhões, vinte e oito mil, setecentos e setenta e cinco reais). VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 18/12/2018. DATA DE ASSINATURA: 28/12/2016. SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI, SECRETÁRIO-EXECUTIVO - CPF nº 061.827.348-41; JOI LUIZ DE JESUS, DIRETOR - CPF nº 560.994.106-78.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 908/2016

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Nova Lima no Estado de Minas Gerais, representado pela Secretaria Municipal de Saúde. OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima - MG. DATA DA ASSINATURA: 28/12/2016.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 909/2016

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Oeste no Estado de Rondônia, representada pela Secretaria Municipal de Saúde. OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Luzia do Oeste - RO. DATA DA ASSINATURA: 28/12/2016.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 910/2016

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de São João do Rio do Peixe no Estado da Paraíba, representado pela Secretaria Municipal de Saúde. OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de São João do Rio do Peixe - PB. DATA DA ASSINATURA: 28/12/2016.

COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 53/2016 - UASG 250110

Processo: 25000195159201608 . Objeto: Contratação emergencial de empresa para prestação de serviços de Transporte Multimodal de forma contínua, nas modalidades aéreo e terrestre, por meio de profissionais qualificados, nas dependências das Unidades de Armazenamento de Insumos Críticos à Saúde (ICS), excepcionalmente em local determinado pelo Ministério da Saúde, quando solicitado, de Insumos Críticos em Saúde (ICS) e materiais para investigação de surtos e inquéritos epidemiológicos. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso IV da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Conforme constante no Projeto Básico. Declaração de Dispensa em 26/12/2016. PABLO MARCOS GOMES LEITE. Subsecretário de Assuntos Administrativos Substituto. Ratificação em 26/12/2016. PAULO MARCOS CASTRO RODOPIANO DE OLIVEIRA. Secretário Executivo Substituto. Valor Global: R\$ 30.000.000,00. CNPJ CONTRATADA : 24.893.687/0001-08 VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA.

(SIDECA - 28/12/2016) 250110-00001-2016NE800194

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 55/2016 - UASG 250110

Processo: 25000194372201694 . Objeto: Contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, Empresa Pública especializada na prestação de SERVIÇOS DE TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO incluída todas as formas modais necessárias, de forma contínua, qualificada para transportar, movimentar insumos, embalar, coletar, carregar, descarregar, desembalar, entregar, montar, desmontar e providenciar toda arrumação em geral para o transporte e distribuição e realizar demais serviços correlatos. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso VIII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: A ECT apresentou proposta de preços inferior aos apresentados pelas demais. Declaração de Dispensa em 28/12/2016. PAULO MARCOS CASTRO RODOPIANO DE OLIVEIRA. Secretário Executivo - Substituto. Ratificação em 28/12/2016. ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI. Secretário Executivo. Valor Global: R\$ 145.000.000,00. CNPJ CONTRATADA : 34.028.316/0007-07 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS.

(SIDECA - 28/12/2016) 250110-00001-2016NE800194

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2016 UASG 250110

Processo: 25000095235201678 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para prestação de serviços gráficos para impressão de Banner e Lona fosca (fundo de palco) bem como locação de estrutura em Box Truss ou estrutura em Metalon conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas no Termo de Referência. Total de Itens Licitados: 00004. Edital: 29/12/2016 de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h59. Endereço: Edifício Anexo a Sala 317 do Ministério da Saúde BRASILIA - DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/250110-05-38-2016. Entrega das Propostas: a partir de 29/12/2016 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 10/01/2017 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

GESIKA BUSIN
Pregoeira

(SIDECA - 28/12/2016) 250110-00001-2016NE800194

COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS GERAIS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1094/2016 - UASG 250005

Processo: 25000156433201615 . Objeto: Aquisição de 160fr CIN-RYZE 500UI. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso IV da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Trata-se de Ação Judicial. Declaração de Dispensa em 22/12/2016. SORAIA MARTINS LIMA. Coordenadora Geral de Licitações e Contratos de Insumos Estratégicos para Saúde. Ratificação em 26/12/2016. ALEXANDRE LAGES CAVALCANTE. Diretor do Departamento de Logística em Saúde - Substituto. Valor Global: R\$ 491.227,63. CNPJ CONTRATADA : Estrangeiro DIPROPHAR.

(SIDECA - 28/12/2016) 250110-00001-2016NE800177

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1134/2016 - UASG 250005

Processo: 25000039210201511 . Objeto: Aquisição de 144fr SUN-DOWN 200ML. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso IV da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Trata-se de Ação Judicial. Declaração de Dispensa em 22/12/2016. SORAIA MARTINS LIMA. Coordenadora-geral de Licitações e Contratos de Insumos Estratégicos para Saúde. Ratificação em 26/12/2016. ALEXANDRE LAGES CAVALCANTE. Diretor do Departamento de Logística em Saúde - Substituto. Valor Global: R\$ 9.187,20. CNPJ CONTRATADA : 19.217.859/0001-85 PROMERJ COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI - EPP.

(SIDECA - 28/12/2016) 250110-00001-2016NE800177

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1172/2016 - UASG 250005

Processo: 25000110408201695 . Objeto: Aquisição de Etambutol 400mg. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso VIII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: FURP é um laboratório oficial, pessoa jurídica de direito público interno, criado para esse fim específico. Declaração de Dispensa em 23/12/2016. ADRIANA RODOVALHO BEZERRA. Coordenadora-geral de Análise Das Contratações de Insumos Estratégicos para Saúde - Substituta. Ratificação em 27/12/2016. DAVIDSON TOLENTINO DE ALMEIDA. Diretor do Departamento de Logística em Saúde. Valor Global: R\$ 1.467.180,00. CNPJ CONTRATADA : 43.640.754/0001-19 FUNDACAOPARA O REMEDIO POPULAR FURP.

(SIDECA - 28/12/2016) 250110-00001-2016NE800177

DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

EXTRATO DO 5º PRORROGA DE OFÍCIO DO CONVÊNIO Nº 709163/2009

CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001. Conveniente: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO MARCONDES, Estado de SAO PAULO CNPJ nº 43.162.791/0001-69. Valor Total: R\$ 106.377,00 (cento e seis mil, trezentos e setenta e sete reais), Valor de Contrapartida: R\$ 6.377,00 (seis mil, trezentos e setenta e sete reais), Vigência: 31/12/2009 a 27/12/2017. Data da Assinatura: 27/12/2016. Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

EXTRATO DO 7º PRORROGA DE OFÍCIO DO CONVÊNIO Nº 744566/2010

CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001. Conveniente: HOSPITAL CESAR LEITE, Estado de MINAS GERAIS CNPJ nº 22.263.081/0001-55. Valor Total: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), Valor de Contrapartida: R\$ 8.000,00 (oito mil reais), Vigência: 21/12/2010 a 22/11/2017. Data da Assinatura: 27/12/2016. Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

Ivanildo Da Silva Cerqueira

De: Ivanildo Da Silva Cerqueira
Enviado em: segunda-feira, 19 de julho de 2021 12:08
Para: Ivanildo Da Silva Cerqueira
Assunto: ENC: Convite para apresentação de Proposta Comercial para prestação de Serviço de transporte multimodal de cargas nacional, em âmbito local, intermunicipal e interestadual, para transporte de cargas do Ministério da Saúde.
Anexos: MS-PLANILHAS DE PREÇOS Cotação Emergencial Transporte Multimodal.pdf; Proposta de Preço - serviços de transporte .pdf; MS-PLANILHAS DE PREÇOS Cotação Emergencial Transporte Multimodal.xlsx; MS-PLANILHAS DE PREÇOS Cotação Emergencial Transporte Multimodal.pdf; Anexo QUANTITATIVO DE CARGAS TRANSPORTADAS EM 2015.doc; TABELA PARA PESQUISA DE PREÇOS.xlsx; Historico 2015 para Pesquisa de Preços.xlsx; ANEXO-Pesquisa de Preço.docx

De: Henrique da Cunha Mayrinck [<mailto:henrique.mayrinck@saude.gov.br>]
Enviada em: segunda-feira, 21 de novembro de 2016 14:00
Para: Licitação VTCLOG; E-mail Glória; Patricia Marcelia Viana Nobrega; Raimundo Nonato Brasil; Andreia Lima; Carine Gonçalves da Silva
Assunto: Convite para apresentação de Proposta Comercial para prestação de Serviço de transporte multimodal de cargas nacional, em âmbito local, intermunicipal e interestadual, para transporte de cargas do Ministério da Saúde.

Prezado(a) Senhor(a),

A Coordenação-Geral de Armazenagem e Distribuição, do Departamento de Logística em Saúde, da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde – MS vem, por este expediente, convidar essa empresa a apresentar Proposta Comercial para prestação Serviço de transporte multimodal de cargas nacional, em âmbito local, intermunicipal e interestadual, para transporte de cargas do Ministério da Saúde. Esta cotação esteja de acordo com o detalhamento e as especificações constantes do “Anexo – Requisitos Mínimos”. Anexo neste e-mail, documento em arquivo Word (Anexo Quantitativo de Cargas Transportadas e Pesquisa de Preço) e documento em arquivo Excel (Tabela de Pesquisa de Preços e Histórico de Para pesquisa de Preços).

2. Caso essa empresa apresente Proposta Comercial, solicitamos o envio para: Ministério da Saúde – Coordenação-Geral de Armazenagem e Distribuição – CGAD/DLOG - Esplanada dos Ministérios – Bloco G – Anexo A - 4º andar – Sala 446 – CEP: 70.058-900 – Brasília/DF, com cópia para o endereço eletrônico cgad.dlog@saude.gov.br, **até o dia 24 de novembro de 2016**, ressaltado que a ausência de manifestação, nos termos supracitados, será entendida como negativa de apresentação da proposta comercial.
3. Solicitamos especial gentileza de acusar o recebimento deste e-mail e de indicar se pretende apresentar Proposta Comercial, no endereço eletrônico supracitado.
4. Ante o exposto, colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Henrique da Cunha Mayrinck

Coordenador Geral de Armazenagem e Distribuição

Departamento de Logística em Saúde

CGAD | DLOG | Ministério da Saúde

Bloco G – ANEXO A – SALA 446 – Esplanada dos Ministérios, Brasília - DF, 70058-900

Tel.: (+55 61) 3315-3582

Esta mensagem pode conter informação confidencial e/ou privilegiada. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-o.

This message may contain confidential and / or privileged. If you're not the recipient or the person authorized to receive this message, you can not use, copy or disclose the information contained therein or take any action based on this information. If you have received this message in error, please notify the sender immediately by reply e-mail and then delete it.

Esta mensagem pode conter informação confidencial e/ou privilegiada. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-o.

Comunicamos que os dados pessoais recebidos pela empresa são tratados dentro dos parâmetros definidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018 - LGPD), suas regulamentações e demais normas aplicáveis, sendo armazenados em ambiente seguro e controlado, no estrito cumprimento da referida lei e de acordo com as melhores práticas de mercado.

Maiores informações acerca do tratamento de seus dados pessoais e de seus direitos enquanto titular desses dados podem ser requeridas através do e-mail dpo@voetur.com.br

Comunicamos que os dados pessoais recebidos pela empresa são tratados dentro dos parâmetros definidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018 - LGPD), suas regulamentações e demais normas aplicáveis, sendo armazenados em ambiente seguro e controlado, no estrito cumprimento da referida lei e de acordo com as melhores práticas de mercado.

Maiores informações acerca do tratamento de seus dados pessoais e de seus direitos enquanto titular desses dados podem ser requeridas através do e-mail dpo@voetur.com.br



MINISTERIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2017,
QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO POR
MEIO DA SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS
ADMINISTRATIVOS E A COORDENAÇÃO-
GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO,
DA SECRETARIA EXECUTIVA, DO
MINISTÉRIO DA SAÚDE E A EMPRESA
VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA.**

A **UNIÃO**, por intermédio da Subsecretaria de Assuntos Administrativos e da Coordenação-Geral de Material e Patrimônio, da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ/MF sob o nº 00.394.544/0036-05, sediada na Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo A, 3º andar, Sala 317, em Brasília/DF, representada por **LEONARDO ROSARIO DE ALCANTARA**, portador da Cédula de Identidade nº 91002365646, expedida pela SSP/CE e inscrito no Cadastro da Pessoa Física – CPF/MF sob o nº 584.867.471-04, nomeado por meio da Portaria nº 1.887, de 14 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 178, Seção 2, Página 2, de 15 de setembro de 2016, e conforme as atribuições delegadas pela Portaria nº 133, de 26 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 19, de 27 de janeiro de 2011, Seção 2, Página 37, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA**, inscrito(a) no **CNPJ/MF sob o nº 24.893.687/0001-08**, sediada no Aeroporto Internacional de Brasília – Terminal de Carga Aérea – CEP: 71.608-900, Brasília/DF, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **RAIMUNDO NONATO BRASIL**, portador da Carteira de Identidade nº 441.980 – SSP/DF, e CPF nº 214.666.701-00, tendo em vista o que consta no Processo nº 25000.195159/2016-08 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolvem firmar o presente Termo de Contrato, por meio de **Dispensa de Licitação nº 15/2017**, com fundamento no inciso IV do artigo 24 da supracitada Lei e mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação emergencial de empresa especializada para prestação de SERVIÇOS DE TRANSPORTE MULTIMODAL (Fundamento: Lei Federal n.º 9.611, de 19 de fevereiro de 1998 e Decreto n.º 3.411, de 12 de abril de 2000), de forma contínua, nas modalidades aéreo e terrestre, qualificada para transportar, movimentar insumos, embalar, coletar, carregar, descarregar, desembalar, entregar, montar, desmontar, armazenar, providenciar toda arrumação em geral para o transporte e realizar demais serviços correlatos que foram necessários entre a origem e o destino, inclusive os de consolidação e desconsolidação documental, por meio de profissionais habilitados, nas dependências das Unidades de Armazenamento de Insumos Críticos à Saúde (ICS), excepcionalmente em local determinado pelo Ministério da Saúde, quando solicitado, de Insumos

Críticos em Saúde (ICS) e materiais para investigação de surtos e inquéritos epidemiológicos, dentre outros, conforme detalhamento e condições estabelecidas no Projeto Básico.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Projeto Básico, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	000336-0	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE CARGA E OUTROS SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE	DIAS	120

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O presente contrato emergencial terá a vigência de 120 (cento e vinte) dias a partir da assinatura do mesmo, ressalvado o direito da administração de rescindi-lo a qualquer tempo se concluído o processo licitatório regular sem que caiba, à contratada o direito à indenização de qualquer espécie.

2.2. As obrigações e atividades de transporte serão iniciadas a partir de 27 de fevereiro de 2017.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de **R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2017, na classificação abaixo:

Empenho	Programa de trabalho	Programa de Trabalho Resumido PTRES	Natureza da despesa
2017NE800297	10305201520YE0001	091053	339039

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 3 (três) dias, contado da data final do período de adimplimento da parcela da contratação a que aquela se referir, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados no §1º do art. 36 da IN/SLTI nº 02, de 2008.

5.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no §1º do art. 36, da IN/SLTI nº 02, de 2008.

5.4.1. Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o serviço tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

5.4.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5. Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação

5.6. Não sendo regularizada a situação da Contratada no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé ou incapacidade de corrigir a situação, o pagamento dos valores em débito será realizado em juízo, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.7. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.8. Não produziu os resultados acordados;

5.9. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.10. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada,

5.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento

oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

6. CLÁUSULA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do total Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração contratante.

6.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

6.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

6.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

6.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

6.3.1. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

6.3.2. Prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

6.3.4. As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada;

6.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, mencionados no art. 19, XIX, b da IN SLTI/MPOG 02/2008.

6.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

6.6. No caso de alteração do valor do contrato a garantia deverá ser ajustada à nova situação, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

6.7. A Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

6.1.1. Caso fortuito ou força maior;

6.1.2. Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

6.1.3. Descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;

6.1.4. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

6.7. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

6.8. Será considerada extinta a garantia:

6.8.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

6.9. No prazo de 03 (três) meses após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

7.1. DAS INSTALAÇÕES DA EMPRESA

7.1.1. A CONTRATADA deverá possuir local apropriado e permanente, em Brasília – DF e Rio de Janeiro - RJ, para prestação de serviços básicos no processo logístico: manuseio, embalagem, desembalagem, arrumação do material a ser transportado, acondicionamento e coleta de Insumos Críticos em Saúde – ICS, que garanta a temperatura e umidade específica para cada ICS, que necessite de controle específico, providos e destinados as Unidades da Federação, Capitais e Municípios.

7.2. DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE - VIA TERRESTRE

7.2.1. A CONTRATADA deverá: coletar, acondicionar, transportar e entregar os Insumos Críticos em Saúde - ICS por via terrestre utilizando veículos adequados para cada tipo de insumo com carroceria fechada tipo baú, preferencialmente isotérmico ou com fonte de refrigeração que garanta temperatura específica para transporte de ICS termolábeis. O uso de caminhões abertos será exclusivo para o transporte de praguicidas, porém caso necessário este tipo de ICS poderá utilizar de caminhão fechado tipo baú, e o uso de caminhão cegonha para o transporte de veículos com ou sem acoplamento de bombas UBV, providos e destinados a todas as Unidades da Federação, Capitais e Municípios;

7.2.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar materiais e serviços para acondicionamento, coleta, entrega, carga, descarga, bem como toda a logística necessária para o transporte, incluindo seguro total das cargas e disponibilizando equipe qualificada para a execução da atividade de logística do transporte;

7.2.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar relatórios gerenciais (quantidade de embarques, peso transportado, cubagem, seguro, perdas, etc.) referentes a todos os

serviços realizados e respectivos custos, quando da realização do transporte terrestre nacional.

7.3. DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE - VIA AÉREA

7.3.1. A CONTRATADA deverá: coletar, acondicionar, transportar e entregar os Insumos Críticos em Saúde - ICS por via aérea utilizando embalagens específicas para os insumos transportados visando à garantia da integridade e controle específico de temperatura dos mesmos, provindos e destinados a todas as Unidades da Federação, Capital e Municípios;

7.3.2. Os trechos rodoviários entre o local de coleta e o aeroporto, bem como do aeroporto e o local de entrega deverão ser realizados utilizando veículos adequados para cada tipo de insumo com carroceria fechada tipo baú, preferencialmente isotérmico ou com fonte de refrigeração que garanta temperatura específica para transporte de ICS termolábeis;

7.3.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar serviços de coleta, despacho e redespacho, acondicionamento, entrega, carga, descarga, incluindo o seguro total da carga bem como toda a logística necessária para o transporte adequado e disponibilizando equipe qualificada para a execução da atividade;

7.3.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar relatórios gerenciais (quantidade de embarques, peso transportado, cubagem, seguro, perdas, etc.) referentes a todos os serviços realizados e respectivos custos, quando da realização do transporte aéreo nacional e internacional quando necessário.

7.3.5. Poderá ser solicitada a entrega de ICS referente ao atendimento da demanda judicial, no prazo inferior ao máximo estabelecido, ou seja, no prazo inferior a 48 (quarenta e oito) horas, para atendimento EMERGENCIAL, ocasião em que será pago a Taxa de Emergência.

7.4. DAS INSTALAÇÕES

7.4.1. A CONTRATADA deverá possuir matriz e/ou filial permanente em Brasília – DF com área mínima de 500 m² e de 500 m² no Rio de Janeiro – RJ. e sob demanda, quando solicitado previamente, em outras localidades, com galpão ou edifício construído ou adaptado para este propósito com todas as condições e normas previstas nas Boas Práticas de Armazenagem de ICS.

7.4.2. O armazenamento deverá ser efetuado de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, de acordo com as normas preconizadas pelas Boas Práticas de Armazenagem de ICS.

7.5. DO MANUSEIO

7.5.1. Materiais com embalagens violadas ou rompidas deverão ser encaminhados para área própria, para análise, tratamento e reembalagem a critério do Ministério da Saúde;

7.5.2. Etiquetas e adesivos não poderão ser retirados, rasurados nem modificados;

7.5.3. O serviço de manuseio nas dependências do Ministério da Saúde, embalagem e reembalagem, carga a ser transportada ficarão sob a responsabilidade da CONTRATADA, até o limite total de 10 (dez) funcionários, sob orientação do técnico designado pelo Ministério da Saúde.

7.6. DAS EMBALAGENS

7.6.1. Todos os insumos necessários para embalagem e acondicionamento dos ICS, das Unidades do Ministério da Saúde abaixo descritas, serão de responsabilidade da CONTRATADA, incluindo caixas de papelão, lâminas de papelão, plástico bolha, papel Kraft, caixas de isopor, fitas adesivas avulsas, derivados de poliestireno expandido, placas de gelo reutilizáveis, caixas classe 6.2 categoria B e A UN 3373 P650 e UM 3373 P 602 padrão IATA utilizadas para transporte de material biológico, além de gelo seco (CO₂) solicitados pelo Ministério da Saúde, exceto as fitas adesivas padronizadas e fornecidas pelo MS.

7.6.2. Todo o material de embalagem das Unidades do SADM em Brasília (Unidade I, Unidade VII e Câmara Frigorífica) conforme Anexo B;

7.6.3. Todo o material de embalagem do Setor de Praguicidas SPRAG/CENADI/SVS no Rio de Janeiro conforme Anexo C;

7.6.4. Os materiais de acondicionamento e embalagem, específicos da CENADI, destinados ao acondicionamento e transporte de vacinas, soros e demais imunobiológicos serão adquiridos e fornecidos por meio de gestão da própria Unidade, uma vez que se trata de material com especificações técnicas e características que inviabilizam sua inserção no futuro contrato conforme disposto no Manual da Rede de Frio e na Nota Técnica da SVS/MS. Portanto, estes materiais específicos de embalagem não estão contemplados no objeto deste Projeto Básico.

7.7. DO TRANSPORTE E ENTREGA

7.7.1. Os serviços de transporte contratados para os modais aéreo e terrestre serão realizados no modelo do Sistema Direto e Exclusivo e na forma determinada pelo Ministério da Saúde;

7.7.2. O transporte deverá ser efetuado em veículos apropriados de acordo com cada insumo, obedecendo ao controle de temperatura e umidade, conforme especificado pelo fabricante ou por recomendação da A CONTRATADA;

7.7.3. O transporte de insumos deverá oferecer segurança e proteção adequadas visando a garantia da qualidade e integridade dos materiais;

7.7.4. Os insumos deverão ser transportados de forma a garantir suas identificações e manutenção da qualidade, evitando deteriorações e impedindo contaminação por outros produtos ou que os mesmos sejam contaminantes;

7.7.5. O transporte de ICS deverá possuir seguro e segurança (escolta armada), quando necessário para prevenção de danos, perdas e roubos de acordo com o valor do insumo transportado e o modal de transporte adotado;

7.7.6. Os veículos utilizados para transporte de ICS não poderão em hipótese alguma ser para o armazenamento dos mesmos;

7.7.7. O transporte de ICS deverá obedecer à legislação específica e aos procedimentos certificados pelo MS, ANVISA, ANTAQ, ANAC, ANTT, IATA e OMS;

7.7.8. Os ICS despachados a partir das Unidades do Ministério da Saúde para o transporte aéreo e terrestre deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas, caixas térmicas ou papelão resistente, de acordo com a especificação do insumo, lacradas com fita adesiva padronizada do Ministério da Saúde, garantindo a manutenção da qualidade e a perfeita inviolabilidade das mesmas até o destino final;

7.7.9. O transporte de ICS termolábeis deverá obedecer ao prazo de entrega aérea, máximo, de **48 horas** a partir da retirada, para as capitais, das unidades do MS e demais remetentes, conforme orientação do Ministério da Saúde;

7.7.10. O transporte de ICS deverá obedecer às especificações de controle de temperatura e umidade, utilizando-se de termo-higrômetro para este fim, e ainda evitar exposição à luz solar direta e respeitando o empilhamento máximo permitido conforme indicado em suas embalagens pelo fabricante ou por orientação do Ministério da Saúde;

7.7.11. Deverão ser observados os símbolos estampados nas embalagens dos insumos para cumprimento total das orientações indicadas pelo fabricante no que diz respeito ao controle de temperatura, luz, umidade, refrigeração, empilhamento, manuseio e conservação dos Insumos Críticos em Saúde.

8. CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO

8.1. Tendo em vista que o contrato será firmado emergencialmente, fica resguardado à administração a possibilidade de realizar a rescisão do mesmo a qualquer tempo, sem que caiba a contratada direito a indenização de qualquer espécie.

8.2. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art.78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico.

8.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

8.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.5. O Termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

8.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

8.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

8.5.3. Indenizações e multas.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei n.º 8.666/93 e de outras normas pertinentes, são obrigações do Ministério da Saúde:

9.1.1 Comunicar à CONTRATADA os locais onde deverão ser retiradas, entregues e organizadas as cargas;

9.1.2. Fiscalizar a execução dos serviços contratados;

9.1.3. Aplicar a CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais;

9.1.4. Efetuar os pagamentos devidos a CONTRATADA, em até 30 dias, após o recebimento das Notas fiscais/faturas, devidamente atestadas pelo Fiscal, acompanhadas das notas de distribuição ou guias de remessas atestadas pelos destinatários;

9.1.5. Observar para que, durante a vigência do contrato, seja mantida pela A CONTRATADA, a compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.6. Promover diligências, quando necessário, durante toda vigência do contrato junto a todos os agentes, filiais, sucursais, consolidados e demais conveniados da A CONTRATADA;

9.1.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela A CONTRATADA;

9.1.8. Permitir o acesso aos empregados da CONTRATADA nas dependências das Unidades Distribuidoras de ICS do Ministério da Saúde, de modo a viabilizar a prestação dos serviços durante o horário de expediente ou fora dele, quando autorizado pelo setor competente, e em ambas as situações os colaboradores deverão ser identificados quando do acesso as áreas do Ministério da Saúde;

9.1.9. Proporcionar todas as facilidades para que a A CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;

9.1.10. Solicitar os serviços por meio do documento "Autorização de Transporte" EXCLUSIVO, a ser expedida pela Unidade Distribuidora de ICS do Ministério da Saúde, informando os percursos, locais de coleta e entrega com endereços completos e tipo de material a ser transportado, número de volumes, peso, cubagem e valor da carga;

9.1.11. Fornecer os valores das cargas e encomendas, para fins de cobrança de taxa de seguro no caso de eventuais extravios ou danos que porventura venham a ser causados durante a execução dos serviços;

9.1.12. Fiscalizar a fiel observância dos serviços, mediante servidor designado como Fiscal do Contrato, registrando em relatório, as deficiências porventura existentes na sua execução, notificando a CONTRATADA, imediatamente, sobre as falhas e defeitos observados, determinando prazo e o que seja necessário para a sua regularização;

9.1.13. Proceder à conferência das Autorizações de Transporte, juntamente com as Notas Fiscais Faturas, verificando os quantitativos, preços pactuados, condições e exatidão das informações;

9.1.14. O Ministério da Saúde reserva-se o direito de realizar visitas técnicas, a qualquer momento, sem obrigatoriedade de aviso prévio, às instalações da A CONTRATADA para verificar as condições físicas e sanitárias das Unidades, bem como realizar avaliação destas Unidades conforme determina a Resolução N.º 329/MS/ANVS de 22 de julho de 1999 que Institui o Roteiro de Inspeção para transportadoras de medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos.



10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei n.º 8.666/93 e de outras normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

10.1.1. Apresentar Manual de Boas Práticas de Transporte de Insumos Críticos em Saúde conforme legislação vigente. Este Manual deverá ser atualizado frequentemente, com no mínimo 1 (uma) revisão anual;

10.1.2. A equipe operacional da CONTRATADA deverá estar preparada para manusear todos os produtos tendo em vista tratar-se ICS, não devendo os mesmos ser: jogados e/ou arremessados, empilhados acima do máximo permitido e determinado pelo fabricante, pisados, escalados, apertados, molhados, furados, cortados, rasgados, conforme determinado no Manual de Boas Práticas Transporte de ICS;

10.1.3. Zelar pela destinação, integridade e total sigilo das cargas a serem transportadas;

10.1.4. Apresentar preposto com poder de decisão em relação aos serviços e pessoal, para representá-la junto ao Ministério da Saúde;

10.1.5. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todos os itens e serviços elencados no presente no Projeto Básico e Contrato;

10.1.6. Comunicar ao Ministério da Saúde por escrito, em no máximo 48 HORAS, os casos de extravio, quebra, perda, roubo, furto e as ocorrências de danos, avarias, perdas e extravios de ICS que venham a ser causados, ainda que decorrentes de acidentes de trânsito, intempéries, roubos, furtos ou outras razões;

10.1.7. Exemplos de danos e avarias: amassamento, perfuração, quebra, amolamento, contato, arranhadura, vazamento, água de chuva, oxidação, contaminação e má qualidade da estivagem, entre outros;

10.1.8. Na ocorrência de danos ou extravio dos ICS transportados, o Ministério da Saúde, após ciência formalizada do fato ocorrido notificará a CONTRATADA, após o comunicado por escrito, sobre o valor que deverá ser ressarcido, caso a CONTRATADA não opte pela substituição do material;

10.1.9. O pagamento deverá ser feito pela CONTRATADA no prazo de 30 dias corridos a partir da data do recebimento da notificação, caso contrário, será descontado do primeiro pagamento a que a CONTRATADA tiver direito;

10.1.10. Mediante justificativa aceitável, apresentada no máximo 2 (dois) dias úteis após o evento, o prazo indicado acima poderá ser ampliado, conforme interesse do Ministério da Saúde;

10.1.11. Manter seguro total de transporte aéreo e terrestre durante a vigência do contrato, apresentando a apólice vigente para execução do transporte ao Ministério da Saúde, oferecendo cobertura desde a retirada dos ICS até a entrega dos mesmos em seu destino;

10.1.12. Apresentar Apólices de Seguros, referente aos seguros: RCTR-C, RCF-DC e RCTA-C, cada qual, no valor mínimo de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) por embarque, e que o seguro permaneça em dia durante toda vigência do contrato.

10.1.13. Apresentar, ao Fiscal do Contrato, mensalmente os certificados de seguro emitidos pela seguradora com data recente confirmando a existência e vigência dos seguros;

10.1.14. Todos os embarques de ICS deverão estar devidamente segurados e averbados junto à Seguradora da CONTRATADA;

10.1.15. Manter equipe qualificada e necessária à execução dos serviços contratados: direção, coordenação, administração, fiscalização e demais atividades contratadas;

10.1.16. Responsabilizar por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade objeto do Contrato, mesmo que em instalações das unidades do Ministério da Saúde;

10.1.17. Ressarcir ao Ministério da Saúde ou a terceiros os danos aos bens de sua propriedade, causados por empregados ou prepostos da mesma, durante a execução dos serviços, sem prejuízo de outras cominações legais;

10.1.18. Adotar todos os critérios de segurança, tanto para empregados quanto para execução do serviço em si, aplicando-se o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) quando necessários;

10.1.19. Todas as despesas decorrentes do Contrato, inclusive o material necessário à execução dos serviços, locomoção, seguros de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outras que forem devidas, ficarão a cargo da CONTRATADA, mesmo que em instalações do Ministério da Saúde;

10.1.20. Manter seus empregados devidamente uniformizados e identificados mediante o uso permanente de crachás e Equipamento de Proteção Individual (EPI);

10.1.21. Substituir de imediato, seu representante ou empregado, cuja conduta, a juízo do Ministério da Saúde, se evidencie inconveniente ou inadequada à perfeita execução do Contrato;

10.1.22. Cumprir todas as disposições relativas a encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, civis e comerciais, que recaiam sobre a atividade e seus empregados, resultantes da execução do Contrato;

10.1.23. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Ministério da Saúde, encarregada de acompanhar a execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas promovendo imediata resolução dos problemas relatados;

10.1.24. Cumprir todas as orientações do Ministério da Saúde, para o fiel desempenho das atividades especificadas;

10.1.25. Facilitar a fiscalização procedida por órgãos, no cumprimento de normas, notificando o Ministério da Saúde do resultado das inspeções que possam influenciar na execução do Contrato Administrativo a ser celebrado;

10.1.26. Autorizar e assegurar ao Ministério da Saúde o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com a

técnica atual, normas ou especificações que atentem contra a sua segurança ou de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do Ministério da Saúde não eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades provenientes do Contrato;

10.1.27. Manter toda compatibilidade com as obrigações assumidas, condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do Contrato;

10.1.28. Para a conferência das faturas e posterior envio para pagamento deverão ser juntados os seguintes documentos, separados por Programa de Saúde, e enviados ao gestor do contrato:

10.1.29. Transporte Terrestre: Nota Fiscal Fatura, Nota de Distribuição ou Guia de Simples Remessa (GR) ou Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas (CTRC), Minuta de Cobrança e Autorização de Transporte (AT);

10.1.30. Transporte Aéreo: Nota Fiscal Fatura, Nota de Distribuição ou Guia de Simples Remessa (GR), Conhecimento de Transporte Aeroviário de Cargas (AWB), Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas e Autorização de Transporte (AT);

10.1.31. Todos os documentos de comprovação das entregas efetuadas deverão estar devidamente assinados e datados pelos servidores ou responsáveis pelo recebimento nos Estados e Municípios, pelos pacientes ou responsáveis ou ainda pelo médico no caso de demanda judicial, quer seja da Unidade Distribuidora de ICS, quer seja pelo destinatário das cargas de ICS, caso contrário as faturas correspondentes serão excluídas do pagamento até resolução das pendências;

10.1.32. Acompanhar a entrega ou coleta dos materiais transportados devendo ser atestado pelo destinatário ou remetente no Conhecimento de Transporte de Carga e no canhoto da Nota Fiscal/Fatura, mediante a coleta de nome legível com n.º do R.G ou CPF ou carimbo com o número de matrícula, cargo e função, ambos com assinatura bem como, constar a data e horário do recebimento ou coleta, devendo estes retornar ao Ministério da Saúde no prazo máximo de 10 dias corridos;

10.1.33. Acompanhar a entrega ou coleta dos ICS, objeto de demandas de ações judiciais, devendo ser atestado pelo destinatário ou seu responsável no Conhecimento de Transporte de Carga e no canhoto da Nota de Distribuição de Material ou Guia de Remessa e o Questionário preenchido constante no verso das mesmas, mediante a coleta de nome, assinatura legível, contendo obrigatoriamente n.º do R.G. e/ou CPF, bem como, constar a data e horário do recebimento, devendo estes dados retornar ao Ministério da Saúde no prazo máximo de 10 dias corridos;

10.1.34. Embora os originais dos documentos citados no item anterior possam ser entregues em até 10 dias corridos, é imprescindível o envio, por e-mail (documento digitalizado) ou FAX, dos documentos de entrega citados acima imediatamente após a sua efetiva entrega, uma vez que o Ministério da Saúde tem prazo exíguo para apresentar ao Juiz a confirmação de entrega dos ICS aos pacientes;

10.1.35. Em caso de falecimento ou recusa do destinatário em receber os ICS enviados o responsável pela entrega deverá registrar nos documentos de entrega o motivo pelo qual

não se efetivou a entrega colocando seu nome completo a data e sua assinatura e seguir a mesma conduta do item anterior;

10.1.36. Coletar insumos provenientes de ações judiciais e demais insumos de acordo com as especificações do fabricante no tocante à temperatura e acondicionamento, evitando a perda por alteração das propriedades farmacológicas e físico-químicas, responsabilizando-se pelo ressarcimento no valor de mercado ou substituição em caso do não cumprimento das especificações do insumo;

10.1.37. Emitir relatórios supervenientes de interesse do Ministério da Saúde (ex.: número de embarques, quantidade de peso e volumes transportada, valores faturados, prazo de entrega, etc.). Estes relatórios deverão acompanhar cada remessa mensal de fatura dos serviços prestados;

10.1.38. Fornecer, conforme solicitado pelas Unidades Distribuidoras de ICS do Ministério da Saúde, relatórios referentes aos envios contendo data e horário de entrega dos insumos transportados bem como o responsável pelo recebimento;

10.1.39. Manusear o material a ser transportado, incluindo os serviços de contagem, triagem, envelopagem, cintagem, etiquetagem, rotulagem, montagem de kits, confecção de Mala-Direta e emissão de relatórios, etc.;

10.1.40. Encaminhar os Conhecimentos de Transporte de Carga, devidamente atestados, juntamente com as segundas vias das Notas Fiscais/Faturas correspondentes no prazo máximo de vinte dias corridos, para conferência e atesto do Ministério da Saúde;

10.1.41. Manter os serviços disponíveis, em casos emergenciais, plantão após as 18h00min, em dias úteis e aos sábados, domingos e feriados, por meio de empregado com acesso ao serviço móvel celular e/ou rádio;

10.1.42. Assumir todos os possíveis danos causados a carga transportada ou a terceiros, quando evidenciada culpa por ação ou omissão, imperícia, negligência, imprudência, desídia e desrespeito as normas de segurança e técnica quando da execução dos serviços por seus empregados ou prepostos ou ainda, decorrentes da má qualidade dos equipamentos empregados nas operações de carregamento e descarregamento das cargas de ICS;

10.1.43. Comunicar à Unidade Distribuidora de ICS, com o prazo de pelo menos de 12 (doze) horas do prazo de vencimento da entrega, conforme Anexo D do Projeto Básico, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento;

10.1.44. Transportar em condições especiais e adequadas, os ICS que necessitem de controle específico de temperatura, umidade, exposição solar, empilhamento máximo, conforme indicado pelo fabricante ou sob orientação do Ministério da Saúde;

10.1.45. Disponibilizar ao Ministério da Saúde, sistema informatizado (site na Internet) contendo serviços de informação e dados das cargas de ICS para o acompanhamento do status de entrega do material transportado, bem como telefones e endereços eletrônicos (e-mail) para eventuais consultas; observando a segurança da rede;

10.1.46. Possuir sistema de rastreamento via satélite para o Transporte no Modal Terrestre de ICS, permitindo informações, em tempo real, da localização do material transportado;

10.1.47. Após a coleta do material a ser transportado, disponibilizar área adequada a ser utilizada no manuseio, contagem, triagem, cintagem, etiquetagem e montagem de kits do insumo a ser transportado, ficando a cargo da CONTRATADA a equipe de trabalho e todo material utilizado para tais serviços, incluindo toda a embalagem;

10.1.48. Notificar o Ministério da Saúde, por escrito, ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;

10.1.49. Transportar os ICS assegurando a qualidade necessária, sendo vedado o transporte juntamente com produtos como: produtos de limpeza, solventes, tintas, alimentos de origem vegetal e animal ou qualquer outra substância diferente de ICS que possam vir a comprometer de qualquer forma suas características e a qualidade dos insumos transportados;

10.1.50. Disponibilizar, sempre que necessário, caminhões com baú isotérmico ou com fonte de refrigeração que garanta temperatura adequada para os casos de transporte de ICS termolábeis, mantidos em temperatura refrigerada, devidamente limpos, higienizados, livres de aberturas, furos e infiltrações ou qualquer imperfeição que ofereça risco a conservação, segurança e qualidade dos insumos transportados;

10.1.51. Disponibilizar transporte e embalagens exclusivos para praguicidas, solicitado pelo Ministério da Saúde, devendo este ser realizado exclusivamente para esses produtos, ficando vedado o transporte conjunto de outros ICS de natureza diferente;

10.1.52. Disponibilizar, quando necessário, área para acondicionamento, frigorificada, com temperatura de 2° a 8° C, nas capitais: Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, considerando a necessidade de desembalagem por perda de vôo e reembalagem para garantir a temperatura controlada de acordo com as especificidades de cada produto (vacina, soro, kit de diagnóstico, hemoderivados, ICS perecíveis, etc.), cujos custos serão repassados integralmente para o Ministério da Saúde;

10.1.53. Esta exigência se faz necessária tendo em vista situações de perda de conexões aéreas, principalmente fora do horário de expediente e próximo a feriados e finais de semana, devendo ser imediatamente comunicado ao Ministério da Saúde;

10.1.54. Os procedimentos de embalagem deverão ser executados sob a supervisão de um profissional da área de farmácia e este deverá emitir um relatório circunstanciado detalhando todos os procedimentos de desembalagem, avaliação do estado geral da carga, substituição da placas de gelo reutilizável, reembalagem e este relatório deverá ser anexado aos documentos a serem entregues ao SADM cujos custos serão repassados integralmente para ao Ministério da Saúde;

10.1.55. Garantir a inviolabilidade das embalagens despachadas, e lacradas pelo Ministério da Saúde com fita adesiva padronizada por este Ministério da Saúde (despacho e redespacho) e com fita adesiva padronizada da CONTRATADA nos casos de remanejamento e reembalagem, do ato de coleta até o destino final;

10.1.56. Quando se tratar de remanejamentos de outras unidades federativas, a CONTRATADA deverá verificar o peso e a cubagem da carga no local de coleta, na presença do responsável pela unidade, os dados coletados deverão ser atestados pelo mesmo, em formulário próprio, com carimbo e assinatura e embalada e lacrada com fita padronizada da CONTRATADA;

10.1.57. A CONTRATADA deverá sempre negociar fretes (aéreos) utilizando-se de informações reais da operação, leia-se peso, cubagem, tarifas, custo do frete, Ad valorem, seguro, taxas e demais custos, de forma a obter os melhores preços;

10.1.58. Deverá estar capacitada a operar dentro das normas legais de saúde, segurança e meio ambiente;

10.1.59. Possuir infra-estrutura operacional de forma a atender plenamente as necessidades do Ministério da Saúde, atuando em todas as fases da operação propriamente dita;

10.1.60. Dispor de parceiros operacionais para toda operação logística, principalmente em caso de contingências não previstas, dos períodos de picos operacionais ou em função de sazonalidades ou calamidade pública e do modal de transporte adotado para a operação;

10.1.61. Disponibilizar estrutura física que atenda às exigências das legislações sanitárias para a realização dos serviços, assegurando a qualidade dos ICS, mantendo sua regularidade junto aos órgãos de fiscalização, bem como mantendo os procedimentos claros e adequados às exigências legais;

10.1.62. Disponibilizar pessoal qualificado para trabalhar no manuseio de ICS, observando que são itens que não podem ser manipulados inadequadamente;

10.1.63. Quanto ao perfil exigido do colaborador da CONTRATADA que irá prestar serviços nas dependências do Ministério da Saúde, bem como aqueles que manusearão e transportarão as cargas de ICS, este colaborador deverá sempre se apresentar portando identificação (crachá) e devidamente uniformizado, ter conhecimentos de Boas Práticas de Manuseio e Transporte de Insumos Críticos em Saúde, acatar as ordens e regras das Unidades Gestoras do Ministério da Saúde no tocante a realização das atividades, fazer uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), fornecido pela CONTRATADA, apresentar postura pessoal e profissional adequadas ao ambiente de trabalho, manusear com cuidado os insumos, medicamentos e correlatos, tanto na coleta quanto na entrega dos materiais;

10.1.64. As equipes de coleta e entrega deverão ser compostas por mínimo:

Veículos pequenos – Motorista + 1 ajudante

Caminhão pequeno – Motorista + 1 ajudante

Caminhão médio – Motorista + 2 ajudantes

Carreta – 1 Motorista + 4 ajudantes

10.1.65. Fornecer ao Ministério da Saúde as regras tarifárias vigentes emitidas pelo Departamento de Aviação Civil – DAC, do Comando da Aeronáutica ou ANAC,

praticadas pelas companhias aéreas, bem como, as suas alterações, repassando ao Ministério da Saúde os descontos ou valores de tarifas promocionais concedidas pelas concessionárias aéreas;

10.1.66. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Ministério quanto à execução dos serviços previstos no objeto do Projeto Básico;

10.1.67. Comprovação de credenciamento junto às Companhias Aéreas (Avianca, TAM, GOL, etc.) como agenciadora de cargas e encomendas aéreas, com comprovação de idoneidade creditícia e de que se encontra em dia com suas obrigações contratuais e financeiras perante as mesmas, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura da licitação;

10.1.68. Declaração com listagem dos representantes comerciais nas capitais brasileiras, incluindo Brasília;

10.1.69. Declaração de ciência dos representantes comerciais;

10.1.70. Declaração expressa de capacidade operacional da empresa, mediante relação explícita de suas instalações, disponibilidade de veículos, aparelhamento e pessoal, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da presente licitação;

10.1.71. Apresentar declaração de que os valores a serem cobrados à época do transporte obedecerão aos constantes das Tabelas de Preços de Transportes Aéreos (Doméstico), autorizados e homologados pela ANAC;

10.1.72. Para a realização dos transportes, objeto deste Contrato, a CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais de embalagem e acondicionamento de ICS informados nos Anexos B e C do Projeto Básico.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que:

11.1.2. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.3. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.4. Fraudar na execução do contrato;

11.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

11.1.6. Cometer fraude fiscal;

11.1.7. Não manter a proposta.

11.2. Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e suspensão de licitar e contratar com a administração pública, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, aquele que:

11.2.1. Não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura;

11.2.2. Deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação e outros benefícios previstos no dia fixado;

11.2.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.4. Advertência;

11.2.5. A reincidência de um fato gerador de advertência acarretará em multa de até 2% do valor mensal do contrato, de acordo com sua gravidade;

11.2.6. Multa moratória de 0,33% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.2.7. em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) até 1% (um por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

11.2.8. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.2.9. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.10. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.2.11. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade Contratante, pelo prazo de até dois anos;

11.2.12. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.2.13. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

11.2.14. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.2.15. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.2.16. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.2.17. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.2.18. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.2.19. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. O preço contratado é fixo e irreajustável.

13.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

15.1. A lavratura do presente Termo de Contrato referente à Dispensa de Licitação nº 15/2017, com fundamento no artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993, foi ratificada por Antonio Carlos Figueiredo Nardi e publicada no Diário Oficial da União em 24 de fevereiro de 2017, conforme determinado pelo caput do artigo 26 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Brasília-DF, 24 de fevereiro de 2017.


LEONARDO ROSARIO DE ALCÂNTARA
CONTRATANTE

SAA/SE/MS

Pablo Marcos Gomes Leite
Subsecretário de Assuntos Administrativos
Substituto


RAIMUNDO NONATO BRASIL
CONTRATADA
VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome: 

CPF: 105.292.186-20



SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

Termo de Apostilamento ao Convênio nº 125/2014, Processo-SEI nº 08129.041198/2014-51, registrado no Portal de Convênios do Governo Federal sob o nº 813666/2014, celebrado entre a União, por meio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, e o Município de Aracaju, por intermédio da Secretaria Municipal da Defesa Social e da Cidadania, conforme solicitação contida no Ofício nº 55/2017 - SEMDEC (375212, 4043190).
Objeto: Todos os direitos e obrigações do Convênio nº 125/2014 serão sub-rogados e transferidos à Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social (CNPJ 13.128.780/0045-12), que passará a ser designada CONVENIENTE, considerando o disposto na Lei Municipal nº 4.366, de 30 de abril de 2013 (4045162).

EXTRATOS DE CESSÃO

INSTRUMENTO: Termo de Cessão e Transferência de Patrimônio nº 01/2017 - FUNAD/SENAD-MJSP. Processo: 08129.008552/2015-16. Partes: A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, como Cedente, e o Departamento de Polícia Federal, como Cessionário. Objeto: Cessão, com transferência de patrimônio, de veículo, ao Órgão, em epígrafe, para uso da Delegacia de Polícia Federal em Guarapuava/PR, nas atividades inerentes às ações de repressão ao tráfico ilícito de drogas, na forma da legislação em vigor. Amparo Legal: Artigo 5º, incisos I e V, da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, alterada pelas Leis nº 8.764, de 20 de dezembro de 1993 e nº 9.804, de 30 de junho de 1999; art. 2º do Decreto nº 95.650, de 19 de janeiro de 1988; art. 6º, § 3º, da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, com redação dada pela MP nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001 e Decreto nº 8.668, de 05 de abril de 2016. Data de assinatura: 23/03/2017. Assinatura: ROBERTO ALLEGRETTI, Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas, e ANTONIO MARCOS BASSANI, Delegado de Polícia Federal.

INSTRUMENTO: Termo de Cessão e Transferência de Patrimônio nº 02/2017 - FUNAD/SENAD-MJSP. Processo: 08129.001224/2016-70. Partes: A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, como Cedente, e o Departamento de Polícia Federal, como Cessionário. Objeto: Cessão, com transferência de patrimônio, de veículo, ao Órgão, em epígrafe, para uso da Delegacia de Polícia Federal em São José dos Campos/SP, nas atividades inerentes às ações de repressão ao tráfico ilícito de drogas, na forma da legislação em vigor. Amparo Legal: Artigo 5º, incisos I e V, da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, alterada pelas Leis nº 8.764, de 20 de dezembro de 1993 e nº 9.804, de 30 de junho de 1999; art. 2º do Decreto nº 95.650, de 19 de janeiro de 1988; art. 6º, § 3º, da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, com redação dada pela MP nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001 e Decreto nº 8.668, de 05 de abril de 2016. Data de assinatura: 22/03/2017. Assinatura: ROBERTO ALLEGRETTI, Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas, e VINICIUS LOQUE SOBREIRA, Delegado de Polícia Federal.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo Nº 00003/2017 ao Convênio Nº 795992/2013. Convenientes: Concedente: FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS, Unidade Gestora: 200246, Gestão: 00001. Conveniente: SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA, CNPJ nº 08.685.528/0001-53. Prorrogação do prazo de vigência. Valor Total: R\$ 1.111.111,50. Valor de Contrapartida: R\$ 111.111,50. Vigência: 31/12/2013 a 22/02/2018. Data de Assinatura: 22/02/2017. Signatários: Concedente: ROBERTO ALLEGRETTI, CPF nº 330.704.908-91, Conveniente: MARCELO LOURENÇO COELHO DE LIMA, CPF nº 913.216.036-49.

(SICONV(PORTAL) - 29/03/2017)

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 774288/2012. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Unidade Gestora: 200330, Gestão: 00001. Conveniente: ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ nº 03.507.415/0028-64. Prorrogação para 27/03/2018. Valor Total: R\$ 1.000.000,00. Valor de Contrapartida: R\$ 10.000,00. Vigência: 26/12/2012 a 27/03/2018. Data de Assinatura: 27/03/2017. Signatários: Concedente: ALEXANDRE ARAUJO MOTA, CPF nº 549.884.037-34, Conveniente: ROGERS ELIZANDRO JARBAS, CPF nº 095.695.858-38.

(SICONV(PORTAL) - 29/03/2017)

AVISO DE PENALIDADE

Processo nº 08020.005316/2016-37. Interessada: HM TÊXTIL EIRELI - EPP. CNPJ: 13.338.238/0001-73.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições constantes no art. 2º, inciso X da Portaria nº 686, de 10 de junho de 2015, publicada no DOU nº 109, página 23, de 11 de junho de 2015 e adotando como fundamento deste ato o Relatório Circunstanciado nº 5/2017/CC-GA/CGLOG SENASP/DEAPSEG/SENASP constante do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade nº 08020.005316/2016-37, resolve, diante das alegações apresentadas

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032017033000097

em sede de Recurso Administrativo pela empresa IIM TÊXTIL EIRELI - EPP. CNPJ: 13.338.238/0001-73,

RATIFICAR, decisão contida no Despacho Decisório nº 7/2017/CCGA/CGLOG-SENASP/DEAPSEG/SENASP pelas próprias razões de fato e de direito, as sanções aplicadas de MULTA, no valor de R\$ 36.117,48 (trinta e seis mil cento e dezessete reais e quarenta e oito centavos) pelo descumprimento da Cláusula Décima Quinta, subcláusula 15.4, do Contrato nº 09/2016 e com fundamento no art. 87, inciso II, da Lei 8.666/1993 cumulada com o IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a União pelo período de 3 (três) meses - de acordo com Cláusula Décima Quinta, subcláusula 15.3.4, do Contrato nº 09/2016 e com fundamento no art. 7º, da Lei 10.520/2002, conforme Decisão nº 12/2016/CCGA/CGLOG SENASP/DEAPSEG/SENASP.

ALEXANDRE ARAUJO MOTA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

No Extrato do Convênio nº 826590 Nº Processo: 25000.212770/2015-19, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITABORAÍ - RJ. CNPJ nº 11.865.033/0001-10, publicado no Diário Oficial da União nº 131, de 11/07/2016, Seção 3, Página 113, onde se lê: Num Empenho: 2016NE800374; leia-se: Num Empenho: 2016NE800037.

SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 998/2017

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Ji-Paraná no Estado de Rondônia, representada pela Secretaria Municipal de Saúde.
OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná - RO.
DATA DA ASSINATURA: 29/3/2017.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 999/2017

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Valparaíso de Goiás no Estado de Goiás, representada pela Secretaria Municipal de Saúde.
OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Valparaíso de Goiás - GO. DATA DA ASSINATURA: 29/3/2017.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 1000/2017

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Ponta do Araguaia no Estado do Mato Grosso, representada pela Secretaria Municipal de Saúde.
OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Ponta do Araguaia - MT. DATA DA ASSINATURA: 29/3/2017.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 1001/2017

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Vicentinópolis no Estado de Goiás, representada pela Secretaria Municipal de Saúde.
OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Vicentinópolis - GO. DATA DA ASSINATURA: 29/3/2017.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 1002/2017

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Jatobá do Piauí no Estado do Piauí, representada pela Secretaria Municipal de Saúde.
OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Jatobá do Piauí - PI. DATA DA ASSINATURA: 29/3/2017.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 1003/2017

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Oeiras no Estado do Piauí, representada pela Secretaria Municipal de Saúde.
OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Oeiras - PI. DATA DA ASSINATURA: 29/3/2017.

COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2017 - UASG 250110

Nº Processo: 25000195159201608.
DISPENSA Nº 15/2017. Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE - CNPJ Contratado: 24893687000108. Contratado: VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA - Objeto: Contratação emergencial de empresa especializada para prestação de serviços de transporte multimodal, de força contínua, nas modalidades aéreo e terrestre, qualificada para transportar, movimentar insumos, embarcar, coletar, carregar, descarregar, desembalar, entregar, montar, desmontar, armazenar, providenciar toda arrumação em geral para o transporte e realizar demais serviços correlatos, nas dependências das Unidades de Armazenamento de Insumos Críticos à Saúde (ICS). Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93, Vigência: 24/02/2017 a 24/06/2017. Valor Total: R\$60.000.000,00. Fonte: 6153000000 - 2017NE800297. Data de Assinatura: 24/02/2017.

(SICON - 29/03/2017) 250110-00001-2017NE800119

EXTRATO DE DOAÇÃO Nº 5301/2013

Doador: Ministério da Saúde, CNPJ/MF sob nº. 000.394.544/0008-51. Donatário: Prefeitura Municipal de PARATY/RJ CNPJ/MF: 29.172.475/0001-47. Objeto: Doação de 01 Balança Antropométrica Adulto, com encargos, no valor total de R\$ 556,29 visando à qualificação do componente Pré-Natal da Rede Cegonha. Processo nº 25000.069174/2013-41. 25000.120708/2012-59 e 25000.104698/2011-23. Signatários: CARLOS JOSÉ GAMA MIRANDA pela Prefeitura Municipal de PARATY/RJ e ROBERTO CARVALHO DE ARAUJO pelo Serviço/Divisão de Gestão Administrativa do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro. Data de Assinatura: 25/08/2016.

EXTRATO DE DOAÇÃO Nº 8529/2013

Doador: Ministério da Saúde, CNPJ/MF sob nº. 00.394.544/0008-51. Donatário: Prefeitura Municipal de PARATY/RJ CNPJ/MF: 29.172.475/0001-47. Objeto: Doação de 09 (nove) detectores fetais, com encargos, no valor total de R\$ 1.752,21 tendo por finalidade a qualificação do componente Pré-Natal da Rede Cegonha. Processo nº 25000.104698/2011-23. 25000.120708/2012-59 e 25000.069174/2013-41. Signatários: CARLOS JOSÉ GOMES MIRANDA pela Prefeitura Municipal de PARATY/RJ e ROBERTO CARVALHO DE ARAUJO pela Divisão de Convênios e Gestão do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro. Data de Assinatura: 25/08/2016.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 10/2017 UASG 250110

Nº Processo: 25000009475201749. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados destinados à operacionalização da Central de atendimento do Disque Saúde 136, envolvendo o planejamento, a implantação, a operação, a gestão, a administração, a supervisão, o monitoramento, a estrutura física com equipamentos e sistemas de atendimentos, recursos humanos, incluindo os serviços de atendimento ativo e receptivo, ambos via telefone e internet, de acordo com as condições, especificações e definições constantes no Instrumento convocatório. Total de Itens Licitados: 00003. Edital: 30/03/2017 de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h59. Endereço: Edifício Anexo a Sala 317 do Ministério da Saúde BRASILIA - DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/250110-05-10-2017. Entrega das Propostas: a partir de 30/03/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 12/04/2017 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

GESIKA BUSIN
Pregoeira

(SIDECA - 29/03/2017) 250110-00001-2017NE800119

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO Nº 8/2017

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U. em 21/03/2017. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, de planejamento, organização, assessoria, suporte, coordenação, acompanhamento, promoção, operacionalização e execução do evento 15ª Mostra Nacional de Experiências Bem Sucedidas em Epidemiologia, Prevenção e Controle de Doenças - do Ministério da Saúde, a ser realizada em Brasília/DF, no período de 30 de maio a 02 de junho de 2017, nas condições constantes do Edital, Termo de Referência (TR) e seus apêndices.

EDNALDO MANOEL DE SOUSA
Pregoeiro

(SIDECA - 29/03/2017) 250110-00001-2017NE800119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ivanildo Da Silva Cerqueira

De: Ivanildo Da Silva Cerqueira
Enviado em: segunda-feira, 19 de julho de 2021 12:13
Para: Ivanildo Da Silva Cerqueira
Assunto: ENC: Convite para apresentação de Proposta Comercial para prestação de Serviço de transporte multimodal de cargas nacional, em âmbito local, intermunicipal e interestadual, para transporte de cargas do Ministério da Saúde.
Anexos: MS-PLANILHAS DE PREÇOS Cotação Emergencial Transporte Multimodal.pdf; Proposta de Preço - serviços de transporte .pdf; MS-PLANILHAS DE PREÇOS Cotação Emergencial Transporte Multimodal.xlsx; MS-PLANILHAS DE PREÇOS Cotação Emergencial Transporte Multimodal.pdf; Anexo QUANTITATIVO DE CARGAS TRANSPORTADAS EM 2015.doc; TABELA PARA PESQUISA DE PREÇOS.xlsx; Historico 2015 para Pesquisa de Preços.xlsx; ANEXO-Pesquisa de Preço.docx

Atenciosamente ✍



De: Henrique da Cunha Mayrinck <henrique.mayrinck@saude.gov.br>
Enviada em: quarta-feira, 8 de fevereiro de 2017 09:28
Para: Renato Bispo da Costa <renato.costa@vtclog.com.br>; Licitação VTCLOG <licitacao.vtclog@vtclog.com.br>; E-mail Glória <gloria.manrique@vtclog.com.br>; Patricia Marcelia Viana Nobrega <patricia.nobrega@vtclog.com.br>; Raimundo Nonato Brasil <brasil@vtclog.com.br>; Andreia Lima <andreia.lima@voetur.com.br>; Carine Gonçalves da Silva <carine.silva@vtclog.com.br>; Samuel Alison Garcia Leal <samuel.alison@voetur.com.br>
Assunto: RES: Convite para apresentação de Proposta Comercial para prestação de Serviço de transporte multimodal de cargas nacional, em âmbito local, intermunicipal e interestadual, para transporte de cargas do Ministério da Saúde.

Prezado(a) Senhor(a),

A Coordenação-Geral de Armazenagem e Distribuição, do Departamento de Logística em Saúde, da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde – MS vem, por este expediente, convidar essa empresa a apresentar a **revalidação da Proposta Comercial nos enviada no dia 24 de novembro de 2016** para prestação Serviço de transporte multimodal de cargas nacional, em âmbito local, intermunicipal e interestadual, para transporte de cargas do Ministério da Saúde. Esta cotação esteja de acordo com o detalhamento e as especificações constantes do “Anexo – Requisitos Mínimos”. Anexo neste e-mail, documento em arquivo Word (Anexo Quantitativo de Cargas Transportadas e Pesquisa de Preço) e documento em arquivo Excel (Tabela de Pesquisa de Preços e Histórico de Para pesquisa de Preços).

2. Caso essa empresa apresente Proposta Comercial, solicitamos o envio para: Ministério da Saúde – Coordenação-Geral de Armazenagem e Distribuição – CGAD/DLOG - Esplanada dos Ministérios – Bloco G –

Anexo A - 4º andar – Sala 446 – CEP: 70.058-900 – Brasília/DF, com cópia para o endereço eletrônico cgad.dlog@saude.gov.br, **até o dia 09 de fevereiro de 2017**, ressaltado que a ausência de manifestação, nos termos supracitados, será entendida como negativa de apresentação da proposta comercial.

3. Solicitamos especial gentileza de acusar o recebimento deste e-mail e de indicar se pretende apresentar Proposta Comercial, no endereço eletrônico supracitado.

4. Ante o exposto, colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Henrique da Cunha Mayrinck

Coordenador Geral de Armazenagem e Distribuição

Departamento de Logística em Saúde

CGAD | DLOG | Ministério da Saúde

Bloco G – ANEXO A – SALA 446 – Esplanada dos Ministérios, Brasília - DF, 70058-900

Tel.: (+55 61) 3315-3582

Esta mensagem pode conter informação confidencial e/ou privilegiada. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-o.

This message may contain confidential and / or privileged. If you're not the recipient or the person authorized to receive this message, you can not use, copy or disclose the information contained therein or take any action based on this information. If you have received this message in error, please notify the sender immediately by reply e-mail and then delete it.

De: Renato Bispo da Costa [<mailto:renato.costa@vtclog.com.br>]

Enviada em: quinta-feira, 24 de novembro de 2016 18:01

Para: Henrique da Cunha Mayrinck; Licitação VTCLOG; E-mail Glória; Patricia Marcelia Viana Nobrega; Raimundo Nonato Brasil; Andreia Lima; Carine Gonçalves da Silva

Assunto: RES: Convite para apresentação de Proposta Comercial para prestação de Serviço de transporte multimodal de cargas nacional, em âmbito local, intermunicipal e interestadual, para transporte de cargas do Ministério da Saúde.

Boa tarde Sr. Henrique,

Segue proposta conforme solicitação.



De: Henrique da Cunha Mayrinck [<mailto:henrique.mayrinck@saude.gov.br>]

Enviada em: segunda-feira, 21 de novembro de 2016 14:00

Para: Licitação VTCLOG; E-mail Glória; Patricia Marcelia Viana Nobrega; Raimundo Nonato Brasil; Andreia Lima; Carine Gonçalves da Silva

Assunto: Convite para apresentação de Proposta Comercial para prestação de Serviço de transporte multimodal de cargas nacional, em âmbito local, intermunicipal e interestadual, para transporte de cargas do Ministério da Saúde.

Prezado(a) Senhor(a),

A Coordenação-Geral de Armazenagem e Distribuição, do Departamento de Logística em Saúde, da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde – MS vem, por este expediente, convidar essa empresa a apresentar Proposta Comercial para prestação Serviço de transporte multimodal de cargas nacional, em âmbito local, intermunicipal e interestadual, para transporte de cargas do Ministério da Saúde. Esta cotação esteja de acordo com o detalhamento e as especificações constantes do “Anexo – Requisitos Mínimos”. Anexo neste e-mail, documento em arquivo Word (Anexo Quantitativo de Cargas Transportadas e Pesquisa de Preço) e documento em arquivo Excel (Tabela de Pesquisa de Preços e Histórico de Para pesquisa de Preços).

2. Caso essa empresa apresente Proposta Comercial, solicitamos o envio para: Ministério da Saúde – Coordenação-Geral de Armazenagem e Distribuição – CGAD/DLOG - Esplanada dos Ministérios – Bloco G – Anexo A - 4º andar – Sala 446 – CEP: 70.058-900 – Brasília/DF, com cópia para o endereço eletrônico cgad.dlog@saude.gov.br, **até o dia 24 de novembro de 2016**, ressaltado que a ausência de manifestação, nos termos supracitados, será entendida como negativa de apresentação da proposta comercial.

3. Solicitamos especial gentileza de acusar o recebimento deste e-mail e de indicar se pretende apresentar Proposta Comercial, no endereço eletrônico supracitado.

4. Ante o exposto, colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Henrique da Cunha Mayrinck

Coordenador Geral de Armazenagem e Distribuição

Departamento de Logística em Saúde

CGAD | DLOG | Ministério da Saúde

Bloco G – ANEXO A – SALA 446 – Esplanada dos Ministérios, Brasília - DF, 70058-900

Tel.: (+55 61) 3315-3582

Esta mensagem pode conter informação confidencial e/ou privilegiada. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-o.

This message may contain confidential and / or privileged. If you're not the recipient or the person authorized to receive this message, you can not use, copy or disclose the information contained therein or take any action based on this information. If you have received this message in error, please notify the sender immediately by reply e-mail and then delete it.

Esta mensagem pode conter informação confidencial e/ou privilegiada. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-o.

Comunicamos que os dados pessoais recepcionados pela empresa são tratados dentro dos parâmetros definidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018 - LGPD), suas regulamentações e demais normas aplicáveis, sendo armazenados em ambiente seguro e controlado, no estrito cumprimento da referida lei e de acordo com as melhores práticas de mercado.

Maiores informações acerca do tratamento de seus dados pessoais e de seus direitos enquanto titular desses dados podem ser requeridas através do e-mail dpo@voetur.com.br

Comunicamos que os dados pessoais recepcionados pela empresa são tratados dentro dos parâmetros definidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018 - LGPD), suas regulamentações e demais normas aplicáveis, sendo armazenados em ambiente seguro e controlado, no estrito cumprimento da referida lei e de acordo com as melhores práticas de mercado.

Maiores informações acerca do tratamento de seus dados pessoais e de seus direitos enquanto titular desses dados podem ser requeridas através do e-mail dpo@voetur.com.br



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 046/2017, QUE ENTRE SI FIRMAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO E DA SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E A EMPRESA VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA.

A **UNIÃO**, por intermédio da Coordenação-Geral de Material e Patrimônio, da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ/MF sob o nº 00.394.544/0036-05, sediada na Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo A, 3º andar, Sala 317, em Brasília/DF, representada por **TIAGO PONTES QUEIROZ**, portador da Cédula de Identidade nº 5462623, expedida pela SSP/PE e inscrito no Cadastro da Pessoa Física – CPF/MF sob o nº 038.932.574-03, nomeado por meio da Portaria GM nº 867, de 29 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 62, Seção 02, Página 41, de 30 de março de 2017 e conforme as atribuições delegadas pela Portaria SAA nº 656, de 09 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 88, de 10 de maio de 2017, Seção 01, Página 46, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **24.893.687/0001-08**, sediada no Aeroporto Internacional de Brasília – Terminal de Carga Aérea – CEP: 71.608-900, Brasília/DF, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **RAIMUNDO NONATO BRASIL**, portador da Carteira de Identidade nº 441.980 – SSP/DF, e CPF nº 214.666.701-00, tendo em vista o que consta no Processo nº 25000.093086/2017-93 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolvem firmar o presente Termo de Contrato, por meio de **Dispensa de Licitação nº 34/2017**, com fundamento no inciso IV do artigo 24 da supracitada Lei e mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 Contratação emergencial de empresa especializada para prestação de **SERVIÇOS DE TRANSPORTE MULTIMODAL** (Fundamento: Lei Federal n.º 9.611, de 19 de fevereiro de 1998 e Decreto n.º 3.411, de 12 de abril de 2000), de forma contínua, nas modalidades aéreo e terrestre, qualificada para transportar, movimentar insumos, embalar, coletar, carregar, descarregar, desembalar, entregar, montar, desmontar, armazenar, providenciar toda arrumação em geral para o transporte e realizar demais serviços correlatos que foram necessários entre a origem e o destino, inclusive os de consolidação e desconsolidação documental, por meio de profissionais habilitados, nas dependências das Unidades de Armazenamento de Insumos Críticos à Saúde (ICS), excepcionalmente em local determinado pelo Ministério da Saúde, quando solicitado, de Insumos Críticos em Saúde (ICS) e materiais para investigação de surtos e inquéritos epidemiológicos, dentre outros, conforme detalhamento e condições estabelecidas a seguir.

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	Unidade de medida	Quantidade	Valor total estimado
1	000336-0	Serviço de agenciamento de transporte de carga e outros serviços auxiliares de transporte	DIAS	180	R\$ 80.000.000,00

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Projeto Básico da Dispensa de Licitação, identificada no preâmbulo e à proposta apresentada pela CONTRATADA, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O presente contrato emergencial terá a vigência de 180 (cento e oitenta) dias a partir do dia 26 de junho de 2017, ressalvado o direito da administração de rescindi-lo a qualquer tempo, como também, respeitado o limite máximo previsto no Artigo 24, IV da Lei 8666/1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de **R\$ 80.000.000,00** (oitenta milhões de reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2017, na classificação: Programa de Trabalho: 10305201520YE0001; Elemento de Despesa: 309339; PTRES:091053 e Nota de Empenho nº 2017NE800686

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no item 11 do Projeto Básico.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços serão executados pela CONTRATADA na forma prevista no Projeto Básico.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

7.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas nos itens 8 e 9 do Projeto Básico.

8. CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

8.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no item 10 do Projeto Básico.

9. CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

9.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

9.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

9.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

9.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

9.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

9.4.3. Indenizações e multas.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA

10.1 A CONTRATADA deverá apresentar garantia no prazo de 10(dez) dias úteis após a assinatura do contrato, no valor correspondente de 5%(cinco por cento) do valor total do Contrato, conforme condições estabelecidas no item 15 do Projeto Básico.

10.2 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato será realizada conforme as condições previstas no item 21 do Projeto Básico.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

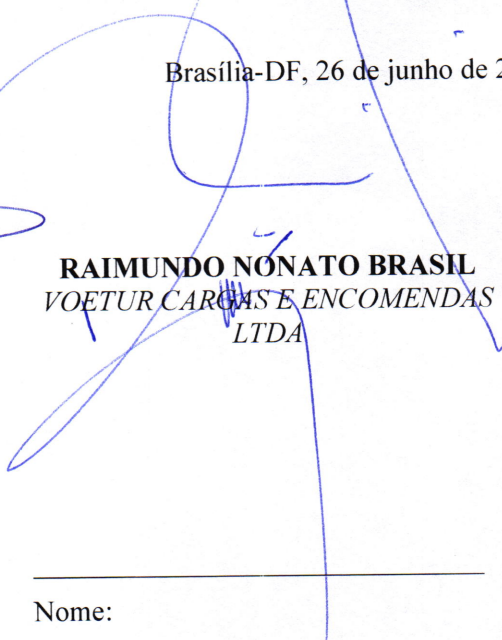
15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal.

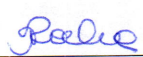
Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Brasília-DF, 26 de junho de 2017.


TIAGO PONTES QUEIROZ
CONTRATANTE
CGMAP/SAA/SE/MS


RAIMUNDO NONATO BRASIL
VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS
LTDA

Testemunhas:


Nome: Adriana R. Rêgo
CPF: 901.730.205-78

Nome:
CPF:



EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 1158/2017

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Santa Rita do Novo Destino no Estado de Goiás, representado pela Secretaria Municipal de Saúde.
OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Rita do Novo Destino - GO. DATA DA ASSINATURA: 27/6/2017.

COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 46/2017 - UASG 250110

Nº Processo: 25000093086201793.
DISPENSA Nº 34/2017. Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE - CNPJ Contratado: 24893687000108. Contratado: VOETUR CAR GAS E ENCOMENDAS LTDA - Objeto: Contratação emergencial de empresa especializada para prestação de serviços de transporte multimodal. Fundamento Legal: Lei nº 8666/1993. Vigência: 26/06/2017 a 24/12/2017. Valor Total: R\$80.000.000,00. Fonte: 6153000000 - 2017NE800686. Data de Assinatura: 26/06/2017.

(SICON - 27/06/2017) 250110-00001-2017NE800119

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2017 - UASG 250110

Número do Contrato: 21/2015. Nº Processo: 25000125156201356. PREGÃO SRP Nº 17/2014. Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE - CNPJ Contratado: 37129194000130. Contratado: GAS INFORMATICA LTDA - Objeto: Alteração e redução dos preços em 20% e prorrogação do contrato. Fundamento Legal: Lei nº 8666/1993. Vigência: 23/06/2017 a 22/06/2018. Valor Total: R\$2.485.375,93. Fonte: 6151000000 - 2017NE800139. Data de Assinatura: 22/06/2017.

(SICON - 27/06/2017) 250110-00001-2017NE800119

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2017 - UASG 250110

Número do Contrato: 51/2014. Nº Processo: 25000221740201331. PREGÃO SRP Nº 1/2014. Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE - CNPJ Contratado: 12225627000120. Contratado: REDE SEGURA TECNOLOGIA E PRESTACAO DE SERVICOS LTDA. Objeto: Prorrogação a vigência dos itens 4, 5 e 7 do Contrato nº 51/2014, a fim de que se estenda para o período de 24 de junho de 2017 a 23 de junho de 2018. Fundamento Legal: Lei nº 8666/1993. Vigência: 24/06/2017 a 23/06/2018. Data de Assinatura: 20/06/2017.

(SICON - 27/06/2017) 250110-00001-2017NE800119

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2017 - UASG 250110

Número do Contrato: 9/2015. Nº Processo: 25000162564201216. DISPENSA Nº 11/2015. Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE - CNPJ Contratado: 04831073000186. Contratado: ZETEC MANUTENCAO DE VEICULOS E MOTORES LTDA - ME. Objeto: Prorrogação a vigência do Contrato nº 09/2015, a fim de que se estenda para o período de 07 de julho de 2017 a 06 de julho de 2018. Fundamento Legal: Lei nº 8666/1993. Vigência: 07/07/2017 a 06/07/2018. Data de Assinatura: 20/06/2017.

(SICON - 27/06/2017) 250110-00001-2017NE800119

RETIFICAÇÃO

Na Dispensa de Licitação Nº 36/2017 publicada no D.O.U de 26/06/2017, Seção 3, Pág. 72, Onde se lê: Objeto: Contratação de Compra de Energia Regulada - CCER, por meio de concessionária de serviço público, referente ao fornecimento de energia elétrica para as Unidades I e VII localizadas no SIA trecho 4 lotes 540/610 Almoarifado e 1220/1280 ADM. Leia-se: Objeto: Contratação de Compra de Energia Regulada - CCER, por meio de concessionária de serviço público, referente ao fornecimento de energia elétrica para a Unidade VIII localizada no SAFS, Quadra 2, Lotes 5 e 6 em Brasília-DF.

(SIDE - 27/06/2017) 250110-00001-2017NE800119

COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS GERAIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 69/2017 - UASG 250005

Nº Processo: 25000198578201693.
DISPENSA Nº 315/2017. Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE - CNPJ Contratado: 43640754000119. Contratado: FUNDACAO PARA O REMEDIO POPULAR - FURP. Objeto: Aquisição do medicamento Zidovudina associada com Lamivudina 300 mg+150 mg. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993. Vigência: 20/06/2017 a 19/06/2018. Valor Total: R\$15.002.520,00. Fonte: 6153000000 - 2017NE801026. Data de Assinatura: 20/06/2017.

(SICON - 27/06/2017) 250110-00001-2017NE800119

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032017062800114

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 47/2017 - Pregão Eletrônico - SRP nº 24/2017; Processo: 25000.193758/2016-89.

Item	Descrição do Objeto	Quantidade (UI)	Preço Unitário (R\$)	Preço Unitário (US\$)	Preço Total (R\$)	Preço Total (US\$)
1	Complexo protomibinico humano, AE = ou > 0,6 UI, frasco-ampola com 500UI, pó liofilizado + diluente, uso injetável	6.000.000	0,5445	0,1656	3.267.000,00	993.600,00

Partes: DLOG/SE/MINISTÉRIO DA SAÚDE x Empresa Estrangeira OCTAPharma AG, representada pela Empresa Nacional OCTAPharma Brasil Ltda. Vigência: 27.06.2017 a 26.06.2018.

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 45/2017 - Pregão Eletrônico - SRP nº 21/2017; Processo: 25000.147571/2016-11.

Item	Descrição do Objeto	Unidade de Fornecedor	Quantidade Máxima anual	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Reagente, Com Anticorpos Monoclonais Anti Cd3/Cd4/Cd8/Cd45, Conj. de Reagentes, comp. c/ reagentes e Aces, citometria de Fluxo, Cont. de Linfócitos Relação A Subpopulação CD45	Teste	1.350.000	28,56	38.556.000,00

Partes: DLOG/SE/MINISTÉRIO DA SAÚDE x Empresa BECTON DICKINSON INDÚSTRIA CIRÚRGICAS LTDA, Vigência: 27.06.2017 a 26.06.2018.

DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE
COORDENAÇÃO-GERAL DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTOS E ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
DIVISÃO DE REFORMULAÇÃO DE INVESTIMENTOS
SERVIÇO DE ANÁLISE DE REFORMULAÇÃO DE INVESTIMENTOS

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

O 3 TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº. 121/2013 CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº. 00.530.493/0001-71, e FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA, Estado do DISTRITO FEDERAL - CNPJ nº. 00.038.174/0001-43.
OBJETO: Prorrogar a vigência do Termo de Cooperação nº. 121/2013, destinado Fomento Ao Desenvolvimento, Qualificação e Inovação Em Produtos Estratégicos para o Sus, até 31/07/2018, a contar de seu vencimento.
PROCESSO: 25000.169843/2013-83.
VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 31/07/2018. DATA DE ASSINATURA: 22/06/2017.
SIGNATÁRIOS: DARCIO GUEDES JUNIOR - C.P.F. nº. 658.226.841-49 - DIRETOR EXECUTIVO SUBSTITUTO DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE; MARCIA ABRAHAO MOURA - C.P.F. nº. 334.590.531-00, REITORA, FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA.

4º AO CONVÊNIO Nº. 760551/2011
CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001. Conveniente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Estado de SAO PAULO CNPJ nº. 46.068.425/0001-33. P.I.127/2008, art.30, VI. Valor Total: R\$ 248.400,00 (duzentos e quarenta e oito mil e quatrocentos reais), Valor de Contrapartida: R\$ 49.680,00. Termo Aditivo de Alteração da Vigência. Vigência: 30/12/2011 a 09/07/2018. Data da Assinatura: 26/06/2017. Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / Antonio Carlos Rosa de Oliveira Junior - Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde FUNDO NACIONAL DE SAÚDE.

O 3 TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº. 122/2013 CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº. 00.530.493/0001-71, e FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA, Estado do DISTRITO FEDERAL - CNPJ nº. 00.038.174/0001-43.
OBJETO: Prorrogar a vigência do Termo de Cooperação nº. 122/2013, destinado Fomento Ao Desenvolvimento, Qualificação e Inovação Em Produtos Estratégicos para o Sus, Fomento Ao Desenvolvimento, Qualificação e Inovação Em Produtos Estratégicos para o Sus, até 31/01/2018, a contar de seu vencimento.
PROCESSO: 25000.169828/2013-35.
VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 31/01/2018.
DATA DE ASSINATURA: 22/06/2017.
SIGNATÁRIOS: DARCIO GUEDES JUNIOR - C.P.F. nº. 658.226.841-49 - DIRETOR EXECUTIVO SUBSTITUTO DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE; MARCIA ABRAHAO MOURA - C.P.F. nº. 334.590.531-00, REITORA, FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA.

4º AO CONVÊNIO Nº. 761673/2011
CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001. Conveniente: HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU, Estado de SAO PAULO CNPJ nº. 12.474.705/0001-20. P.I.127/2008, art.30, VI. Valor Total: R\$ 375.000,00 (trezentos e setenta e cinco mil reais),

Valor de Contrapartida: R\$ 75.000,00. Termo Aditivo de Alteração da Vigência. Vigência: 28/12/2011 a 21/01/2018. Data da Assinatura: 26/06/2017. Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / Antonio Carlos Rosa de Oliveira Junior - Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde FUNDO NACIONAL DE SAÚDE.

O 5 TERMO ADITIVO AO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº. 57/2014 CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº. 00.530.493/0001-71, e FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA, Estado do DISTRITO FEDERAL - CNPJ nº. 00.038.174/0001-43.

OBJETO: Prorrogar a vigência do Termo de Execução Descentralizada nº. 57/2014, destinado Criação de Observatório de Saúde Indígena - Formação de Uma Rede de Pesquisadores para Produção de Conhecimento Sobre Saúde Indígena, até 31/12/2017, a contar de seu vencimento.

PROCESSO: 25000.156812/2014-43.

VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 31/12/2017.

DATA DE ASSINATURA: 22/06/2017.

SIGNATÁRIOS: DARCIO GUEDES JUNIOR - C.P.F. nº. 658.226.841-49 - DIRETOR EXECUTIVO SUBSTITUTO DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE; MARCIA ABRAHAO MOURA - C.P.F. nº. 334.590.531-00, REITORA, FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA.

3º AO CONVÊNIO Nº. 761813/2011

CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001. Conveniente: FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA, Estado de SAO PAULO CNPJ nº. 66.495.110/0001-80. P.I.127/2008, art.30, VI. Valor Total: R\$ 135.943,75 (cento e trinta e cinco mil, novecentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), Valor de Contrapartida: R\$ 27.188,75. Termo Aditivo de Alteração da Vigência. Vigência: 27/12/2011 a 30/06/2018. Data da Assinatura: 26/06/2017. Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / Antonio Carlos Rosa de Oliveira Junior - Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde FUNDO NACIONAL DE SAÚDE.

3º AO CONVÊNIO Nº. 776431/2012

CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001. Conveniente: FUNDACAO SAO PAULO, Estado de SAO PAULO CNPJ nº. 60.990.751/0001-24. P.I.127/2008, art.30, VI. Valor Total: R\$ 403.716,65 (quatrocentos e três mil, setecentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos), Valor de Contrapartida: R\$ 0,00. Termo Aditivo de Alteração da Vigência. Vigência: 27/12/2012 a 12/07/2018. Data da Assinatura: 26/06/2017. Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / Antonio Carlos Rosa de Oliveira Junior - Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde FUNDO NACIONAL DE SAÚDE.

3º AO CONVÊNIO Nº. 825744/2015

CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001. Conveniente: ASSOCIACAO OBRAS SOCIAIS IRMA DULCE, Estado da BAHIA CNPJ nº. 15.178.551/0001-17. P.I.127/2008, art.30, VI. Valor Total: R\$ 98.349,10 (noventa e oito mil, trezentos e quarenta e nove reais e dez centavos), Valor de Contrapartida: R\$ 0,00. Termo Aditivo de Alteração da Vigência. Vigência: 30/12/2015 a 29/06/2018. Data da Assinatura: 26/06/2017. Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / Antonio Carlos Rosa de Oliveira Junior - Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde FUNDO NACIONAL DE SAÚDE.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA EXECUTIVA

**EDITAL Nº 8, DE 22 DE JUNHO DE 2017
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS
EM CARGOS DO PLANO DE CARREIRAS DE CIÊNCIA
E TECNOLOGIA NAS CARREIRAS DE PLANEJAMENTO
GESTÃO E INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO
TECNOLÓGICO**

O Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, torna pública a retificação do resultado final dos Títulos e do resultado final do Concurso Público, Edital de Abertura nº 4, de 13 de outubro de 2014, em cumprimento à decisão judicial do Mandado de Segurança nº 0501022-05.2016.4.02.5102 - Número anterior: 2016.51.02.501022-5 (PROCESSO ELETRÔNICO), conforme abaixo:

1. DO RESULTADO FINAL DOS TÍTULOS:
CARGO: D57 - MEDICINA - RADIOLOGIA - DIAGNÓSTICO POR IMAGEM
VAGA: RIO DE JANEIRO
751.373-9, JULIANA SERAFIM DA SILVEIRA, 6,30.
2. DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO:
CARGO: D57 - MEDICINA - RADIOLOGIA - DIAGNÓSTICO POR IMAGEM
VAGA: RIO DE JANEIRO/RJ
AMPLA CONCORRÊNCIA

1º, 769.761-9, Carla Regina Marchon, 101,10 / 2º, 744.847-3, Rodrigo Manfroi Gutsche, 101,00 / 3º, 784.016-0, Cintia Elias Pires, 95,15 / 4º, 769.059-2, Flávio Teixeira Azeredo de Andrade, 94,95 / 5º, 761.716-0, Viviane Brandao Amorim, 93,55 / 6º, 776.938-5, Patrícia Noronha Zanardi, 92,55 / 7º, 748.036-9, Rafael Ferracini Cabral, 92,40 / 8º, 754.362-0, Vandrê Borges dos Reis Lima, 92,05 / 9º, 774.660-1, Luiza Labrunie Calmon Soares, 91,90 / 10º, 754.002-7, Helcio Mendonça Pereira [Afro-Desc.], 91,50 / 11º, 765.177-5, Carolina Augusta Modena Heming, 90,40 / 12º, 749.695-8, Cristiane Lemos Cardozo, 89,40 / 13º, 760.425-4, Raquel Ribeiro Batista, 89,25 / 14º, 773.517-0, Marcos Decnop Batista Pinheiro, 89,15 / 15º, 745.403-1, Marcos Vieira Godinho, 88,35 / 16º, 751.373-9, Juliana Serafim da Silveira, 87,35 / 17º, 754.141-4, Cristiane Aló Campos, 87,25 / 18º, 768.393-6, Rafael Moreira Cobo, 87,15 / 19º, 767.205-5, Fernanda Chagas Monteiro de Melo Malta, 87,00 / 20º, 765.071-0, Felipe Mussi Von Ranke, 86,60 / 21º, 774.373-4, Juliana Franca Carvalho, 86,50 / 22º, 774.177-4, Andrea Santos Dumont Costacurta, 86,20 / 23º, 777.838-4, Patricia Belfort Rizzi Padilha Teixeira, 84,60 / 24º, 767.136-9, Elaine Reis da Silveira, 84,40 / 25º, 745.829-0, Carolina Marinho Gonçalves Wajnberg, 84,05 / 26º, 742.377-2, Silvia Alves, 84,05 / 27º, 756.439-2, Flávia Angélica Ferreira Francisco, 84,00 / 28º, 773.091-8, Daniel da Silva Cazarim, 84,00 / 29º, 749.718-0, Felipe Paes Barbosa Diniz Nogueira, 83,90 / 30º, 764.399-3, Marcio Spivak, 83,75 / 31º, 775.173-7, Bruno de Oliveira Pedrazzi, 83,30 / 32º, 768.367-7, Débora de Carvalho Garcez, 83,25 / 33º, 769.309-5, Monique Alvares Barbosa, 83,00 / 34º, 763.512-5, Tarik Jose Moura Sili, 82,65 / 35º, 776.624-6, Marcello Guimarães Giovannoni Grizotti, 82,55 / 36º, 758.617-5, Clarissa Canella Moraes do Carmo, 82,30 / 37º, 750.011-4, Andre Luiz Figueiredo de Oliveira Costa, 82,10 / 38º, 756.030-3, Ana Livia Garcia Brum, 81,80.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

**SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS****EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 1151/2017**

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Jaguaribe no Estado do Ceará, representado pela Secretaria Municipal de Saúde.
OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Jaguaribe - CE.
DATA DA ASSINATURA: 22/6/2017.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 1152/2017

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Cambará no Estado do Paraná, representado pela Secretaria Municipal de Saúde.
OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Cambará - PR.
DATA DA ASSINATURA: 22/6/2017.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 1153/2017

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Rianápolis no Estado de Goiás, representado pela Secretaria Municipal de Saúde.
OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Rianápolis - GO.
DATA DA ASSINATURA: 22/6/2017.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 1154/2017

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Chuvisca no Estado do Rio Grande do Sul, representado pela Secretaria Municipal de Saúde.
OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Chuvisca - RS.
DATA DA ASSINATURA: 22/6/2017.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 1155/2017

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Soledade no Estado do Rio Grande do Sul, representado pela Secretaria Municipal de Saúde.
OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Soledade - RS.
DATA DA ASSINATURA: 22/6/2017.

**COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL
E PATRIMÔNIO****EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2017 UASG 250110**

Processo: 25000093086201793 . Objeto: SERVIÇOS DE TRANSPORTES MULTIMODAL de forma contínua, nas modalidades aéreo e terrestre, qualificada para transportar, movimentar insumos, embalar, coletar, carregar, descarregar, desembalar, entregar, montar, desmontar, armazenar, providenciar toda arrumação em geral para o transporte e realizar demais serviços correlatos que foram necessários entre a origem e o destino, inclusive os de consolidação e desconsolidação documental, conforme Projeto Básico Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso IV da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Não há tempo hábil para a conclusão da licitação , conforme Nota Técnica 06/2017/CGAD/DIOG. Declaração de Dispensa em 22/06/2017. DAVIDSON TOLENTINO DE ALMEIDA. Diretor do Departamento de Logística. Ratificação em 22/06/2017. ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI. Secretário Executivo. Valor Global: R\$ 80.000.000,00. CNPJ CONTRATADA : 24.893.687/0001-08 VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA.

(SIDECA - 22/06/2017) 250110-00001-2017NE800119

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2017 - UASG 250110

Número do Contrato: 37/2016.
Nº Processo: 25000104955201551.
PREGÃO SISPP Nº 17/2016. Contratante: MINISTERIO DA SAUDE -.CNPJ Contratado: 22575793000100. Contratado : CRUZEIRO SERVICOS TECNICOS EIRELI-- ME. Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato Administrativo nº 37/2016, a fim de que se estenda para o período de 21 de julho de 2017 a 20 de julho de 2018. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 21/07/2017 a 20/07/2018. Data de Assinatura: 19/06/2017.

(SICON - 22/06/2017) 250110-00001-2017NE800119

**COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS GERAIS
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE****EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 42/2017 - Pregão Eletrônico - SRP nº 22/2017; Processo: 25000.122159/2016-81.

Item	Descrição do Objeto	Unidade de Fornecimento	Quantidade Máxima anual	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
05	Sais para reidratação oral, pó	Envelope contendo 27,9g	810.000	0,5098	412.938,00
06	COTA EXCLUSIVA ME/EPP Sais para reidratação oral, pó	Envelope contendo 27,9g	90.000	0,5098	45.882,00

Partes: DLOG/SE/Ministério da Saúde x Empresa Dacon - Fármacos do Brasil Ltda - ME, Vigência: 22.06.2017 a 21.06.2018.

**DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL
DE SAÚDE****EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS**

1º Prorroga de Ofício do Convênio Nº 836973/2016. CONVENENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001. Conveniente: HOESP - ASSOCIACAO BENEFICENTE DE SAUDE DO OESTE DO PARANA, Estado do PARANA CNPJ nº. 06.958.776/0001-03. Valor Total: R\$ 145.147,00 (cento e quarenta e cinco mil, cento e quarenta e sete reais), Vigência: 10/11/2016 a 06/06/2018. Data da Assinatura: 19/06/2017. Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1º Prorroga de Ofício do Convênio Nº 836988/2016. CONVENENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001. Conveniente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SANTO AMARO, Estado de SAO PAULO CNPJ nº. 57.038.952/0001-11. Valor Total: R\$ 217.170,00 (duzentos e dezessete mil, cento e setenta reais), Vigência: 09/11/2016 a 02/06/2018. Data da Assinatura: 19/06/2017. Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1º Prorroga de Ofício do Convênio Nº 837012/2016. CONVENENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001. Conveniente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE AVARE, Estado de SAO PAULO CNPJ nº. 44.584.019/0001-06. Valor Total: R\$ 100.000,00 (cem mil reais), Vigência: 16/11/2016 a 07/06/2018. Data da Assinatura: 19/06/2017. Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1º Prorroga de Ofício do Convênio Nº 837016/2016. CONVENENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001. Conveniente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BURITI ALEGRE, Estado de GOIAS CNPJ nº. 02.348.373/0001-83. Valor Total: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), Valor de Contrapartida: R\$ 10,00 (dez reais), Vigência: 18/11/2016 a 02/06/2018. Data da Assinatura: 19/06/2017. Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1º Prorroga de Ofício do Convênio Nº 837033/2016. CONVENENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001. Conveniente: ASS DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIBEIRAO PRETO, Estado de SAO PAULO CNPJ nº. 56.015.894/0001-48. Valor Total: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), Vigência: 14/12/2016 a 07/06/2018. Data da Assinatura: 19/06/2017. Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1º Prorroga de Ofício do Convênio Nº 837052/2016. CONVENENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001. Conveniente: IRMANDADE NOSSA SENHORA DO PATROCINIO, Estado de MINAS GERAIS CNPJ nº. 23.406.564/0001-24. Valor Total: R\$ 422.000,00 (quatrocentos e vinte e dois mil reais), Vigência: 11/11/2016 a 07/06/2018. Data da Assinatura: 19/06/2017. Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1º Prorroga de Ofício do Convênio Nº 837101/2016. CONVENENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001. Conveniente: BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL, Estado de SANTA CATARINA CNPJ nº. 83.506.030/0006-06. Valor Total: R\$ 100.000,00 (cem mil reais), Vigência: 18/11/2016 a 01/06/2018. Data da Assinatura: 19/06/2017. Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1º Prorroga de Ofício do Convênio Nº 837156/2016. CONVENENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001. Conveniente: MISERICORDIA DE JACAREZINHO, Estado do PARANA CNPJ nº. 78.209.558/0001-79. Valor Total: R\$ 395.853,00 (trezentos e noventa e cinco mil, oitocentos e cinquenta e três reais), Vigência: 30/12/2016 a 06/06/2018. Data da Assinatura: 19/06/2017. Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1º Prorroga de Ofício do Convênio Nº 837176/2016. CONVENENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001. Conveniente: HOSPITAL EVANGELICO DE RIO VERDE, Estado de GOIAS CNPJ nº. 02.608.131/0001-81. Valor Total: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), Vigência: 17/11/2016 a 06/06/2018. Data da Assinatura: 19/06/2017. Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1º Prorroga de Ofício do Convênio Nº 837200/2016. CONVENENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001. Conveniente: SOCIEDADE B H SANTA CASA DE MISERICORDIA DE R PRETO, Estado de SAO PAULO CNPJ nº. 55.989.784/0001-14. Valor Total: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), Vigência: 30/11/2016 a 07/06/2018. Data da Assinatura: 19/06/2017. Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1º Prorroga de Ofício do Convênio Nº 837504/2016. CONVENENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001. Conveniente: ASSOCIACAO DE PROTECAO A MATERNIDADE E A INFANCIA DE RIO VERDE, Estado de GOIAS CNPJ nº. 02.615.078/0001-46. Valor Total: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), Vigência: 02/12/2016 a 31/05/2018. Data da Assinatura: 19/06/2017. Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

Anderson Luiz da Silva Cabral

De: Henrique da Cunha Mayrinck <henrique.mayrinck@saude.gov.br>
Enviado em: segunda-feira, 12 de junho de 2017 19:02
Para: Licitação VTCLOG
Assunto: RES: Convite para apresentação de Proposta Comercial para prestação de Serviço de transporte multimodal de cargas nacional, em âmbito local, intermunicipal e interestadual, para transporte de cargas do Ministério da Saúde.

Prezado, boa noite.

Com o objetivo de proporcionar maior competitividade, prorrogamos o prazo para entrega da proposta comercial até às 12 horas do dia 13 de Junho de 2017.
Esta proposta poderá ser entregue nos endereços abaixo.

Atenciosamente,

Henrique da Cunha Mayrinck

Coordenador Geral de Armazenagem e Distribuição
Departamento de Logística em Saúde
CGAD | DLOG | Ministério da Saúde
Bloco G – ANEXO A – SALA 446 – Esplanada dos Ministérios, Brasília - DF, 70058-900
Tel.: (+55 61) 3315-3582

Esta mensagem pode conter informação confidencial e/ou privilegiada. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-o.

This message may contain confidential and / or privileged. If you're not the recipient or the person authorized to receive this message, you can not use, copy or disclose the information contained therein or take any action based on this information. If you have received this message in error, please notify the sender immediately by reply e-mail and then delete it.

De: Henrique da Cunha Mayrinck
Enviada em: sábado, 10 de junho de 2017 14:40
Para: Licitação VTCLOG
Assunto: RES: Convite para apresentação de Proposta Comercial para prestação de Serviço de transporte multimodal de cargas nacional, em âmbito local, intermunicipal e interestadual, para transporte de cargas do Ministério da Saúde.

NOTA DE CORREÇÃO

Considerando que as correções propostas não alteram os critérios objetivos de precificação;
Considerando que as correções não modificam as estrutura da propostas; e
Considerando que as modificações referem-se a meros erros materiais.
Assim, segue Errata e se mante a data para a precificação.

Errata

Onde se lê:

2.1. O contrato de transporte que temos neste Ministério da Saúde de nº 061/2016 esta com vigência em caráter emergencial até 26 de Fevereiro de 2017 e o mesmo não pode mais ser renovado. Considerando que

o contrato nº 059/2016 com prazo inicial de execução para o dia 27 de fevereiro de 2017 não poderá ser iniciado devido à solicitação formal da **Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT via ofício N° 0050/2017-PRESI / SIMPAR 25000.012767/2017-69 que trata da prorrogação da execução do contrato para o dia 27 de março de 2017 devido adequação e rito das contratações administrativas sujeitas às normas retrocitadas.** Considerando que está em andamento o **processo de contratação de Serviço Contínuo de Transporte e Armazenagem da Logística Integrada de Medicamentos, insumos e correlatos de saúde do Ministério da Saúde (SIPAR: 25000.033893/2017-57)** as dificuldades e característica específica das demandas deste Ministério, não há tempo de concluir um processo de licitação e por esta razão faz necessário uma nova contratação de natureza emergencial para não perder a continuidade do serviços abaixo sem que haja comprometimento no atendimento aos usuários.

Leia-se:

2.1. O contrato de transporte que temos neste Ministério da Saúde de nº 12/2017 está com vigência em caráter emergencial até 24 de Junho de 2017 e o mesmo não pode mais ser renovado e considerando que: devido as adequações do novo Termo de Referência e ao rito das contratações administrativas sujeitas às normas reguladoras o processo de contratação de Serviço Contínuo de Transporte e Armazenagem da Logística Integrada de Medicamentos, insumos e correlatos de saúde do Ministério da Saúde (SIPAR: 25000.033893/2017-57) está em andamento; e de não haver tempo de concluir o processo de licitação, se faz necessário uma nova contratação de natureza emergencial para não perder a continuidade do serviços abaixo sem que haja comprometimento no atendimento aos usuários.

Onde se lê:

7.9. Para o modal de Transporte Terrestre o frete-valor (Ad-valorem) será definido conforme o percentual de 1,2% sobre o valor da carga de ICS.

Leia-se:

7.9. Para o modal de Transporte Terrestre o frete-valor (Ad-valorem) será definido conforme o percentual de 1,15% sobre o valor da carga de ICS.

Onde se lê:

14.1. O presente contrato emergencial terá a vigência de 180 (cento e oitenta) dias a partir do dia 27 de fevereiro de 2017, ressalvado o direito da administração de rescindi-lo a qualquer tempo, como também, respeitado o limite máximo previsto no Artigo 24, IV da Lei 8666/1993 em caso de novos aditamentos temporais.

Leia-se:

14.1. O presente contrato emergencial terá a vigência de 180 (cento e oitenta) dias a partir do dia 25 de junho de 2017, ressalvado o direito da administração de rescindi-lo a qualquer tempo, como também, respeitado o limite máximo previsto no Artigo 24, IV da Lei 8666/1993 em caso de novos aditamentos temporais.

Onde se lê:

26. DA ESTIMATIVA DA DESPESA

Leia-se:

Atenciosamente,

Henrique da Cunha Mayrinck

Coordenador Geral de Armazenagem e Distribuição

Departamento de Logística em Saúde

CGAD | DLOG | Ministério da Saúde

Bloco G – ANEXO A – SALA 446 – Esplanada dos Ministérios, Brasília - DF, 70058-900

Tel.: (+55 61) 3315-3582

Esta mensagem pode conter informação confidencial e/ou privilegiada. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-o.

This message may contain confidential and / or privileged. If you're not the recipient or the person authorized to receive this message, you can not use, copy or disclose the information contained therein or take any action based on this information. If you have received this message in error, please notify the sender immediately by reply e-mail and then delete it.

De: Henrique da Cunha Mayrinck

Enviado: quinta-feira, 8 de junho de 2017 18:59

Para: Licitação VTCLOG

Assunto: Convite para apresentação de Proposta Comercial para prestação de Serviço de transporte multimodal de cargas nacional, em âmbito local, intermunicipal e interestadual, para transporte de cargas do Ministério da Saúde.

Prezado(a) Senhor(a),

A Coordenação-Geral de Armazenagem e Distribuição, do Departamento de Logística em Saúde, da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde – MS vem, por este expediente, convidar essa empresa a apresentar Proposta Comercial para prestação Serviço de transporte multimodal de cargas nacional, em âmbito local, intermunicipal e interestadual, para transporte de cargas do Ministério da Saúde. Esta cotação esteja de acordo com o detalhamento e as especificações constantes do “Anexo – Requisitos Mínimos”. Anexo neste e-mail, documento em arquivo Word (Anexo Quantitativo de Cargas Transportadas e Pesquisa de Preço) e documento em arquivo Excel (Tabela de Pesquisa de Preços e Histórico de Para pesquisa de Preços).

2. Caso essa empresa apresente Proposta Comercial, solicitamos o envio para: Ministério da Saúde – Coordenação-Geral de Armazenagem e Distribuição – CGAD/DLOG - Esplanada dos Ministérios – Bloco G – Anexo A - 4º andar – Sala 446 – CEP: 70.058-900 – Brasília/DF, com cópia para o endereço eletrônico cgad.dlog@saude.gov.br, **até o dia 12 de Junho de 2017**, ressaltado que a ausência de manifestação, nos termos supracitados, será entendida como negativa de apresentação da proposta comercial.

3. Solicitamos especial gentileza de acusar o recebimento deste e-mail e de indicar se pretende apresentar Proposta Comercial, no endereço eletrônico supracitado.

4. Ante o exposto, colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Henrique da Cunha Mayrinck

Coordenador Geral de Armazenagem e Distribuição

Departamento de Logística em Saúde

CGAD | DLOG | Ministério da Saúde

Bloco G – ANEXO A – SALA 446 – Esplanada dos Ministérios, Brasília - DF, 70058-900

Tel.: (+55 61) 3315-3582

Esta mensagem pode conter informação confidencial e/ou privilegiada. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-o.

This message may contain confidential and / or privileged. If you're not the recipient or the person authorized to receive this message, you can not use, copy or disclose the information contained therein or take any action based on this information. If you have received this message in error, please notify the sender immediately by reply e-mail and then delete it.

Esta mensagem pode conter informação confidencial e/ou privilegiada. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-o.

Anderson Luiz da Silva Cabral

De: Henrique da Cunha Mayrinck <henrique.mayrinck@saude.gov.br>
Enviado em: quinta-feira, 8 de junho de 2017 19:00
Para: Licitação VTCLOG
Assunto: Convite para apresentação de Proposta Comercial para prestação de Serviço de transporte multimodal de cargas nacional, em âmbito local, intermunicipal e interestadual, para transporte de cargas do Ministério da Saúde.
Anexos: Anexo QUANTITATIVO DE CARGAS TRANSPORTADAS EM 2015.doc; TABELA PARA PESQUISA DE PREÇOS.xlsx; Historico 2015 para Pesquisa de Preços.xlsx; ANEXO-Pesquisa de Preço.docx; MODELO DE PB - TRANSPORTE - MEDICAMENTOS- JUNHO_2017 final 180 dias.docx

Prezado(a) Senhor(a),

A Coordenação-Geral de Armazenagem e Distribuição, do Departamento de Logística em Saúde, da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde – MS vem, por este expediente, convidar essa empresa a apresentar Proposta Comercial para prestação Serviço de transporte multimodal de cargas nacional, em âmbito local, intermunicipal e interestadual, para transporte de cargas do Ministério da Saúde. Esta cotação esteja de acordo com o detalhamento e as especificações constantes do “Anexo – Requisitos Mínimos”. Anexo neste e-mail, documento em arquivo Word (Anexo Quantitativo de Cargas Transportadas e Pesquisa de Preço) e documento em arquivo Excel (Tabela de Pesquisa de Preços e Histórico de Para pesquisa de Preços).

2. Caso essa empresa apresente Proposta Comercial, solicitamos o envio para: Ministério da Saúde – Coordenação-Geral de Armazenagem e Distribuição – CGAD/DLOG - Esplanada dos Ministérios – Bloco G – Anexo A - 4º andar – Sala 446 – CEP: 70.058-900 – Brasília/DF, com cópia para o endereço eletrônico cgad.dlog@saude.gov.br, **até o dia 12 de Junho de 2017**, ressaltado que a ausência de manifestação, nos termos supracitados, será entendida como negativa de apresentação da proposta comercial.

3. Solicitamos especial gentileza de acusar o recebimento deste e-mail e de indicar se pretende apresentar Proposta Comercial, no endereço eletrônico supracitado.

4. Ante o exposto, colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Henrique da Cunha Mayrinck

Coordenador Geral de Armazenagem e Distribuição

Departamento de Logística em Saúde

CGAD | DLOG | Ministério da Saúde

Bloco G – ANEXO A – SALA 446 – Esplanada dos Ministérios, Brasília - DF, 70058-900

Tel.: (+55 61) 3315-3582

Esta mensagem pode conter informação confidencial e/ou privilegiada. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-o.

This message may contain confidential and / or privileged. If you're not the recipient or the person authorized to receive this message, you can not use, copy or disclose the information contained therein or take any action based

on this information. If you have received this message in error, please notify the sender immediately by reply e-mail and then delete it.

Esta mensagem pode conter informação confidencial e/ou privilegiada. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-o.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIVISÃO DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS - DICONT
Esplanada dos Ministérios, Bloco G, - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900
Site - saude.gov.br

CONTRATO Nº 89/2017

Processo nº 25000.479883/2017-64

Unidade Gestora: 250110

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 89/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DA COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO, DA SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DA SECRETARIA EXECUTIVA, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E A EMPRESA VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA.

A **UNIÃO**, por intermédio da Coordenação-Geral de Material e Patrimônio, da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ/MF sob o nº 00.394.544/0036-05, sediada na Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo A, 3º andar, Sala 317, em Brasília/DF, representada por **TIAGO PONTES QUEIROZ**, portador da Cédula de Identidade nº 5462623, expedida pela SSP/PE e inscrito no Cadastro da Pessoa Física – CPF/MF sob o nº 038.932.574-03, nomeado por meio da Portaria GM nº 867, de 29 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 62, Seção 02, Página 41, de 30 de março de 2017 e conforme as atribuições delegadas pela Portaria SAA nº 656, de 09 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 88, de 10 de maio de 2017, Seção 01, Página 46, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **24.893.687/0001-08**, sediada no Aeroporto Internacional de Brasília – Terminal de Carga Aérea – CEP: 71.608-900, Brasília/DF, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **RAIMUNDO NONATO BRASIL**, portador da Carteira de Identidade nº 441.980 – SSP/DF, e CPF nº 214.666.701-00, tendo em vista o que consta no Processo nº 25000.479883/2017-64 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolvem firmar o presente Termo de Contrato, por meio de **Dispensa de Licitação nº 72/2017**, com fundamento no inciso IV do artigo 24 da supracitada Lei e mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Contratação emergencial de empresa especializada para prestação de **SERVIÇOS DE**

TRANSPORTE MULTIMODAL (Fundamento: Lei Federal n.º 9.611, de 19 de fevereiro de 1998 e Decreto n.º 3.411, de 12 de abril de 2000), de forma contínua, nas modalidades aéreo e terrestre, qualificada para transportar, movimentar insumos, embalar, coletar, carregar, descarregar, desembalar, entregar, montar, desmontar, armazenar, providenciar toda arrumação em geral para o transporte e realizar demais serviços correlatos que foram necessários entre a origem e o destino, inclusive os de consolidação e desconsolidação documental, por meio de profissionais habilitados, nas dependências das Unidades de Armazenamento de Insumos Críticos à Saúde (ICS), excepcionalmente em local determinado pelo Ministério da Saúde, quando solicitado, de Insumos Críticos em Saúde (ICS) e materiais para investigação de surtos e inquéritos epidemiológicos, dentre outros, conforme detalhamento e condições estabelecidas a seguir.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO
1	Serviço de agenciamento de transporte de carga e outros serviços auxiliares de transporte	DIAS	180	R\$ 80.000.000,00

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Projeto Básico da Dispensa de Licitação, identificada no preâmbulo e à proposta apresentada pela CONTRATADA, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O presente contrato emergencial terá a vigência de 180 (cento e oitenta) dias a partir de 25 de dezembro de 2017, ressalvado o direito da administração de rescindi-lo a qualquer tempo, como também, respeitado o limite máximo previsto no Artigo 24, IV da Lei 8666/1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de **R\$ 80.000.000,00** (oitenta milhões de reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2017, na classificação: Programa de Trabalho: 10305201520YE0001; Elemento de Despesa: 3.3.93.39; PTRES: 091053 e Nota de Empenho nº 2017NE801665.

Parágrafo Único – A nota de empenho para cobrir as despesas quanto ao exercício de 2018 será emitida oportunamente, indicando os recursos aprovados no respectivo exercício.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da

apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 3 (três) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados na §1º do art. 36 da IN/SLTI nº 02, de 2008.

5.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no §1º do art. 36, da IN/SLTI nº 02, de 2008.

5.4.1. Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o serviço tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual:

5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.6. Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

5.7. Não sendo regularizada a situação da Contratada no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé ou incapacidade de corrigir a situação, o pagamento dos valores em débito será realizado em juízo, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.8. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.8.1. não produziu os resultados acordados;

5.8.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.8.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.11. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação

de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	$I = \frac{(6/100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.
----------	---------------------------	-------------------------------------------------------

6. **CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE**

6.1. O preço é fixo e irrestaurável.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA- DA FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.1. **DAS INSTALAÇÕES DA EMPRESA**

7.1.1. A CONTRATADA deverá possuir local apropriado e permanente, em Brasília – DF e Rio de Janeiro - RJ, para prestação de serviços básicos no processo logístico: manuseio, embalagem, desembalagem, arrumação do material a ser transportado, acondicionamento e coleta de Insumos Críticos em Saúde – ICS, que garanta a temperatura e umidade específica para cada ICS, que necessite de controle específico, providos e destinados as Unidades da Federação, Capitais e Municípios.

7.2. **DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE - VIA TERRESTRE**

7.2.1. A CONTRATADA deverá: coletar, acondicionar, transportar e entregar os Insumos Críticos em Saúde - ICS por via terrestre utilizando veículos adequados para cada tipo de insumo com carroceria fechada tipo baú, preferencialmente isotérmico ou com fonte de refrigeração que garanta temperatura específica para transporte de ICS termolábeis. O uso de caminhões abertos será exclusivo para o transporte de praguicidas, porém caso necessário este tipo de ICS poderá utilizar de caminhão fechado tipo baú, e o uso de caminhão cegonha para o transporte de veículos com ou sem acoplamento de bombas UBV, providos e destinados a todas as Unidades da Federação, Capitais e Municípios;

7.2.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar materiais e serviços para acondicionamento, coleta, entrega, carga, descarga, bem como toda a logística necessária para o transporte, incluindo seguro total das cargas e disponibilizando equipe qualificada para a execução da atividade de logística do transporte;

7.2.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar relatórios gerenciais (quantidade de embarques, peso transportado, cubagem, seguro, perdas, etc.) referentes a todos os serviços realizados e respectivos custos, quando da realização do transporte terrestre nacional.

7.3. DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE - VIA AÉREA

7.3.1. A CONTRATADA deverá: coletar, acondicionar, transportar e entregar os Insumos Críticos em Saúde - ICS por via aérea utilizando embalagens específicas para os insumos transportados visando à garantia da integridade e controle específico de temperatura dos mesmos, providos e destinados a todas as Unidades da Federação, Capital e Municípios;

7.3.2. Os trechos rodoviários entre o local de coleta e o aeroporto, bem como do aeroporto e o local de entrega deverão ser realizados utilizando veículos adequados para cada tipo de insumo com carroceria fechada tipo baú, preferencialmente isotérmico ou com fonte de refrigeração que garanta temperatura específica para transporte de ICS termolábeis;

7.3.3.

7.3.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar serviços de coleta, despacho e redespacho, acondicionamento, entrega, carga, descarga, incluindo o seguro total da carga bem como toda a logística necessária para o transporte adequado e disponibilizando equipe qualificada para a execução da atividade;

7.3.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar relatórios gerenciais (quantidade de embarques, peso transportado, cubagem, seguro, perdas, etc.) referentes a todos os serviços realizados e respectivos custos, quando da realização do transporte aéreo nacional e internacional quando necessário.

7.3.6. Poderá ser solicitada a entrega de ICS referente ao atendimento da demanda judicial, no prazo inferior ao máximo estabelecido, ou seja, no prazo inferior a 48 (quarenta e oito) horas, para atendimento EMERGENCIAL, ocasião em que será pago a Taxa de Emergência.

7.3.7. DAS INSTALAÇÕES

7.3.8. A CONTRATADA deverá possuir matriz e/ou filial permanente em Brasília – DF com área mínima de 500 m² e de 500 m² no Rio de Janeiro – RJ, e sob demanda, quando solicitado previamente, em outras localidades, com galpão ou edifício construído ou adaptado para este propósito com todas as condições e normas previstas nas Boas Práticas de Armazenagem de ICS.

7.3.9. O armazenamento deverá ser efetuado de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, de acordo com as normas preconizadas pelas Boas Práticas de Armazenagem de ICS.

7.4. DO MANUSEIO

7.4.1. Materiais com embalagens violadas ou rompidas deverão ser encaminhados para área própria, para análise, tratamento e reembalagem a critério do Ministério da Saúde;

7.4.2. Etiquetas e adesivos não poderão ser retirados, rasurados nem modificados;

7.4.3. O serviço de manuseio nas dependências do Ministério da Saúde, embalagem e reembalagem, carga a ser transportada ficarão sob a responsabilidade da CONTRATADA, até o limite total de 10 (dez) funcionários, sob orientação do técnico designado pelo Ministério da Saúde.

7.5. DAS EMBALAGENS

7.5.1. Todos os insumos necessários para embalagem e acondicionamento dos ICS, das Unidades do Ministério da Saúde abaixo descritas, serão de responsabilidade da CONTRATADA, incluindo caixas de papelão, lâminas de papelão, plástico bolha, papel Kraft, caixas de isopor, fitas adesivas avulsas, derivados de poliestireno expandido, placas de gelo reutilizáveis, caixas classe 6.2 categoria B e A UN 3373 P650 e UM 3373 P 602 padrão IATA utilizadas para transporte de material biológico, além de gelo seco (CO₂) solicitados pelo Ministério da Saúde, exceto as fitas adesivas

padronizadas e fornecidas pelo MS.

7.5.2. Todo o material de embalagem das Unidades do SADM em Brasília (Unidade I, Unidade VII e Câmara Frigorífica) conforme Anexo B;

7.5.3. Todo o material de embalagem do Setor de Praguicidas SPRAG/CENADI/SVS no Rio de Janeiro conforme Anexo C;

7.5.4. Os materiais de acondicionamento e embalagem, específicos da CENADI, destinados ao acondicionamento e transporte de vacinas, soros e demais imunobiológicos serão adquiridos e fornecidos por meio de gestão da própria Unidade, uma vez que se trata de material com especificações técnicas e características que inviabilizam sua inserção no futuro contrato conforme disposto no Manual da Rede de Frio e na Nota Técnica da SVS/MS. Portanto, estes materiais específicos de embalagem não estão contemplados no objeto deste Projeto Básico.

7.6. DO TRANSPORTE E ENTREGA

7.6.1. Os serviços de transporte contratados para os modais aéreo e terrestre serão realizados no modelo do Sistema Direto e Exclusivo e na forma determinada pelo Ministério da Saúde;

7.6.2. O transporte deverá ser efetuado em veículos apropriados de acordo com cada insumo, obedecendo ao controle de temperatura e umidade, conforme especificado pelo fabricante ou por recomendação da A CONTRATADA; O transporte de insumos deverá oferecer segurança e proteção adequadas visando a garantia da qualidade e integridade dos materiais;

7.6.3. Os insumos deverão ser transportados de forma a garantir suas identificações e manutenção da qualidade, evitando deteriorações e impedindo contaminação por outros produtos ou que os mesmos sejam contaminantes;

7.6.4. O transporte de ICS deverá possuir seguro e segurança (escolta armada), quando necessário para prevenção de danos, perdas e roubos de acordo com o valor do insumo transportado e o modal de transporte adotado;

7.6.5. Os veículos utilizados para transporte de ICS não poderão em hipótese alguma ser para o armazenamento dos mesmos;

7.6.6. O transporte de ICS deverá obedecer à legislação específica e aos procedimentos certificados pelo MS, ANVISA, ANTAQ, ANAC, ANTT, IATA e OMS;

7.6.7. Os ICS despachados a partir das Unidades do Ministério da Saúde para o transporte aéreo e terrestre deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas, caixas térmicas ou papelão resistente, de acordo com a especificação do insumo, lacradas com fita adesiva padronizada do Ministério da Saúde, garantindo a manutenção da qualidade e a perfeita inviolabilidade das mesmas até o destino final;

7.6.8. O transporte de ICS termolábeis deverá obedecer ao prazo de entrega aérea, máximo, de **48 horas** a partir da retirada, para as capitais, das unidades do MS e demais remetentes, conforme orientação do Ministério da Saúde;

7.6.9. O transporte de ICS deverá obedecer às especificações de controle de temperatura e umidade, utilizando-se de termo-higrômetro para este fim, e ainda evitar exposição à luz solar direta e respeitando o empilhamento máximo permitido conforme indicado em suas embalagens pelo fabricante ou por orientação do Ministério da Saúde;

7.6.10. Deverão ser observados os símbolos estampados nas embalagens dos insumos para cumprimento total das orientações indicadas pelo fabricante no que diz respeito ao controle de temperatura, luz, umidade, refrigeração, empilhamento, manuseio e conservação dos Insumos Críticos em Saúde.

8. CLÁUSULA OITAVA– OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei n.º 8.666/93 e de outras normas pertinentes, são obrigações do Ministério da Saúde:

8.1.1. Comunicar à CONTRATADA os locais onde deverão ser retiradas, entregues e organizadas as cargas;

8.1.2. Fiscalizar a execução dos serviços contratados;

8.1.3. Aplicar A CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais;

8.1.4. Efetuar os pagamentos devidos A CONTRATADA, em até 30 dias, após o recebimento das Notas fiscais/faturas, devidamente atestadas pelo Fiscal, acompanhadas das notas de distribuição ou guias de remessas atestadas pelos destinatários;

8.1.5. Observar para que, durante a vigência do contrato, seja mantida pela A CONTRATADA, a compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. Promover diligências, quando necessário, durante toda vigência do contrato junto a todos os agentes, filiais, sucursais, consolidados e demais conveniados da A CONTRATADA;

8.1.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela A CONTRATADA;

8.1.8. Permitir o acesso aos empregados da CONTRATADA nas dependências das Unidades Distribuidoras de ICS do Ministério da Saúde, de modo a viabilizar a prestação dos serviços durante o horário de expediente ou fora dele, quando autorizado pelo setor competente, e em ambas as situações os colaboradores deverão ser identificados quando do acesso às áreas do Ministério da Saúde;

8.1.9. Proporcionar todas as facilidades para que a A CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;

8.1.10. Solicitar os serviços por meio do documento “Autorização de Transporte” EXCLUSIVO, a ser expedida pela Unidade Distribuidora de ICS do Ministério da Saúde, informando os percursos, locais de coleta e entrega com endereços completos e tipo de material a ser transportado, número de volumes, peso, cubagem e valor da carga;

8.1.11. Fornecer os valores das cargas e encomendas, para fins de cobrança de taxa de seguro no caso de eventuais extravios ou danos que porventura venham a ser causados durante a execução dos serviços;

8.1.12. Fiscalizar a fiel observância dos serviços, mediante servidor designado como Fiscal do Contrato, registrando em relatório, as deficiências porventura existentes na sua execução, notificando A CONTRATADA, imediatamente, sobre as falhas e defeitos observados, determinando prazo e o que seja necessário para a sua regularização;

8.1.13. Proceder à conferência das Autorizações de Transporte, juntamente com as Notas Fiscais Faturas, verificando os quantitativos, preços pactuados, condições e exatidão das informações;

8.1.14. O Ministério da Saúde reserva-se o direito de realizar visitas técnicas, a qualquer momento, sem obrigatoriedade de aviso prévio, às instalações da A CONTRATADA para verificar as condições físicas e sanitárias das Unidades, bem como realizar avaliação destas Unidades conforme determina a Resolução N.º 329/MS/ANVS de 22 de julho de 1999 que Institui o Roteiro de Inspeção para transportadoras de medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos.

8.2. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei n.º 8.666/93 e de outras normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

- 8.2.1. Apresentar Manual de Boas Práticas de Transporte de Insumos Críticos em Saúde conforme legislação vigente. Este Manual deverá ser atualizado frequentemente, com no mínimo 1 (uma) revisão anual;
- 8.2.2. A equipe operacional da A CONTRATADA deverá estar preparada para manusear todos os produtos tendo em vista tratar-se ICS, não devendo os mesmos ser: jogados e/ou arremessados, empilhados acima do máximo permitido e determinado pelo fabricante, pisados, escalados, apertados, molhados, furados, cortados, rasgados, conforme determinado no Manual de Boas Práticas Transporte de ICS;
- 8.2.3. Zelar pela destinação, integridade e total sigilo das cargas a serem transportadas;
- 8.2.4. Apresentar preposto com poder de decisão em relação aos serviços e pessoal, para representá-la junto ao Ministério da Saúde;
- 8.2.5. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todos os itens e serviços elencados no presente neste Projeto Básico;
- 8.2.6. Comunicar ao Ministério da Saúde por escrito, em no máximo 48 HORAS, os casos de extravio, quebra, perda, roubo, furto e as ocorrências de danos, avarias, perdas e extravios de ICS que venham a ser causados, ainda que decorrentes de acidentes de trânsito, intempéries, roubos, furtos ou outras razões;
- 8.2.7. Exemplos de danos e avarias: amassamento, perfuração, quebra, amolgamento, contato, arranhadura, vazamento, água de chuva, oxidação, contaminação e má qualidade da estivagem, entre outros;
- 8.2.8. Na ocorrência de danos ou extravio dos ICS transportados, o Ministério da Saúde, após ciência formalizada do fato ocorrido notificará a CONTRATADA, após o comunicado por escrito, sobre o valor que deverá ser ressarcido, caso a CONTRATADA não opte pela substituição do material;
- 8.2.9. O pagamento deverá ser feito pela CONTRATADA no prazo de 30 dias corridos a partir da data do recebimento da notificação, caso contrário, será descontado do primeiro pagamento a que a CONTRATADA tiver direito;
- 8.2.10. Mediante justificativa aceitável, apresentada no máximo 2 (dois) dias úteis após o evento, o prazo indicado acima poderá ser ampliado, conforme interesse do Ministério da Saúde;
- 8.2.11. Manter seguro total de transporte aéreo e terrestre durante a vigência do contrato, apresentando a apólice vigente para execução do transporte ao Ministério da Saúde, oferecendo cobertura desde a retirada dos ICS até a entrega dos mesmos em seu destino;
- 8.2.12. Apresentar Apólices de Seguros, referente aos seguros: RCTR-C, RCF-DC e RCTA-C, cada qual, no valor mínimo de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) por embarque, e que o seguro permaneça em dia durante toda vigência do contrato.
- 8.2.13. Apresentar, ao Fiscal do Contrato, mensalmente os certificados de seguro emitidos pela seguradora com data recente confirmando a existência e vigência dos seguros;
- 8.2.14. Todos os embarques de ICS deverão estar devidamente segurados e averbados junto à Seguradora da CONTRATADA;
- 8.2.15. Manter equipe qualificada e necessária à execução dos serviços contratados: direção, coordenação, administração, fiscalização e demais atividades contratadas;
- 8.2.16. Responsabilizar por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade objeto do Contrato, mesmo que em instalações das unidades do Ministério da Saúde;

- 8.2.17. Ressarcir ao Ministério da Saúde ou a terceiros os danos aos bens de sua propriedade, causados por empregados ou prepostos da mesma, durante a execução dos serviços, sem prejuízo de outras cominações legais;
- 8.2.18. Adotar todos os critérios de segurança, tanto para empregados quanto para execução do serviço em si, aplicando-se o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) quando necessários;
- 8.2.19. Todas as despesas decorrentes do Contrato, inclusive o material necessário à execução dos serviços, locomoção, seguros de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outras que forem devidas, ficarão a cargo da CONTRATADA, mesmo que em instalações do Ministério da Saúde;
- 8.2.20. Manter seus empregados devidamente uniformizados e identificados mediante o uso permanente de crachás e Equipamento de Proteção Individual (EPI);
- 8.2.21. Substituir de imediato, seu representante ou empregado, cuja conduta, a juízo do Ministério da Saúde, se evidencie inconveniente ou inadequada à perfeita execução do Contrato;
- 8.2.22. Cumprir todas as disposições relativas a encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, civis e comerciais, que recaiam sobre a atividade e seus empregados, resultantes da execução do Contrato;
- 8.2.23. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Ministério da Saúde, encarregada de acompanhar a execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas promovendo imediata resolução dos problemas relatados;
- 8.2.24. Cumprir todas as orientações do Ministério da Saúde, para o fiel desempenho das atividades especificadas;
- 8.2.25. Facilitar a fiscalização procedida por órgãos, no cumprimento de normas, notificando o Ministério da Saúde do resultado das inspeções que possam influenciar na execução do Contrato Administrativo a ser celebrado;
- 8.2.26. Autorizar e assegurar ao Ministério da Saúde o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com a técnica atual, normas ou especificações que atentem contra a sua segurança ou de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do Ministério da Saúde não eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades provenientes do Contrato;
- 8.2.27. Manter toda compatibilidade com as obrigações assumidas, condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do Contrato;
- 8.2.28. Para a conferência das faturas e posterior envio para pagamento deverão ser juntados os seguintes documentos, separados por Programa de Saúde, e enviados ao gestor do contrato:
- 8.2.29. Transporte Terrestre: Nota Fiscal Fatura, Nota de Distribuição ou Guia de Simples Remessa (GR) ou Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas (CTRC), Minuta de Cobrança e Autorização de Transporte (AT);
- 8.2.30. Transporte Aéreo: Nota Fiscal Fatura, Nota de Distribuição ou Guia de Simples Remessa (GR), Conhecimento de Transporte Aeroviário de Cargas (AWB), Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas e Autorização de Transporte (AT);
- 8.2.31. Todos os documentos de comprovação das entregas efetuadas deverão estar devidamente assinados e datados pelos servidores ou responsáveis pelo recebimento nos Estados e Municípios, pelos pacientes ou responsáveis ou ainda pelo médico no caso de demanda judicial, quer seja da Unidade Distribuidora de ICS, quer seja pelo destinatário das cargas de ICS, caso contrário as faturas correspondentes serão excluídas do pagamento até resolução das pendências;
- 8.2.32. Acompanhar a entrega ou coleta dos materiais transportados devendo ser atestado pelo

destinatário ou remetente no Conhecimento de Transporte de Carga e no canhoto da Nota Fiscal/Fatura, mediante a coleta de nome legível com n.º do R.G ou CPF ou carimbo com o número de matrícula, cargo e função, ambos com assinatura bem como, constar a data e horário do recebimento ou coleta, devendo estes retornar ao Ministério da Saúde no prazo máximo de 10 dias corridos;

8.2.33. Acompanhar a entrega ou coleta dos ICS, objeto de demandas de ações judiciais, devendo ser atestado pelo destinatário ou seu responsável no Conhecimento de Transporte de Carga e no canhoto da Nota de Distribuição de Material ou Guia de Remessa e o Questionário preenchido constante no verso das mesmas, mediante a coleta de nome, assinatura legível, contendo obrigatoriamente n.º do R.G. e/ou CPF, bem como, constar a data e horário do recebimento, devendo estes dados retornar ao Ministério da Saúde no prazo máximo de 10 dias corridos;

8.2.34. Embora os originais dos documentos citados no item anterior possam ser entregues em até 10 dias corridos é imprescindível o envio, por e-mail (documento digitalizado) ou FAX, dos documentos de entrega citados acima imediatamente após a sua efetiva entrega, uma vez que o Ministério da Saúde tem prazo exíguo para apresentar ao Juiz a confirmação de entrega dos ICS aos pacientes;

8.2.35. Em caso de falecimento ou recusa do destinatário em receber os ICS enviados o responsável pela entrega deverá registrar nos documentos de entrega o motivo pelo qual não se efetivou a entrega colocando seu nome completo a data e sua assinatura e seguir a mesma conduta do item anterior;

8.2.36. Coletar insumos provenientes de ações judiciais e demais insumos de acordo com as especificações do fabricante no tocante à temperatura e acondicionamento, evitando a perda por alteração das propriedades farmacológicas e físico-químicas, responsabilizando-se pelo ressarcimento no valor de mercado ou substituição em caso do não cumprimento das especificações do insumo;

8.2.37. Emitir relatórios supervenientes de interesse do Ministério da Saúde (ex.: número de embarques, quantidade de peso e volumes transportada, valores faturados, prazo de entrega, etc.). Estes relatórios deverão acompanhar cada remessa mensal de fatura dos serviços prestados;

8.2.38. Fornecer, conforme solicitado pelas Unidades Distribuidoras de ICS do Ministério da Saúde, relatórios referentes aos envios contendo data e horário de entrega dos insumos transportados bem como o responsável pelo recebimento;

8.2.39. Manusear o material a ser transportado, incluindo os serviços de contagem, triagem, envelopagem, cintagem, etiquetagem, rotulagem, montagem de kits, confecção de Mala-Direta e emissão de relatórios, etc.;

8.2.40. Encaminhar os Conhecimentos de Transporte de Carga, devidamente atestados, juntamente com as segundas vias das Notas Fiscais/Faturas correspondentes no prazo máximo de vinte dias corridos, para conferência e atesto do Ministério da Saúde;

8.2.41. Manter os serviços disponíveis, em casos emergenciais, plantão após as 18h00min, em dias úteis e aos sábados, domingos e feriados, por meio de empregado com acesso ao serviço móvel celular e/ou rádio;

8.2.42. Assumir todos os possíveis danos causados a carga transportada ou a terceiros, quando evidenciada culpa por ação ou omissão, imperícia, negligência, imprudência, desídia e desrespeito as normas de segurança e técnica quando da execução dos serviços por seus empregados ou prepostos ou ainda, decorrentes da má qualidade dos equipamentos empregados nas operações de carregamento e descarregamento das cargas de ICS;

8.2.43. Comunicar à Unidade Distribuidora de ICS, com o prazo de pelo menos de 12 (doze) horas do prazo de vencimento da entrega, conforme Anexo D do Projeto Básico, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento;

- 8.2.44. Transportar em condições especiais e adequadas, os ICS que necessitem de controle específico de temperatura, umidade, exposição solar, empilhamento máximo, conforme indicado pelo fabricante ou sob orientação do Ministério da Saúde;
- 8.2.45. Disponibilizar ao Ministério da Saúde, sistema informatizado (site na Internet) contendo serviços de informação e dados das cargas de ICS para o acompanhamento do status de entrega do material transportado, bem como telefones e endereços eletrônicos (e-mail) para eventuais consultas; observando a segurança da rede;
- 8.2.46. Possuir sistema de rastreamento via satélite para o Transporte no Modal Terrestre de ICS, permitindo informações, em tempo real, da localização do material transportado;
- 8.2.47. Após a coleta do material a ser transportado, disponibilizar área adequada a ser utilizada no manuseio, contagem, triagem, cintagem, etiquetagem e montagem de kits do insumo a ser transportado, ficando a cargo da CONTRATADA a equipe de trabalho e todo material utilizado para tais serviços, incluindo toda a embalagem;
- 8.2.48. Notificar o Ministério da Saúde, por escrito, ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
- 8.2.49. Transportar os ICS assegurando a qualidade necessária, sendo vedado o transporte juntamente com produtos como: produtos de limpeza, solventes, tintas, alimentos de origem vegetal e animal ou qualquer outra substância diferente de ICS que possam vir a comprometer de qualquer forma suas características e a qualidade dos insumos transportados;
- 8.2.50. Disponibilizar, sempre que necessário, caminhões com baú isotérmico ou com fonte de refrigeração que garanta temperatura adequada para os casos de transporte de ICS termolábeis, mantidos em temperatura refrigerada, devidamente limpos, higienizados, livres de aberturas, furos e infiltrações ou qualquer imperfeição que ofereça risco a conservação, segurança e qualidade dos insumos transportados;
- 8.2.51. Disponibilizar transporte e embalagens exclusivos para praguicidas, solicitado pelo Ministério da Saúde, devendo este ser realizado exclusivamente para esses produtos, ficando vedado o transporte conjunto de outros ICS de natureza diferente;
- 8.2.52. Disponibilizar, quando necessário, área para acondicionamento, frigorificada, com temperatura de 2° a 8° C, nas capitais: Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, considerando a necessidade de desembalagem por perda de vôo e reembalagem para garantir a temperatura controlada de acordo com as especificidades de cada produto (vacina, soro, kit de diagnóstico, hemoderivados, ICS perecíveis, etc.), cujos custos serão repassados integralmente para o Ministério da Saúde;
- 8.2.53. Esta exigência se faz necessária tendo em vista situações de perda de conexões aéreas, principalmente fora do horário de expediente e próximo a feriados e finais de semana, devendo ser imediatamente comunicado ao Ministério da Saúde;
- 8.2.54. Os procedimentos de embalagem deverão ser executados sob a supervisão de um profissional da área de farmácia e este deverá emitir um relatório circunstanciado detalhando todos os procedimentos de desembalagem, avaliação do estado geral da carga, substituição da placas de gelo reutilizável, reembalagem e este relatório deverá ser anexado aos documentos a serem entregues ao SADM cujos custos serão repassados integralmente para ao Ministério da Saúde;
- 8.2.55. Garantir a inviolabilidade das embalagens despachadas, e lacradas pelo Ministério da Saúde com fita adesiva padronizada por este Ministério da Saúde (despacho e redespacho) e com fita adesiva padronizada da CONTRATADA nos casos de remanejamento e reembalagem, do ato de coleta até o destino final;
- 8.2.56. Quando se tratar de remanejamentos de outras unidades federativas, a CONTRATADA deverá verificar o peso e a cubagem da carga no local de coleta, na presença do responsável pela

unidade, os dados coletados deverão ser atestados pelo mesmo, em formulário próprio, com carimbo e assinatura e embalada e lacrada com fita padronizada da CONTRATADA;

8.2.57. A CONTRATADA deverá sempre negociar fretes (aéreos) utilizando-se de informações reais da operação, leia-se peso, cubagem, tarifas, custo do frete, Ad valorem, seguro, taxas e demais custos, de forma a obter os melhores preços;

8.2.58. Deverá estar capacitada a operar dentro das normas legais de saúde, segurança e meio ambiente;

8.2.59. Possuir infra-estrutura operacional de forma a atender plenamente as necessidades do Ministério da Saúde, atuando em todas as fases da operação propriamente dita;

8.2.60. Dispor de parceiros operacionais para toda operação logística, principalmente em caso de contingências não previstas, dos períodos de picos operacionais ou em função de sazonalidades ou calamidade pública e do modal de transporte adotado para a operação;

8.2.61. Disponibilizar estrutura física que atenda às exigências das legislações sanitárias para a realização dos serviços, assegurando a qualidade dos ICS, mantendo sua regularidade junto aos órgãos de fiscalização, bem como mantendo os procedimentos claros e adequados às exigências legais;

8.2.62. Disponibilizar pessoal qualificado para trabalhar no manuseio de ICS, observando que são itens que não podem ser manipulados inadequadamente;

8.2.63. Quanto ao perfil exigido do colaborador da CONTRATADA que irá prestar serviços nas dependências do Ministério da Saúde, bem como aqueles que manusearão e transportarão as cargas de ICS, este colaborador deverá sempre se apresentar portando identificação (crachá) e devidamente uniformizado, ter conhecimentos de Boas Práticas de Manuseio e Transporte de Insumos Críticos em Saúde, acatar as ordens e regras das Unidades Gestoras do Ministério da Saúde no tocante a realização das atividades, fazer uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), fornecido pela CONTRATADA, apresentar postura pessoal e profissional adequadas ao ambiente de trabalho, manusear com cuidado os insumos, medicamentos e correlatos, tanto na coleta quanto na entrega dos materiais;

8.2.64. As equipes de coleta e entrega deverão ser compostas por mínimo:

- a) Veículos pequenos – Motorista + 1 ajudante
- b) Caminhão pequeno – Motorista + 1 ajudante
- c) Caminhão médio – Motorista + 2 ajudantes
- d) Carreta – 1 Motorista + 4 ajudantes

8.2.65. Fornecer ao Ministério da Saúde as regras tarifárias vigentes emitidas pelo Departamento de Aviação Civil – DAC, do Comando da Aeronáutica ou ANAC, praticadas pelas companhias aéreas, bem como, as suas alterações, repassando ao Ministério da Saúde os descontos ou valores de tarifas promocionais concedidas pelas concessionárias aéreas;

8.2.66. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Ministério quanto à execução dos serviços previstos no objeto do Projeto Básico;

8.2.67. Comprovação de credenciamento junto às Companhias Aéreas (Avianca, TAM, GOL, etc.) como agenciadora de cargas e encomendas aéreas, com comprovação de idoneidade creditícia e de que se encontra em dia com suas obrigações contratuais e financeiras perante as mesmas, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura da licitação;

8.2.68. Declaração com listagem dos representantes comerciais nas capitais brasileiras, incluindo Brasília;

- 8.2.69. Declaração de ciência dos representantes comerciais;
- 8.2.70. Declaração expressa de capacidade operacional da empresa, mediante relação explícita de suas instalações, disponibilidade de veículos, aparelhamento e pessoal, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da presente licitação;
- 8.2.71. Apresentar declaração de que os valores a serem cobrados à época do transporte obedecerão aos constantes das Tabelas de Preços de Transportes Aéreos (Doméstico), autorizados e homologados pela ANAC;
- 8.2.72. Para a realização dos transportes, objeto deste Contrato, a CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais de embalagem e acondicionamento de ICS informados nos Anexos B e C do Projeto Básico.

9. **CLÁUSULA NONA– SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

- 9.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que:
- 9.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 9.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 9.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 9.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 9.1.5. cometer fraude fiscal;
- 9.1.6. não mantiver a proposta.
- 9.2. Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e suspensão de licitar e contratar com a administração pública, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, aquele que:
- 9.2.1. não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura;
- 9.2.2. deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação e outros benefício previstos no dia fixado;
- 9.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 9.3.1. Advertência;
- 9.3.2. A reincidência de um fato gerador de advertência acarretará em multa de até 2% do valor mensal do contrato, de acordo com sua gravidade;
- 9.3.3. multa moratória de 0,33% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 9.3.4. em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) até 1% (um por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;
- 9.3.5. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 9.3.6. multa compensatória de 5% (cinco por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor

total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.3.7. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

9.3.8. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade Contratante, pelo prazo de até dois anos;

9.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

9.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

9.5.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.5.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.5.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

9.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA- RESCISÃO**

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.3.2. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.3.3. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.3.4. Indenizações e multas.

10.4. Fica resguardado à administração a possibilidade de realizar a rescisão deste Contrato a qualquer tempo, sem que caiba a contratada direito a indenização de qualquer espécie.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA**

11.1. A CONTRATADA deverá apresentar garantia no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, no valor correspondente de 5%(cinco por cento) do valor total do Contrato, conforme condições estabelecidas no item 15 do Projeto Básico.

11.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um

período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA FISCALIZAÇÃO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato será realizada conforme as condições previstas no item 21 do Projeto Básico.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

TIAGO PONTES QUEIROZ

Coordenador-Geral de Material e Patrimônio
CGMAP/SAA/SE/MS

RAIMUNDO NONATO BRASIL

VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo Nonato Brasil, Usuário Externo**, em 22/12/2017, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Pontes Queiroz, Coordenador(a)-Geral de Material e Patrimônio**, em 22/12/2017, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1884877** e o código CRC **4730D9ED**.

Referência: Processo nº 25000.479883/2017-64

SEI nº 1884877



08/12/2018, Data de Assinatura: 08/12/2017, Signatários: Concedente: RICARDO JOSE MAGALHAES BARROS CPF nº 424.789.799-34, Conveniente: LUIZ ANTONIO NEGRAO DIAS CPF nº 541.972.449-91.

Espécie: Convênio Nº 851459/2017 Nº Processo: 25000.451433/2017-15, Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Conveniente: HOESP - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE SAÚDE DO OESTE DO PARANÁ, CNPJ nº 06.958.776/0001-03. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE, Valor Total: R\$ 150.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2017 - R\$ 150.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2017NE801569, PTRES: 128649, Fonte Recurso: 6151000000, ND: 44504201, Vigência: 04/12/2017 a 07/12/2018 Data de Assinatura: 07/12/2017, Signatários: Concedente: RICARDO JOSE MAGALHAES BARROS, CPF nº 424.789.799-34, Conveniente: CLAUDIO TOMUO HAYASHI, CPF nº 593.036.628-49.

SECRETARIA EXECUTIVA

EXTRATO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 90/2017

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a(o) LABORATORIO FARMACEUTICO DA MARINHA/RJ - CNPJ nº 11.376.952/0001-20.

OBJETO: Dar apoio financeiro para "Aquisição, Produção e Distribuição de Medicamentos e Insumos Estratégicos - Pirazinamida 500 Mg", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

PROCESSO: 25000.426029/2017-03.

CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 221.000,00, UG: 257001, Gestão: 00001, Programa de Trabalho: 10.303.2015.4368.0001, Natureza de Despesa: 33.90.39.33.90.30, Fonte de Recursos: 6153000000. RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 221.000,00 (duzentos e vinte e um mil reais).

VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 25/10/2018.

DATA DE ASSINATURA: 29/11/2017

SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI, SECRETÁRIO-EXECUTIVO - CPF nº 061.827.348-41; JOSE ALEXANDRE BARBOSA LIMA, DIRETOR - CPF nº 851.524.557-49.

EXTRATO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 120/2017

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a(o) UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA/PA - CNPJ nº 34.621.748/0001-23.

OBJETO: Dar apoio financeiro para "Estudo e Pesquisa Sobre Saúde Bucal - Projeto para Implementação de Centro de Referência para Assistência Ao Portador de Fissura Labiopalatal do Estado do Pará", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS. PROCESSO: 25000.478916/2017-59.

CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 2.000.000,00, UG: 257001, Gestão: 00001, Programa de Trabalho: 10.301.2015.8730.0001, Natureza de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recursos: 6151000000.

RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 05/06/2019.

DATA DE ASSINATURA: 12/12/2017

SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI, SECRETÁRIO-EXECUTIVO - CPF nº 061.827.348-41; EMMANUEL ZAGURY TOURINHO, REITOR - CPF nº 153.515.992-87.

EXTRATO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 160/2017

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a(o) LABORATORIO FARMACEUTICO DA MARINHA/RJ - CNPJ nº 11.376.952/0001-20.

OBJETO: Dar apoio financeiro para "Aquisição e Distribuição de Medicamentos e Insumos Estratégicos", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

PROCESSO: 25000.419268/2017-07.

CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 2.951.480,00, UG: 257001, Gestão: 00001, Programa de Trabalho: 10.303.2015.4705.0001, Natureza de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recursos: 6151000000. RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 2.951.480,00 (dois milhões, novecentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 13/12/2018.

DATA DE ASSINATURA: 18/12/2017

SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI, SECRETÁRIO-EXECUTIVO - CPF nº 061.827.348-41; JOSE ALEXANDRE BARBOSA LIMA, DIRETOR - CPF nº 851.524.557-49.

EXTRATO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 169/2017

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a(o) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO CEARA/CE - CNPJ nº 10.744.098/0001-45.

OBJETO: Dar apoio financeiro para "Formação de Trabalhadores do Campo e da Floresta e das Águas Sobre Saúde e Práticas de Produção Sustentável de Alimentos no Estado do Ceará", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

PROCESSO: 25000.488453/2017-33.

CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 115.971,00, UG: 257001, Gestão: 00001, Programa de Trabalho: 10.422.2015.20YM.0001, Natureza de Despesa: 33.90.36, 33.90.39, 33.90.30, Fonte de Recursos: 6151000000.

RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 115.971,00 (cento e quinze mil, novecentos e setenta e um reais).

VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 09/12/2019.

DATA DE ASSINATURA: 19/12/2017

SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI, SECRETÁRIO-EXECUTIVO - CPF nº 061.827.348-41; VIRGILIO AUGUSTO SALES ARARIPE, REITOR - CPF nº 163.775.913-49.

EXTRATO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 172/2017

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a(o) FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO-FRJ - CNPJ nº 08.804.832/0001-72.

OBJETO: Dar apoio financeiro para "Fomento Ao Desenvolvimento, Qualificação e Inovação Em Produtos Estratégicos para o Sus", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

PROCESSO: 25000.489859/2017-33.

CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 60.000.000,00, UG: 257001, Gestão: 00001, Programa de Trabalho: 10.572.2015.20K7.0001, Natureza de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recursos: 6151000000. RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 14/12/2018.

DATA DE ASSINATURA: 19/12/2017

SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI, SECRETÁRIO-EXECUTIVO - CPF nº 061.827.348-41; MARCOS CINTRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, PRESIDENTE - CPF nº 019.708.018-91.

EXTRATO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 184/2017

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a(o) LABORATORIO FARMACEUTICO DA MARINHA/RJ - CNPJ nº 11.376.952/0001-20.

OBJETO: Dar apoio financeiro para "Aquisição de Equipamentos para Produção de Medicamentos Sólidos Oraís e Controle de Qualidade", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

PROCESSO: 25000.485126/2017-20.

CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 6.549.591,00, UG: 257001, Gestão: 00001, Programa de Trabalho: 10.572.2015.20K7.0001, Natureza de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recursos: 6151000000.

RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 6.549.591,00 (seis milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, quinhentos e noventa e um reais).

VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 11/12/2019.

DATA DE ASSINATURA: 21/12/2017

SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI, SECRETÁRIO-EXECUTIVO - CPF nº 061.827.348-41; JOSE ALEXANDRE BARBOSA LIMA, DIRETOR - CPF nº 851.524.557-49.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 89/2017 - UASG 250110

Nº Processo: 25000479883201764.

DISPENSA Nº 72/2017. Contratante: MINISTERIO DA SAUDE - CNPJ Contratado: 24893687000108. Contratado: VOETUR CAR-GAS E ENCOMENDAS LTDA -Objeto: Contratação emergencial de empresa especializada para prestação de Serviços de Transporte Multimodal. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 25/12/2017 a 23/06/2018. Valor Total: R\$80.000.000,00. Fonte: 6153000000 - 2017NE801665. Data de Assinatura: 22/12/2017.

(SICON - 26/12/2017) 250110-00001-2017NE800119

COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS GERAIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 197/2017 - UASG 250005

Nº Processo: 25000415636201730.

PREGÃO SRP Nº 64/2017. Contratante: MINISTERIO DA SAUDE -CNPJ Contratado: 14855685000162. Contratado: JMEDICAL COMERCIO DE MEDICAMENTOS-EIRELI - EPP. Objeto: Micoferolato de sódio 360mg. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 eDecreto 7.892/13. Vigência: 22/12/2017 a 21/12/2018. Valor Total: R\$16.432.502,40. Fonte: 6153000000 - 2017NE801783. Data de Assinatura: 22/12/2017.

(SICON - 26/12/2017) 250110-00001-2017NE800119

EXTRATO DE CONTRATO Nº 199/2017 - UASG 250005

Nº Processo: 25000402144201784.

PREGÃO SRP Nº 76/2017. Contratante: MINISTERIO DA SAUDE -CNPJ Contratado: 58430828000160. Contratado: BLAU FARMACEUTICA S.A. -Objeto: Alfaepoetina 4.000UI e Alfaepoetina 10.000UI. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e Decreto 7.892/13. Vigência: 26/12/2017 a 25/12/2018. Valor Total: R\$49.255.506,00. Fonte: 6153000000 - 2017NE801816. Data de Assinatura: 26/12/2017.

(SICON - 26/12/2017) 250110-00001-2017NE800119

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 582/2017 - UASG 250005

Nº Processo: 25000484225201794. Objeto: Aquisição de 406fra de SOLIRIS 300MG Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso IV da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Trata-se de Ação Judicial Declaração de Dispensa em 26/12/2017. SORAIA MARTINS LIMA. Coordenadora-geral de Licitações e Contratos de Insumos Estratégicos para Saúde. Ratificação em 26/12/2017. ALEXANDRE LAGES CAVALCANTE. Diretor do Departamento de Logística em Saúde - Substituto. Valor Global: R\$ 5.446.579,32. CNPJ CONTRATADA : Estrangeiro TUTTOPHARMA LLC.

(SIDECE - 26/12/2017) 250110-00001-2017NE800118

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2017 - UASG 250005

Número do Contrato: 115/2016.

Nº Processo: 25000202698201511.

INEXIGIBILIDADE Nº 28/2016. Contratante: MINISTERIO DA SAUDE -CNPJ Contratado: 33485939000142. Contratado : FUNDACAO ATAULPHO DE PAIVA -Objeto: Alteração do prazo de entrega da 8ª parcela e prorrogação da vigência até 31/12/2018. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, art. 65. Vigência: 21/12/2017 a 31/12/2018. Data de Assinatura: 21/12/2017.

(SICON - 26/12/2017) 250110-00001-2017NE800119

NÚCLEO ESTADUAL NO MARANHÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2017 - UASG 250022

Nº Processo: 25014400379201782.

DISPENSA Nº 4/2017. Contratante: MINISTERIO DA SAUDE - CNPJ Contratado: 34028316003471. Contratado : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS. Objeto: Execução de Serviços de Postais e Telemáticos Convencionais, Adicionais, nas Modalidades Nacional e Internacional, Carga de Franquear, bem como a venda de produtos Postais de interesse do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Maranhão. Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso VIII da Lei 8.666/93. Vigência: 18/12/2017 a 17/12/2018. Valor Total: R\$120.000,00. Fonte: 6151000000 - 2017NE800162. Data de Assinatura: 18/12/2017.

(SICON - 26/12/2017) 250022-00001-2017NE800003

NÚCLEO ESTADUAL NO MATO GROSSO DO SUL

EXTRATO DO 14º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 3179/2007

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº. 00.530.493/0001-71, e MUNICIPIO DE CORUMBA, Estado do MATO GROSSO DO SUL - CNPJ nº. 03.330.461/0001-10.

OBJETO: Prorrogar a vigência do Convênio nº. 3179/2007, destinado Construção de Unidades Básicas de Saúde, até 30/07/2018, a contar de seu vencimento.

PROCESSO: 25000.213544/2007-45.

VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 30/07/2018.

DATA DE ASSINATURA: 22/12/2017.

SIGNATÁRIOS: JOSEFINA ROZANA CAIMAR - C.P.F. nº. 322.027.681-49 - CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO DO NÚCLEO ESTADUAL/MS- SUBSTITUTA.

Anderson Luiz da Silva Cabral

De: Henrique da Cunha Mayrinck <henrique.mayrinck@saude.gov.br>
Enviado em: terça-feira, 28 de novembro de 2017 22:09
Para: COORDENAÇÃO GERAL DE ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO
Assunto: Convite para apresentação de Proposta Comercial para prestação de Serviço de transporte multimodal de cargas nacional, em âmbito local, intermunicipal e interestadual, para transporte de cargas do Ministério da Saúde.
Anexos: TABELA PARA PESQUISA DE PREÇOS.xlsx; PROJETO BÁSICO_SERVIÇOS DE TRANSPORTE MULTIMODAL.docx; ANEXO-Pesquisa de Preço.docx

Prezado(a) Senhor(a),

A Coordenação-Geral de Armazenagem e Distribuição, do Departamento de Logística em Saúde, da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde – MS vem, por este expediente, convidar essa empresa a apresentar Proposta Comercial para prestação Serviço de transporte multimodal de cargas nacional, em âmbito local, intermunicipal e interestadual, para transporte de cargas do Ministério da Saúde. Esta cotação esteja de acordo com o detalhamento e as especificações constantes do “Anexo – Requisitos Mínimos”. Anexo neste e-mail, documento em arquivo Word (Projeto Básico_Serviços de Transporte Multimodal e Anexo- Pesquisa de Preço) e documento em arquivo Excel (Tabela Para Pesquisa de Preços).

2. Caso essa empresa apresente Proposta Comercial, solicitamos o envio para: Ministério da Saúde – Coordenação-Geral de Armazenagem e Distribuição – CGAD/DLOG - Esplanada dos Ministérios – Bloco G – Anexo A - 4º andar – Sala 446 – CEP: 70.058-900 – Brasília/DF, com cópia para o endereço eletrônico cgad.dlog@saude.gov.br, **até às 18 horas do dia 30 de novembro de 2017**, ressaltado que a ausência de manifestação, nos termos supracitados, será entendida como negativa de apresentação da proposta comercial.

3. Solicitamos especial gentileza de acusar o recebimento deste e-mail e de indicar se pretende apresentar Proposta Comercial, no endereço eletrônico supracitado.

4. Ante o exposto, colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Henrique da Cunha Mayrinck

Coordenador Geral de Armazenagem e Distribuição

Departamento de Logística em Saúde

CGAD | DLOG | Ministério da Saúde

Bloco G – ANEXO A – SALA 446 – Esplanada dos Ministérios, Brasília - DF, 70058-900

Tel.: (+55 61) 3315-3582

Esta mensagem pode conter informação confidencial e/ou privilegiada. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-o.

This message may contain confidential and / or privileged. If you're not the recipient or the person authorized to receive this message, you can not use, copy or disclose the information contained therein or take any action based on this information. If you have received this message in error, please notify the sender immediately by reply e-mail and then delete it.

Esta mensagem pode conter informação confidencial e/ou privilegiada. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-o.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIVISÃO DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS - DICONT
Esplanada dos Ministérios, Bloco G, - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900
Site - saude.gov.br

CONTRATO Nº 57/2018

Processo nº 25000.102477/2018-97

Unidade Gestora: 250110

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 57/2018, QUE ENTRE SI FIRMAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO E DA SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DA SECRETARIA EXECUTIVA, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E A EMPRESA VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA.

A **UNIÃO**, por intermédio da Coordenação-Geral de Material e Patrimônio, da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ/MF sob o nº 00.394.544/0036-05, sediada na Esplanada dos Ministérios, bloco G, anexo A, 3º andar, sala 317, em Brasília/DF, representada pelo senhor **ALEXANDRE LAGES CAVALCANTE**, portador da Cédula de Identidade nº 293157, expedida pela SSP/AL e inscrito no Cadastro da Pessoa Física – CPF/MF sob o nº 164.767.514-68, nomeado por meio da Portaria GM nº 268, de 07/02/2018, publicada no Diário Oficial da União nº 28, seção 02, página 40, de 08/02/2018 e conforme as atribuições subdelegadas pela Portaria SAA nº 888, de 30/05/2018, publicada no Diário Oficial da União nº 105, seção 02, página 28, de 04/06/2018, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.893.687/0001-08, com sede ao Aeroporto Internacional de Brasília – Terminal de Carga Aérea, Brasília/DF, CEP: 71.608-900, neste ato representada pelo senhor **RAIMUNDO NONATO BRASIL**, carteira de identidade nº 441.980, expedida pela SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 214.666.701-00, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, firmam o presente Contrato, tendo em vista o contido no **Processo nº 25000.102477/2018-97**, referente a **Dispensa de Licitação nº 23/2018**, publicada, sob extrato no Diário Oficial da União nº 202, Seção 03, de 20/10/2017, página 83, em total observância ao inciso IV, do art. 24, e das disposições contidas da Lei nº 8.666/1993, e às demais normas pertinentes, bem como às exigências previstas no Projeto Básico, às quais as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação emergencial de empresa especializada para prestação de **SERVIÇOS DE TRANSPORTE MULTIMODAL** (Fundamento: Lei Federal nº 9.611, de 19 de fevereiro de 1998 e Decreto nº 3.411, de 12 de abril de 2000), de forma contínua, nas modalidades aéreo e terrestre, qualificada para transportar, movimentar insumos, embalar, coletar, carregar, descarregar, desembalar, entregar, montar, desmontar, armazenar, providenciar toda arrumação em geral para o transporte e realizar demais serviços correlatos que foram necessários entre a origem e o destino, inclusive os de consolidação e desconsolidação documental, por meio de profissionais habilitados, nas dependências das Unidades de Armazenamento de Insumos Críticos à Saúde (ICS), excepcionalmente em local determinado pelo Ministério da Saúde, quando solicitado, de ICS e materiais para investigação de surtos e inquéritos epidemiológicos, dentre outros, conforme detalhamento e condições estabelecidas a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (R\$)
01	Serviço de agenciamento de transporte de carga e outros serviços auxiliares de transporte.	DIAS	180	80.000.000,00
VALOR TOTAL (R\$)				80.000.000,00

1.2. Este Contrato vincula-se ao Projeto Básico da Dispensa de Licitação, identificada no preâmbulo e à proposta apresentada pela **CONTRATADA**, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O presente contrato emergencial terá a vigência de 180 (cento e oitenta) dias a partir de 24 de junho de 2018, ressalvado o direito da administração de rescindi-lo a qualquer tempo, como também, respeitado o limite máximo previsto no artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de **R\$ 80.000.000,00** (oitenta milhões de reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

3.4. O preço é fixo e imodificável.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018, na classificação: **Programa de Trabalho:** 10305201520YE0001; **Elemento de Despesa:** 309339; **PTRES:** 091053 e **Nota de Empenho** nº 201NE801100.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta

corrente indicados pela **CONTRATADA**.

5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II, do art. 24, da Lei nº 8.666/1993, deverão ser efetuados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/1993.

5.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 03 (três) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados na IN SEGES/MP nº 05/2017.

5.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas na IN SEGES/MP nº 05/2017.

5.4.1. Eventual situação de irregularidade fiscal da **CONTRATADA** não impede o pagamento, se o serviço tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

5.6. Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, poderá ser concedido um prazo para que a **CONTRATADA** regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

5.7. Não sendo regularizada a situação da **CONTRATADA** no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé ou incapacidade de corrigir a situação, o pagamento dos valores em débito será realizado em juízo, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.8. Nos termos da IN SEGES/MP nº 05/2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a **CONTRATADA**:

5.8.1. não produziu os resultados acordados;

5.8.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.8.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.11. A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do art. 18, da LC nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela **CONTRATANTE**, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = \frac{(6/100)}{365}$	$I = 0,00016438$
		TX = Percentual da taxa anual = 6%.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. DAS INSTALAÇÕES DA EMPRESA

6.1.1. A **CONTRATADA** deverá possuir local apropriado e permanente, em Brasília/DF e Rio de Janeiro/RJ, para prestação de serviços básicos no processo logístico: manuseio, embalagem, desembalagem, arrumação do material a ser transportado, acondicionamento e coleta de ICS, que garanta a temperatura e umidade específica para cada ICS, que necessite de controle específico, providos e destinados as Unidades da Federação, Capitais e Municípios.

6.2. DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE – VIA TERRESTRE

6.2.1. A **CONTRATADA** deverá: coletar, acondicionar, transportar e entregar os ICS por via terrestre utilizando veículos adequados para cada tipo de insumo com carroceria fechada tipo baú, preferencialmente isotérmico ou com fonte de refrigeração que garanta temperatura específica para transporte de ICS termolábeis. O uso de caminhões abertos será exclusivo para o transporte de praguicidas, porém caso necessário este tipo de ICS poderá utilizar de caminhão fechado tipo baú, e o uso de caminhão cegonha para o transporte de veículos com ou sem acoplamento de bombas UBV, providos e destinados a todas as Unidades da Federação, Capitais e Municípios;

6.2.2. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar materiais e serviços para acondicionamento, coleta, entrega, carga, descarga, bem como toda a logística necessária para o transporte, incluindo seguro total das cargas e disponibilizando equipe qualificada para a execução da atividade de logística do transporte;

6.2.3. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar relatórios gerenciais (quantidade de embarques, peso transportado, cubagem, seguro, perdas, etc.) referentes a todos os serviços realizados e respectivos custos, quando da realização do transporte terrestre nacional.

6.3. DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE – VIA AÉREA

6.3.1. A **CONTRATADA** deverá: coletar, acondicionar, transportar e entregar os ICS por via aérea utilizando embalagens específicas para os insumos transportados visando à garantia da integridade e controle específico de temperatura dos mesmos, provindos e destinados a todas as Unidades da Federação, Capital e Municípios;

6.3.2. Os trechos rodoviários entre o local de coleta e o aeroporto, bem como do aeroporto e o local de entrega deverão ser realizados utilizando veículos adequados para cada tipo de insumo com carroceria fechada tipo baú, preferencialmente isotérmico ou com fonte de refrigeração que garanta temperatura específica para transporte de ICS termolábeis;

6.3.3. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar serviços de coleta, despacho e redespacho, acondicionamento, entrega, carga, descarga, incluindo o seguro total da carga bem como toda a logística necessária para o transporte adequado e disponibilizando equipe qualificada para a execução da atividade;

6.3.4. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar relatórios gerenciais (quantidade de embarques, peso transportado, cubagem, seguro, perdas, etc.) referentes a todos os serviços realizados e respectivos custos, quando da realização do transporte aéreo nacional e internacional quando necessário;

6.3.5. Poderá ser solicitada a entrega de ICS referente ao atendimento da demanda judicial, no prazo inferior ao máximo estabelecido, ou seja, no prazo inferior a 48 (quarenta e oito) horas, para atendimento EMERGENCIAL, ocasião em que será pago a Taxa de Emergência.

6.4. DAS INSTALAÇÕES

6.4.1. A **CONTRATADA** deverá possuir matriz e/ou filial permanente em Brasília/DF com área mínima de 500 m² e de 500 m² no Rio de Janeiro/RJ, e sob demanda, quando solicitado previamente, em outras localidades, com galpão ou edifício construído ou adaptado para este propósito com todas as condições e normas previstas nas Boas Práticas de Armazenagem de ICS.

6.4.2. O armazenamento deverá ser efetuado de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de acordo com as normas preconizadas pelas Boas Práticas de Armazenagem de ICS.

6.5. DAS EMBALAGENS

6.5.1. Todos os insumos necessários para embalagem e acondicionamento dos ICS, das Unidades do Ministério da Saúde abaixo descritas, serão de responsabilidade da **CONTRATADA**, incluindo caixas de papelão, lâminas de papelão, plástico bolha, papel Kraft, caixas de isopor, fitas adesivas avulsas, derivados de poliestireno expandido, placas de gelo reutilizáveis, caixas classe 6.2 categoria B e A UN 3373 P650 e UM 3373 P 602 padrão IATA utilizadas para transporte de material biológico, além de gelo seco (CO₂) solicitados pelo Ministério da Saúde, exceto as fitas adesivas padronizadas e fornecidas pelo Ministério da Saúde;

6.5.2. Todo o material de embalagem das Unidades do SADM em Brasília (Unidade I, Unidade VII e Câmara Frigorífica) conforme Anexo B;

6.5.3. Todo o material de embalagem do Setor de Praguicidas SPRAG/CENADI/SVS no Rio de Janeiro conforme Anexo C;

6.5.4. Os materiais de acondicionamento e embalagem, específicos da CENADI, destinados ao acondicionamento e transporte de vacinas, soros e demais imunobiológicos serão adquiridos e fornecidos por meio de gestão da própria Unidade, uma vez que se trata de material com especificações técnicas e características que inviabilizam sua inserção no futuro contrato conforme disposto no Manual da Rede de Frio e na Nota Técnica da SVS/MS. Portanto, estes materiais específicos de embalagem não estão contemplados no Projeto Básico.

6.6. DO TRANSPORTE E DA ENTREGA

6.6.1. Os serviços de transporte contratados para os modais aéreo e terrestre serão realizados no modelo do Sistema Direto e Exclusivo e na forma determinada pelo Ministério da Saúde;

6.6.2. O transporte deverá ser efetuado em veículos apropriados de acordo com cada insumo, obedecendo ao controle de temperatura e umidade, conforme especificado pelo fabricante ou por recomendação da **CONTRATADA**;

6.6.3. O transporte de insumos deverá oferecer segurança e proteção adequadas visando a garantia da qualidade e integridade dos materiais;

6.6.4. Os insumos deverão ser transportados de forma a garantir suas identificações e manutenção da qualidade, evitando deteriorações e impedindo contaminação por outros produtos ou que os mesmos sejam contaminantes;

6.6.5. O transporte de ICS deverá possuir seguro e segurança (escolta armada), quando necessário para prevenção de danos, perdas e roubos de acordo com o valor do insumo transportado e o modal de transporte adotado;

6.6.6. Os veículos utilizados para transporte de ICS não poderão em hipótese alguma ser para o armazenamento dos mesmos;

6.6.7. O transporte de ICS deverá obedecer à legislação específica e aos procedimentos certificados pelo Ministério da Saúde, ANVISA, ANTAQ, ANAC, ANTT, IATA e OMS;

6.6.8. Os ICS despachados a partir das Unidades do Ministério da Saúde para o transporte aéreo e terrestre deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas, caixas térmicas ou papelão resistente, de acordo com a especificação do insumo, lacradas com fita adesiva padronizada do Ministério da Saúde, garantindo a manutenção da qualidade e a perfeita inviolabilidade das mesmas até o destino final;

6.6.9. O transporte de ICS termolábeis deverá obedecer ao prazo de entrega aérea, máximo, de **48 (quarenta e oito) horas** a partir da retirada, para as capitais, das unidades do Ministério da Saúde e demais remetentes, conforme orientação do Ministério da Saúde;

6.6.10. O transporte de ICS deverá obedecer às especificações de controle de temperatura e umidade, utilizando-se de termo higrômetro para este fim, e ainda evitar exposição à luz solar direta e respeitando o empilhamento máximo permitido conforme indicado em suas embalagens pelo fabricante ou por orientação do Ministério da Saúde;

6.6.11. Deverão ser observados os símbolos estampados nas embalagens dos insumos para cumprimento total das orientações indicadas pelo fabricante no que diz respeito ao controle de temperatura, luz, umidade, refrigeração, empilhamento, manuseio e conservação dos ICS.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE ENTREGA

7.1. Os pedidos realizados pela **CONTRATANTE** de entrega da carga serão programados, exceto os pedidos emergenciais e as demandas judiciais.

7.2. No tocante aos prazos para entrega terrestre deverão ser obedecidos os seguintes prazos:

DESTINOS	PRAZO DE ENTREGA
Região SUDESTE	Até 05 dias para as capitais; Até 10 dias para o interior.
Região NORTE	Até 15 dias para as capitais;

	Até 15 dias para interior do Tocantins; Até 25 dias para o interior para os demais estados.
Região NORDESTE	Até 07 dias para as capitais; Até 10 dias para o interior.
Região CENTRO-OESTE	Até 03 dias para as capitais; Até 05 dias para interior de Goiás; Até 15 dias para o interior do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.
Região SUL	Até 05 dias para as capitais; Até 07 dias para o interior.

7.3. Os prazos de entrega para os objetos provenientes de pedidos referentes a mandados judiciais e emergenciais serão os prazos, cuja entrega seja a mais rápida e inferior a 48 (quarenta e oito) horas.

7.4. Caso a expedição dos objetos ocorra na mesma data dos pedidos programados, há possibilidade de ser embarcado em veículo que atenda a demanda programada.

7.5. Os pedidos de entrega para o interior de cada estado ou região metropolitana serão atendidos na mesma programação de sua respectiva capital ou região metropolitana, em virtude de otimizar o uso da rota.

7.6. Os prazos de entrega no modal de Transporte Aéreo Nacional não poderão ser superiores a 02 (dois) dias úteis, para as capitais.

7.7. No caso de vacinas, soro e kit de diagnóstico e demais ICS termolábeis, deverá ser observado o prazo de entrega conforme determinado pelo Ministério da Saúde, a partir da retirada nos depósitos do Ministério da Saúde.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA FISCALIZAÇÃO

8.1. Os pedidos realizados pela **CONTRATANTE** de entrega da carga serão programados, exceto os pedidos emergenciais e as demandas judiciais.

8.1.1. No tocante aos prazos para entrega terrestre deverão ser obedecidos os seguintes prazos.

8.1.2. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 8.666/1993 e de outras normas pertinentes, são obrigações do Ministério da Saúde:

8.1.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.1.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.1.5. Notificar a **CONTRATADA** por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

8.1.6. Pagar à **CONTRATADA** o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico e seus anexos;

8.1.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela **CONTRATADA**, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017;

8.1.8. Comunicar à **CONTRATADA** os locais onde deverão ser retiradas, entregues e organizadas as cargas;

8.1.9. Aplicar a **CONTRATADA** as sanções regulamentares e contratuais;

8.1.10. Observar para que, durante a vigência do contrato, seja mantida pela **CONTRATADA**, a compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.11. Promover diligências, quando necessário, durante toda vigência do contrato junto a todos os agentes, filiais, sucursais, consolidados e demais conveniados da **CONTRATADA**;

8.1.12. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;

8.1.13. Permitir o acesso aos empregados da **CONTRATADA** nas dependências das Unidades Distribuidoras de ICS do Ministério da Saúde, de modo a viabilizar a prestação dos serviços durante o horário de expediente ou fora dele, quando autorizado pelo setor competente, e em ambas as situações os colaboradores deverão ser identificados quando do acesso as áreas do Ministério da Saúde;

8.1.14. Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;

8.1.15. Solicitar os serviços por meio do documento “Autorização de Transporte” EXCLUSIVO, a ser expedida pela Unidade Distribuidora de ICS do Ministério da Saúde, informando os percursos, locais de coleta e entrega com endereços completos e tipo de material a ser transportado, número de volumes, peso, cubagem e valor da carga;

8.1.16. Fornecer os valores das cargas e encomendas, para fins de cobrança de taxa de seguro no caso de eventuais extravios ou danos que porventura venham a ser causados durante a execução dos serviços;

8.1.17. Fiscalizar a fiel observância dos serviços, mediante servidor designado como Fiscal do Contrato, registrando em relatório, as deficiências porventura existentes na sua execução, notificando a **CONTRATADA**, imediatamente, sobre as falhas e defeitos observados, determinando prazo e o que seja necessário para a sua regularização;

8.1.18. Proceder à conferência das Autorizações de Transporte, juntamente com as Notas Fiscais Faturas, verificando os quantitativos, preços pactuados, condições e exatidão das informações;

8.1.19. O Ministério da Saúde reserva-se o direito de realizar visitas técnicas, a qualquer momento, sem obrigatoriedade de aviso prévio, às instalações da **CONTRATADA** para verificar as condições físicas e sanitárias das Unidades, bem como realizar avaliação destas Unidades conforme determina a Resolução nº 329/MS/ANVS, de 22 de julho de 1999 que Institui o Roteiro de Inspeção para transportadoras de medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos.

8.2. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 8.666/1993 e de outras normas pertinentes, são obrigações da **CONTRATADA**:

- 8.2.1. Executar os serviços conforme especificações no Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;
- 8.2.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.2.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 8.2.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de prove-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 8.2.6. Apresentar à **CONTRATANTE**, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 8.2.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à **CONTRATANTE**;
- 8.2.8. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 8.2.9. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a **CONTRATADA** relatar à **CONTRATANTE** toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 8.2.10. Relatar à **CONTRATANTE** toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 8.2.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.2.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.2.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.2.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993;
- 8.2.15. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação;
- 8.2.16. Apresentar Manual de Boas Práticas de Transporte de ICS conforme legislação vigente. Este Manual deverá ser atualizado frequentemente, com no mínimo 01 (uma) revisão anual;
- 8.2.17. A equipe operacional da **CONTRATADA** deverá estar preparada para manusear todos os produtos tendo em vista tratar-se ICS, não devendo os mesmos ser: jogados e/ou arremessados, empilhados acima do máximo permitido e determinado pelo fabricante, pisados, escaldados, apertados, molhados, furados, cortados, rasgados, conforme determinado no Manual de Boas Práticas Transporte de ICS;
- 8.2.18. Zelar pela destinação, integridade e total sigilo das cargas a serem transportadas;
- 8.2.19. Apresentar preposto com poder de decisão em relação aos serviços e pessoal, para representá-la junto ao Ministério da Saúde;
- 8.2.20. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todos os itens e serviços elencados no Projeto Básico;
- 8.2.21. Comunicar ao Ministério da Saúde por escrito, em no máximo 48 (quarenta e oito) horas, os casos de extravio, quebra, perda, roubo, furto e as ocorrências de danos, avarias, perdas e extravios de ICS que venham a ser causados, ainda que decorrentes de acidentes de trânsito, intempéries, roubos, furtos ou outras razões;
- 8.2.22. Exemplos de danos e avarias: amassamento, perfuração, quebra, amolgamento, contato, arranhadura, vazamento, água de chuva, oxidação, contaminação e má qualidade da estivagem, entre outros;
- 8.2.23. Na ocorrência de danos ou extravio dos ICS transportados, o Ministério da Saúde, após ciência formalizada do fato ocorrido notificará a **CONTRATADA**, após o comunicado por escrito, sobre o valor que deverá ser ressarcido, caso a **CONTRATADA** não opte pela substituição do material;
- 8.2.24. O pagamento deverá ser feito pela **CONTRATADA** no prazo de 30 (trinta) dias corridos a partir da data do recebimento da notificação, caso contrário, será descontado do primeiro pagamento a que a **CONTRATADA** tiver direito;
- 8.2.25. Mediante justificativa aceitável, apresentada no máximo 02 (dois) dias úteis após o evento, o prazo indicado acima poderá ser ampliado, conforme interesse do Ministério da Saúde;
- 8.2.26. Manter seguro total de transporte aéreo e terrestre durante a vigência do contrato, apresentando a apólice vigente para execução do transporte ao Ministério da Saúde, oferecendo cobertura desde a retirada dos ICS até a entrega dos mesmos em seu destino;
- 8.2.27. Apresentar Apólices de Seguros, referente aos seguros: RCTR-C, RCF-DC e RCTA-C, cada qual, no valor mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por embarque, e que o seguro permaneça em dia durante toda vigência do contrato;
- 8.2.28. Apresentar, ao Fiscal do Contrato, mensalmente os certificados de seguro emitidos pela seguradora com data recente confirmando a existência e vigência dos seguros;
- 8.2.29. Todos os embarques de ICS deverão estar devidamente segurados e averbados junto à Seguradora da **CONTRATADA**;
- 8.2.30. Manter equipe qualificada e necessária à execução dos serviços contratados: direção, coordenação, administração, fiscalização e demais atividades contratadas;
- 8.2.31. Responsabilizar por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade objeto do Contrato, mesmo que em instalações das unidades do Ministério da Saúde;
- 8.2.32. Ressarcir ao Ministério da Saúde ou a terceiros os danos aos bens de sua propriedade, causados por empregados ou prepostos da mesma, durante a execução dos serviços, sem prejuízo de outras cominações legais;
- 8.2.33. Adotar todos os critérios de segurança, tanto para empregados quanto para execução do serviço em si, aplicando-se o uso de EPI quando necessários;

- 8.2.34. Todas as despesas decorrentes do Contrato, inclusive o material necessário à execução dos serviços, locomoção, seguros de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outras que forem devidas, ficarão a cargo da **CONTRATADA**, mesmo que em instalações do Ministério da Saúde;
- 8.2.35. Manter seus empregados devidamente uniformizados e identificados mediante o uso permanente de crachás e EPI;
- 8.2.36. Substituir de imediato, seu representante ou empregado, cuja conduta, a juízo do Ministério da Saúde, se evidencie inconveniente ou inadequada à perfeita execução do Contrato;
- 8.2.37. Cumprir todas as disposições relativas a encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, civis e comerciais, que recaiam sobre a atividade e seus empregados, resultantes da execução do Contrato;
- 8.2.38. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Ministério da Saúde, encarregada de acompanhar a execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas promovendo imediata resolução dos problemas relatados;
- 8.2.39. Cumprir todas as orientações do Ministério da Saúde, para o fiel desempenho das atividades especificadas;
- 8.2.40. Facilitar a fiscalização procedida por órgãos, no cumprimento de normas, notificando o Ministério da Saúde do resultado das inspeções que possam influenciar na execução do Contrato Administrativo a ser celebrado;
- 8.2.41. Autorizar e assegurar ao Ministério da Saúde o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com a técnica atual, normas ou especificações que atentem contra a sua segurança ou de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do Ministério da Saúde não eximirá a **CONTRATADA** de suas responsabilidades provenientes do Contrato;
- 8.2.42. Manter toda compatibilidade com as obrigações assumidas, condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do Contrato;
- 8.2.43. Para a conferência das faturas e posterior envio para pagamento deverão ser juntados os seguintes documentos, separados por Programa de Saúde, e enviados ao gestor do contrato:
- 8.2.44. Transporte Terrestre: Nota Fiscal Fatura, Nota de Distribuição ou Guia de Simples Remessa (GR) ou Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas (CTRC), Minuta de Cobrança e Autorização de Transporte (AT);
- 8.2.45. Transporte Aéreo: Nota Fiscal Fatura, Nota de Distribuição ou Guia de Simples Remessa (GR), Conhecimento de Transporte Aeroviário de Cargas (AWB), Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas e Autorização de Transporte (AT);
- 8.2.46. Todos os documentos de comprovação das entregas efetuadas deverão estar devidamente assinados e datados pelos servidores ou responsáveis pelo recebimento nos Estados e Municípios, pelos pacientes ou responsáveis ou ainda pelo médico no caso de demanda judicial, quer seja da Unidade Distribuidora de ICS, quer seja pelo destinatário das cargas de ICS, caso contrário as faturas correspondentes serão excluídas do pagamento até resolução das pendências;
- 8.2.47. Acompanhar a entrega ou coleta dos materiais transportados devendo ser atestado pelo destinatário ou remetente no Conhecimento de Transporte de Carga e no canhoto da Nota Fiscal/Fatura, mediante a coleta de nome legível com nº do R.G ou CPF ou carimbo com o número de matrícula, cargo e função, ambos com assinatura bem como, constar a data e horário do recebimento ou coleta, devendo estes retornar ao Ministério da Saúde no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos;
- 8.2.48. Acompanhar a entrega ou coleta dos ICS, objeto de demandas de ações judiciais, devendo ser atestado pelo destinatário ou seu responsável no Conhecimento de Transporte de Carga e no canhoto da Nota de Distribuição de Material ou Guia de Remessa e o Questionário preenchido constante no verso das mesmas, mediante a coleta de nome, assinatura legível, contendo obrigatoriamente nº do R.G. e/ou CPF, bem como, constar a data e horário do recebimento, devendo estes dados retornar ao Ministério da Saúde no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos;
- 8.2.49. Embora os originais dos documentos citados no item anterior possam ser entregues em até 10 dias corridos é imprescindível o envio, por e-mail (documento digitalizado) ou FAX, dos documentos de entrega citados acima imediatamente após a sua efetiva entrega, uma vez que o Ministério da Saúde tem prazo exíguo para apresentar ao Juiz a confirmação de entrega dos ICS aos pacientes;
- 8.2.50. Em caso de falecimento ou recusa do destinatário em receber os ICS enviados o responsável pela entrega deverá registrar nos documentos de entrega o motivo pelo qual não se efetivou a entrega colocando seu nome completo a data e sua assinatura e seguir a mesma conduta do item anterior;
- 8.2.51. Coletar insumos provenientes de ações judiciais e demais insumos de acordo com as especificações do fabricante no tocante à temperatura e acondicionamento, evitando a perda por alteração das propriedades farmacológicas e físico-químicas, responsabilizando-se pelo ressarcimento no valor de mercado ou substituição em caso do não cumprimento das especificações do insumo;
- 8.2.52. Emitir relatórios supervenientes de interesse do Ministério da Saúde (ex.: número de embarques, quantidade de peso e volumes transportada, valores faturados, prazo de entrega, etc.). Estes relatórios deverão acompanhar cada remessa mensal de fatura dos serviços prestados;
- 8.2.53. Fornecer, conforme solicitado pelas Unidades Distribuidoras de ICS do Ministério da Saúde, relatórios referentes aos envios contendo data e horário de entrega dos insumos transportados bem como o responsável pelo recebimento;
- 8.2.54. Manusear o material a ser transportado, incluindo os serviços de contagem, triagem, envelopagem, cintagem, etiquetagem, rotulagem, montagem de kits, confecção de Mala-Direta e emissão de relatórios, etc.;
- 8.2.55. Encaminhar os Conhecimentos de Transporte de Carga, devidamente atestados, juntamente com as segundas vias das Notas Fiscais/Faturas correspondentes no prazo máximo de vinte dias corridos, para conferência e atesto do Ministério da Saúde;
- 8.2.56. Manter os serviços disponíveis, em casos emergenciais, plantão após as 18h00min, em dias úteis e aos sábados, domingos e feriados, por meio de empregado com acesso ao serviço móvel celular e/ou rádio;
- 8.2.57. Assumir todos os possíveis danos causados a carga transportada ou a terceiros, quando evidenciada culpa por ação ou omissão, imperícia, negligência, imprudência, desídia e desrespeito às normas de segurança e técnica quando da execução dos serviços por seus empregados ou prepostos ou ainda, decorrentes da má qualidade dos equipamentos empregados nas operações de carregamento e descarregamento das cargas de ICS;
- 8.2.58. Comunicar à Unidade Distribuidora de ICS, com o prazo de pelo menos de 12 (doze) horas do prazo de vencimento da entrega, conforme Anexo D do Projeto Básico, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento;
- 8.2.59. Transportar em condições especiais e adequadas, os ICS que necessitem de controle específico de temperatura, umidade, exposição solar, empilhamento máximo, conforme indicado pelo fabricante ou sob orientação do Ministério da Saúde;
- 8.2.60. Disponibilizar ao Ministério da Saúde, sistema informatizado (site na Internet) contendo serviços de informação e dados das cargas de ICS para o acompanhamento do status de entrega do material transportado, bem como telefones e endereços eletrônicos (e-mail) para eventuais consultas; observando a segurança da rede;

- 8.2.61. Possuir sistema de rastreamento via satélite para o Transporte no Modal Terrestre de ICS, permitindo informações, em tempo real, da localização do material transportado;
- 8.2.62. Após a coleta do material a ser transportado, disponibilizar área adequada a ser utilizada no manuseio, contagem, triagem, cintagem, etiquetagem e montagem de kits do insumo a ser transportado, ficando a cargo da **CONTRATADA** a equipe de trabalho e todo material utilizado para tais serviços, incluindo toda a embalagem;
- 8.2.63. Notificar o Ministério da Saúde, por escrito, ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
- 8.2.64. Transportar os ICS assegurando a qualidade necessária, sendo vedado o transporte juntamente com produtos como: produtos de limpeza, solventes, tintas, alimentos de origem vegetal e animal ou qualquer outra substância diferente de ICS que possam vir a comprometer de qualquer forma suas características e a qualidade dos insumos transportados;
- 8.2.65. Disponibilizar, sempre que necessário, caminhões com baú isotérmico ou com fonte de refrigeração que garanta temperatura adequada para os casos de transporte de ICS termolábeis, mantidos em temperatura refrigerada, devidamente limpos, higienizados, livres de aberturas, furos e infiltrações ou qualquer imperfeição que ofereça risco a conservação, segurança e qualidade dos insumos transportados;
- 8.2.66. Disponibilizar transporte e embalagens exclusivos para praguicidas, solicitado pelo Ministério da Saúde, devendo este ser realizado exclusivamente para esses produtos, ficando vedado o transporte conjunto de outros ICS de natureza diferente;
- 8.2.67. Disponibilizar, quando necessário, área para acondicionamento, frigorificada, com temperatura de 2° a 8° C, nas capitais: Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, considerando a necessidade de desembalagem por perda de voo e reembalagem para garantir a temperatura controlada de acordo com as especificidades de cada produto (vacina, soro, kit de diagnóstico, hemoderivados, ICS perecíveis, etc.), cujos custos serão repassados integralmente para o Ministério da Saúde;
- 8.2.68. Esta exigência se faz necessária tendo em vista situações de perda de conexões aéreas, principalmente fora do horário de expediente e próximo a feriados e finais de semana, devendo ser imediatamente comunicado ao Ministério da Saúde;
- 8.2.69. Os procedimentos de embalagem deverão ser executados sob a supervisão de um profissional da área de farmácia e este deverá emitir um relatório circunstanciado detalhando todos os procedimentos de desembalagem, avaliação do estado geral da carga, substituição das placas de gelo reutilizável, reembalagem e este relatório deverá ser anexado aos documentos a serem entregues ao SADM cujos custos serão repassados integralmente para ao Ministério da Saúde;
- 8.2.70. Garantir a inviolabilidade das embalagens despachadas, e lacradas pelo Ministério da Saúde com fita adesiva padronizada por este Ministério da Saúde (despacho e redespacho) e com fita adesiva padronizada da **CONTRATADA** nos casos de remanejamento e reembalagem, do ato de coleta até o destino final;
- 8.2.71. Quando se tratar de remanejamentos de outras unidades federativas, a **CONTRATADA** deverá verificar o peso e a cubagem da carga no local de coleta, na presença do responsável pela unidade, os dados coletados deverão ser atestados pelo mesmo, em formulário próprio, com carimbo e assinatura e embalada e lacrada com fita padronizada da **CONTRATADA**;
- 8.2.72. A **CONTRATADA** deverá sempre negociar fretes (aéreos) utilizando-se de informações reais da operação, leia-se peso, cubagem, tarifas, custo do frete, Ad valorem, seguro, taxas e demais custos, de forma a obter os melhores preços;
- 8.2.73. Deverá estar capacitada a operar dentro das normas legais de saúde, segurança e meio ambiente;
- 8.2.74. Possuir infraestrutura operacional de forma a atender plenamente as necessidades do Ministério da Saúde, atuando em todas as fases da operação propriamente dita;
- 8.2.75. Dispor de parceiros operacionais para toda operação logística, principalmente em caso de contingências não previstas, dos períodos de picos operacionais ou em função de sazonalidades ou calamidade pública e do modal de transporte adotado para a operação;
- 8.2.76. Disponibilizar estrutura física que atenda às exigências das legislações sanitárias para a realização dos serviços, assegurando a qualidade dos ICS, mantendo sua regularidade junto aos órgãos de fiscalização, bem como mantendo os procedimentos claros e adequados às exigências legais;
- 8.2.77. Disponibilizar pessoal qualificado para trabalhar no manuseio de ICS, observando que são itens que não podem ser manipulados inadequadamente;
- 8.2.78. Quanto ao perfil exigido do colaborador da **CONTRATADA** que irá prestar serviços nas dependências do Ministério da Saúde, bem como aqueles que manusearão e transportarão as cargas de ICS, este colaborador deverá sempre se apresentar portando identificação (crachá) e devidamente uniformizado, ter conhecimentos de Boas Práticas de Manuseio e Transporte de ICS, acatar as ordens e regras das Unidades Gestoras do Ministério da Saúde no tocante a realização das atividades, fazer uso de EPI, fornecido pela **CONTRATADA**, apresentar postura pessoal e profissional adequadas ao ambiente de trabalho, manusear com cuidado os insumos, medicamentos e correlatos, tanto na coleta quanto na entrega dos materiais;
- 8.2.79. As equipes de coleta e entrega deverão ser compostas por mínimo:
- a) Veículos pequenos – Motorista + 1 ajudante;
 - b) Caminhão pequeno – Motorista + 1 ajudante;
 - c) Caminhão médio – Motorista + 2 ajudantes;
 - d) Carreta – 1 Motorista + 4 ajudantes.
- 8.2.80. Fornecer ao Ministério da Saúde as regras tarifárias vigentes emitidas pelo Departamento de Aviação Civil – DAC, do Comando da Aeronáutica ou ANAC, praticadas pelas companhias aéreas, bem como, as suas alterações, repassando ao Ministério da Saúde os descontos ou valores de tarifas promocionais concedidas pelas concessionárias aéreas;
- 8.2.81. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Ministério quanto à execução dos serviços previstos no Projeto Básico;
- 8.2.82. Comprovação de credenciamento junto às Companhias Aéreas (Avianca, TAM, GOL, etc.) como agenciadora de cargas e encomendas aéreas, com comprovação de idoneidade creditícia e de que se encontra em dia com suas obrigações contratuais e financeiras perante as mesmas, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura da licitação;
- 8.2.83. Declaração com listagem dos representantes comerciais nas capitais brasileiras, incluindo Brasília;
- 8.2.84. Declaração de ciência dos representantes comerciais;
- 8.2.85. Declaração expressa de capacidade operacional da empresa, mediante relação explícita de suas instalações, disponibilidade de veículos, aparelhamento e pessoal, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da presente licitação;
- 8.2.86. Apresentar declaração de que os valores a serem cobrados à época do transporte obedecerão aos constantes das Tabelas de Preços de Transportes Aéreos (Doméstico), autorizados e homologados pela ANAC;

8.2.87. Para a realização dos transportes, objeto deste Contrato, a **CONTRATADA** deverá fornecer todos os materiais de embalagem e acondicionamento de ICS informados nos Anexos B e C do Projeto Básico.

9. CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/1993 a **CONTRATADA** que:

- 9.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 9.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 9.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 9.1.4. comportar-se de modo inidôneo; e
- 9.1.5. cometer fraude fiscal.

9.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

9.2.2. Multa de:

9.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

9.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

9.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

9.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 01 e 02, abaixo; e

9.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração **CONTRATANTE** a promover a rescisão do contrato;

9.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

9.2.2.7. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

9.2.2.8. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

9.2.2.9. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CONTRATANTE** pelos prejuízos causados.

9.3. As sanções previstas nos subitens 9.2.1, 9.2.3, 9.2.4 e 9.2.5 poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

9.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 01 e 02:

GRAU		CORRESPONDÊNCIA
1		0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2		0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3		0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4		1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5		3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar	03

	os serviços contratados, por empregado e por dia;	
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada	01

9.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV, da Lei nº 8.666/1993, as empresas ou profissionais que:

- 9.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 9.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 9.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999.

9.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

10.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78, da Lei nº 8.666/1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei nº 8.666/1993.

10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 10.4.3. Indenizações e multas.

10.5. O presente instrumento poderá ser rescindido, a qualquer tempo, quando da formalização de contrato com o mesmo objeto decorrente de regular procedimento licitatório, sem que caiba a **CONTRATADA** direito a indenização de qualquer espécie.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA**

11.1. A **CONTRATADA** prestará garantia no valor de **R\$ 4.000.000,00** (quatro milhões de reais), em uma das modalidades previstas no art. 56, da Lei nº 8.666/1993, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Projeto Básico, com validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, observados os requisitos previstos no item 3.1, do Anexo VII-F, da I.N SEGES/MPDG nº 5/2017.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO**

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73, da Lei nº 8.666/1993, e do art. 6º, do Decreto nº 2.271/1997.

12.2. A fiscalização dos contratos, no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas, deve ser realizada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

12.3. O representante da **CONTRATANTE** deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.4. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da I.N SLTI/MPOG nº 02/2008.

12.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Projeto Básico.

12.6. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

12.7. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Projeto Básico e seus anexos ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a **CONTRATADA**:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.8. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

12.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à **CONTRATADA** a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

12.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à **CONTRATADA** a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

12.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da **CONTRATADA** a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

12.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria **CONTRATADA** materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

12.13. A **CONTRATADA** poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

12.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à **CONTRATADA** de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

12.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

12.16. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/1993.

12.17. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da **CONTRATADA** que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

12.18. O representante da **CONTRATANTE** deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º, do art. 67, da Lei nº 8.666/1993.

12.19. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA** ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80, da Lei nº 8.666/1993.

12.20. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70, da Lei nº 8.666/1993.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES

13.1. É vedado à **CONTRATADA**:

- 13.1.1. Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;
- 13.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA** com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666/1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal – Justiça Federal.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido, o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

ALEXANDRE LAGES CAVALCANTE

RAIMUNDO NONATO BRASIL
Voetur Cargas e Encomendas LTDA

Coordenador-Geral de Material e Patrimônio
CGMAP/SAA/SE/MS

Documento assinado eletronicamente por **Raimundo Nonato Brasil, Usuário Externo**, em 22/06/2018, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4428966** e o código CRC **20E119DD**.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

COORDENAÇÃO-GERAL DE ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO

Bloco G – APENDICE A – SALA 446 – Esplanada dos Ministérios, Brasília - DF

Fone: (61) 3315-3582

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

Contratação de empresas especializadas para prestação de **SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TRANSPORTE E ARMAZENAGEM** dos ICS – Insumos Críticos de Saúde do Ministério da Saúde, consistindo as atividades de Modernização Administrativa e Operação das Cadeias de Armazenamento e Distribuição dos ICS – Insumos Críticos de Saúde, sendo os serviços contratados sob demanda, sem disponibilização de mão de obra exclusiva, conforme especificações e requisitos técnicos contidos neste Termo de Referência e seus apêndices.

Menor preço Global*:	
Item 1 - Transporte	CATSER - 000336-0
Item 02 – Armazenamento	CATSER - 0014087

* O menor preço global será aferido pelo somatório dos itens 1 e 2.

2. DA JUSTIFICATIVA:

2.1 DO SERVIÇO E SEU OBJETIVO:

Armazenagem e Distribuição dos ICS – Insumos Críticos de Saúde é o conjunto de operações que inclui a recepção, estocagem, expedição de produtos acabados e os controles relacionados. Sendo assim, é atividade que assegura a manutenção dos bens em instalações e condições adequadas, de forma ordenada, de modo que se conservem as propriedades físicas, químicas e farmacológicas dos ICS – Insumos Críticos de Saúde. Para tanto, o operador logístico a ser contratado focará em (i) infraestrutura adequada à necessidade dos ICS – Insumos Críticos de Saúde, em temperatura ambiente e refrigerada/congelada (câmara fria) em conformidade com especificações dos fabricantes; (ii) mão de obra qualificada e em quantidade suficiente, porém não-exclusiva; (iii) controle do estoque por meio de estrutura tecnológica com softwares e hardwares.

A infraestrutura da empresa a ser CONTRATADA deverá possuir capacidade de armazenar e distribuir os ICS – Insumos Críticos de Saúde, com instalações que atendam à perfeita

execução dos serviços contratados e espaço bem dimensionado para a operação, de modo que os ICS – Insumos Críticos de Saúde estocados conservem suas propriedades e características.

O(s) armazém (ns) deve(m) ser localizado(s) no estado de São Paulo, próximos às rotas rodoviárias regulares estaduais e federais e possuir área de armazenagem **com capacidade mínima de 13.500 (treze mil e quinhentas) posições paletes que garanta uma temperatura entre 15°C a 30°C e, capacidade mínima, de 6.000 (Seis mil) posições paletes refrigeradas, conforme descrições a seguir** mencionadas; em ambientes seguros, limpos, higiênicos, que prezem pelas boas práticas de armazenagem e que cumpram os regramentos sanitários vigentes. As áreas de armazenamento devem ser projetadas para assegurar as condições ideais de estocagem, compatíveis com os ICS – Insumos Críticos de Saúde armazenados.

A localização impacta o desempenho das atividades, dado que parte dos ICS – Insumos Críticos de Saúde são transportados via aérea ou recebida pelos Aeroportos Internacionais. Portanto, entende-se que a distância solicitada facilitará o escoamento e o recebimento da carga no menor tempo possível. Estar localizado na região sudeste próximo às rotas rodoviárias regulares estaduais e federais proporcionará mais rapidez na distribuição e assim, redução de tempo de recebimento e custo total, devido à maior possibilidade de escoamento e recebimento naquela região, considerando que o maior volume de recebimento e de distribuição ocorre na região Sudeste.

Opta-se, também, pela distribuição por meio de transporte multimodal e de armazenagem verticalizada, tendo em vista maior racionalização dos espaços e melhor controle de estoque. Optando pela verticalização, o Ministério da Saúde buscará maior organização de suas cargas, manipulando de forma mais eficaz os ICS – Insumos Críticos de Saúde, melhorando o empilhamento das embalagens terciárias, conseguindo rastrear e localizar os ICS – Insumos Críticos de Saúde com facilidade, conferindo maior exatidão dos inventários, ou seja, esse tipo de estrutura é vantajosa dado que confere maior acuracidade às informações relativas aos estoques. A CONTRATADA terá flexibilidade para definir o nível de verticalização, bem como os demais parâmetros de layout, organização e estratégias de operação do armazém.

A mão de obra deve ser qualificada e em quantidade suficiente para desempenhar todas as atividades, visto que esses ICS – Insumos Críticos de Saúde possuem alto valor e condições próprias para armazenagem e movimentação.

Em relação ao controle de estoque, o operador logístico apresentará soluções informatizadas de gestão/gerenciamento, de modo que seja possível o lançamento de dados de movimentação das cargas e endereçamento, que possibilite a obtenção de dados estatísticos e emissão de relatórios gerenciais, racionalizar o aproveitamento dos espaços nas estantes; indicação prévia dos ICS – Insumos Críticos de Saúde que estão para vencer; entre outras funcionalidades incorporadas à solução de software. A solução deverá funcionar online para que a CONTRATANTE tenha acesso às funcionalidades e possa tomar decisões com segurança.

Objetiva-se a modernização da infraestrutura, a racionalização dos custos, a eficiência logística com a sinergia de serviços e a melhoria da qualidade dos serviços prestados. A CONTRATADA deverá

fornecer soluções seguras e integradas, assegurando possuir infraestrutura, ferramentas e procedimentos de gestão eficazes e abrangentes. Presta-se, também, para qualificar - otimizar e racionalizar - os processos, de modo que o operador contratado aja com absoluta transparência em todo o procedimento realizado e possa municiar a Administração Pública de dados capazes de influenciar a tomada de decisão dos gestores.

Sendo assim, o referido serviço se caracterizará pela especialização em gerenciar e executar todas ou partes das atividades logísticas, com os padrões de segurança adequados a esse tipo de atividade, dado que os ICS – Insumos Críticos de Saúde não podem ter comprometida a efetividade, a eficiência, a estabilidade e as características físico-químicas.

2.2 Viabilidade – Art 3º IN 02/2008

2.2.1 Viabilidade Operacional

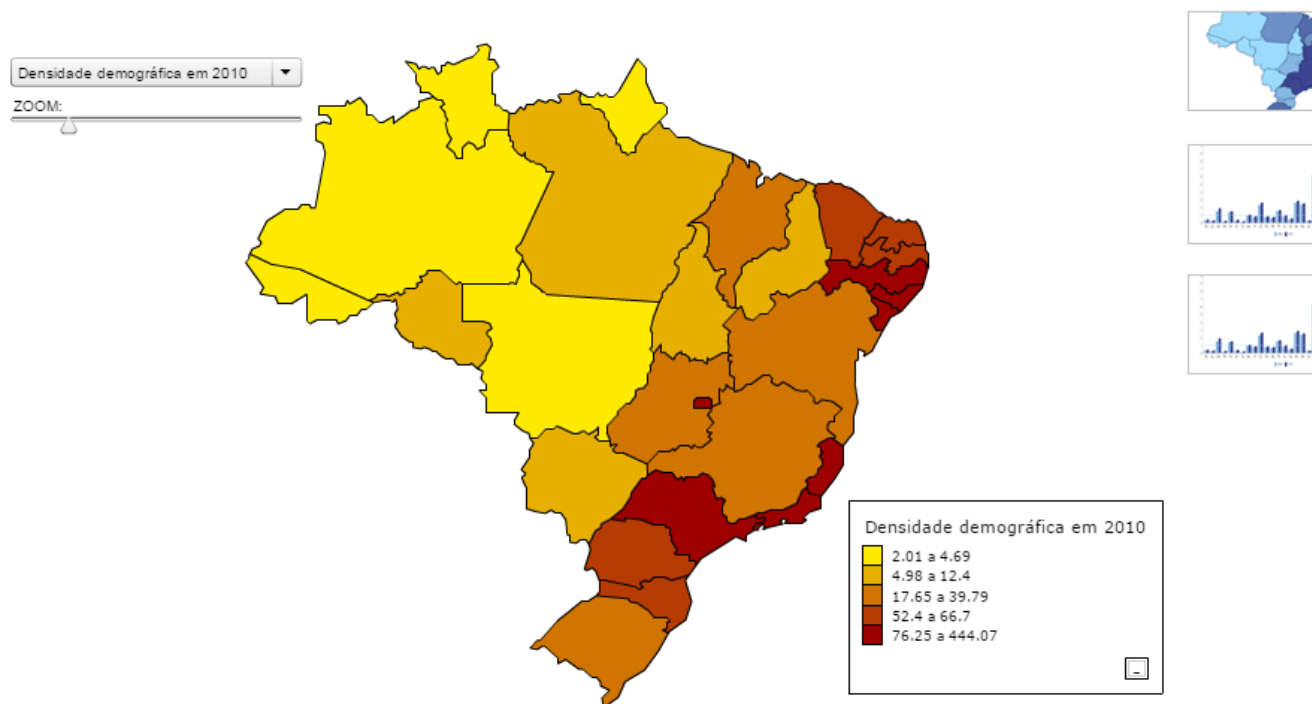
O modelo atualmente adotado por este Ministério da Saúde não se coaduna com os objetivos almejados pela Administração, em especial, a eficiência, considerando que operações de logística integrada apresentam vantagens em relação a custos e qualidade na prestação dos serviços, quando comparadas a operações de armazenagem e distribuição efetuadas por operadores distintos (PAMPLONA ET AL, 2001)¹.

Uma estratégia de logística integrada (armazenagem, transporte e distribuição) possibilita: (1) maior controle do fluxo de ICS; (2) maior índice de produtividade pela sinergia dos ativos e pessoal utilizado; (3) Redução de custos pela otimização do trabalho e de investimentos; (4) Maior controle contratual (uma única relação de reporte entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA; (5) Responsabilidade única de controle de itens em estoque e em movimentação; (6) Integração de todas as etapas do processo logístico sob uma única gestão operacional e administrativa.

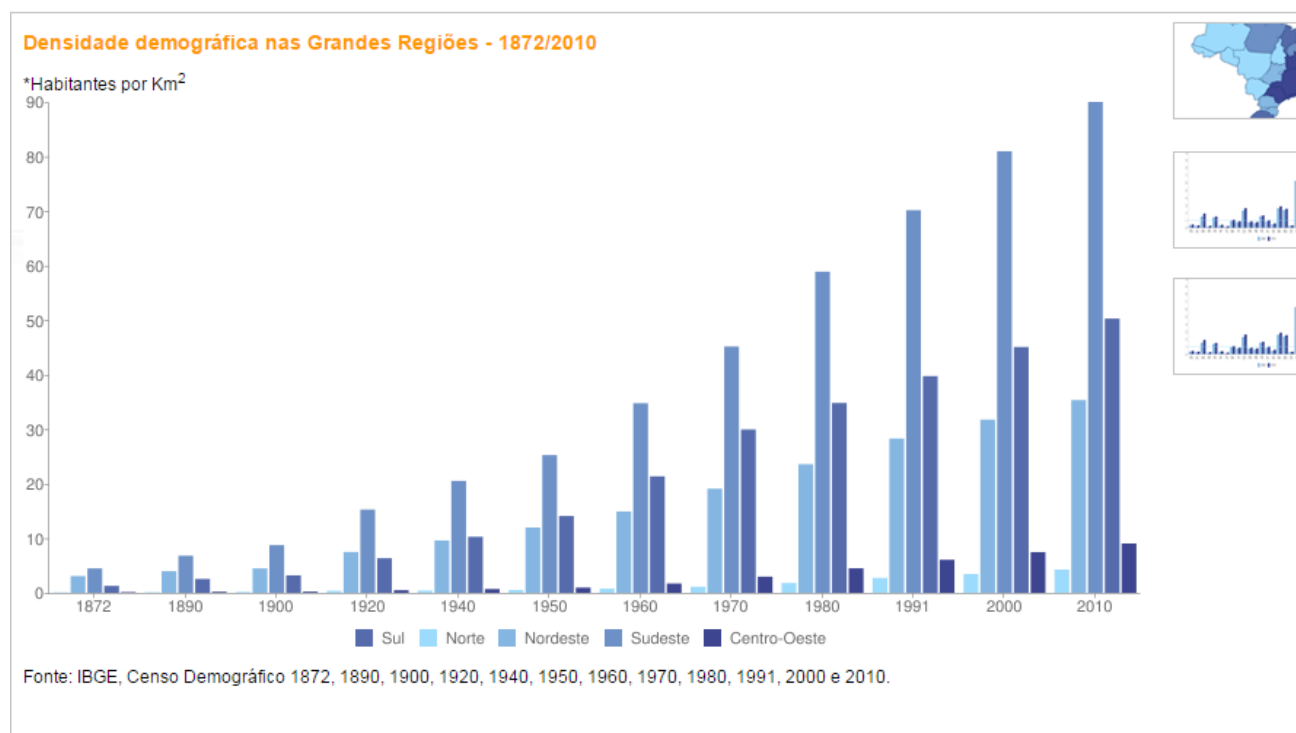
Assim, optou-se por esse modelo de operação, onde o serviço de Armazenagem e Distribuição integrados possibilitará:

- 1- Minimizar os riscos inerentes à armazenagem;
- 2- Garantir mais agilidade na distribuição, reduzindo o tempo para o transporte;
- 3- Garantir, sob o aspecto concorrencial, maior competitividade; e.
- 4- Melhor dimensionamento da infraestrutura com o fim de facilitar o atendimento dos pedidos com maior rapidez em todas as unidades da federação, em consonância com a densidade demográfica do Brasil, conforme demonstrado nos mapas apresentados a seguir:

¹PAMPLONA, C.A.; MARTINEZ, C.; NOGUEIRA, F.;LUZ. Evolução da Adoção de Sistemas Logísticos pela Companhia Siderúrgica Nacional. **Cadernos Discentes COPPEAD**. COPPEAD/UFRJ. 2001.



Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=10&uf=00>



Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=10&uf=00>

2.2.2 Viabilidade Econômica

Com o novo modelo aqui proposto estima-se reduzir o custo total da operação atual, pois será gerenciado um único contrato que envolve toda a Cadeia de Suprimentos e Cadeias de Armazenamento e Distribuição, otimizando e racionalizando assim os processos envolvidos e trazendo consequentemente redução de custos, principalmente os custos indiretos que são gerados com a gestão dos contratos existentes utilizados para a execução dos serviços.

Outro aspecto relevante para a adoção deste modelo é que a contratação de serviços de logística integrada contribuirá para a redução dos Custos Totais de Propriedade (Total Cost of Ownership - TCO), que é definido por BORINELLI (2003)² como uma abordagem estruturada para se determinar os custos totais associados à aquisição e subsequente utilização de determinado bem ou serviço de determinado fornecedor. É um enfoque abrangente, que vai além do preço, para considerar vários outros custos, dentre os quais: assistência técnica, custo de falhas, custos administrativos, manutenção, custos de ciclo de vida, custos de controle, ganhos de produtividade com escala, integração, tecnologia e custos de transação *ex-ante* e *ex-post*.

Ainda segundo ELLRAM (2002)³, o TCO é uma importante técnica de gerenciamento de custos usada pelas organizações e é definida como uma abordagem para se entender e gerenciar os verdadeiros custos, que envolvem um bem/serviço a ser negociado com fornecedores; ou a decisão sobre terceirização. Utiliza-se o TCO em diferentes graus, cobrindo uma gama de situações relacionadas a compras estratégicas e táticas.

O TCO deve incluir os custos da organização interna e externa, por exemplo, custos de negociação e gestão de relacionamento com fornecedores, auditoria externa, transporte, recebimento de contabilidade de fornecedores, inspeção e manuseio de materiais. Ele também inclui os custos com entregas atrasadas, o tempo de inatividade causado por falhas, garantias, custos de descarte e problemas gerados pela qualidade do produto ou serviço do fornecedor (SANTOS, 2011)⁴.

2.2.3 Viabilidade Administrativa

Sendo o objetivo precípua da Administração Pública a manutenção do interesse da coletividade, neste caso, a garantia constitucional do acesso à saúde, a viabilidade Administrativa se justifica quando há:

- 1- Melhores ferramentas de planejamento, controle e gestão;
- 2- Maior economia com a redução dos desperdícios, do retrabalho e dos riscos da Administração;
- 3- Gestão otimizada e racional dos estoques, possibilitando a compra inteligente de ICS – Insumos Críticos de Saúde diversos de forma a atender as reais necessidades de cada região do país;
- 4- Maior sinergia e eficiência logística, conjugando a mão de obra, os sistemas, infraestruturas e frotas;
- 5- Maior acuracidade das informações e dados estatísticos;

² BORINELLI, M. L. Análise de custos de consumidores. **Monografia** apresentada ao curso de Gestão Estratégica de Custos - Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis, Universidade de São Paulo; 2003.

³ ELLRAM, L. **TCO - adding value to the supply chain**. Center for Strategic Purchasing Research for funding (CAPS). Disponível em <https://nevi.nl/sites/default/files/kennisdocument/LEV-TCO-art-018-bl.pdf>. Acessado em 08/06/2017.

⁴ SANTOS, I.C.V. Estudos de Caso de Custo total de Propriedade TCO (Total cost of Ownership). **Monografia**. Faculdade de Tecnologia de São Carlos, São Carlos, 2011.

3. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

O Ministério da Saúde, por meio do seu Departamento de Logística em Saúde – DLOG/SE/MS, está em processo de readequação do seu modelo logístico, buscando modernizar a infraestrutura, com a racionalização de custos e a melhoria da qualidade dos serviços prestados no desempenho das atividades logísticas.

A presente contratação motiva-se pelo crescente aumento de aquisições de ICS – Insumos Críticos de Saúde e de produtos incorporados pelo Ministério da Saúde aliado à falta de capacidade operacional própria de armazenagem e os altos custos de operação com recursos internos.

Atualmente a cadeia de abastecimento para programas de saúde geridos pelo Ministério da Saúde conta com 4 (quatro) unidades de almoxarifados no Estado do Rio de Janeiro e 4 (quatro) no Distrito Federal para o atendimento aos serviços de armazenagem de medicamentos e insumos diversos, além de um operador de transporte multimodal para a realização das operações de distribuição em âmbito nacional destes ICS – Insumos Críticos de Saúde.

O acréscimo da demanda de ICS – Insumos Críticos de Saúde diversos impacta não somente a aquisição destes produtos, mas também investimentos nas atividades fim de estoque e abastecimento, e, de forma ainda mais contundente, as atividades de planejamento, organização, dimensionamento de pessoal, infraestrutura e equipamentos, e, por fim, tecnologia.

O atendimento da crescente demanda, com racionalização/qualificação de custos e a melhoria da qualidade dos serviços prestados no desempenho das atividades logísticas, só se dará por meio das modernizações da infraestrutura e da metodologia de trabalho.

O Departamento de Logística em Saúde – DLOG/SE/MS vislumbra a real necessidade de mudança do modelo atual de gestão dos suprimentos, possibilitando maior economia e controle dos gastos, por meio da gestão integrada dos processos que compõem toda a cadeia de abastecimento, como fruto da modernização eficiente e econômica na gestão da “coisa pública”, neste caso ICS – Insumos Críticos de Saúde, que abastecem a rede pública de saúde.

Assim, o objetivo é contratar uma empresa especializada que, além de executar os serviços operacionais de logística, ofereça ferramentas modernas e eficazes, capazes de subsidiar o Ministério da Saúde com elementos e informações precisos e ágeis no intuito de assessorar este órgão ministerial na gestão de todos os processos inerentes à cadeia de suprimentos.

Em virtude do término da vigência do Contrato 78/2011⁵, em 09 de abril de 2016, foi requerida sua prorrogação excepcional, amparada no artigo 57, II c/c § 4º, da Lei 8666/93. Esta prorrogação inicial teve vigência expirada em abril de 2017.

Além disso, houve o término da vigência do Contrato 10057/2008⁶, em 25 de junho de 2014. Em consequência foi firmado, sob o regime de emergência, o Contrato n. 61/2014, cuja vigência terminou em 26 de dezembro de 2014. Neste ínterim a Coordenação-Geral de Armazenagem e Distribuição – CGAD/DLOG/SE/MS solicitou à Coordenação Geral de Material e Patrimônio – CGMAP/SAA/SE/MS nova contratação em 21 de outubro de 2014 (PEC 5060), que foi sobrestada em virtude do Departamento de Logística em Saúde – DLOG/SE iniciar o processo de contratação de logística integrada, em que prospectava área para armazenagem refrigerada (PEC 8673). Este procedimento foi suspenso, em meados de dezembro de 2015.

Contudo, tal suspensão ocorreu sem tempo hábil para a solicitação de uma nova contratação e a realização de todos os procedimentos atinentes à licitação, de modo que a contratação se efetivasse. Atualmente o Ministério da Saúde conta com as operações suportadas por contratações emergências até a conclusão deste certame.

Com a suspensão do PEC 8673, a CGAD/DLOG iniciou, em 11 de abril de 2016, o PEC 10.258 para aquisição do SERVIÇO CONTÍNUO DE OPERADOR LOGÍSTICO DE ARMAZENAGEM REFRIGERADA, que teve sua continuidade rejeitada pelo Subsecretário de Assuntos Administrativos, em 09 de agosto de 2016, e encaminhado para dar ciência de encerramento definitivo do fluxo ou retornar para nova autorização do DLOG.

Em sequência, o DLOG solicitou, com vistas à sinergia e eficiência logística, a contratação simultânea dos serviços de armazenagem, transporte e distribuição, de forma que seja dado o devido enfoque estratégico a essa importante parte da cadeia logística. Entende-se que a armazenagem do Ministério da Saúde, devido à importância estratégica para os fins de promoção da saúde da população, necessita ser atualizada e revigorada, de modo que a eficiência gere reduções de custos e aumento da capacidade operacional.

Como não poderia haver descontinuidade da prestação desses serviços, o que causaria interrupção em diversos programas de saúde, gerando prejuízo e comprometimento à segurança dos ICS – Insumos Críticos de Saúde armazenados, decidiu-se pela manutenção das contratações dos serviços da VOETUR Cargas e Encomendas LTDA, firmando a prorrogação com cláusula resolutiva na armazenagem ambiente (seca), e a manutenção da contratação dos serviços da ADE Câmara Frigorífica, na armazenagem refrigerada até a conclusão dos estudos e dos cenários para a melhor aquisição.

⁵ O objeto deste contrato é: Prestação de Serviço de Armazenagem, recebimento, triagem, seleção/separação, estocagem, controle de estoque, conferência e expedição (equipamento, mão de obra, espaço e matérias necessários para execução dos serviços).

⁶ O objeto deste contrato é: Locação de câmaras frigoríficas destinada ao armazenamento de medicamentos termolábeis e hemoderivados.

Em relação à armazenagem seca, aquela em que a temperatura é de 15°C a 30°C, intenta-se reduzir a quantidade de infraestrutura utilizada, inserindo em um único almoxarifado os serviços prestados para guarda, conservação e expedição dos preservativos e gel lubrificante, que hoje estão armazenados em espaço inadequado.

Além disso, os almoxarifados do Ministério da Saúde operam em sua capacidade máxima com frequência. A insuficiência de espaço aliada à necessidade crescente de se armazenar os insumos gera sérios problemas para o planejamento efetivo por parte deste Ministério da Saúde, motivo pelo qual as posições paletes estão sendo ampliadas para fazer face à demanda existente.

Este Ministério da Saúde retoma a contratação de empresas especializadas para prestação de **SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TRANSPORTE E ARMAZENAGEM DOS ICS – INSUMOS CRÍTICOS DE SAÚDE** consistindo tais serviços nas atividades de **Modernização Administrativa e Operação das cadeias de armazenamento e distribuição**, tendo em vista que a necessidade deste tipo de serviço é permanente e, com o aumento da demanda de armazenamento nos últimos anos, devido ao acréscimo gradual das aquisições dos ICS – Insumos Críticos de Saúde, avaliou-se a necessidade de um serviço especializado, que gerencie as atividades logísticas referentes aos produtos e que ofereça capacidade tecnológica para realizar um controle mais eficiente dos produtos sob sua responsabilidade.

As instalações de armazenagem podem desempenhar papéis diversos dentro da estrutura de distribuição adotada por uma organização: recepção e consolidação de produtos de vários fornecedores, para distribuição posterior a diferentes destinos; recepção de insumos críticos de saúde de um laboratório e distribuição para diversas unidades de dispensação estaduais e municipais. Barros (2005)⁷ recomenda que a armazenagem deve ser planejada, envolvendo desde o leiaute do armazém, o manuseio de materiais, a embalagem, a identificação de materiais, os métodos de localização e até mesmo a rede de distribuição, contemplando todos os locais de origem e de destino final.

Em outras palavras, uma operação de logística integrada é realizada pela integração de três operações fundamentais da logística: armazenagem, transporte e distribuição. Neste sentido, tanto os serviços de armazenagem quanto os de transporte e de distribuição permitirá assim que o operador logístico vencedor do certame de fato integre todas as operações, resultando em ganhos de produtividade, eficiência e redução de custos inseridos nas propostas.

3.1 BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO:

Com a contratação de empresa especializada, o serviço, que não se limita à execução das atividades operacionais logísticas, irá promover a integração das execuções destas atividades com o planejamento estratégico do Ministério da Saúde para o desenvolvimento das políticas públicas, buscando-se:

⁷BARROS, Monica Coutinho de. Warehouse Management System (WMS): conceitos teóricos e implementação em um centro de distribuição. 2005. 127 f. Dissertação (Mestrado em Logística) -Programa de Pós-Graduação em Engenharia Industrial, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005.

- (i) Reduzir o custo total da cadeia de suprimentos de ICS, contemplando os custos de transporte de suprimento (do fornecedor para os armazéns do Ministério da Saúde), custos de armazenagem, custos de transporte de transferência (entre armazéns) e custos de distribuição para as unidades de saúde estaduais e municipais, quando aplicável;
- (ii) Dotar o Ministério da Saúde de melhores ferramentas de planejamento, controle e gestão;
- (iii) Proporcionar maior economia com a redução de desperdícios, de retrabalho e dos riscos de Administração;
- (iv) Gerar maior economicidade promovendo a gestão otimizada e racional dos estoques, possibilitando a compra inteligente de ICS – Insumos Críticos de Saúde;
- (v) Possibilitar condições adequadas de acondicionamento, armazenagem, movimentação e distribuição de produtos contando com infraestrutura física e tecnológica que atenda a todas as normativas da ANVISA;
- (vi) Conferir maior sinergia e eficiência logística, conjugando a mão de obra, os sistemas, infraestruturas e frotas;
- (vii) Estabelecer controle e rastreamento dos ICS – Insumos Críticos de Saúde;
- (viii) Maior acuracidade das informações e dados estatísticos;
- (ix) Utilizar indicadores de desempenho para avaliar a operação e definir métricas para aderência dos fluxos de processo;
- (x) Conferir Infraestrutura adequada à necessidade dos ICS – Insumos Críticos de Saúde e demais produtos em temperatura ambiente e controlada;
- (xi) Utilização de Mão de obra de custo reduzido não-exclusiva e frota qualificada e em quantidade suficiente;
- (xii) Acesso à tecnologia de gestão integrada de toda a operação logística;

Estima-se, portanto, que a execução do referido serviço reduza custos, garanta a qualidade dos serviços e minimize os riscos da Administração, visto que a operacionalização da armazenagem e distribuição de ICS – Insumos Críticos de Saúde será realizada por empresa com especialização nessas atividades. A aquisição de serviço de armazenagem em temperatura ambiente e refrigerada, prestados de forma conjunta, visa preservar a rotina administrativa, diminuir o custo administrativo com o gerenciamento de diversas unidades, reduzir os custos de transação entre diferentes fornecedores e otimizar os serviços, dado que os serviços possuem a mesma natureza e guardam relação entre si.

Estima-se, portanto, que a execução do referido serviço reduza custos, garanta qualidade dos serviços e minimize os riscos da Administração, visto que a operacionalização da armazenagem e distribuição de ICS – Insumos Críticos de Saúde será realizada por empresa com

especialização nessas atividades. A aquisição de serviço de armazenagem em temperatura ambiente e refrigerada, prestados de forma conjunta, visa preservar a rotina administrativa, diminuir o custo administrativo com o gerenciamento de diversas unidades e otimizar os serviços, dado que os serviços possuem a mesma natureza e guardam relação entre si.

3.2 CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE:

Os serviços de armazenagem e distribuição dos ICS – Insumos Críticos de Saúde estão plenamente alinhados com os objetivos do Ministério da Saúde, que intenta aprimorar os processos de planejamento, aquisição, armazenamento e distribuição dos ICS – Insumos Críticos de Saúde, com foco na eficiência, eficácia, efetividade, economicidade e transparência.

A pretendida contratação está conectada com o planejamento existente que almeja melhorar a capacidade de gestão da cadeia logística e manter a rede de saúde abastecida mediante o seu aprimoramento.

3.3 NATUREZA DO SERVIÇO:

Os serviços citados neste Termo de Referência são **continuados**, ou seja, são aqueles em que a interrupção compromete a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva se estender por mais de um exercício financeiro.

Enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos, mas que apóiam a realização das atividades essenciais ao cumprimento institucional do Ministério da Saúde.

A prestação do serviço por empreitada por preço unitário, objeto da contratação, será realizada mediante a utilização de **mão de obra não exclusiva**, devidamente provida pela CONTRATADA, de modo que cumpram exigências e procedimentos constantes neste Termo de Referência. A mão de obra é não exclusiva e a prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

O serviço objeto desta contratação é considerado **Serviço Comum** (Art. 4º do Decreto nº 5.450/2005), dado que os padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

5. DA MODALIDADE:

A utilização da modalidade **pregão eletrônico**, destina-se a serviços que possam ser objetivamente definidos, como é o caso da operação logística de armazenagem e transporte.

Será definido o “menor preço global”, por questões de economia de escala, melhor eficiência operacional pela integração das atividades de armazenamento e transporte, compatibilidade entre sistemas de tecnologia da informação na armazenagem e transporte, inclusão de todos os custos administrativos, operacionais, segurança física e lógica, comunicação com a CONTRATANTE, diferentes modalidade de armazenagem (refrigerada, seca, itens tóxicos, de alto valor etc.).

Considerando-se as premissas do Art. 23, § 1º da Lei 8.666/1993 é importante ressaltar que a opção por realizar a contratação de uma operação de logística integrada difere substancialmente da contratação isolada de serviços de armazenagem e transporte.

A logística integrada, como o nome diz, obtém suas vantagens em termos de eficiência, controle e redução de custos exatamente por que permite que as operações de armazenagem, transporte e distribuição ocorram sob a coordenação de um único operador logístico, que passa, assim, a gerenciar toda a cadeia de distribuição, ganhando escala em operações, compartilhando todas as informações de cada etapa, adequando à rede logística (linhas de transporte e localização de armazéns) à medida que surgem ganhos de eficiência (curva de aprendizagem do processo operacional), como por exemplo, melhor programação das operações de pátio (recebimento e expedição de carga), agendamento programado de atracação de caminhões, maior giro de estoque com o menor nível de transporte, otimização da ovação da carga nos caminhões (mais caminhões FTL e menos LTL) e menor uso de mão de obra em movimentação interna de carga.

Ademais, ressalte-se que, considerando a quantidade de operadores logísticos no Brasil, não há que falar-se de redução da competitividade pela contratação, uma vez que todos estes operadores oferecem ambos os serviços (armazenagem e transporte), que aliás, nos termos da Associação Brasileira de Logística (ABOL) é o que define um operador logístico: oferecer de maneira integrada os serviços de **armazenagem, transporte e distribuição**.

Ressalte-se que a optar pela contratação de um mesmo operador para realizar o transporte e a armazenagem permite-se também que a CONTRATADA adote técnicas de gestão logística redutoras de custos totais, como, por exemplo, a opção por uma capacidade extra de carregamento de veículos, reduzindo tempos de carga e descarga, aumentando o giro da frota e reduzindo os custos de transporte, responsáveis por cerca de 60% do custo logístico total (RIBEIRO; FERREIRA, 2002⁸; FLEURY; FIGUEIREDO; WANKE, 2000)⁹. Tal estratégia somente pode ser adotada quando o responsável pelo transporte é também o responsável pela armazenagem, uma vez que reduções no custo de transporte pelo aumento no giro da frota podem resultar em aumentos no custo de armazenagem. Todavia, o resultado global será de redução no custo total, em se tratando de um mesmo operador nas duas atividades.

⁸ RIBEIRO, P. C. C. FERREIRA, K. A. Logística e Transporte: Uma Discussão Sobre os Modais de Transporte e o Panorama Brasileiro. XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. **Anais**. Curitiba, PR, 23 a 25 de outubro de 2002.

⁹ FLEURY, P.F., FIGUEIREDO, K., WANKE, P. (org.). **Logística Empresarial: A Perspectiva Brasileira**. Coleção COPPEAD de Administração. São Paulo: Atlas, 2000.

6. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL / REFERÊNCIAS NORMATIVAS:

ACONTRATADA fica obrigada a cumprir toda e qualquer legislação referente à armazenagem e à movimentação, dos ICS – Insumos Críticos de Saúde, inclusive eventuais alterações que venham a ocorrer na legislação ora vigente, bem como todas as normas que porventura vierem a ser publicadas e que direta ou indiretamente impactem este objeto.

ACONTRATADA deverá obedecer à normatização específica e/ou procedimentos particulares emitidos pelo Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Conselho Federal e Regional Farmacêutico, Organização Mundial de Saúde – OMS, entre outros, citados ou não neste Termo de Referência, além da legislação específica dos estados.

Ressalta-se, em especial, a necessária observância das normas abaixo citadas:

- **Lei n.º 9.611, de 19 de fevereiro de 1998** – Dispõe sobre o transporte multimodal de cargas;
- **Decreto n.º 3.411, de 12 de abril de 2000** – Regulamenta a Lei n.º 9.611/98;
- **Decreto n.º 8.077, de 14 de agosto de 2013** - Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei no 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências;
- **Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999** - Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.
- **Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976** - Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências;
- **Lei n.º 11.442, de 05 de janeiro de 2007** - Dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei n.º 6.813, de 10 de julho de 1980;
- **Lei n.º 11.903, de 14 de janeiro de 2009** – Dispõe sobre o rastreamento da produção e do consumo de medicamentos por meio de tecnologia de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados;
- **Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990** – Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências;
- **Portaria SVS/MS n.º 802, de 08 de outubro de 1998** - Institui o Sistema de Controle e Fiscalização em toda a cadeia dos produtos farmacêuticos;

- **Portaria SVS/MS n.º 1.051 e 1.052 de 29 de dezembro de 1998** – Regulamento técnico para autorização/habilitação de empresas transportadoras de produtos farmacêuticos e farmoquímicos e a prova a relação de documentos necessários para habilitar a empresa a exercer a atividade de transporte de produtos farmacêuticos e farmoquímicos, sujeitos à vigilância sanitária;
- **Resolução - RDC/ANVISA n.º 16, de 01 de abril de 2014** - Dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas;
- **Resolução - RDC/ANVISA n.º 20, de 10 de abril de 2014** – Dispõe sobre regulamento sanitário para o transporte de material biológico humano;
- **Resolução – RDC/ANVISA n.º 39, de 14 de agosto de 2013** - Dispõe sobre os procedimentos administrativos para concessão da Certificação de Boas Práticas de Fabricação e da Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem;
- **Resolução - RDC/ANVISA n.º 204, de 14 de novembro de 2006** - Regulamenta as boas práticas de distribuição e fracionamento de produtos farmacêuticos;
- **Resolução - RDC/ANVISA n.º 329, de 22 de julho de 1999** – Institui o roteiro de inspeção para transportadoras de medicamentos;
- **Resolução n.º 433, de 26 de abril de 2005** - Conselho Federal de Farmácias (CFF) – Regulamenta a atuação do farmacêutico em empresa de transporte terrestre, aéreo, ferroviário ou fluvial, de produtos farmacêuticos, farmoquímicos e produtos para saúde;
- **Resolução ANTT n.º 420, de 12 de fevereiro de 2004** – Aprova as instruções complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos e alterações;
- **Resolução ANTT n.º 794, de 22 de novembro de 2004** – Dispõe sobre a habilitação do Operador de Transporte Multimodal.
- **Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002**, institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- **Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993** - Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços (inclusive de publicidade), compras, alienações e

locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e suas alterações;

- **Instrução Normativa nº 02/SLTI/MPOG, de 30 de abril de 2008**, dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não; alterada pela Instrução Normativa n. 6, de 23 de dezembro de 2013.

A relação acima é meramente exemplificativa, frisando-se que a ausência de previsão expressa de qualquer legislação neste termo, não exime a contratada de cumprir a todas as normas e legislações vigentes aplicáveis ao objeto desta licitação.

7. DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA E DETALHAMENTO DO SERVIÇO

7.1 ATIVIDADES:

- 7.1.1** As atividades propostas neste Termo de Referência consistem em Modernização Administrativa, onde todas as soluções necessárias para a evolução do controle logístico serão implantadas; Serviços Técnicos de Implantação da Operação Logística, onde será estruturado o mapeamento dos processos logísticos, treinamentos e estruturação do projeto de execução do serviço; Serviços Técnicos de Armazenagem e Gestão do Centro de Distribuição, onde todo o trabalho compreendido nas etapas de recebimento, triagem, estocagem, separação (picking), conferência/packing, expedição, inventário e gestão operacional dos ICS – Insumos Críticos de Saúde da CONTRATANTE nas dependências da CONTRATADA, serão executados, com fornecimento de mão de obra não exclusiva e gestão dos estoques por meio de sistema de gerenciamento de armazéns informatizado;
- 7.1.2** Os serviços realizados nas dependências do operador logístico no manuseio e embalagem dos ICS – Insumos Críticos de Saúde para a formação da carga a ser transportada serão de responsabilidade da CONTRATADA, contudo poderão ter orientação e supervisão de técnicos designados pela CONTRATANTE;
- 7.1.3** A CONTRATADA deverá comunicar informalmente à CONTRATANTE de imediato e, formalmente, no prazo máximo de 03 (três) dias, sobre providências da CONTRATANTE que devam ser adotadas para que haja perfeita execução dos serviços;
- 7.1.4** A volumetria referente às atividades para efeito de apresentação da proposta está detalhada nos **APÊNDICES I e VIII**;
- 7.1.5** O detalhamento dos serviços a serem executados pelo operador logístico está apresentado no **APÊNDICE II**, e inclui as macroatividades descritas abaixo:

7.1.5.1

- SERVIÇOS TÉCNICOS DE ARMAZENAGEM E GESTÃO DO CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO;
- SERVIÇOS TÉCNICOS DE TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO.

7.2 INSTALAÇÕES DA EMPRESA:

Todas as instalações deverão estar de acordo com a **Resolução - RDC Nº 39, de 14 de agosto de 2013** – a qual dispõe sobre os procedimentos administrativos para concessão da Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos e atender o descritivo abaixo:

7.2.1 Antes do início das atividades, a CONTRATANTE fará vistorias no imóvel para verificação do cumprimento das condições exigidas neste Termo de Referência, em conformidade com o estabelecido no **item 9.1.1;**

7.2.1.1 As instalações devem ser localizadas, planejadas, construídas, adaptadas e mantidas de forma que sejam adequadas às operações a serem realizadas;

7.2.1.2 As instalações devem ser seguras, estruturalmente sólidas e de capacidade suficiente para permitir o armazenamento e manuseamento seguro dos ICS – Insumos Críticos de Saúde;

7.2.1.3 Os ICS – Insumos Críticos de Saúde da Portaria 344/1998 devem ser guardados sob chave ou outro dispositivo que ofereça segurança e em local exclusivo para esse fim;

7.2.1.4 O pé direito do imóvel deverá ter altura que permita uma distância mínima dos insumos com o telhado, de modo que não cause nenhuma instabilidade no insumo quanto à temperatura e umidade.

7.2.1.5 As áreas serão definidas pelas características do produto, ou seja, cada tipo de ICS – Insumos Críticos de Saúde deverá ser alocado em uma única área. Assim, não poderá a CONTRATADA dispor de mais de uma aérea para o mesmo produto.

7.2.1.5.1A CONTRATADA poderá dispor de diferentes áreas em até dois endereços separados, desde que a soma da distância entre tais endereços não ultrapasse o limite máximo especificado, conforme especificação em APENDICE.

7.2.2 Os imóveis deverão ser adequados para armazenagem dos ICS – Insumos Críticos de Saúde de forma que suas instalações apresentem condições físicas que garantam a segurança dos ICS – Insumos Críticos de Saúde contra sinistros e eventuais desvios de qualidade e deve possuir um **total de 13.500 (Treze mil e quinhentos) posições-paletes para a armazenagem de 15°C a 30°C e 6.000 (Seis mil) posições paletes para a armazenagem refrigerada** as quais serão divididas da seguinte forma:

7.2.2.1 ÁREA DE ARMAZENAGEM DE ICS – INSUMOS CRÍTICOS DE SAÚDE 15°C A 30°C, serão subdivididas da seguinte forma:

- **Não Controlados** – Total de **8.400** (Oito mil e quatrocentas) posições paletes, sendo:
 - **7.800**(sete mil e oitocentas) posições para armazenagem geral de ICS – Insumos Críticos de Saúde não controlados;
 - **600** (seiscentas) posições para ICS – Insumos Críticos de Saúde não controlados segregados.
 - O leiaute interno das áreas internas do armazém poderá sofrer ajustes em sua configuração de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, visando a redimensionamento que contribua para um melhor equilíbrio de capacidade de armazenagem de ICS controlados e não controlados, não resultando em impactos à área total e nem novos custos que não os incorridos em processos comuns de readequação de leiaute e movimentação interna em armazéns logísticos, que deverão estar previstos no preço global apresentado pela CONTRATADA.
- **Controlados** – Total de **2.000** (Duas mil) posições paletes, sendo:
 - **1750**(mil setecentos e cinquenta) posições paletes para armazenagem geral de ICS – Insumos Críticos de Saúde controlados;
 - **250** (duzentos e cinquenta) posições paletes para ICS – Insumos Críticos de Saúde controlados segregados.
 - Esta configuração de posições paletes poderá ser ajustada de acordo com a necessidade da CONTRATANTE sem acarretar custo e sem aumento nas posições paletes totais.

- **Demanda Judicial**

- Sala segregada para medicamentos da demanda judicial, contendo prateleiras para guarda simples e segura dos ICS, permitindo um processo de *picking* rápido dos itens, considerados de trânsito rápido, não demandando, portanto, a exigência de estruturas de porta-paletes.

- **TOTAL: 10.400 (Dez mil e quatrocentos) posições paletes.**

7.2.2.2 ÁREAS DE ARMAZENAGEM DE LARVICIDAS, PRODUTOS DIVERSOS, PRODUTOS TÓXICOS, PRAGUICIDAS E INSETICIDAS,deverão contar com mecanismos de isolamento físico (paredes, portas isolantes e placas/cartazes indicativos) em relação aos demais ICS que permitam a guarda segura e impeçam a contaminação de quaisquer outros ICS armazenados no mesmo armazém, propiciando armazenagem de acordo com as exigências dos respectivos fabricantes, seguindo as boas práticas de armazenamento deste tipo de ICS.

TOTAL: 3.100 (três mil e cem) posições paletes

7.2.2.3 ÁREA DE ARMAZENAGEM DE ICS – INSUMOS CRÍTICOS DE SAÚDE REFRIGERADOS:

7.2.2.3.1 Câmara-fria Positiva (podendo ser 1 (uma) ou mais câmaras-refrigeradas) com temperatura controlada entre +2°C (dois graus Celsius) e +8°C (oito graus Celsius), com sistema supervisorio para monitoramento e controle contínuo de temperatura, com sensores calibrados periodicamente, destinada exclusivamente ao armazenamento de ICS – Insumos Críticos de Saúde, sendo que, da capacidade total de 6.000 (seis mil) posições paletes, 5.750 (Cinco mil setecentos e cinquenta) posições paletes terão a seguinte capacidade mínima:

- **5.600**(cinco mil e seiscentos)posições para ICS – Insumos Críticos de Saúde **não controlados**, das quais:
 - **5.100**(cinco mil e cem) posições para armazenagem geral de ICS – Insumos Críticos de Saúde não controlados;
 - **500** (Quinhentos) posições para ICS – Insumos Críticos de Saúde não controlados segregados.
 - Esta configuração interna poderá ser ajustada de acordo com a necessidade da CONTRATANTE sem acarretar custos.
- **150**(cento e cinquenta) posições para ICS – Insumos Críticos de Saúde **controlados**, das quais:
 - **100**(cem) posições para armazenagem geral de medicamentos controlados;
 - **50** (cinquenta) posições ICS – Insumos Críticos de Saúde controlados segregados.
 - Esta configuração interna poderá ser ajustada de acordo com a necessidade da CONTRATANTE sem acarretar custos.

7.2.2.3.2 Câmara-fria Negativa (podendo ser 1 (uma) ou mais câmaras-refrigeradas) com temperatura controlada entre -15°C (quinze graus Celsius negativos) e -35°C (trinta e cinco graus Celsius negativos), com sistema supervisorio para monitoramento e controle contínuo de temperatura, com sensores calibrados periodicamente, com capacidade mínima de **250 (duzentos e cinquenta) posições paletes**, destinada exclusivamente ao armazenamento de bobinas de gelo reutilizáveis e medicamentos específicos;

- **TOTAL: 6000 (seis mil) posições paletes.**

7.2.2.4 A CONTRATADA também deverá disponibilizar área segregada (separação por paredes e portas isolantes, com placas indicativas) para a armazenagem de produtos devolvidos, reprovados por órgãos de certificação, em quarentena, em análise, vencidos, recolhidos, não conformes, entre outros, de modo que,

pela diversidade de características, deverão estar apartados dos demais ICS – Insumos Críticos de Saúde aptos ao uso e bem identificados em seus respectivos espaços. Esta área deverá ser dimensionada pela CONTRATADA, baseando-se em sua experiência na gestão logística de ICS e a ocorrência histórica dos fenômenos acima mencionados.

7.2.2.5 Entre as áreas dos ICS – Insumos Críticos de Saúde não controlados e controlados, deve existir barreira física que as separe, sendo que no último caso, ou seja, dos controlados, deve haver acesso restrito (somente aos empregados definidos pela CONTRATADA que necessitem atuar dentro da área de controlados e aos servidores da CONTRATANTE);

7.2.2.6 Das Áreas de recepções:

7.2.2.6.1 Armazenagem de 15°C a 30°C: com, no mínimo, 300m² (trezentos metros quadrados), fechada/coberta, com dimensões compatíveis com a atividade de recebimento dos ICS – Insumos Críticos de Saúde de saúde. Além disto, deve dispor de espaço para a realização das atividades administrativas pertinentes à recepção dos insumos;

7.2.2.6.2 Armazenagem refrigerada: com no mínimo 300m² (trezentos metros quadrados), fechada/coberta, com dimensões compatíveis com a atividade de recebimento dos ICS – Insumos Críticos de Saúde de saúde e com temperatura controlada entre +8°C (oito graus Celsius) e +15°C (quinze graus Celsius), para que não haja degradação e comprometimento à utilização dos ICS – Insumos Críticos de Saúde de saúde refrigerados. Além disto, deve dispor de espaço para a realização das atividades administrativas pertinentes à recepção dos insumos;

7.2.2.7 Área de expedição

7.2.2.7.1 Armazenagem de 15°C a 30°C: com, no mínimo, 300m² (trezentos metros quadrados), deverá ser fechada/coberta e ter dimensões compatíveis com a atividade de manuseio para embalagem e expedição dos medicamentos. Além disto, deve dispor de espaço físico para a realização das atividades administrativas pertinentes à expedição dos ICS – Insumos Críticos de Saúde citados;

7.2.2.7.2 Armazenagem refrigerada: com, no mínimo 300m² (trezentos metros quadrados), deverá ser fechada/coberta e ter dimensões compatíveis com a atividade de manuseio para embalagem e expedição dos ICS – Insumos Críticos de Saúde, com temperatura controlada entre +8°C (oito graus Celsius) e +15°C (quinze graus Celsius), para que não haja variações que venham a degradar a utilização dos ICS – Insumos Críticos de Saúde. Além disto, deve dispor de espaço físico para a realização das atividades administrativas

7.2.2.8 Antecâmara:

7.2.2.8.1 Armazenagem refrigerada: com temperatura controlada entre +2°C (dois graus Celsius) e +8°C (oito graus Celsius), para que não haja perda da temperatura quando do manuseio dos ICS – Insumos Críticos de Saúde durante seu recebimento e sua expedição, com área suficiente para armazenagem provisória de **100 (cem) paletes**, além de corredores livres e desobstruídos, com dimensões adequadas para operação com empilhadeiras elétricas;

7.2.2.8.2 Os 100 (cem) paletes indicados em 7.2.2.8.1. não devem ser considerados para efeitos de armazenagem e precificação.

7.2.2.8.3 Não há necessidade de antecâmara refrigerada para a armazenagem de 15°C a 30°C.

7.2.2.8.4 Portas de acesso com recurso de segurança (controle de acesso automatizado) e travamento interno;

7.2.2.8.5 Docas: no mínimo, 04 (quatro) privativas e equipadas com rampas niveladoras, sendo pelo menos 02 (duas) delas destinadas as cargas e 02 (duas) destinadas às descargas de ICS – Insumos Críticos de Saúde de saúde para de temperatura de climatizada e, no mínimo, 04 (quatro) docas privativas e equipadas com rampas niveladoras, sendo pelo menos 02 (duas) delas destinadas as cargas e 02 (duas) destinadas às descargas de ICS – Insumos Críticos de Saúde refrigerados.

7.2.2.9 Pátio de manobras compatíveis com circulação de caminhões, carretas e porta-container, com piso pavimentado (asfalto, bloquetes ou outro tipo que ofereça segurança e resistência);

7.2.2.10 Estacionamento pavimentado (asfalto, bloquetes ou outro tipo que ofereça segurança e resistência);

7.2.2.11 Paredes e piso dos locais de armazenagem e movimentação deverão ser de fácil conservação, laváveis e isentos de infiltrações;

7.2.2.12 O piso deverá ser de alta resistência, plano (sem desnível), e liso; com capacidade para suportar os equipamentos de armazenagem, equipamentos de movimentação e cargas, permitindo o tráfego de empilhadeiras elétricas e carros hidráulicos elétricos;

7.2.2.13 Paredes e pisos devem minimizar o risco de falhas e possibilitar a limpeza e manutenção, de modo a evitar, a exemplo, acúmulo de poeira, sujeira, fungo ou qualquer efeito adverso que possa afetar a qualidade dos ICS – Insumos Críticos de Saúde.

7.2.2.14 O telhado deverá possuir telhas térmicas ou com isolamento térmico, bem como ser impermeável, de modo a evitar infiltração;

7.2.2.15 Havendo necessidade, as câmaras refrigeradas deverão ser providas de desumidificadores para uniformidade do índice de umidade; de telhas térmicas ou com isolamento térmico, bem como impermeável, para evitar infiltração.

7.2.2.16 Área administrativa para a CONTRATANTE, de maneira que a mesma ofereça condições adequadas ao seu bom funcionamento e atendimento para 10 (dez) servidores, e contendo, no mínimo:

- Espaço físico de, no mínimo, 150m² (quarenta metros quadrados);
- 10 (dez) mesas e 10 (dez) cadeiras;
- Mesa de reunião com cadeiras para 10 (dez) lugares;
- 10 (dez) computadores;
- Ar condicionado;
- Copa
- Pontos lógicos e de energia;
- Acesso à internet;
- 02 (duas) linhas telefônicas e
- 02 (duas) impressora multifuncional.

7.2.2.17 Área administrativa para a CONTRATADA, com capacidade dimensionada pela mesma.

7.2.2.18 Antes da utilização da área de armazenagem deve-se realizar um mapeamento inicial de temperaturas em condições representativas, registrando os extremos de flutuações e adotando medidas corretivas.

7.2.2.18.1 Os equipamentos, utilidades e sistemas de uso da CONTRATADA devem ser periodicamente monitorados e calibrados, além de serem submetidos à manutenção preventiva e corretiva, conforme **7.12**;

7.2.2.19 Os registros diários e por faixas horárias (06:00 às 10:00; 10:01 às 14:00; 14:01 às 18:00; 18:01 às 22:00; 22:01 às 06:00) das medições das temperaturas e umidade deverão ser armazenados e mantidos durante todo o período do contrato, podendo ser requisitados a qualquer momento;

7.2.2.20 A CONTRATADA deverá possuir sistema de registro de temperatura e de umidade, com possibilidade de impressão dos dados e gráficos (monitoramento digital de temperatura integrado ao microcomputador com leituras automáticas e registro em banco de dados por meio de software de gerenciamento de temperatura e que permita a emissão de relatórios por períodos);

- 7.2.3** Deverá haver sistema de alarme sonoro e luminoso com dispositivo que permita detectar defeitos; queda, falta ou oscilação de energia elétrica nos equipamentos de refrigeração ou portas abertas, com acionamento automático/simultâneo que mantenha a estabilidade de temperatura dentro dos padrões solicitados;
- 7.2.4** Deverá haver gerador de energia elétrica com acionamento automático em caso de quedas de energia, em plenas condições de funcionamento, que suporte a demanda da câmara refrigerada, com os registros pertinentes as manutenções preventivas, manual do equipamento, procedimentos operacionais e treinamento dos empregados disponíveis;
- 7.2.5** A CONTRATADA deverá observar o desempenho das câmaras refrigeradas durante eventuais quedas de energia, verificando o tempo necessário para que essa retome seu regime de trabalho normal; tempo em que o gerador de energia entra em operação; entre outros dados que possibilitarão a identificação de falhas e suas correções;
- 7.2.6** A CONTRATADA deverá utilizar um método de isolamento térmico para reduzir as trocas térmicas indesejáveis e manter a temperatura desejada quando próxima a ambientes externos na área de armazenagem refrigerada;
- 7.2.7** A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso à copa e banheiros (masculino e feminino) aos colaboradores da CONTRATANTE, sendo que esses locais não podem ter comunicação direta com as áreas de armazenagem;
- 7.2.8** As instalações deverão possuir iluminação adequada, de preferência fluorescente, e que não produza o aumento da temperatura no interior da área de armazenagem;
- 7.2.9** As instalações deverão propiciar a separação física, bem delimitada, dos ICS – Insumos Críticos de Saúde das áreas de recebimento, expedição e armazenagem, sendo que a área de armazenagem deverá conter somente os ICS – Insumos Críticos de Saúde do Ministério da Saúde;
- 7.2.10** As instalações devem ser planejadas para garantir o fluxo logístico de materiais e pessoas; As instalações físicas da CONTRATADA deverão ter condições técnicas de comportar os equipamentos (exemplo, antena, estrutura de cabeamento, leitores e coletores óticos, entre outros).

7.3 EQUIPAMENTOS DE ARMAZENAGEM:

- 7.3.1** As áreas de armazenagem devem ser dotadas com equipamentos/estrutura de armazenagem do tipo porta-paletes, com acessibilidade direta a todos os paletes armazenados;
- 7.3.2** Os equipamentos de armazenagem deverão ser em estrutura metálica e compatíveis para acomodação de Paletes Padrão ABNT – PBR-I (paletes padrão de 1000mm x 1200mm), em plástico, com peso máximo por palete de 1.000kg (mil quilos), e altura máxima de 1,60m (um metro e sessenta centímetros), considerando o palete e a carga;
- 7.3.2.1** Para otimizar a ocupação da armazenagem, o Ministério da Saúde poderá solicitar à CONTRATADA a subdivisão de posições-paletes por meio da utilização de longarinas adicionais e planos metálicos, de maneira a criar prateleiras para a armazenagem de lotes

com número pequeno de volumes, sendo a CONTRATADA, devidamente remunerada pela nova estrutura disponibilizada;

7.3.3 Deverão ser disponibilizadas **19.500 (Dezenove mil e quinhentas)** posições paletes, de acordo com a divisão informada no item **7.2.2**.

7.3.4 A CONTRATADA será responsável pela manutenção e fornecimento de, no mínimo, 10.000 (dez mil) Paletes Padrão ABNT – PBR-I (paletes padrão de 1000 mm X 1200 mm) em plástico, para armazenagem e movimentação das cargas. O restante dos paletes necessários à CONTRATADA serão disponibilizados a partir das operações existentes no RJ e em DF atualmente, após a conclusão da transferência para a operação da nova CONTRATADA.

7.4 EQUIPAMENTOS DE MOVIMENTAÇÃO E DE PESAGEM

7.4.1 A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de equipamentos de movimentação e de pesagem adequados e calibrados, em quantidade suficiente para o atendimento dos serviços descritos neste Termo de Referência, a exemplo de empilhadeiras elétricas retráteis, paleteiras elétricas, paleteiras manuais, balanças (200kg e 500kg) e outros conforme necessidade, consoante item **7.7.1** e **APENDICE VII**.

7.4.2 As balanças deverão ser aferidas e calibradas, com base em procedimentos de verificação estabelecidos pela **Portaria Inmetro 236 de 1994**, que estabelece um prazo de um ano para a validade da verificação.

7.5 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:

7.5.1 A CONTRATADA deverá possuir software para gerenciamento de armazéns, o qual deverá garantir a rastreabilidade e acuracidade de todas as atividades descritas neste Termo de Referência e ser passível de interoperabilidade com os sistemas designados pela CONTRATANTE, nos termos dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – Eping, envolvendo padrões abertos (não-proprietários) de Interconexão (webservices), Segurança (firewall), Meios de Acesso (Internet), Organização e Intercâmbio de Informações (formato livre de arquivos: txt, xml e pdf) . O sistema de gerenciamento de armazéns da CONTRATADA deverá utilizar tecnologias de captura de dados com código de barras, através de dispositivos móveis, com capacidade de fazer leituras, e impressoras de etiquetas adesivas.

7.5.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar consulta, por meio da internet, para o acompanhamento e controle das operações realizadas, incluindo a impressão de relatórios. As informações deverão ser atualizadas com a periodicidade mínima de um dia (input diário), sendo preferencialmente atualizadas online (no momento da sua realização);

7.5.2.1 O software de gerenciamento de armazém deve permitir a visualização de dados relativos ao recebimento (Nota fiscal, fornecedor, data de recebimento, produtos recebidos, lotes recebidos e quantidades), controle de armazenagem (contendo dados relativos à quantidade,

lotes, validade, número de posições de paletes ocupadas, status dos produtos), separação e embalagem (monitoramento de performance de romaneio) e expedição (visualização dos status da operação e emissão de Nota de Despacho eletrônica, destinatário, produtos expedidos, lotes expedidos e quantidades, além de outras informações que a CONTRATANTE julgar necessárias);

7.5.3 O sistema de gerenciamento de armazéns da CONTRATADA deverá ser validado para garantir que os controles e registros são realizados corretamente e que o processamento dos dados cumpre com especificações pré-determinadas pelas legislações vigentes;

7.5.3.1 A CONTRATADA será responsável pelas alterações necessárias, identificadas no processo de validação;

7.5.3.2 A CONTRATADA será responsável pelo desenvolvimento, manutenção e infraestrutura de suporte às soluções tecnológicas, pertencentes à CONTRATADA, incluindo as equipes para execução, acompanhamento e controle.

7.5.4 Toda informação obtida por meio dessa contratação, de natureza técnica, operacional, comercial, dos sistemas de gerenciamento de armazém, logística, documentos, contrato, papéis, estudos, pareceres, inventários, pesquisas ou de qualquer outro dado são considerados confidenciais, e de propriedade do Ministério da Saúde, ficando proibida a sua utilização ou divulgação em atividades que não se relacionem com a própria contratação, salvo autorização expressa da CONTRATANTE;

7.5.4.1 A confidencialidade das informações descrita em **7.5.7.** terá validade mesmo após o término da vigência do contrato;

7.5.4.2 A CONTRATADA não poderá repassar a terceiros, reproduzir ou copiar por qualquer meio ou forma, em nenhuma hipótese que extrapole o objeto do contrato, o banco de dados, bases de dados e congêneres, que venham a ser produzidos em decorrência do contrato, sem autorização expressa da CONTRATANTE.

7.5.5 A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE, quando solicitado, as bases de dados e congêneres que contenham as informações referentes ao contrato em formatos abertos (txt, csv, pdf) por meio de webservices ou servidores ftp, garantindo a segurança e a integridade dos dados;

7.5.5.1 A CONTRATADA, ao término do contrato, deverá fornecer à CONTRATANTE o banco de dados, bases de dados e congêneres que contenham as informações referentes ao contrato.

7.5.6 A CONTRATADA deverá providenciar quando solicitado pela CONTRATANTE a destruição e descarte das informações, incluindo o banco de dados, bases de dados e congêneres que contenham as informações referentes ao contrato, observando as regulamentações vigentes e as boas práticas e políticas de segurança da informação, incluindo as Instruções Normativas e regulamentações publicadas pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Departamento de Segurança da

Informação e Comunicações (DSIC) da Presidência da República e o Comitê Gestor de Segurança da Informação;

7.5.7 Os dados devem estar resguardados por meios físicos ou eletrônicos e protegidos contra modificações acidentais ou não autorizados. A proteção dos dados deve ser assegurada através de backups periódicos durante toda a vigência do contrato, quando tais dados deverão ser repassados à CONTRATANTE em formato aberto (txt, csv, xls), com a utilização de mídias magnéticas físicas (CDs ou DVDs).

7.5.7.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar um Sistema Web para fins de registro e acompanhamento de incidentes. A equipe da CONTRATADA deverá ter acesso para cadastrar, editar e acompanhar os registros dos chamados online. Para cada ocorrência, o sistema gerará um ticket que recebe um número único de controle. À medida que cada ocorrência é tratada, são feitas atualizações que deverão ser registradas até a sua conclusão. Apenas o representante da contratante poderá finalizar o chamado, após a constatação por evidências que a CONTRATADA resolveu a ocorrência.

7.5.7.2 A CONTRATADA deverá garantir a integração entre os seus sistemas e a tecnológica disponibilizada pela CONTRATANTE a forma de integração deverá ser via web service.

7.6 MÃO-DE-OBRA:

7.6.1 A prestação do serviço, objeto da contratação, será realizada mediante a utilização de mão de obra não-exclusiva;

7.6.2 A CONTRATADA disponibilizará de equipe qualificada e capacitada em Boas Práticas em Armazenamento de Medicamentos, e movimentação de cargas, composta, por exemplo, de auxiliares de carga, operadores de empilhadeiras, auxiliares logísticos, conferentes e outros, de acordo com a necessidade da CONTRATANTE nas atividades descritas neste Termo de Referência;

7.6.3 A CONTRATADA deverá providenciar todo o equipamento necessário para a proteção individual dos seus empregados, bem como vestuário adequado e identificação;

7.6.4 A CONTRATADA deverá ter Farmacêutico Responsável Técnico devidamente registrado no Conselho Regional de Farmácia na unidade e ou subunidades, para desenvolver o controle técnico da operação de ICS – Insumos Críticos de Saúde, ficando presente durante todos os dias e horários em que houver operações de recebimento, armazenamento, separação e expedição dos ICS – Insumos Críticos de Saúde. O responsável técnico poderá delegar tarefas, mas não suas responsabilidades.

7.6.4.1 O responsável técnico elaborar procedimentos e rotinas para:

7.6.4.1.1 Limpeza das áreas de armazenagem com o propósito de garantir a higiene

destes locais;

7.6.4.1.2 Registro e controle da temperatura e umidade das instalações;

7.6.4.1.3 Elaborar, organizar e implantar o manual de Boas Práticas de Armazenagem - BPA de ICS – Insumos Críticos de Saúde e Procedimento Operacional Padrão – POP para todas as atividades desenvolvidas, incluindo os procedimentos específicos para produtos termolábeis e/ou que exijam condições especiais de armazenagem e movimentação;

7.6.4.1.4 Registro de ocorrências e procedimentos para avarias, extravios e devoluções;

7.6.4.1.5 Desinsetização e desratização dos veículos, realizadas por empresa autorizada pelo órgão sanitário competente;

7.6.4.1.6 Calibração e qualificação de equipamentos;

7.6.4.1.7 Notificação à CONTRATANTE, as autoridades sanitárias e policiais competentes, quando for o caso de quaisquer suspeitas de alteração, adulteração, fraude, falsificação ou roubo dos produtos que armazena, informando o número da nota fiscal, número dos lotes, quantidades dos produtos, e demais informações exigidas pela legislação vigente.

7.6.4.2 O farmacêutico responsável da CONTRATADA deverá identificar e não autorizar o transporte de cargas incompatíveis no mesmo veículo, baseadas na orientação do fabricante, na legislação vigente e/ou na literatura científica dos produtos.

7.6.4.3 A observância dos procedimentos constantes dos POPs e do Manual de Boas Práticas de Armazenagem– BPA devem ser controlada por meio de autoinspeções periódicas, de modo a detectar e registrar as não conformidades e desvios de qualidade que possam ocorrer durante os processos.

7.7 INSUMOS PARA O TRANSPORTE, MATERIAIS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS:

7.7.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar os insumos para o transporte, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, conforme descrito abaixo, entre outros que se fizerem necessários durante a execução do contrato, nas quantidades suficientes de acordo com o **APENDICE VII**, promovendo sua manutenção / substituição quando necessário.

7.7.1.1 Paletes ABNT – PBR I (1000mm X 1200mm) em plástico para armazenagem no centro de distribuição;

7.7.1.2 Balança de até 200kg;

7.7.1.3 Balança de até 500kg;

7.7.1.4 Insumos para o acondicionamento das cargas para transporte;

7.7.1.5 Materiais de escritório, conforme item 7.2.2.16;

7.7.1.6 Equipamentos de movimentação: empilhadeiras elétricas, paleteiras manuais e elétricas, carrinhos de separação;

7.7.1.7 Equipamentos de informática, incluindo, computadores, coletores de código de barras, impressoras e etiquetas para logística e transporte das cargas;

7.7.1.8 Outros que se fizerem necessários.

7.7.2 A CONTRATADA será responsável por todos os insumos para transporte e acondicionamento das cargas.

7.7.3 As cargas deverão ser acondicionadas pela CONTRATADA, nas embalagens apropriadas, de acordo com a especificação da carga, lacradas com a fita padronizada do Ministério da Saúde, garantindo a perfeita inviolabilidade e manutenção da qualidade e temperatura até o destino final.

7.8 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO:

7.8.1 A CONTRATADA deverá dispor de equipe qualificada e capacitada para a limpeza e conservação das áreas e equipamentos de acordo com as boas práticas de armazenamento de produtos farmacêuticos;

7.8.2 A CONTRATADA deve realizar e registrar os procedimentos de limpeza concorrentes e terminais das áreas e dos equipamentos, com os registros à disposição da CONTRATANTE;

7.8.3 A CONTRATADA deve possuir programa regular de controle de vetores, pragas e roedores (a exemplo, ratos, baratas, formigas, aves, etc.). Deverá submeter todas as áreas, internas e externas, periodicamente, ao combate dos mesmos e disponibilizar os registros à CONTRATANTE em até 10 (dez) dias da realização dos procedimentos.

7.9 SEGURANÇA E PREVENÇÃO:

7.9.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar estrutura com segurança patrimonial, gerenciamento e análise de risco; sistema eletrônico de detecção de intrusão (alarmes); monitoramento 24h (vinte e quatro horas) x 7 (sete) dias na semana, através de Circuito Fechado de Televisão – CFTV, mantendo os registros de gravação em um prazo mínimo de 90 dias, disponibilizando as imagens para a CONTRATANTE quando demandado;

7.9.2 A CONTRATADA disponibilizará controle de acesso (por meio de recepção/portaria ou automatizado) e a vigilância nas dependências com pessoal qualificado, capacitado e treinado por empresa especializada, considerando o alto valor agregado dos produtos especificados neste Termo de Referência;

7.9.2.1 Os vigilantes ou recepcionistas deverão efetuar o primeiro atendimento aos visitantes; executar trâmites administrativos de identificação, registrando as entradas e as saídas e esclarecer acerca de procedimentos de segurança no local;

7.9.3 O serviço de segurança patrimonial da CONTRATADA deve ser habilitado pelo Departamento da Polícia Federal, conforme descrito na Portaria 3233/2012 – DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012, e alterações, que consolida as normas aplicadas sobre segurança privada. Deverá cumprir da mesma maneira a Lei 7.102/83 e suas alterações, que especifica a qualificação necessária para a realização da segurança patrimonial;

7.9.4 Manter o sistema de prevenção contra incêndio e pânico em conformidade com as especificações exigidas pelo Corpo de Bombeiros Militar da região/estado da região de localização do armazém da CONTRATADA;

7.9.4.1 A CONTRATADA deverá possuir proteções contra incêndio e pânico ativas e passivas, que se fizerem necessárias, devidamente reconhecidas pelo Corpo de Bombeiros Militar do distrital/estaduais;

7.9.4.2 Os projetos de instalação contra incêndio e pânico deverão ser aprovados pelo Corpo de Bombeiros Militar distrital/estaduais, em conformidade com a legislação vigente;

7.9.5 Os percursos dentro das instalações deverão ser sinalizados, com demarcação no piso e placas nas paredes demonstrando as saídas.

7.10 DA GARANTIA DA QUALIDADE:

7.10.1 A CONTRATADA deverá dispor de sistema de gestão da qualidade implantado e vigente nas suas práticas de armazenamento e movimentação de cargas. Minimamente esse sistema deverá apresentar os seguintes itens: gestão de documentos, pessoas, equipamentos, não conformidades, auditorias internas, gestão de estoque, Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Serviços - PGRSS e sistema de controle de pragas e limpeza, conforme especificações no **APENDICE III**.

7.11 INDENIZAÇÕES:

7.11.1 CONTRATADA deverá adotar TODAS AS MEDIDAS cabíveis e necessárias, a fim de garantir a integralidade dos ICS – Insumos Críticos de Saúde armazenados em suas dependências, em especial, contra incêndio, raio, explosão, desabamento, inundação, perdas de carga e descargas, extravios, roubos ou quebras, no momento de início da operação.

7.11.2 As indenizações de responsabilidade civil por extravios, danos irreparáveis, espoliação e roubos dos ICS – Insumos Críticos de Saúde, ou avarias das cargas armazenadas deverão ser feitas à CONTRATANTE no valor unitário declarado pelo fornecedor do medicamento, correspondendo ao valor da Nota Fiscal de venda dos produtos.

7.12 HORÁRIO:

7.12.1 Os serviços serão prestados de segunda a sexta-feira, em horário comercial, em dias úteis. Contudo, as áreas de armazenagem, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, deverão estar acessíveis, em horário excepcional, para a operação de entrada e saída dos ICS – Insumos Críticos de Saúde de propriedade pelo Ministério da Saúde;

7.12.2 Havendo necessidade de recebimento dos ICS – Insumos Críticos de Saúde ou a expedição ocorrer em horário excepcional, ou seja, final de semana, feriado e fora do horário comercial, a CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA com antecedência mínima de 24h (vinte e quatro horas).

7.13 MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA E CALIBRAÇÃO:

7.13.1 A CONTRATADA deverá ter programa regular de manutenção preventiva, corretiva e calibração de equipamentos em intervalos definidos, sendo esses serviços executados por empresa/laboratório especializados, e com respectivo registro conservado e disponíveis para consulta.

7.13.2 Os equipamentos deverão passar por processo de calibração, realizado com técnicos credenciados, com periodicidade mínima anual, acompanhados de seus respectivos certificados de calibração com rastreabilidade comprovada através da entrega de cópia dos certificados de calibração dos padrões aplicados.

7.13.2.1 As operações de reparação, manutenção e calibração dos equipamentos devem ser processadas de modo a não comprometer a integridade dos ICS – Insumos Críticos de Saúde.

7.14 ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:

7.14.1 ARMAZENAGEM - CARGA SECA (15° A 30 °C)

As operações deverão ser realizadas pela CONTRATADA, sendo a mesma responsável pelo armazenamento das cargas; A CONTRATADA deverá disponibilizar:

- Equipamentos adequados à movimentação de materiais;
- Equipe qualificada para as atividades de recebimento e, armazenamento;
- Equipe qualificada para a realização de inventário rotativo, realizado após o período de distribuição, auditoria dos processos, acompanhamento e planejamento logístico;

- Acompanhamento da acuracidade dos estoques e das informações geradas pelas movimentações, ou seja, pela gerência e integração das informações.

O item de serviço de armazenagem e movimentação de carga será remunerado pelo número de posições paletes constantes neste Termo de Referência para cada tipo de carga aqui descrita, entretanto, no período de transição entre as operações localizadas nas cidades do Rio de Janeiro e Brasília e a nova localização do armazém (60 dias) de estoque, ocorrerá remuneração de acordo com a ocupação real no novo armazém, considerando apenas uma franquia mínima de 50% (cinquenta por cento).

7.14.2 ARMAZENAGEM - CARGA FRIA NEGATIVA (-35° A -15°)

O item ARMAZENAGEM – CARGA FRIA NEGATIVA (-35° A -15°) será medido e remunerado pela ocupação de produtos armazenados em área refrigerada com controle de temperatura entre -15° e -35° graus Celsius.

O item de serviço de armazenagem e movimentação de carga será remunerado pelo número de posições paletes constantes neste Termo de Referência para cada tipo de carga aqui descrita, entretanto, no período de transição entre as operações localizadas nas cidades do Rio de Janeiro e Brasília e a nova localização do armazém (60 dias) de estoque, ocorrerá remuneração de acordo com a ocupação real no novo armazém, considerando apenas uma franquia mínima de 50% (cinquenta por cento).

7.14.3 ARMAZENAGEM - CARGA FRIA (2° A 8°)

O item ARMAZENAGEM – CARGA FRIA (2° A 8°) será remunerado em função dos produtos armazenados em área climatizada com controle de temperatura entre 2° e 8° graus Celsius. O item de serviço de armazenagem e movimentação de carga será remunerado pelo número de posições paletes disponibilizados pela CONTRATADA, conforme quantidades constantes neste Termo de Referência para cada tipo de carga aqui descrita, entretanto, no período de transição entre as operações localizadas nas cidades do Rio de Janeiro e Brasília e a nova localização do armazém (60 dias) de estoque, ocorrerá remuneração de acordo com a ocupação real no novo armazém, considerando apenas uma franquia mínima de 50% (cinquenta por cento).

7.14.4 GARANTIA DE ESTOQUE

A CONTRATADA deverá ser a responsável pelos estoques que se encontrarem sob sua gestão garantindo a integridade dos mesmos.

Perdas de estoques provenientes de mau acondicionamento, erros nos recebimentos de fornecedores e expedições à rede, bem como as provenientes de roubos, furtos ou incêndio, raio,

explosão, desabamento, inundação, perdas de carga e descargas, extravios serão de responsabilidade da CONTRATADA.

Para tanto, a CONTRATADA deverá contar com procedimentos operacionais adequados, segurança patrimonial armada 24 horas, segurança eletrônica, circuito interno de TV, brigadistas e demais itens de segurança que se fizerem necessários para garantir a integridade dos estoques da CONTRATANTE.

Em caso de ocorrência de QUALQUER sinistro que afete a Garantia de Estoque, após as devidas aferições, será descontado, em caráter de indenização, o valor unitário dos itens, conforme expresso na nota de compra da mercadoria do faturamento no mês subsequente a execução dos serviços.

7.14.5 GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO

A CONTRATADA deverá prover infraestrutura de armazenagem adequada, de forma a atender à perfeita execução dos serviços a serem contratados, cujas respectivas manutenções serão de responsabilidade da CONTRATADA, com as seguintes características mínimas para o Centro de Distribuição (CD):

- Galpão destinado para fins de armazenagem e movimentação de materiais e suprimentos;
- Área que circunda o local de armazenamento devidamente protegida (murada/cercada);
- Possuir docas com plataforma niveladoras de forma a facilitar a ovação de desovação de veículos;
- Possuir área de pátio para manobra e estacionamento de caminhões;
- Segurança armada 24 horas;
- Sensores de presença;
- Circuito Fechado de TV;
- Estrutura de combate a incêndio (hidrantes e extintores) regular com as normas do Corpo de Bombeiros;
- Equipamentos adequados para movimentação de materiais, suprimentos e equipamentos (empilhadeiras, transpaleteiras, paletes);
- Equipamentos adequados para o armazenamento de materiais, suprimentos e equipamentos (porta paletes, estantes, drives, etc.);

- Disponibilizar em seu Galpão mão de obra qualificada com a utilização de procedimentos validados de recebimentos, armazenamento, movimentação, inventário, separação, expedição e transporte de mercadorias;
- Atestado de desinfecção periódica de todo o ambiente, (Monitoramento Integrado de Pragas), sendo este efetuado por empresa credenciada por órgãos competentes e especializados para tal fim.

7.14.6 RECEPCAO DE NOTAS

A partir do início das transferências dos estoques para as dependências da CONTRATADA, os novos recebimentos provenientes dos fornecedores da CONTRATANTE deverão ser efetuados pela CONTRATADA.

A CONTRATANTE deverá cadastrar na web site da CONTRATADA as informações das cargas que serão recebidas pela CONTRATADA, seja ela proveniente de aquisição, doação, transferência ou qualquer outra natureza, esse cadastro deverá ser realizado com antecedência mínima de 48 horas (quarenta e oito horas) do referido recebimento. Salvo produtos importados que poderá ser tratado de acordo com a necessidade. Itens referentes à ação judicial terá que ter um recebimento diferenciado e diário.

A CONTRATADA deverá realizar o recebimento de qualquer carga da CONTRATANTE, quando todos os dados referentes à aquisição, doação ou transferência tiverem sido cadastrados na web site da CONTRATADA pela CONTRATANTE ou a documentação referente à referida carga tiver sido previamente encaminhada à CONTRATADA no prazo mínimo de 48 horas (quarenta e oito horas).

No ato do cadastro referido no item anterior, caso o item não esteja já cadastrado no sistema, a Coordenação Administrativa da CONTRATANTE fará um cadastro prévio contendo a descrição do produto, marca, unidade de medida e preço.

Na chegada do fornecedor ao CD (Centro de Distribuição) da CONTRATADA, esta deverá finalizar o referido cadastro, o alimentando com as demais informações necessárias ao perfeito gerenciamento do estoque.

No recebimento, a CONTRATADA deverá verificar a compatibilidade entre o material recebido, a comunicação de envio e a nota fiscal recebida, garantindo dessa forma a exatidão no recebimento de materiais.

A CONTRATADA deverá validar a Nota Fiscal do fornecedor com as informações cadastradas previamente pela CONTRATANTE, deverá alimentar o seu sistema com informações da Nota Fiscal do fornecedor e estando a documentação correta deverá fazer a conferência cega dos materiais através de coletores de dados via rádio frequências.

Estando a carga em condições de ser recebida, a CONTRATADA deverá alimentar o seu sistema de informatização com a Nota Fiscal do fornecedor, e deverá fazer a conferência dos materiais quando emitirá o ATESTO DE RECEBIMENTO.

A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE as Notas Fiscais dos Fornecedores recebidas em seu Galpão no prazo máximo de 72 horas, exceto em casos de não conformidade da carga recebida, quando a referida Nota Fiscal deverá aguardar a resolução das pendências;

Caso a carga não esteja em condições de ser recebida, a CONTRATADA deverá seguir as regras pré-definidas durante a implantação e comunicar-se com a CONTRATANTE para que esta adote as providências administrativas legais cabíveis. Estas regras serão definidas na fase de implantação da nova operação, em acordo conjunto entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, sendo que não implicarão quaisquer custos não previstos neste Termo de Referência.

O recebimento de carga com qualquer tipo de divergência só poderá ser realizado pela CONTRATADA, após o recebimento da autorização/ofício emitida pela CONTRATANTE. As cargas com qualquer tipo de pendência documental não poderão ser expedidas até que as referidas pendências sejam sanadas;

7.14.7 GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS

A digitalização deverá processar documentos nos seguintes formatos:

- Formato da imagem: TIFF Grupo IV, JPEG, GIF ou PDF;
- Escala bitonal (preto e branco), grayscale (nos casos indicados) ou colorido;
- Com resolução de 300 DPI (mínima) para documentos a serem processados com OCR.

O processo de digitalização dos documentos de entrada de produtos das Notas Fiscais compreende as etapas de Preparação, Digitalização, Indexação e Carga, conforme especificações abaixo:

Etapas de preparação dos documentos:

Uma vez entregues pela CONTRATANTE e recebidos pelo responsável da CONTRATADA, os documentos serão encaminhados para a etapa de preparação, onde serão higienizados, catalogados e conferidos.

Não havendo problemas durante a conferência, os documentos serão encaminhados para a área de produção. Qualquer diferença existente nesta conferência deverá ser comunicada imediatamente ao responsável da CONTRATANTE para devidas providências.

Após a digitalização o acervo documental será mantido ordenado sequencialmente, por número de lote, até que seja devolvido à CONTRATANTE.

Todo o processamento deverá ser executado com o conceito de lotes, com objetivo de garantir a integridade do processo. Os critérios de organização e criação dos lotes deverão ser definidos em conjunto com a CONTRATANTE, observando as características de indexação e composição dos documentos, desde que sejam atingidas as expectativas de processamento.

Fase de digitalização dos documentos:

Para evitar que algum arquivo seja movido acidentalmente e não seja mais localizado, a nomenclatura a ser definida para os arquivos de imagens gerados deverá ser concebida de forma única e completa com relação ao seu conteúdo. Esta definição deverá ter a participação da CONTRATANTE.

Durante a etapa de digitalização deverão ser utilizados scanners específicos de alta performance, capazes de realizar o processamento automático do arquivo de imagem gerado on-the-fly, ou seja, durante o momento da captura do documento, oferecendo recursos tais como:

- Edge detection/cropping: Reconhecimento das margens do documento para eliminar áreas que não façam parte do original em papel;
- Deskewing: Alinhamento automático das informações existentes no original. Este recurso é de extrema importância para a precisão do reconhecimento óptico de caracteres (OCR);
- Speckleremoval: Remove sujeiras (pontos) da imagem, promovendo uma maior compressão do arquivo e aumentando a precisão de uma futura etapa de reconhecimento óptico de caracteres (OCR).

A utilização destes recursos será responsável pela boa qualidade da imagem dos documentos, no que se refere à sua nitidez e legibilidade, além de estabelecer padrões que garantam os tamanhos médios dos arquivos.

Fase de controle de qualidade das imagens

A etapa de controle de qualidade das imagens deverá ser responsável pela checagem dos resultados obtidos na etapa de digitalização dos documentos, avaliando a qualidade da imagem capturada, bem como a sequência e integridade dos documentos digitalizados.

A solução de captura deverá permitir o descarte de imagens indesejáveis, tais como páginas separadoras e versos em branco, bem como a inserção e atualização de páginas nos documentos integrantes do lote em avaliação.

Deverão ser utilizados os seguintes critérios para checagem dos documentos convertidos:

Verificação da quantidade de imagens geradas por lote. Esta prática poderá identificar de maneira automática uma não conformidade quanto à falta ou duplicidade de páginas, desde que esta informação tenha sido fornecida previamente durante o cadastramento dos lotes;

Verificação do tamanho médio do arquivo de imagem. Todos os arquivos gerados deverão ser avaliados quanto ao seu tamanho e comparados ao tamanho médio definido. Existindo arquivos com tamanho acima das margens estabelecidas, deverá haver uma checagem individual por parte de um operador de qualidade, para que estas exceções sejam avaliadas;

Avaliação da qualidade da imagem do documento, no que tange a quesitos de nitidez e legibilidade. De forma a garantir que os arquivos de imagem possuam uma boa legibilidade, o operador de qualidade deverá avaliar as condições dos caracteres, detectando se ocorreram falhas no momento da captura do documento ou se os próprios originais estavam em condições insatisfatórias.

Documentos ilegíveis ou com problemas na identificação dos campos necessários para indexação deverão ser tratados de maneira diferenciada, devendo ser classificados como “documentos não conformes”. Esses documentos deverão ser encaminhados para a CONTRATANTE mediante relatórios específicos, para que sejam tomadas as providências necessárias para o esclarecimento das respectivas dúvidas.

Fase de indexação

Os arquivos gerados no processo de digitalização serão submetidos a Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR), quando possível, para a indexação automática dos índices.

Para atender os objetivos da extração de dados, a estrutura de dados responsável pela montagem dos índices deve conter, para cada documento, os seguintes campos de indexação: N° da NF, N° do Empenho, Fornecedor e Valor total.

Fase de Carga

A CONTRATADA deverá, de acordo com a frequência estabelecida com a CONTRATANTE, realizar o upload das imagens na Solução de Gestão de Conteúdo e disponibilizar seu acesso para a CONTRATANTE.

7.14.8 MANIPULAÇÃO DE ITEM PARA ATENDIMENTO

A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe para realizar a manipulação dos itens solicitados em um pedido para fins de separação, montagem dos lotes, conferência e preparação para expedição. A quantidade de manipulações será medida pela contagem de itens que compõem cada pedido expedido.

7.14.9 EXPEDICAO DE NOTAS DE SAIDA

De acordo com a necessidade da CONTRATANTE, os usuários habilitados da CONTRATANTE, deverão demandar seus pedidos através do web site da CONTRATADA, dos materiais sob a gestão da CONTRATADA, respeitando sempre os níveis de solicitação/aprovação determinados pelo CONTRATANTE.

A CONTRATANTE deverá definir um cronograma mensal de distribuição para todas as unidades consumidoras, onde a composição de itens e seus quantitativos devem ser definidos com no mínimo, 5 dias de antecedência.

As solicitações da CONTRATANTE para expedições e distribuições Emergenciais de materiais serão encaminhadas via web à CONTRATADA com antecedência mínima de 24 horas (quarenta e oito horas). Em caso de demanda Judicial e KIT calamidade a expedição é imediata.

No caso de unidades consumidoras que não contam com acesso à internet, estas deverão encaminhar suas respectivas solicitações de materiais através de formulário próprio detalhando os itens por código, unidade de medida e quantidade.

Caso CONTRATANTE possua alguma aplicação que gere a demanda mensal de pedidos automaticamente, a CONTRATADA deverá providenciar uma integração com sua aplicação web de solicitações.

Quando as demandas por expedição de cargas ultrapassarem em mais de 15% o quantitativo estimado mensal, os prazos para atendimento deverão ser negociados caso a caso.

7.14.10 ATENDIMENTO EXCEPCIONAL

Sempre que necessário, a CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA o funcionamento do CD (Centro de Distribuição) fora do horário de funcionamento padrão do CD.

Entende-se como horário de funcionamento padrão, o intervalo entre às 07h00min às 17:00 horas, de segunda à sexta-feira, com exceção de feriados.

7.14.11 POSTO DE APOIO

7.14.11.1A CONTRATADA deverá disponibilizar infraestrutura mínima necessária, pessoas, hardware e software, denominado Ponto de Apoio, para dar suporte à execução das atividades, caso necessário, quando houver imprevistos no abastecimento das Unidades de Saúde, como por exemplo, feriado municipal, coleta ou remanejamento de demanda judicial. As estruturas deverão ser localizadas, minimamente, em cada capital da federação, uma vez que a distribuição dos ICS – Insumos Críticos de Saúde é de âmbito nacional, permitindo com isso a regularização dos abastecimentos de materiais nas Unidades. Cada posto avançado de controle é composto por um profissional capacitado, um desktop com acesso ao sistema da CONTRATADA.

7.14.12 SERVIÇOS DE ENTREGA E TRANSPORTE

7.14.12.1 PROCEDIMENTOS GERAIS:

As atividades propostas neste termo de referência consistem na multimodalidade de transporte em âmbito nacional e, quando necessário, internacional. O transporte multimodal, regulado pela Lei 9.611, de 19 de fevereiro de 1998, é aquele regido por um único contrato, que utiliza duas ou mais modalidades de transporte, da origem até o destino e, é executado sob a responsabilidade única de um operador de transporte multimodal. O Transporte Multimodal de Cargas, neste caso, será nacional, ou seja, quando os pontos de embarque e de destino estiverem situados no território nacional. O Serviço de transporte multimodal mostra-se fundamental para que algumas atividades complementares à logística do transporte sejam realizadas, a exemplo, a execução das demandas de recebimento, coleta, Distribuição/Transporte nacional (mais de 5570 municípios) e remanejamento das cargas, que são objeto das políticas públicas de saúde, dos Programas Nacionais de Saúde desta Pasta.

Ainda a referida contratação, visa aprimorar e agilizar o processo logístico envolvido nas atividades de:

1. Coleta;
2. Preparo de Cargas;
3. Embalagem;
4. Etiquetagem;
5. Manuseio;
6. Empilhamento;
7. Conferencia;
8. Emissão de Documentos;
9. Contagem;
10. Triagem;
11. Cintagem;
12. Montagem de Kits;
13. Armazenagem temporária;
14. Carregamento;
15. Transporte, nas suas mais diversas modalidades;
16. Entrega, entre outros serviços necessários para que o transporte de cargas ocorra.

O transporte de material biológico, por sua vez, também deve seguir as regras sanitárias e de transporte, de modo a reduzir a possibilidade de contaminação das amostras como resultado de um transporte em que não se garantiu a integridade e a estabilidade do material transportado. Logo, faz-se necessário que o contratado assegure a qualidade e a integridade de quaisquer cargas transportadas; realizando o serviço em consonância com as orientações do Ministério da Saúde; protegendo-as de qualquer avaria e dos riscos, como roubos, furtos e extravios. Assim, para garantir a qualidade das cargas transportadas, o contratado deverá validar toda sua operação, documentando cada procedimento e criando uma estrutura compatível com a operação.

7.14.12.1.1 A responsabilidade da CONTRATADA inicia-se no recebimento da carga e se finda no momento da entrega ao destinatário, sendo o transporte realizado de acordo com a legislação específica em vigor.

7.14.12.2 No caso específico de ICS – Insumos Críticos de Saúde, as cargas devem ser transportadas em condições adequadas que garantam a manutenção das suas especificações e de sua integridade, inclusive da embalagem primária e secundária.

7.14.12.2.1 O transporte será realizado em todo território nacional, ou seja, Distrito Federal, Estados e Municípios.

7.14.12.2.2 Os pontos de coleta e de entrega – além dos citados no item 7.14.12.2.5.2, poderão estar localizados nas capitais dos estados e suas respectivas regiões metropolitanas e no interior dos estados. Entender-se-á como “região metropolitana” toda aglomeração urbana que configure uma metrópole, as quais terão as mesmas tarifas das capitais.

- As etapas do processo de transporte corresponderão a:
- Requisição do Transporte da Carga - RTC;
- Emissão do Conhecimento de Transporte - ECT;
- Operações de Coleta da Carga;
- Operações de Entrega da Carga;
- Comprovação dos serviços à CONTRATANTE.

7.14.12.2.3 REQUISIÇÃO DO TRANSPORTE DA CARGA – RTC

- A autorização para a realização de qualquer serviço será formalizada por servidor (es) formalmente designado(s) pelo Ministério da Saúde para fiscalização do contrato e ocorrerá por meio da RTC.
- Deverão constar da RTC, minimamente, os seguintes campos, cujo layout poderá ser definido entre as partes:

Campo	Orientação para preenchimento
Numeração Sequencial	Utilizado pelo Ministério da Saúde para identificar a Requisição de Transporte (RTC);
Data da Requisição	Preencher com dia/mês/ano da formalização da RTC;
Programa Solicitante	Indicar o programa de saúde que solicitou o transporte;
Origem e Destino	Preencher com os dados da origem e destino (remetente, destinatário, endereços, CEP; CNPJ; dados de telefone e endereço de e-mail);
Local de coleta da Carga	Indicar o local de retirada da carga para o transporte.

Peso Real	Peso bruto, incluindo a embalagem do transporte.
Peso Cubado	Relação entre o peso e o volume da carga a ser transportada, conforme item 7.14.12.4.6.
Peso Taxado	Maior valor entre o peso real e peso cubado, conforme item 7.14.12.4.6.
Número de Caixas	Quantidade de caixas com o mesmo tamanho (largura, altura e comprimento) e peso.
Documentos Originários à prestação dos serviços	A RTC deverá estar acompanhada de documentação com detalhamento do serviço a ser solicitado, que poderá ser Guia de Remessa ou Guia de Coleta ou Guia de Remanejamento, que deverá estar preenchida com dados completos dos itens a serem transportados, data, assinatura e carimbo do solicitante e a justificativa ou motivação da movimentação da carga.
Indicação do Serviço Prestado	- Coleta - Remanejamento - Remessa
Modal de Transporte	Preencher como “aéreo” ou “terrestre”. Se houver necessidade de “fluvial”, indicar.
Urgência	Preencher com “urgente” quando for o caso.
Assinatura e Carimbo do Servidor do Ministério da Saúde	Assinar e colocar carimbo legível com dados sobre o cargo e matrícula.

- A RTC poderá ser entregue pessoalmente ou por endereço eletrônico institucional ou por meio de sistema informatizado de uma das partes, com a antecedência mínima prevista no item 7.14.12.2.5 para coleta da carga, a fim de facilitar o entendimento da dimensão da coleta/remanejamento/remessa a ser realizada; o tamanho do veículo necessário e viabilizar a emissão do Conhecimento de Transporte pela CONTRATADA.
- A indicação de “URGÊNCIA” na entrega será definida e indicada pelo(s) servidor (es) do

Ministério da Saúde formalmente designado(s) e terá prazos e custo diferenciado, conforme APENDICE XI.

- O remetente e o destinatário da carga devem indicar no conhecimento de transporte os horários de chegada e saída do veículo nas dependências de origem e destino, no caso dos transportes com indicação de “URGÊNCIA”.

7.14.12.2.4 EMISSÃO DO CONHECIMENTO DE TRANSPORTE

7.14.12.2.4.1 A Emissão do Conhecimento de Transporte deverá ser eletrônica e posterior ao encaminhamento da RTC e documentos originários à prestação dos serviços. As informações constantes do Conhecimento de Transporte são as previstas na legislação aplicável.

7.14.12.2.4.1.1 Outros documentos da CONTRATADA ou de terceiros poderão ser firmados e compor o Conhecimento de Transporte Multimodal.

7.14.12.2.4.2 A partir da emissão do conhecimento de transporte o CONTRATADO assume a responsabilidade pela execução dos serviços de transporte de cargas, por conta própria ou de terceiros, do local em que receber até o local da entrega e pelos prejuízos resultantes de perdas, danos ou avarias às cargas sob sua custódia, assim como pelos decorrentes de atraso em sua entrega, quando houver prazo pactuado perante a CONTRATANTE.

7.14.12.2.4.2.1 O CONTRATADO é responsável pelas ações e omissões de seus empregados, agentes, prepostos ou terceiros contratados ou subcontratados para a execução dos serviços de transporte, como se essas ações ou omissões fossem próprias.

7.14.12.2.4.2.2 A responsabilidade do CONTRATADO por perdas, danos, avarias e extravios causados à carga é limitada pelo valor consignado no documento que caracteriza a operação de transporte, acrescido dos valores do frete e do seguro.

7.14.12.2.4.2.3 A responsabilidade do CONTRATADO por prejuízos resultantes de atraso na entrega é limitada ao valor do frete consignado no Conhecimento de Transporte Multimodal.

7.14.12.2.4.2.4 O CONTRATADO estará liberado de responsabilidade se comprovar devidamente que:

- O ato ou o fato é imputável ao remetente ou ao destinatário da carga;
- Há inadequação da embalagem, quando imputável ao remetente da carga;
- Há vício próprio ou oculto da carga;

- Houve situação de força maior ou caso fortuito;

7.14.12.2.4.2.5 O procedimento para ressarcimento consta do **item 7.11**.

7.14.12.2.5 OPERAÇÕES DE COLETA DA CARGA

7.14.12.2.5.1 A coleta ocorrerá nos almoxarifados do Ministério da Saúde durante a fase de transição para o novo armazém e no Centro de Distribuição da CONTRATADA após a finalização da transição.

7.14.12.2.5.2 Os principais pontos de coleta para a transferência dos estoques da CONTRATANTE para os armazéns da CONTRATADA durante a fase de transição são os almoxarifados do Ministério da Saúde localizados em:

Item	Unidade	UF	Endereço	Principais itens Armazenados
1	CAIES - Unidade I do MS	DF	SIA Trecho 4, Lotes 540/610, Brasília – DF, CEP: 71.200-040.	ICS – Insumos Críticos de Saúde.
2	CAIES - Unidade III do MS (logística indoor)	DF	STRC Trecho 2, Conjunto C, Lote 1, Brasília – DF, CEP: 71.225-500.	ICS – Insumos Críticos de Saúde.
3	CAIES – Unidade VII do MS	DF	SIA Trecho 4, Lotes 1.220/1.280, Brasília – DF, CEP: 71.220-040.	ICS – Insumos Críticos de Saúde.
4	CAIES – Câmara Fria do MS	DF	Conjunto 22, Lote 17, Águas Claras, Brasília – DF, CEP: 71.920-540.	Medicamentos refrigerados
5	CENADI –SEDE – 1º DSup	RJ	Rua Dr. Garnier nº 390, Bairro Rocha, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.950-000.	Imunobiológicos
6	CENADI – Pavuna (área terceirizada)	RJ	Rua Sussekind de Mendonça, 2430 Pavuna, Rio de Janeiro – RJ.	Imunobiológicos
7	CENADI – São Cristóvão	RJ	Rua Gottemburgo s/nº, Bairro São Cristóvão, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.941-080.	Praguicidas e equipamentos para controle/aplicação.
8	CENADI – Caxambi	RJ	Rua Dom Helder Câmara n.º 4414, Bairro Del Castilho,	Caixas de isopor e bobinas de gelo reciclável,

			Rio de Janeiro – RJ, CEP: 21.771-003.	medicamentos imunobiológicos, itens da reserva patrimonial e material para descarte.
--	--	--	---------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------

7.14.12.2.5.3 Há de destacar que o contrato em questão tem por finalidade a abrangência nacional. Assim, pode a contratante, durante a vigência do contrato, apontar qualquer endereço para coleta ou entrega (Exemplo remanejamento entre estados).

7.14.12.2.5.4 As equipes de coleta da CONTRATADA deverão ser compostas por motoristas, conferentes e ajudantes em número adequado e suficiente para o rápido carregamento ou descarregamento da carga.

7.14.12.2.5.5 O tempo máximo para carregamento dos veículos é de até 4h (quatro horas), a partir da hora de liberação para carregamento do veículo no endereço de entrega.

7.14.12.2.5.6 Os serviços de coleta serão prestados pela CONTRATADA de segunda a sexta-feira, em horário comercial e em dias úteis.

7.14.12.2.5.6.1 A coleta poderá, excepcionalmente, ocorrer após as 17h (dezessete horas), no final de semana e feriados em qualquer ponto do território nacional, devendo, portanto, a CONTRATADA possuir preposto que possa atender a CONTRATANTE nesses dias e horários;

7.14.12.2.5.6.2 Nesta hipótese, a RTC será formalizada no primeiro dia útil subsequente a solicitação de transporte e será encaminhada à CONTRATADA, pessoalmente, por e-mail ou por sistema informatizado;

7.14.12.2.5.7 Após a comunicação da RTC, a CONTRATADA terá o prazo de até 24h (vinte e quatro horas) quando do modal TERRESTRE/RODOVIÁRIO e de até 04h (quatro horas) quando do modal AÉREO para a retirada dos volumes no local indicado.

7.14.12.2.5.8 Nos casos indicação de “URGÊNCIA” o prazo de coleta será de até 02h (duas horas) a partir da solicitação da CONTRATANTE, independente do modal utilizado.

7.14.12.2.5.9 A CONTRATADA, por intermédio de seu preposto ou agente coletor designado e identificado, providenciará a conferência dos volumes a serem coletados, verificando os aspectos quantitativos contidos na RTC, bem como avarias ou possíveis violações na embalagem terciária. Caso seja constatado qualquer tipo de violação ou avaria nos volumes, bem como seja constatado que

os volumes não foram embalados com os cuidados necessários, o preposto ou agente coletor da CONTRATADA poderá recusar a coleta, cabendo ao remetente da carga o refazimento das embalagens a fim de não se permitir dúvidas quanto ao aspecto de segurança e integridade dos volumes a serem transportados até o seu destino final.

7.14.12.2.5.10 Estando os volumes e a documentação em conformidade, o preposto ou agente recebedor da CONTRATADA assinará a primeira e a segunda via da RTC, sendo que o remetente da carga fará a retenção da primeira via para controle, liberando a segunda via ao preposto ou agente coletor da CONTRATADA.

7.14.12.2.5.11 A CONTRATADA deverá apresentar veículo que suporte a demanda e que seja adequado a características da carga.

7.14.12.2.5.12 A CONTRATANTE ou o remetente da carga poderá apresentar à CONTRATADA um check-list para acompanhar a carga, que deve ser preenchido pelo destinatário, devendo esse ser assinado e carimbado no destino e restituído a CONTRATANTE.

7.14.12.2.5.13 Os remanejamentos, os quais podem ocorrer em qualquer Operação de Transportes, serão realizados entre 02 (dois) ou mais Estados ou Municípios, nos quais a CONTRATADA recolherá a carga e redistribuirá conforme solicitado pela CONTRATANTE.

7.14.12.2.5.13.1 Neste caso, a CONTRATADA deverá verificar peso e cubagem da carga, além da temperatura na hipótese de ICS – Insumos Críticos de Saúde termolábeis no local de coleta, na presença do responsável pela entrega da carga;

7.14.12.2.5.13.2 Os dados deverão ser confirmados pelo remetente, em formulário próprio, com carimbo, assinatura e data da coleta;

7.14.12.2.5.13.3 Os remanejamentos deverão ser embalados e lacrados pela CONTRATADA.

7.14.12.2.6 OPERAÇÕES DE ENTREGA DA CARGA AO DESTINATÁRIO

7.14.12.2.6.1 O transporte da carga estará concluído, após conferência, recebimento e aceite dos volumes pelo destinatário que se identificará (assinatura e carimbo), em campo específico na RTC.

7.14.12.2.6.2 É responsabilidade da CONTRATADA, requerer que o destinatário confira e apresente as reclamações relativas ao recebimento da carga recepcionada

no verso do Conhecimento de Transporte e aponha assinatura, data, hora e carimbo (carga e matrícula).

7.14.12.2.6.2.1 O destinatário deverá relacionar as avarias, divergências ou violações no verso do Conhecimento de Transporte, ou ainda, a seu critério, rejeitar o recebimento da carga;

7.14.12.2.6.2.1.1 A CONTRATADA deverá notificar o Ministério da Saúde, por escrito e no prazo de até 24h (vinte e quatro horas), que a carga foi rejeitada e os motivos apresentados pelo destinatário.

7.14.12.2.6.2.1.2 Se o destinatário se recusar a verificar a carga no ato da entrega, a CONTRATADA deverá informar no verso do Conhecimento de Transporte acerca da recusa e solicitar a manifestação e a assinatura do destinatário.

7.14.12.2.6.3 A CONTRATADA deverá garantir o preenchimento de check-list, que acompanha a carga, pelo destinatário, devendo restituir o mesmo juntamente com os comprovantes dos serviços.

7.14.12.2.6.4 Constatada a regularidade do transporte, após a conferência dos bens acondicionados nos volumes pelo destinatário, cessará neste momento, a responsabilidade da CONTRATADA pela integridade dos volumes entregues, sendo que o destinatário assinará o aceite da entrega no campo específico do Conhecimento de Transporte.

7.14.12.2.6.5 A CONTRATANTE notificará as ocorrências e prejuízos à CONTRATADA que se manifestará no prazo de 24h (vinte e quatro horas) a contar do recebimento da notificação, formalizando sua defesa ou procedendo à concretização do processo para ressarcimento do valor apurado.

7.14.12.2.6.5.1 O ônus de provar que não há avaria, divergência e violação apontada é da CONTRATADA, a qual não poderá repassar a CONTRATANTE;

7.14.12.2.6.5.2 Não sendo aceitas as justificativas apresentadas em defesa prévia, a CONTRATANTE concederá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para que a CONTRATADA providencie o ressarcimento do valor apurado, indicado no item **7.11**.

7.14.12.2.6.5.3 As cargas não recepcionadas pelo destinatário, de acordo com o item **7.14.12.2.6**, serão restituídas ao ponto de coleta ou outro endereço indicado pela CONTRATANTE.

7.14.12.2.6.6 Além do procedimento acima indicado, as entregas de demanda judicial possuem particularidades que estão detalhadas no item **7.14.12.4.3**.

- 7.14.12.2.6.7 As equipes de entrega deverão ser compostas por motoristas, conferentes e ajudantes em número suficiente para o rápido carregamento ou descarregamento da carga no destino.
- 7.14.12.2.6.8 O tempo máximo para descarga dos veículos é de 04h (quatro horas), a partir da liberação para descarga do veículo no endereço de destino.
- 7.14.12.2.6.9 Os serviços de entrega serão prestados pela CONTRATADA de segunda a sexta-feira, em horário comercial e em dias úteis;
- 7.14.12.2.6.9.1 A entrega poderá, excepcionalmente, ocorrer após as 18h (dezoito horas), no final de semana e feriados em qualquer ponto do território nacional, devendo, portanto, a CONTRATADA possuir preposto que possa atender a CONTRATANTE nesses dias e horários. Um exemplo de situação como essa são as demandas judiciais, em que o ICS poderá ser coletado e entregue em pontos determinados por ordem judicial.

7.14.12.2.7 COMPROVAÇÃO DOS SERVIÇOS À CONTRATANTE

- 7.14.12.2.7.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar, mensalmente e quando solicitada, relatórios gerenciais com as informações, no layout e no formato solicitados pela CONTRATANTE, referente a todos os serviços prestados.
- 7.14.12.2.7.2 A comprovação da prestação do serviço deverá ser realizada com a consolidação, de no mínimo, os seguintes documentos: nota fiscal eletrônica; RTC; nota de despacho ou conhecimento de transporte; tela da nota de fornecimento da CONTRATADA; check-list, quando aplicável; e, no caso do transporte aéreo, com o documento de transporte da companhia aérea utilizada para a prestação dos serviços.
- 7.14.12.2.7.3 Os documentos de comprovação dos serviços serão entregues organizados por nota fiscal emitida, fazendo constar todos os números de pedidos (nota de fornecimento) da CONTRATADA.
- 7.14.12.2.7.4 A CONTRATADA deverá possuir um portal de consulta na internet que possibilite, minimamente, a pesquisa das entregas realizadas, das notas fiscais relativas ao serviço com seus respectivos comprovantes de serviços, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o início das atividades. A CONTRATADA deverá atualizar as informações desde o início da prestação dos serviços.
- 7.14.12.2.7.5 Deverão constar do portal de consulta, no mínimo, os seguintes critérios de busca para pesquisa das entregas realizadas: por nota de fornecimento da

CONTRATADA, por RTC, por nota de despacho ou conhecimento de transporte; por número da guia de remessa; entre outros.

7.14.12.2.7.5.1.1 Os critérios de pesquisa também deverão ser realizados por destinatário da carga, por data de entrega, por data de coleta, por endereço e conter informações sobre o andamento da entrega (rastreadabilidade).

7.14.12.2.7.5.1.2 Deverão ser disponibilizadas à CONTRATANTE, no mínimo, 50 (cinquenta) senhas para acesso ao portal da CONTRATADA.

7.14.12.2.7.5.1.3 Os documentos para a comprovação dos serviços citados em 7.14.12.2.4 deverão ser digitalizados e constar no portal de consulta, no prazo máximo de 2 (dois) dias após a emissão da RCT;

7.14.12.2.7.5.1.4 O portal de consulta deverá possibilitar a emissão de relatórios das buscas realizadas ou a obtenção dos relatórios criados pela CONTRATADA.

7.14.12.2.7.6 A CONTRATADA deverá apresentar fisicamente ao servidor formalmente designado pela CONTRATANTE todos os comprovantes da realização do serviço e seus respectivos documentos de cobrança, de cada 15 (quinze) dias corridos de realização do serviço, em até 5 (cinco) dias úteis do término da quinzena para conferência e ateste, pelos fiscais do contrato, das condições, dos preços pactuados e da exatidão das informações.

7.14.12.2.7.6.1 Todos os documentos de comprovação das entregas efetuadas deverão estar devidamente assinados e datados pelos servidores ou responsáveis pelo recebimento nos Estados e Municípios ou pelos beneficiários de demandas judiciais (ou seus responsáveis), caso contrário os documentos de cobrança correspondentes não serão liquidados até resolução das pendências.

7.14.12.2.7.7 Os documentos de cobrança emitidos pela CONTRATADA deverão se referir ao exercício em que os pedidos (RTC) da CONTRATANTE foram emitidos.

7.14.12.3 MODAIS DE TRANSPORTE

7.14.12.3.1 Os serviços de transporte poderão ser realizados nos modais TERRESTRE/RODOVIÁRIO, AÉREO e FLUVIAL, os quais serão definidos e indicados pela CONTRATANTE à CONTRATADA, caso a caso, ou, se for o caso, discutidos em conjunto.

7.14.12.3.2 MODAL TERRESTRE/RODOVIÁRIO:

7.14.12.3.2.1 O transporte terrestre/rodoviário de ICS – Insumos Críticos de Saúde deverá ser realizado em veículos fechados, com baús isotérmicos e apropriados, bem como em veículos refrigerados com fonte de refrigeração que garantam a temperatura e a umidade específica indicada pelo fabricante ou pelo Ministério da Saúde.

7.14.12.3.2.2 A CONTRATANTE poderá recomendar, tecnicamente, a forma de transportar o medicamento, insumo ou correlato ou as demais cargas do Ministério da Saúde. A falta de recomendação por parte da CONTRATANTE não exclui a responsabilidade da CONTRATADA em transportar o insumo de maneira adequada.

7.14.12.3.2.3 O transporte terrestre/rodoviário poderá ser contratado por veículo fechado (FTL – “Full Truck Load”) ou por carga fracionada (LTL - “Less than Truck Load”), competindo a definição e a indicação pela CONTRATANTE, por meio do(s) servidor (es) formalmente designado(s).

7.14.12.3.2.3.1 As cargas por veículo fechado podem ser decorrentes de qualquer Operação de Transporte e serão pagas por tonelada respeitando o limite da capacidade total de cada veículo solicitado, conforme regras específicas citadas no **item 7.14.12.4.9**.

7.14.12.3.2.3.2 As cargas fracionadas podem ser decorrentes de qualquer Operação de Transporte (**item 7.14.12.4.6**) e serão pagas por peso taxado, conforme regras mencionadas neste termo.

7.14.12.3.2.4 O transporte terrestre/rodoviário das cargas da CONTRATANTE deverá ser feito por rodovia (rota não proibida ao trânsito de veículos automotores pelas autoridades competentes) em veículos licenciados, em bom estado de funcionamento e providos de equipamentos necessários à perfeita proteção da carga.

7.14.12.3.2.5 O uso de caminhões abertos é exclusivo para o transporte de praguicidas, porém caso necessário, o transporte para esse tipo de insumo poderá utilizar caminhão fechado tipo baú.

7.14.12.3.2.6 Poderá haver transporte de ambulâncias, unidades odontológicas móveis, armadilhas, hospitais de campanha, geradores e veículos com ou sem acoplamento de bombas UBV, entre outros, providos e destinados a todas as unidades da federação, capitais ou municípios, neste caso a CONTRATADA deverá prover o veículo adequado a cada tipo de transporte.

7.14.12.3.2.7 Haverá transporte terrestre/rodoviário de amostras biológicas, material laboratorial em veículos apropriados, segundo legislação vigente.

7.14.12.3.2.8 Haverá transporte terrestre/rodoviário de animais vivos, em veículos apropriados, segundo legislação vigente. A CONTRATANTE deverá avisar a CONTRATADA da necessidade de veículos especiais para o tal transporte com no mínimo 02 (Dois) dias úteis de antecedência.

7.14.12.3.2.9 O prazo máximo de coleta, a contar do recebimento da RTC é de até 24h (vinte e quatro horas), sendo que o prazo para carregamento do caminhão é de até 4h (quatro horas), exceto na hipótese do item 7.14.12.2.5.8.

7.14.12.3.2.10 A CONTRATADA deverá possuir sistema de rastreamento via satélite que permita informação em tempo real sobre a localização geográfica do veículo assim como o bloqueio e travamento das portas.

7.14.12.3.2.11 O farmacêutico responsável da CONTRATADA deverá elaborar procedimentos e rotinas para:

- Limpeza dos veículos e terminais dos depósitos com o propósito de garantir a higiene destes locais;
- Registro e controle da temperatura e umidade das instalações e veículos, quando for o caso;
- A atividade de carga e descarga dos produtos farmacêuticos com procedimentos específicos para produtos termolábeis e/ou que exijam condições especiais de movimentação e transporte;
- Registro de ocorrências e procedimentos para avarias, extravios e devoluções;
- Desinsetização e desratização dos veículos, realizadas por empresa autorizada pelo órgão sanitário competente;
- Calibração e qualificação de equipamentos constantes dos veículos (termo higrômetros e ar condicionado);

- Notificação à CONTRATANTE, ao destinatário da carga, as autoridades sanitárias e policiais competentes, quando for o caso de quaisquer suspeitas de alteração, adulteração, fraude, falsificação ou roubo dos produtos que transporta, informando o número da nota fiscal, número dos lotes, quantidades dos produtos, e demais informações exigidas pela legislação vigente.
- O farmacêutico responsável da CONTRATADA deverá identificar e não autorizar o transporte de cargas incompatíveis no mesmo veículo, baseadas na orientação do fabricante, na legislação vigente e/ou na literatura científica dos produtos.

7.14.12.3.2.12 A CONTRATADA e/ou terceiros deverão manter os veículos devidamente limpos, higienizados, livres de aberturas, furos e infiltrações ou qualquer imperfeição que ofereça risco a conservação, segurança e qualidade dos insumos transportados, sendo que os mesmos devem estar com todas as licenças para transporte terrestre das cargas validadas, conforme determinação e orientação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

7.14.12.3.2.13 É proibido o transporte terrestre de ICS – Insumos Críticos de Saúde em qualquer tipo de veículo com carroceria aberta (pick-up, motocicleta, bicicleta, entre outros).

7.14.12.3.2.14 A CONTRATANTE poderá realizar vistorias nos veículos da CONTRATADA a qualquer momento durante a prestação dos serviços.

7.14.12.3.2.15 A CONTRATADA não poderá, em hipótese alguma, utilizar seus veículos para armazenagem das cargas da CONTRATANTE.

7.14.12.3.2.16 É vedado o transporte de ICS – Insumos Críticos de Saúde juntamente com outros produtos, tais como: eletrônicos, móveis, animais, explosivos, produtos de limpeza, solventes, tintas, alimentos de origem vegetal e animal ou qualquer outra substância diferente de medicamentos ou correlatos, que possam comprometer de qualquer forma suas características e qualidades.

7.14.12.3.2.17 A CONTRATADA deverá disponibilizar, mensalmente e quando solicitada, relatórios gerenciais com no mínimo as seguintes informações: origem, destino, número do pedido – nota de fornecimento da CONTRATANTE, quantidade de volumes por Nota Fiscal / Fatura, quantidade de coletas, peso por Nota Fiscal / Fatura, peso transportado, cubagem por Nota Fiscal / Fatura, valor do frete, do seguro e demais itens que compõem a cesta dos serviços, referentes a

todos os serviços realizados e respectivos custos, quando da realização do transporte terrestre nacional.

7.14.12.3.2.18 Na hipótese de impossibilidade de consolidação das cargas no modal terrestre, de modo que o veículo esteja integralmente à disposição do Ministério da Saúde, as cargas fracionadas deverão ser compatíveis entre si para o transporte, segundo a legislação vigente, valendo a regra do item 7.14.12.4.9.2.

7.14.12.3.3 MODAL AÉREO

7.14.12.3.3.1 O transporte aéreo será sempre contratado por peso taxado, sendo a definição e a indicação desse modal de transporte competida ao(s) servidor (es) formalmente designado(s) pelo Ministério da Saúde.

7.14.12.3.3.2 O prazo máximo de coleta, a contar do recebimento da RTC é de 04h (quatro horas) e nos casos de solicitação de urgência em até 02 (duas) horas a partir da requisição.

7.14.12.3.3.3 A CONTRATADA deverá coletar, acondicionar, transportar e entregar os ICS – Insumos Críticos de Saúde por via aérea utilizando embalagens específicas, visando a garantia da integridade e controle específico da temperatura, provindos e destinados a todas as unidades da federação, capital e municípios brasileiros.

7.14.12.3.3.4 Os trechos terrestres entre o aeroporto e o local de entrega, bem como do local de coleta até o aeroporto deverão ser realizados através de veículos com carroceria fechada tipo baú isotérmico ou com fonte de refrigeração que garanta a temperatura específica para o transporte dos ICS – Insumos Críticos de Saúde.

7.14.12.3.3.5 A CONTRATADA deverá disponibilizar embalagem, material e serviço para acondicionamento, coleta, manuseio, transporte, entrega, carga, descarga, incluindo o seguro total da carga, bem como toda a logística necessária para o transporte adequado e disponibilizar de equipe qualificada para a execução do serviço.

7.14.12.3.3.6 A CONTRATADA deverá disponibilizar, mensalmente e quando solicitada, relatórios gerenciais com no mínimo as seguintes informações: origem, destino, número do pedido – nota de fornecimento da CONTRATANTE, quantidade de volumes por Nota Fiscal / Fatura, quantidade de coletas, peso por Nota Fiscal / Fatura, peso transportado, cubagem por Nota Fiscal / Fatura, valor do frete, do seguro e demais itens que compõem a cesta dos serviços, referentes a todos os serviços realizados e respectivos custos, quando da realização do transporte aéreo nacional.

7.14.12.3.3.7 Nos casos de perdas e atrasos dos voos e conexões, a CONTRATADA deverá desembalar e reembalar os ICS – Insumos Críticos de Saúde termolábeis, para garantir o controle de temperatura, obedecendo às especificidades de cada item coletado quantas vezes se fizerem necessárias a manutenção da carga transportada.

7.14.12.3.4 MODAL FLUVIAL

7.14.12.3.4.1.1 A CONTRATADA deverá coletar, acondicionar, transportar e entregar os ICS – Insumos Críticos de Saúde por modal fluvial utilizando embalagens específicas visando a garantia da integridade e controle específico da temperatura.

7.14.12.3.4.1.2 Os trechos terrestres entre o aeroporto até o porto de embarque, bem como do porto de embarque até o aeroporto deverão ser realizados através de veículos com carroceria fechada tipo baú isotérmico ou com fonte de refrigeração que garanta a temperatura específica para o transporte dos ICS – Insumos Críticos de Saúde.

7.14.12.3.4.1.3 O transporte fluvial é exclusivo para as entregas de ICS – Insumos Críticos de Saúde ou de outras cargas do Ministério da Saúde nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI localizados, em especial, no interior da região Norte e que não possam ser realizados em sua totalidade pela modalidade terrestre/rodoviária ou aérea.

7.14.12.3.4.1.4 O transporte fluvial deve ser realizado por embarcação regulamentada e autorizada pela Agencia Nacional de Transporte Fluvial – ANTAQ.

7.14.12.3.4.1.4.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar embalagem, material e serviço para acondicionamento, coleta, manuseio, transporte, entrega, carga, descarga, incluindo o seguro total da carga, bem como toda a logística necessária para o transporte adequado e disponibilizar de equipe qualificada para a execução do serviço.

7.14.12.3.4.1.4.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar, mensalmente e quando solicitada, relatórios gerenciais com no mínimo as seguintes informações: origem, destino, número do pedido – nota de fornecimento da CONTRATANTE, quantidade de volumes por Nota Fiscal / Fatura, quantidade de coletas, peso por Nota Fiscal / Fatura, peso transportado, cubagem por Nota Fiscal / Fatura, valor do frete, do seguro e demais itens que compõem a cesta dos serviços, referentes a todos os serviços realizados e respectivos custos, quando da realização do transporte fluvial nacional.

7.14.12.4 OPERAÇÕES DE TRANSPORTE ATUALMENTE EXECUTADAS

Estão contempladas neste Termo de Referência diferentes operações de transporte, cada uma com características e serviços específicos:

7.14.12.4.1 OPERAÇÃO COM BASE EM BRASÍLIA

- Pontos de Coleta das cargas nos almoxarifados do Ministério da Saúde: item 7.14.12.2.5(endereços mencionados nos itens 1 a 4);
 - Poderão ser coletadas cargas nos Estados ou Municípios, indicados pela CONTRATANTE, para entrega em outro(s) Estado(s) e Município(s), que serão entendidos como “REMANEJAMENTOS”– item 7.14.12.2.5.13.
- Pontos de Entrega: todo território nacional, principalmente, mas não se limitando, nos almoxarifados dos 26 estados (capitais e regiões metropolitanas) e do DF e em alguns almoxarifados dos Municípios.
- Modais de Transporte: Terrestre / Aéreo / Fluvial.
- Insumos transportados:
 - Serão transportados ICS – Insumos Críticos de Saúde, kits para exames diagnósticos, kits em atendimento de calamidade, gel lubrificantes, seringas, preservativos, entre outros;
 - Poderão ser solicitados transportes de ambulâncias, unidades odontológicas móveis, hospitais de campanha, geradores e veículos com ou sem acoplamento de bombas UBV, entre outros;
 - Acondicionados em caixas de papelão ou de poliestireno expandido ou bombonas/tambores;
 - Quantidade de itens (Stock Keeping Unit - SKUs): em torno de 600.
- Prazos de entrega: conforme APENDICE XI.
- Controle de Temperatura:
 - Resfriados (2°C a 8°C) ou 2°C a 25°C;
 - Refrigerados (-15°C a -35°C);
 - Secos: (15°C a 30°C).
- Volumes: conforme histórico do APENDICEXII
- Outras informações:
 - Fracionamento máximo: caixa terciária;

7.14.12.4.2 OPERAÇÃO COM BASE NO RIO DE JANEIRO

- Ponto de Coleta nos almoxarifados do Ministério da Saúde: item 7.14.12.2.5(endereços mencionados nos itens 5 a 8);
 - Poderão ser coletados insumos nos Estados ou Municípios, indicados pela CONTRATANTE, para entrega em outro(s) Estado(s) e Município(s), que serão entendidos como “REMANEJAMENTOS” – item 7.14.12.2.5.13.
- Pontos de Entrega: todo território nacional, principalmente, mas não se limitando, nos almoxarifados dos 26 estados (capitais e regiões metropolitanas) e do DF e em alguns almoxarifados dos Municípios.
- Modais de Transporte: Terrestre / Aéreo/ Fluvial.
- Produtos transportados:
 - Vacinas, Imunobiológicos, Kits de Diagnóstico e outros insumos (caixas de papelão e de isopor);
 - Praguicidas (bombonas/tambores e caixas de papelão).
 - Produtos são armazenados em caixas de papelão, bombonas e isopor;

- Quantidade de itens (SKUs): em torno de 200.
- Prazos de entrega: conforme APENDICEXI
- Controle de Temperatura:
 - Resfriados (2°C a 8°C);
 - Refrigerados (-15°C a -35°C);
 - Produtos secos e praguicidas:(15°C a 30°C)
- Volumes: conforme histórico do APENDICEXII
- Outras informações:
 - Fracionamento máximo: caixa terciária;

7.14.12.4.3 OPERAÇÃO DE TRANSPORTE DE INSUMOS JUDICIAIS

- Ponto de Coleta:
 - Item 7.14.12.2.5(endereço mencionado no item 2), além de todo território nacional em casos de remanejamento e de coletas para fins de devoluções à CAIES (logística reversa).
- Pontos de Entrega:
 - Todo território nacional, sendo a entrega realizada diretamente nas residências de pessoas físicas ou em hospitais indicados.
- Modais de Transporte: Terrestre / Aéreo / Fluvial.
- Insumos transportados:
 - Diversos produtos para atendimento de demandas judiciais, incluindo medicamentos, correlatos, material de higiene, alimentos, entre outros.
 - Quantidade de itens (SKUs): em torno de 2500 (dois mil e quinhentos).
 - Os produtos são enviados com fracionamento mínimo de acordo com o fator de embalagem.
- Prazos de entrega: 48h (quarenta e oito horas) após a coleta do produto, exceto se outro prazo for estipulado a menor.
- Controle de Temperatura:
 - Resfriados (2°C a 8°C);
 - Refrigerados (-15°C a -35°C);
 - Secos: (15°C a 30°C).
- Volumes: conforme histórico do APENDICEXII.

Outras informações específicas:

7.14.12.4.3.1 Nas entregas de demanda judicial, quando não localizar o beneficiário da demanda judicial ou seu representante, a CONTRATADA deverá realizar 03 (três) tentativas de entregas consecutivas, em dias e horários diferentes. Caso tenha produtos termolábeis é de responsabilidade da CONTRATADA repor e ou trocar o gelo reutilizável rígido, mantendo e controlando em temperatura adequada.

- 7.14.12.4.3.1.1 No momento da entrega, a CONTRATADA deverá por meio de instrumento de medição de temperatura comprovar ao beneficiário da demanda judicial ou ao seu representante que o ICS – Insumos Críticos de Saúde termolábil está sendo entregue de forma adequada e realizar esse registro no verso do conhecimento de transporte.
- 7.14.12.4.3.1.2 O destinatário (beneficiário da demanda judicial ou seu representante) deverá assinar o verso do conhecimento de transporte e eventuais check-list encaminhados junto a carga, de modo a confirmar que esteve ciente da temperatura do ICS – Insumos Críticos de Saúde no ato da entrega.
- 7.14.12.4.3.1.3 A CONTRATADA deve estar preparada para preencher todo e qualquer questionário referente às entregas de demanda judicial, assim como para recolher cópia da receita médica ou laudo, se fizer necessário, a critério da CONTRATANTE;
- 7.14.12.4.3.1.4 Nos casos de falecimento ou recusa de recebimento pelo beneficiário de demanda judicial ou do seu representante, a CONTRATADA deverá registrar nos documentos de transporte o motivo pelo qual não foi efetivada a entrega, colocando o nome completo do informante, a data e sua assinatura no Conhecimento de Transporte e enviar, juntamente com os ICS – Insumos Críticos de Saúde de demanda judicial, ao Ministério da Saúde no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) nas condições de manutenção de temperatura e umidade, indicados pelo fabricante;
- 7.14.12.4.3.1.5 Após a efetiva entrega do ICS – Insumos Críticos de Saúde ao beneficiário de demanda judicial ou ao seu representante ou de sua recusa de recebimento, a CONTRATADA deverá digitalizar e disponibilizar o documento de entrega, devidamente, assinado e datado pelo beneficiário da demanda judicial ou de seu representante, em sistema web disponibilizado pela CONTRATADA, em até 48h (quarenta e oito horas) para consulta da CONTRATANTE;
- 7.14.12.4.3.1.6 O prazo máximo de retorno dos comprovantes de entrega ou de recusa de recebimento dos ICS – Insumos Críticos de Saúde de demanda judicial é de 5 (Cinco) dias corridos;
- 7.14.12.4.3.2 A CONTRATADA deverá, no caso de coleta ou remanejamento de demanda judicial, fornecer a embalagem apropriada para o insumo a ser coletado na residência do beneficiário da demanda judicial ou seu representante; medir a temperatura e registrá-la no conhecimento de transporte; embalá-lo de acordo com as especificações do fabricante no tocante à temperatura e acondicionamento; transportá-lo até o local indicado; se responsabilizando pelo ressarcimento em caso de não cumprimento das especificações do insumo;

7.14.12.4.3.2.1 Se no ato da coleta o insumo estiver embalado, é de responsabilidade da CONTRATADA, conferir se a embalagem está de acordo com as normas estabelecidas pelo fabricante, bem como a temperatura do insumo. Se necessário, a CONTRATADA deverá reembalar os insumos na presença do beneficiário da demanda judicial ou de seu representante e fazer constar esses registro no conhecimento de transporte, que será assinado pelo beneficiário da demanda judicial ou por seu representante;

7.14.12.4.3.2.2 Na hipótese de recolhimento de insumo avariado ou em parte consumido pelo beneficiário da demanda, a CONTRATADA deverá registrar essa ocorrência e o quantitativo recebido, fazendo constar a assinatura do beneficiário ou representante desses junto ao conhecimento de transporte.

7.14.12.4.3.2.3 Poderão ocorrer coletas de demanda judicial domiciliar e/ou hospitalar em todas as unidades federativas ou municípios com destino aos almoxarifados do Ministério da Saúde;

7.14.12.4.3.2.3.1 Neste caso, o medicamento, insumo ou correlato coletado deverá ser embalado e lacrado com a fita padronizada da CONTRATADA e registradas as intercorrências verificadas no recebimento da carga.

7.14.12.4.3.2.4 Poderá ser solicitada a entrega de ICS – Insumos Críticos de Saúde referentes ao atendimento da demanda judicial, no prazo inferior ao máximo estabelecido no APENDICEXI,

7.14.12.4.4 OPERAÇÃO DE TRANSPORTE DOS ITENS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

- Ponto de Coleta:
 - Local principal: Laboratórios Centrais de Saúde Pública – LACEN e Instituto Evandro Chagas;
 - Todo território nacional, nos 26 Estados (capitais e regiões metropolitanas), Municípios e DF.
- Pontos de Entrega:
 - Todo território nacional;
 - Locais principais: Laboratórios Centrais de Saúde Pública – LACEN, Instituto Evandro Chagas (PA) e Fiocruz (RJ).
- Modais de Transporte: Terrestre /Aéreo/Fluvial.
- Produtos transportados:
 - Amostras Biológicas de origem humana e animal:
 - 1. Substancia infecciosas da Categoria A;
 - 2. Substancia infecciosas da Categoria B;
 - 3. Espécime humana de Risco Mínimo.
 - Animais Vivos;

- Material Laboratorial (exemplo: kit diagnóstico e reagentes químicos);
- Imunoglobina;
- Vacinas/Soros;
- Insumos diversos;
- Equipamentos diversos;
- Armadilhas;
- Documentos;
- Veículos
- Reboque;
- Módulo de Hospital de campanha e seus respectivos acessórios;
- Logística reversa;
- Outros.
- Tipo de embalagem:
 - As substâncias infecciosas da categoria A **UN2814** devem ser transportadas em embalagem categoria P620;
 - As substâncias infecciosas da categoria B **UN3373** devem ser transportadas em embalagem categoria P650.
 - Além dessas embalagens específicas, serão utilizadas caixas de papelão e de Poliestireno expandido.
- Prazos de entrega: conforme APENDICEXI.
- Controle de Temperatura:
 - Resfriados (2°C a 8°C);
 - Refrigerados (-15°C a -35°C);
 - Secos: (15°C a 30°C).
- Volumes: conforme APENDICEXII.
- Outras informações:
 - As amostras biológicas são embaladas pelos LACENS e poderá exigir, com antecedência, o envio de embalagens e demais insumos para transporte.

7.14.12.4.4.1 A coleta e o transporte dos produtos biológicos devem obedecer a Resolução-RDC/ANVISA n. 20/2014.

7.14.12.4.4.2 Poderá haver coleta e entrega pontual de medicamento, insumos e correlatos em hospitais para atendimento Emergencial, em que a coleta e a entrega devem se dar no prazo máximo 48 (quarenta e oito horas), salvo se outro prazo for estipulado a menor.

7.14.12.4.4.3 Poderá haver coletas e entregas em eventos de massa, momento em que a CONTRATADA deverá ficar de sobreaviso e realizar as atividades de coleta e entrega no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas),salvo se outro prazo for estipulado.

7.14.12.4.5 PROGRAMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CARGAS

7.14.12.4.5.1 A CONTRATANTE poderá enviar cargas programadas e consolidadas para o transporte dos ICS – Insumos Críticos de Saúde dos Programas de Saúde do Ministério de Saúde, quando da modalidade TERRESTRE/RODOVIÁRIA, a fim de obter economia de escala no custo dos fretes.

7.14.12.4.5.2 A CONTRATANTE agrupará, se possível, os pedidos de remessas realizados pelos Programas de Saúde do Ministério da Saúde para o mesmo local de destino (capital e região metropolitana ou município), ainda que haja dois ou mais endereços, permitindo embarques maiores ou cargas completas por veículos.

7.14.12.4.5.3 A CONTRATADA fornecerá o veículo adequado à demanda da CONTRATANTE, quando a opção for pelos embarques de cargas maiores ou por cargas completas por veículos, bem como indicará possibilidades de roteiros para garantir êxito na consolidação das cargas e gerar otimização dos recursos, minimizar custos operacionais, racionalização de processos e garantir níveis de satisfação nas entregas das cargas.

7.14.12.4.6 REGRAS DE CUBAGEM

7.14.12.4.6.1 A CONTRATADA deverá registrar o peso (em quilograma- kg), o volume (em metro cúbico – m³) e a relação entre o peso e volume da carga a ser transportada em cada pedido recebido e RTC.

7.14.12.4.6.2 Para determinação do preço a ser pago pela prestação dos serviços, considerar-se-á o peso real do objeto em Kg (quilograma) e o seu peso cubado na proporção de 300 kg/1m³, para o transporte terrestre/rodoviário e **166.667** kg/1m³, para o transporte aéreo, prevalecendo o que for maior;

7.14.12.4.6.3 Para obtenção do peso cubado no modal TERRESTRE/RODOVIÁRIO, utilizar-se-á a seguinte fórmula:

7.14.12.4.6.4
$$\text{PESO CUBADO} = \{(\text{largura (m)} \times \text{comprimento (m)} \times \text{altura (m)}) \times 300 \text{ kg/1m}^3\} \times \text{número de caixas}$$

7.14.12.4.6.5 Para a obtenção do peso cubado, no modal AÉREO, utilizar-se-á a seguinte fórmula:

7.14.12.4.6.6
$$\text{PESO CUBADO} = \{(\text{largura (m)} \times \text{comprimento(m)} \times \text{altura(m)}) \times 166.667\text{kg/1m}^3\} \times \text{número de caixas}$$

7.14.12.4.6.7 O transporte fluvial será complementar aos modais aéreo e terrestre. A cubagem será realizada seguindo o transporte principal (aéreo ou terrestre), incluindo taxa de transporte fluvial.

7.14.12.4.7 MÃO-DE-OBRA E FARMACÊUTICO RESPONSÁVEL TÉCNICO

7.14.12.4.7.1 A prestação do serviço objeto desta contratação será não-exclusiva, realizada por equipe qualificada e capacitada em Boas Práticas de Manuseio e Transporte de cargas em geral e de ICS – Insumos Críticos de Saúde.

7.14.12.4.7.2 A CONTRATADA deverá possuir Farmacêutico Responsável Técnico, devidamente registrado no Conselho Regional de Farmácia, para zelar pelo cumprimento da legislação sanitária e demais legislações correlatas, orientando quanto às adequações necessárias para o cumprimento das normas e salvaguardar os ICS – Insumos Críticos de Saúde da CONTRATANTE.

7.14.12.4.7.3 Caberá ao farmacêutico responsável técnico da CONTRATADA, além das obrigações constantes em 7.14.12.3.2.10 e 7.14.12.3.2.11, as seguintes atividades:

7.14.12.4.7.4 Orientar a adequação do transporte, visando o cumprimento da legislação sanitária em vigor e das boas práticas de transporte, assim como a qualificação dos agentes de cargas ou transportadoras parceiras;

7.14.12.4.7.5 Elaborar, organizar e implantar o Manual de Boas Práticas de Transporte de ICS – Insumos Críticos de Saúde e Procedimento Operacional Padrão – POP para todas as atividades desenvolvidas, que devem ser disponibilizados à CONTRATANTE para validação e eventuais ajustes no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir do início das atividades;

7.14.12.4.7.6 A observância destes procedimentos deve ser controlada por meio de auto inspeções periódicas, de modo a detectar e registrar as não conformidades e desvios de qualidade que possam ocorrer durante o processo;

- 7.14.12.4.7.6.1.1 Também devem ser nomeados responsáveis pelo monitoramento das ações corretivas e preventivas e delimitados prazos para seu cumprimento, seguindo as exigências da legislação vigente;
- 7.14.12.4.7.6.1.2 A CONTRATADA deverá comunicar, em até 48h (quarenta e oito horas), as autoinspeções realizadas e as ações corretivas e preventivas que serão adotadas.
- 7.14.12.4.7.6.2 Na atividade de carga e descarga dos ICS – Insumos Críticos de Saúde, com procedimentos específicos para os termolábeis e/ou que exijam condições especiais de armazenamento, manuseio e transporte, o farmacêutico técnico responsável ou pessoa designada por ele, mas sob sua supervisão, deverá registrar o controle da temperatura e umidade.
- 7.14.12.4.7.6.3 Registrar avarias e devoluções da carga, comunicando, por escrito, a CONTRATANTE em até 24 h (vinte e quatro horas), conforme item 7.14.12.2.6.
- 7.14.12.4.7.6.4 Na hipótese de suspeitas de alteração, adulteração, fraude, falsificação ou furto, roubo ou extravio dos ICS – Insumos Críticos de Saúde transportados pela CONTRATADA e seus terceiros ou de cargas de propriedade da CONTRATANTE, o farmacêutico técnico responsável deverá, assim que tomar conhecimento, registrar a ocorrência, notificando o detentor do registro e/ou embarcador e/ou destinatário da carga e as autoridades sanitárias e policiais, quando for o caso, informando o número do documento de cobrança, nome, número de lote e quantidade dos medicamentos ou correlatos; dados da carga; e, demais informações exigidas pela legislação vigente, no prazo máximo de 3 (três) dias a partir do conhecimento do fato. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE todos os procedimentos adotados, com suas respectivas comprovações, em até 5 (cinco) dias a partir do conhecimento do fato.
- 7.14.12.4.7.6.5 Controlar a limpeza dos veículos, rotineiramente, documentando em formulários específicos.
- 7.14.12.4.7.6.6 Realizar treinamento periódico da equipe ou exigir o treinamento dos empregados da CONTRATADA e dos agentes de cargas ou transportadores parceiros, em especial quanto aos cuidados especiais para manutenção da qualidade dos ICS – Insumos Críticos de Saúde, incluindo, mas não se limitando a exposição a agentes nocivos; veículos (limpeza, manutenção, tipos de veículo adequado a cada carga, entre outros) e condições adequadas de transporte.
- 7.14.12.4.7.6.6.1 Os custos referentes aos treinamentos dos empregados, colaboradores e terceirizados da CONTRATADA serão de sua responsabilidade.
- 7.14.12.4.7.6.7 Renovar as licenças sanitárias, assim como a de renovação de controle de pragas.

7.14.12.4.7.6.8 Acompanhar as auditorias internas, externas e inspeções sanitárias.

7.14.12.4.7.6.9 Providenciar mecanismo de controle da temperatura e umidade dos ICS – Insumos Críticos de Saúde nos veículos, registrando em formulário específico.

7.14.12.4.8 INSUMOS PARA TRANSPORTE

7.14.12.4.8.1 A CONTRATADA será responsável por todos os insumos para transporte e acondicionamento das cargas, conforme APENDICE V.

7.14.12.4.8.2 As cargas deverão ser acondicionadas pela CONTRATADA, nas embalagens apropriadas fornecidas pela CONTRATADA, de acordo com a especificação da carga, lacradas com a fita padronizada do Ministério da Saúde e ou lacre fornecedor fabricante, garantindo a perfeita inviolabilidade e manutenção da qualidade e temperatura até o destino final.

7.14.12.4.8.3 A CONTRATADA deverá fornecer os materiais para transporte nos pontos de coleta e ou em outras unidades no caso especificado conforme item 7.14.12.2.5, nas unidades de coleta dos remanejamentos, nas unidades de coleta das demandas judiciais e em outros locais indicados pela CONTRATANTE, em até 48h (quarenta e oito horas) da solicitação formal realizada pelo Ministério da Saúde, por meio de servidor formalmente designado pela CONTRATANTE.

7.14.12.4.8.3.1 No caso de coleta das demandas judiciais, a CONTRATADA, além de fornecer os materiais para o transporte, deverá providenciar a embalagem e providenciar a arrumação necessária para o transporte.

7.14.12.4.8.4 Os pedidos de insumos para o transporte serão solicitados pelos servidores(s) formalmente designados pela CONTRATANTE, que o fará por meio de guia solicitação de insumos para transporte, cujo layout será definido entre as partes.

7.14.12.4.8.5 Deverão constar da guia de solicitação de insumos para transporte, minimamente, as seguintes informações: dados do solicitante, local de entrega, quantidade de cada item solicitado, data da solicitação, assinatura e carimbo (cargo e matrícula).

7.14.12.4.9 VEÍCULOS DE TRANSPORTES

7.14.12.4.9.1 A CONTRATADA deverá coletar, acondicionar, transportar e entregar os ICS – Insumos Críticos de Saúde por via terrestre, para as capitais e regiões metropolitanas e/ou interior, utilizando veículos adequados para cada tipo de

insumo com carroceria fechada tipo baú, isotérmico, bem como veículos refrigerados para cargas com controle de temperatura.

7.14.12.4.9.1.1 A coleta e entrega das cargas com controle de temperatura (medicamentos termolábeis, vacinas, soros e kits para exames diagnósticos) serão em caminhões isotérmicos, refrigerados e com monitoramento eletrônico de temperatura, cujo relatório deverá ser apresentado ao destinatário no momento da entrega e ao CONTRATANTE, quando da comprovação do serviço.

7.14.12.4.9.2 Os veículos, quando as cargas forem fracionadas, poderão ser compartilhados com ICS – Insumos Críticos de Saúde que não sejam do Ministério da Saúde, desde que estes estejam claramente identificados e segregados dentro do baú isotérmico e que tenham as mesmas características dos produtos do Ministério da Saúde transportados.

7.14.12.4.9.2.1 É vedado o compartilhamento com qualquer outro tipo de produto que não seja medicamento, insumo ou correlato da saúde, tais como: eletrônicos, móveis, animais, explosivos, produtos de limpeza, produtos de escritório, solventes, tintas, alimentos de origem vegetal e animal ou qualquer outra substância que possa comprometer de qualquer forma suas características e qualidade.

7.14.12.4.9.2.2 Os veículos não poderão, em hipóteses alguma, ser utilizados para o armazenamento dos ICS – Insumos Críticos de Saúde.

7.14.12.4.9.3 Fica vedado o transporte de praguicidas com outros ICS – Insumos Críticos de Saúde.

7.14.12.4.9.4 Os veículos que prestarem serviços à CONTRATANTE deverão possuir cópia do alvará sanitário, autorização de funcionamento, autorização da vigilância sanitária local e das notas fiscais, além de outros documentos que se fizerem necessários.

7.14.12.4.9.5 Nos casos de transporte de veículos fechados (FTL – “FullTruckLoad”), não é permitido qualquer tipo de compartilhamento de carga, visto que o frete será pago por veículo;

7.14.12.4.9.5.1 Os veículos de FTL que poderão ser requeridos serão utilizados para o transporte das cargas da CONTRATANTE terão a seguinte denominação:

7.14.12.4.9.5.1.1 Veículo Semi-Pesado ou “Toco”: capacidade máxima de 6 (seis) toneladas;

7.14.12.4.9.5.1.2 Veículo Pesado ou “Truck”: capacidade máxima de 14 (quatorze) toneladas;

7.14.12.4.9.5.1.3 Carretas: capacidade máxima de 25 (vinte e cinco) toneladas.

7.14.12.4.9.6 É de responsabilidade da CONTRATADA a resolução de problemas em postos de fiscalização de mercadorias nos Estados, no Distrito Federal e Municípios. A CONTRATANTE deverá ser comunicada em caso de apreensão de mercadorias no prazo máximo de 2h (duas horas) da ocorrência e de todas as providências adotadas para a liberação das cargas.

7.14.12.4.10 INSTALAÇÕES E INFRAESTRUTURA DA EMPRESA

7.14.12.4.10.1 A CONTRATADA deverá possuir pontos de apoio permanente, no mínimo, em Brasília-DF e Rio de Janeiro-RJ para a realização de serviços básicos do processo logístico, tais como: manuseio, embalagem, reembalagem, acondicionamento, arrumação, paletização e coleta do material que será transportado garantindo a temperatura e umidade específica de cada item, além da armazenagem temporária para casos de perdas de vôos e conexões.

7.14.12.4.11 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

7.14.12.4.11.1 A CONTRATADA deverá possuir Sistema de Gerenciamento de Transportes – TMS (“Transportation Management System”), o qual deverá garantir a rastreabilidade e acuracidade de todas as atividades descritas neste Termo de Referência, e ser passível de integração com os sistemas designados pela CONTRATANTE ou ainda de ser utilizado pela CONTRATANTE, por meio da internet.

7.14.12.4.11.2 A CONTRATADA deverá prover a interoperabilidade do seu software TMS com o Sistema de Gerenciamento de Armazéns utilizado pela CONTRATANTE ou qualquer outro software da CONTRATANTE utilizado para esta finalidade, no momento em que for solicitado.

7.14.12.4.11.3 A CONTRATADA deverá disponibilizar portal de consulta, por meio da internet, para o acompanhamento e controle das operações realizadas, incluindo a impressão de relatórios no formato PortableDocumentFormat – PDF e permitir a exportação dos relatórios em formato de planilha eletrônica. As informações deverão ser atualizadas com a periodicidade mínima de um dia (input diário), sendo preferencialmente atualizadas online (no momento da sua realização);

7.14.12.4.11.3.1 O portal de consulta deve permitir visualização de dados relativos à coleta e transporte das cargas, incluindo, mas não se limitando, ao número da Nota Fiscal/Fatura, nome do item, quantidade de cada item, peso em Kg (quilograma), cubagem, data e horário de coleta, status de entrega, localização do veículo, data e horário de entrega, entre outros.

7.14.12.4.11.4 O sistema da CONTRATADA deverá ser validado pela CONTRATANTE para garantir que os controles e registros serão realizados corretamente e que o processamento dos dados cumpre com as especificações pré-determinadas pela legislação vigente, minimizando a ocorrência de riscos;

7.14.12.4.11.4.1 A CONTRATADA será responsável pelas alterações necessárias, identificadas no processo de validação;

7.14.12.4.11.4.2 A CONTRATADA será responsável pelo desenvolvimento, manutenção e infraestrutura de suporte às soluções tecnológicas, incluindo as equipes para execução, acompanhamento e controle.

7.14.12.4.11.5 Toda informação obtida por meio dessa contratação, de natureza técnica, operacional, comercial, dos sistemas de gerenciamento de transportes, documentos, contrato, papéis, estudos, pareceres, inventários, pesquisas ou de qualquer outro dado são considerados confidenciais e de propriedade do Ministério da Saúde, ficando proibida a sua utilização ou divulgação em atividades que não se relacionem com a própria contratação, salvo autorização expressa da CONTRATANTE;

7.14.12.4.11.5.1 A confidencialidade das informações descrita em 7.14.12.4.11.5 terá validade mesmo após o término da vigência do contrato;

7.14.12.4.11.5.2 A CONTRATADA não poderá repassar a terceiros, reproduzir ou copiar por qualquer meio ou forma, em nenhuma hipótese que extrapole o objeto do contrato, o banco de dados, bases de dados e congêneres, que venham a ser produzidos em decorrência do contrato, sem autorização expressa da CONTRATANTE.

7.14.12.4.11.6 A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE quando solicitado o banco de dados, bases de dados e congêneres que contenham as informações referentes ao contrato.

7.14.12.4.11.6.1 A CONTRATADA, ao término do contrato, deverá fornecer à CONTRATANTE o banco de dados, bases de dados e congêneres que contenham as informações referentes ao contrato.

7.14.12.4.11.7 A CONTRATADA deverá providenciar quando solicitado pela CONTRATANTE a destruição e descarte das informações, incluindo o banco de dados, bases de dados e congêneres que contenham as informações referentes ao contrato, observando as regulamentações vigentes e as boas práticas e políticas de segurança da informação, incluindo as Instruções Normativas e regulamentações publicadas pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Departamento de Segurança da Informação e Comunicações (DSIC) da Presidência da República e o Comitê Gestor de Segurança da Informação.

7.14.12.4.11.8 A CONTRATADA deverá possuir sistema de rastreamento via satélite dos veículos permitindo a localização geográfica em tempo real do veículo, assim como o bloqueio e travamento das portas.

7.14.12.4.11.9 Somente terá acesso ao portal de consulta ou sistema da CONTRATADA, as pessoas autorizadas pela CONTRATANTE.

7.14.12.4.11.10 GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS

7.14.12.4.11.11 A CONTRATADA será responsável pela gestão eletrônica documentos – relacionados às coletas e entregas das cargas.

7.14.12.4.11.11.1 A CONTRATADA deverá apresentar todos os comprovantes da realização do serviço e seus respectivos documentos de cobrança fisicamente (em papel) e em formato de imagem, relativos a primeira quinzena do mês, em até 5 (cinco) dias úteis do término da quinzena, conforme item 7.14.12.2.7.2.

7.14.12.4.11.11.2 A CONTRATADA deverá, conforme item 7.14.12.2.7.4, possuir portal de consulta na internet que possibilite a verificação das comprovações dos serviços;

7.14.12.4.11.11.2.1 Os documentos de entrega dos ICS – Insumos Críticos de Saúde devem ser separados por programa de saúde ou conter a indicação do programa a que se referem, incluindo também o transporte da demanda judicial e os de vigilância em saúde.

7.14.12.4.11.11.3 A CONTRATADA será responsável por qualquer desfiguração ou destruição dos documentos de valor permanente, considerados como sendo de interesse público e social.

7.14.12.4.11.11.4 A CONTRATADA fornecerá em formato físico e em formato digital todos os documentos gerados pelo transporte para uma integração com os sistemas do CONTRATANTE.

7.14.12.4.11.12 SEGURANÇA E PREVENÇÃO

7.14.12.4.11.12.1 O transporte dos ICS – Insumos Críticos de Saúde deverá oferecer segurança e proteção adequadas, visando a garantia da qualidade e integridade da carga.

7.14.12.4.11.12.2 A CONTRATADA deverá dispor de segurança patrimonial, gerenciamento e análise de riscos.

O serviço de segurança patrimonial da CONTRATADA deve ser habilitado pelo Departamento da Polícia Federal, conforme descrito na Portaria n.º 3233/2012 – DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012, e alterações, que consolida as normas aplicadas sobre segurança privada. Deverá cumprir da mesma maneira a Lei n.º 7.102/83 e suas alterações, que especifica a qualificação necessária para a realização da segurança patrimonial.

7.14.12.4.11.13 SEGUROS E AD'VALOREM ("conforme o valor"):

7.14.12.4.11.13.1 A CONTRATADA deverá dispor de seguro para os ICS – Insumos Críticos de Saúde transportados, o qual deverá cobrir todos os riscos inerentes a operação, desde a coleta até a entrega em seu destino final. A apólice de seguro deverá garantir cobertura para os bens, abrangendo, minimamente, riscos de incêndio, raio, explosão, desabamento, inundação, danos elétricos, infiltrações, perdas de carga, extravios, roubos, furtos, avarias, danos nos equipamentos de refrigeração e quebras.

7.14.12.4.11.13.1.1 A apólice de seguro deve ser apresentada até o início das atividades.

7.14.12.4.11.13.2 Deverão ser apresentadas, mensalmente, ao(s) servidor(es) formalmente designado(s) pela CONTRATANTE as apólices de seguro emitidas pela seguradora com data atual, que confirme a existência e vigência dos seguros.

7.14.12.4.11.13.3 A CONTRATADA ou terceiros deverá possuir as apólices de seguro de Responsabilidade Civil do Transporte Rodoviário de Carga – RCTR-C, de Responsabilidade Civil do Transporte Aéreo de Cargas – RCTA-C e de Responsabilidade Facultativa Civil do Transportador Rodoviário por Desaparecimento de Carga - RFC-DC vigentes.

7.14.12.4.11.13.4 O seguro e demais medidas protetivas (exemplo: escolta armada) deverão ser compatíveis com o valor dos ICS – Insumos Críticos de Saúde transportados e de acordo com o modal de transporte adotado e Programa de Gerenciamento de Riscos da Seguradora da CONTRATADA.

7.14.12.4.11.13.5 A CONTRATADA deverá assegurar todos os embarques cargas, averbando-os junto à seguradora da CONTRATADA.

7.14.12.4.11.13.6 As indenizações de responsabilidade civil por perdas, danos, avarias e extravios dos ICS – Insumos Críticos de Saúde deverão ser feitas à CONTRATANTE no valor unitário declarado pelo fornecedor do medicamento, correspondendo ao valor da Nota Fiscal / Fatura / Declaração de Importação de venda dos produtos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação da ocorrência.

7.14.12.4.11.13.7 GARANTIA DA QUALIDADE

7.14.12.4.11.13.8 CONTRATADA deverá dispor de sistema de gestão da qualidade implantado e vigente das práticas de transporte e distribuição de cargas. Este sistema deverá, minimamente, apresentar os seguintes itens:

7.14.12.4.11.13.8.1 Gestão de documentos, veículos, equipamentos e pessoas;

7.14.12.4.11.13.8.2 Gestão de não conformidades e auditorias internas;

7.14.12.4.11.13.8.3 Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Serviços – PGRSS;

7.14.12.4.11.13.8.4 Sistema de controle de pragas e limpeza.

7.14.12.4.11.14 MANUTENÇÕES CORRETIVA, PREVENTIVA E CALIBRAÇÃO

7.14.12.4.11.14.1 A CONTRATADA deverá ter programa regular de manutenção preventiva, corretiva e calibração dos veículos e demais equipamentos, em intervalos definidos, sendo esses serviços executados por empresa/laboratório especializado e com respectivo registro conservado e disponíveis para consulta.

7.14.12.4.11.14.2 O processo de calibração deverá ser realizado com técnicos credenciados, em periodicidade mínima anual, acompanhado dos respectivos certificados de calibração com rastreabilidade comprovada, através da entrega de cópia dos certificados de calibração com os padrões aplicados.

7.14.12.4.11.14.3 Os veículos e equipamentos relacionados ao transporte da CONTRATADA e/ou terceiros deverão ser validados pela vigilância sanitária, no que couber.

7.14.12.4.11.15 ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

7.14.12.4.11.15.1 Os quantitativos de serviços utilizados pela CONTRATADA no exercício de 2016 estão listados no APENDICEXII.

7.14.12.4.11.16 PRAZOS

- 7.14.12.4.11.16.1 Os prazos de entrega deverão seguir o APENDICEXI, o qual é dividido em Transporte Aéreo, Transporte Terrestre FTL, Transporte Terrestre LTL e Transporte Fluvial (complementação do transporte terrestre e/ou aéreo).
- 7.14.12.4.11.16.2 Os prazos máximos definidos no APENDICE XI, começam a correr no dia seguinte ao carregamento da carga no veículo no local de coleta.
- 7.14.12.4.11.16.3 Em se tratando de localidades longínquas, de difícil acesso ou havendo motivos que impossibilitem o cumprimento do transporte no tempo determinado, a exemplo de condições regionais adversas (decorrentes de imprevistos climáticos ou geográficos), a CONTRATADA deverá comunicar, por escrito, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) antes daquele estabelecido para a entrega da carga a ser transportada. Havendo comprovação do motivo que impossibilitou a entrega da carga, este atraso não será computado na contagem do prazo final para a entrega e, se devidamente acatada pelo Ministério da Saúde, não incidirão penalidades.
- 7.14.12.4.11.16.4 Para origem ou destino no interior do estado (fora da zona metropolitana das capitais dos estados), os prazos serão acrescidos da quantidade de dias do APENDICE XI, que varia de acordo com a distância da capital (até 300km, entre 300km e 600km, mais de 600km).
- 7.14.12.4.11.16.5 As entregas das cargas “URGENTES” são de até 24h (vinte e quatro horas), após a retirada em qualquer um dos pontos de coleta.
- 7.14.12.4.11.16.6 No caso do modal aéreo, caso não haja disponibilidade de voo para cumprimento do prazo estabelecido no APENDICE XI, o transporte deverá ser providenciado no primeiro voo disponível para a localidade de destino, sendo que a CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE da alteração do voo.
- 7.14.12.4.11.16.6.1 A CONTRATADA deverá em caso de perda/atraso de voo e conexões, desembalar e reembalar os ICS para garantir a temperatura controlada de acordo com as especificações de cada produto, fazendo constar no conhecimento de transporte tal ocorrência.
- 7.14.12.4.11.16.7 Se houver necessidade de transporte fluvial, os prazos serão de acordo o APENDICE XI, de cargas fracionadas, com o acréscimo de até 10 (dez) dias corridos, a partir da chegada da carga na capital e/ou região metropolitana do Estado de destino.

7.14.12.4.11.17 **PRECIFICAÇÃO**

7.14.12.4.11.17.1 Os preços são líquidos e finais, expressos em R\$ (Reais), inclusas todas as despesas como: impostos, taxas, pedágio, multas, fretes, licenças, guias, alvarás, estacionamento, combustível, encargos sociais e previdenciários, mão de obra e despesas com embalagens.

7.14.12.4.11.17.2 O preço a ser cobrado pelo frete para o modal TERRESTRE/RODOVIÁRIO observará o seguinte somatório, no que se aplicar:

7.14.12.4.11.17.2.1 Quanto às generalidades do modal terrestre/rodoviário:

- A base de cálculo dos fretes é obtida por meio do peso real ou peso cubado da carga, considerando o que for maior, o qual é chamado de peso taxado. As regras da cubagem estão descritas no item 7.14.12.4.6.
- Os pesos real e/ou cubado deverão ser considerados em números inteiros, ou seja, sem casas decimais, portanto, deverão ser sempre arredondados para maior se após a vírgula, o valor for igual ou superior a 5 (cinco) e para menor se o valor for igual ou inferior a 4 (quatro).
- Hipóteses de devolução e reentrega serão cobradas percentuais sobre o frete original.
- Haverá “redespacho” somente nos casos de coleta e/ou entrega no interior, ou seja, excetuadas as capitais e suas respectivas regiões metropolitanas. A taxa de redespacho será composta por um valor por quilo.
- A CONTRATANTE pagará a taxa de despacho por conhecimento de transporte emitido, que poderá ser formado por diversos pedidos com a mesma origem e destino.

7.14.12.4.11.17.2.2 O transporte terrestre/rodoviário poderá ser contratado por veículo fechado (FTL – “FullTruckLoad”) ou por carga fracionada (LTL – “LessthanTruckLoad”), conforme item 7.14.12.4.9.2.

- O transporte fracionado (LTL) será composto por uma taxa mínima por conhecimento de transporte ou por um valor por quilo (kg) transportado que será multiplicado pelo total de quilos (Kg) do conhecimento de transporte, de acordo com origem e destino. O valor pago pelo frete será o maior entre os dois.
- O transporte de veículo fechado (FTL) será contratado a critério da Administração e será pago com o valor fixo de acordo com o veículo. A denominação e capacidade dos veículos estão descritos no item 7.14.12.4.9.5.1.
- O Ad valorem é o % (percentual) que será cobrado sobre o valor da carga transportada.

7.14.12.4.11.17.3 O preço a ser cobrado pelo frete para o modal AÉREO observará o seguinte somatório, no que se aplicar:

- Quanto às generalidades do modal aéreo:
- A base de cálculo dos fretes é obtida por meio do peso real ou peso cubado da carga, considerando o que for maior, o qual é chamado de peso taxado. As regras da cubagem estão descritas no item 7.14.12.4.6.
- Os pesos real e/ou cubado deverão ser considerados em números inteiros, ou seja, sem casas decimais, portanto, deverão ser sempre arredondados para maior se após a vírgula, o valor for igual ou superior a 5 (cinco) e para menor se o valor for igual ou inferior a 4 (quatro).
- Em todas as coletas/entregas incidirá a taxa de coleta/entrega que será composta por um valor fixo por quilo.
- Haverá “redespacho” somente nos casos de coleta e/ou entrega no interior, ou seja, excetuadas as capitais e suas respectivas regiões metropolitanas. A taxa de redespacho será composta por um valor fixo por quilo.
- A CONTRATANTE pagará a taxa de urgência/Emergência na hipótese do item 7.14.12.4.11.16.5, quando o(s) servidor(es) formalmente designado(s) pela CONTRATANTE solicitarem coleta e entrega ao destinatário em prazos inferiores aos descritos no APENDICEXI.
- O transporte AÉREO será composto por uma taxa mínima por conhecimento de transporte ou por um valor por quilo (kg) transportado que será multiplicado pelo total de quilos (Kg) do conhecimento de transporte, de acordo com origem e destino. O valor por kg variará de acordo com a faixa de peso da carga transportada. O valor pago pelo frete será o maior entre os dois.
- O Ad valorem é o % (percentual) que será cobrado sobre o valor da carga transportada.
- Apenas para a aferição do preço quando do critério de julgamento será aplicado fórmula aritmética para a obtenção do valor médio do transporte

7.14.12.4.11.17.4 A taxa FLUVIAL comporá o transporte terrestre/rodoviária ou aéreo e o seu valor será acrescido à taxa adicional por quilo transportado.

7.14.12.4.11.17.5 Estima-se que ocorrerá cerca de 8% (por cento de reentregas)

8. DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADE E PREÇOS:

8.1 A CONTRATADA deverá considerar os quantitativos estimados no **APENDICE IX** para os serviços citados;

8.2 As quantidades estimadas de ordens de recebimento e de pedidos de expedição, constantes do **APENDICE VIII**, referem-se aos últimos períodos de atividade, servindo apenas como parâmetro para elaboração das propostas.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 9.1** Possibilitar o acesso dos funcionários da CONTRATADA para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;
- 9.2** Supervisionar a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;
- 9.3** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 9.4** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, conforme item 11, “DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO”, deste Termo de Referência;
- 9.5** Proporcionar os meios adequados para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas estabelecidas neste documento;
- 9.6** Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no item 13 deste TR e em conformidade com o artigo 36 da IN 03, de 2008;
- 9.7** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA, em conformidade com a Legislação aplicável;
- 9.8** Informar a CONTRATADA, com antecedência de no mínimo 24h (vinte e quatro horas), as entregas que serão realizadas pelos fornecedores do Ministério da Saúde;
- 9.9** Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
 - 9.9.1** Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 9.9.2** Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;
 - 9.9.3** Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 9.9.4** Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 9.10** Notificar, por escrito, à CONTRATADA a ocorrência de eventuais imperfeições na execução do contrato, fixando prazo para a sua correção;
- 9.11** Solicitar da CONTRATADA e de seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- 9.12** Emitir pareceres relativos à execução do Contrato, a exemplo, na aplicação de sanções, alterações e repactuações do Contrato.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.1 Será concedido à CONTRATADA o prazo máximo de **90 (noventa)** dias corridos da assinatura do contrato para início das atividades;

10.1.1 Durante o prazo acima, a CONTRATANTE fará a(s) vistoria(s) para verificação das condições exigidas neste Termo de Referência;

10.2 A CONTRATADA deverá apresentar em até **30 (trinta) dias** após a data da assinatura do CONTRATO, o cronograma detalhado da implantação, incluindo adequação de instalações físicas, sistemas, plano de migração de estoque, além de outras informações solicitadas neste Termo de Referência, em conformidade com o item **7.1. e APENDICE V**;

10.3 A CONTRATADA será responsável por todos os custos referentes à implantação, além da aquisição de materiais, insumos para o transporte das cargas, equipamentos, sistemas e contratação dos serviços ou bens necessários à execução dos serviços;

10.3.1 O consumo de água, energia, telefone, conservação, manutenção, limpeza, pessoal, equipamentos, estruturas, entre outros, é de integral responsabilidade da CONTRATADA.

10.4 A CONTRATADA deverá apresentar antes do início da operação (através de cópias autenticadas dos documentos originais e/ou cópias das publicações das Resoluções no Diário Oficial da União) todas as licenças e autorizações sanitárias pertinentes à execução da armazenagem de ICS – Insumos Críticos de Saúde pertencentes à cadeia, de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

10.5 Caso as normas sanitárias se alterem durante a vigência deste contrato, a CONTRATADA, se obriga a se adequar irrestritamente às solicitações legais definidas na norma, bem com seus prazos;

10.6 A CONTRATADA deverá apresentar, antes do início da operação, os documentos abaixo citados, além de outros que a CONTRATANTE entender necessários, no decorrer da execução contratual:

10.6.1 Licenciamento municipal emitido pelo Corpo de Bombeiros;

10.6.2 Programa de Prevenção de Riscos Ambientais PPRA - (NR 9);

10.6.3 Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (NR 7);

10.7 A CONTRATADA deverá comprovar que tem condições de desempenhar todas as atividades constantes do Termo de Referência e que possui a habilitação técnica necessária à boa execução dos serviços para o qual a mesma apresentou proposta de preço;

10.8 Em caso de solicitação pela CONTRATANTE do rastreamento de determinado lote do produto, a CONTRATADA deverá fornecer o relatório no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.9 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, disponibilizando, quando

solicitada ou não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

10.9.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

10.9.2 Certidão conjunta relativa aos tributos federais e da Dívida Ativa da União;

10.9.3 Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;

10.9.4 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;

10.9.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.10 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de arcar e fornecer os serviços, materiais, insumos para o transporte, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, conforme descritos no **item 7.7** e no **APENDICE VII** deste Termo de Referência;

10.11 Prestar à CONTRATANTE todos os esclarecimentos solicitados, atender e resolver prontamente às reclamações e/ou solicitações formuladas dentro dos prazos solicitados, e comunicar toda e qualquer ocorrência que impossibilite a realização de serviços solicitados;

10.12 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.13 Ressarcir à CONTRATANTE, a critério da CONTRATANTE, os danos ou prejuízos causados por seus empregados, prepostos ou terceiros sob sua responsabilidade e em suas dependências, decorrentes de dolo ou culpa quando da prestação dos serviços, em virtude de mau funcionamento do sistema de armazenagem ou de seu uso inadequado e os causados, em especial, mas não se limitando, por avaria física, queda, choque mecânico, abertura de caixas, rompimento de lacres, contaminação, alteração de temperatura, diferença no estoque, roubo, furto e extravio;

10.13.1 No caso de roubo, furto e extravio serão abertos processos de apuração e adotadas as providências jurídicas pertinentes;

10.13.2 A CONTRATANTE fica autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA os valores comprovadamente devidos em caso de ocorrência de danos ou prejuízos.

10.14 Utilizar empregados habilitados, devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, em número suficiente para a perfeita execução dos serviços e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenamento e com as demais normas e determinações em vigor;

10.15 Disponibilizar empregados em número suficiente para a perfeita execução dos serviços e ter Farmacêutico Responsável Técnico devidamente registrado no Conselho Regional de Farmácia, para desenvolver o controle técnico da operação de medicamentos, ficando disponível durante todos os dias

e horários em que houver operações de recebimento, armazenamento, separação e expedição de produtos e medicamentos;

10.16 Manter preposto no local da execução do serviço, com poderes de representação e decisão operacional;

10.17 A CONTRATADA deverá obedecer às normas de segurança e medicina do trabalho para a atividade em pauta, ficando obrigada ao fornecimento, antes do início da execução dos serviços, dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI cabíveis, e garantir que o pessoal os utilize sempre que necessário e que esteja sempre uniformizado e devidamente identificado com crachá;

10.18 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;

10.19 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.20 Cabe à CONTRATADA observar, cumprir e orientar seus empregados e prepostos no sentido de obedecer toda a legislação e procedimentos que dispõem sobre serviços de armazenagem e movimentação de cargas;

10.21 Será de responsabilidade da CONTRATADA quaisquer acidentes ocorrido com seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e, demais exigências legais para o exercício da atividade;

10.22 O pessoal utilizado na execução dos serviços deverá ser vinculado à CONTRATADA, cabendo exclusivamente à CONTRATADA os pagamentos das respectivas remunerações, assim como dos respectivos encargos trabalhistas e previdenciários e pelo recolhimento dos tributos e taxas incidentes, não gerando nenhum vínculo e/ou ônus à CONTRATANTE;

10.23 A CONTRATADA deverá prestar serviço no horário comercial em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira;

10.23.1 Havendo necessidade de recebimento ou de expedição de ICS – Insumos Críticos de Saúde em horário excepcional, ou seja, final de semana, feriado e fora do horário comercial, a CONTRATANTE deverá formalizar à CONTRATADA com antecedência mínima de **24h (vinte e quatro horas)**.

10.24 A qualquer tempo, a CONTRATANTE poderá realizar inspeções nos locais de armazenagem e/ou outros locais, nos quais existam produtos desta que estejam armazenados, situação que obriga a CONTRATADA a disponibilizar um agente credenciado para acompanhamento e orientação durante a inspeção. Nesse caso, a CONTRATANTE solicitará o acompanhamento com antecedência mínima de 24h (vinte e quatro horas).

10.25 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos advindos do descumprimento dessa obrigação;

10.26 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, conforme disposto na IN 02/08, artigo 23, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

10.27 A CONTRATADA fica obrigada a cumprir e a realizar as atividades técnicas, operacionais e administrativas orientadas pela legislação vigente e atualizações, referentes ao armazenamento e distribuição de ICS – Insumos Críticos de Saúde e suas alterações, incluindo aquelas que porventura vierem a ser publicadas no decorrer do CONTRATO, bem como manter durante todo o período da contratação, válidas e em vigência, todas as autorizações dos órgãos competentes para armazenagem de ICS – Insumos Críticos de Saúde;

10.28 A CONTRATADA deverá possuir Manual de Boas Práticas de Armazenagem-BPA e Manual de Boas Práticas de Transporte-BPT expedição de ICS – Insumos Críticos de Saúde e Procedimento Operacional Padrão para todas as atividades essenciais do almoxarifado, apresentando, ao fiscal do contrato, tais documentos antes do início da operação;

10.29 A CONTRATADA somente deverá permitir o ingresso de terceiros autorizados pela CONTRATANTE, quando previamente comunicada, incluindo, servidores no exercício da atividade de fiscalização e auditoria;

10.30 Garantir, em todas áreas indicadas neste Termo de Referência, a exclusividade dos ICS – Insumos Críticos de Saúde de propriedade da CONTRATANTE;

10.31 Providenciar a imediata remoção dos ICS – Insumos Críticos de Saúde para outra área de armazenamento, em caso de sinistro que ofereça risco a integridade, a qualidade e a segurança dos materiais armazenados, após expressa autorização da CONTRATANTE;

10.32 Proibir a prática de alimentação, o uso de bebidas e o tabagismo nas áreas indicadas neste Termo de Referência;

10.33 Proibir o acesso às áreas indicadas neste Termo de Referência, de pessoas que não sejam autorizadas pelo Ministério da Saúde;

10.34 A CONTRATADA deverá possuir sistema de monitoramento digital de temperatura e umidade integrado ao microcomputador com leituras automáticas, com medição de 2 (duas) em 2 (duas) horas e registro em banco de dados através de software de gerenciamento de temperatura e que permita a emissão de relatórios por períodos;

10.34.1 O histórico dos registros das medições das temperaturas e umidade deverá ser mantido durante todo o período do contrato;

10.35 Proibir o cumprimento do objeto do contrato, no todo ou em parte, em local fora daquele aprovado pela CONTRATANTE para a execução dos serviços;

10.36 Proibir o movimento dos produtos objeto do contrato para fora das dependências de armazenagem sem expressa autorização do Ministério da Saúde;

10.37 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização do Ministério da Saúde;

10.38 Responsabilizarem-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos ou causados por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigida por força da Lei, ligadas ao cumprimento deste Edital;

10.39 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os art. 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor, Lei 8078, de 1990, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.40 Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos e supressões que se fizerem no objeto, conforme §1º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93;

10.41 A CONTRATADA deverá comprovar a adoção das medidas protetivas contra incêndios, raio, explosão, desabamento, inundação, perdas de carga e descargas, extravios, roubos ou quebras, no momento de início da operação indicada em 7.10, antes do início da operação, conforme 10.1, na data da assinatura do contrato renovando-se durante toda a vigência;

10.42 A CONTRATADA deverá dispor de plano de contingência documentado, validado e aprovado pela CONTRATANTE para o armazenamento dos ICS – Insumos Críticos de Saúde, para possíveis situações de pane, quebra, queda de energia ou mau funcionamento dos equipamentos da cadeia. O plano de contingência deverá ser entregue para análise e aprovação da CONTRATANTE em até 30 (trinta) corridos após o início da operação;

10.43 Dispor nas áreas de armazenamento, recepção e expedição de sistema de segurança eletrônico com alarme e Circuito Fechado de Televisão (CFTV) para monitoramento 24h (vinte e quatro horas), com recursos de gravação, devendo disponibilizar as imagens ao Ministério da saúde sempre que solicitadas, conforme item **7.9.1**;

10.44 Submeter toda a área externa e de apoio das áreas de armazenagem, periodicamente, ao combate e controle de pragas, tais como animais sinantrópicos (ratos, baratas, formigas, aves, etc.) visando à garantia das “Boas Práticas de Armazenagem”, conforme item **7.8.3**;

10.45 Manter segurança Patrimonial especializada 24h (vinte e quatro horas) por dia com pessoal habilitado e treinado para este fim. O serviço de segurança patrimonial deve ser habilitado pelo Departamento da Polícia Federal, conforme descrito pela Portaria 3233/2012 – DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012 e suas alterações. Deverá cumprir da mesma maneira a Lei 7.102/83 que especifica a qualificação necessária a realização da segurança patrimonial e suas alterações, conforme item **7.9.3**;

10.46 Manter o Sistema de prevenção e combate ao fogo e inundações – em conformidade com as especificações exigidas pelo Corpo de Bombeiros da região de localização do depósito da CONTRATADA, conforme item **7.9.4**;

10.47 As atividades de limpeza e conservação da área de armazenagem deverão ser realizadas por pessoal capacitado, conforme item **7.8**, garantindo a segurança e a não exposição dos ICS – Insumos Críticos de Saúde armazenados a produtos químicos que possam contaminá-los e danificá-los;

10.48 Manter os kits de ICS – Insumos Críticos de Saúde a serem encaminhados pelo Ministério da Saúde para a assistência farmacêutica às unidades da federação atingidas por desastres de origem natural associado a chuvas, ventos e granizo, em conformidade com a indicação da CONTRATANTE; e

10.49 Viabilizar sistema informatizado integrado e online, nos moldes do **item 7.5**, que permita a realização da gestão de cada etapa da armazenagem; efetue gestão de estoques e sua rastreabilidade; realize a gestão documental; utilize leitores de código de barras; emita informações de necessidade da CONTRATANTE, entre outras funcionalidades.

10.50 A CONTRATADA deverá atender durante toda a execução contratual os critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a legislação.

11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.1 Deverão ser apresentados, atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica, na forma do art. 30, I, da lei 8.666/93 e art.19, § 5º, I, da IN 02/2008, em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviço anterior, em características, quantidades e complexidade tecnológica e operacional compatível às do objeto deste contrato, indicando local, natureza, volume, quantidades, prazos e outros dados característicos dos serviços.

11.1.1 Os atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica deverão declarar experiência nos serviços listados abaixo, demonstrando ter ou estar operacionalizando (estrutura própria e/ou parcerias/terceiros), no mínimo, os quantitativos abaixo para os serviços deste Termo de Referência:

Serviços de Armazenagem

- Armazenagem – 3.000 posições por mês ou 6.000 metros cúbicos por mês ou 3000 toneladas por mês;
- Gestão e operacionalização do centro de distribuição – 1 unidade mensal;
- Processamento de notas fiscais de entrada e saída – 200 notas por mês;
- Serviço de inventário geral – 1 unidade anual;
- Fornecimento de sistema WMS;
- Separação, movimentação, manuseio e montagem de kit's.

Serviços de Transporte

- Transporte – mais de 2.500 municípios ou 13 estados (capitais e interiores) ou mais 6.000 mil pontos de entregas em todo o território nacional;

11.1.2 Declarar a utilização de solução de gestão de logística validada para controle da operação do armazém;

11.2 Além desses atestados/certidões supramencionados, a CONTRATADA e/ou terceiros deverá apresentar, no início da operação os seguintes documentos:

- 11.2.1** Licenciamento (alvará) de funcionamento da empresa e Licenciamento Sanitário (VISA);
- 11.2.2** Certificado de Vistoria Veicular (Isotérmico/Refrigerado) Emitida pela Vigilância Sanitária (VISA);
- 11.2.3** Autorização de Funcionamento para Armazenar Medicamentos, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de acordo com a Lei n. 6.360/1976 e com o Decreto n. 8.077/2013;
- 11.2.4** Autorização de Funcionamento para Armazenar Insumos Farmacêuticos, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de acordo com a Lei n. 6.360/1976 e com o Decreto n. 8.077/2013;
- 11.2.5** Autorização Especial para Armazenar Medicamentos, nos termos da Portaria n. 344/98, artigo 2 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- 11.2.6** Autorização Especial para Armazenar Insumos Farmacêuticos, nos termos da Portaria n. 344/98, artigo 2 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- 11.2.7** Autorização de Funcionamento para Transportar Medicamentos, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de acordo com a Lei n. 6.360/1976 e com o Decreto n. 8.077/2013;
- 11.2.8** Autorização de Funcionamento para Transportar Insumos Farmacêuticos, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de acordo com a Lei n. 6.360/1976 e com o Decreto n. 8.077/2013;
- 11.2.9** Autorização Especial para Transportar Medicamentos, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de acordo com a Lei n. 6.360/1976 e com o Decreto n. 8.077/2013;
- 11.2.10** Autorização Especial para Transportar Insumos Farmacêuticos, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de acordo com a Lei n. 6.360/1976 e com o Decreto n. 8.077/2013;
- 11.2.11** Autorização de Funcionamento para Transportar Correlatos/Produtos para a Saúde, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de acordo com a Lei n. 6.360/1976 e com o Decreto n. 8.077/2013;
- 11.2.12** Autorização de Funcionamento para Armazenar Correlatos/Produtos para a Saúde, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de acordo com a Lei n. 6.360/1976 e com o Decreto n. 8.077/2013;
- 11.2.13** Autorização de Funcionamento para Transportar Saneantes, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de acordo com a Lei n. 6.360/1976 e com o Decreto n. 8.077/2013;

11.2.14 Autorização de Funcionamento para Armazenar Saneantes, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de acordo com a Lei n. 6360/1976 e com o Decreto n. 8.077/2013;

11.2.15 Comprovação do Responsável Técnico Farmacêutico, com a devida inscrição no Conselho Regional de Farmácia, por se tratar de transporte de fármacos e outros produtos químicos (Resolução nº 577/2013 - Conselho Federal de Farmácia);

11.2.16 Certificado de Regularidade junto ao Conselho Regional de Farmácia, atendendo os requisitos do artigo n.º 22, parágrafo único e artigo n.º 24, da Lei 3.820/1960;

11.2.17 Comprovação do Responsável Técnico Administrador, com a devida inscrição no Conselho Regional de Administração, conforme a Lei 4.769 de 9 de setembro de 1965;

11.2.18 Certificado de Regularidade junto ao Conselho Regional de Administração, atendendo os requisitos do artigo n.º 15, da Lei 4.769 de 9 de setembro de 1965;

11.2.19 Registro Nacional de Transportes Rodoviários de Carga – RNTRC e de Operador de Transporte Multimodal – OTM;

11.2.20 Certificado de Regularidade do IBAMA para transporte e estoque de produtos químicos e de carga perigosas;

11.2.21 Declaração emitida pelo fornecedor de Tecnologia de Sistema de Gerenciamento de Transportes – TMS informando que é contratado pela empresa licitante;

11.2.22 Declaração emitida pelo fornecedor de Tecnologia Validada de Sistema de Gerenciamento de Armazém – WMS informando que é contratado pela empresa licitante;

11.2.23 Apresentar Certificados de Conclusão de Curso de Carga Perigosa, conforme determinação da ANAC - Resolução ANAC nº 116/2009;

11.2.24 Manual das Boas Práticas de Transporte de Medicamentos, que atenda a todos os requisitos legais das normas da ANVISA, que será avaliado pela equipe técnica do Ministério da Saúde, considerando minimamente os seguintes requisitos: estabelecimento de diretrizes para treinamento e desenvolvimento dos funcionários; carregamento, transporte e descarregamento da carga, tratamento de não conformidades e tratamento de reclamações de cliente;

11.2.25 Manual das Boas Práticas de Armazenagem de Medicamentos, que atenda a todos os requisitos legais das normas da ANVISA, que será avaliado pela equipe técnica do Ministério da Saúde, considerando minimamente os seguintes requisitos: estabelecimento de diretrizes para treinamento e desenvolvimento dos funcionários; manuseio/movimentação, separação, entrada e saída de produtos, tratamento de não conformidades e tratamento de reclamações de cliente;

11.2.26 Para a demonstração do item **11.1.1.** quanto ao transporte multimodal poderá ser somado atestados dos modais aéreos, terrestre/rodoviário.

12. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

12.1 O acompanhamento da execução do contrato será efetuado por servidor(es) formalmente designado(s) pela CONTRATANTE, nos termos do art. 67, da Lei n.º 8.666, de 1993 e em estrita observância aos arts. 31 a 35 da IN nº 02/08, alterada pela IN nº 6/2013;

12.2 Dentre as atribuições do(s) fiscal(is) de contrato estão empreendidas aquelas relativas a verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, e que culminará no atesto da nota fiscal para pagamento;

12.3 Não obstante a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução de todo o serviço, o Ministério da Saúde reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços através de servidor especialmente designado, podendo para isso:

12.3.1 Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração do Ministério da Saúde, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;

12.3.2 Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial a aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato.

12.4 É vedada à Administração e seu representante, exercer poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados;

12.5 Compete à Fiscalização ou representante da Administração, especialmente designados, ainda, cumprir com outras determinações que no interesse da administração venham a ser-lhe imputadas relativamente ao objeto do contrato.

13. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

13.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, mediante ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.2. A CONTRATADA deverá apresentar, após a prestação de serviços objeto deste Termo de Referência, a nota fiscal/fatura em 2 (duas) vias, emitidas e entregues à CONTRATANTE, para fins de liquidação e de pagamento;

13.3. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

13.5. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e finalizado se aos materiais empregados;

13.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.7. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

13.7.1. não produziu os resultados acordados;

13.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

13.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.14. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

13.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.15.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) = \frac{(6}{100}) \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

14. DAS SANÇÕES:

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520/2002 e nº 8.666, de 1993 aplicável subsidiariamente, a Contratada que:

14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. fraudar na execução do contrato;

14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5. cometer fraude fiscal;

14.1.6. não manter a proposta.

14.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.2.1. Advertência;

14.2.2. multa moratória de 0,33% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

14.2.3. multa compensatória de 5% a 10% (cinco a dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

14.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

14.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. DA RESCISÃO:

15.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93;

15.2 A rescisão do contrato poderá ser:

15.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito pela CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

15.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

15.2.3 Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria;

15.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

15.4 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16. DA VIGÊNCIA:

16.1 O prazo de vigência do contrato será pelo período contínuo e ininterrupto 60 (sessenta) meses, a partir da data de sua assinatura.

16.2 Define-se neste prazo do **item 16.1**, devido à complexidade do objeto e o elevado custo envolvido financeiro.

17. DO CONSÓRCIO

17.1 Será permitida a participação em consórcio sujeita às regras estabelecidas no Edital.

17.1.1 Devido à diversidade dos serviços e complexidade do objeto.

17.2 Em havendo participação de consórcios os consorciados deverão apresentar compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a empresa líder, bem como a participação, as

obrigações e a responsabilidade solidária de cada consorciado pelos atos praticados por qualquer deles, tanto na fase da licitação quanto na de execução do contrato dela eventualmente decorrente.

17.3 Deverão ser analisados os valores apresentados por cada consorciando e considerado, para efeito de habilitação, seu somatório, proporcionalmente à participação de cada empresa na constituição do consórcio, podendo a Administração estabelecer; para o consórcio, um acréscimo de 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para licitante individual,

17.4 Antes da celebração do contrato o consórcio deverá ser constituído e registrado, nos termos do compromisso constante do inciso I do art. 33, Lei 8.666/193

18. ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

18.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19. REAJUSTE:

19.1 O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do IGP-M, ou outro índice que vier a substituí-lo;

19.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

20. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

20.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto deste Termo de Referência, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, a cargo do Ministério da Saúde, conforme dados a seguir:

PTRES	Programa de Trabalho	Natureza da Despesa
091421	10.122.2115.2000.0001	3390.39
091053	10.305.2015.20YE.0001	3390.39.74

21. DA GARANTIA CONTRATUAL:

21.1. A Contratada, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

21.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

21.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

21.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

21.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

21.3.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

21.3.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

21.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, mencionados no art. 19, XIX, b da IN SLTI/MPOG 02/2008, observada a legislação que rege a matéria.

21.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;

21.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

21.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.

21.8. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

21.9. Será considerada extinta a garantia:

21.9.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

21.9.2. no prazo de três meses após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

22. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

22.1 Critério de Sustentabilidade Ambiental:

22.1.1 Nos termos do APENDICE V da instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30/04/2008, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, a CONTRATADA deverá adotar as seguintes providências:

22.1.1.1 Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE nº 6, de 3/11/95, e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso;

22.1.1.2 Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

22.1.1.3 Apresentar plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde – PGRSS.

23. DA SUBCONTRATAÇÃO:

23.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto o limite máximo de 49%, respectivamente, do valor total do contrato nas seguintes condições:

23.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;

23.1.1.1 Gestão de estoque;

23.1.1.2 Controle da carga (Ex: Validade, Lote, sanitário e etc);

23.1.1.3 Gestão de Armazenagem, incluindo recepção, movimentação interna, controle documental, inspeção da carga, localização física dentro do armazém;

23.1.1.4 Recepção e tratamento de pedidos;

23.1.1.5 Separação e montagem de carga para expedição;

23.1.1.6 Definição de rotas e frequência de distribuição;

23.1.2. A responsabilidade pelo serviço e pagamento seja integralmente da CONTRATADA;

23.1.3. Os parceiros logísticos ou terceirizados da CONTRATADA devem possuir as mesmas autorizações exigidas à CONTRATADA para realizar o transporte de ICS – Insumos Críticos de Saúde e das demais cargas do Ministério da Saúde, além das mesmas qualificações técnicas.

23.2. As microempresas e/ou empresas de pequeno porte a serem subcontratadas serão indicadas e qualificadas pela licitante melhor classificada juntamente com a descrição dos bens e/ou serviços a serem por elas fornecidos e seus respectivos valores;

23.3. São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:

23.3.1. apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto

no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

23.3.2. substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

23.3.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Considerando a importância **SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TRANSPORTE E ARMAZENAGEM DOS ICS – INSUMOS CRÍTICOS DE SAÚDE**, nos termos e condições expressos neste documento, APROVO, nos termos do art. 9º, inciso II, do Decreto nº 5.450/2005, este Termo de Referência.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

APENDICE I
CADASTRO DE ITENS QUE PODERÃO SER ARMAZENADOS

A tabela abaixo indica os principais ICS – Insumos Críticos de Saúde no estoque atual que podem ser adquiridos pelo Ministério da Saúde.

A lista não é exaustiva e novos itens podem ser adquiridos ou suas aquisições descontinuadas.

Armazenagem de 15°C a 30°C:

CATMAT	Descrição do Medicamento, Insumo ou Correlato	Unidade de Medida
268317	ABACAVIR SULFATO, 20 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL	FR
268315	ABACAVIR SULFATO, 300 MG	COMPR
268370	ACICLOVIR, 200 MG	COMPR
268375	ACICLOVIR, 50 MG/G, CREME	BIS
267502	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO, 100 MG	COMPR
278489	ÁCIDO FÓLICO, 0,2 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS	FR
267503	ÁCIDO FÓLICO, 5 MG	COMPR
321897	ÁCIDO SALICÍLICO, 100 MG/G, POMADA	BIS
278338	ÁCIDO TRANEXÂMICO, 250 MG	COMPR
308732	ÁCIDO VALPRÓICO, 50 MG/ML, XAROPE	FR
267505	ÁCIDO VALPRÓICO, 500 MG	COMPR
280205	ADEFOVIR, DIPIVOXIL, 10 MG	COMPR
267507	ALBENDAZOL, 40 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	FR
267506	ALBENDAZOL, 400 MG	COMPR
269462	ALENDRONATO DE SÓDIO, 70 MG	COMPR
267508	ALOPURINOL, 100 MG	COMPR
267509	ALOPURINOL, 300 MG	COMPR
268381	AMICACINA SULFATO, 250 MG/ML, SOLUÇÃO	AM

	INJETÁVEL	
267510	AMIODARONA, 200 MG	COMPR
267512	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25 MG	COMPR
271217	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO, 500MG + 125MG	COMPR
281135	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO, 50MG + 12,5MG/ML, SUSPENSÃO	COMPR
324358	ANFOTERICINA B, 5 MG/ML, SUSPENSÃO INJETÁVEL	AM
268896	ANLODIPINO BESILATO, 10 MG	COMPR
272434	ANLODIPINO BESILATO, 5 MG	COMPR
266665	ARTEMÉTER, 80 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM
400564	ARTEMÉTER, ASSOCIADO À LUMEFANTRINA, 20 MG + 120 MG	BLIS
328513	ARTESUNATO DE SÓDIO, 60 MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	FR-AM
370120	ARTESUNATO DE SÓDIO, ASSOCIADO A MEFLOQUINA CLORIDRATO, 100 MG + 220 MG	BLIS
370119	ARTESUNATO DE SÓDIO, ASSOCIADO A MEFLOQUINA CLORIDRATO, 25 MG + 55 MG	BLIS
361762	ATADURA, CREPOM, 100% ALGODÃO, 10 CM, 180 CM, EM REPOUSO, 13 UN/CM², EMBALAGEM INDIVIDUAL	RO
361770	ATADURA, CREPOM, 100% ALGODÃO, 15 CM, 180 CM, EM REPOUSO, 13 UN/CM², EMBALAGEM INDIVIDUAL	RO
361768	ATADURA, CREPOM, 100% ALGODÃO, 30 CM, 180 CM, EM REPOUSO, 13 UN/CM², EMBALAGEM INDIVIDUAL	RO
268820	ATAZANAVIR SULFATO, 200 MG	CAPS
363843	ATAZANAVIR SULFATO, 300 MG	CAPS
267518	ATENOLOL, 100 MG	COMPR
267517	ATENOLOL, 50 MG	COMPR
267140	AZITROMICINA, 500 MG	COMPR
314517	AZITROMICINA, PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL	FR
267582	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY NASAL, 50MCG/DOSE, FRASCO DOSEADOR COM AEROGADOR NASAL	FR
267581	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY ORAL, 250MCG/DOSE, FRASCO DOSEADOR COM BOCAL	FR

	AEROGADOR	
270612	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000UI, INJETÁVEL	FR-AM
270613	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 600.000UI, INJETÁVEL	FR-AM
270614	BENZILPENICILINA, POTÁSSICA, ASSOCIADA À PENICILINA PROCAINADA, 100.000UI + 300.000UI, INJETÁVEL	FR-AM
268953	BENZNIDAZOL, 100 MG	COMPR
270597	BETAMETASONA, ACETATO, ASSOCIADA COM BETAMETASONA FOSFATO, 3MG + 3MG/ML, INJETÁVEL	FR-AM
270140	BIPERIDENO, 2 MG	FR
266706	BUDESONIDA, AEROSSOL NASAL, 32MCG/DOSE, FRASCO COM VÁLVULA DOSIFICADORA	FR
266707	BUDESONIDA, AEROSSOL NASAL, 64MCG/DOSE, FRASCO COM VÁLVULA DOSIFICADORA	FR
268994	BUPROPIONA CLORIDRATO, 150 MG	COMPR
268084	CABERGOLINA, 0,5 MG	COMPR
373165	CAPREOMICINA, 1 G, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	FR-AM
272454	CARBAMAZEPINA, 20 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	FR
267618	CARBAMAZEPINA, 200 MG	COMPR
270893	CARBONATO DE CÁLCIO, ASSOCIADO COM VITAMINA D3, 500MG DE CÁLCIO + 200U	COMPR
267621	CARBONATO DE LÍTIO, 300 MG	COMPR
267564	CARVEDILOL, 12,5 MG	COMPR
267566	CARVEDILOL, 3,125 MG	COMPR
282631	CATETER INTRAVENOSO, VIALON OU POLIURETANO, 18 G, PERIFÉRICO, SILICONIZADO,CÂMARA REFLUXO,TAMPA PROTETORA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, RADIOPACO, AG. AÇO INOX,BISEL CURTO,TRIFACETADO	UN
282632	CATETER INTRAVENOSO, VIALON OU POLIURETANO, 20 G, PERIFÉRICO, SILICONIZADO,CÂMARA REFLUXO,TAMPA PROTETORA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, RADIOPACO, AG. AÇO INOX,BISEL CURTO,TRIFACETADO	UN

282633	CATETER INTRAVENOSO, VIALON OU POLIURETANO, 22 G, PERIFÉRICO, SILICONIZADO,CÂMARA REFLUXO,TAMPA PROTETORA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, RADIOPACO, AG. AÇO INOX,BISEL CURTO,TRIFACETADO	UN
282635	CATETER INTRAVENOSO, VIALON OU POLIURETANO, 24 G, PERIFÉRICO, SILICONIZADO,CÂMARA REFLUXO,TAMPA PROTETORA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, RADIOPACO, AG. AÇO INOX,BISEL CURTO,TRIFACETADO	UN
331555	CEFALEXINA, 50 MG/ML, PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL	FR
267625	CEFALEXINA, 500 MG	COMPR
271103	CETOCONAZOL, 2%, SHAMPOO	FR
273314	CIANOCOBALAMINA, 2,5MG/ML, INJETÁVEL	AM
267632	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, 500 MG	COMPR
269988	CLARITROMICINA, 50 MG/ML, GRANULADO PARA SUSPENSÃO ORAL	FR
268439	CLARITROMICINA, 500 MG	COMPR
292419	CLINDAMICINA, 150 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM
268436	CLINDAMICINA, 300 MG	CAPS
299129	CLOFAZIMINA, 100 MG	CAPS
270120	CLONAZEPAM, 2,5 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL- GOTAS	FR
371273	CLORETO DE SÓDIO, 0,9 %, SOLUÇÃO ESTÉRIL NÃO INJETÁVEL	BOL
375474	CLORETO DE SÓDIO, 0,9 %, SPRAY NASAL	FR
2682	CLORETO DE SÓDIO, 0,9%_ SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO	BOL
341174	CLOREXIDINA DIGLUCONATO, 0,12%,COLUTÓRIO	FR
272780	CLOROQUINA, 150 MG	COMPR
267638	CLORPROMAZINA, 100 MG	COMPR
267635	CLORPROMAZINA, 25 MG	COMPR
272431	CLOZAPINA, 100 MG	COMPR
272429	CLOZAPINA, 25 MG	COMPR
269971	COMPRESSA GAZE, TECIDO 100% ALGODÃO, 13 FIOS/CM2, COR BRANCA,ISENTA DE IMPUREZAS, 8 CAMADAS, 7,50 CM, 7,50 CM, 5 DOBRAS, DESCARTÁVEL	UN

431732	DACLATASVIR, 60 MG	COMPR
338413	DACTINOMICINA, 0,5 MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	FR-AM
393781	DARUNAVIR, 150 MG	COMPR
393780	DARUNAVIR, 600 MG	COMPR
393779	DARUNAVIR, 75 MG	COMPR
412031	DASATINIBE, 100 MG	COMPR
359135	DASATINIBE, 20 MG	COMPR
268243	DEXAMETASONA, 0,1 MG/ML, ELIXIR	FR
267643	DEXAMETASONA, 0,1%, CREME	BIS
267187	DEXAMETASONA, 0,1%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FR
269388	DEXAMETASONA, 4 MG	COMPR
267646	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL	FR
267645	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 2 MG	COMPR
267197	DIAZEPAM, 10 MG	COMPR
267195	DIAZEPAM, 5 MG	COMPR
277525	DIDANOSINA, 250 MG	CAPS
299248	DIDANOSINA, 4 G, PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL + DILUENTE ANTI-ÁCIDO	FR
277526	DIDANOSINA, 400 MG	CAPS
272489	DIETILCARBAMAZINA CITRATO, 50 MG	COMPR
267648	DIGOXINA, 0,05 MG/ML, ELIXIR	FR
267647	DIGOXINA, 0,25 MG	COMPR
267203	DIPIRONA SÓDICA, 500 MG	COMPR
268252	DIPIRONA SÓDICA, 500 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR-AM
267205	DIPIRONA SÓDICA, 500 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL (GOTAS)	FR
272786	DONEPEZILA, 10 MG	COMPR
272785	DONEPEZILA, 5 MG	COMPR
268493	DOXAZOSINA MESILATO, 2 MG	COMPR
268337	EFAVIRENZ, 200 MG	COMPR
268808	EFAVIRENZ, 30 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL	FR
268812	EFAVIRENZ, 600 MG	COMPR
427335	EFAVIRENZ, ASSOCIADO COM LAMIVUDINA E	COMPR

	TENOFOVIR, 600MG + 300MG + 300 MG	
267651	ENALAPRIL MALEATO, 10 MG	COMPR
267652	ENALAPRIL MALEATO, 20 MG	COMPR
267650	ENALAPRIL MALEATO, 5 MG	COMPR
393886	ENFUVIRTIDA, 180 MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL, C/ KIT P/PREPARO, APLICAÇÃO E DESCARTE	FR-AM
315088	ENTECAVIR, 0,5 MG	COMPR
268255	EPINEFRINA, 1MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR-AM
364510	EQUIPO SÔRO (VER INC 06864 OU 02182), DE INFUSÃO, GOTAS, PVC CRISTAL, MÍNIMO DE 1,20 M, PINÇA ROLETE ALTA PRECISÃO, CÂMARA DE GOTEJAMENTO FLEXÍVEL, ATÓXICO, APIROGÊNICO, DESCARTÁVEL E ESTÉRIL, PENETRADOR ESCALONADO	UN
269998	ERITROMICINA, ESTOLATO, 50 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	FR
269996	ERITROMICINA, ESTOLATO, 500 MG	COMPR
278499	ESCALPE, TB PVC CRISTAL FLEXÍVEL, ASAS LEVES,FLEXÍVEIS,CONECTOR LUER CÔNICO RÍGIDO, Nº 21, CÂNULA INOX,SILICONE,ATRAUMÁTICA,PAREDE FINA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, BISEL TRIFACETADO,TAMPA PROTETORA,BAINHA PROTEÇÃO, COMPON. SOLDADOS, IDENTIF. COR UNIVERSAL	UN
278497	ESCALPE, TB PVC CRISTAL FLEXÍVEL, ASAS LEVES,FLEXÍVEIS,CONECTOR LUER CÔNICO RÍGIDO, Nº 23, CÂNULA INOX,SILICONE,ATRAUMÁTICA,PAREDE FINA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, BISEL TRIFACETADO,TAMPA PROTETORA,BAINHA PROTEÇÃO, COMPON. SOLDADOS, IDENTIF. COR UNIVERSAL	UN
398862	ESCOVA DENTAL, NÁILON, PLÁSTICO, RETO, RETANGULAR, COM CANTOS ARREDONDADOS, ADULTO, LIGEIRAMENTE FLEXÍVEL, COMPRIMENTO 20CM, 4 FILEIRAS TUFO, TOTAL 36 TUFOS, MACIA, DA MESMA ALTURA, EXTREMIDADES ARREDONDADAS	UN
398861	ESCOVA DENTAL, NÁILON, PLÁSTICO, RETO, RETANGULAR, COM CANTOS ARREDONDADOS,	UN

	INFANTIL, LIGEIRAMENTE FLEXÍVEL, COMPRIMENTO 16CM, 4 FILEIRAS TUFO, TOTAL 28 TUFOS, MACIA, DA MESMA ALTURA, EXTREMIDADES ARREDONDADAS	
278500	ESPARADRAPO, 100 MM, 4,50 M, IMPERMEÁVEL 1 FACE, MASSA ADESIVA ZNO, RESISTENTE, BRANCA, TECIDO DE ALGODÃO	UN
267653	ESPIRONOLACTONA, 25 MG	COMPR
287559	ESTAVUDINA, 1 MG/ML, PÓ P/ SOLUÇÃO ORAL	FR
270846	ESTRADIOL, VALERATO ASSOCIADO COM NORETISTERONA ENANTATO, 5MG + 50MG/1ML, INJETÁVEL	FR-AM
291231	ESTREPTOMICINA SULFATO, 1 G, PÓ P/ SUSPENSÃO INJETÁVEL	FR-AM
299766	ETAMBUTOL DICLORIDRATO, 400 MG	COMPR
272790	ETIONAMIDA, 250 MG	COMPR
357657	ETRAVIRINA, 100 MG	COMPR
369176	EVEROLIMO, 0,50 MG	COMPR
369178	EVEROLIMO, 0,75 MG	COMPR
369179	EVEROLIMO, 1 MG	COMPR
395847	EXTRATO MEDICINAL, ALOE VERA (L.) BURM F., 50 MG/G, POMADA, FORMULAÇÃO ESPECIALMENTE MANIPULADA	BIS
305235	EXTRATO MEDICINAL, GERMEN DE SOJA, (ISOFLAVONAS 15MG, SAPONINAS 20,5MG, LECITINA 9MG, ALFA TOCOFEROL 0,041MG) EM 500 MG	BLIS
395631	EXTRATO MEDICINAL, GUACO (MIKANIA GLOMERATA SPRENG.), 5%, XAROPE	FR
399413	EXTRATO MEDICINAL, RHAMNUS PURSHIANA DC., 500 MG	COMPR
399442	EXTRATO MEDICINAL, UNCARIA TOMENTOSA DC., 100 MG	CAPS
267657	FENITOÍNA SÓDICA, 100 MG	COMPR
269391	FENITOÍNA SÓDICA, 20 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	FR
267660	FENOBARBITAL SÓDICO, 100 MG	COMPR
300723	FENOBARBITAL SÓDICO, 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS	FR

272972	FENOXIMETILPENICILINA, POTÁSSICA, 80.000UI/ML, SOLUÇÃO ORAL	FR
275963	FINASTERIDA, 5 MG	COMPR
412094	FINGOLIMODE CLORIDRATO, 0,5 MG	CAPS
224952	FIO DENTAL, FIO RESINA TERMOPLÁSTICA, 50 M, NÃO APLICÁVEL, MENTA, NÃO APLICÁVEL	UN
267662	FLUCONAZOL, 150 MG	CAPS
273009	FLUOXETINA, 20 MG	COMPR
390354	FOSAMPRENAVIR, 50 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	FR
336680	FOSAMPRENAVIR, 700 MG	COMPR
267666	FUROSEMIDA, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR-AM
267663	FUROSEMIDA, 40 MG	COMPR
325424	GEL LUBRIFICANTE, ÍNTIMO, INCOLOR, INODORO, SOLÚVEL EM ÁGUA, TRANSPARENTE E NÃO GORDUROSO	UN
291174	GENTAMICINA, 5 MG/G, POMADA OFTÁLMICA	BIS
372372	GENTAMICINA, 5 MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FR
267671	GLIBENCLAMIDA, 5 MG	COMPR
269622	GLICEROL, 12%, CLISTER	FR
268185	GLICEROL, 95%, SUPOSITÓRIO INFANTIL	SUP
395164	GLICLAZIDA, 30 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA	COMPR
267543	GLICOSE, 5%, SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR
292195	HALOPERIDOL, 2 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL-GOTAS	FR
267669	HALOPERIDOL, 5 MG	COMPR
427748	HEXITIAZOXI, MOSQUITEIRO, INODORO, PARA CAMA, IMPREGNADO COM DELTAMETRINA OU ALFA-CIPERMETRINA	FD
427747	HEXITIAZOXI, MOSQUITEIRO, INODORO, PARA REDE, IMPREGNADO COM DELTAMETRINA OU ALFA-CIPERMETRINA	FD
267674	HIDROCLOROTIAZIDA, 25 MG	COMPR
342132	HIDROCORTISONA, SAL ACETATO, 500 MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	FR-AM
340783	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO, 61,5 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	FR
373909	HIPROMELOSE, 3 MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FR
294643	IBUPROFENO, 50 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	FR

267676	IBUPROFENO, 600 MG	COMPR
273317	IMATINIBE MESILATO, 100 MG	COMPR
274704	IMATINIBE MESILATO, 400 MG	COMPR
268331	IPRATRÓPIO BROMETO, 0,25 MG/ML, SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO	FR
292205	ISONIAZIDA, 100 MG	COMPR
273395	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 5 MG, SUBLINGUAL	BLIS
273400	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 20 MG	COMPR
394789	ITRACONAZOL, 10 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL	FR
268861	ITRACONAZOL, 100 MG	CAPS
376767	IVERMECTINA, 6 MG	COMPR
383750	LACTULOSE, 667 MG/ML, XAROPE	FR
328810	LAMIVUDINA, 10 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL	FR
268345	LAMIVUDINA, 150 MG	COMPR
268114	LEFLUNOMIDA, 20 MG	COMPR
332987	LEVOFLOXACINO, 250 MG	COMPR
305270	LEVOFLOXACINO, 500 MG	COMPR
272789	LEVONORGESTREL, ASSOCIADO À ETINILESTRADIOL, 0,15MG + 0,03MG, BLISTER CALENDÁRIO COM 21 COMPRIMIDOS	COMPR
268125	LEVOTIROXINA SÓDICA, 100 MCG	COMPR
268124	LEVOTIROXINA SÓDICA, 25 MCG	COMPR
268123	LEVOTIROXINA SÓDICA, 50 MCG	COMPR
269846	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 2%, GELEIA	BIS
269843	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 2%, INJETÁVEL	FR
269851	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA, 2% + 1:100.000, INJETÁVEL	BIS
273413	LINEZOLIDA, 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	BOL
273412	LINEZOLIDA, 600 MG	COMPR
380545	LOPINAVIR, ASSOCIADO COM RITONAVIR, 100 MG + 25 MG	COMPR
350589	LOPINAVIR, ASSOCIADO COM RITONAVIR, 200MG + 50 MG	COMPR
273466	LORATADINA, 10MG	COMPR
273467	LORATADINA, 1MG/ML, XAROPE	FR

268856	LOSARTANA POTÁSSICA, 50 MG	COMPR
269892	LUA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, GRANDE, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, ATÓXICA, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, RESISTENTE À TRAÇÃO	UN
269893	LUA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, MÉDIO, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, ATÓXICA, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, RESISTENTE À TRAÇÃO	UN
269894	LUA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, PEQUENO, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, ATÓXICA, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, RESISTENTE À TRAÇÃO	UN
363933	MARAVIROQUE, 150 MG	COMPR
315901	MÁSCARA CIRÚRGICA, NÃO TECIDO, 3 CAMADAS, PREGAS HORIZONTAIS, ATÓXICA, 4 TIRAS LATERAIS P/ FIXAÇÃO, CLIP NASAL EMBUTIDO, HIPOALERGÊNICA, DESCARTÁVEL	UN
398702	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150 MG/ML, SUSPENSÃO INJETÁVEL	FR
398703	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 50 MG/ML, SUSPENSÃO INJETÁVEL	FR
272737	MEGLUMINA ANTIMONIATO, 300 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM
267690	METFORMINA CLORIDRATO, 500 MG	COMPR
267691	METFORMINA CLORIDRATO, 850 MG	COMPR
267689	METILDOPA, 250 MG	COMPR
267312	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10 MG	COMPR
267311	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL	FR
267310	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUÇÃO	FR-AM

	INJETÁVEL	
276656	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 25 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA	COMPR
276657	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 50 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA	COMPR
372335	METRONIDAZOL, 100 MG/G, GEL VAGINAL, COM APLICADOR	BIS
267717	METRONIDAZOL, 250 MG	COMPR
266863	METRONIDAZOL, 40 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	FR
268499	METRONIDAZOL, 400 MG	COMPR
268143	MICOFENOLATO DE MOFETILA, 500 MG	COMPR
288640	MICOFENOLATO DE SÓDIO, 180 MG	COMPR
288641	MICOFENOLATO DE SÓDIO, 360 MG	COMPR
268162	MICONAZOL NITRATO, 2%, CREME VAGINAL	BIS
268286	MICONAZOL NITRATO, 20 MG/G, CREME	BIS
345001	MIGLUSTATE, 100 MG	CAPS
268163	MINOCICLINA CLORIDRATO, 100 MG	COMPR
273450	MOXIFLOXACINO, 400 MG	COMPR
268816	NEVIRAPINA, 10 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	FR
268353	NEVIRAPINA, 200 MG	COMPR
287252	NICOTINA, 2 MG	UN
287481	NICOTINA, 2 MG, GOMA DE MASCAR	UN
376106	NICOTINA, LIBERAÇÃO DE 14 MG EM 24 HORAS, ADESIVO TRANSDÉRMICO	UN
376107	NICOTINA, LIBERAÇÃO DE 21 MG EM 24 HORAS, ADESIVO TRANSDÉRMICO	UN
376105	NICOTINA, LIBERAÇÃO DE 7 MG EM 24 HORAS, ADESIVO TRANSDÉRMICO	UN
267728	NIFEDIPINO, 10 MG	COMPR
374967	NILOTINIBE, 200 MG	CAPS
267378	NISTATINA, 100.000 UI/ML, SUSPENSÃO ORAL	FR
268273	NITROFURANTOÍNA, 100 MG	CAPS
305714	NITROFURANTOÍNA, 5 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	FR
267733	NORETISTERONA, 0,35 MG, BLISTER CALENDÁRIO COM 35 UNIDADES	COMPR
271606	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 25 MG	CAPS

268297	OFLOXACINO, 400 MG	COMPR
271621	OLANZAPINA, 10 MG	COMPR
271620	OLANZAPINA, 5 MG	COMPR
267712	OMEPRAZOL, 20 MG	CAPS
268506	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 4 MG	COMPR
268505	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 8 MG	COMPR
379902	OSELTAMIVIR FOSFATO, 30 MG	CAPS
379962	OSELTAMIVIR FOSFATO, 45 MG	CAPS
306947	OSELTAMIVIR FOSFATO, 75 MG	CAPS
267777	PARACETAMOL, 200 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL	FR
274648	PASTA D' ÁGUA, TALCO + GLICERINA + ÓX.ZINCO + ÁGUA DE CAL, 25% + 25% + 25% + 25%	POTE
268159	PENTOXIFILINA, 400 MG	COMPR
327699	PERMANGANATO DE POTÁSSIO, 100 MG	COMPR
267773	PERMETRINA, 10 MG/ML, LOÇÃO	FR
363597	PERMETRINA, 50 MG/ML, LOÇÃO	FR
233632	PETROLATO, LÍQUIDO, LAXATIVO, ORAL	FR
302748	PIRAZINAMIDA, 30 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	FR
272822	PIRAZINAMIDA, 500 MG	COMPR
272337	PIRIDOXINA CLORIDRATO, 100MG	COMPR
376695	PIRIDOXINA CLORIDRATO, 50 MG	COMPR
272824	PRAMIPEXOL, 0,125 MG	COMPR
272825	PRAMIPEXOL, 0,25 MG	COMPR
272826	PRAMIPEXOL, 1 MG	COMPR
268954	PRAZIQUANTEL, 600 MG	COMPR
268150	PREDNISOLONA FOSFATO SÓDICO, 3 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL	FR
267743	PREDNISONA, 20 MG	COMPR
416809	PRESERVATIVO FEMININO, POLIURETANO OU LÁTEX OU BORRACHA NITRÍLICA, ATÉ 20 CM, LUBRIFICADA,LISA,TRANSPARENTE, PORÇÃO FINAL EM ANEL OU ESPONJA	UN
325430	PRESERVATIVO MASCULINO, BORRACHA NATURAL, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 160 MM, LARGURA NOMINAL 49 MM, ESPESSURA MÍN. 0,03MM,	UN

	LUBRIFICADO, S/ ESPERMICIDA ,S/ ODOR, C/ RESERVATÓRIO, TRANSLÚCIDO, TRANSPARENTE, QUANTIDADE DE LUBRIFICANTE ENTRE 400 E 700MG	
325431	PRESERVATIVO MASCULINO, BORRACHA NATURAL, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 160 MM, LARGURA NOMINAL 52 MM, ESPESSURA MÍN. 0,03MM, LUBRIFICADO, S/ ESPERMICIDA ,S/ ODOR, C/ RESERVATÓRIO, TRANSLÚCIDO, TRANSPARENTE, QUANTIDADE DE LUBRIFICANTE ENTRE 400 E 700MG	UN
269833	PRILOCAÍNA, ASSOCIADA COM FELIPRESSINA, 3% + 0,03UI/ML, INJETÁVEL	FR-AM
272828	PRIMAQUINA DIFOSFATO, 15 MG	COMPR
272827	PRIMAQUINA DIFOSFATO, 5 MG	COMPR
267768	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG	COMPR
267769	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR-AM
364364	PROTETOR CERDAS, POLIPROPILENO, ATÓXICO, ABERTURA INFERIOR	UN
63207	PULVERIZADOR COSTAL MOTORIZADO, PULVERIZADOR MOTORIZADO	UN
272832	QUETIAPINA, 100 MG	COMPR
272833	QUETIAPINA, 200 MG	COMPR
272831	QUETIAPINA, 25 MG	COMPR
305938	QUININA, SAL DICLORIDRATO, 300 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM
272131	QUININA, SAL SULFATO, 500 MG	COMPR
428080	RALTEGRAVIR, 100 MG	COMPR
353332	RALTEGRAVIR, 400 MG	COMPR
398701	RANITIDINA CLORIDRATO, 15 MG/ML, XAROPE	FR
267736	RANITIDINA CLORIDRATO, 150 MG	COMPR
267735	RANITIDINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR-AM
378036	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO , CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, QUALITATIVO ANTI HBC IGM, ELETROQUIMIOLUMINESCÊNCIA, TESTE	TESTE

378035	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO , CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, QUALITATIVO ANTI HBC TOTAL, ELETROQUIMIOLUMINESCÊNCIA, TESTE	TESTE
378146	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO , CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, QUALITATIVO DE ANTI-HCV, ELETROQUIMIOLUMINESCÊNCIA, TESTE	TESTE
378040	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, QUANTITATIVO DE ANTI-HBS, ELETROQUIMIOLUMINESCÊNCIA, TESTE	TESTE
428276	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO,, CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, QUALITATIVO DE HBSAG, ELETROQUIMIOLUMINESCÊNCIA, TESTE	TESTE
403943	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO., CONJUNTO COMPLETO, QUALITATIVO DE HIV I E II, IMUNOBLOT, TESTE	TESTE
378140	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO _ç , CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, QUALITATIVO ANTI HAV IGM, ELETROQUIMIOLUMINESCÊNCIA, TESTE	TESTE
428272	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO÷, CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, QUALITATIVO DE ANTI HBE, ELETROQUIMIOLUMINESCÊNCIA, TESTE	TESTE
429299	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO÷, CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, QUALITATIVO DE HBEAG, ELETROQUIMIOLUMINESCÊNCIA, TESTE	TESTE
403353	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO÷, CONJUNTO COMPLETO, QUANTITATIVO DE HELMINTOS EM FEZES, KATO-KATZ, TESTE, ASCARIS SP,SCHISTOSOMA SP,ANCILOSTOMIDEOS,TAENIA, TRICHURIS SP, ENTEROBIUS SP, STRONGYLOIDES SP	TESTE
272565	RETINOL, 150.000UI/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS	CAPS
381288	RIFABUTINA, 150 MG	CAPS
292208	RIFAMPICINA, 20 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	FR
272837	RIFAMPICINA, 300 MG	CAPS
374155	RIFAMPICINA, ASSOCIADA À ISONIAZIDA, 150 MG + 75 MG, DOSE FIXA COMBINADA 2X1	COMPR
364037	RIFAMPICINA, ASSOCIADA À ISONIAZIDA, PIRAZINAMIDA E ETAMBUTOL, 150 MG + 75 MG + 400	COMPR

	MG + 275 MG, DOSE FIXA COMBINADA 4X1	
272838	RILUZOL, 50 MG	COMPR
427509	RITONAVIR, 100 MG	COMPR
268520	RITUXIMABE, 10MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR
267896	RIVASTIGMINA, 1,5 MG	CAPS
267894	RIVASTIGMINA, 3 MG	CAPS
267897	RIVASTIGMINA, 4,5 MG	CAPS
267895	RIVASTIGMINA, 6 MG	CAPS
268390	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PÓ, COMPOSTO POR: CLORETO SÓDIO 3,5G + GLICOSE 20G, + CITRATO DE SÓDIO 2,9G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G, PARA 1.000ML DE SOLUÇÃO PRONTA, SEGUNDO PADRÃO OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9G	ENV
294887	SALBUTAMOL, 100MCG/DOSE, AEROSOL ORAL	FR
268303	SALBUTAMOL, 5 MG/ML, SOLUÇÃO PARA NEBULIZAÇÃO	FR
396086	SAPROPTERINA DICLORIDRATO, 100 MG, COMPRIMIDO SOLÚVEL	COMPR
418971	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 1 ML, BICO RETO CENTRAL SIMPLES OU LUER LOCK, ÊMBOLO C/ROLHA BORRACHA, IMPRESSÃO LEGÍVEL E PERMANENTE, GRADUAÇÃO MÁXIMA 0,2 EM 0,2 ML, NUMERADA, C/ AGULHA 25 X 0,6 MM, BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, DESCART	FR-AM
298557	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 10 ML, BICO CENTRAL SIMPLES OU LUER LOCK, ÊMBOLO C/ROLHA BORRACHA, GRADUAÇÃO FIRME E PERFEITAMENTE LEGÍVEL, C/ AGULHA 25X7,BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL	UN
405499	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 3 ML, BICO CENTRAL SIMPLES OU LUER LOCK, ÊMBOLO C/ROLHA BORRACHA, IMPRESSÃO LEGÍVEL E PERMANENTE, GRADUAÇÃO MÁXIMA 0,2 EM 0,2 ML, NUMERADA, C/ AGULHA 20 X 0,55 MM, BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, DESCARTÁVEL	FR-AM

405500	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 3 ML, BICO CENTRAL SIMPLES OU LUER LOCK, ÊMBOLO C/ROLHA BORRACHA, IMPRESSÃO LEGÍVEL E PERMANENTE, GRADUAÇÃO MÁXIMA 0,2 EM 0,2 ML, NUMERADA, C/ AGULHA 25 X 0,6 MM, BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, DESCARTÁVEL,	FR-AM
292118	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 5 ML, BICO CENTRAL SIMPLES OU LUER LOCK, ÊMBOLO C/ROLHA BORRACHA, GRADUAÇÃO FIRME E PERFEITAMENTE LEGÍVEL, C/ AGULHA 25X7,BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL	UN
272083	SEVELAMER, CLORIDRATO, 800 MG	COMPR
431752	SIMEPREVIR, 150 MG	CAPS
267746	SINVASTATINA, 10 MG	COMPR
267747	SINVASTATINA, 20 MG	COMPR
285817	SIROLIMO, 1 MG	DRAG
285818	SIROLIMO, 2 MG	DRAG
431599	SOFOSBUVIR, 400 MG	COMPR
272089	SULFADIAZINA, DE PRATA, 1%, CREME	BIS
308882	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO À TRIMETOPRIMA, 400MG + 80MG	COMPR
308884	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO À TRIMETOPRIMA, 40MG + 8MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	FR
292345	SULFATO FERROSO, 25MG/ML DE FERRO II, SOLUÇÃO ORAL-GOTAS	FR
292344	SULFATO FERROSO, 40MG DE FERRO II	COMPR
394668	SULFATO FERROSO, 5 MG/ML DE FERRO II, XAROPE	FR
268098	TACROLIMO, 1 MG	CAPS
268097	TACROLIMO, 5 MG	CAPS
272846	TALIDOMIDA, 100 MG	COMPR
268825	TENOFOVIR, 300 MG	COMPR
428423	TENOFOVIR, ASSOCIADA À LAMIVUDINA, 300 MG + 300 MG	COMPR
268829	TERIZIDONA, 250 MG	CAPS
272341	TIAMINA, 300 MG	COMPR
272581	TIMOLOL, 0,5%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FR

279271	VARFARINA SÓDICA, 1 MG	COMPR
268361	ZIDOVUDINA, 10 MG/ML, INJETÁVEL	FR-AM
308890	ZIDOVUDINA, 10 MG/ML, XAROPE	FR
268359	ZIDOVUDINA, 100 MG	CAPS
272094	ZIDOVUDINA, ASSOCIADA COM LAMIVUDINA, 300MG + 150MG	COMPR
268157	ZIPRASIDONA, 40 MG	CAPS
268156	ZIPRASIDONA, 80 MG	CAPS

Armazenagem refrigerada:

CATMAT	Descrição do Medicamento, Insumo ou Correlato	Unidade de Medida
365451	ABATACEPTE, 250 MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL, C/ SERINGA DESCARTÁVEL	FR-AMP.
374313	ÁCIDO PARAMINOSSALICÍLICO, 4 G, GRANULADO PARA USO ORAL	SAC.
290058	ADALIMUMABE, 40 MG, SOLUÇÃO INJETÁVEL	SER.
391336	ALFATALIGLICERASE, 200 UI, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	FR-AMP.
268395	ANFOTERICINA B, 50 MG, INJETÁVEL	AMP.
268394	ANFOTERICINA B, 50 MG, LIPOSOMAL, INJETÁVEL	AMP.
305252	ASPARAGINASE, 10.000UI, PÓ LIÓFILO P/INJETÁVEL	FR-AMP.
414435	CERTOLIZUMABE PEGOL, 200 MG, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SERINGA PREENCHIDA, COM LENÇO UMIDECIDO	SER.
404581	CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO, RESTAURAÇÃO, AUTOPOLIMERIZÁVEL, EROSÃO MÁXIMA 0,17 MM, MÁXIMO 5 MIN, CONJUNTO COMPLETO	UN
309086	COMPLEXO PROTROMBÍNICO, HUMANO, AE = OU > 0,6UI, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	UI
309087	COMPLEXO PROTROMBÍNICO, HUMANO, PARCIALMENTE ATIVADO, AE = OU > 0,6UI, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	UI
394681	CONCENTRADO DE FATOR DE COAGULAÇÃO, FATOR I (FIBRINOGENIO), 1 G, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	FR.

308805	CONCENTRADO DE FATOR DE COAGULAÇÃO, FATOR IX, AE = OU > 50UI, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	UI
308804	CONCENTRADO DE FATOR DE COAGULAÇÃO, FATOR VII ATIVADO RECOMBINANTE, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	KUI
308807	CONCENTRADO DE FATOR DE COAGULAÇÃO, FATOR VIII - VON WILLEBRAND, AE = OU > 1UI, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	UI
429217	CONCENTRADO DE FATOR DE COAGULAÇÃO, FATOR VIII ASSOCIADO AO FATOR DE VON WILLERBRAND, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL, 1000 UI	UI
429215	CONCENTRADO DE FATOR DE COAGULAÇÃO, FATOR VIII ASSOCIADO AO FATOR DE VON WILLERBRAND, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL, 250 UI	UI
429216	CONCENTRADO DE FATOR DE COAGULAÇÃO, FATOR VIII ASSOCIADO AO FATOR DE VON WILLERBRAND, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL, 500 UI	UI
308802	CONCENTRADO DE FATOR DE COAGULAÇÃO, FATOR VIII, AE = OU > 100UI, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	UI
346580	CONCENTRADO DE FATOR DE COAGULAÇÃO, FATOR XIII, 62,5 UI/ML, PÓ LÓIFILO P/ INJETÁVEL + DILUENTE 4 ML	UI
398863	DENTIFRÍCIO, CREME DENTAL COM FLUOR ATIVO DE (1100 PPM), MENTA, 90 G, HIGIENE DENTAL	UN
320796	DESMOPRESSINA ACETATO, 15 MCG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR-AMP.
268575	DESMOPRESSINA ACETATO, 4 MCG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR-AMP.
343607	ETANERCEPTO, 25 MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL, COM KIT DE APLICAÇÃO	FR-AMP.
412908	ETANERCEPTO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SERINGA PREENCHIDA COM 1ML	SER.
268118	FILGRASTIM, 300MCG, INJETÁVEL	MCG
342747	GLATIRÂMERO ACETATO, 20 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, EM SERINGA PREENCHIDA C/ 1ML	SER.
414430	GOLIMUMABE, 50 MG, SOLUÇÃO INJETÁVEL, EM SERINGA PREENCHIDA	SER.
383272	IMIGLUCERASE, 400 UI, PÓ LIÓFILO P/INJETÁVEL	FR-AMP.

333447	INFLIXIMABE, 100 MG, PÓ LIÓFILO P/INJETÁVEL	FR-AMP.
271157	INSULINA, HUMANA, NPH, 100U/ML, INJETÁVEL	FR-AMP.
271154	INSULINA, HUMANA, REGULAR, 100U/ML, INJETÁVEL	FR-AMP.
267470	INTERFERONA, ALFA PEGUILADO 2A, 180 MCG, SOLUÇÃO INJETÁVEL	SER.
267473	INTERFERONA, ALFA PEGUILADO 2B, 100 MCG, SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR-AMP.
267471	INTERFERONA, ALFA PEGUILADO 2B, 120 MCG, SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR-AMP.
267472	INTERFERONA, ALFA PEGUILADO 2B, 80 MCG, SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR-AMP.
394310	INTERFERONA, BETA 1A, 22 MCG, SOLUÇÃO INJETÁVEL, EM SERINGA PRÉ-ENCHIDA	SER.
394314	INTERFERONA, BETA 1A, 30 MCG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL, C/ SISTEMA DE APLICAÇÃO	SER.
394311	INTERFERONA, BETA 1A, 44 MCG, SOLUÇÃO INJETÁVEL, EM SERINGA PRÉ-ENCHIDA	SER.
394316	INTERFERONA, BETA 1B, 9.600.000 UI, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL, C/ SISTEMA DE APLICAÇÃO	FR-AMP.
350587	LOPINAVIR, ASSOCIADO COM RITONAVIR, 80MG + 20 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL	FR.
367664	NATALIZUMABE, 20 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR-AMP.
333446	PALIVIZUMABE, 100 MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	FR-AMP.
426668	PALIVIZUMABE, 50 MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	FR-AMP.
308874	PENTAMIDINA ISETIONATO, 300 MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	FR.
301956	PPD - DERIVADO PROTÊICO PURIFICADO, BACILO VIVO ATENUADO DE MYCOBACTERIUM TUBERCULOSIS, 2 UT/ 0,1ML, INTRADÉRMICA, SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR-AMP.
268831	SAQUINAVIR MESILATO, 200 MG, CÁPSULA GELATINOSA MOLE	CPS.
313000	TIPRANAVIR, 250 MG	CPS.
388383	TOCILIZUMABE, 20 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR-AMP.
292372	TOXINA BOTULÍNICA, TIPO A, 100 U, INJETÁVEL	FR-AMP.
295303	TRASTUZUMABE, 150 MG, PÓ LIOFILO INJETÁVEL	FR-AMP.

Armazenagem: Rio de Janeiro Temperatura : Negativa		
INSUMO	UNIDADE DE MEDIDA	UNIDADE DE ARMAZENAMENTO
KIT RT-PCR CHIKV 500 REAÇÕES	UNIDADE	CENADI
KIT RT-PCR 500 REAÇÕES	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) ADENO REVERSO	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) AH1 DIRETO	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) AH1 REVERSO	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) AH3 DIRETO	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) AH3 REVERSO	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) CHIKV 6856	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) CHIKV 6981	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) CHIKV 874	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) CHIKV961	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) DENV-RNASEPF	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) DENV-RNASEPR	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) DENV-1F	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) DENV-1R	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) DENV-2F	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) DENV-2R	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) DENV-3F	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) DENV-3R	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) DENV-4F	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) DENV-4R	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) HMPV DIRETO	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) HMPV REVERSO	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) INFA DIRETO	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) INFA REVERSO	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) INFB DIRETO	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) INFB REVERSO	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) PDM H1 DIRETO	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) PDM H1 REVERSO	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) PDM INFA DIRETO	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) PDM INFA REVERS	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) PIV 1 DIRETO	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) PIV 1	UNIDADE	CENADI

REVERSO		
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) PIV 2 DIRETO	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) PIV 2 REVERSO	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) PIV 3 DIRETO	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) PIV 3 REVERSO	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) RNP DIRETO	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) RNP REVERSO	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) RNP3 DIRETO	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) RNP3 REVERSO	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) RSV DIRETO	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) RSV REVERSO	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) ZIKA PRM 835	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) ZIKA PRM 911	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) ZIK NS 9271F	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) ZIK NS 9373R	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) ZIKAV ENV 1086F	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) ZIKAV ENV 1162R	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (SONDA) ADENO SONTA	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (SONDA) AH1 SONTA	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (SONDA) AH3 SONTA	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (SONDA) CHIKV 6919	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (SONDA) CHIKV899	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (SONDA) DENV-RNASEP	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (SONDA) DENV-1	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (SONDA) DENV-2	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (SONDA) DENV-3	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (SONDA) DENV-4	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (SONDA) DEN-4 S	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (SONDA) HMPV SONTA	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (SONDA) INFA SONTA	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (SONDA) INFB SONTA	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (SONDA) PDM H1 SONTA	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (SONDA) PDM INFA SONTA	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (SONDA) PIV 1 SONTA	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (SONDA) PIV 2	UNIDADE	CENADI

SONDA		
OLIGONUCLEOTIDEOS (SONDA) PIV 3 SONTA	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (SONDA) RNP SONTA	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (SONDA) RNP3 SONTA	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (SONDA) RSV SONTA	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (SONDA) ZIKA PRM 860	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (SONDA) ZIKA ENV 1107	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (SONDA) ZIKA NS5 9304	UNIDADE	CENADI
SORO DE CABRA - CHIKV 10ML	UNIDADE	CENADI
SUBSTRATO CROMOGÊNICO PARA FOSFATASE (CHIKV) 100	UNIDADE	CENADI
VACINA CONTRA FEBRE AMARELA 05 DOSES	FRASCO	CENADI
VACINA CONTRA FEBRE AMARELA 10 doses	FRASCO	CENADI
VACINA ORAL CONTRA POLIOMIELITE 25 DOSES	FRASCO	CENADI

Armazenagem: Rio de Janeiro

Temperatura : 2 a 30 Graus

Insumo	UNIDADE DE MEDIDA	UNIDADE
ADESIVO PARA PLACAS DE PCR 100 UNIDADES	UNIDADE	CENADI
ADESIVO PARA PLACAS DE PCR CHIC 100UN 100 UNIDADES	UNIDADE	CENADI
AGUA PARA BIOLOGIA MOLECULAR 100 ML	UNIDADE	CENADI
ESQUISTOSSOMOSE KATO KATZ 100 REAÇÕES	UNIDADE	CENADI
ETANOL - CHIKV 1000 ML	UNIDADE	CENADI
KIT EXTRAÇÃO INFLUENZA 250 reações	UNIDADE	CENADI
KIT EXTRAÇÃO MENINGITE 50 COLUNAS	UNIDADE	CENADI
KIT EXTRAÇÃO RNA SANGUE TOTAL E FRAGMENTOS DE TECIDO - 50 COLUNAS UM	UNIDADE	CENADI
LEISHMANIOSE VISCERAL CANINA TESTE RÁPIDO 20 REAÇÕES	UNIDADE	CENADI
LEISHMANIOSE VISCERAL HUMANA TESTE RÁPIDO 24 TESTES	UNIDADE	CENADI
MALÁRIA TESTE RÁPIDO 25 TESTES	UNIDADE	CENADI
OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) ADENO DIRETO	UNIDADE	CENADI
PLACAS ELISA IN HOUSE 96 POÇOS CHIKV CX 50 UN	UNIDADE	CENADI
PLACAS OPTICAS 96 POÇOS CHIC CX 20UN	UNIDADE	CENADI
SOLUÇÃO DE PARADA DE TMB 100ml	UNIDADE	CENADI
TAMPAS OPTICAS MENINGITE 120 TIRAS	UNIDADE	CENADI
KIT REAG HEPATITE A (ANTI BODY)	UNIDADE	PAVUNA
ZIKA IGG/IGM TESTE RÁPIDO - 25 TESTE	UNIDADE	CENADI
KIT'S REAGENTES TURBECULOSE	REAÇÕES	PAVUNA
KIT'S REAGENTES CANINA	REAÇÕES	PAVUNA
DILUENTE P/ VACINA TRIPLICE VIRAL 10 DOSES	AMPOLA	DEL CASTINHO
DILUENTE P/ VACINA TRIPLICE VIRAL 05 DOSES	AMPOLA	DEL

		CASTINHO
DILUENTE P/ VACINA TRIPLICE VIRAL 01 DOSE	AMPOLA	DEL CASTINHO
DILUENTE P/ VACINA TRIPLICE VIRAL 02 DOSES	AMPOLA	DEL CASTINHO
DILUENTE P/ VACINA CONTRA HAEMOPHILU B 05 DOSES	AMPOLA	DEL CASTINHO
DILUENTE P/ VACINA DUPLA VIRAL 10 DOSES	AMPOLA	DEL CASTINHO
DILUENTE P/ VACINA C/ VARICELA 01 DOSE	AMPOLA	DEL CASTINHO
DILUENTE P/ VACINA C/ FEBRE AMARELA 05 DOSES	AMPOLA	DEL CASTINHO
DILUENTE P/ VACINA C/ FEBRE AMARELA 10 DOSES	AMPOLA	DEL CASTINHO

Armazenagem: Rio de Janeiro
Temperatura : 2 a 8 Graus

INSUMO	UNIDADE DE MEDIDA	UNIDADE DE ARMAZENAMENTO
ANTICORPO CONJUGADO À FOSFATASE ALCALINA PRODUZIDO EM CABRA ANTI IGG HUMANO (CHIKV) 1ml	UNIDADE	CENADI
CHAGAS ENZIMAIMUNOENSAIO 192 REAÇÕES	UNIDADE	CENADI
CHAGAS ENZIMAIMUNOENSAIO 480 REAÇÕES	UNIDADE	CENADI
CHAGAS ENZIMAIMUNOENSAIO 384 REAÇÕES	UNIDADE	CENADI
CHAGAS IMUNOFLUORESCÊNCIA 600 REAÇÕES	UNIDADE	CENADI
CHIKUNGUNYA ENZIMAIMUNOENSAIO IGG 96 REAÇÕES	UNIDADE	CENADI
CHIKUNGUNYA ENZIMAIMUNOENSAIO IGM 96 REAÇÕES	UNIDADE	CENADI
DENGUE ENZIMAIMUNOENSAIO IGM 96 REAÇÕES	UNIDADE	CENADI
DENGUE ENZIMAIMUNOENSAIO NS1 96 REAÇÕES	UNIDADE	CENADI
HANSENÍASE FOSFATO DE HISTAMINA UM	UNIDADE	CENADI
HANTAVIROSE ENZIMAIMUNOENSAIO IGG-41 REAÇÕES	UNIDADE	CENADI
HANTAVIROSE ENZIMAIMUNOENSAIO IGM-40 REAÇÕES	UNIDADE	CENADI
HERPES HUMANA IMUNOFLUORESCENCIA IGG 4X10	UNIDADE	CENADI
HERPES HUMANA IMUNOFLUORESCENCIA IGM 4x10	UNIDADE	CENADI
INFLUENZA IMUNOFLUORESCENCIA 100 REAÇÕES	UNIDADE	CENADI
INFLUENZA IMUNOFLUORESCENCIA 200 REAÇÕES	UNIDADE	CENADI
LEISHMANIOSE VISCERAL CANINA ENZIMAIMUNOENSAIO 384 REAÇÕES	UNIDADE	CENADI
LEISHMANIOSE VISCERAL HUMANA IMUNOFLUORESCÊNCIA 600 REAÇÕES	UNIDADE	CENADI
LEPTOSPIROSE ENZIMAIMUNOENSAIO IGM 96 REAÇÕES	UNIDADE	CENADI
MICROPLACA PCR 10 UNIDADES	UNIDADE	CENADI
PARVOVIRUS ENZIMAIMUNOENSAIO IGG 96 REAÇÕES	UNIDADE	CENADI
PARVOVÍRUS ENZIMAIMUNOENSAIO IGM 96 REAÇÕES	UNIDADE	CENADI
ROTAVIRUS ENZIMAIMUNOENSAIO 48 REAÇÕES	UNIDADE	CENADI
ROTAVIRUS ENZIMAIMUNOENSAIO 96 REAÇÕES	UNIDADE	CENADI

RUBEOLA ENZIMAIMUNOENSAIO IGG 96 TESTES	UNIDADE	CENADI
RUBEOLA ENZIMAIMUNOENSAIO IGM 96 TESTES	UNIDADE	CENADI
RUBEOLA/SARAMPO REAGENTE SUPLEMENTAR 480 REAÇÕES	UNIDADE	CENADI
SARAMPO ENZIMAIMUNOENSAIO IGG 96 TESTES	UNIDADE	CENADI
SARAMPO ENZIMAIMUNOENSAIO IGM 96 TESTES	UNIDADE	CENADI
SOLUÇÃO SUBSTRATO PARA PEROXIDASE (TMB) 100ml	UNIDADE	CENADI
KIT REAG HEPATITE C (ANTI-HCV)	UNIDADE	PAVUNA
KIT REAG HEPATITE A (ANTI-HAV IGM)	UNIDADE	PAVUNA
KIT REAG HEPATITE B (ANTI-HBC IGM)	UNIDADE	PAVUNA
KIT REAG HEPATITE B (ANTI-HBC TOTAL)	UNIDADE	PAVUNA
KIT REAG HEPATITE BS (HBS AG)	UNIDADE	PAVUNA
VACINA BCG	AMPOLA	PAVUNA
VACINA ROTAVÍRUS	BISNAGA	PAVUNA
VACINA MENINGOCÓCICA CONJUGADA	FRASCO	PAVUNA
VACINA PNEUMOCÓCICA 10 VALENTE	FRASCO	PAVUNA
VACINA HPV	FRASCO	PAVUNA
VACINA TRIPLICE ACELULAR (DTPa-REFORÇO)	SERINGA	PAVUNA
VACINA TRIPLICE ACELULAR (DTPa-CRIE)	FRASCO	PAVUNA
VACINA HEPATITE A (ROTINA PEDÍATRICA)	FRASCO	PAVUNA
VACINA HEPATITE A (CRIE)	FRASCO	PAVUNA
VACINA POLIO INATIVA	FRASCO	PAVUNA
VACINA RAIVA VERO	FRASCO	PAVUNA
VACINA TETRA VIRAL	SERINGA	PAVUNA
VACINA PENTAVALENTE	FRASCO	PAVUNA
VACINA TRIPLICE DTP	FRASCO	PAVUNA
VACINA TRIPLICE VIRAL	FRASCO	PAVUNA
VACINA VARICELA	FRASCO	PAVUNA
VACINA HEPATITE B	FRASCO	PAVUNA
IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTI-HEPATITE B 200 UI	FRASCO	CENADI
IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTI-RABICA 300 UI	FRASCO	CENADI
IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTI-TETANICA 250 UI	FRASCO	CENADI
IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTI-VARICELA ZOSTER 125UI	FRASCO	CENADI
SORO ANTIARACNIDICO (LOXOSCELES, PHONEUTRIA E TITYUS) 01 AMPOLA	AMPOLA	CENADI
SORO ANTIBOTROPICO (PENTAVALENTE) 1 AMPOLA	AMPOLA	CENADI
SORO ANTIBOTROPICO (PENTAVALENTE) E ANTILAQUETICO 1 AMPOLA	FRASCO	CENADI
SORO ANTIBOTROPICO (PENTAVALENTE) E CROTALICO 1 AMPOLA	AMPOLA	CENADI
SORO ANTIBOTULINICO AB 20 ML	AMPOLA	CENADI
SORO ANTICROTALICO 1 AMPOLA	AMPOLA	CENADI
SORO ANTIELAPÍDICO (BIVALENTE) 1 AMPOLA	AMPOLA	CENADI
SORO ANTIESCORPIONICO 1 AMPOLA	AMPOLA	CENADI
SORO ANTILONOMIA 1 AMPOLA	AMPOLA	CENADI
SORO ANTILOXOSCELICO (TRIVALENTE) 01	AMPOLA	CENADI
SORO ANTI-RABICO HUMANO 1 AMPOLA	AMPOLA	CENADI
SORO ANTI-TETANICO 1 AMPOLA	AMPOLA	CENADI
VACINA CONTRA FEBRE TIFOIDE 20 DOSES	FRASCO	CENADI

VACINA CONTRA HAEMOPHILUS INFLUENZAE TIPO B 01 DOSE	FRASCO	CENADI
VACINA CONTRA HEPATITE "B" 10 DOSES	FRASCO	CENADI
VACINA CONTRA INFLUENZA (GRIPE) 10 DOSES	FRASCO	CENADI
VACINA CONTRA PNEUMOCOCCO 23 VAL. 01 DOSE	AMPOLA	CENADI
VACINA CONTRA RAIVA CANINA 25 DOSES	FRASCO	CENADI
VACINA CONTRA RAIVA EM CULTIVO CELULAR/EMBRIÃO DE GALINHA 01 DOSE	AMPOLA	CENADI
VACINA CONTRA VARICELA 01 DOSE	FRASCO	CENADI
VACINA DUPLA ADULTO 10 DOSES	FRASCO	CENADI
VACINA DUPLA INFANTIL 10 DOSES	FRASCO	CENADI
VACINA PENTAVALENTE 01 DOSE	FRASCO	CENADI
VACINA TETRA VIRAL 01 DOSE	FRASCO	CENADI
VACINA TRIPLICE (DTP) 10 DOSES	FRASCO	CENADI
VACINA TRIPLICE VIRAL 10 DOSES	FRASCO	CENADI



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

APENDICE II
PROCEDIMENTOS / FLUXOS

As atividades propostas neste Termo de Referência consistem em recebimento, triagem, estocagem, separação (picking), conferência/packing, expedição e gestão de inventário dos ICS – Insumos Críticos de Saúde geridos pelo Ministério da Saúde, entre outras atividades que se fizerem necessárias para este fim.

A CONTRATADA deverá disponibilizar Manual de Boas Práticas de Armazenagem - BPA, antes do início da operação, o qual deve seguir as indicações da Resolução – RDC n. 39, de 14 de Agosto de 2013, e eventuais alterações, além de demais legislações pertinentes.

A CONTRATADA deverá possuir Procedimento Operacional Padrão - POP para todas as atividades descritas neste Termo de Referência. Este documento deverá ser disponibilizado a CONTRATANTE para avaliação e eventuais ajustes, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o início das atividades.

1. Recebimento

A CONTRATADA será responsável pelos seguintes procedimentos a serem realizados na área de recebimento, podendo realizar outros de modo que garanta o controle no recebimento dos ICS – Insumos Críticos de Saúde:

- O Ministério da Saúde informará o agendamento de cargas com, no mínimo, 48h (quarenta e oito horas) de antecedência, podendo haver exceções sem ônus para a CONTRATANTE;
- A CONTRATADA deverá avaliar o veículo que transportou os medicamentos, insumos ou correlatos a serem recebidos, verificando o cumprimento e/ou adequação quanto às normas de transporte de ICS – Insumos Críticos de Saúde;
- FORNECEDOR: Realiza o Comparecimento no horário e local agendado. Caso o fornecedor não tenha agendamento, a CONTRATADA não receberá a carga e comunicará formalmente para a CONTRATANTE.
- A CONTRATADA deverá verificar quais as condições de transporte dos medicamentos com relação aos itens: Temperatura; Organização da carga no interior do caminhão; Transporte concomitante com outros produtos (alimentos, inseticidas, saneantes, produtos químicos,

alimentos in natura, outros produtos com odor forte que possam impregnar no produto, etc.); Se os medicamentos foram transportados em “caminhão-baú”.

- Quando o FORNECEDOR for liberado pela CONTRATADA para recebimento, o mesmo deverá efetuar a descarga do veículo, separando os produtos por tipo (princípio ativo), lote e validade.
- Se for o caso de recebimento de um produto com mais de um lote de fabricação, ele deve ser dividido em quantos lotes forem necessários e estocados desta forma.
- A CONTRATADA após descarga pelo fornecedor realizará a conferência da nota fiscal pelo empenho e ordem de fornecimento informados, fazendo conferência física dos itens e conferência dos valores informados na nota fiscal.
- A CONTRATADA realizará conferência de guia cega comparando com a nota fiscal.
- Caso tenha divergência será realizada a segunda conferência, permanecendo à divergência, o CONTRATANTE será comunicado e solicitada a ação a ser realizada, devolução da carga ou retenção do canhoto, até que o fornecedor ajuste a divergência.
- Caso a conferência de guia cega igual seja igual à nota fiscal de entrada, será entregue o canhoto ao motorista e liberado o veículo;
- Caso exista alguma divergência, a CONTRATADA deverá rejeitar a carga e notificar o fornecedor, formalizando a ocorrência através documento específico – Carta de Registro de Ocorrência (CRO), na qual deverá ser informado na descrição da ocorrência as seguintes informações: medicamentos com seus respectivos números de lotes, constantes do DANFE; número do NF; nome do fornecedor. Esse procedimento visa evitar que a transportadora entregue novamente a mesma carga que foi transportada inadequadamente.
- CONTRATANTE definirá ação por ofício ou e-mail, se aprovará o recebimento da carga se responsabilizando pelas divergências encontradas ou se autorizará a devolução definitiva da mesma. Essa análise será dada pelo representante local da CONTRATANTE.
- CONTRATADA realizarão cadastro da nota fiscal em seu site logístico;
- Se o item for um bem que necessite efetuar o tombamento, a CONTRATADA irá colar as plaquetas de patrimônio e inserir a informação em sistema. Exportação da nota fiscal, geração de lote de serviço para recebimento do sistema WMS;
- A CONTRATADA fará conferência de todos os paletes recebidos (pallet à pallet), informando a U.M.A (unidade de movimentação e armazenagem), suas quantidades, lote, validade;
- A CONTRATADA efetua o armazenamento dos paletes na estrutura porta palete
- A CONTRATADA efetua Indexação da imagem da nota fiscal para o Roteiro Documental de Entrada;
- A CONTRATADA faz emissão do Ateste de Recebimento através do check-list;
- A CONTRATANTE efetua ateste em nota fiscal.
- A CONTRATADA envia a nota fiscal e atesto de recebimento para o cliente e indexação da imagem do atesto de recebimento após o retorno no Roteiro Documental do site web.

2. Triagem

A CONTRATADA será responsável pelos seguintes procedimentos, podendo realizar outros de modo que garanta o controle na triagem dos ICS – Insumos Críticos de Saúde:

- Segregação da carga a ser conferida, organizando por nota fiscal e lote;
- Conferência de Notas Fiscais (Código do produto, Qualidade, Número do Lote);
 - Esta conferência deverá ser realizada juntamente com o(s) responsável(is) indicado(s) do Ministério da Saúde, que deverá declarar o recebimento provisório no verso da nota fiscal, a qual deverá ser encaminhada ao Ministério da Saúde para fins de atesto e depagamento do fornecedor;
 - A CONTRATADA não é responsável pelos vícios ou erros verificados dentro das caixas nessa conferência.
- Geração automática pelo Sistema de Gerenciamento de Armazéns de etiquetas de identificação dos paletes, contendo, minimamente, as informações de referência do produto, descrição, lote, data de vencimento, peso, quantidade, cuidados de carregamento e armazenamento e endereçamento dos produtos. As etiquetas devem ser resistentes, inclusive a variação de temperatura; legíveis e aderentes às caixas ou paletes;
- Conferência física dos Produtos (Quantidades número de lotes e validades), a ser realizada com coletor de código de barras;
 - Em casos de divergências, sobras ou faltas, o Ministério da Saúde deverá ser informado imediatamente para instruções de como proceder.
- Procedimento Exclusivo para Produtos Certificados:
 - Após o recebimento, a CONTRATADA deverá informar ao Ministério da Saúde para agendar com a empresa certificadora data de coleta dos Produtos;
 - Na data agendada, a empresa certificadora coletará amostras para análises e testes, na presença de um servidor do Ministério da Saúde;
 - Os produtos só estarão liberados no sistema e disponíveis para distribuição depois de aprovação da empresa certificadora;
 - Se não houver aprovação da empresa certificadora, o Ministério da Saúde deverá informar ao fornecedor do produto para que recolha e substitua por novos lotes. Os produtos não aprovados deverão ser segregados até a coleta pelo fornecedor.
 - Atualmente, a certificação é realizada para preservativos masculinos. Contudo, outros produtos poderão ter amostras coletadas e certificadas, a critério do Ministério da Saúde.

3. Estocagem

A CONTRATADA será responsável pelos seguintes procedimentos de estocagem, podendo usar outros meios de controle:

- Movimentação e estocagem dos ICS – Insumos Críticos de Saúde realizados com equipamento compatível;

- Os paletes deverão ser estocados conforme indicação:
 - ICS – Insumos Críticos de Saúde Não Controlados.
 - Armazenagem Geral
 - Segregados
 - ICS – Insumos Críticos de Saúde Controlados.
 - Armazenagem Geral
 - Segregados
- A classificação dos produtos deverá seguir conforme abaixo:
 - Armazenagem Geral:
 - Produto Aprovado
 - Segregados
 - Produto Devolvido
 - Produto Reprovado pelo INCQS ou por outro certificador
 - Produto em Quarentena
 - Produto em Análise
 - Produto Vencido
 - Produto Recolhido
 - Não-conforme – sob investigação
 - Outros
- Os produtos controlados deverão possuir área exclusiva de armazenamento, segregada das outras através de barreira física, com acesso restrito e com endereçamento;
- A confirmação da estocagem dos produtos será realizada através de coletor de códigos de barras e leitura da etiqueta do palete e devido endereço no equipamento de armazenagem;
 - Somente a partir deste momento o ICS – Insumos Críticos de Saúde deve constar como disponível;
 - A CONTRATADA terá o prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) para disponibilização dos ICS – Insumos Críticos de Saúde no sistema após o recebimento físico.
- Deverão ser registrados dados acerca de condição de estocagem, umidade, temperatura e luminosidade, que deverão ser disponibilizados quando solicitados pela CONTRATANTE.
 - Havendo necessidade, as câmaras deverão ser providas de desumidificadores para uniformidade do índice de umidade.

4. Separação (Picking)

A CONTRATADA será responsável pelos seguintes procedimentos, podendo adotar adicionalmente outros meios de controle:

- Ministério da Saúde encaminhará Nota de Fornecimento, contendo número do pedido, dados do ICS – Insumos Críticos de Saúde (código, descrição, lote) e quantitativos;

- Em casos de agendamento, a informação também deverá ser recebida com a data respectiva;
- Inserção de informações do pedido em Sistema de Gerenciamento de Armazéns;
- Geração de etiquetas de separação por ICS – Insumos Críticos de Saúde, sendo 1 (uma) etiqueta para cada lote;
 - A separação deve obedecer ao conceito FEFO (“First Expire, First Out”), o que será indicado pelo Ministério da Saúde na Nota de Fornecimento;
- Separação física dos ICS – Insumos Críticos de Saúde, com confirmação de retirada no local através de coletor de código de barras;
- Movimentação dos paletes até área específica, a qual deverá ter segregação (móvel) por pedido, através de fita zebra ou outro similar.

5. Conferência/Packing

A CONTRATADA será responsável pelos seguintes procedimentos a serem realizados, podendo adotar adicionalmente outros meios de controle:

- Conferência dos pedidos no Sistema de Gerenciamento de Armazéns (Códigos dos produtos, Qualidade, Número do Lote, Quantidade), através de coletor de código de barras;
- Conferência dos pedidos com Nota de Fornecimento do Ministério da Saúde.
 - A conferência poderá ser realizada juntamente com responsável indicado do Ministério da Saúde;
- Quando os pedidos não forem múltiplos das caixas fechadas, a fração a ser expedida deverá ser embalada na caixa de papelão com dimensões mais adequadas para o tamanho e quantidade de itens. Caso necessário, deve-se utilizar ainda papel craft, plástico bolha ou flocos de poliestireno expandido, de forma a garantir o correto acondicionamento dos ICS – Insumos Críticos de Saúde. Neste caso específico, a CONTRATADA deverá gerar etiqueta de identificação da caixa, com informações sobre o produto, descrição, lote, data de vencimento, peso, quantidade, cuidado para o carregamento/movimentação e o armazenamento;
- Em caso de divergência, uma nova conferência deve ser realizada;
 - Persistindo a divergência, o responsável deverá conferir o endereço no estoque para contabilizar o total de ICS – Insumos Críticos de Saúde armazenados do lote;
 - Persistindo a divergência, deverá ser informado ao Ministério da Saúde para providências;
- Verificação de peso em quilo (kg) e do volume em metro cúbico (m³) do pedido, com o envio da informação para o Ministério da Saúde;
- Confirmada a conferência, o pedido estará disponível para carregamento;
 - A disponibilização para carregamento deverá ocorrer em até 24h (vinte e quatro horas) após o recebimento do pedido pela CONTRATADA;
 - Para contagem de prazo de carregamento de pedido a hora de corte de recebimento de pedido será às 12:00hs.

- Em casos de agendamento, a carga deverá ser separada, com devida identificação e status de “aguardando carregamento”, ou seja, não disponível.

6. Expedição

A CONTRATADA será responsável pelos seguintes procedimentos a serem realizados na área de Expedição, podendo adotar adicionalmente outros meios de controle:

- Recebimento e Avaliação do veículo para expedição, verificando-se a adequação quanto às normas de transporte de medicamentos;
- Disponibilização da carga a ser expedida em área específica;
- Acompanhamento do carregamento que será realizado pelo transportador;
- Coleta de assinaturas nas vias da Nota de Fornecimento e entrega de documentação ao transportador;
 - A partir deste momento, a responsabilidade da carga passa a ser do transportador.

7. Gestão de Inventário

- Realizar inventários periódicos de todos os produtos em estoque sem abertura das caixas terciárias, se possível com acompanhamento de um servidor da CONTRATANTE, devendo esses ser entregues até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente;
 - O inventário deverá ser realizado, sem que prejudique o andamento dos serviços;
- Ter estabelecido controle de inventário cíclico, com contagem de todos os itens ao longo de cada mês;
- Eventualmente, em caso de divergências na entrega ou recebimento de ICS – Insumos Críticos de Saúde, o item em questão deverá ser inventariado;
- A CONTRATANTE pode solicitar inventários adicionais ao longo do período do contrato;
- Os inventários e seus resultados deverão ser aprovados pela CONTRATANTE;
- A CONTRATADA deverá comunicar as divergências geradas no inventário e será responsabilizada por qualquer dano ou prejuízo causado à CONTRATANTE. Serão consideradas as divergências de quantidade, lote e validade, produtos com diferença em relação ao Estoque Físico x Sistema Contábil;
- Deverá ser realizado inventário anual com acompanhamento obrigatório de servidor da CONTRATANTE, em dia a ser estipulado entre as partes.
- O inventário é um instrumento utilizado pela administração para confrontar o estoque registrado no sistema de informação com o estoque real ou físico. Os inventários podem ser classificados como Geral e Cíclico.
- Inventário Geral: deverá ser realizado pelo menos 1 vez ao ano e deverá contar 100% dos itens no inventário. Durante o inventário anual, as operações de recebimento e expedição são paralisadas.
- Inventário Cíclico Diário: Cíclico – realizado em intervalos de tempo (mensal, bimestral e semestral, etc.).

- Classificação ABC: é uma classificação de estoques, que tem como objetivo identificar os itens de maior valor de demanda ou consumo, podendo-se exercer uma gestão refinada do controle de estoques, permitindo grandes reduções nos custos de uma empresa.
- Classe A: São os itens que possuem ALTO valor de demanda ou consumo, podendo corresponder a uma média de 20% na quantidade de itens e 70% de valor de demanda ou consumo.
- Classe B: São os itens que possuem valor INTERMEDIÁRIO de demanda ou consumo, podendo corresponder a uma média de 30% na quantidade de itens e 20% de valor de demanda ou consumo.
- Classe C: São os itens que possuem BAIXO valor de demanda ou consumo, podendo corresponder a uma média de 50% na quantidade de itens e 10% de valor de demanda ou consumo.
- A quantidade de itens a serem contados diariamente dependerá da classificação ABC e da sua movimentação. Os itens a serem inventariados são os medicamentos termolábeis e termoestáveis, produtos para saúde (PPS/Correlatos), itens do Patrimônio, Consumo e Divulgação.
- Itens A devem ser contados, pelo menos, 12 vezes ao ano, itens B 6 vezes ao ano e itens C 2 vezes ao ano.
- **Cronograma anual inventário:**

Mês	Classificação curva ABC
Janeiro	A
Fevereiro	AB
Março	A
Abril	AB
Mai	A
Junho	ABC
Julho	A
Agosto	AB
Setembro	A
Outubro	AB
Novembro	A
Dezembro	ABC

- Itens na área de separação (itens movimentados) deverão ser contados diariamente. Este inventário deverá ser realizado com o objetivo de identificar e tratar desvios no momento da sua ocorrência de forma a tratá-lo e corrigi-lo imediatamente.
- Quando houver distorção entre as duas equipes, uma terceira equipe fará a recontagem.

- Os ajustes de inventário seguirão procedimento padrão a ser determinado pela CONTRATANTE e CONTRATADA. Todos os desvios deverão ter suas causas identificadas e um plano de ação deverá ser elaborado de forma a eliminá-las.
- Tanto o inventário Cíclico quanto o inventário Geral serão realizados considerando a metodologia de inventário da CONTRATADA.
- Os procedimentos para realizar o inventário cíclico devem obedecer ao fluxo descrito abaixo:

Atividade	Detalhamento da Atividade	Referências/ Observações
Gerar relatório da curva ABC	Todo dia primeiro de cada mês deve ser gerado o relatório no WMS, dos itens da curva ABC, para realização o inventário Cíclico.	Relatório WMS
Seleção dos itens a serem inventariados no dia	Diariamente o gestor deve distribuir para equipe de inventário os itens a serem inventariados.	
WMS módulo inventário	Geração de inventário no WMS dos itens selecionados para o inventário/dia.	
Inventário com coletor	O conferente deve proceder a leitura das etiquetas, conferir os dados apresentados do item com a embalagem e digitar o quantitativo em unidade.	
Limpeza e organização	O conferente responsável pelo inventário cíclico deverá manter a sua área de atuação limpa e organizada.	
Identificar necessidade de segunda e terceira contagem	Acompanhar através do WMS a necessidade de segunda e terceira contagem de itens divergentes passar para o encarregado.	
Solicitar nova conferência	Selecionar outro conferente para realizar segunda ou terceira contagem.	
Identificação de itens em não conformidade	Diante da identificação de não conformidade no estoque seguir padrão estabelecido.	QUADRO 1: Tratamento de não conformidade.
Relatório do inventário	Elaborar relatório para apresentação mensal para o cliente.	QUADRO 2: Relatório inventário cíclico mensal;

Arquivar documento inventário cíclico.	Após finalizada conferência a documentação deve ser arquivada	
-----------------------------------------------	---------------------------------------------------------------	--

• **QUADRO 1: Tratamento de não conformidades;**

Não conformidade	Descrição	Ação
Divergência estoque entre o estoque WMS	Cada item do estoque deve ser contado duas vezes. A segunda contagem deve ser feita por uma equipe revisora. No caso de divergência de contagem, efetuar uma terceira contagem.	Caso a divergência do estoque do WMS e físico permaneça, após a terceira contagem, devemos ajustar o estoque após aprovação junto a CONTRATANTE.
Estoque avariado ou próximo do vencimento.	Caixas amassadas, rasgadas, sem condições de identificação do lote e/ou validade. Rótulos e blisters.	O encarregado pelo galpão deve ser comunicado para solicitar movimentação do item para área dos vencidos no WMS e no físico.

• **QUADRO 2: Relatório Inventário Cíclico padrão;**

Relatório	Descrição
Descrição padrão	<p>Deve ser contabilizada as descrições listadas abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sem Divergência; • Quantitativo superior no WMS; • Quantitativo superior no estoque; • Bloqueado: Vencimento; • Bloqueado por avarias;
Calculo da acurácia	<p>O termo acurácia provém da palavra inglesa "ACCURACY" e significa a qualidade daquilo que é correto, preciso, exato.</p> <p>Calculo acurácia</p> $\% \text{ ACURÁCIA} = \frac{\text{TOTAL DE ITENS CORRETOS}}{\text{TOTAL DE ITENS CONTADOS}} \times 100$

8. Outras atividades e procedimentos

Segue lista não exaustiva de obrigações da CONTRATADA, cujos documentos e procedimentos devem constar no Manual de Boas Práticas:

- Sistema contra incêndio e pânico;
- Programa de Treinamento em Boas Práticas de Armazenagem - BPA;
- Programa de Treinamento Segurança;
- Programa de Controle de Pragas;
- Programa de Manutenção Preventiva;
- Procedimento de Limpeza, higienização e desinfestação das instalações;
- Utilização de Uniformes e EPIs;
- Validação do Sistema Computadorizado;
- POP de controle de assinaturas e rubricas;
- Desvio de BPA;
- Organograma;
- Descrição de Cargos;
- Procedimento de Higiene Pessoal;
- Procedimento para Calibração/ Aferição de instrumentos;
- Procedimento para documentação (Ex: arquivo de documento de distribuição de produto);
- Procedimento de AutoInspeção;
- Entre outros.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

APENDICE III
TERMOS DA GARANTIA E CONTROLE DE QUALIDADE

1. Documentação

Arquivamento de documentos: A CONTRATADA deverá manter, eletrônico ou físico, os arquivos de documentos pelo prazo de um ano após o término do contrato. A documentação inclui todos os procedimentos, instruções, contratos, registros e dados escritos, em papel ou meio eletrônico, entre outros. Os documentos devem ser verificados regularmente e mantidos atualizados. Devem ser aplicados aos documentos sistema de gestão de versões. Os documentos que forem substituídos ou se tornarem obsoletos devem ser arquivados.

Solicitação de documentos: caso a CONTRATANTE venha a solicitar relatórios ou documentos a CONTRATADA terá o prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) para fornecê-lo.

2. Inspeções por Órgãos Regulatórios

Inspeções: a CONTRATADA deverá informar a CONTRATANTE sobre qualquer inspeção sanitária que possa envolver produtos ou processos relacionados à CONTRATANTE e permitir que os servidores da CONTRATANTE acompanhem a inspeção, caso julgue necessário;

Relatório de Inspeções: a CONTRATANTE deverá ser imediatamente informada caso o relatório oficial da inspeção regulatória realizada na CONTRATADA apontem ou identifiquem algum item crítico que envolva produtos ou processos relacionados à CONTRATANTE.

3. Direito de Inspecionar

A CONTRATADA deverá permitir que os servidores da CONTRATANTE efetuem inspeções periódicas em suas instalações e que os mesmos tenham acesso aos registros de dados e documentos relativos às atividades desempenhadas pela CONTRATADA que envolvam produtos da CONTRATANTE.

A CONTRATANTE deverá informar por escrito a CONTRATADA à data prevista para inspeção, com no mínimo uma semana de antecedência. A CONTRATADA deverá disponibilizar um colaborador designado para acompanhamento e orientação.

A CONTRATADA deverá realizar e divulgar um acompanhamento periódico das ações corretivas detectadas nas inspeções da CONTRATANTE. Os prazos acordados para a conclusão das ações deverão ser respeitados.

4. Desvios e Investigações

A CONTRATADA deverá registrar qualquer desvio relativo aos processos relacionados com a CONTRATANTE (armazenamento, gerenciamento dos estoques e expedição). Uma investigação deverá ser conduzida e assinada por responsável da CONTRATADA. O relatório de investigação de desvio deverá ser encaminhado ao fiscal do contrato formalmente designado pela CONTRATANTE. Os prazos acordados para a conclusão das ações deverão ser respeitados.

5. Gerenciamento de Mudanças

Um processo de Gerenciamento de Mudanças deve ser estabelecido entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE para assegurar que as mudanças sejam feitas de forma controlada, avaliada, priorizada, planejada, testada, implantada e documentada. Como parte deste processo as partes devem ser envolvidas na avaliação de qualquer proposta de mudança que possa afetar a qualidade dos produtos da CONTRATANTE, realizando as seguintes atividades: planejamento e controle de mudanças; agendamento; comunicação; autorização; contingenciamento; mensuração e controle do processo; criação de relatórios e monitoramento do impacto.

A CONTRATANTE deverá avaliar os controles de mudança relacionados às instalações, armazenagem, processos, transporte e sistemas que se enquadrem na diretriz acima.

6. Qualificação e Validação

A CONTRATADA é responsável pela qualificação de todos os itens relevantes relativos a utilidades, equipamentos, sistemas computadorizados e instalações que tenham impacto sobre os processos relacionados aos produtos da CONTRATANTE, bem como validação de seus processos. Devem ser elaborados relatórios de validação e qualificação, em que se resumam os resultados obtidos e se comentem quaisquer desvios verificados.

7. Auto Inspeção

A CONTRATADA realizará auto inspeção a fim de monitorar a aplicação e o cumprimento dos princípios das Boas Práticas de Armazenagem e propor medidas corretivas eventualmente necessárias. Será realizado um programa de auto inspeção que abranja todos os aspectos das Boas Práticas de Armazenagem e o respeito das regulamentações e procedimentos existentes em calendários definido. Todas as inspeções devem ser registradas, historiando as observações realizadas.

8. Armazenamento

A CONTRATADA deverá assegurar que as condições de armazenamento dos produtos da CONTRATANTE sejam respeitadas durante a estocagem em seu depósito. Devem ser realizados

inventários das existências, sendo que as irregularidades detectadas devem ser investigadas, documentadas e apresentadas à CONTRATANTE.

9. Vencimento de ICS – Insumos Críticos de Saúde

A CONTRATADA deve informar à CONTRATANTE acerca dos produtos com prazo de validade menor que 08 (oito) meses e disponibilizar uma relação mensal à CONTRATANTE dos itens a vencer nesse prazo. Esse relatório deve estar na solução Web para que o CONTRATANTE possa verificar a validade dos produtos a qualquer hora. Os ICS – Insumos Críticos de Saúde a serem destruídos (incinerados) ou restituídos aos fornecedores – por motivo de vencimento, avariados ou outros - devem ser devidamente identificados, mantidos separadamente e tratados de acordo com os procedimentos indicados pela CONTRATANTE.

10. Organograma

A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE o organograma de sua estrutura organizacional, com identificação de pessoal chave envolvido no contrato e respectivos cargos, e-mails e telefones, informando sobre qualquer alteração.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

APENDICE IV
REQUISITOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA

1. **Inspeção do sistema de combate a incêndio** – O Corpo de Bombeiros Militar distrital/estaduais ou outro órgão competente deverá fazer inspeção em todo o sistema de combate a incêndio, com frequência anual. Os extintores de incêndio portáteis deverão ser inspecionados pelo menos uma vez por ano, assegurando a validade da carga e as boas condições do equipamento.
2. **Teste do Sistema de Alarme de Incêndio** – O teste do sistema de alarme contra incêndio deverá ser promovido com uma frequência mensal. Estes testes deverão ser adequadamente registrados.
3. **Sistema de Bombas de Água para Incêndio** – O sistema de bombas de água de incêndio deverá ser testado com uma frequência mínima de uma vez por ano, para assegurar as perfeitas condições dos equipamentos. Os resultados dos testes deverão ser adequadamente registrados.
4. **Áreas de “Proibido Fumar” e “Proibido Comer e Beber”** – Estas áreas devem ser identificadas, bem como as áreas operacionais de movimentação de materiais deverão ser também identificadas com sinais que indicam a proibição
5. **Garantia contra Sinistros** – A instalação deverá ter seguro contra possíveis causas de avarias que possam vir a inutilizar total ou parcialmente os produtos e materiais armazenados.
6. **Segurança patrimonial** – A segurança patrimonial deverá ser promovida para proteção das instalações/produtos, bem como controle de entradas/saída de pessoas e materiais.
7. **Rotina de Inspeção de Segurança** – Deverá ser estabelecida uma rotina de inspeção de segurança contemplando os pontos mais vulneráveis e/ou potencialmente perigosos através de uma ronda regular, como também durante os turnos que não terão atividades.
8. **Área de carga de baterias** – as baterias de empilhadeiras elétricas deverão ser recarregadas em uma área apropriada, fora da área de armazenagem e movimentação.

9. **Curso de Operadores de Empilhadeiras** – Os operadores de empilhadeiras deverão ser capacitados através de curso apropriado, conforme estabelecem as Normas Regulamentadoras – Legislação trabalhista e de segurança do trabalho (“NR”).
10. **Estocagem de Paletes** – os paletes vazios que não estiverem sendo utilizados deverão ser empilhados em local apropriado, de preferência fora do local de armazenamento de produtos.
11. **Plano de Emergência** – Um Plano de Emergência deverá ser elaborado e escrito para situações que requerem ações imediatas. Uma lista de telefones úteis deve estar à disposição das pessoas envolvidas no Plano. O Plano deverá ser testado uma vez por ano.
12. **Brigada de Incêndio** – A CONTRATADA se compromete treinar seus empregados ou possuir brigada própria de incêndio, de acordo com os normativos do Corpo de Bombeiro Militar distrital/estaduais, para combater um eventual sinistro.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

APÊNDICE V

GUIA DE AVALIAÇÃO PARA ATIVIDADE DO FISCAL DO CONTRATO

1. Fases da Qualificação

A avaliação do Operador Logístico será realizada em quatro etapas, sendo:

- **Habilitação (HAB):** Conforme artigo 25 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.
- **Contrato (CT):** no ato da assinatura do Contrato ou em outra data informada no item.
- **Qualificação Técnica 1 (QT1):** até 90 (noventa) dias após assinatura do contrato (antes do início da operação).
- **Qualificação Técnica 2 (QT2):** até 90 (noventa) dias após início das atividades.

Após a avaliação inicial com os prazos indicados, os itens deverão ser avaliados mensalmente pelo fiscal do contrato.

2. Itens de Avaliação

Os itens elencados foram divididos em grupos, com características similares:

- Requisitos Legais
- Requisitos Gerais
- Instalações Físicas
- Recebimento
- Estoque
- Separação e Expedição
- Limpeza e Organização
- Pessoal e Segurança no Trabalho
- Tecnologia da Informação
- Responsabilidade Social e Ambiental

3. Classificação dos itens de avaliação

Os itens são classificados em:

- Imprescindível (I);
- Necessário (N);

- Recomendável (R);

4. Pontuação

O sistema de pontuação é o seguinte.

(2)Item atendido totalmente;

(1)Item atendido parcialmente, porém com observações de melhorias;

(0)Item não atendido. Não satisfatório para avaliação;

(NA) Não se aplica para o item.

Vale ressaltar que para casos de itens classificados como Imprescindíveis (I), somente a pontuação 2 é válida.

5. Lista de Itens

1 - REQUISITOS LEGAIS

Clas.	Fase	Item	Itens
I	QT1	1.1	Licenciamento (alvará) de funcionamento.
I	QT1	1.2	Licença de Operação ou Certificado de Dispensa emitido pelo Órgão Ambiental Estadual ou Federal.
I	QT1	1.3	Autorização de Funcionamento para Armazenar Medicamentos, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de acordo com os art. 02 e 50 da Lei nº 6.360/1976 e art. 02 e 75 do Decreto nº 79.094/1977.
I	QT1	1.4	Autorização Especial para Armazenar Medicamentos Especiais, nos termos da Portaria n.º 344/98, artigo 2º, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde – ANVISA.
I	QT1	1.5	Licença de Funcionamento emitido pelo Órgão Sanitário Local para armazenar e distribuir produtos da categoria de medicamentos.
I	QT1	1.6	Comprovação do Responsável Técnico (Farmacêutico), com a devida inscrição no Conselho Regional de Farmácia, por se tratar de armazenagem de fármacos e outros produtos químicos (Resolução nº 577/2013 - Conselho Federal de Farmácia).
I	QT1	1.7	Certificado de Regularidade junto ao Conselho Federal de Farmácia, atendendo os requisitos do Artigo 22, parágrafo único e Artigo 24, da Lei 3.820/1960.
I	QT1	1.8	Certificado de vistoria da instalação emitido pelo Corpo de Bombeiros.
I	QT2	1.9	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais PPRA - (NR 9).
I	QT2	1.10	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (NR 7).
I	HAB	1.13	SICAF regular

2- REQUISITOS GERAIS

Clas.	Fase	Item	Itens
I	HAB	2.1	Atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica, em nome da Licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviço anterior, em características, quantidades, prazos e complexidade tecnológica e operacional compatível às do objeto do Termo de Referência, indicando local, natureza, volume, quantidades, prazos e outros dados característicos dos serviços, conforme item 10 do Termo de Referência.
I	QT1	2.2	Apólice de seguro com garantia de cobertura das instalações para a armazenagem dos ICS – Insumos Críticos de Saúde
I	QT1	2.3	Política de Qualidade - documentada, aprovada e divulgada dentro da organização.
I	QT1	2.4	Manual de Boas Práticas - documentado com os objetivos, principais procedimentos, responsabilidades, autoridades e cumprimento das Boas Práticas de Armazenagem – Conforme APENDICE II.
I	QT2	2.5	Procedimentos e instruções de trabalhos documentados e controlados e disponibilização adequada para os colaboradores – Procedimento Operacional Padrão – POP – conforme APENDICE II.
I	QT1	2.6	Plano de contingência documentado, conforme item 9.40.
N	QT2	2.7	Auditorias internas / Processo de Melhoria Contínua (registro de auditorias, plano de ação e eficácia).
I	CT	2.8	Declaração de que instalará escritório físico em Brasília (no ato da assinatura do contrato), que deve ser comprovada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da assinatura do contrato.

3 - INSTALAÇÕES FÍSICAS

Clas.	Fase	Item	Itens
I	QT1	3.1	Acesso e condições das áreas externas (pavimentação e espaço adequado do pátio para movimentação dos veículos, espaço definido para espera de carga e descarga, demarcações).
I	QT1	3.2	Condições das docas (niveladores, cobertura de proteção às intempéries, identificação).
I	QT1	3.3	Instalações Gerais (barreiras físicas para controle de acesso e abrigo de pragas, sanitários e vestiário com acesso fora das áreas de armazenagem (acesso independente), proteção das lâmpadas, espaço adequado - ordenação, lixos tampados).

I	QT1	3.4	Condições gerais do piso, paredes e teto na área de armazenagem (permite fácil limpeza e condições de conservação).
N	QT1	3.5	Condições gerais do refeitório (estrutura, limpeza e organização).
N	QT1	3.6	Instalações sanitárias - vestiários / banheiros (piso impermeável e lavável dotado de armários individuais).
I	QT1	3.7	Ligação de energia e Laudo de instalação elétrica (NR 10).
N	QT1	3.8	Revisão de Layout de Armazenagem.
N	QT1	3.9	Escritórios (área Administrativa).
N	QT1	3.10	Sala de Baterias e local definido para estacionamento e carregamento de empilhadeiras.
I	QT1	3.11	Funcionamento e Qualificação dos equipamentos diversos (quando aplicável).
I	QT1	3.12	Infraestrutura de dados e equipamentos de rádio frequência.
I	QT1	3.13	Disponibilidade das estruturas porta-paletes.
N	QT1	3.14	Identificação Geral (pintura de piso, placas de identificação, etc.).
I	QT1	3.15	Equipamentos de Movimentação.
N	QT2	3.16	Ambiente de trabalho (calor / luz) - iluminação apropriada para execução das atividades, nível de umidade e calor.
N	QT2	3.17	Água - sistemas de controle (sistemática para limpeza da caixa d'água, número adequado de bebedouros, registros de qualidade da água potável - resultados e frequência de análises microbiológica e físico-química).
I	QT2	3.18	Manutenção - preventiva e corretiva; preservação de equipamentos; calibração e aferição dos equipamentos.

4 - RECEBIMENTO

Clas.	Fase	Item	Itens
I	QT2	4.1	Recebimento - condição geral da área (disponibilização de equipamentos / materiais de apoio; organização - fluxo operacional; espaço adequado para conferência e manuseio dos materiais).
N	QT2	4.2	Disponibilização de procedimentos de trabalho aplicáveis à área.
I	QT1	4.3	Inspeção de veículos (registro de inspeção de veículos – identificação do veículo, condições higiênicas do veículo, condições da carga, data e hora da chegada, dados de controle de temperatura).

I	QT2	4.4	Conferência - físico e dados no sistema (entrada de dados no sistema - rastreabilidade das informações, identificação).
I	QT2	4.5	Tratamento de materiais/produtos não conformes (segregação, identificação e controle).
R	QT2	4.6	Programação de recebimento de carga.

5 - ESTOQUE

Clas.	Fase	Item	Itens
I	QT1	5.1	Condições gerais da área de armazenagem (organização, preservação dos materiais, corredores com espaço para movimentação e desimpedidos, etc.).
N	QT2	5.2	Disponibilização de procedimentos de trabalho aplicáveis à área.
I	QT2	5.3	Sistema de gestão e controle do estoque (endereçamento, quantidades).
I	QT2	5.4	Controle das posições do endereçamento (aderência dos dados físicos com o sistema).
I	QT2	5.5	Identificações (paletes, corredores, porta-paletes, etc.).
I	QT2	5.6	Controle de validade dos ICS – Insumos Críticos de Saúde - FEFO (“First Expire, First Out” – Primeiro a Expirar, Primeiro a Sair) (estoque, abastecimento).
I	QT2	5.7	Disponibilização de recursos adequados para movimentação de materiais (prevenção de danos nos materiais, equipamentos apropriados - transpaleteira, empilhadeira, etc.).
I	QT2	5.8	Inventários (registro das execuções, rastreabilidade e acuracidade das informações, frequência de acordo com o estabelecido).
I	QT2	5.9	Condições de empilhamento (preservação do produto), e acondicionamento dos volumes em paletes afastados da parede e isolados de outros produtos que comprometam sua integridade.
I	QT2	5.10	Tratamento de materiais/produtos não conformes (avaliação, segregação, identificação e controle).

6 - SEPARAÇÃO E EXPEDIÇÃO

Clas.	fase	item	Itens
N	QT2	6.1	Condições gerais das caixas e embalagens.
I	QT2	6.2	Processo de identificação (etiquetas - legibilidade, posicionamento, colagem).
N	QT2	6.3	Disponibilização de procedimentos de trabalho aplicáveis à área.

I	QT2	6.4	Procedimento de conferência dos pedidos separados (adequação do processo - confiabilidade, fluxo operacional).
I	QT2	6.5	Tratamento de não conformidades identificadas na conferência.
I	QT1	6.6	Inspeção de veículos (registro de inspeção de veículos – identificação do veículo, condições higiênicas do veículo, condições da carga, data e hora da chegada, dados de controle de temperatura).
I	QT2	6.7	Avaliação de FEFO (“FirstExpíreFirst Out” – Primeiro a Expirar, Primeiro a Sair) na expedição.

- LIMPEZA E ORGANIZAÇÃO

Clas.	fase	Item	Itens
N	QT2	7.1	Regras de higiene e instalações para higiene pessoal (presença de pias e/ou sanitizantes para as mãos, sanitárias e acesso produção, uso de uniformes, etc).
R	QT2	7.2	Procedimentos de limpeza, higienização e desinfestação das instalações.
N	QT2	7.3	Limpeza das caixas d'água (procedimento com frequência definida e respectivos registros).
I	QT2	7.4	Controle de pragas (programa de controle de pragas, frequência de aplicações controle das iscas – desinfestação das instalações).
R	QT2	7.5	Housekeeping - condições gerais de organização e limpeza.
N	QT2	7.6	Utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

8 - PESSOAL E SEGURANÇA NO TRABALHO

Clas.	Fase	Item	Itens
N	QT2	8.1	Plano de Treinamento (necessidades de treinamentos atrelados à função, controle da implementação, reciclagem periódica).
I	QT2	8.2	Proteção de equipamentos e ferramentas (identificação áreas / materiais; travas de proteção; etc.).
I	QT2	8.3	Treinamentos básicos em prevenção de riscos (brigada de incêndio; primeiros socorros; integração e reciclagem).
I	QT2	8.4	Programa de combate a incêndios (extintores, mangueiras e hidrantes, sprinklers).
I	QT2	8.5	Plano de emergências (mapas de risco e sinalização de rotas de fuga).

I	QT2	8.6	Controle dos EPI's (Equipamentos de Proteção Individual).
I	QT1	8.7	Descrição do Organograma Funcional

9- TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Cl.	Fase	Item	Itens
I	QT1	7.5.1	Apresentação de Solução de Gestão Logística a ser utilizado na operação, com demonstração das principais funcionalidades em ambiente de testes (incluindo atividades em computadores e coletores de dados móveis).
I	QT1	7.5.3.2	Disponibilização dos links de telefonia e comunicação.
I	QT1	7.5.3.2	Configuração dos sistemas, inclusive dos equipamentos, e testes de impressão de etiquetas de identificação.
I	QT2	7.5.2	Apresentação de Solução de Portal Logístico para usuários do Ministério da Saúde no sistema do Operador Logístico.
I	QT1	7.5.7.1	Apresentação de Solução de Gestão de Conteúdo a ser utilizado na operação, com demonstração das principais funcionalidades em ambiente de testes

10 - RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Clas.	Fase	Item	Itens
I	QT2	10.1	Coleta e separação dos resíduos recicláveis descartados e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.
I	QT2	10.2	Respeito as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

APENDICE VI

INDICADORES DE ATIVIDADE E PERFORMANCE

E

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

A CONTRATANTE poderá em qualquer tempo durante a vigência do contrato, solicitar inclusões, exclusões e/ou alterações nos indicadores de acordo com suas necessidades, o que será previamente comunicado à CONTRATADA.

O formato de apresentação (modelos de planilhas e relatórios) dos indicadores deverá ser acordado entre as partes antes do início das atividades.

Os indicadores aqui descritos deverão entrar em vigor a partir do início das operações.

1. Indicadores de Atividade

Dividem-se em 3 (três) indicadores e, por consequência, relatórios:

- ➔ Recebimento;
- ➔ Armazenagem e
- ➔ Expedição

Todos terão periodicidade semanal e deverão ser entregues, ao(s)fiscal(is) do contrato, toda segunda-feira até as 14h, referente à semana anterior.

Indicador	Periodicidade	Informações	Método de Medição
Recebimento	Semanal	Veículos Notas Fiscais Unidades Valores (R\$) Peso (kg) Volume (m³) Caixas Paletes	Informações exportadas de Sistema de Gerenciamento de Armazéns do Operador Logístico.

Armazenagem	Semanal	Endereçamento Restrições Saldo em unidades Saldo em caixas Saldo e paletes Dias em Estoque Giro de Estoque Médio (dias) Pico de estoque (palletes)	Informações exportadas de Sistema de Gerenciamento de Armazéns do Operador Logístico.
Expedição	Semanal	Pedidos Veículos Notas Fiscais Unidades Valores (R\$) Peso (kg) Volume (m³) Caixas Paletes	Informações exportadas de Sistema de Gerenciamento de Armazéns do Operador Logístico.

2. Indicadores de Performance

Dividem-se em 5 (cinco) indicadores e seus consequentes relatórios, conforme descrito a seguir.

O objetivo destes indicadores é medir o desempenho de determinados processos da operação e servirão como base para o Acordo de Níveis de Serviços entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

Todos terão periodicidade mensal e deverão ser entregues, ao fiscal do contrato, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, referente ao mês anterior.

Indicador	Periodicidade	Unidade	Método de Medição
Tempo de Recebimento por Veículo	Mensal	%	Percentual de veículos em que o período de tempo de recebimento (que se inicia após a descarga dos produtos pela transportadora até a confirmação sistêmica de armazenagem de toda a carga) é menor do que 48h (quarenta e oito horas).
Tempo de Separação por Pedido	Mensal	%	Percentual de pedidos em que o período de tempo de separação (que se inicia após o recebimento do pedido até a confirmação sistêmica de separação completa do mesmo)

			é menor do que 48h (quarenta e oito horas).
Acuracidade de Processamento de pedidos	Mensal	%	Quantidade de pedidos sem erro de separação dividida pela quantidade total de pedidos.
Acuracidade de Inventario	Mensal	%	Percentual calculado pela quantidade de itens não divergentes (entre saldo sistêmico e físico) pelo total de itens no saldo sistêmico. As unidades são sempre referentes às embalagens primárias. e considera-se o “módulo” das quantidades divergente, ou seja, para efeito de soma, considera-se a divergência sempre positiva.
Índice de Avarias	Mensal	%	Percentual calculado pela quantidade de itens não avariados em estoque dividida pela quantidade total de itens do inventario indicado no sistema. As unidades são sempre referentes às embalagens primárias.

3. Acordo de Níveis de Serviço

Fica estabelecido entre as partes que os níveis de serviço a serem executados pela CONTRATADA deverão ser mensurados periodicamente através dos Indicadores de Performance descritos neste APENDICE.

Os Indicadores de Performance, medidos de acordo com a periodicidade indicada, deverão atender no mínimo, as metas indicadas abaixo:

Indicador	Meta	Penalidades
Tempo de recebimento por veículo	95,00%	Multa de 0,5% da parcela mensal do contrato para cada 1% abaixo da meta.
Tempo de separação por pedido	95,00%	Multa de 0,5% da parcela mensal do contrato para cada 1% abaixo da meta
Acuracidade de processamento de pedidos	95,00%	Multa de 0,5% da parcela mensal do contrato para cada 1% abaixo da meta
Acuracidade de inventario	99,99%	Multa de 0,5% da parcela mensal do contrato para cada 0,1% abaixo da meta

Será concedido pela CONTRATANTE à CONTRATADA um prazo de carência de 90 (noventa) dias a partir do início das atividades, a título de curva de aprendizado e adaptação às operações da CONTRATADA, sem aplicação de penalidades em casos de performance abaixo da meta.

Na hipótese de 3 (três) ou mais indicadores de performance, acima descritos, apresentarem performance abaixo da meta por três meses consecutivos, após o período de carência, a CONTRATADA deverá apresentar no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da divulgação formal pela CONTRATANTE dos valores dos indicadores, um plano de ação detalhado para a correção dos resultados.

O plano de ação referido deverá ser validado pela CONTRATANTE e a implementação e os resultados acompanhados por um grupo de trabalho que será definido pela CONTRATANTE.

Ao final do prazo estabelecido no plano de ação e não havendo recuperação dos Indicadores de Performance, a CONTRATANTE poderá optar pelo cancelamento do contrato.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

APENDICE VII
INSUMOS PARA O TRANSPORTE, MATERIAIS, FERRAMENTAS E
EQUIPAMENTOS DIVERSOS

As quantidades de insumos para o transporte e armazenagem abaixo informadas referem-se ao quantitativo total utilizado no ano de 2016 para todas as operações. A fim de estimar a demanda de itens para o objeto deste Termo de Referência, estes valores serão tomados por indicadores mínimos para o ano de 2017.

A CONTRATADA é responsável pelo fornecimento dos insumos para transporte em sua totalidade, e sem nenhum ônus para a CONTRATANTE. Ainda, poderá viabilizar um estudo técnico farmacêutico de validação da qualificação de novas embalagens, entretanto só poderá haver substituições de embalagens com a autorização da CONTRATANTE.

A CONTRATADA poderá propor a utilização de itens diversos dos listados abaixo, desde que atendam as boas práticas de transporte e otimização de custos do transporte. Itens diversos dos abaixo citados deverão ser autorizados pela CONTRATANTE.

ITEM	Quantidades
CAIXA POLIESTIRENO EXPANDIDO 100 litros S/BERÇO	38.170
CAIXA POLIESTIRENO EXPANDIDO 12 litros S/BERÇO	141
CAIXA POLIESTIRENO EXPANDIDO 130 litros C/BERÇO	45.548
CAIXA POLIESTIRENO EXPANDIDO 130 litros S/BERÇO	11.546
CAIXA POLIESTIRENO EXPANDIDO 21 litros S/BERÇO	2.880
CAIXA POLIESTIRENO EXPANDIDO 28 litros S/BERÇO	10.896
CAIXA POLIESTIRENO EXPANDIDO 37 litros C/BERÇO	9.827
CAIXA POLIESTIRENO EXPANDIDO 37 litros S/BERÇO	298

CAIXA POLIESTIRENO EXPANDIDO 50 litros C/BERÇO	10.523
CAIXA POLIESTIRENO EXPANDIDO 50 litros S/BERÇO	15.627
CAIXA PAPELÃO HP 26 – unidade	400
CAIXA PAPELÃO HP 28 – unidade	35.500
CAIXA PAPELÃO HP 29 – unidade	18.500
CAIXA PAPELÃO HP 44 – unidade	20.000
CAIXA PAPELÃO HP 46 – unidade	9.000
CAIXA UN 2814 – unidade	3.000
CAIXA UN 3373 – unidade	4.100
ESTILETE LARGO – unidade	664
ETIQUETA ADESIVA 2° à 8°	123.876
ETIQUETA ADESIVA -20°	10.152
ETIQUETA ADESIVA DILUENTE	9.734
ETIQUETA ADESIVA FRÁGIL	158.599
ETIQUETA ADESIVA KIT 2° à 8°	7.952
ETIQUETA ADESIVA KIT -20°	1.000
ETIQUETA ADESIVA KIT AMB	500
FILME STRETCH – rolo	11.540
FITA ADESIVA – unidade	51.745
FLOCOS DE ISOPOR-SACO- kg	5.350
GELO SECO - kg	119.255
GELO REUTILIZÁVEL RÍGIDO BOBINAS NOVAS 550 ml	335363
GELO REUTILIZÁVEL RÍGIDO BOBINAS NOVAS 750 ml	945.201

ICE - FOAM	12.352
LÂMINA DE PAPELÃO 530x325	1.700
LÂMINA DE PAPELÃO 610x360	25.600
LAMINA PARA ESTILETES	100
LONA IMPERMEÁVEL- bobinas de 100 mt	200
LONA TERMICA -2/2m	50
PAPEL ONDULADO- bobina	390
PAPEL SEMI CRAFT - bobina	1.204
PINCEL MARCADO PERMANENTE - unidade	6.830
PLÁSTICO BOLHA - bobina	1.894
ROLO DE FITA DILUENTES	269
ROLO DE FITA IMUNO	6.062
ROLO DE FITA KIT	493
SACO PARA FRAÇÃO	2.750

*A CONTRATADA deverá dispor de área adequada para armazenar INSUMOS PARA O TRANSPORTE, MATERIAIS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS.

**Os itens relacionados à Caixa térmica S/BERÇO e C/BERÇO – trata de modelos com berço e sem berço. Abaixo algumas especificações como referência, o objetivo das caixas com berço é ter um espaço entre as caixas para que seja utilizado para colocar placas de gelo reciclável.

ITEM	Código Catmat	DESCRIÇÃO
01	66222	<p>Caixa Térmica de 37 litroscom berço interno para conservação de imunobiológicos.</p> <p>-Material: 100% poliestireno expandido;</p> <p>-Massa específica aparente (MEA): mínima de 25 kg/m³;</p> <p>-Índice de soldabilidade: mínimo de 60% (aparelho milipneumático);</p> <p>-Teor de umidade: máximo de 5% da massa do produto;</p>

		<p>-Estanqueidade: 98%</p> <p>-Todas as caixas deverão estar devidamente montadas e embaladas individualmente.</p> <p>- Cor branca</p> <p><u>Dimensões</u></p> <p>-Externa: 629 x 456 x 361 mm</p> <p>-Interna: 569 x 396 x 310 mm</p> <p><u>Berço interno</u></p> <p>-Externa: 510,8 x 337,6 x 315 mm</p> <p>-Interna: 460,8 x 287,6 x 290 mm</p> <p><u>Tampa</u></p> <p>-Dimensões: 629 x 456 x 95 mm</p>
02	66222	<p>Caixa Térmica de 50 litros para conservação de imunobiológicos, sem berço interno, destinada ao transporte de imunobiológicos em gelo seco (CO²) tipo comercial.</p> <p>-Material: 100% poliestireno expandido;</p> <p>-Massa específica aparente (MEA): mínima de 25 kg/m³;</p> <p>-Índice de soldabilidade: mínimo de 60% (aparelho milipneumático);</p> <p>-Teor de umidade: máximo de 5% da massa do produto;</p> <p>-Estanqueidade: 98%</p> <p>-Todas as caixas deverão estar devidamente montadas e embaladas individualmente.</p> <p>- Cor branca</p> <p><u>Dimensões</u></p> <p>-Externa: 620 x 415 x 365 mm</p> <p>-Espessura: 40 mm</p> <p><u>Tampa</u></p> <p>-Dimensões: 620 x 415 x 60 mm</p>
03	66222	<p>Caixa térmica de 50 litroscom berço interno para conservação de imunobiológicos.</p> <p>-Material: 100% poliestireno expandido;</p> <p>-Massa específica aparente (MEA): mínima de 25 kg/m³;</p> <p>-Índice de soldabilidade: mínimo de 60% (aparelho milipneumático);</p> <p>-Teor de umidade: máximo de 5% da massa do produto;</p> <p>-Estanqueidade: 98%</p> <p>-Todas as caixas deverão estar devidamente montadas e embaladas</p>

		<p>individualmente.</p> <p>- Cor branca</p> <p><u>Dimensões</u></p> <p>-Externa: 709 x 503 x 356 mm</p> <p>-Interna: 649 x 443 x 326 mm</p> <p><u>Berço interno</u></p> <p>-Externa: 590 x 384 x 311 mm</p> <p>-Interna: 540 x 324 x 286 mm</p> <p><u>Tampa</u></p> <p>-Dimensões: 709 x 503 x 95 mm</p>
04	66222	<p>Caixa Térmica de 130 litros para conservação de imunobiológicos, sem berço interno, destinada ao transporte de imunobiológicos em gelo seco (CO²) tipo comercial.</p> <p>-Material: 100% poliestireno expandido;</p> <p>-Massa específica aparente (MEA): mínima de 25 kg/m³;</p> <p>-Índice de soldabilidade: mínimo de 60% (aparelho milipneumático);</p> <p>-Teor de umidade: máximo de 5% da massa do produto;</p> <p>-Estanqueidade: 98%</p> <p>-Todas as caixas deverão estar devidamente montadas e embaladas individualmente.</p> <p>-Cor branca</p> <p><u>Dimensões</u></p> <p>-Externa: 825 x 570 x 450 mm</p> <p>-Espessura: 50mm</p> <p><u>Tampa</u></p> <p>-Dimensões: 825 x 570 x 95 mm</p>
05	66222	<p>Caixa Térmica de 130 litroscom berço interno para conservação de imunobiológicos.</p> <p>-Material: 100% poliestireno expandido;</p> <p>-Massa específica aparente (MEA): mínima de 25 kg/m³;</p> <p>-Índice de soldabilidade: mínimo de 60% (aparelho milipneumático);</p> <p>-Teor de umidade: máximo de 5% da massa do produto;</p> <p>-Estanqueidade: 98%</p> <p>-Todas as caixas deverão estar devidamente montadas e embaladas individualmente.</p> <p>-Cor branca</p>

		<p><u>Dimensões</u></p> <p>-Externa: 825 x 570 x 450 mm</p> <p>-Interna: 725 x 470 x 392 mm</p> <p><u>Berço interno</u></p> <p>-Externa: 722 x 467 x 372 mm</p> <p>-Interna: 622 x 367 x 350 mm</p> <p><u>Tampa</u></p> <p>-Dimensões: 825 x 570 x 95 mm</p>
--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

A CONTRATADA será responsável pela manutenção e fornecimento dos seguintes itens:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Anual
1	Paletes ABNT – PBR I (1000mm X 1200mm) em plástico para armazenagem	Unidades	Definido pela CONTRATADA
2	Balanças de 200kg e de 500kg	Unidades	Definido pela CONTRATADA
3	Materiais de escritório	Unidades	Definido pela CONTRATADA
4	Equipamentos de movimentação: empilhadeiras elétricas, paleteiras manuais e elétricas, carrinhos de separação;	Unidades	Definido pela CONTRATADA
5	Equipamentos de informática, incluindo, computadores, coletores de código de barras, impressoras e etiquetas para logística e transporte das cargas;	Unidades	Definido pela CONTRATADA
6	<p>Materiais de escritório para uso da CONTRATANTE, além de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mesas e cadeiras; • Computadores; • Mesa de reunião com cadeiras para 6 lugares • Ar condicionado; • Pontos lógicos e de energia; • Acesso à internet; • Linha telefônica e • Impressora multifuncional com tonner. 	Unidades	<p>-</p> <p>10</p> <p>10</p> <p>01</p> <p>-</p> <p>-</p> <p>-</p> <p>02</p> <p>02</p>



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE
APENDICE VIII

Volumetria: Histórico de quantidades de Ordens de Recebimento e Pedidos de Expedição em 2014, 2015 e 2016:

Ordens de Recebimento			Pedidos de Expedição		
2014	2015	2016	2014	2015	2016
525	636	839	9.807	10.799	16.471

* Em média cada ordem de recebimento contempla aproximadamente 18 paletes e 1.300 volumes (embalagens terciárias).

* Em média cada pedido de expedição contempla 60 volumes (caixas terciárias).

***Observando que uma ordem de recebimento ou um pedido de expedição pode conter um ou mais volume ou paletes.

Quantidade média de ICS – Insumos Críticos de Saúde passíveis de armazenagem: **400** (quatrocentos) itens. Outros produtos poderão ser incorporados à lista, sem prévio comunicado.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

**APENDICE IX –
TABELAS DE TARIFICAÇÃO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO/TERRESTRE, AÉREO E
FLUVIAL**

**Esta tabelas encontram-se em arquivo em extensão em XLS denominado MODULO
PRECIFICAÇÃO: CD(s)-SP**



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

APENDICE X
CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os fins deste Termo de Referência (TR), os termos a seguir terão os significados abaixo conforme legislações supracitadas:

Insumos Críticos ou Insumos Estratégicos à Saúde – (ICS): Medicamentos, correlatos, vacinas, soros, praguicidas, kits diagnósticos, insumos de prevenção, equipamentos, dentre outros, destinados à distribuição para a rede pública do Sistema Único de Saúde (SUS)

Ação corretiva: ação adotada para eliminar a causa de uma não conformidade detectada ou outra situação indesejável;

Ação preventiva: ação adotada para eliminar a causa de uma potencial não conformidade ou outra potencial situação indesejável;

Ajuste: operação destinada a fazer com que um instrumento de medição tenha desempenho compatível com o seu uso;

Antecâmara: espaço fechado com duas ou mais portas, interposto entre duas ou mais áreas de classes de limpeza distintas, com o objetivo de controlar o fluxo de ar entre ambas, quando precisarem ser adentradas. A antecâmara é projetada de forma a ser utilizada para pessoas, materiais ou equipamentos;

Área: espaço físico delimitado, onde são realizadas operações sobre condições ambientais específicas;

Área segregada: instalações que oferecem separação completa e total de todos os aspectos de uma operação, incluindo movimentação de pessoal e equipamentos, com procedimentos, controles e monitoramento bem estabelecidos. Pode incluir barreiras físicas bem como sistemas de ar separados, mas não necessariamente implica em prédios distintos;

Calibração é o conjunto de operações que estabelece, sob condições especificadas, a relação entre os valores indicados por um instrumento ou sistema de medição ou valores representados por uma medida materializada ou um material de referência, e os valores correspondentes das grandezas estabelecidos por padrões;

INCQS – Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde;

Limpeza concorrente é o procedimento de limpeza realizado, diariamente, com a finalidade de limpar e organizar o ambiente, repor os materiais de consumo diário e recolher resíduos.

Limpeza terminal é o procedimento de limpeza que inclui todas as superfícies horizontais e verticais, internas e externas, ou seja, paredes, pisos, teto, equipamentos, entre outros.

Qualificação é o conjunto de ações realizadas para atestar e documentar que quaisquer instalações, sistemas e equipamentos estão propriamente instalados e/ou funcionam corretamente, levando aos resultados esperados. A qualificação é frequentemente uma parte da validação, mas as etapas individuais de qualificação não constituem sozinhas uma validação de processo;

Medicamento sob controle de temperatura / temperatura controlada: todos os medicamentos e insumo pertencentes que demandam gestão/fiscalização/auditoria/ na manutenção de temperatura para que não ocorra instabilidade em sua composição;

Packing: acondicionar, etiquetar e embalar para o transporte;

Picking: processo de retirar produtos dos estoques, para consolidar carga para o transporte; isto é, separar e preparar os pedidos dos ICS – Insumos Críticos de Saúde;

Validação é o ato documentado que atesta que qualquer procedimento, processo, equipamento, material, atividade ou sistema, realmente e consistentemente, leva aos resultados esperados;

FEFO:First-Expire, First-Out ou Primeiro que Vence é o Primeiro que Sai. Serve para gerenciar a arrumação e expedição das mercadorias do estoque de acordo com o prazo de validade.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

APENDICE XI
PRAZOS (LEAD TIME)

Prazos de Entrega - Transporte Terrestre LTL

Prazos com origem e destino nas capitais e regiões metropolitanas de cada estado.

ORIGEM	PRAZO EM DIAS																										
	DESTINO																										
	AC	AL	AP	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MT	MS	MG	PA	PB	PR	PE	PI	RJ	RN	RS	RO	RR	SC	SP	SE	TO
AC	10	20	20	25	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	25	20	20	20	20
AL	20	5	20	25	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	25	15	15	15	15
AP	20	20	10	25	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	25	20	20	20	20
AM	25	25	25	10	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
BA	20	15	20	25	10	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	25	15	15	15	15
CE	20	15	20	25	15	10	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	25	15	15	15	15
DF	20	15	20	25	15	15	5	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	25	15	15	15	15
ES	20	15	20	25	15	15	15	5	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	25	15	15	15	15
GO	20	15	20	25	15	15	15	15	5	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	25	15	15	15	15
MA	20	20	20	25	15	15	15	15	15	5	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	25	15	15	15	15
MT	20	15	20	25	15	15	15	15	15	15	5	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	25	15	15	15	15
MS	20	15	20	25	15	15	15	15	15	15	15	5	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	25	15	15	15	15
MG	20	15	20	25	15	15	15	15	15	15	15	15	10	15	15	15	15	15	15	15	15	15	25	15	15	15	15
PA	20	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	10	15	15	15	15	15	15	15	15	25	15	15	15	15
PB	20	15	20	25	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	5	15	15	15	15	15	15	15	25	15	15	15	15
PR	20	15	20	25	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	5	15	15	15	15	15	15	25	15	15	15	15
PE	20	15	20	25	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	5	15	15	15	15	15	25	15	15	15	15
PI	20	15	20	25	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	5	15	15	15	15	25	15	15	15	15
RJ	20	15	20	25	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	5	15	15	15	25	15	15	15	15
RN	20	15	20	25	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	5	15	15	25	15	15	15	15
RS	20	15	20	25	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	5	15	25	15	15	15	15
RO	20	20	20	25	20	20	20	20	20	20	10	10	20	20	20	20	20	20	20	20	20	10	25	20	20	20	20
RR	25	25	25	10	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	10	25	25	25	25
SC	20	15	25	25	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	25	5	15	15	15
SP	20	15	25	25	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	25	15	5	15	15
SE	20	15	25	25	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	25	15	5	15	15
TO	20	15	25	25	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	25	15	15	15	5

Prazo adicional para coleta ou entrega no interior (fora da zona metropolitana das capitais dos estados)

Até 300km	2
Entre 300km e 600km	4
Mais de 600km	6

Para casos em que se utilize transporte fluvial na entrega, adição de 10 dias no prazo.

Prazos de Entrega - Transporte Terrestre FTL

Prazos com origem e destino nas capitais e regiões metropolitanas de cada estado.

ORIGEM	PRAZO EM DIAS																											
	DESTINO																											
	AC	AL	AP	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MT	MS	MG	PA	PB	PR	PE	PI	RJ	RN	RS	RO	RR	SC	SP	SE	TO	
AC	5	15	15	20	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	20	15	15	15	15	15	
AL	15	5	15	20	10	10	10	10	10	15	10	10	10	15	10	10	10	10	10	10	10	20	10	10	10	10	10	
AP	15	15	5	20	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	20	15	15	15	15	15	
AM	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	
BA	15	10	15	20	5	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	15	20	10	10	10	10	
CE	15	10	15	20	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	15	20	10	10	10	10	
DF	15	10	15	20	10	10	5	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	15	20	10	10	10	10	
ES	15	10	15	20	10	10	10	5	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	15	20	10	10	10	10	
GO	15	10	15	20	10	10	10	10	5	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	15	20	10	10	10	10	
MA	15	10	15	20	10	10	10	10	10	5	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	15	20	10	10	10	10	
MT	15	10	15	20	10	10	10	10	10	10	5	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	20	10	10	10	10	
MS	15	10	15	20	10	10	10	10	10	10	10	5	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	20	10	10	10	10	
MG	15	10	15	20	10	10	10	10	10	10	10	10	5	10	10	10	10	10	10	10	10	10	20	10	10	10	10	
PA	15	10	10	20	10	10	10	10	10	10	10	10	5	10	10	10	10	10	10	10	10	10	20	10	10	10	10	
PB	15	10	15	20	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	5	10	10	10	10	10	10	10	20	10	10	10	10	
PR	15	10	15	20	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	5	10	10	10	10	10	10	20	10	10	10	10	
PE	15	10	15	20	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	5	10	10	10	10	10	20	10	10	10	10	
PI	15	10	15	20	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	5	10	10	10	10	20	10	10	10	10	
RJ	15	10	15	20	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	5	10	10	10	20	10	10	10	10	
RN	15	10	15	20	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	5	10	10	20	10	10	10	10	
RS	15	10	15	20	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	5	10	20	10	10	10	10	
RO	15	15	15	15	20	15	15	15	15	10	10	10	15	15	15	15	15	15	15	15	15	5	20	15	15	15	15	
RR	20	20	20	10	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	
SC	15	10	20	20	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	20	5	10	10	10	
SP	15	10	20	20	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	20	10	5	10	10	
SE	15	10	20	20	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	20	10	10	5	10	
TO	15	10	20	20	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	20	10	10	10	5	

Prazo adicional para coleta ou entrega no interior (fora da zona metropolitana das capitais dos estados)

Até 300km	2
Entre 300km e 600km	4
Mais de 600km	6

Para casos em que se utilize transporte fluvial na entrega, adição de 10 dias no prazo.

Prazos de Entrega - Transporte Aéreo

Prazos com origem e destino nas capitais e regiões metropolitanas de cada estado.

ORIGEM	PRAZO EM DIAS																											
	DESTINO																											
	AC	AL	AP	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MT	MS	MG	PA	PB	PR	PE	PI	RJ	RN	RS	RO	RR	SC	SP	SE	TO	
AC	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
AL	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
AP	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
AM	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
BA	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
CE	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
DF	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
ES	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
GO	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
MA	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
MT	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
MS	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
MG	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
PA	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
PB	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
PR	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
PE	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
PI	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
RJ	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
RN	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
RS	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
RO	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
RR	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
SC	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
SP	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
SE	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
TO	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	

Prazo adicional para coleta ou entrega no interior (fora da zona metropolitana das capitais dos estados)

Até 300km	2
Entre 300km e 600km	4
Mais de 600km	6

Para casos em que se utilize transporte fluvial na entrega, adição de 10 dias no prazo.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

APENDICE XII

HISTÓRICO DE VOLUMES E PESO TAXADO

Operação com base em Brasília

Transporte Aéreo (2016)

Mês	Pedidos	Soma de volumes (Quantidade)	Soma de Peso Taxado (Kg)
Janeiro	2.224	13.019	137.802
Fevereiro	4.766	9.595	107.831
Março	2.408	14.294	137.912
Abril	2.053	15.679	158.456
Maio	3.041	14.955	166.015
Junho	2.288	15.860	168.341
Julho	2.275	18.741	183.469
Agosto	2.767	11.045	14.785
Setembro	2.586	13.085	126.956
Outubro	2.317	12.168	133.041
Novembro	2.303	9.435	143.073
Dezembro	2.634	11.346	134.366
Total Geral	31.662	159.222	1.612.047

Transporte Terrestre (2016)

Mês	Pedidos	Soma de volumes (Quantidade)	Soma de Peso Taxado (Kg)
Janeiro	694	44.759	548.498
Fevereiro	301	23.852	169.745
Março	305	32.019	340.523
Abril	389	51.380	473.880
Maio	374	45.345	526.864
Junho	389	42.499	512.955

Julho	379	50.280	567.954
Agosto	325	36.170	432.564
Setembro	948	69.427	559.359
Outubro	547	65.442	621.084
Novembro	448	30.866	318.872
Dezembro	440	43.489	430.062
Total Geral	5.539	535.528	5.502.360

Operação com base no Rio de Janeiro

Transporte Aéreo (2016) - CENADI

Mês	Pedidos	Soma de Volumes (Quantidade)	Soma de Peso Taxado (Kg)
Janeiro	247	3.162	127.173
Fevereiro	361	4.844	194.720
Março	355	5.562	223.092
Abril	628	7.904	317.578
Maio	510	7.140	288.814
Junho	383	6.158	247.093
Julho	278	4.552	183.784
Agosto	475	7.717	309.938
Setembro	372	6.273	252.015
Outubro	331	4.934	197.954
Novembro	391	6.562	205.328
Dezembro	208	3.774	126.094
Total Geral	4.292	68.582	2.673.583

Transporte Terrestre (2016) - CENADI

Mês	Pedidos	Soma de Volumes (Quantidade)	Soma de Peso Taxado (Kg)
Janeiro	10	4.295	43.307
fevereiro	14	442	46.917
Março	30	2.241	145.833
Abril	11	753	43.959
Maio	15	1.862	111.807
Junho	16	820	54.424
Julho	20	1.097	72.887
Agosto	8	441	35.387
Setembro	28	4.044	223.020
Outubro	26	4.235	292.648
Novembro	18	2.480	85.459

Dezembro	24	3.393	114.396
Total Geral	210	26.103	1.270.044

Praguicidas – Terrestre (2016) – Embarque RJ

	Pedidos	Soma de Volumes (Quantidade)	Soma de Peso Taxado (Kg)
Janeiro	63	2.246	43.028
Fevereiro	81	3.130	194.742
Março	67	3.381	364.839
Abril	75	2.812	412.285
Maio	42	1.780	471.069
Junho	25	1.642	198.207
Julho	12	2.115	28.904
Agosto	17	1.434	1.093.732
Setembro	50	1.294	710.725
Outubro	15	1.185	20.526
Novembro	123	1.085	148.938
Dezembro	54	1.892	43.723
Total Geral	624	23.996	3.730.718

**Operação de transporte de insumos
judiciais – Base em DF**

Transporte Aéreo (2016)

Mês	Pedidos	Soma de Volumes (Quantidade)	Soma de Peso Taxado (Kg)
Janeiro	376	826	6.647
Fevereiro	733	815	6.300
Março	787	857	7.232
Abril	470	507	3.979
Maio	1.352	11.417	14.477
Junho	842	898	5.329
Julho	618	682	4.663
Agosto	898	973	8.365
Setembro	941	1.000	7.615
Outubro	949	1.005	7.236
Novembro	523	631	5.333
Dezembro	1.053	1.163	10.577
Total Geral	9.542	20.774	87.753

Transporte Terrestre (2016) – Base em DF

Mês	Pedidos	Soma de Volumes (Quantidade)	Soma de Peso Taxado (Kg)
Janeiro	0	0	0
Fevereiro	37	37	399
Março	24	24	403
Abril	11	11	70
Maio	44	47	651
Junho	20	12	90
Julho	8	13	183
Agosto	18	19	243
Setembro	21	25	287
Outubro	22	22	277
Novembro	21	22	268
Dezembro	38	84	4663
Total Geral	264	316	7.534

Operação de transporte dos itens de vigilância em saúde**Transporte Aéreo (2016)**

Mês	Pedidos	Soma de Volumes (Quantidade)	Soma de Peso Taxado (Kg)
Janeiro	17	17	340
Fevereiro	123	147	1.663
Março	224	268	2.253
Abril	77	116	2.236
Maio	52	548	4.833
Junho	201	212	2.182
Julho	0	0	0
Agosto	1	1	1
Setembro	0	0	0
Outubro	147	279	3.964
Novembro	172	225	3.039
Dezembro	189	260	2.730
Total Geral	1.203	2.073	23.241

Transporte Terrestre (2016)

Mês	Pedidos	Soma de Volumes (Quantidade)	Soma de Peso Taxado (Kg)
Janeiro	0	0	0
Fevereiro	2	10	937
Março	2	7	123
Abril	1	1	5
Maio	4	18	1.065
Junho	0	0	0
Julho	0	0	0
Agosto	0	0	0
Setembro	0	0	0
Outubro	2	3	12
Novembro	1	1	10
Dezembro	0	0	0
Total Geral	12	40	2.152
*Total Geral	53.348	836.634	14.909.432

*Soma de todos os pedidos / volumes e Peso Taxado – APENDICE VII.

Distribuição 2016

Praguicidas		
Insumo	Quantidade	Peso (Kg)
Alfacipermetrina SC 20%	19.049 Lt.	23.025
Lambda Cyalotrin CE 5%	6.066 Lt.	6.571
Malathion EW 44%	957.000 Lt.	986.308
Bendiocarb PM 80%	9.341 Kg	14.084
Etofenprox PM 20%	15.080 Kg	16.638
Pyriproxyfen 0,5 G	138.730Kg	157.324

Equipamentos e Materiais		
Item	Quantidade	Peso (Kg)
Armadilhas	89 Unid.	564
Bicos Hudson	100 Unid.	6
Bombonas	90 Galão.	450
Capturador	4 Unid.	10
Lápis de Cera	12 Unid.	1
Mosquiteiro	21.000 metros	908
Prancheta	1 Cx.	5

Transporte Terrestre – Percentual (%) de distribuição geral por origem e destino

Base de dados 2016 (OPERAÇÃO COM BASE EM BRASÍLIA E COM BASE NO RIO DE JANEIRO)

Terrestre - 2016																												
	DESTINO																											
ORIGEM	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	Total Geral
AL							0,00																					0,00
BA							0,07																					0,07
CE						0,00	0,02																					0,02
DF	0,30	0,68	1,28	0,30	2,32	1,90	8,66	0,79	1,26	1,91	4,40	0,62	0,98	1,65	0,90	2,82	0,94	2,83	4,47	0,78	0,47	0,91	4,12	1,77	0,78	16,16	0,44	64,46
GO							0,00																					0,00
MG							0,00				0,00								0,00									0,00
PA														0,01														0,01
RJ			0,11	0,02	0,45	0,67	0,13	0,13	0,00	0,35	0,69	0,48	0,01		0,00	0,21	0,13	0,73	29,64	0,18	0,22	0,03	0,02	0,00	0,34	0,21	0,01	34,77
RJ																			0,55									0,55
RN							0,00																					0,00
RS							0,07																					0,07
SP							0,05												0,00							0,00		0,05
Total Geral	0,30	0,68	1,39	0,32	2,77	2,57	9,00	0,93	1,26	2,25	5,09	1,10	0,99	1,66	0,90	3,03	1,07	3,56	34,67	0,96	0,69	0,95	4,14	1,78	1,12	16,37	0,45	100

*Quando estiver indicado “-“ para determinada origem e destino, significa que não houve nenhum frete.

**Quando estiver indicado 0,00% para determinada origem e destino, significa que houveram fretes cujos pesos representam menos de 0,005% do peso total transportado.

** Exceto: operação de transporte dos itens de vigilância em saúde.

Transporte Aéreo – Percentual (%) de distribuição geral por origem e destino

Base de dados 2016 (OPERAÇÃO COM BASE EM BRASÍLIA E COM BASE NO RIO DE JANEIRO)

Aereo - 2016																																						
	DESTINOS																																					
ORIGEM	BA	GO	AC	AC	AL	AM	AP	BA	CE	CE	DF	ES	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RR	RS	SC	SC	SE	SP	SP	TO	Total Geral	
AC											0,00								0,02			0,00																0,02
AL								0,00			0,01								0,00			0,00		0,00	0,00					0,01				0,00			0,03	
AM						0,00					0,00			0,00				0,00	0,01			0,00		0,00			0,00							0,00			0,02	
AP			0,00			0,00					0,00				0,00				0,00									0,00		0,00								0,01
BA					0,00	0,00					0,01					0,00	0,00		0,00			0,00	0,02	0,00	0,00			0,00						0,00			0,05	
CE											0,00					0,00	0,00				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00					0,00		0,01	
DF	0,01	0,00	0,68		1,02	2,31	0,52	1,61	1,78	0,00	0,00	1,88		0,97	1,77	2,67	1,11	1,18	2,00		1,26	1,64	0,85	1,67	2,88	1,11	1,05	0,49		3,39	2,49		0,75	6,40	0,64		44,11	
ES									0,00		0,00					0,00			0,00						0,00									0,00			0,00	
GO			0,00					0,00			0,00	0,00				0,00			0,00								0,00				0,00	0,00			0,01			0,02
MA			0,00						0,00		0,00								0,00		0,00	0,00		0,00													0,01	
MG						0,00		0,00			0,03	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00			0,01	0,00		0,06	
MS											0,00	0,00		0,00	0,00			0,00			0,00		0,00		0,00					0,00	0,02			0,00			0,03	
MS											0,00																0,00				0,01				0,00			0,01
MT											0,01					0,00	0,00		0,01					0,00	0,00			0,00					0,00	0,01			0,03	
PA			0,01		0,00	0,01	0,00	0,00	0,00		0,01	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00		0,01	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00			0,01	0,00	0,00		0,06
PB				0,00				0,00	0,01		0,00	0,00			0,00	0,01			0,01			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00		0,00	0,00			0,03	
PE								0,00			0,01				0,00				0,00					0,00	0,00			0,00			0,00				0,00			0,01
PI				0,00				0,00			0,00				0,00	0,00			0,00				0,00		0,00						0,00				0,00			0,01
PR		0,00		0,00				0,00			0,01					0,00	0,00	0,00	0,00					0,00			0,00				0,00				0,00			0,02
RJ		0,43	0,00	0,95	1,55	0,49	4,23	2,72			1,12	1,05	0,01	1,81	2,07	5,85	1,32	1,18	2,69	0,00	1,03	2,65	1,08	3,46		0,93	0,84	0,39	0,00	2,60	1,79	0,07	0,67	11,00	0,01	0,84	54,83	
RN				0,00	0,00			0,00			0,00				0,00				0,00						0,00								0,00	0,00			0,01	
RO											0,00					0,00		0,00	0,00					0,00									0,02		0,00		0,02	
RR					0,01						0,01				0,00	0,00	0,00	0,00	0,01		0,00	0,00			0,00		0,00			0,00	0,00			0,00			0,03	
RS											0,06						0,00							0,00	0,00						0,01			0,06			0,14	
SC								0,00			0,01	0,00						0,00			0,02	0,00	0,01	0,01	0,03	0,00				0,01				0,00			0,08	
SE					0,00						0,01					0,00			0,00			0,00	0,00	0,00	0,01					0,00				0,00			0,02	
SP			0,01		0,00	0,01	0,01	0,01	0,00		0,13	0,00		0,01	0,01	0,00	0,01	0,01	0,00		0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,01	0,01	0,01		0,00	0,01		0,01			0,01		0,32
TO											0,00				0,00	0,00	0,00		0,00					0,00	0,00	0,00					0,00			0,00			0,01	
Total Geral	0,01	0,00	1,13	0,00	1,98	3,89	1,02	5,85	4,51	0,00	1,43	2,94	0,01	2,79	3,86	8,53	2,45	2,38	4,775	0,00	2,31	4,30	1,97	5,17	2,94	2,06	1,90	0,89	0,00	6,01	4,35	0,07	1,43	17,53	0,01	1,49	100	

*Quando estiver indicado “-“ para determinada origem e destino, significa que não houve nenhum frete.

**Quando estiver indicado 0,00% para determinada origem e destino, significa que houveram fretes cujos pesos representam menos de 0,005% do peso total transportado

** Exceto: operação de transporte dos itens de vigilância em saúde

GRUPO I – CLASSE VII – Plenário

TC 000.525/2018-9 [Aposos: TC 000.680/2018-4, TC 009.952/2018-7, TC 002.291/2018-5, TC 011.136/2018-9].

Natureza: Representação (com pedido de medida cautelar).

Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).

Interessado: Voetur Cargas e Encomendas Ltda.

Representante: Associação das Empresas de Transporte de Cargas e Logística de Pernambuco (Assemtra).

Representação legal: Andreia da Silva Lima (25.408/OAB-DF), representando Voetur Cargas e Encomendas Ltda.; Pedro Luiz Lombardo Junior (368.329/OAB-SP) e outros, representando Associação das Empresas de Transporte Rodoviário de Carga do Estado de Pernambuco (Assemtra).

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. CONCORRÊNCIA PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO (PE) 42/2017 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TRANSPORTE E ARMAZENAGEM DE INSUMOS CRÍTICOS DE SAÚDE (ICS). OITIVA PRÉVIA. CONHECIMENTO. REPRESENTAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. CIENTIFICAÇÃO. AUTORIZAÇÃO PARA AUTUAÇÃO DE PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO. DETERMINAÇÃO.

RELATÓRIO

Adoto como parte do relatório, com os ajustes de forma julgados necessários, a instrução de mérito elaborada pelo Auditor Federal de Controle Externo (peça 70), cuja proposta de encaminhamento foi endossada pelos dirigentes da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog/TCU) (peças 71 e 72):

“INTRODUÇÃO

1. *Cuidam os autos de representação, com pedido de adoção de medida cautelar, contra o Pregão Eletrônico 42/2017, promovido pelo Ministério da Saúde (MS) - UASG 250110, e que tem como objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços contínuos de transporte e armazenagem dos Insumos Críticos de Saúde (ICS) do Ministério, incluindo as atividades de Modernização Administrativa e Operação das Cadeias de Armazenamento e Distribuição desses insumos, sendo os serviços contratados sob demanda, e sem disponibilização de mão de obra exclusiva (peça 18, p. 1).*

2. *O valor estimado da contratação, por ano, foi de R\$ 246.531.097,88 (peça 2, p. 36).*

2.1. *O certame foi disputado por dezoito licitantes (peça 44, p. 1-3). Inicialmente a proposta de menor valor global foi da sociedade empresária HS Investimentos e Participações Ltda. – EPP, a um custo anual de R\$ 97.000.000,00 (peça 44, p. 5 e 9). Tal proposta, contudo, foi desclassificada devido às alegações de que seu balanço patrimonial não atendia às exigências editalícias, bem como não possuía condições de cumprir o item 11 (Da Qualificação Técnica) do Termo de Referência (peça 44, p. 5-6).*

2.2. *Em 20/3/2018, foi aceita a proposta da licitante Voetur Cargas e Encomendas Ltda. (Voetur), pelo valor total de R\$ 97.000.000,01 (peça 44, p. 6 e 9).*

2.3. *Atualmente, o certame encontra-se aguardando adjudicação, conforme consulta realizada, em 4/6/2018, ao sítio eletrônico Compras Governamentais.*

HISTÓRICO

3. *A representante apresentou, na peça inicial, alegações de supostas irregularidades relativas a: não parcelamento do objeto; diferenças entre o valor orçado para a nova contratação e o atualmente pago nos diversos contratos vigentes; e problemas constantes do ato convocatório.*

4. *A instrução inicial desta Unidade Técnica (UT) considerou improcedente a irregularidade acerca do não parcelamento do objeto (peça 9, p. 4).*

4.1. *A supracitada instrução, no entanto, propôs a oitiva prévia do órgão jurisdicionado, autorizada por despacho do Relator, Ministro Augusto Nardes (peça 11), a fim de dirimir as seguintes dúvidas, resumidamente (peça 9, p. 5):*

a) *valor orçado (R\$ 246.531.097,88) pelo MS ser bastante superior ao dos contratos vigentes (R\$ 171.727.926,53) para armazenamento e transporte de ICS;*

b) *ausência no edital de previsão de seguro **ad valorem** dos ICS que serão armazenados no(s) Centro(s) de Distribuição da contratada (que representa estoque médio mensal superior a R\$ 2 bilhões);*

c) *risco na centralização das operações em um único operador logístico em São Paulo;*

d) *requisitos técnicos indispensáveis à contratação de empresa devidamente regular perante os órgãos fiscalizadores da execução dos serviços licitados (licenças e autorizações), os quais podem ser emitidos pelo licitante vencedor ou por empresa subcontratada, quando os requisitos de capacidade técnica devem ser comprovados pelo licitante; e*

e) *informações sobre se o órgão está coberto contratualmente para a prestação desses serviços com razoável vigência ou admite prorrogação excepcional.*

4.2. *Tal oitiva foi objeto do Ofício 18/2018-TCU/Selog (peça 12), cuja resposta por parte do MS consta das peças 22 a 26 destes autos.*

5. *Esta UT analisou a resposta do MS, citada ao item 4.2 desta instrução, e considerou procedentes as justificativas acerca dos itens 'a' e 'c' do item 4.1 supra (peça 31, p. 2-3 e 5-8).*

5.1. *Quanto ao tópico 'b', ele foi objeto de nova oitiva, posto que permaneciam dúvidas a respeito da exigência de seguros quanto à armazenagem dos ICS nos contratos firmados até àquela época (peça 31, p. 5).*

5.2. *A respeito do tópico 'd', esta UT considerou necessária dar ciência da impropriedade detectada abaixo (peça 31, p. 8):*

60. ***Análise:** o subitem 7.14.12.3.2.12 refere-se à obrigação das contratadas para manter os veículos devidamente limpos e higienizados e com todas as licenças para transporte válidas, conforme determinação das agências reguladoras responsáveis (peça 19, p. 48-49).*

61. *O subitem 7.14.12.4.11.14.3 exige que os equipamentos e veículos estejam em conformidade com a vigilância sanitária (peça 4, p. 116). Já o subitem 11.2 refere-se ao certificado de vistoria veicular emitido pela vigilância sanitária (peça 19, p. 67).*

62. *Dos três subitens, apenas o 11.2 encontra-se, indevidamente, dentro do capítulo referente à qualificação técnica, todavia o texto é claro ao mencionar que tal documentação deverá ser apresentada no início da operação.*

63. *Dessa forma, propõe-se que o MS seja cientificado a respeito de tal impropriedade.*

(grifos constantes do original)

5.3. *Quanto ao item 'e', houve a informação de que um dos contratos se encontraria em vigor até 18/4/2018 (peça 31, p. 9). Todavia, esta UT concluiu não haver subsídios para se pronunciar acerca do perigo da demora reverso, uma vez que 'seria necessária uma análise mais detalhada a fim*

de se verificar o impacto deste único contrato frente à nova contratação, em vista de todos fatos que aqui são discutidos' (peça 31, p. 9).

5.4. Por ocasião da elaboração da instrução presente à peça 31 dos autos, esta UT aprofundou o estudo do edital e seu TR, questionando o critério de aceitação das propostas, o qual usava uma fórmula para definir um índice final, obtido a partir da média de outros índices, esses relativos a cada Unidade da Federação (UF) (peça 31, p. 9-10). A respeito de tal índice, esta UT observou que (peça 31, p. 10):

73. Ocorre que a forma utilizada pode não refletir adequadamente os preços dos modais. Isso porque, como se observa, a forma de precificação é complexa, contendo variáveis discrepantes, como o preço do caminhão cheio por tonelada e o preço por quilo do transporte emergencial (decorrente de ações judiciais), que foram considerados de formas equivalentes. Ademais, ao atribuir pesos iguais para origem e destino, não foram levados em consideração a distribuição de volumes previstos por UF. O órgão utilizou a média aritmética e não a média ponderada para se chegar ao valor do índice.

74. O índice, portanto, pode não refletir a melhor proposta. Tal situação pode deixar margem ao que se conhece por 'jogo de planilha', que consiste, no caso em tela, em formular, na planilha anexa ao edital, preços elevados para os trechos de transporte mais utilizados e preços irrelevantes para os trechos menos utilizados.

5.5. Foi proposta, então, nova oitiva prévia, autorizada mediante despacho do Ministro Relator (peça 34), a qual originou o Ofício 299/2018-TCU/Selog (peça 35).

5.5.1. O MS respondeu ao Ofício 299/2018-TCU/Selog por meio das seguintes comunicações: Ofício 672/2018/AECI/MS (peça 40) e Ofício 693/2018/AECI/MS (peça 41).

5.5.2. Esta UT examinou as justificativas apresentadas pelo MS na instrução presente à peça 48.

5.6. A Selog entendeu ainda restarem dúvidas quanto ao PE 42/2017, motivo pelo qual propôs nova oitiva prévia, que foi autorizada por despacho do Ministro Relator (peça 51). Essa oitiva originou os Ofícios 606/2018-TCU/Selog (peça 53) e 606/2018-TCU/Selog (peça 52), os quais tiveram como destinatários respectivamente o MS e a Voetur.

5.6.1. O texto de tais documentos continha as dúvidas transcritas abaixo:

a) representatividade, quanto à fidedignidade das propostas apresentadas pelas licitantes, em relação às despesas a serem incorridas quando da execução contratual dos índices 'Índice Final Aéreo' e 'Índice Final Rodoviário', posto que tais valores não refletem diretamente as tarifas a serem cobradas quando da execução da avença;

b) considerando-se o risco de existência de 'jogo de planilha' e o fato de a maior parte dos transportes de Insumos Críticos de Saúde terem como origem as regiões de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, por qual motivo o Ministério da Saúde optou por definir os índices finais aéreos e rodoviários como uma média aritmética simples das origens de todas as Unidades da Federação, sem levar em conta que a maior parte dos transportes se originarão das localidades acima, nas quais o Ministério, ou prestadoras de serviços contratadas, possui e/ou possuirá Centros de Distribuição;

c) justificativas quanto à existência do texto da 'Obs.4' nas abas 'Critério de Julgamento', 'Transporte Aéreo' e 'Transporte Rodov' do Anexo IV (Módulo para Precificação e Participação - CD(s)-SP) ao edital do certame, por que tal texto foi desconsiderado por ocasião da análise da proposta da licitante Voetur;

d) possibilidade de distorções na classificação das propostas das licitantes pelo fato de ser possível o entendimento, presente ao texto 'Obs. 4' das abas 'Critério de Julgamento', 'Transporte Aéreo' e 'Transporte Rodov' do Anexo IV (Módulo para Precificação e Participação - CD(s)-SP) ao edital do PE 42/2017, de que os valores com as origens São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília não poderiam ser superiores aos índices final rodoviário e final aéreo, impactando diretamente as propostas das licitantes;

5.6.2. *A resposta da Voetur consta da peça 59, enquanto que as justificativas apresentadas pelo MS se encontram à peça 65.*

5.7. *A seguir, realizar-se-á o exame técnico das justificativas apresentadas.*

EXAME TÉCNICO

Representatividade, quanto à fidedignidade das propostas apresentadas pelas licitantes, em relação às despesas a serem incorridas quando da execução contratual dos índices ‘Índice Final Aéreo’ e ‘Índice Final Rodoviário’, posto que tais valores não refletem diretamente as tarifas a serem cobradas quando da execução da avença (itens ‘1.a’ dos Ofícios 606/2018-TCU/Selog e 607/2018-TCU/Selog)

Argumentos do MS:

6. *O Ministério alega haver fidedignidade entre os preços cobrados quando da execução da demanda e os valores constantes da proposta da licitante para os modais aéreo e rodoviário do transporte dos ICS, posto que a contratação prevista no certame em análise se deu por meio de empreitada por preço unitário, de forma que a precificação ocorrerá em específico ‘para cada item de forma individual para que, em havendo demanda, seja possível o cálculo dos valores a serem gastos’ (peça 65, p. 36).*

6.1. *Em decorrência dessa precificação para cada item individualizado, o MS inseriu as abas ‘Transporte Aéreo’ e ‘Transporte Rodov’ nas planilhas de preço a serem eventualmente apresentadas pelas licitantes.*

Argumentos da Voetur:

7. *A Voetur inicia sua resposta ao item aduzindo que os índices ‘Índice Final Aéreo’ e ‘Índice Final Rodoviário’ funcionam como critério de julgamento, reproduzindo o item 7.14.12.4.11.17.3 do Termo de Referência do PE 42/2017, e não necessariamente como um indicativo do preço do deslocamento da carga a ser transportada (peça 59, p. 3).*

7.1. *O item citado ao parágrafo anterior desta instrução dispõe que ‘Apenas para a aferição do preço quando do critério de julgamento será aplicado formula aritmética para a obtenção do valor médio do transporte’ (peça 19, p. 70).*

7.2. *Defende o critério de julgamento adotado pelo MS, o qual teria se mostrado aritmeticamente adequado e economicamente justo, uma vez que os valores máximos aceitos pela Administração Pública teriam tido descontos substanciais, conforme se depreende das tabelas presentes às páginas 6 a 11 da peça 59 dos autos.*

7.3. *Reforça os argumentos acima, vide transcrição a seguir (peça 59, p. 4):*

É imperioso destacar, que a regra matemática para aferição do valor médio teve o condão, apenas, de facilitar a análise do Ministério da Saúde quando da apuração dos valores unitários de cada planilha considerando o volume de informações.

Ademais, o edital atendeu exatamente aos ensinamentos desse Tribunal de Contas da União, quando escolheu como critério de julgamento o valor global das propostas, mas exigiu o atendimento aos valores unitários de cada trecho.

Cabe frisar, que todas as tarifas e taxas constantes da planilha de preços da VOETUR representam de forma fiel a efetiva despesa a ser despendida pelo Ministério da Saúde quando da execução de seus serviços.

Análise:

8. *Como citado à instrução anterior (peça 48, p. 4), a Resolução – ANAC 139/2010 dispõe que a tarifa referente ao serviço de transporte aéreo de carga deverá ser expressa em um único valor e representará o total a ser pago pelo contratante pela prestação do serviço de transporte aéreo conforme itinerário discriminado no documento de conhecimento de transporte.*

8.1. *Assim, depreende-se que a intenção do MS ao definir o ‘Índice Final Aéreo’ foi tanto obter um critério de julgamento justo quanto respeitar a resolução retro mencionada.*

8.2. Destaca-se, contudo, que há indícios de que tais índices podem não refletir de forma realista o valor relativo à execução contratual, posto que a simulação feita com a volumetria do ano de 2017 relativa exclusivamente aos transportes aéreos dos ICS resultará em um montante de R\$ 119.473.949,27, o que, *per si*, é superior ao valor global acordado de R\$ 97.000.000,01 entre o MS e a Voetur (peça 48, p. 11-12, itens 10.2 a 10.4), o qual inclui outras despesas, como transporte terrestre e armazenamento.

8.2.1. Considera-se necessário ressaltar, entretanto, que o valor de R\$ 119.473.949,27 adotou como premissa que os movimentos entre São Paulo e outros estados com os quais tem divisa seriam feitas pelo modal aéreo (a exemplo do Rio de Janeiro, vide peça 47, p. 47-64), enquanto que na prática provavelmente o transporte será rodoviário, que, em tese, é mais econômico. Uma das justificativas, inclusive, para a escolha de São Paulo como centro de armazenagem e distribuição dos ICS foi o aproveitamento da malha rodoviária desse Estado.

8.2.2. Além disso, cabe lembrar que o próprio MS informa despende anualmente R\$ 171.727.926,53 com contratos de objetos semelhantes ao do PE 42/2017 (peça 48, p. 2), porém não inclui nesse cálculo custos com embalagem dos ICS (peça 65, p. 47), sendo tais gastos absorvidos pelo Ministério (majorando o montante comprometido anualmente com armazenagem e transporte dos ICS), ao contrário de eventual contrato derivado do pregão inquinado, em que tais dispêndios já estão inclusos nos preços da contratada.

8.2.2.1. Segundo reuniões com gestores do Ministério ocorrida em 18/4/2018, apenas o custo com embalagem e acondicionamento dos ICS pode chegar a até dez milhões de reais, e tais custos serão absorvidos pela eventual contratada a partir do contrato decorrente do PE 42/2017.

8.2.3. Outros fatores que merecem destaques são: o futuro ajuste prevê a modernização da estrutura de acondicionamento, preservação e transporte dos ICS, fato que tem o condão de reduzir desperdícios e perdas devido a fatores como refrigeração deficiente das câmaras frias; haverá ganhos decorrentes da integração de informações decorrentes de uma única contratada para armazenagem e transporte dos ICS, o que pode incrementar a eficiência das operações.

8.2.4. Dessa forma, observa-se que há potencial de economicidade e de ganhos administrativos no modelo definido pelo MS em relação ao atualmente implementado. Com o intuito de se confirmar tal potencial, bem como solicitar explicações de forma tempestiva, caso os ganhos financeiros e administrativos não sejam constatados, propõe-se a abertura de um processo de acompanhamento, a fim de que a Selog, com fulcro no art. 241, inciso II, do RI/TCU, possa avaliar periodicamente a economicidade, eficiência e eficácia dos atos praticados no futuro contrato decorrente do PE 42/2017. Outro fator que pode ser objeto de análise do acompanhamento sugerido é que, pelo fato de o critério de julgamento não necessariamente refletir os valores da execução dos transportes dos ICS, há o risco de que a execução contratual extrapole o limite legal, consoante disposto no art. 65, § 1º, da Lei 8.666/1993, de 25% permitido para acréscimos em contratos administrativos.

8.2.5. Em respeito ao princípio da economia processual, e com base no art. 36 da Resolução – TCU 259/2014, considera-se pertinente o apensamento definitivo deste feito ao processo de acompanhamento proposto no item anterior, e, conseqüentemente, o encerramento dos presentes autos, com fulcro no art. 37 do mesmo diploma, após seu apensamento definitivo.

Considerando-se o risco de existência de ‘jogo de planilha’ e o fato de a maior parte dos transportes de Insumos Críticos de Saúde terem como origem as regiões de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, por qual motivo o Ministério da Saúde optou por definir os índices finais aéreos e rodoviários como uma média aritmética simples das origens de todas as Unidades da Federação, sem levar em conta que a maior parte dos transportes se originarão das localidades acima, nas quais o Ministério, ou prestadoras de serviços contratadas, possui e/ou possuirá Centros de Distribuição (itens ‘1.b’ dos Ofícios 606/2018-TCU/Selog e 607/2018-TCU/Selog)

Argumentos do MS:

9. O órgão alega que aplicou cautelas a fim de mitigar a possibilidade de 'jogo de planilha', concluindo pelo sucesso dos seus procedimentos, uma vez que não identificou tal prática nas planilhas apresentadas pelas licitantes (peça 65, p. 36).

9.1. Informa que o uso de média aritmética decorre da necessidade de a contratante limitar a 'margem de atuação desleal de possíveis proponentes'. Afirma, ainda, que além do uso da média aritmética para a definição dos índices também se utilizou de outro elemento limitador: o preço estimado em pesquisas de mercado (peça 65, p. 36).

9.2. Alega que a demanda relativa aos serviços objeto do PE 42/2017 não é previamente conhecida, inclusive no que tange a origem do transporte, trazendo como exemplo uma solicitação do Governo de Roraima (peça 65, p. 37) pedindo que fossem transportados até a cidade de Boa Vista medicamentos e soluções parentais localizadas em Varginha, no Estado de Minas Gerais.

9.3. Nesse sentido, argumenta o seguinte (peça 65, p. 37):

A metodologia adotada pelo Ministério da Saúde configura a melhor forma de proteger o erário quando de situações como esta. Aliando a isso, há um preço referencial, ou seja, a empresa licitante não poderia apresentar valores maiores que os aceitos pelo Ministério.

Este método buscou racionalizar a aferição do melhor preço médio final ante a valores individuais máximos admitidos (empreita por preço unitário) atrelado a imprevisibilidade da demanda futura.

Conclui-se que a decisão deste Ministério ao adotar esta metodologia para 'Critério de Julgamento' evitou que houvesse distorções na ordem de classificação, jogo de planilha e prejuízo ao erário.

Argumentos da Voetur:

10. A Voetur inicia sua resposta destacando a análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o qual propôs a centralização das operações no Estado de São Paulo (peça 2, p. 47-53), uma vez que 'aproximadamente 40% (quarenta por cento) dos medicamentos a serem distribuídos possuem como destino o Estado de São Paulo' (peça 59, p. 5).

10.1. Alega que definiu seus preços para o transporte aéreo a partir do tarifário disponibilizado pela sociedade empresária Latam Cargo (Latam), pois essa é a empresa de transporte aéreo com maior capilaridade (peça 59, p. 5).

10.1.1. Nesse sentido, conclui que quem dita as regras de mercado para o modal aéreo não é o agente de carga, mas sim as empresas aéreas, a exemplo da própria Latam (peça 59, p. 6). Apesar disso, a Voetur alega que sua proposta apresenta 'expressiva economia ao erário, tanto comparado aos preços estimados pelo Ministério da Saúde quanto aos preços praticados pela Companhia Aérea', e apresenta tabelas comparativas contendo os seguintes preços: os máximos admissíveis pelo edital; os propostos pela Voetur; e os cobrados pela Latam (peça 59, p. 6-11).

10.2. Argumenta que este TCU se deteve na análise somente do transporte pelo modal aéreo, embora o objeto abranja o 'complexo serviço de armazenagem' (peça 59, p. 11).

10.3. Nesse sentido, entende não ser razoável nenhuma alegação referente a 'jogo de planilha', posto que o item transporte aéreo representaria somente 36,36% de toda a carga a ser transportada, bem como a modalidade de transporte, se aéreo ou rodoviário, será definida a cada Requisição do Transporte da Carga pelo MS (peça 59, p. 12 c/c peça 19, p. 38).

10.4. Garante que sua proposta se encontra dentro do preço de mercado e refletirá o real desembolso a ser realizado pelo Ministério, além de afirmar que se fizesse 'jogo de planilha', o faria por meio do item armazenagem, uma vez que esse item prevê pagamentos mensais, independentemente da demanda (peça 59, p. 12).

Análise:

11. Consideram-se procedentes os argumentos apresentados pela Voetur, uma vez que a sociedade empresária em questão se utiliza das tarifas definidas pelas empresas aéreas. Merece

realce o fato de que a Voetur enviou a este TCU o tarifário da Latam Cargo, contendo os preços cobrados para os transportes entre os diversos aeroportos atendidos por essa empresa (peça 68). Inclusive, por tal tarifário, observa-se que os custos que têm como origem São Paulo são maiores que a média nacional, até por uma questão de oferta e demanda (a demanda para a origem São Paulo é maior, o que eleva os preços). A título de exemplo, a primeira tabela presente à próxima página ilustra uma amostragem de preços com o transporte se iniciando no aeroporto de Guarulhos (situado no Estado de São Paulo). A segunda tabela apresenta situação inversa (isto é, o aeroporto de Guarulhos sendo o destino do transporte). Foram utilizados vários intervalos de pesos distintos, a fim de verificar se realmente as alegações da Voetur eram fidedignas.

11.1. Não foram comparados preços na Região Sudeste, posto que o transporte entre os Estados que fazem divisa com São Paulo adotará o modal rodoviário.

Tabela 1- Preços com destino em Guarulhos

Origem (UF – Código do aeroporto)	Intervalo de Peso (kg)			
	Até 25,500	50,501 a 300,500	500,501 a 1000,500	Acima de 1000,500
SE – AJU	R\$ 13,06	R\$ 8,52	R\$ 6,80	R\$ 6,80
SC – BNU	R\$ 5,42	R\$ 3,56	R\$ 2,82	R\$ 2,82
MT – CGB	R\$ 11,89	R\$ 7,74	R\$ 6,18	R\$ 6,18
RS – POA	R\$ 9,21	R\$ 5,98	R\$ 4,80	R\$ 4,80
BA – SSA	R\$ 12,54	R\$ 10,9	R\$ 7,63	R\$ 6,50

Tabela 2- Preços com origem em Guarulhos

Destino (UF – Código do aeroporto)	Intervalo de Peso (kg)			
	Até 25,500	50,501 a 300,500	500,501 a 1000,500	Acima de 1000,500
SE – AJU	R\$ 19,32	R\$ 14,75	R\$ 11,35	R\$ 10,18
SC – BNU	R\$ 8,02	R\$ 6,12	R\$ 4,72	R\$ 4,23
MT – CGB	R\$ 17,57	R\$ 13,44	R\$ 10,32	R\$ 9,31
RS – POA	R\$ 12,58	R\$ 9,62	R\$ 7,42	R\$ 6,66
BA – SSA	R\$ 18,54	R\$ 14,19	R\$ 10,90	R\$ 9,80

11.2. Dessa forma, realmente os índices ‘Índice Final Aéreo’ e ‘Índice = (somatório / quantidade de faixas por kg / destinos possíveis)’ não correspondem a custos com os modais aéreos, mas sim fazem parte de uma metodologia para definição de parâmetros usados na medição dos preços ofertados pelas licitantes, funcionando realmente como critério de julgamento.

11.3. Quanto à não correspondência dos índices acima aos custos efetivos dos transportes com o modal aéreo – e, por analogia, o mesmo é aplicável ao modal rodoviário –, observa-se que na prática o uso dos índices finais aéreo e rodoviário não garantem que a proposta de menor preço na sessão pública seja aquela que de fato resultaria no menor valor incorrido pelo MS. Todavia, devido à possibilidade da economicidade em comparação aos contratos atuais em vigor e aos demais ganhos operacionais (vide itens 8.2.3 e 8.2.4 desta instrução), propõe-se a continuidade do PE 42/2017. Propõe-se, assim, que um dos tópicos do processo de acompanhamento constante do item 8.2.4 desta instrução seja o estudo da metodologia utilizada pelo MS para o julgamento das propostas.

11.4. Entretanto, conforme citado aos itens 8.2 a 8.2.4 desta instrução, há indícios de que o valor estimado para a execução da avença será superior àquele negociado com a licitante Voetur, motivo pelo qual se ratifica a proposta de abertura de processo de acompanhamento (vide item 8.2.4 desta instrução).

Justificativas quanto à existência do texto da ‘Obs.4’ nas abas ‘Critério de Julgamento’, ‘Transporte Aéreo’ e ‘Transporte Rodov’ do Anexo IV (Módulo para Precificação e Participação - CD(s)-SP) ao edital do certame, por que tal texto foi desconsiderado por ocasião da análise da proposta da licitante Voetur (itens ‘1.c’ dos Ofícios 606/2018-TCU/Selog e 607/2018-TCU/Selog)

Argumentos do MS:

12. *A esse respeito, o MS informou o seguinte (peça 65, p. 37):*
O interesse da Administração com a juntada do Anexo IV era facilitar aos licitantes a confecção de suas propostas, visto que há a aplicação de fórmulas matemáticas e com o objetivo de evitar que houvesse modificações das referidas fórmulas, o que poderia causar enorme prejuízo a este Ministério.
Partindo deste entendimento, o Anexo IV era um 'espelho' do Anexo III, porém sem valores, tal motivo explica-se a presença da redação questionada.

Argumentos da Voetur:

13. *A Voetur alega que o texto da 'Obs. 4' na aba 'Critério de Julgamento' do Anexo IV (Módulo para Precificação e Participação - CD(s)-SP) tratava-se de mero erro material, que não trouxe prejuízo ao certame (peça 59, p. 13).*
- 13.1. *Alega que, apesar de o texto estar no Anexo IV, em todos os momentos, o MS confirmou que os únicos valores de referência seriam os constantes do Anexo III (Módulo de Precificação CD(s)-SP - Preços Máximos Admitidos), inclusive no chat do Portal Compras Governamentais durante a fase de negociação da proposta com a Voetur (peça 59, p. 13).*
- 13.2. *Afirma que nenhum licitante apresentou objeção aos alertas feitos pelo pregoeiro.*
- 13.3. *Informa, ainda, que o MS discutiu o tópico em tela ao analisar os recursos administrativos apresentados pelas sociedades empresárias Logfarma Distribuição e Serviços Ltda. e Intermodal Brasil Logística Ltda. (peça 59, p. 13).*
- 13.4. *Conclui sua resposta a este tópico com a seguinte informação (peça 59, p. 17):*
Para o fim desta infundada celeuma, registra-se que em data anterior a publicação do Edital do Pregão Eletrônico 42/2017, Órgão Licitante, por meio da Nota Técnica 11, em anexo, explicitou que a regra constante da 'Obs. 04' deveria se [sic] aplicada sobre os valores por ele estimados.
Por derradeiro, consigna-se que, salvo melhor juízo, as regras de precificação foram cabalmente seguidas e há verdadeira distorção quanto as diretrizes do edital, que possuem o condão de levar esse Tribunal a erro com o fito de procrastinar o fiel andamento do certame.

Análise:

14. *A instrução anterior analisou o tema (peça 48, p. 8-9, itens 8.2.5 a 8.4, 8.5.b e 8.5.c), observando que a presença do texto da 'Obs. 4' no Anexo IV ao edital do PE 42/2017 poderia, ao menos em tese, induzir eventuais licitantes a definirem os índices de valores para as origens São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro – tanto para transportes aéreos quanto para transporte rodoviário – como iguais ou inferiores aos índices nacionais, o que impactaria diretamente suas propostas.*
- 14.1. *Neste sentido também se manifestou a Representante do TC 011.136/2018-9, conforme transcrição abaixo, presente à página 29, peça 1, dos autos em questão:*
Dessa forma, o valor médio apresentado no Índice= (somatório / quantidade de faixas por kg / destinos possíveis) do trecho de origem DF não pode ser maior que a média apresentada em R\$ por Kg transportado no modal rodoviário apresentado no Preço unitário da ABA critério de julgamento.
- 14.2. *Conforme citado pela própria Voetur (item 13.3 desta instrução), duas licitantes compartilharam do entendimento acima, tendo sido tal entendimento rejeitado pelo órgão.*
- 14.3. *Observa-se pertinente citar, no entanto, que não se vislumbrou impacto direto do referido texto nas propostas das licitantes, pois a primeira colocada não foi desclassificada por impropriedades em sua planilha, mas, sim, em requisitos de habilitação (financeira e técnica); e as demais classificadas não apresentaram suas planilhas, tendo em vista que a convocação parou na segunda classificada (Voetur).*

14.4. Além disso, importante destacar que o tarifário cobrado pelas companhias aéreas transportadoras apresenta valores maiores para as origens de maior demanda (vide item 11 desta instrução). Caso as contratadas fossem obrigadas a diminuir seus valores a um índice médio nacional (inferior ao tarifário de São Paulo), tal restrição seria irreal, pois acarretaria em prejuízos à eventual contratada.

14.5. Desse modo, propõe-se dar ciência ao MS de que a presença do texto da 'Obs. 4' na aba 'Critério de Julgamento' do Anexo IV ao edital do PE 42/2017 foi indevida, posto que, ao menos em tese, possibilitava a interpretação de que os índices 'Índice Final Aéreo Índice Final Rodoviário' e 'Índice Final Aéreo Índice Final Rodoviário' deveriam ser obrigatoriamente iguais ou superiores aos índices finais relativos às UF origem São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, tanto para o modal rodoviário quanto para o modal aéreo.

Possibilidade de distorções na classificação das propostas das licitantes pelo fato de ser possível o entendimento, presente ao texto 'Obs. 4' das abas 'Critério de Julgamento', 'Transporte Aéreo' e 'Transporte Rodov' do Anexo IV (Módulo para Precificação e Participação - CD(s)-SP) ao edital do PE 42/2017, de que os valores com as origens São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília não poderiam ser superiores aos índices final rodoviário e final aéreo, impactando diretamente as propostas das licitantes (itens '1.d' dos Ofícios 606/2018-TCU/Selog e 607/2018-TCU/Selog)

Argumentos do MS:

15. O Ministério ressalva que incluiu a regra presente ao texto da 'Obs. 4' no intuito de preservar o erário, pois a estimativa de preço na aba transporte rodoviário tendo como origem o Distrito Federal apresentava média superior (R\$ 5,31) à média nacional (R\$ 5,17). Alega que se essa regra não fosse definida, haveria impactos ao se realizar eventual transferência do estoque das unidades de armazenagem do órgão para o novo local em São Paulo (peça 65, p. 38).

15.1. Nesse sentido, afirma que 'não se pode falar em possível aplicação desta regra ao Anexo IV', descartando, conseqüentemente, possibilidade de distorções na classificação das propostas (peça 65, p. 38).

Argumentos da Voetur:

16. A Voetur reforça, quanto a este tópico, sua resposta relativa ao tópico anterior, argumentando que 'fica claro que a 'Obs 04' deve ser aplicada sobre os valores e índices presentes no Anexo III' (peça 59, p. 18).

16.1. Aduz que eventual contrato originado do PE 42/2017 será econômico, e que todos os valores unitários de referência foram obedecidos, bem como ratifica 'a lisura e o estrito cumprimento aos ditames do edital, bem como às orientações desse Tribunal de Contas da União' (peça 59, p. 18).

16.2. Ainda no que tange à economicidade da contratação, faz a afirmação a seguir (peça 59, p. 18):

Quanto ao receio desse Tribunal de que a proposta da VOETUR pode não ser a mais vantajosa, essa empresa certifica e garante que mesmo que outro licitante viesse, por acaso, apresentar valores menores nos fretes aéreos e/ou terrestres com certeza inflaria o item armazenagem, sendo que nesse caso a perda para o erário seria infinitamente maior, pois o serviço de armazenagem tem valor fixo e independe de demanda.

Análise:

17. Conforme citado aos itens 14.3 e 14.4 desta instrução, não foram detectados indícios concretos de que a presença do texto da 'Obs. 4' na aba 'Critério de Julgamento' constante do Anexo IV (Módulo para Precificação e Participação - CD(s)-SP) ao edital do PE 42/2017 tenha causado prejuízo às licitantes do certame em análise.

17.1. Observa-se, todavia, que, ao menos em tese, o supracitado texto poderia confundir as interessadas em participarem do certame, motivo pelo qual se propôs dar ciência da existência da 'Obs. 4' em local indevido, conforme consta do item 14.5 desta instrução.

Fato de a planilha com a volumetria de 2017 ter apontado um total 3.381.482kg para transporte aéreo de Insumos Críticos de Saúde ante uma previsão de 7.000.000kg para o modal aéreo no Anexo IV (Módulo para Precificação e Participação - CD(s)-SP) ao edital, indicando ser este o valor estimado para cada ano de vigência de eventual contrato que vier a ser celebrado (item '1.g' do Ofício 606/2018-TCU/Selog)

Argumento do MS:

18. Quanto ao fato de o edital e os arquivos anexos terem previsto sete milhões de quilogramas a serem transportados pelo modal aéreo, enquanto que a planilha preenchida pelo próprio Ministério com as volumetrias de 2017 terem resultado um total de 3.381.482kg, o MS alega que isso ocorreu porque fizeram o planejamento com base no exercício de 2016, trazendo aos autos as tabelas usadas para estimar os quantitativos (peça 65, p. 38-43).

18.1. Aproveita a oportunidade para reforçar a imprevisibilidade dos quantitativos a serem transportados anualmente, como se segue (peça 65, p. 43):

É oportuno usar este fato como o melhor exemplo da impossibilidade de previsibilidade do quantitativo futuro a ser executado, não podendo se falar em estimativa inadequada e sim de comprovação fática de que a demanda não é linear ou constante, mas sim imprevisível.

Análise:

19. Consideram-se procedentes os argumentos apresentados pelo Ministério, visto que ele utilizou como parâmetro o movimento de carga relativo ao exercício de 2016, e não de 2017, visto que o planejamento dessa contratação ocorreu durante o ano de 2017. Observa-se que tal discrepância não causou comprovadamente prejuízo aos licitantes, visto que, se o quantitativo em 2018 for semelhante ao de 2017, o edital deixou claro que as estimativas se referiam ao executado em 2016.

Fato de a própria simulação, usando dados relativos ao exercício de 2017, do Ministério da Saúde, que usou o total transportado pelo modal aéreo de 3.381.482kg, ter resultado em R\$ 119.473.949,27, enquanto que o valor proposto pela licitante vencedora ter sido de R\$ 97.000.000,01, mesmo com a quantidade prevista de 7.000.000kg para transporte por modal aéreo (item 'e' do Ofício 606/2018-TCU/Selog)

Fato de o cálculo realizado, adotando o total estimado de 7.000.000kg a ser transportado apenas pelo modal aéreo, com base na simulação da volumetria, elaborada pelo próprio Ministério da Saúde, referente ao exercício de 2017, ter resultado em R\$ 113.499.218,00, mantendo-se inalterados os valores médios por quilo de frete e de valor da carga, sendo o valor apenas deste modal superior ao de toda a proposta da Voetur Cargas e Encomendas Ltda. (R\$ 97.000.000,01) – o que constitui indício de que ou não haverá economicidade em relação às despesas atualmente incorridas para o objeto deste certame (R\$ 171.727.926,53) ou de que o Ministério da Saúde estimou inadequadamente a quantidade que será transportada via modal aéreo, uma vez que o Anexo IV (Módulo para Precificação e Participação - CD(s)-SP) ao edital do procedimento licitatório em tela previu quantidade 107% superior, em quilogramas, à movimentada em 2017 (7.000.000kg em vez de 3.381.482 kg) (item '1.f' do Ofício 606/2018-TCU/Selog)

Risco de eventuais distorções entre os valores propostos e os executados, em função do prazo previsto para a duração de eventual contrato originado a partir certame em análise ser de sessenta meses (item '1.h' do Ofício 606/2018-TCU/Selog)

20. Antes de se iniciar a exposição dos argumentos trazidos à luz pelo MS, considera-se pertinente informar que a análise dos tópicos foi feita em conjunto em virtude da similaridade dos temas.

Argumentos do MS:

21. O MS inicia sua argumentação questionando a metodologia adotada por este TCU, uma vez que observa que quaisquer extrapolações para o cálculo do total a ser despendido com o montante de 2017 (3.381.482kg) para aquele estimado quando da elaboração do instrumento convocatório do

PE 42/2017 (7.000.000kg) só seria cabível se houvesse igualdade entre todas as tarifas, e se o peso da carga fosse idêntico em cada frete (peça 65, p. 43-44).

21.1. No mesmo sentido, conclui que haverá economicidade, posto que participaram do certame dezoito sociedades empresárias e que o preço da proposta vencedora foi consideravelmente inferior ao preço inicialmente estimado (R\$ 246.531.097,88), vide peça 65, p. 45.

21.2. Alega ainda que o valor ofertado de R\$ 97.000.000,01 é substancialmente inferior ao valor atualmente pago para os diversos contratos que lidam com objeto assemelhado, havendo economia potencial de até R\$ 373.639.632,60 ao longo dos sessenta meses de execução do contrato (peça 65, p. 46-47).

Análise:

22. Conforme a análise presente aos itens 8.2 a 8.2.4 desta instrução, propõe-se a abertura de um processo de acompanhamento a fim de se aferir se haverá economicidade, bem como ganhos administrativos e de eficiência, em eventual contrato que vier a ser celebrado em decorrência do PE 42/2017. Isso porque o fato de a proposta da licitante vencedora estar abaixo do orçamento realizado pelo MS não significa necessariamente ser um bom preço, levando-se em conta as sérias restrições encontradas pelo Ministério para essa pesquisa, uma vez que somente foi possível buscar cotações de potenciais fornecedores, considerando a magnitude e a especificidade do objeto, o que impediu a busca por preços obtidos pela Administração Pública em outras contratações.

22.1. A solicitação de abertura do processo de acompanhamento é justificada pelo fato de os índices referentes aos modais de transporte aéreo e rodoviário serem na prática integrantes do critério de julgamento da proposta (conforme argumentação da própria Voetur, vide item 7 desta instrução), e não refletirem necessariamente os custos com deslocamento a serem ocorridos durante a execução contratual, além da possibilidade de que a execução contratual extrapole o limite legal, consoante disposto no art. 65, § 1º, da Lei 8.666/1993, de 25% permitido para acréscimos em contratos administrativos (vide item 8.2.4 desta instrução).

A listagem, com os custos e as datas de duração, e informações a respeito das sociedades empresárias contratadas, de todos os contratos emergenciais em vigor que serão substituídos por aquele termo originado a partir do certame licitatório em análise (item '1.i' do Ofício 606/2018-TCU/Selog)

Argumentos do MS:

23. O Ministério apresentou a lista dos contratos emergenciais que serão substituídos por eventual contrato originado do PE 42/2017, discriminando-os por localidade (peça 65, p. 47-48).

Análise

24. Considera-se que o tópico em tela foi integralmente atendido pelo MS, uma vez que os contratos foram listados. Destaca-se, contudo, que não há indícios de que a execução contratual obedecerá ao valor aproximado de 97 milhões de reais anualmente, conforme discutido aos itens 8.2, 8.2.4, 11 e 11.2 desta instrução

Solicitação de cópias dos documentos relativos à instrução processual (itens '2.a' a '2.e' do Ofício 606/2018-TCU/Selog)

Histórico:

25. No processo TC 011.136/2018-9, apensado a este em 28/5/2018, a Representante citou o Parecer 524/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, o qual apontava uma suposta retirada indevida de documentos do processo administrativo relativo ao PE 42/2017 sem a lavratura do correspondente Termo de Desentranhamento (peça 1, p. 16-17, do TC 011.136/2018-9).

25.1. Com base no supracitado parecer, a Representante solicitou a este TCU que analisasse a situação reportada pela Advocacia Geral da União (AGU), visto que havia indícios de desconformidade à legislação aplicável (peça 1, p. 18, do TC 011.136/2018-9).

25.2. Com fulcro no pedido acima, a instrução anterior solicitou ao MS os seguintes documentos (peça 48, p. 17):

- c.1) íntegra do Parecer 524/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU;
- c.2) eventuais respostas originadas do parecer retro;
- c.3) se houve retirada de documentos do Processo Administrativo em tela; e
- c.4) caso tenha havido tal retirada de documentos, informar se foram feitas com a devida autorização e com lavratura de Termo de Desentranhamento, justificando os motivos para tanto e quem foi responsável pela retirada;

Argumentos do MS:

26. A íntegra do Parecer consta das páginas 10 a 32 da peça 65.

26.1. Quanto às justificativas acerca da retirada de documentos do processo administrativo, o MS emitiu a seguinte manifestação (peça 65, p. 3):

- 2. Considerando as informações já prestadas pelas Unidades Técnicas desta Subsecretaria de Assuntos Administrativos-SAA (SEI-3681882, 3685875, 3 702568), cumpre a esta SAA tecer as seguintes considerações acerca dos apontamentos contidos no Parecer 524/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, especialmente os registros de que tange não foi localizada as folhas números 165 e 193 e a alteração dos Despachos de encaminhamentos.
- 3. Quanto à fl. 165, imperioso registrar que a mesma estava entranhada nos autos, porém, como se trata de envelope contendo mídia digital, no qual consta a gravação dos áudios da correspondente Audiência Pública. Ocorre que quando do manuseio do processo o mesmo foi juntado fora da ordem numérica das folhas.
- 4. Não obstante a isso, quanto à fl. 193, esclarecemos que foi equivocadamente numerada, o que pode ser observada pela sequência numérica do documento, bem como, com leitura dos conteúdos das folhas anterior e posterior, respectivamente.
- 5. Logo, não há de se cogitar a ausência de folhas do processo, mas, meramente, simples inobservâncias quando do manuseio do processo físico.
- 6. Outrossim, no que tange ao Despacho de encaminhamento, imperioso reforçar que a Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA solicitou formalmente, por meio de e-mail datado de 24 de maio de 2017, a devolução dos autos pela CONJUR. Feito isso, aferiu-se a necessidade da correção do teor do despacho inicial de encaminhamento à CONJUR para a inclusão dos estudos do IPEA (fls. 728-736). Concomitantemente, verificou-se que àquela Consultoria não gerou nenhum documento formal, tampouco quanto à restituição do mesmo à SAA.
- 7. Por tais razões esta Unidade entendeu, com base na economia processual e no princípio da eficiência, como desnecessária a manutenção do primeiro Despacho de encaminhamento.

Análise:

27. Consideram-se procedentes os argumentos apresentados, uma vez que o Ministério justificou as movimentações relativas às folhas 165 e 193 nos autos do processo administrativo que originou o PE 42/2017.

PROCESSOS CONEXOS

28. A seguir, resumem-se os processos conexos a este, posto que todos elencavam supostas irregulares quanto ao PE 42/2017.

28.1. Em 23/1/2018, foi autuado o TC 002.291/2018-5. A representação que originou fez as seguintes alegações de irregularidades: i) alegação de prazo indevido entre a data da divulgação do edital e a realização da sessão pública (peça 1, p. 3-5, do processo apenso), em desacordo com a Lei 10.520/2002 e o Decreto 5.540/2005; ii) alegação de suspeita de direcionamento de licitação e mácula aos princípios que regem os procedimentos licitatórios (peça 1, p. 5-10, do processo apenso),

em desacordo com a Constituição Federal e o Decreto 5.450/2005; e iii) alegação de substancial aumento nos valores da contratação (peça 1, p. 10, do processo apenso).

28.2. Em 12/1/2018, foi autuado o TC 000.680/2018-4, o qual alegava as irregularidades elencadas a seguir: a) problema na centralização das operações em um único operador logístico em São Paulo (peça 1, p. 4-6, do TC 000.680/2018-4); b) exigência de itens impertinentes quanto à qualificação técnica (peça 1, p. 6-11, do TC 000.680/2018-4); e c) inexistência de critérios claros e coerentes de medição dos serviços (peça 1, p. 11-12, do TC 000.680/2018-4).

28.3. Em 22/3/2018, foi autuado o TC 009.952/2018-7. As principais alegações de irregularidades trazidas à luz pela Representante estão relacionadas à: (i) modalidade de licitação escolhida; (ii) união de dois objetos completamente distintos em um mesmo lote; e (iii) restrição geográfica injustificável (peça 1, p. 2, do TC 009.952/2018-7).

28.4. Em 6/4/2018, foi autuado o processo TC 011.136/2018-9. A Representante desse apenso elencava as seguintes irregularidades: i) ausência de autorização do Ministro de Estado da Saúde para a realização do PE 42/2017; ii) existência de retirada indevida de documentos do processo administrativo que originou o PE 42/2017, sem autorização da autoridade competente, nem a lavratura do Termo de Desentranhamento; iii) o MS utilizou propostas com data de validade expiradas para subsidiar os preços estimados; iv) a Voetur apresentou documentação com vícios; e v) problema no preenchimento da planilha contendo a proposta de formação de preços da Voetur (peça 1, p. 28-32), em desconformidade com o Anexo IV ao edital do PE 42/2017, o que pode ocasionar 'jogo de planilha'.

Da Necessidade de Medida Cautelar

29. Uma vez que não há, neste momento, indícios de irregularidades que maculem o certame em apreço, propõe-se indeferir pedido de concessão de medida cautelar, a fim de que o Ministério proceda à homologação do PE 42/2017, mormente porque esta instrução já se pronuncia quanto ao mérito do processo.

CONCLUSÃO

30. O MS alega que a modelagem relativa à nova contratação para o armazenamento e transporte dos ICS trará ganhos econômicos e administrativos ao órgão, tendo sido decorrente de uma série de estudos realizados não só pelo Ministério, como também pelo Ipea.

30.1. A fim de confirmar tais ganhos, propõe-se a abertura de um processo de acompanhamento, a fim de que a Selog possa avaliar a economicidade, eficiência e eficácia dos atos praticados em contrato decorrido a partir do PE 42/2017, bem como o apensamento definitivo destes autos ao processo proposto, em virtude da conexão de objetos e do princípio da economia processual (itens 8.2.4, 8.2.5 e 11.3 desta instrução).

31. Foram detectadas as seguintes impropriedades, as quais não são consideradas suficientes para eventual determinação de anulação e/ou sustação do PE 42/2017:

a) o subitem 11.2 do TR encontra-se, indevidamente, dentro do capítulo referente à qualificação técnica, todavia o texto é claro ao mencionar que tal documentação deverá ser apresentada no início da operação (item 5.2 desta instrução); e

b) a presença do texto da 'Obs. 4' na aba 'Critério de Julgamento' do Anexo IV ao edital do PE 42/2017 foi indevida, posto que, ao menos em tese, possibilitava a interpretação de que os índices 'Índice Final Aéreo Índice Final Rodoviário' e 'Índice Final Aéreo Índice Final Rodoviário' deveriam ser obrigatoriamente iguais ou superiores aos índices finais, tanto para o modal rodoviário quanto para o modal aéreo, relativos às UF de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal (itens 14.5 e 17.1 desta instrução).

32. Não foram observados requisitos que justificassem a paralisação cautelar do PE 42/2017 (item 29 desta instrução).

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

33. *Ante o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:*
- a) *a) **conhecer** da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, §1º, da Lei 8.666/1993 e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;*
 - b) ***indeferir** o pedido de concessão de medida **cautelar** formulado pelo Representante, tendo em vista a inexistência dos elementos necessários para sua adoção;*
 - c) *no mérito considerar **parcialmente procedente** a representação formulada pela Associação das Empresas de Transporte de Cargas e Logística de Pernambuco (Assemtra) (CNPJ 11.573.623/0001-70);*
 - d) ***dar ciência** ao Ministério da Saúde, com fundamento no art. 7º da Resolução-TCU 265/2014, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico 42/2017, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:*
 - d.1) *o subitem 11.2 do Termo de Referência encontra-se indevidamente dentro do capítulo 'Da Qualificação Técnica', apesar de o texto mencionar que a documentação deverá ser apresentada no início da operação; (item 5.2 desta instrução); e*
 - d.2) *a presença do texto da 'Obs. 4' na aba 'Critério de Julgamento' do Anexo IV (Módulo para Precificação e Participação - CD(s)-SP) ao edital do certame em tela foi indevida, posto que possibilitava a interpretação de que os índices 'Índice Final Aéreo' e 'Índice Final Rodoviário' deveriam ser obrigatoriamente iguais ou superiores aos índices finais relativos às Unidades da Federação de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, tanto para o modal rodoviário quanto para o modal aéreo; (itens 14.5 e 17.1 desta instrução);*
 - e) *autorizar, desde já, que a Selog autue **processo de acompanhamento**, com fulcro no art. 241, inciso II, do RI/TCU, a fim de fiscalizar os seguintes tópicos: a ocorrência de economicidade e de ganhos de eficiência administrativa na execução de eventual contrato assinado em decorrência do Pregão Eletrônico 42/2017, em relação à atual forma de contratação do mesmo objeto; e a metodologia adotada pelo Ministério de Saúde, quanto à definição dos índices 'Final Aéreo' e 'Final Rodoviário' como critérios para o julgamento do preço das propostas das licitantes;*
 - f) ***encaminhar cópia** desta instrução e da deliberação que vier a ser adotada ao Ministério da Saúde, à sociedade empresária Voetur Cargas e Encomendas Ltda. e às Representantes deste processo (Associação das Empresas de Transporte de Cargas e Logística de Pernambuco) e dos apensos (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Maya Consultoria Ambiental Ltda. – ME, Rabibe Mendes Sabino e Milton César Ferreira Rangel), esclarecendo-lhes que o inteiro teor da referida deliberação pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e*
 - g) ***apensar, definitivamente**, os presentes autos ao processo de acompanhamento que vier a ser autuado conforme item 'e' desta proposta de encaminhamento, nos termos dos arts. 36 e 37 da Resolução-TCU 259/2014." (grifos no original).*

2. Nos termos do despacho de peça 73, solicitei a oitiva do Ministério Público junto ao TCU, com fundamento no art. 62, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal.

3. Em seu pronunciamento, o *Parquet* junto ao Tribunal anuiu à proposta formulada pela Selog, acrescida de sugestão de que seja determinado ao Ministério da Saúde, com o intuito de mitigar os riscos advindos de algum fato que implique perdas e deteriorações dos Insumos Críticos de Saúde (ICS), e levando em conta a materialidade e a relevância do objeto da presente representação, que estude e apresente as conclusões, em prazo a ser fixado pelo TCU, acerca da possibilidade e dos custos de contratar um seguro tendente à indenização, ainda que parcial, dos ICS armazenados (proposta da unidade técnica à peça 48, itens 9.7 e 16, alínea 'c'), nos termos do parecer transcrito a seguir, com os ajustes de forma julgados pertinentes.

“Trata-se da representação, com pedido de adoção de medida cautelar (peças 1/4 e 14), apresentada ao TCU no dia 9/1/2018, pela Associação das Empresas de Transporte de Cargas e Logística de Pernambuco – Assemtra, contra o Pregão Eletrônico 42/2017, do tipo menor preço global, promovido pelo Ministério da Saúde (MS) - UASG 250110 e com valor estimado em R\$ 246.531.097,88, por ano (peça 2, p. 31).

O certame teve como objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços contínuos de transporte e armazenagem dos Insumos Críticos de Saúde - ICS do ministério, consistindo as atividades de modernização administrativa e de operação das cadeias de armazenamento e de distribuição desses insumos, sendo os serviços contratados sob demanda, e sem disponibilização de mão de obra exclusiva, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e nos seus anexos (peças 4, p. 31, e 18, p. 1).

De acordo com o Edital, item 1.2, ‘a licitação será formada por um lote único, formado por dois itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para os dois itens que compõem o grupo’, quais sejam, transporte (item 1) e armazenamento (item 2), e o menor preço global será aferido pelo somatório dos itens 1 e 2 (peças 4, pp. 31 e 50; 18, p. 1; e 19, p. 1).

No Termo de Referência anexo ao Edital, constou a seguinte justificativa (peças 4, pp. 50/2, e 19, pp. 1/3):

2. DA JUSTIFICATIVA:

2.1 DO SERVIÇO E SEU OBJETIVO:

*Armazenagem e Distribuição dos ICS - Insumos Críticos de Saúde é o conjunto de operações que inclui a recepção, estocagem, expedição de produtos acabados e os controles relacionados. Sendo assim, é atividade que assegura a manutenção dos bens em instalações e condições adequadas, de forma ordenada, de modo que se conservem as propriedades físicas, químicas e farmacológicas dos ICS - Insumos Críticos de Saúde. Para tanto, o operador logístico a ser contratado focará em (i) infraestrutura adequada à necessidade dos ICS - Insumos Críticos de Saúde, em temperatura ambiente e refrigerada/congelada (câmara fria) em conformidade com especificações dos fabricantes; (ii) mão de obra qualificada e em quantidade suficiente, porém não exclusiva; (iii) controle do estoque por meio de estrutura tecnológica com **softwares** e **hardwares**.*

A infraestrutura da empresa a ser CONTRATADA deverá possuir capacidade de armazenar e distribuir os ICS - Insumos Críticos de Saúde, com instalações que atendam à perfeita execução dos serviços contratados e espaço bem dimensionado para a operação, de modo que os ICS - Insumos Críticos de Saúde estocados conservem suas propriedades e características.

O(s) armazém(ns) deve(m) ser localizado(s) no estado de São Paulo, próximos às rotas rodoviárias regulares estaduais e federais e possuir área de armazenagem com capacidade mínima de 13.500 (treze mil e quinhentas) posições paletes que garanta uma temperatura entre 15°C a 30°C e capacidade mínima de 6.000 (seis mil) posições paletes refrigeradas, conforme descrições a seguir mencionadas: em ambientes seguros, limpos, higiênicos, que prezem pelas boas práticas de armazenagem e que cumpram os regramentos sanitários vigentes. As áreas de armazenamento devem ser projetadas para assegurar as condições ideais de estocagem compatíveis com os ICS - Insumos Críticos de Saúde armazenados.

A localização impacta o desempenho das atividades, dado que parte dos ICS - Insumos Críticos de Saúde são transportados via aérea ou recebida pelos Aeroportos Internacionais. Portanto, entende-se que a distância solicitada facilitará o escoamento e o recebimento da carga no menor tempo possível. Estar localizado na região sudeste próximo às rotas rodoviárias regulares estaduais e federais proporcionará mais rapidez

na distribuição e, assim, redução de tempo de recebimento e custo total, devido à maior possibilidade de escoamento e recebimento naquela região, considerando que o maior volume de recebimento e de distribuição ocorre na região Sudeste.

Opta-se, também, pela distribuição por meio de transporte multimodal e de armazenagem verticalizada, tendo em vista maior racionalização dos espaços e melhor controle de estoque. Optando pela verticalização, o Ministério da Saúde buscará maior organização de suas cargas, manipulando de forma mais eficaz os ICS - Insumos Críticos de Saúde, melhorando o empilhamento das embalagens terciárias, conseguindo rastrear e localizar os ICS - Insumos Críticos de Saúde com facilidade, conferindo maior exatidão dos inventários, ou seja, esse tipo de estrutura é vantajoso, dado que confere maior acuracidade às informações relativas aos estoques. A CONTRATADA terá flexibilidade para definir o nível de verticalização, bem como os demais parâmetros de layout, organização e estratégias de operação do armazém.

A mão de obra deve ser qualificada e em quantidade suficiente para desempenhar todas as atividades, visto que esses ICS - Insumos Críticos de Saúde possuem alto valor e condições próprias para armazenagem e movimentação.

Em relação ao controle de estoque, o operador logístico apresentará soluções informatizadas de gestão/gerenciamento, de modo que seja possível o lançamento de dados de movimentação das cargas e endereçamento, que possibilite a obtenção de dados estatísticos e emissão de relatórios gerenciais, racionalizar o aproveitamento dos espaços nas estantes; indicação prévia dos ICS - Insumos Críticos de Saúde que estão para vencer; entre outras funcionalidades incorporadas à solução de **software**. A solução deverá funcionar **online** para que a CONTRATANTE tenha acesso às funcionalidades e possa tomar decisões com segurança.

Objetiva-se a modernização da infraestrutura, a racionalização dos custos, a eficiência logística com a sinergia de serviços e a melhoria da qualidade dos serviços prestados. A CONTRATADA deverá fornecer soluções seguras e integradas, assegurando possuir infraestrutura, ferramentas e procedimentos de gestão eficazes e abrangentes. Presta-se, também, para qualificar, otimizar e racionalizar os processos, de modo que o operador contratado aja com absoluta transparência em todo o procedimento realizado e possa municiar a Administração Pública de dados capazes de influenciar a tomada de decisão dos gestores.

Sendo assim, o referido serviço se caracterizará pela especialização em gerenciar e executar todas ou partes das atividades logísticas, com os padrões de segurança adequados a esse tipo de atividade, dado que os ICS - Insumos Críticos de Saúde não podem ter comprometida a efetividade, a eficiência, a estabilidade e as características físico-químicas.'

Consoante relato da Secretaria de Controle Externo das Aquisições Logísticas – Selog (peça 31, pp. 9/10, itens 70/2):

a) o critério de julgamento da licitação consistiu na apresentação do menor preço (peça 28) para os itens 'transporte' (item 1) e 'armazenamento' (item 2). O item 'transporte' é composto, entre outros, dos itens 'modal aéreo' e 'modal rodoviário'. Para se obterem os valores de tais itens, é necessário o preenchimento das tabelas correspondentes (peças 29 e 30);

b) ambas as tabelas são compostas por tabelas secundárias com preços que levam em conta a Unidade da Federação (UF) de origem e de destino;

c) de forma a melhor ilustrar a composição da fórmula, a tabela à peça 31, p. 10, relativa ao modal rodoviário, possui como origem a UF Sergipe. Para se chegar ao valor do destino, deve-se levar em consideração o somatório dos valores da taxa mínima, do preço por quilo, pelo valor da tonelada (caminhão cheio), do redespacho, do transporte fluvial e do emergencial. Após a aplicação

da fórmula (divisão dos valores encontrados por seis e então pelo número de destinos), tais valores formarão um índice por UF;

d) os índices estaduais deverão ser somados, e divididos pelo número de entes federativos, para formar um índice final, que, então, deverá compor a planilha de composição de preços. Para o item 'transporte aéreo', a lógica de indexação foi similar.

No dia 18/1/2018, Vossa Excelência conheceu da representação e encaminhou os autos à Selog, para as providências necessárias (peça 11).

De início, a unidade técnica informou que a Associação das Empresas de Transporte de Cargas e Logística de Pernambuco, entidade representante, apontara, nestes autos, as seguintes irregularidades, em suma (peça 9):

a) não parcelamento do objeto (armazenagem, gestão e distribuição de ICS), descumprindo a Súmula TCU 247 (peças 1, pp. 2/32, e 7, pp. 2/3);

b) valor orçado para a nova contratação (R\$ 246.531.097,88) bastante superior ao atualmente pago nos diversos contratos vigentes para armazenamento e transporte de ICS (R\$ 171.727.926,53), ferindo o princípio da economicidade (peças 1, pp. 32/6, e 7, pp. 6/7);

c) ausência, no edital, de previsão de seguro **ad valorem** dos ICS que serão armazenados no(s) Centro(s) de Distribuição (CD) da contratada (que representa estoque médio mensal superior a R\$ 2 bi), embora preveja seguro de transporte de tais insumos – item 7.14.12.4.11.13.3 do Termo de Referência – peça 4, p. 115 (peças 1, pp. 36/9, e 7, pp. 8/10);

d) risco na centralização das operações em um único operador logístico em São Paulo, considerando: d.1) elevado risco de se dispor a uma única empresa contratada, em um único local, o estoque médio de ICS mensal superior a R\$ 2 bi; d.2) os valores cobrados pelas seguradoras quando do serviço de armazenagem de medicamentos no Estado de São Paulo são consideravelmente superiores aos cobrados quando no DF, por haver maior ocorrência de sinistro lá; d.3) inconsistência entre dados do relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea e do constante do edital para fundamentar a solução dos armazéns em São Paulo; d.4) não é possível haver transferência de estoque entre as unidades de armazenamento, visto que cada unidade é destinada a um tipo de produto; e d.5) aumento dos custos com a nova estrutura administrativa do ministério em SP e aumento dos custos com os fornecedores dos medicamentos, visto que haverá mudança do local de entrega (peças 1, pp. 39/51, e 7, pp. 3 e 7/8);

e) requisitos técnicos indispensáveis à contratação de empresa devidamente regular perante os órgãos fiscalizadores da execução dos serviços licitados (licenças e autorizações): e.1) somente estão sendo solicitados da licitante vencedora após o encerramento da licitação, quando deveriam constar como requisitos de habilitação, conforme constou do edital pretérito para contratação desses serviços; e e.2) podem ser emitidos pelo licitante vencedor ou por empresa subcontratada, quando os requisitos de capacidade técnica devem ser comprovados pelo licitante (peça 7, pp. 4/6).

Os processos apensos também consistem em representações, com pedido de medida cautelar, formuladas em desfavor do Pregão Eletrônico 42/2017, conforme síntese ora elaborada pelo Ministério Público de Contas com base nas instruções da unidade técnica em cada um dos diversos processos, a saber:

PROCESSO/ REPRESENTANTE	IRREGULARIDADES
TC-000.680/2018-4, autuado em 12/1/2018 Milton César Ferreira Rangel,	a) problema na centralização das operações em um único operador logístico em São Paulo (item 2.1 do Termo de Referência – peça 1, p. 38), considerando que: i) o histórico de volumes e pesos taxados indica que 34,67% dos materiais foram destinados ao Estado do Rio de Janeiro, enquanto apenas 16,37% tiveram como destino o Estado de São Paulo (peça 1, p. 195), representando uma decisão

Deputado Estadual/RJ	<p><i>antieconômica; e ii) o art. 30, § 6º, da Lei 8.666/1993 veda a exigência de o licitante possuir estrutura logística em local previamente determinado (peça 1, pp. 4/6);</i></p> <p><i>b) exigência de itens impertinentes quanto à qualificação técnica, visto que: b.1) o item 11.1.1 do Termo de Referência (peça 1, p. 113) exige que o licitante demonstre experiência com fornecimento de sistema WMS e separação, movimentação, manuseio e montagem de kits, itens que não aparecem na Planilha Orçamentária do edital (Anexo III – peça 1, p. 248), contrariando o disposto no art. 30, II, e § 3º, da Lei 8.666/1993; b.2) o serviço de inventário geral extrapola a margem de 50% do estimado para o objeto, contrariando a jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 1.284/2003-TCU-Plenário (Ministro Relator Walton Rodrigues) e 1.052/2012-TCU-Plenário (Ministro Marcos Bemquerer); e b.3) a exigência de comprovação relativa ao transporte de produtos sob temperatura controlada ‘assume ares de impertinência quando confrontada com a realidade da contratação’ e fere o disposto no art. 30, § 5º, da Lei 8.666/1993 (peça 1, pp. 6/11); e</i></p> <p><i>c) inexistência de critérios claros e coerentes de medição dos serviços, tendo em vista que o edital estabelece que a ‘unidade de medição para os modais aéreo e terrestre é o peso transportado (kg. X R\$)’, pagando-se um valor fixo pelo peso deslocado, configurando um ato antieconômico, visto não ser levada em conta a distância transportada, o que pode levar os licitantes a ofertarem um preço mais alto que o devido para os principais trechos para compensar aqueles de maior distância (peça 1, pp. 11/2).</i></p>
<p>TC-002.291/2018-5, autuado em 23/1/2018 Rabibe Mendes Sabino, Advogado</p>	<p><i>a) prazo indevido entre a data da divulgação do edital e a realização da sessão pública (peça 1, pp. 3/5), em desacordo com a Lei 10.520/2002 e o Decreto 5.540/2005;</i></p> <p><i>b) suspeita de direcionamento de licitação e mácula aos princípios que regem os procedimentos licitatórios (peça 1, pp. 5/10), em desacordo com a Constituição Federal e o Decreto 5.450/2005; e</i></p> <p><i>c) substancial aumento nos valores da contratação (peça 1, p. 10).</i></p> <p><i>Acórdão 334/2018 - TCU - Plenário, de 28/2/2018: conhecer da representação e considerá-la improcedente; indeferir o pedido de medida cautelar, ante a inexistência dos pressupostos necessários à sua concessão, e determinar o apensamento deste processo ao TC 000.525/2018-9, visto que há conexão parcial entre seus objetos, uma vez que ambos lidam com uma alegada restrição à competitividade em decorrência da centralização das operações de armazenamento de insumos do Ministério da Saúde, no âmbito do Pregão Eletrônico 42/2017, no Estado de São Paulo.</i></p>
<p>TC-009.952/2018-7, autuado em 22/3/2018 Maya Consultoria Ambiental Ltda. - ME</p>	<p><i>a) utilização do pregão para contratação de serviço não comum, em afronta ao art. 1º da Lei 10.520/2002 (peça 1, pp. 3/11);</i></p> <p><i>b) não parcelamento do objeto (armazenagem, gestão e distribuição de ICS), descumprindo o art. 23, § 1º, da Lei 8.666/1993 e a Súmula TCU 247 (peça 1, pp. 11/7);</i></p> <p><i>c) valor orçado para a nova contratação (R\$ 246.531.097,88) é bastante superior ao atualmente pago nos diversos contratos vigentes para armazenamento e transporte de ICS (R\$ 171.727.926,53), ferindo o art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993 (peça 1, pp. 17/23);</i></p> <p><i>d) risco na centralização das operações em um único operador logístico em São Paulo, considerando: d.1) elevado risco de se dispor a uma única empresa contratada, em um único local, o estoque médio de ICS mensal superior a R\$ 2 bi; d.2) o MS não realizou estudo demonstrando que, na região escolhida, há ‘pelo menos cinco ou seis armazéns com tamanha capacidade’; e d.3) restrição à competitividade, visto que muitas empresas do ramo de transportes podem não conseguir se consorciar a outra de armazenamento (peça 1, pp. 23/7).</i></p>
<p>TC-011.136/2018-9, autuado em 6/4/2018</p>	<p><i>a) ausência de autorização do Ministro de Estado da Saúde para a realização do Pregão Eletrônico 42/2017, em descumprimento ao Decreto 7.689/2012 c/c Portaria – MS 1.338/2012 (peça 1, pp. 15/6);</i></p>

<p><i>Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT</i></p>	<p><i>b) retirada indevida de documentos do processo administrativo que originou o PE 42/2017, sem autorização da autoridade competente, nem a lavratura do Termo de Desentranhamento (peça 1, pp. 16/8);</i></p> <p><i>c) utilização, pelo ministério, de propostas com data de validade expirada para subsidiar os preços estimados (peça 1, pp. 18/21);</i></p> <p><i>d) a licitante até o momento vencedora (Voetur Cargas e Encomendas Ltda. - Voetur) apresentou documentação com vícios, como ausência de licença da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, para prestação do serviço de armazenagem (peça 1, pp. 21/8);</i></p> <p><i>e) problema no preenchimento da planilha contendo a proposta de formação de preços da Voetur (peça 1, pp. 28/32), em desconformidade com o Anexo IV ao edital do PE 42/2017, o que pode ocasionar ‘jogo de planilha’.</i></p>
-----------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Conforme informações da Selog (peça 70):

a) o certame foi disputado por 18 licitantes (peça 44, pp. 1/3);

b) inicialmente, a proposta de menor valor global foi da sociedade empresária HS Investimentos e Participações Ltda. – EPP, a um custo anual de R\$ 97.000.000,00 (peça 44, pp. 5 e 9). Esta proposta foi desclassificada devido ao fato de o balanço patrimonial não atender às exigências editalícias, bem como de a empresa não possuir condições de cumprir o item 11 (Da Qualificação Técnica) do Termo de Referência (peça 44, pp. 5/6);

c) em 20/3/2018, foi aceita a proposta da licitante Voetur Cargas e Encomendas Ltda., pelo valor total de R\$ 97.000.000,01 (peça 44, pp. 6 e 9).

O Ministério da Saúde foi demandado por esta Corte em diversos momentos, a saber:

*a) **19/1/2018** (ofício de oitiva às peças 12/3 e resposta às peças 15 e 21/6 deste TC-000.525/2018-9):*

*‘(...) a oitiva desse Ministério, para que, no **prazo de até 5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da presente comunicação, com fundamento no art. 276, § 2º, do Regimento Interno do TCU, se pronuncie, referente ao Pregão Eletrônico 42/2017, acerca da existência dos pressupostos da medida cautelar pleiteada e acerca dos indícios de irregularidade indicados na instrução anexa, em especial quanto aos seguintes tópicos:*

***a)** valor orçado para a nova contratação (R\$ 246.531.097,88) ser bastante superior ao atualmente pago nos diversos contratos vigentes para armazenamento e transporte de ICS (R\$ 171.727.926,53), ferindo o princípio da economicidade;*

***b)** ausência no edital de previsão de seguro **ad valorem** dos ICS que serão armazenados no(s) Centro(s) de Distribuição da contratada (que representa estoque médio mensal superior a R\$ 2 bilhões), embora preveja seguro de transporte de tais insumos – item 7.14.12.4.11.13.3 do Termo de Referência, o que coloca em risco o patrimônio público;*

***c)** risco na centralização das operações em um único operador logístico em São Paulo, considerando:*

c.1) elevado risco de se dispor a uma única empresa contratada e em um único local o estoque médio de ICS mensal superior a R\$ 2 bilhões;

c.2) valores cobrados pelas seguradoras quando do serviço de armazenagem de medicamentos no Estado de São Paulo serem consideravelmente superiores aos cobrados quando no DF, por haver em SP maior ocorrência de sinistro;

c.3) inconsistência entre dados do relatório do Ipea e do constante do edital para fundamentar a solução dos armazéns em SP;

c.4) não ser possível haver transferência de estoque entre as unidades de armazenamento, visto que cada unidade é destinada a um tipo de produto;

c.5) aumento nos custos com a nova estrutura administrativa do Ministério em SP; e

c.6) aumento dos custos com os atuais fornecedores dos medicamentos, visto que haverá mudança de local de entrega;

d) requisitos técnicos indispensáveis à contratação de empresa devidamente regular perante os órgãos fiscalizadores da execução dos serviços licitados (licenças e autorizações) podem ser emitidos pelo licitante vencedor ou por empresa subcontratada (itens 7.14.12.3.2.12, 7.14.12.4.11.14.3 e 11.2 do Termo de Referência), quando os requisitos de capacidade técnica devem ser comprovados pelo licitante; e

e) informar se o órgão está coberto contratualmente para a prestação desses serviços com razoável vigência ou admite prorrogação excepcional.'

b) **22/1/2018** (ofício de oitiva às peças 8/9 e resposta à peça 10, todas do TC-000.680/2018-4):

'(...) a **oitiva** desse Ministério, para que, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da presente comunicação, com fundamento no art. 276, § 2º, do Regimento Interno/TCU, se pronuncie, referente ao Pregão Eletrônico 42/2017, acerca da existência dos pressupostos da medida cautelar pleiteada e acerca dos indícios de irregularidade indicados na instrução da Unidade Técnica anexa, em especial quanto ao seguinte tópico:

a) aparente incoerência entre a representatividade do transporte de Insumos Críticos de Saúde para o Estado do Rio de Janeiro e para o Estado de São Paulo constante do Anexo XII do edital [peça 4, pp. 202/9, do TC-000.525/2018-9] e do Relatório 'Avaliação da necessidade e localização de Centros de Distribuição para Medicamentos do Ministério da Saúde', elaborado pelo Ipea [peça 2, pp. 46/53, do TC-000.525/2018-9], o que pode não justificar adequadamente a decisão de deslocamento do Centro de Distribuição para São Paulo.'

c) **15/3/2018** (ofício de oitiva às peças 35/6 e resposta às peças 40/1 deste TC-000.525/2018-9):

'(...) a **oitiva prévia** desse Ministério, para que, no **prazo de até 5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da presente comunicação, com fundamento no art. 276, § 2º, do Regimento Interno do TCU, se pronuncie, referente ao Pregão Eletrônico 42/2017, acerca dos seguintes tópicos:

a) explicitar a metodologia utilizada para se obter os respectivos preços unitários dos itens 'modal aéreo' e 'modal rodoviário' (itens 1.1 e 1.2 da planilha de 'critério de julgamento', constante do Apêndice IX do Termo de Referência), considerando os seguintes indícios de irregularidades:

a.1.1) forma utilizada para indexação dos itens 'modal aéreo' e 'modal rodoviário', por UF, constantes das planilhas de composição de preços, visto que os valores de transporte por UF de origem foram reduzidos a um único valor que pode não refletir adequadamente os preços que serão pagos com o transporte dos Insumos Críticos de Saúde;

a.1.2) ao atribuir pesos iguais para os índices relativos às UF de origem, não foram levados em consideração a distribuição de volumes previstos em cada UF, segundo histórico de transporte dos Insumos Críticos de Saúde (contudo, considerando a mudança da localidade do Centro de Distribuição para São Paulo), o que pode acarretar 'jogo de planilha' nas propostas dos licitantes com o decorrente sobrepreço;

b) encaminhar esclarecimentos a respeito de se os atuais contratos de armazenamento de ICS exigem dos contratados a aquisição de seguro ou se, mesmo não exigido pelo contratante, as contratadas, na prática, contratam seguro por conta própria e, neste caso, qual seria o tipo e a abrangência de cobertura;

c) encaminhar simulação, com a volumetria realizada com os dados de, pelo menos, o exercício anterior (com a adequação do novo modelo de localização do Centro de

Distribuição), nas planilhas de preços apresentadas pelas licitantes já convocadas, a fim de se verificar a adequabilidade dos preços apresentados;

d) outras informações que julgar cabíveis, informando o estágio atual do certame.’

d) 2/5/2018 (ofício de oitiva às peças 53 e 55/6, grifos no original, e resposta à peça 65 deste TC-000.525/2018-9):

‘(...) **oitiva** do Ministério da Saúde para que, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da presente comunicação, com fundamento no art. 276, § 2º, do Regimento Interno do TCU, se pronuncie, referente ao Pregão Eletrônico 42/2017, acerca da existência dos pressupostos da medida cautelar pleiteada e dos indícios de irregularidade indicados na instrução anexa, em especial quanto aos seguintes tópicos, sem prejuízo de que apresente designação formal de interlocutor que conheça da matéria para dirimir eventuais dúvidas, informando nome, função/cargo, e-mail e telefone de contato:

a) representatividade, quanto à fidedignidade das propostas apresentadas pelas licitantes, em relação às despesas a serem incorridas quando da execução contratual dos índices ‘Índice Final Aéreo’ e ‘Índice Final Rodoviário’, posto que tais valores não refletem diretamente as tarifas a serem cobradas quando da execução da avença; (itens 7.2 a 7.2.3 da instrução anexa)

b) considerando-se o risco de existência de ‘jogo de planilha’ e o fato de a maior parte dos transportes de Insumos Críticos de Saúde terem como origem as regiões de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, por qual motivo o Ministério da Saúde optou por definir os índices finais aéreos e rodoviários como uma média aritmética simples das origens de todas as Unidades da Federação, sem levar em conta que a maior parte dos transportes se originarão das localidades acima, nas quais o Ministério, ou prestadoras de serviços contratadas, possui e/ou possuirá Centros de Distribuição; (itens 8.2 a 8.2.4.5 da instrução anexa)

c) justificativas quanto à existência do texto da ‘Obs. 4’ (transcrito ao item 8.2.5 da instrução anexa) nas abas ‘Critério de Julgamento’, ‘Transporte Aéreo’ e ‘Transporte Rodov’ do Anexo IV (Módulo para Precificação e Participação - CD(s)-SP) ao edital do certame, por que tal texto foi desconsiderado por ocasião da análise da proposta da licitante Voetur; (itens 8.2.5 a 8.4 da instrução anexa)

d) possibilidade de distorções na classificação das propostas das licitantes pelo fato de ser possível o entendimento, presente ao texto ‘Obs. 4’ das abas ‘Critério de Julgamento’, ‘Transporte Aéreo’ e ‘Transporte Rodov’ do Anexo IV (Módulo para Precificação e Participação - CD(s)-SP) ao edital do PE 42/2017, de que os valores com as origens São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília não poderiam ser superiores aos índices final rodoviário e final aéreo, impactando diretamente as propostas das licitantes; (itens 8.2.5 a 8.4 da instrução anexa)

e) fato de a própria simulação, usando dados relativos ao exercício de 2017, do Ministério da Saúde, que usou o total transportado pelo modal aéreo de 3.381.482 kg, ter resultado em R\$ 119.473.949,27, enquanto que o valor proposto pela licitante vencedora ter sido de R\$ 97.000.000,01, mesmo com a quantidade prevista de 7.000.000 kg para transporte por modal aéreo; (itens 10.2 a 10.3.1 da instrução anexa)

f) fato de o cálculo realizado, adotando o total estimado de 7.000.000 kg a ser transportado apenas pelo modal aéreo, com base na simulação da volumetria, elaborada pelo próprio Ministério da Saúde, referente ao exercício de 2017, ter resultado em R\$ 113.499.218,00, mantendo-se inalterados os valores médios por quilo de frete e de valor da carga, sendo o valor apenas deste modal superior ao de toda a proposta da Voetur Cargas e Encomendas Ltda. (R\$ 97.000.000,01) – o que constitui indício de que ou não haverá economicidade em relação às despesas atualmente incorridas para o objeto

deste certame (R\$ 171.727.926,53) ou de que o Ministério da Saúde estimou inadequadamente a quantidade que será transportada via modal aéreo, uma vez que o Anexo IV (Módulo para Precificação e Participação - CD(s)-SP) ao edital do procedimento licitatório em tela previu quantidade 107% superior, em quilogramas, à movimentada em 2017 (7.000.000 kg em vez de 3.381.482 kg); (itens 10.3.1 a 10.3.5 da instrução anexa)

g) o fato de a planilha com a volumetria de 2017 ter apontado um total 3.381.482 kg para transporte aéreo de Insumos Críticos de Saúde ante uma previsão de 7.000.000 kg para o modal aéreo no Anexo IV (Módulo para Precificação e Participação - CD(s)-SP) ao edital, indicando ser este o valor estimado para cada ano de vigência de eventual contrato que vier a ser celebrado; e

h) risco de eventuais distorções entre os valores propostos e os executados, em função do prazo previsto para a duração de eventual contrato originado a partir do certame em análise ser de sessenta meses; e (itens 10.2 a 10.4 da instrução anexa)

i) a listagem, com os custos e as datas de duração, e informações a respeito das sociedades empresárias contratadas, de todos os contratos emergenciais em vigor que serão substituídos por aquele termo originado a partir do certame licitatório em análise; (itens 10.3 e 10.4 da instrução anexa).’

Também foi promovida a oitiva da Voetur Cargas e Encomendas Ltda., em 30/4/2018, nos termos a seguir (ofício às peças 52 e 54 e resposta à peça 59 deste TC-000.525/2018-9):

‘(...) **oitiva** da Voetur Cargas e Encomendas Ltda., na pessoa de seu representante legal, para que, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da presente comunicação, com fundamento no art. 237, parágrafo único, c/c o art. 250, inciso V, do Regimento Interno do TCU, se manifeste, caso queira, referente ao Pregão Eletrônico 42/2017, acerca dos seguintes fatos:

a) representatividade, quanto à fidedignidade das propostas apresentadas pelas licitantes, em relação às despesas a serem incorridas quando da execução contratual dos índices ‘Índice Final Aéreo’ e ‘Índice Final Rodoviário’, posto que tais valores não refletem diretamente as tarifas a serem cobradas quando da execução da avença; (itens 7.2 a 7.2.3 da instrução anexa)

b) considerando-se o risco de existência de ‘jogo de planilha’ e o fato de a maior parte dos transportes de Insumos Críticos de Saúde terem como origem as regiões de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, por qual motivo o Ministério da Saúde optou por definir os índices finais aéreos e rodoviários como uma média aritmética simples das origens de todas as Unidades da Federação, sem levar em conta que a maior parte dos transportes se originarão das localidades acima, nas quais o Ministério, ou prestadoras de serviços contratadas, possui e/ou possuirá Centros de Distribuição; (itens 8.2 a 8.2.4.4 da instrução anexa)

c) justificativas quanto à existência do texto da ‘Obs. 4’ (transcrito ao item 8.2.5 da instrução anexa) nas abas ‘Critério de Julgamento’, ‘Transporte Aéreo’ e ‘Transporte Rodov’ do Anexo IV (Módulo para Precificação e Participação - CD(s)-SP) ao edital do certame, por que tal texto foi desconsiderado por ocasião da análise da proposta da licitante Voetur; (itens 8.2.5 a 8.4 da instrução anexa)

d) possibilidade de distorções na classificação das propostas das licitantes pelo fato de ser possível o entendimento, presente ao texto ‘Obs. 4’ das abas ‘Critério de Julgamento’, ‘Transporte Aéreo’ e ‘Transporte Rodov’ do Anexo IV (Módulo para Precificação e Participação - CD(s)-SP) ao edital do PE 42/2017, de que os valores com as origens São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília não poderiam ser superiores aos índices final rodoviário

e final aéreo, impactando diretamente as propostas das licitantes; (itens 8.2.5 a 8.4 da instrução anexa)'

O Ministério da Saúde foi instado, mediante diligência, em 2/5/2018, para que encaminhasse ao TCU (ofícios às peças 53 e 55/6 e resposta à peça 65):

'(...) cópia dos seguintes documentos e/ou esclarecimentos, relativamente ao Processo Administrativo 25000.033893/2017-57:

a) íntegra do Parecer 524/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU; (itens 13.1 e 13.4 da instrução anexa)

b) eventuais respostas originadas do parecer retro; (itens 13.1 e 13.4 da instrução anexa)

c) se houve retirada de documentos do Processo Administrativo em tela; e (itens 13.1 e 13.4 da instrução anexa)

d) caso tenha havido tal retirada de documentos, informar se foram feitas com a devida autorização e com lavratura de Termo de Desentranhamento, justificando os motivos para tanto e quem foi responsável pela retirada; e (itens 13.1 e 13.4 da instrução anexa)

e) outras informações que julgar cabíveis sobre o caso e sobre o estágio atual da contratação.'

Com base nas diversas instruções elaboradas nos autos (peças 9, 31, 48 e 70), a proposta de mérito da Selog, de 6/6/2018, em pareceres uniformes, é a que segue (peças 70/2, grifos na instrução):

*'a) **conhecer** da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e no art. 103, § 1º, da Resolução – TCU 259/2014;*

*b) **indeferir** o pedido de concessão de medida **cautelar** formulado pelo Representante, tendo em vista a inexistência dos elementos necessários para sua adoção;*

*c) no mérito considerar **parcialmente procedente** a representação formulada pela Associação das Empresas de Transporte de Cargas e Logística de Pernambuco (Assemtra) (CNPJ 11.573.623/0001-70);*

*d) **dar ciência** ao Ministério da Saúde, com fundamento no art. 7º da Resolução – TCU 265/2014, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico 42/2017, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:*

d.1) o subitem 11.2 do Termo de Referência encontra-se indevidamente dentro do capítulo 'Da Qualificação Técnica', apesar de o texto mencionar que a documentação deverá ser apresentada no início da operação; (item 5.2 desta instrução) e

d.2) a presença do texto da 'Obs. 4' na aba 'Critério de Julgamento' do Anexo IV (Módulo para Precificação e Participação - CD(s)-SP) ao edital do certame em tela foi indevida, posto que possibilitava a interpretação de que os índices 'Índice Final Aéreo' e 'Índice Final Rodoviário' deveriam ser obrigatoriamente iguais ou superiores aos índices finais relativos às Unidades da Federação de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, tanto para o modal rodoviário quanto para o modal aéreo; (itens 14.5 e 17.1 desta instrução)

*e) autorizar, desde já, que a Selog autue **processo de acompanhamento**, com fulcro no art. 241, inciso II, do RI/TCU, a fim de fiscalizar os seguintes tópicos: a ocorrência de economicidade e de ganhos de eficiência administrativa na execução de eventual contrato assinado em decorrência do Pregão Eletrônico 42/2017, em relação à atual forma de contratação do mesmo objeto; e a metodologia adotada pelo Ministério de Saúde, quanto à definição dos índices 'Final Aéreo' e 'Final Rodoviário' como critérios para o julgamento do preço das propostas das licitantes;*

f) encaminhar cópia desta instrução e da deliberação que vier a ser adotada ao Ministério da Saúde, à sociedade empresária Voetur Cargas e Encomendas Ltda. e às Representantes deste processo (Associação das Empresas de Transporte de Cargas e Logística de Pernambuco) e dos apensos (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Maya Consultoria Ambiental Ltda. – ME, Rabibe Mendes Sabino e Milton César Ferreira Rangel), esclarecendo-lhes que o inteiro teor da referida deliberação pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e

g) apensar, definitivamente, os presentes autos ao processo de acompanhamento que vier a ser autuado conforme item ‘e’ desta proposta de encaminhamento, nos termos dos arts. 36 e 37 da Resolução – TCU 259/2014.’

Por ocasião da conclusão da instrução da Selog (6/6/2018), o certame encontrava-se aguardando adjudicação (fonte: sítio eletrônico Compras Governamentais).

No mês seguinte, em 9/7/2018, foi celebrado o Contrato 59/2018, entre o Ministério da Saúde e a Voetur Cargas e Encomendas Ltda., no valor total de R\$ 97.000.000,01, com vigência de 9/7/2018 a 9/7/2023 (extrato publicado no Diário Oficial da União de 12/7/2018. Edição 133, Seção 3, pág. 89).

No dia 2/8/2018, Vossa Excelência encaminhou os autos ao Ministério Público de Contas, para a oitiva prevista no art. 62, inciso III, do Regimento Interno/TCU (peça 73).

II

Por seus fundamentos, o Ministério Público de Contas acompanha, na íntegra, as conclusões da unidade técnica.

A farta documentação constante dos autos, os inúmeros esclarecimentos trazidos ao processo e as minuciosas análises a cargo da Selog denotam que a representação deve ser considerada improcedente no tocante à considerável parte das ocorrências apontadas pelos representantes, conforme detalhamento à peça 48, pp. 14/5, item 16.

Com base nas diversas instruções levadas a efeito pela unidade técnica, o MP de Contas reproduz a síntese dos principais achados e das respectivas propostas da unidade técnica, consoante segue:

a) quanto ao alegado não parcelamento do objeto (armazenagem, gestão e distribuição de ICS), consta do termo de referência ampla justificativa técnica para tal medida (peça 4, pp. 50/4 e 57/9), destacando-se: a.1) maior acurácia e disponibilidade das informações, possibilitando rastreamento do estoque e do transporte dos ICS, além de possibilitar extração de informações gerenciais; a.2) maior eficiência no controle das operações em relação à contratação de mais de uma empresa. A solução prevista é condizente com a Súmula TCU 247 e as previsões editalícias de permitir formação de consórcios (peça 4, p. 45, item 20) e de subcontratação parcial dos serviços (peça 4, p. 46, item 21) enfraquecem a alegação apresentada, pois visam a aumentar a competitividade do certame licitatório (peça 9);

b) em relação aos requisitos técnicos indispensáveis à contratação de empresa devidamente regular perante os órgãos fiscalizadores da execução dos serviços licitados (licenças e autorizações), parece razoável a opção de somente serem solicitados da licitante vencedora após o encerramento da licitação, visto: b.1) buscar, em atenção ao disposto no inciso I do § 1º do art. 3º da Lei 8.666/1993, não estipular cláusula que possa, de forma desnecessária, restringir a competitividade do certame; b.2) estar condizente com o disposto no art. 20, § 1º, da IN/SLTI/MPOG 2/2008; e b.3) estar congruente com a jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 125/2011, 7.388/2011 e 815/2016, todos do Plenário, 3.464/2017 e 7.540/2017, ambos da 2ª Câmara (peça 9);

c) sobre o valor orçado para a nova contratação (R\$ 246.531.097,88) ser bastante superior ao atualmente pago nos diversos contratos vigentes para armazenamento e transporte de ICS (R\$ 171.727.926,53), ferindo o princípio da economicidade (peça 31):

c.1) segundo o ministério (peça 15, p. 2), o valor orçado para a nova contratação tratou apenas de uma estimativa e foi o resultado das propostas que as empresas enviaram para fazer a composição dos preços. No dia 23/1/2018, realizou-se o pregão, com a participação de 18 empresas. Após a fase de lances, os valores apresentados ficaram muito abaixo do estimado e também do que é gasto no contrato atual, levando em conta que o valor gasto atualmente refere-se à prestação de serviço com objeto diferente do que se pretende contratar, uma vez que toda a gestão da solução ficará a cargo da empresa contratada. No modelo atual, entre outros serviços e aquisições necessários, são contratadas separadamente as locações dos imóveis, a mão de obra, as locações das câmaras frigoríficas e as aquisições de embalagens;

c.2) assim, o MS definiu a estimativa de preço com base apenas nas propostas encaminhadas pelas empresas. A metodologia utilizada pelo ministério foi explicitada na Nota Técnica 10-SEI/2017-CGAD/DLOG/SE/MS (peça 2, pp. 31/42), na qual consta que foi efetuada uma análise dos preços unitários dessas propostas encaminhadas, descartando-se os valores muito discrepantes e estimando uma média dos demais, consoante se verifica a seguir (peça 2, p. 36):

‘Quanto a isso, notou-se que, a depender do item, cada empresa tem uma política para mensuração do seu custo, dada a grande variação dos valores cotados em cada item. Mesmo com esse cenário, pôde-se constatar certos padrões, os quais serviram para composição do valor global de referência na licitação.

Para tanto, foram obedecidos os seguintes passos:

- 1. Análise de todos os valores, onde verificou-se que a adoção do menor valor por item acarretaria possível inexecutabilidade, pondo em risco a execução dos serviços aqui contratados, sendo tais valores desconsiderados;*
- 2. Neste mesmo sentido, restou claro que a adoção dos valores médios para os itens poderá ensejar possível ‘jogo de planilhas’, sendo essa metodologia também descartada, pois poderá ferir o erário;*
- 3. Por fim, após o descarte dos valores inexequíveis e, também, preservando o erário, descrita metodologia e na busca do justo valor, mas com garantias mínimas de execução, fora adotado o critério de EXCLUIR o menor valor por campo e tiramos a média dos 03 (três) próximos valores menores apresentados.’*

c.3) em reunião no dia 12/1/2018, na Selog, técnicos do MS alegaram também que não havia, no âmbito desse ministério ou de outros órgãos, contratos similares que servissem de base para auxílio à estimativa de preço;

c.4) em vista desses aspectos, considera-se justificada a questão;

d) quanto à ausência, no edital, de previsão de seguro **ad valorem** dos ICS que serão armazenados nos Centros de Distribuição da contratada (peça 31):

d.1) a taxa de seguro **ad valorem** diz respeito à responsabilidade do depositário durante o período de armazenamento, cobrindo sinistros, perdas, avarias e faltas, por exemplo;

d.2) o ministério informa (peça 15, p. 3) que esta questão foi alvo de questionamentos e impugnações anteriores, sendo, em todos os casos, exaustivamente a administração optou em proteger o estoque armazenado exigindo que a contratada esclarecida; que siga o previsto nos itens 7.11, 10, 11, 14 e 21, todos do Termo de Referência, os quais visam a minimizar os riscos para a Administração Pública na presente contratação, além de atender aos requisitos legais e estruturais; que, pelo histórico do ministério, não houve registro de sinistros relevantes; que, de acordo com o art. 20, alínea ‘m’, do Decreto-Lei 73/1966 (Sistema Nacional de Seguros Privados), o ministério deve exigir a apresentação dos seguros de transporte, pois estes são de emissão obrigatória; que tal obrigação legal não se aplica ao serviço de armazenagem; que, segundo taxas cotadas entre as seguradoras que apresentaram os orçamentos solicitados (peça 15, pp. 3/4) e considerando o valor estimado das mercadorias a serem estocadas (cerca de R\$ 2 bilhões ao mês), o custo estimado do seguro ao ano seria de aproximadamente R\$ 82.400.000,00, ou seja, quase o valor dos primeiros colocados no

pregão. Sendo assim, salvo melhor juízo, tal exigência mostra-se contenciosa ao princípio da legalidade. Mesmo em havendo tal possibilidade, quais coberturas se exigiriam? Cobertura básica: raio, incêndio e explosão? Ou se iria além, cobertura de furto, roubo e suas qualificadoras? Ou ainda: cobertura de desgelo, desvio de qualidade? Dentro dos limites legais, o ministério exigiu da empresa a ser contratada todos os sistemas protecionais aplicáveis ao caso e, também, dentro das boas práticas de armazenagem, exigiu elevado nível de controle técnico (garantia da qualidade);

d.3) as justificativas apresentadas pelo ministério são razoáveis. A aquisição de um seguro de quase o valor total da contratação seria algo desarrazoado. As medidas protetivas constantes do TR também se mostram pertinentes, especialmente a responsabilidade por indenizar e a garantia contratual;

d.4) apesar disso, há, embora remota, uma possibilidade de que tais medidas não se mostrem eficazes, considerando que o valor dos insumos estocados é muito elevado, comparativamente ao valor do contrato. Pode-se dizer, com razoável segurança, que a empresa que vier a ser contratada não teria capacidade financeira de indenizar o MS pela ocorrência de sinistro que danificasse todo ou grande parte do estoque;

d.5) a garantia contratual, no valor R\$ 9.700.000,00 (10% do valor da melhor proposta), não chega a cobrir 0,5% do valor dos insumos. Soma-se a isso o que estabelece a Lei 8.666/1993: 'Art. 56. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras. (...) § 5º Nos casos de contratos que importem na entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, ao valor da garantia deverá ser acrescido o valor desses bens';

d.6) com base no mencionado § 5º, deve ser acrescido, ao valor da garantia, o valor dos bens ao qual o contratado ficará depositário, o que não foi exigido no edital. Não obstante, no caso concreto, tal exigência afastaria quase a totalidade dos licitantes, diminuindo a concorrência e elevando o valor da contratação a um patamar muito superior;

*d.7) o seguro **ad valorem** que cobriria todos os insumos também elevaria consideravelmente o valor da licitação, afastaria concorrentes, aviltando os princípios da eficiência e da economicidade;*

d.8) uma saída para tal questão poderia estar na exigência de um seguro parcial, da ordem de 25% do valor dos insumos em estoque, por exemplo. Considerando a taxa de 0,2%, citada pela representante (peça 15, p. 4), o seguro incorporaria cerca de R\$ 5.000.000,00 ao valor da proposta, valor razoável, quando comparado ao se contratar seguro para todo o estoque, que poderia, em princípio, ser suportado economicamente pelo ministério;

d.9) apesar disso, esta solução exigiria, no presente momento, a anulação do Pregão 42/2017 e o retorno à fase de planejamento, situação não desejável. A uma porque atrasaria sobremaneira a contratação. Segundo o MS, dos oito galpões que atualmente possui, dois encontram-se contratados emergencialmente, por mais de uma vez, até 18/4/2018 e até 23/6/2018 (peça 15, p. 4). A duas porque uma nova licitação elevaria o valor da contratação a um patamar superior, já que haveria nova concorrência e a incorporação do item 'seguro', em condições a serem definidas pelo MS;

d.10) uma outra opção seria a redução do risco de cobertura, exigindo, por exemplo, cobertura contra risco de incêndio, queda de raio, explosão ou a limitação da área a ser segurada. São questões que podem ser estudadas pelo contratante;

d.11) como não consta dos autos a forma como o MS tem tratado estas questões nos contratos até então firmados, ou seja, não se sabe se o seguro foi exigido ou se, mesmo não exigido pelo contratante, as contratadas, nos casos concretos, contratam seguro por conta própria e, nesse caso, qual seria o tipo e a abrangência de cobertura, o MS foi ouvido a respeito e informou que 'atualmente a não exigência de seguros é a regra geral (vide item 9 desta instrução) nos contratos assinados entre o MS e os fornecedores para os serviços de armazenagem dos ICS, sendo que o único

CD que possui um prêmio estabelecido em contrato no caso de sinistro prevê um ressarcimento ínfimo quando comparado ao valor total em estoque’;

d.12) a unidade técnica propõe, assim, ‘com o intuito de mitigar os riscos advindos de algum fato que implique perdas e deteriorações dos ICS, e levando em conta a materialidade e a relevância do objeto da presente representação, (...) determinar ao MS que estude a possibilidade e os custos de contratar um seguro possibilitando a indenização, ainda que parcial, dos ICS armazenados’ (peça 48, item 9.4);

e) relativamente ao elevado risco de se dispor a uma única empresa contratada e em um único local o estoque médio de ICS mensal superior a dois bilhões de reais:

e.1) segundo o ministério (peça 15, p. 3), na operação atual existe risco semelhante, pois cada produto é armazenado em um único Centro de Distribuição (CD), conforme tabela com as contratações atuais. Além disso, os Centros de Distribuição atuais não oferecem condições superiores ao que se deseja contratar. As exigências dos itens 7.11, 10, 11, 14 e 21 do Termo de Referência visam a minimizar os riscos para Administração Pública na presente contratação e, pelo histórico do MS, não houve registro de sinistros relevantes;

e.2) além dos argumentos acima, consta do TR, relativamente à justificativa da contratação, que o modelo atualmente adotado não se coaduna com os objetivos almejados pela Administração, especialmente considerando as operações de logística integrada, que apresentam as seguintes vantagens (peça 15, p. 52):

‘1 - Minimizar os riscos inerentes à armazenagem:

2 - Garantir mais agilidade na distribuição, reduzindo o tempo para o transporte;

3 - Garantir, sob o aspecto concorrencial, maior competitividade: e.

4 - Melhor dimensionamento da infraestrutura com o fim de facilitar o atendimento dos pedidos com maior rapidez em todas as unidades da federação, em consonância com a densidade demográfica do Brasil, conforme demonstrado nos mapas apresentados a seguir:’

e.3) considera-se que, embora haja riscos, a definição do modelo de contratação do MS encontra-se dentro de sua alçada. Além disso, a decisão para centralização foi baseada na análise de custos logísticos efetuada pelo Ipea, que concluiu, após o estudo de diversos cenários, que a opção por um único centro de distribuição em São Paulo foi a que apresentou menor custo global (peça 2, p. 53);

f) em relação ao risco na centralização das operações em um único operador logístico em São Paulo, considerando os valores cobrados pelas seguradoras quando do serviço de armazenagem de medicamentos no Estado de São Paulo serem consideravelmente superiores aos cobrados quando no DF, por haver em SP maior ocorrência de sinistro:

f.1) o ministério aduz (peça 15, pp. 3/4) que, após a realização da audiência pública, apenas três empresas cotaram os percentuais do seguro e, após várias simulações, não observou aumento de percentagem em nenhum estado. Após entrar em contato com algumas seguradoras, foram informados da dificuldade de se orçar sem um CEP estabelecido, de não atender com o valor percentual necessário, além da necessidade de se buscar um resseguro internacional;

f.2) analisando-se os argumentos acima, juntamente com os já analisados nos itens anteriores, considera-se justificada a questão;

g) no que tange ao risco na centralização das operações em um único operador logístico em São Paulo, considerando inconsistência entre dados do relatório do Ipea e dados constantes do edital para fundamentar a solução dos armazéns em São Paulo (peça 31):

g.1) o MS afirma, inicialmente (peça 15, p. 4), que a entrada de 2,4 mil toneladas de mercadorias não havia sido considerada no relatório do Ipea. Afirma, ainda, que as possíveis diferenças apontadas não invalidam as conclusões do estudo e do próprio objetivo da contratação;

que esse quantitativo serve apenas como indicação da escala da operação a ser contratada, não representando o volume firme a ser contratado; que, quanto maior o custo fixo de operação de um CD, mais favorável a opção de se operar com apenas um; que, conforme estudo, esses custos seriam baixos em comparação aos custos de transporte, o que favorece a opção desejada;

g.2) o ministério alega, também, que, na operação atual, não há transferências entre Centros de Distribuição, pois os produtos armazenados em um CD são distintos dos armazenados nos demais, o que geraria o transporte de cada CD para todos os estados do Brasil. Haveria, por exemplo, transporte com saída do RJ para todas as cidades, assim como a partir de Brasília para todas as cidades, cada um levando produtos distintos, 'o que geraria custos de transporte superiores do que se cada cidade fosse atendida pelo Centro mais próximo'. Esse teria sido o modelo de operação simulado pelo Ipea, em que, em cada CD, há armazenamento de todos os produtos;

g.3) no âmbito do TC 000.680/2018-4 (apenso, peça 10), o Ministério da Saúde informou que, durante a instrução processual, simulou diversos cenários para instalação de Centros de Distribuição em vários estados no Brasil, na busca de melhor definir a condição ideal a ser adotada; que o item 2.2 do Termo de Referência expõe as viabilidades operacional, econômica e administrativa [peça 4, pp. 52/7]; que, no momento em que foi feita a pesquisa de mercado, 12 empresas interessadas forneceram propostas para formar o mapa estimativo de preços para a licitação; que esse foi o modelo de operação simulado pelo Ipea, no qual, em cada CD, há armazenamento de todos os produtos; que, para a seleção do local de instalação do Centro de Distribuição, foram adotadas duas abordagens, considerando que apenas uma abordagem numérica não atenderia à complexidade da operação de âmbito nacional e com imensos volumes distribuídos anualmente (primeira abordagem: é qualitativa e envolve a identificação e a descrição de critérios que são potenciais redutores de custos para as empresas que poderão participar da licitação, resultando em possíveis preços menores para a Administração Pública; segunda abordagem: envolve uma análise por meio de Programação Linear Inteira Mista e o método Simplex para a definição matemática da melhor localização para o armazém);

g.4) diante dos fatos expostos, o Ministério da Saúde encomendou ao Ipea a confecção de relatório técnico avaliando o melhor local para a instalação das operações logísticas para a distribuição dos insumos críticos. Tanto o resultado da simulação quanto o relatório do Ipea [peça 2, pp. 46/53] apontaram o estado de São Paulo como o melhor local;

g.5) a Selog pondera (peça 31) que a questão diz respeito ao histórico, constante do Termo de Referência, de volumes e de pesos taxados no modal terrestre, que indicava que 34,67% dos materiais foram destinados ao Estado do Rio de Janeiro, enquanto apenas 16,37% tiveram como destino o Estado de São Paulo. Já no relatório elaborado pelo Ipea, o volume demandado para SP (2.216.592 kg) era superior ao volume para o RJ (1.271.882 kg) para os modais aéreo e terrestre. Ademais, nas simulações realizadas pelo Ipea para cálculo de custo em função da localização do(s) Centro(s) de Distribuição, verificou-se que os custos de transporte com o CD no RJ são superiores aos em SP (peça 5, p. 4, do TC 000.680/2018-4);

g.6) o Coordenador-Geral de Armazenagem e Distribuição de Insumos Estratégicos para Saúde/MS elucidou essa questão (peça 20):

'O 34,67% que foi apontado em 2016 é referente ao volume total transportado, incluindo a mercadoria entregue no estado e/ou município e a carga de **Inbound** (entrada de mercadoria) que recebemos, conforme informado acima no quantitativo do IPEA para a análise foi desconsiderado, além das transferências de mercadoria e insumos entre os 04 CDs – Centros de Distribuição que temos no RJ.'

g.7) resumidamente, as divergências, segundo o MS, decorrem do fato de que as tabelas referentes à distribuição geral – transportes terrestre e aéreo – constantes do TR (peça 4, pp. 208/9) levam em consideração o transporte de mercadoria **inbound** (entrada de mercadoria nos CDs) e o remanejamento entre os centros dentro do próprio estado. De fato, o Rio de Janeiro conta com quatro

galpões e o registro do transporte até esses destinos não pode ser considerado para mapeamento da cidade com maior distribuição final. Portanto, consideram-se justificadas as questões;

h) no que tange ao risco na centralização das operações em um único operador logístico em São Paulo, considerando não ser possível haver transferência de estoque entre as unidades de armazenamento, visto que cada unidade é destinada a um tipo de produto:

h.1) o ministério afirma (peça 15, p. 4) que, com o modelo definido para esta contratação, o espaço será otimizado, podendo ser compartilhado de acordo com o tipo de faixa de temperatura e separado conforme normas estabelecidas pela legislação;

h.2) considera-se justificada a questão. Os remanejamentos não serão mais necessários com um único Centro de Distribuição;

i) sobre o risco na centralização das operações em um único operador logístico em São Paulo, considerando o aumento nos custos com a nova estrutura administrativa do ministério em SP:

i.1) segundo o MS (peça 15, p. 4), a perspectiva é de redução, tendo em vista as 82 pessoas que atualmente tratam de assuntos administrativos;

i.2) com efeito, com a centralização das operações, é provável que haja redução da estrutura administrativa necessária, no entanto, isto somente poderá ser aferido quando da execução dos serviços. Assim, por ora, essa questão está justificada;

j) no que se refere ao risco na centralização das operações em um único operador logístico em São Paulo, considerando o aumento dos custos com os atuais fornecedores dos medicamentos, visto que haverá mudança de local de entrega:

j.1) o ministério argumenta (peça 15, p. 4) que haverá impacto nos custos dos fornecedores, mas que deverão ser, na sua maioria, de redução, devido à localização de diversos fornecedores em SP. Os contratos de fornecimento serão negociados conforme demandados. A redução teria sido prevista pelo Ipea, conforme práticas de operação semelhantes, existindo uma grande possibilidade de redução, conforme demonstrado em Nota Técnica;

j.2) o relatório do Ipea menciona que a centralização promoverá a redução de custos hoje bancados pelos fornecedores, que devem repassá-la, ao menos em parte, para o MS (peça 3, p. 7, do TC 000.680/2018-4). Sendo assim, considera-se justificada a questão;

k) quanto aos requisitos técnicos indispensáveis à contratação de empresa devidamente regular perante os órgãos fiscalizadores da execução dos serviços licitados (licenças e autorizações) poderem ser emitidos pelo licitante vencedor ou por empresa subcontratada (itens 7.14.12.3.2.12, 7.14.12.4.11.14.3 e 11.2 do Termo de Referência), quando os requisitos de capacidade técnica devem ser comprovados pelo licitante:

k.1) o ministério defende (peça 15, p. 4) que as exigências se enquadram no limite expresso no art. 30 da Lei 8.666/1993. O órgão afirma ter exigido a apresentação dos atestados de capacidade técnica nos moldes legais, enquanto os demais documentos seriam exigidos por ocasião da execução dos serviços. A exigência de documentação de terceiros será necessária, segundo alega, uma vez que há possibilidade de subcontratação de serviços que exijam tais autorizações, sendo estas obrigatórias a esses subcontratados;

k.2) o subitem 7.14.12.3.2.12 refere-se à obrigação de a contratada manter os veículos devidamente limpos e higienizados e com todas as licenças para transporte válidas, conforme determinação das agências reguladoras responsáveis (peça 19, pp. 48/9); o subitem 7.14.12.4.11.14.3 exige que os equipamentos e os veículos estejam em conformidade com a vigilância sanitária (peça 4, p. 116) e o subitem 11.2 refere-se ao certificado de vistoria veicular emitido pela vigilância sanitária (peça 19, p. 67);

k.3) dos três subitens, apenas o 11.2 [peça 4, p. 127] encontra-se, indevidamente, dentro do capítulo referente à qualificação técnica, todavia, o texto é claro ao mencionar que tal documentação deverá ser apresentada no início da operação. Dessa forma, propõe-se que o MS seja cientificado a respeito de tal impropriedade;

l) relativamente à questão de o órgão estar coberto contratualmente para a prestação desses serviços com razoável vigência ou admitir prorrogação excepcional:

l.1) o ministério noticia (peça 15, p. 4) que, dos oito galpões que atualmente possui, dois encontram-se contratados emergencialmente até 18/4/2018 e até 23/6/2018, por mais de uma vez. Além dos galpões, afirma que '(...) temos no DF 01 contrato em excepcionalidade de mão de obra (vigente até o dia 13/01/2019), temos no RJ um contrato emergencial de mão de obra RJ (NOVA RIO SERVIÇOS - vigente até o dia 15/07/2018) (principal com 76 pessoas), 01 contrato de mão de obra na excepcionalidade (vigente até o dia 25/09/2012) e 01 contrato de mão de obra no último ano (vigente até o dia 01/07/2018)';

l.2) das informações prestadas, observa-se que o problema está em um dos contratos que se encontra prorrogado emergencialmente, por mais de uma vez, até 18/4/2018. Não é possível, todavia, afirmar que se encontra presente o perigo da demora ao reverso, pois seria necessária uma análise mais detalhada a fim de se verificar o impacto deste único contrato em face da nova contratação, em vista de todos os fatos que aqui são discutidos;

m) no que se refere à metodologia utilizada para se obterem os respectivos preços unitários dos itens 'modal aéreo' e 'modal rodoviário' (itens 1.1 e 1.2 da planilha de 'critério de julgamento', constante do Apêndice IX do Termo de Referência):

*m.1) o MS informou que, para confecção das planilhas de composição de preços, utilizou as regulamentações e as práticas do mercado para cada um dos serviços contratados: no que tange ao serviço de frete dos ICS, separou as modalidades em transporte aéreo e rodoviário; quanto ao transporte aéreo, seguiu a Resolução Anac 139/2010 ('Art. 3º A tarifa referente ao serviço de transporte aéreo de carga deverá ser expressa em um único valor e representará o total a ser pago pelo contratante pela prestação do serviço de transporte aéreo conforme itinerário discriminado no documento de conhecimento de transporte'); relativamente ao transporte rodoviário de mercadorias, noticiou que ele é pouco regulado pelo poder público e que os agentes privados que atuam no setor convencionaram formas de precificar frete (peça 41, p. 3, exemplos: i) frete **ad valorem**, aplicado em casos de mercadoria com baixo peso, mas com grande valor comercial; ii) metro cúbico por quilômetro, usado em cargas de grandes dimensões, a exemplo de móveis domésticos; e iii) quilograma por quilômetro, metodologia aplicável a carga fracionada);*

m.2) o ministério adotou a forma de cobrança 'valor por quilograma' (R\$/Kg), por 'melhor mensuração dos custos e maior assertividade em procedimentos de auditoria' (peça 41, p. 3);

m.3) o valor por quilograma apresenta a sistemática do cálculo do valor em função exclusivamente do peso da carga, e não da distância percorrida. Todavia, o parâmetro do custo por quilograma varia de acordo com as unidades da federação - UF de origem e de destino dos transportes dos ICS. Exemplificando: uma carga de origem em São Paulo e destino em Alagoas possuiria o mesmo valor por quilograma, independente da época do transporte. Todavia, tal valor seria distinto do transporte para a origem São Paulo e destino em Mato Grosso;

m.4) de fato, as planilhas a serem preenchidas pelas licitantes continham valores únicos (peças 29/30) a cada transporte (no caso do transporte aéreo, o valor por quilograma varia em função da faixa do peso da carga a ser movimentada);

m.5) o ministério também alega ser inaplicável, ao caso, a adoção de pesos distintos para cada região, uma vez que os serviços seriam demandados de acordo com a necessidade das áreas, vale dizer, argumenta que, para a aplicação de uma média ponderada no cálculo do índice final, seria 'necessário o conhecimento prévio da demanda a ser executada' (peça 41, p. 3);

m.6) não seria razoável exigir uma precisão absoluta do MS em seu planejamento, até pela natureza sob demanda dos serviços, mas a utilização de dados pretéritos no que tange ao envio de ICS às UFs seria plenamente possível e desejável, até porque tais informações são de conhecimento do órgão ministerial;

m.7) o MS não se pronunciou expressamente quanto à possibilidade de 'jogo de planilha', o qual seria caracterizado em virtude de muitos transportes para uma(s) determinada(s) UF(s) com custo efetivo substancialmente inferior ao preço orçado pela contratada, a qual lucraria com a diferença entre os valores despendidos e aqueles cobrados do MS em sua proposta de preços;

m.8) o Coordenador-Geral de Armazenagem e Distribuição de Insumos Estratégicos para Saúde/MS informou que as fórmulas e os índices utilizados para calcular os valores de transporte foram definidos de forma a mitigar o risco de existência de 'jogo de planilha', porém, considerou que não há como eliminar totalmente a possibilidade, visto que o ministério não sabe, a priori, o quantitativo estimado de ICS por rota, sequer o total de ICS que serão demandados ao longo da execução do contrato;

m.9) entende-se isso como um agravante, visto que a contratação a ser originada por meio do PE 42/2017 terá vigência de sessenta meses (peça 4, p. 44). Logo, quaisquer problemas na formulação dos índices nacionais relativos aos transportes aéreo e rodoviário causariam impacto pelo prazo de até cinco anos;

m.10) na peça inicial do TC 011.136/2018-9 [apenso], a representante discorre quanto a um suposto 'jogo de planilha' efetuado pela Voetur, conforme se depreende dos excertos abaixo (peça 1, pp. 27/28, do TC 011.136/2018-9):

'Levando em consideração que 99% dos volumes deste contrato partem e irão partir dos estados de SP, RJ e DF, como já foi elucidado exaustivamente anteriormente, na prática, ou seja, no momento da execução contratual, o valor efetivamente que será cobrado pela empresa VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA não será de R\$ 3,75 por kg, mas sim de R\$ 6,32 para o RJ, R\$ 6,30 para São Paulo, e R\$ 4,72 para o DF, causando elevados danos ao erário público.

(...)

Notem que não se trata de um erro formal na elaboração da proposta. Trata-se de um descumprimento do ato convocatório, com jogos de planilhas, que dão a impressão de que o contrato será executado por R\$ 97 milhões por ano, quando, na realidade, o valor efetivamente executado irá superar a faixa dos R\$ 130 milhões por ano, causando enorme dano aos cofres públicos. (grifos nossos)'

m.11) de fato, a Selog simulou a proposta apresentada pela Voetur com o índice relativo à origem São Paulo. Assim, o valor do campo 'Modal Aéreo' na aba 'Critério de Julgamento' passou de R\$ 3,75 para R\$ 6,30, e o valor global inicial da proposta foi alterado de R\$ 97.000.000,01 (peça 6, p. 1, do TC 011.136/2018-9) para R\$ 114.895.104,48 (peça 9, p. 1, do TC 011.136/2018-9). Ressalva-se que: a simulação está maximizada, uma vez ter considerado que as origens do transporte aéreo saíam todas de São Paulo, o que não ocorrerá na prática; e aspectos relativos aos custos com transporte rodoviário não foram levados em conta, pois seu impacto será menor, considerando que o índice atribuído ao transporte rodoviário com origem no Distrito Federal foi de 0,97, contra 0,87 do índice nacional (peça 46, pp. 2 e 14), enquanto que os índices relativos às origens São Paulo e Rio de Janeiro possuem valores idênticos ao valor nacional (peça 46, pp. 11/2 e 14);

m.12) perfunctoriamente, é possível a existência de 'jogo de planilha', pois, à medida que a avença estiver sendo executada, os ICS a serem transportados a partir de São Paulo tendem a ser cada vez maiores, uma vez que os centros de distribuição (CD) ficarão em São Paulo, a até 75 quilômetros do Aeroporto de Guarulhos, em respeito ao item 7.2.1.5.1 do TR do PE 42/2017 (peça 4, p. 64);

m.13) sublinha-se, porém, que os índices constantes das planilhas de formação de preços apresentados pelas licitantes não se confundem com as tarifas que serão efetivamente cobradas ao longo da execução. Isso porque o que definirá os valores constantes das faturas a serem apresentadas pela eventual contratada são – no que tange aos itens de transporte rodoviário e transporte aéreo – os valores cobrados por quilo entre a origem e o destino de transporte dos ICS;

m.14) para exemplificar, a proposta da Voetur apresentou um índice final aéreo de 3,75 (peça 6, p. 1, do TC 011.136/2018-9). Seu índice para São Paulo foi, porém, de 6,30 (peça 6, p. 13, do TC 011.136/2018-9). Essa diferença de índices, no entanto, não impacta a execução contratual, pois o valor cobrado, exclusivamente quanto ao frete relativo à quantidade transportada, não teria vinculação alguma com tais índices, mas, sim, com os valores descritos na aba 'Transporte Aéreo' de sua planilha de formação de textos [preços] (peça 6, pp. 2/29, do TC 011.136/2018-9), a saber:

Tabela 1- Exemplos de custos tarifários entre São Paulo e Tocantins

Quantidade (kg) – A	Tarifa aplicável ¹ (R\$) – B	Valor cobrado ² (R\$) – A x B
10,00	11,55	115,50
50,00	10,11	505,50
500,00	7,76	3.880,00
5000,00	6,43	32.150,00

¹ Extraída da peça 6, p. 13, do TC 011.136/2018-9

² Não inclui taxas de serviços

m.15) ainda no âmbito do TC 011.136/2018-9, a representante alega que a proposta da Voetur violaria o texto abaixo, presente à aba 'Critério de Julgamento' do Anexo IV ao edital:

'Obs. 4: Noutro sentido, visto que os serviços de distribuição de ICS sofrem variações de demandas por regiões, bem como por modalidades (aéreo e terrestre), evidenciou a possibilidade de haver 'jogo de planilhas', onde a empresa licitante apresente altos valores em trechos onde há maior incidência de carga, o que causaria vício ao processo, além de relevante prejuízo ao erário. Por fim, objetivando garantir a isonomia entre os licitantes, a lisura da disputa e, ainda, a manutenção do interesse da coletividade, houve por bem definir que os trechos de origem DF, SP e RJ não poderão apresentar valores maiores que os expressos neste processo conforme esta planilha e também o valor da média apresentada no Índice = (somatório/quantidade de faixas por kg/destinos possíveis) dos trechos de origem DF, SP e RJ não poderá apresentar valor maior do que a média apresentada em R\$ por KG transportado no Modal Aéreo e Rodoviário apresentado no Preço Unitário da ABA critério de julgamento conforme demonstrado nesta planilha, sendo, portanto, passível de desclassificação. (grifos presentes no original)'

m.16) a decisão do pregoeiro (peça 45, p. 8) informa que a 'Obs. 4' teria como intuito limitar os valores das licitantes àqueles constantes do Anexo III; que seria ilógico exigir, no Anexo IV, que a proponente limitasse os valores de origem em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília ao referente ao índice nacional; que a origem de tal regra seria o fato de o valor cotado nacionalmente para o transporte rodoviário (5,17) ser superior ao cotado para a origem Brasília (5,31), assim o MS entendeu por bem inserir essa restrição; que se manifestara anteriormente – por meio de documentos presentes ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI) – no sentido da aplicação do texto citado aos valores presentes ao Anexo III do edital do PE 42/2017;

m.17) a Voetur justificou, em síntese, que não caberia a aplicação da supracitada 'Obs. 4' ao Anexo IV, pois este apresentaria valores inexecutáveis, como R\$ 1,00 referente à taxa mínima para o trecho com origem Sergipe e destino Pará no modal aéreo (peça 45, p. 9);

m.18) em análise perfunctória, discorda-se do entendimento da Voetur e do MS. O fato de o 'Anexo IV - Módulo para Precificação e Participação - CD(s)-SP' conter valores já preenchidos quando do **download** das licitantes não implica que as potenciais fornecedoras tivessem que obedecer aos valores dessa planilha, uma vez que seria editada para cálculo das propostas referentes ao PE 42/2017;

m.19) por outro lado, a presença do texto 'Obs. 4' nas abas 'Transporte Aéreo', 'Transporte Rodov' e 'Critério de Julgamento' do Anexo IV poderia induzir os licitantes a definirem

os índices de valores para as origens São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro – tanto para transportes aéreos quanto para transporte rodoviário – como iguais ou inferiores aos índices nacionais, o que impactaria diretamente suas propostas;

m.20) questionado a respeito da existência do texto da ‘Obs.4’ nas abas ‘Critério de Julgamento’, ‘Transporte Aéreo’ e ‘Transporte Rodov’ do Anexo IV (Módulo para Precificação e Participação - CD(s)-SP) ao edital do certame, por que tal texto foi desconsiderado por ocasião da análise da proposta da licitante Voetur, o ministério informou (peça 65, p. 37) que o interesse da Administração com a juntada do Anexo IV era facilitar aos licitantes a confecção de suas propostas, visto que há a aplicação de fórmulas matemáticas, e evitar que houvesse modificações das referidas fórmulas, o que poderia causar enorme prejuízo ao MS. Informou, ainda, que o Anexo IV era um ‘espelho’ do Anexo III, porém, sem valores;

m.21) a Voetur, por sua vez, alega que o texto da ‘Obs. 4’ na aba ‘Critério de Julgamento’ do Anexo IV (Módulo para Precificação e Participação - CD(s)-SP) tratava-se de mero erro material, que não trouxe prejuízo ao certame (peça 59, p. 13) e que, apesar de o texto estar no Anexo IV, em todos os momentos, o MS confirmou que os únicos valores de referência seriam os constantes do Anexo III (Módulo de Precificação CD(s)-SP - Preços Máximos Admitidos), inclusive no **chat** do Portal Compras Governamentais durante a fase de negociação da proposta com a Voetur (peça 59, p. 13). Também afirma que nenhum licitante apresentou objeção aos alertas feitos pelo pregoeiro e que o MS discutiu o tópico em tela ao analisar os recursos administrativos apresentados pelas sociedades empresárias Logfarma Distribuição e Serviços Ltda. e Intermodal Brasil Logística Ltda. (peça 59, p. 13). A Voetur concluiu sua resposta com a seguinte informação (peça 59, p. 17):

‘Para o fim desta infundada celeuma, registra-se que, em data anterior a publicação do Edital do Pregão Eletrônico 42/2017, Órgão Licitante, por meio da Nota Técnica 11, em anexo, explicitou que a regra constante da ‘Obs. 04’ deveria se [sic] aplicada sobre os valores por ele estimados.

Por derradeiro, consigna-se que, salvo melhor juízo, as regras de precificação foram cabalmente seguidas e há verdadeira distorção quanto as diretrizes do edital, que possuem o condão de levar esse Tribunal a erro com o fito de procrastinar o fiel andamento do certame.’

m.22) a Selog entende que não se vislumbrou impacto direto da presença do texto da ‘Obs. 4’ no Anexo IV ao edital do PE 42/2017 nas propostas das licitantes, pois a primeira colocada não foi desclassificada por impropriedades em sua planilha, mas, sim, em requisitos de habilitação (financeira e técnica); e as demais classificadas não apresentaram suas planilhas, tendo em vista que a convocação parou na segunda classificada (Voetur). Além disso, o tarifário cobrado pelas companhias aéreas transportadoras apresenta valores maiores para as origens de maior demanda. Caso as contratadas fossem obrigadas a diminuir seus valores a um índice médio nacional (inferior ao tarifário de São Paulo), tal restrição seria irreal, pois acarretaria prejuízos à eventual contratada;

m.23) desse modo, propõe-se dar ciência ao MS de que a presença do texto da ‘Obs. 4’ na aba ‘Critério de Julgamento’ do Anexo IV ao edital do PE 42/2017 foi indevida, visto que, ao menos em tese, possibilitava a interpretação de que os índices ‘Índice Final Aéreo Índice Final Rodoviário’ e ‘Índice Final Aéreo Índice Final Rodoviário’ deveriam ser obrigatoriamente iguais ou superiores aos índices finais relativos às UF origem São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, tanto para o modal rodoviário quanto para o modal aéreo;

n) ainda sobre a possibilidade de distorções na classificação das propostas das licitantes pelo fato de ser possível o entendimento, presente ao texto ‘Obs. 4’ das abas ‘Critério de Julgamento’, ‘Transporte Aéreo’ e ‘Transporte Rodov’ do Anexo IV (Módulo para Precificação e Participação - CD(s)-SP) ao edital do PE 42/2017, de que os valores com as origens São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília não poderiam ser superiores aos índices final rodoviário e final aéreo, impactando diretamente as propostas das licitantes, reitera-se que não foram detectados indícios concretos de que

a presença do texto da 'Obs. 4' na aba 'Critério de Julgamento' constante do Anexo IV (Módulo para Precificação e Participação - CD(s)-SP) ao edital do PE 42/2017 tenha causado prejuízo às licitantes do certame em análise. Todavia, que, ao menos em tese, o supracitado texto poderia confundir as interessadas em participarem do certame, motivo pelo qual se propôs dar ciência da existência da 'Obs. 4' em local indevido, conforme item 14.5 da instrução à peça 70;

o) após oitiva acerca da representatividade, quanto à fidedignidade das propostas apresentadas pelas licitantes, em relação às despesas a serem incorridas quando da execução contratual dos índices 'Índice Final Aéreo' e 'Índice Final Rodoviário', visto que tais valores não refletem diretamente as tarifas a serem cobradas quando da execução da avença:

o.1) o ministério alega haver fidedignidade entre os preços cobrados quando da execução da demanda e os valores constantes da proposta da licitante para os modais aéreo e rodoviário do transporte dos ICS, pois a contratação prevista no certame em análise se deu por meio de empreitada por preço unitário, de forma que a precificação ocorrerá em específico 'para cada item de forma individual, para que, em havendo demanda, seja possível o cálculo dos valores a serem gastos' (peça 65, p. 36). Em decorrência dessa precificação para cada item individualizado, o MS inseriu as abas 'Transporte Aéreo' e 'Transporte Rodov' nas planilhas de preço a serem eventualmente apresentadas pelas licitantes;

o.2) a Voetur, por sua vez, aduz que os índices 'Índice Final Aéreo' e 'Índice Final Rodoviário' funcionam como critério de julgamento, e não necessariamente como um indicativo do preço do deslocamento da carga a ser transportada (peça 59, p. 3), considerando que, de acordo com o item 7.14.12.4.11.17.3 do Termo de Referência do PE 42/2017, 'apenas para a aferição do preço quando do critério de julgamento será aplicada fórmula aritmética para a obtenção do valor médio do transporte' (peça 19, p. 70). Aduz, ainda, que o critério de julgamento adotado pelo MS teria se mostrado aritmeticamente adequado e economicamente justo, uma vez que os valores máximos aceitos pela Administração Pública teriam tido descontos substanciais, conforme tabelas à peça 59, pp. 6/11, e reforça sua argumentação nos seguintes termos (peça 59, p. 4):

'É imperioso destacar que a regra matemática para aferição do valor médio teve o condão, apenas, de facilitar a análise do Ministério da Saúde quando da apuração dos valores unitários de cada planilha considerando o volume de informações.

Ademais, o edital atendeu exatamente aos ensinamentos desse Tribunal de Contas da União, quando escolheu como critério de julgamento o valor global das propostas, mas exigiu o atendimento aos valores unitários de cada trecho.

Cabe frisar que todas as tarifas e taxas constantes da planilha de preços da VOETUR representam de forma fiel a efetiva despesa a ser despendida pelo Ministério da Saúde quando da execução de seus serviços.'

o.3) consoante instrução anterior (peça 48, p. 4), a Resolução – Anac 139/2010 dispõe que a tarifa referente ao serviço de transporte aéreo de carga deverá ser expressa em um único valor e representará o total a ser pago pelo contratante pela prestação do serviço de transporte aéreo conforme itinerário discriminado no documento de conhecimento de transporte. Assim, depreende-se que a intenção do MS ao definir o 'Índice Final Aéreo' foi tanto obter um critério de julgamento justo quanto respeitar a resolução retro mencionada;

o.4) contudo, há indícios de que tais índices podem não refletir de forma realista o valor relativo à execução contratual, visto que a simulação feita com a volumetria do ano de 2017 relativa exclusivamente aos transportes aéreos dos ICS resultará em um montante de R\$ 119.473.949,27, o que, per se, é superior ao valor global acordado de R\$ 97.000.000,01 entre o MS e a Voetur (peça 48, pp. 11/2, itens 10.2 a 10.4), o qual inclui outras despesas, como transporte terrestre e armazenamento;

o.5) entretanto, o valor de R\$ 119.473.949,27 adotou como premissa que os movimentos entre São Paulo e outros estados com os quais tem divisa seriam feitos pelo modal aéreo (a exemplo

do Rio de Janeiro, vide peça 47, pp. 47/64), enquanto, na prática, provavelmente o transporte será rodoviário, que, em tese, é mais econômico. Uma das justificativas, inclusive, para a escolha de São Paulo como centro de armazenagem e de distribuição dos ICS foi o aproveitamento da malha rodoviária desse Estado;

o.6) além disso, o próprio MS informa despeser anualmente R\$ 171.727.926,53 com contratos de objetos assemelhados ao do PE 42/2017 (peça 48, p. 2), porém, não inclui nesse cálculo custos com embalagem dos ICS (peça 65, p. 47), sendo tais gastos absorvidos pelo ministério (majorando o montante comprometido anualmente com armazenagem e transporte dos ICS), ao contrário de eventual contrato derivado do pregão inquinado, em que tais dispêndios já estão inclusos nos preços da contratada;

o.7) segundo reunião [da Selog] com gestores do ministério ocorrida em 18/4/2018, apenas o custo com embalagem e acondicionamento dos ICS pode chegar a até R\$ 10.000.000,00, e tais custos serão absorvidos pela eventual contratada a partir do contrato decorrente do PE 42/2017;

o.8) outros fatores que merecem destaque são: o futuro ajuste prevê a modernização da estrutura de acondicionamento, preservação e transporte dos ICS, fato que tem o condão de reduzir desperdícios e perdas devido a fatores como refrigeração deficiente das câmaras frias; haverá ganhos decorrentes da integração de informações decorrentes de uma única contratada para armazenagem e transporte dos ICS, o que pode incrementar a eficiência das operações;

o.9) dessa forma, há potencial de economicidade e de ganhos administrativos no modelo definido pelo MS em relação ao atualmente implementado. Com o intuito de se confirmar tal potencial, bem como solicitar explicações de forma tempestiva, caso os ganhos financeiros e administrativos não sejam constatados, propõe-se a abertura de um processo de acompanhamento, a fim de que a Selog possa avaliar periodicamente a economicidade, a eficiência e a eficácia dos atos praticados no futuro contrato decorrente do PE 42/2017;

p) com relação aos esclarecimentos a respeito de se os atuais contratos de armazenamento de ICS exigem dos contratados a aquisição de seguro ou se, mesmo não exigido pelo contratante, as contratadas, na prática, contratam seguro por conta própria e, neste caso, qual seria o tipo e a abrangência de cobertura:

p.1) o ministério apresentou uma tabela com os atuais centros de distribuição (CD) utilizados, informando que a maioria não possui seguros. Em alguns outros, há a necessidade contratual de que a prestadora dos serviços possua seguro, mas sem estipular valores (peça 41, p. 4). Apenas o CD da Pavuna (no Estado do Rio de Janeiro), cujo valor médio de mercadorias armazenadas é de um bilhão de reais, possui um valor de indenização fixado em contrato, sendo tal valor de R\$ 30.000.000,00;

p.2) o MS mantém o entendimento de que as exigências presentes aos itens 7.11, 10, 11, 14 e 21 do Termo de Referência (TR) minimizariam os riscos para a Administração Pública. Informa, ainda, que não há histórico de sinistros relevantes no transporte e nem na armazenagem dos ICS;

p.3) como dito anteriormente, a exigência de um seguro neste momento, sem previsão editalícia, como condição necessária à contratação, impactaria diretamente as propostas apresentadas, o que acarretaria a anulação do certame objeto desta representação, em respeito ao art. 4º, inciso V, da Lei 10.520/2002 c/c art. 21, § 3º, da Lei 8.666/1993;

p.4) frisa-se, ainda, que atualmente a não exigência de seguros é a regra geral nos contratos assinados entre o MS e os fornecedores para os serviços de armazenagem dos ICS, sendo que o único CD que possui um prêmio estabelecido em contrato no caso de sinistro prevê um ressarcimento ínfimo quando comparado ao valor total em estoque;

p.5) todavia, com o intuito de mitigar os riscos advindos de algum fato que implique perdas e deteriorações dos ICS, e levando em conta a materialidade e a relevância do objeto da

presente representação, propõe-se determinar ao MS que estude a possibilidade e os custos de contratar um seguro possibilitando a indenização, ainda que parcial, dos ICS armazenados;

q) quanto à simulação, com a volumetria realizada com os dados de, pelo menos, o exercício anterior (com a adequação do novo modelo de localização do Centro de Distribuição), nas planilhas de preços apresentadas pelas licitantes já convocadas, a fim de se verificar a adequabilidade dos preços apresentados:

q.1) o MS encaminhou ao TCU (peça 41, p. 4) a planilha 3038223 (peça 43), contendo o valor da operação baseado no volume 2017 tanto na questão de transportes como na questão do armazenamento; as abas 'Resumo Baseado 2017', 'Consideração Item Armazenamento' e ocupação aproximada nos CDs, bem como o valor do frete aéreo e rodoviário com as origens DF, RJ e SP, em que se demonstra a redução da primeira proposta, e após a renegociação realizada no dia 20/3/2018;

q.2) a simulação apresentada pelo MS, considerando a origem São Paulo para o transporte aéreo, informa um valor de R\$ 119.473.949,27 (peça 43, p. 1) com os dados relativos à volumetria de 2017 (a proposta da Voetur foi de R\$ 97.000.000,01). Tal valor provém da soma dos itens 'Todos os estados Multimodal' (cujo valor é de R\$ 99.251.313,89: R\$ 54.836.718,03 a título de transporte aéreo e R\$ 44.414.595,87 a título de transporte rodoviário) e 'Estimado item armazenamento' (R\$ 20.222.635,37). O campo 'Todos os estados Multimodal' advém da soma de duas outras abas da planilha enviada, a saber: 'Aereo tds os destinos' e 'Rodoviário' (peça 47). Tais abas foram feitas substituindo-se os valores dos custos dos transportes efetivamente incorridos em 2017 pelas tarifas da proposta da Voetur (peça 6 do TC 011.136/2018-9);

q.3) a simulação aponta, a princípio, potencial economia (aproximadamente R\$ 50 milhões) em relação ao valor atualmente despendido pelo MS para este objeto (R\$ 171.727.926,53). Em reunião realizada com gestores do MS, em 18/4/2018, eles afirmaram que o valor gasto atualmente com o objeto do PE 42/2017 seria ainda maior, visto que o órgão não computara no montante previamente apresentado os gastos com outros contratos emergenciais ligados ao objeto da licitação em análise;

q.4) ocorre que:

q.4.1) o total de quilogramas transportados em 2017 chegou ao montante de 3.381.482 kg (cálculo feito a partir da soma das células presentes à segunda coluna da aba 'Aereo tds os destinos', peça 47, pp. 1/183), porém, o MS estimou 7.000.000 kg a serem transportados anualmente pelo modal aéreo (peça 28);

q.4.2) somente para fins ilustrativos, se for efetuada uma divisão dos valores totais da coluna 'R\$ Frete' pelos totais da coluna 'Kg' da aba 'Aereo tds os destinos', serão descobertos os valores de, respectivamente, R\$ 25.302.292,48 e 3.381.482 kg (peça 47, pp. 1/183). A divisão entre esses dois números resulta no valor médio de R\$/kg, o qual é de R\$ 7,48 por quilograma. Utilizando-se esse valor médio para a carga prevista de 7.000.000 kg, calcula-se um custo estimado, somente com frete, de R\$ 52.360.000,00;

q.4.3) se forem levados em conta os custos com coleta e entrega por quilograma da proposta da Voetur (R\$ 2,30 por kg, tanto para coletar quanto para entregar a carga – o que implicaria R\$ 32.200.000,00 para 7.000.000 de quilos), o valor já se aproximaria de R\$ 84.560.000,00, desprezando o valor do seguro relativo ao transporte da carga;

q.4.4) o seguro relativo ao transporte de carga é obrigatório por força do art. 20, 'm', do Decreto-Lei 73/1966 (peça 21, p. 6) e não se confunde com o seguro relativo ao armazenamento dos ICS;

q.4.5) quanto ao seguro, na simulação apresentada pelo MS, observa-se que ele foi calculado como sendo a multiplicação do valor da carga transportada por 0,33%. O valor total da carga transportada (coluna 'Valor da Carga') foi de R\$ 4.236.244.619,55 (peça 47, pp. 1/183). Dividindo-se este valor pelo total transportado, obtém-se R\$ 1.252,78 por quilo. Com o valor médio por quilo, multiplica-se pela estimativa de 7.000.000 de quilogramas a serem transportados pelo

modal aéreo, o que resulta em R\$ 8.769.460.000,00. A partir do valor recém calculado, infere-se que as despesas com seguro aproximar-se-iam de R\$ 28.939.218,00 (0,33% de R\$ 8.769.460.000,00);

q.4.6) assim, extrapolando-se a simulação apresentada – feita com dados de 2017 - pelo MS para o peso de 7.000.000 kg, e mantendo-se inalteradas as premissas relativas ao custo unitário do frete por quilo transportado, bem como do valor da carga por quilo, calcula-se um dispêndio anual potencial de R\$ 113.499.218,00 somente com o modal aéreo, valor que já ultrapassaria o total anual de toda a proposta da Voetur (R\$ 97.000.000,01);

q.4.7) tal divergência pode constituir indício de que ou não haverá economicidade em relação às despesas atualmente incorridas para o objeto do PE 42/2017 (R\$ 171.727.926,53) ou de que o MS estimou inadequadamente a quantidade que será transportada via modal aéreo, uma vez que o Anexo IV (Módulo para Precificação e Participação - CD(s)-SP) ao edital do procedimento licitatório objeto desta representação previu quantidade 107% superior, em quilogramas, à movimentada em 2017 (7.000.000 kg em vez de 3.381.482 kg);

r) sobre o fato de o cálculo realizado, adotando o total estimado de 7.000.000kg a ser transportado apenas pelo modal aéreo, com base na simulação da volumetria, elaborada pelo próprio Ministério da Saúde, referente ao exercício de 2017, ter resultado em R\$ 113.499.218,00, mantendo-se inalterados os valores médios por quilo de frete e de valor da carga, sendo o valor apenas deste modal superior ao de toda a proposta da Voetur Cargas e Encomendas Ltda. (R\$ 97.000.000,01) – o que constitui indício de que ou não haverá economicidade em relação às despesas atualmente incorridas para o objeto deste certame (R\$ 171.727.926,53) ou de que o Ministério da Saúde estimou inadequadamente a quantidade que será transportada via modal aéreo, uma vez que o Anexo IV (Módulo para Precificação e Participação - CD(s)-SP) ao edital do procedimento licitatório em tela previu quantidade 107% superior, em quilogramas, à movimentada em 2017 (7.000.000kg em vez de 3.381.482 kg) e também sobre o risco de eventuais distorções entre os valores propostos e os executados, em função do prazo previsto para a duração de eventual contrato originado a partir certame em análise ser de sessenta meses:

r.1) o MS questiona a metodologia adotada pelo TCU, pois entende que quaisquer extrapolações para o cálculo do total a ser despendido com o montante de 2017 (3.381.482kg) para aquele estimado quando da elaboração do instrumento convocatório do PE 42/2017 (7.000.000kg) só seria cabível se houvesse igualdade entre todas as tarifas, e se o peso da carga fosse idêntico em cada frete (peça 65, pp. 43/4). No mesmo sentido, conclui que haverá economicidade, visto que participaram do certame 18 sociedades empresárias e que o preço da proposta vencedora foi consideravelmente inferior ao preço inicialmente estimado (R\$ 246.531.097,88, peça 65, p. 45). Alega, ainda, que o valor ofertado de R\$ 97.000.000,01 é substancialmente inferior ao valor atualmente pago para os diversos contratos que lidam com objeto assemelhado, havendo economia potencial de até R\$ 373.639.632,60 ao longo dos sessenta meses de execução do contrato (peça 65, pp. 46/7);

r.2) conforme a análise presente aos itens 8.2 a 8.2.4 da instrução à peça 70, propõe-se a abertura de um processo de acompanhamento a fim de se aferir se haverá economicidade, bem como ganhos administrativos e de eficiência, em eventual contrato que vier a ser celebrado em decorrência do PE 42/2017. Isso porque o fato de a proposta da licitante vencedora estar abaixo do orçamento realizado pelo MS não significa necessariamente ser um bom preço, levando-se em conta as sérias restrições encontradas pelo ministério para essa pesquisa, uma vez que somente foi possível buscar cotações de potenciais fornecedores, considerando a magnitude e a especificidade do objeto, o que impediu a busca por preços obtidos pela Administração Pública em outras contratações;

r.3) a solicitação de abertura do processo de acompanhamento é justificada pelo fato de os índices referentes aos modais de transporte aéreo e rodoviário serem, na prática, integrantes do critério de julgamento da proposta (conforme argumentação da própria Voetur), e não refletirem necessariamente os custos com deslocamento a serem ocorridos durante a execução contratual, além

da possibilidade de que a execução contratual extrapole o limite legal de 25%, consoante disposto no art. 65, § 1º, da Lei 8.666/1993, permitido para acréscimos em contratos administrativos;

s) relativamente ao fato de a planilha com a volumetria de 2017 ter apontado um total de 3.381.482kg para transporte aéreo de Insumos Críticos de Saúde ante uma previsão de 7.000.000kg para o modal aéreo no Anexo IV (Módulo para Precificação e Participação - CD(s)-SP) ao edital, indicando ser este o valor estimado para cada ano de vigência de eventual contrato que vier a ser celebrado:

s.1) o MS alega que isso ocorreu porque o planejamento foi feito com base no exercício de 2016 (tabelas usadas para estimar os quantitativos à peça 65, pp. 38/43) e reforça a imprevisibilidade dos quantitativos a serem transportados anualmente (peça 65, p. 43);

s.2) consideram-se procedentes os argumentos apresentados. O ministério utilizou como parâmetro o movimento de carga relativo ao exercício de 2016, e não de 2017, visto que o planejamento dessa contratação ocorreu durante o ano de 2017. Tal discrepância não causou comprovadamente prejuízo aos licitantes, visto que, se o quantitativo em 2018 for semelhante ao de 2017, o edital deixou claro que as estimativas se referiam ao executado em 2016;

t) relativamente ao risco de existência de ‘jogo de planilha’ e ao fato de a maior parte dos transportes de Insumos Críticos de Saúde terem como origem as regiões de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, a Selog questionou o motivo de o Ministério da Saúde ter optado por definir os índices finais aéreos e rodoviários como uma média aritmética simples das origens de todas as Unidades da Federação, sem levar em conta que a maior parte dos transportes se originará das localidades acima, nas quais o Ministério, ou prestadoras de serviços contratadas, possui e/ou possuirá Centros de Distribuição:

t.1) o ministério informa que aplicou cautelas a fim de mitigar a possibilidade de ‘jogo de planilha’ e que não identificou tal prática nas planilhas apresentadas pelas licitantes (peça 65, p. 36); que o uso de média aritmética decorre da necessidade de a contratante limitar a ‘margem de atuação desleal de possíveis proponentes’; que, além do uso da média aritmética para a definição dos índices, também se utilizou de outro elemento limitador: o preço estimado em pesquisas de mercado (peça 65, p. 36); que a demanda relativa aos serviços objeto do PE 42/2017 não é previamente conhecida, inclusive no que tange à origem do transporte, trazendo, como exemplo, uma solicitação do Governo de Roraima (peça 65, p. 37), pedindo que fossem transportados até a cidade de Boa Vista/RR medicamentos e soluções parentais localizados em Varginha/MG. Nesse sentido, o MS argumenta o seguinte (peça 65, p. 37):

‘A metodologia adotada pelo Ministério da Saúde configura a melhor forma de proteger o erário quando de situações como esta. Aliando a isso, há um preço referencial, ou seja, a empresa licitante não poderia apresentar valores maiores que os aceitos pelo Ministério.

Este método buscou racionalizar a aferição do melhor preço médio final ante a valores individuais máximos admitidos (empreita por preço unitário) atrelado a imprevisibilidade da demanda futura.

Conclui-se que a decisão deste Ministério ao adotar esta metodologia para ‘Critério de Julgamento’ evitou que houvesse distorções na ordem de classificação, jogo de planilha e prejuízo ao erário.’

t.2) a Voetur destaca a análise do Ipea, o qual propôs a centralização das operações no Estado de São Paulo (peça 2, pp. 47/53), uma vez que ‘aproximadamente 40% (quarenta por cento) dos medicamentos a serem distribuídos possuem como destino o Estado de São Paulo’ (peça 59, p. 5). Alega que definiu seus preços para o transporte aéreo a partir do tarifário disponibilizado pela sociedade empresária Latam Cargo - Latam, pois essa é a empresa de transporte aéreo com maior capilaridade (peça 59, p. 5), e conclui que quem dita as regras de mercado para o modal aéreo não é o agente de carga, mas, sim, as empresas aéreas, a exemplo da própria Latam (peça 59, p. 6). A Voetur também alega que sua proposta apresenta ‘expressiva economia ao erário, tanto comparado

aos preços estimados pelo Ministério da Saúde quanto aos preços praticados pela Companhia Aérea', e apresenta tabelas comparativas contendo os preços máximos admissíveis pelo edital, os propostos pela Voetur e os cobrados pela Latam (peça 59, pp. 6/11). Além disso, argumenta que o TCU se deteve na análise somente do transporte pelo modal aéreo, embora o objeto abranja o 'complexo serviço de armazenagem' (peça 59, p. 11), e que o item transporte aéreo representaria somente 36,36% de toda a carga a ser transportada, bem como a modalidade de transporte, se aéreo ou rodoviário, será definida a cada Requisição do Transporte da Carga pelo MS (peça 59, p. 12, c/c peça 19, p. 38). Adicionalmente, garante que sua proposta se encontra dentro do preço de mercado e que refletirá o real desembolso a ser realizado pelo ministério, além de afirmar que, se fizesse 'jogo de planilha', o faria por meio do item armazenagem, uma vez que esse item prevê pagamentos mensais, independentemente da demanda (peça 59, p. 12);

t.3) os argumentos apresentados pela Voetur procedem. A sociedade empresária em questão se utiliza das tarifas definidas pelas empresas aéreas. O tarifário da Latam Cargo contém os preços cobrados para o transporte entre os diversos aeroportos atendidos por essa empresa (peça 68), e os custos que têm como origem São Paulo são maiores do que a média nacional, até por uma questão de oferta e de demanda (a demanda para a origem São Paulo é maior, o que eleva os preços);

t.4) a título de exemplo, as tabelas a seguir ilustram uma amostragem de preços com o transporte se iniciando no aeroporto de Guarulhos (situado no Estado de São Paulo) e o aeroporto de Guarulhos sendo o destino do transporte. Foram utilizados vários intervalos de pesos distintos, a fim de verificar se realmente as alegações da Voetur eram fidedignas e não foram comparados preços na Região Sudeste, visto que o transporte entre os Estados que fazem divisa com São Paulo adotará o modal rodoviário:

Tabela 1- Preços com destino em Guarulhos

Origem (UF – Código do aeroporto)	Intervalo de Peso (kg)			
	Até 25,500	50,501 a 300,500	500,501 a 1000,500	Acima de 1000,500
SE – AJU	R\$ 13,06	R\$ 8,52	R\$ 6,80	R\$ 6,80
SC – BNU	R\$ 5,42	R\$ 3,56	R\$ 2,82	R\$ 2,82
MT – CGB	R\$ 11,89	R\$ 7,74	R\$ 6,18	R\$ 6,18
RS – POA	R\$ 9,21	R\$ 5,98	R\$ 4,80	R\$ 4,80
BA – SSA	R\$ 12,54	R\$ 10,9	R\$ 7,63	R\$ 6,50

Tabela 2- Preços com origem em Guarulhos

Destino (UF – Código do aeroporto)	Intervalo de Peso (kg)			
	Até 25,500	50,501 a 300,500	500,501 a 1000,500	Acima de 1000,500
SE – AJU	R\$ 19,32	R\$ 14,75	R\$ 11,35	R\$ 10,18
SC – BNU	R\$ 8,02	R\$ 6,12	R\$ 4,72	R\$ 4,23
MT – CGB	R\$ 17,57	R\$ 13,44	R\$ 10,32	R\$ 9,31
RS – POA	R\$ 12,58	R\$ 9,62	R\$ 7,42	R\$ 6,66
BA – SSA	R\$ 18,54	R\$ 14,19	R\$ 10,90	R\$ 9,80

t.5) dessa forma, realmente, os índices 'Índice Final Aéreo' e 'Índice = (somatório/quantidade de faixas por kg/destinos possíveis)' não correspondem a custos com os modais aéreos, mas, sim, fazem parte de uma metodologia para definição de parâmetros usados na medição dos preços ofertados pelas licitantes, funcionando realmente como critério de julgamento;

u) quanto à não correspondência dos índices acima aos custos efetivos do transporte com o modal aéreo (e, por analogia, ao modal rodoviário), na prática, o uso dos índices finais aéreo e

rodoviário não garante que a proposta de menor preço na sessão pública seja aquela que de fato resultaria no menor valor incorrido pelo MS. Todavia, devido à possibilidade da economicidade em comparação aos contratos atuais em vigor e aos demais ganhos operacionais, propõe-se a continuidade do PE 42/2017 e o estudo, no processo de acompanhamento já mencionado, da metodologia utilizada pelo MS para o julgamento das propostas.

Nesse cenário, à luz da detida análise da unidade técnica acerca de cada um dos questionamentos apresentados pelos representantes, o MP de Contas adere à proposta de encaminhamento oferecida, visto que não restou efetivamente provada a ocorrência de ofensa grave ao ordenamento jurídico ora em vigor.

Por medida de prudência e para fins de eventual necessidade de nova intervenção do controle externo, convém que, de fato, o TCU, na forma proposta pela unidade técnica (peça 70, item 33):

a) dê ciência ao Ministério da Saúde das impropriedades/falhas identificadas no Pregão Eletrônico 42/2017, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

b) autorize a autuação de processo de acompanhamento, a fim de fiscalizar a ocorrência de economicidade e de ganhos de eficiência administrativa na execução do contrato assinado em decorrência do Pregão Eletrônico 42/2017 (Contrato 59/2018, de 9/7/2018, celebrado com a Voetur Cargas e Encomendas Ltda.), em relação à atual forma de contratação do mesmo objeto, bem como de fiscalizar a metodologia adotada pelo Ministério de Saúde, quanto à definição dos índices 'Final Aéreo' e 'Final Rodoviário' como critérios para o julgamento do preço das propostas das licitantes.

III

Em face do que restou apurado nos autos, o Ministério Público de Contas, em atenção à oitiva propiciada por Vossa Excelência (peça 73), manifesta-se de acordo com a proposição oferecida pela zelosa Selog (peças 70/2) e sugere, em acréscimo, que seja determinado ao Ministério da Saúde, com o intuito de mitigar os riscos advindos de algum fato que implique perdas e deteriorações dos ICS, e levando em conta a materialidade e a relevância do objeto da presente representação, que estude e apresente as conclusões, em prazo a ser fixado pelo TCU, acerca da possibilidade e dos custos de contratar um seguro tendente à indenização, ainda que parcial, dos ICS armazenados (proposta da unidade técnica à peça 48, itens 9.7 e 16, alínea 'c').” (grifos no original).

É o relatório.

VOTO

Em apreciação representação, com pedido de adoção de medida cautelar, formulada pela Associação das Empresas de Transporte de Cargas e Logística de Pernambuco (Assemtra) contra o Pregão Eletrônico 42/2017, promovido pelo Ministério da Saúde (MS), dando conta das seguintes supostas irregularidades: (i) não parcelamento do objeto; (ii) diferenças entre o valor orçado para a nova contratação e o valor atualmente pago nos diversos contratos vigentes; e (iii) problemas constantes do ato convocatório.

2. O objeto da licitação é a contratação de empresa para a prestação de serviços contínuos de transporte e armazenagem dos Insumos Críticos de Saúde (ICS) do Ministério da Saúde, incluindo as atividades de Modernização Administrativa e Operação das Cadeias de Armazenamento e Distribuição desses insumos, sendo os serviços contratados sob demanda, e sem disponibilização de mão de obra exclusiva (peça 18, p. 1), e o valor estimado da contratação, por ano, foi de R\$ 246.531.097,88.

3. Pertinente registrar que se encontram apensados aos presentes autos quatro outros processos de representações, com pedido de medida cautelar, formuladas em desfavor do Pregão Eletrônico 42/2017, a saber: TC 002.291/2018-5, TC 000.680/2018-4, TC 009.952/2018-7 e TC 011.136/2018-9. Destaco que consta do Parecer elaborado pelo Ministério Público junto ao TCU, reproduzido no relatório precedente, quadro sintetizando as irregularidades analisadas em cada um desses processos, com base nas instruções elaboradas pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog/TCU).

II

4. No que concerne ao histórico dos presentes autos, verifico que tanto a unidade técnica especializada como o *Parquet* junto ao Tribunal o fizeram com precisão e adequada profundidade, nos termos constantes dos itens 3 a 5.7 da instrução da Selog e da parte inicial do Parecer do MP/TCU, ambos reproduzidos no relatório que antecede este voto, os quais não transcrevo na íntegra aqui em nome da clareza e da concisão.

5. O cerne do presente processo diz respeito às seguintes questões:

5.1. Irregularidades apontadas pela Representante e consideradas improcedentes, conforme conclusão da unidade técnica especializada constante do item 16 da instrução de peça 48, transcrita a seguir:

“a) não parcelamento do objeto – armazenagem, gestão e distribuição de ICS – em descumprimento à Súmula-TCU 247 (peça 1, p. 2-32, c/c peça 7, p. 2-3): observou-se que o TR justificou amplamente a realização de contratação por lote; além disso, considerou-se que as possibilidades de subcontratação parcial dos serviços e formação de consórcios privilegiam a competitividade do certame (peça 9, p. 4);

b) diferença entre o valor orçado para a nova contratação e o atualmente pago pelo MS nos contratos vigentes para armazenamento e transporte de ICS (peça 2, p. 37-39): observa-se que a proposta efetivamente vencedora é substancialmente inferior ao montante atualmente dispendido pela unidade jurisdicionada (itens 2.2 e 4.1 ‘a’ desta instrução);

*c) ausência no edital de previsão de seguro **ad valorem** dos ICS que serão armazenados no(s) Centro(s) de Distribuição (CD) da contratada (peça 1, p. 36-39, c/c peça 7, p. 8-10): o MS adotou medidas com vistas a mitigar eventuais riscos com perdas de ICS, além de informar que a situação já se verifica na atualidade, pois a grande maioria dos CD sequer possuem contrato assinado junto a alguma seguradora (itens 9 a 9.6 desta instrução); devido, contudo, à materialidade do estoque do MS, bem como à relevância do tema para a sociedade, esta UT propõe determinar ao MS que estude a*

possibilidade e os custos de contratar um seguro possibilitando a indenização, ainda que parcial, dos ICS armazenados;

d) requisitos técnicos indispensáveis à contratação de empresa devidamente regular perante os órgãos fiscalizadores da execução dos serviços licitados (licenças e autorizações) somente serem solicitados da licitante vencedora após o encerramento da licitação, e poderem ser emitidos pelo licitante vencedor ou por empresa subcontratada, quando os requisitos de capacidade técnica devem ser comprovados pelo licitante (peça 7, p. 4-6): acerca da comprovação dos requisitos técnicos somente após o encerramento da licitação, esta UT considerou a previsão editalícia como razoável (peça 9, p. 4); a respeito dos documentos poderem ser emitidos por subcontratadas, esta UT não observou irregularidades materiais, apenas formais (peça 31, p. 8, itens 58 a 63); e

e) risco de centralização geográfica da armazenagem no Estado de São Paulo (peça 1, p. 39-51, c/c peça 7, p. 3, 7 e 8): quanto a este tópico, esta UT se pronunciou da forma elencada abaixo, em relação aos diversos subtópicos que surgiram ao longo da análise da representação inicial e processos apensos:

i) elevado risco de se dispor a uma única empresa contratada e em um único local o estoque médio de ICS mensal superior dois bilhões: observa-se que o risco existe, contudo ‘a definição do modelo de contratação do MS encontra-se dentro de sua alçada’. Complementou a informação anterior alegando que, entre as alternativas estudadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, esta foi a de menor custo global (peça 31, p. 5);

ii) risco de os valores cobrados pelas seguradoras quando do serviço de armazenagem de medicamentos no Estado de São Paulo serem consideravelmente superiores aos cobrados quando no DF, por haver em SP maior ocorrência de sinistro: considerou procedentes as argumentações apresentadas pelo MS (peça 31, p. 5-6);

iii) inconsistência entre dados do relatório do IPEA e do constante do edital para fundamentar a solução dos armazéns em São Paulo: considerou procedentes as respostas enviadas pelo MS (peça 31, p. 6-7);

iv) impossibilidade de transferência de estoque entre as unidades de armazenamento, visto que cada unidade é destinada a um tipo de produto: observou procedentes os argumentos trazidos à luz pela unidade jurisdicionada (peça 31, p. 7-8); e

v) aumento dos custos com os atuais fornecedores dos medicamentos, com provável aumento de custos em virtude mudança de local de entrega: esta UT considerou justificada a questão (peça 31, p. 8);”.

5.2. Exame técnico das seguintes questões, objeto de oitiva do Ministério da Saúde e da Voetur Cargas e Encomendas Ltda., empresa contratada em decorrência do certame em análise (Contrato 59/2018, extrato publicado no Diário Oficial da União de 12/7/2018. Edição 133, Seção 3, pág. 89), nos termos constantes dos ofícios 606/2018 e 607/2018 TCU/Selog (subitem 5.7 ao item 27 da instrução da unidade técnica, transcrita no relatório precedente):

5.2.1. Representatividade, quanto à fidedignidade das propostas apresentadas pelas licitantes, em relação às despesas a serem incorridas quando da execução contratual dos índices “Índice Final Aéreo” e “Índice Final Rodoviário”, posto que tais valores não refletem diretamente as tarifas a serem cobradas quando da execução da avença;

5.2.2. Considerando-se o risco de existência de “jogo de planilha” e o fato de a maior parte dos transportes de Insumos Críticos de Saúde terem como origem as regiões de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, por qual motivo o Ministério da Saúde optou por definir os índices finais aéreos e rodoviários como uma média aritmética simples das origens de todas as Unidades da Federação, sem levar em

conta que a maior parte dos transportes se originarão das localidades acima, nas quais o Ministério, ou prestadoras de serviços contratadas, possui e/ou possuirá Centros de Distribuição;

5.2.3. Justificativas quanto à existência do texto da “Obs.4” nas abas “Critério de Julgamento”, “Transporte Aéreo” e “Transporte Rodov” do Anexo IV (Módulo para Precificação e Participação - CD(s)-SP) ao edital do certame, por que tal texto foi desconsiderado por ocasião da análise da proposta da licitante Voetur;

5.2.4. Possibilidade de distorções na classificação das propostas das licitantes pelo fato de ser possível o entendimento, presente ao texto “Obs. 4” das abas “Critério de Julgamento”, “Transporte Aéreo” e “Transporte Rodov” do Anexo IV (Módulo para Precificação e Participação - CD(s)-SP) ao edital do PE 42/2017, de que os valores com as origens São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília não poderiam ser superiores aos índices final rodoviário e final aéreo, impactando diretamente as propostas das licitantes;

5.2.5. Fato de a planilha com a volumetria de 2017 ter apontado um total 3.381.482 kg para transporte aéreo de Insumos Críticos de Saúde ante uma previsão de 7.000.000 kg para o modal aéreo no Anexo IV (Módulo para Precificação e Participação - CD(s)-SP) ao edital, indicando ser este o valor estimado para cada ano de vigência de eventual contrato que vier a ser celebrado;

5.2.6. Fato de a própria simulação, usando dados relativos ao exercício de 2017, do Ministério da Saúde, que usou o total transportado pelo modal aéreo de 3.381.482 kg, ter resultado em R\$ 119.473.949,27, enquanto que o valor proposto pela licitante vencedora ter sido de R\$ 97.000.000,01, mesmo com a quantidade prevista de 7.000.000 kg para transporte por modal aéreo;

5.2.7. Fato de o cálculo realizado, adotando o total estimado de 7.000.000 kg a ser transportado apenas pelo modal aéreo, com base na simulação da volumetria, elaborada pelo próprio Ministério da Saúde, referente ao exercício de 2017, ter resultado em R\$ 113.499.218,00, mantendo-se inalterados os valores médios por quilo de frete e de valor da carga, sendo o valor apenas deste modal superior ao de toda a proposta da Voetur Cargas e Encomendas Ltda. (R\$ 97.000.000,01) – o que constitui indício de que ou não haverá economicidade em relação às despesas atualmente incorridas para o objeto deste certame (R\$ 171.727.926,53) ou de que o Ministério da Saúde estimou inadequadamente a quantidade que será transportada via modal aéreo, uma vez que o Anexo IV (Módulo para Precificação e Participação - CD(s)-SP) ao edital do procedimento licitatório em tela previu quantidade 107% superior, em quilogramas, à movimentada em 2017 (7.000.000 kg em vez de 3.381.482 kg);

5.2.8. Risco de eventuais distorções entre os valores propostos e os executados, em função do prazo previsto para a duração de eventual contrato originado a partir certame em análise ser de sessenta meses;

5.2.9. A listagem, com os custos e as datas de duração, e informações a respeito das sociedades empresárias contratadas, de todos os contratos emergenciais em vigor que serão substituídos por aquele termo originado a partir do certame licitatório em análise;

5.2.10. Solicitação de cópias dos documentos relativos à instrução processual, tendo em vista a suposta retirada indevida de documentos do processo administrativo relativo ao PE 42/2017 sem a lavratura do correspondente Termo de Desentranhamento.

III

6. A Selog, após analisar as respostas apresentadas pelo MS e pela empresa Voetur, concluiu que: (i) a alegação do MS de que a modelagem relativa à nova contratação para o armazenamento e transporte dos Insumos Críticos de Saúde (ICS) trará ganhos econômicos e administrativos ao órgão deve ser acompanhada pelo Tribunal, a fim de que se possa avaliar a economicidade, eficiência e eficácia dos atos praticados no Contrato 59/2018; (ii) foram detectadas duas impropriedades, as quais não são consideradas suficientes para eventual determinação de anulação e/ou sustação do PE 42/2017, a saber: subitem 11.2 do Termo de Referência encontra-se, indevidamente, dentro do capítulo referente à qualificação técnica, e indevida presença do texto “Obs. 4” na aba “Critério de Julgamento” do

Anexo IV ao edital; e (iii) não foram observados requisitos que justificassem a paralisação cautelar do PE 42/2017.

7. Diante dos elementos constantes dos autos, a unidade técnica especializada propõe, em síntese:

7.1. Conhecer a presente representação para no mérito considerá-la parcialmente procedente;

7.2. Indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo Representante, tendo em vista a inexistência dos elementos necessários para sua adoção;

7.3. Dar ciência ao Ministério da Saúde sobre as duas impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico 42/2017, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes;

7.4. Autorizar, desde já, que a Selog autue processo de acompanhamento a fim de fiscalizar os seguintes tópicos: a ocorrência de economicidade e de ganhos de eficiência administrativa na execução de eventual contrato assinado em decorrência do Pregão Eletrônico 42/2017, em relação à atual forma de contratação do mesmo objeto; e a metodologia adotada pelo Ministério de Saúde, quanto à definição dos índices “Final Aéreo” e “Final Rodoviário” como critérios para o julgamento do preço das propostas das licitantes;

7.5. Encaminhar cópia da instrução da unidade técnica e da deliberação que vier a ser adotada ao Ministério da Saúde, à sociedade empresária Voetur Cargas e Encomendas Ltda. e às Representantes deste processo (Associação das Empresas de Transporte de Cargas e Logística de Pernambuco) e dos apensos (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Maya Consultoria Ambiental Ltda. – ME, Rabibe Mendes Sabino e Milton César Ferreira Rangel); e

7.6. Apensar, definitivamente, estes autos ao processo de acompanhamento que vier a ser autuado conforme subitem 7.4 acima.

8. Ao pronunciar sobre os presentes autos, em atenção à oitiva por mim requerida, o *Parquet* Especializado acompanhou, na íntegra, as conclusões da Selog e ao manifestar-se de acordo com a proposição dessa unidade técnica sugeriu, em acréscimo, que seja determinado ao Ministério da Saúde, com o intuito de mitigar os riscos advindos de algum fato que implique perdas e deteriorações dos ICS, e levando em conta a materialidade e a relevância do objeto da presente representação, que estude e apresente as conclusões, em prazo a ser fixado pelo TCU, acerca da possibilidade e dos custos de contratar um seguro tendente à indenização, ainda que parcial, dos ICS armazenados.

IV

9. No mérito, manifesto integral concordância com o posicionamento da unidade técnica especializada, acrescida da sugestão do Ministério Público junto ao TCU, adotando como minhas razões de decidir as análises, conclusões e proposições constantes da instrução da Selog e do Parecer do MP/TCU, reproduzidos no relatório precedente, sem prejuízo de algumas considerações pontuais.

10. As análises efetuadas pela Selog e pelo MP/TCU são suficientes para alicerçar a adoção das medidas propostas.

11. A farta documentação constante dos autos, os inúmeros esclarecimentos trazidos ao processo e as minuciosas análises a cargo da Selog e do *Parquet* junto ao TCU evidenciam que a representação deve ser considerada improcedente no tocante à considerável parte das ocorrências apontadas pelos representantes.

12. No tocante ao alegado não parcelamento do objeto licitado (armazenagem, gestão e distribuição de Insumos Críticos de Saúde - ICS), em descumprimento à Súmula-TCU 247, verifico que consta do termo de referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico 42/2017) ampla justificativa técnica para tal medida (peça 4, p. 50-54 e 57-59), destacando-se: (i) maior acurácia e disponibilidade das informações, possibilitando rastreamento do estoque e do transporte dos ICS, além de possibilitar extração de informações gerenciais; e (ii) maior eficiência no controle das operações em

relação à contratação de mais de uma empresa. Por pertinência, transcrevo trechos do referido termo de referência que justificam adequadamente o não parcelamento do objeto contratado, *in verbis*:

“2. DA JUSTIFICATIVA:

2.1 DO SERVIÇO E SEU OBJETIVO: (...)

Opta-se, também, pela distribuição por meio de transporte multimodal e de armazenagem verticalizada, tendo em vista maior racionalização dos espaços e melhor controle de estoque. Optando pela verticalização, o Ministério da Saúde buscará maior organização de suas cargas, manipulando de forma mais eficaz os ICS - Insumos Críticos de Saúde, melhorando o empilhamento das embalagens terciárias, conseguindo rastrear e localizar os ICS - Insumos Críticos de Saúde com facilidade, conferindo maior exatidão dos inventários, ou seja, esse tipo de estrutura é vantajosa dado que confere maior acuracidade às informações relativas aos estoques. A CONTRATADA terá flexibilidade para definir o nível de verticalização, bem como os demais parâmetros de layout, organização e estratégias de operação do armazém.
(...)

*Em relação ao controle de estoque, o operador logístico apresentará soluções informatizadas de gestão/gerenciamento, de modo que seja possível o lançamento de dados de movimentação das cargas e endereçamento, que possibilite a obtenção de dados estatísticos e emissão de relatórios gerenciais, racionalizar o aproveitamento dos espaços nas estantes; indicação prévia dos ICS - Insumos Críticos de Saúde que estão para vencer; entre outras funcionalidades incorporadas à solução de **software**. A solução deverá funcionar **online** para que a CONTRATANTE tenha acesso às funcionalidades e possa tomar decisões com segurança.*

Objetiva-se a modernização da infraestrutura, a racionalização dos custos, a eficiência logística com a sinergia de serviços e a melhoria da qualidade dos serviços prestados. A CONTRATADA deverá fornecer soluções seguras e integradas, assegurando possuir infraestrutura, ferramentas e procedimentos de gestão eficazes e abrangentes. Presta-se, também, para qualificar - otimizar e racionalizar - os processos, de modo que o operador contratado aja com absoluta transparência em todo o procedimento realizado e possa municiar a Administração Pública de dados capazes de influenciar a tomada de decisão dos gestores.

Sendo assim, o referido serviço se caracterizará pela especialização em gerenciar e executar todas ou partes das atividades logísticas, com os padrões de segurança adequados a esse tipo de atividade, dado que os ICS - Insumos Críticos de Saúde não podem ter comprometida a efetividade, a eficiência, a estabilidade e as características físico-químicas.

2.2 Viabilidade - Art 3º IN 02/2008

2.2.1 Viabilidade Operacional

O modelo atualmente adotado por este Ministério da Saúde não se coaduna com os objetivos almejados pela Administração, em especial, a eficiência, considerando que operações de logística integrada apresentam vantagens em relação a custos e qualidade na prestação dos serviços, quando comparadas a operações de armazenagem e distribuição efetuadas por operadores distintos (PAMPLONA ET AL, 2001).

Uma estratégia de logística integrada (armazenagem, transporte e distribuição) possibilita: (1) maior controle do fluxo de ICS; (2) maior índice de produtividade pela sinergia dos ativos e pessoal utilizado; (3) Redução de custos pela otimização do trabalho e de investimentos; (4) Maior controle contratual (uma única relação de reporte entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA); (5) Responsabilidade única de controle de itens em estoque e em movimentação; (6) Integração de todas as etapas do processo logístico sob uma única gestão operacional e administrativa.

Assim, optou-se por esse modelo de operação, onde o serviço de Armazenagem e Distribuição integrados possibilitará:

- 1- Minimizar os riscos inerentes à armazenagem;*
- 2- Garantir mais agilidade na distribuição, reduzindo o tempo para o transporte;*
- 3- Garantir, sob o aspecto concorrencial, maior competitividade; e*
- 4- Melhor dimensionamento da infraestrutura com o fim de facilitar o atendimento dos pedidos com maior rapidez em todas as unidades da federação, em consonância com a densidade demográfica do Brasil, conforme demonstrado nos mapas apresentados a seguir: (...)*

2.2.2 Viabilidade Econômica

Com o novo modelo aqui proposto estima-se reduzir o custo total da operação atual, pois será gerenciado um único contrato que envolve toda a Cadeia de Suprimentos e Cadeias de Armazenamento e Distribuição, otimizando e racionalizando assim os processos envolvidos e trazendo consequentemente redução de custos, principalmente os custos indiretos que são gerados com a gestão dos contratos existentes utilizados para a execução dos serviços”.

*Outro aspecto relevante para a adoção deste modelo é que a contratação de serviços de logística integrada contribuirá para a redução dos Custos Totais de Propriedade (Total **Cost of Ownership** - TCO), que é definido por BORINELLI (2003) como uma abordagem estruturada para se determinar os custos totais associados à aquisição e subsequente utilização de determinado bem ou serviço de determinado fornecedor. É um enfoque abrangente, que vai além do preço, para considerar vários outros custos, dentre os quais: assistência técnica, custo de falhas, custos administrativos, manutenção, custos de ciclo de vida, custos de controle, ganhos de produtividade com escala, integração, tecnologia e custos de transação **ex-ante** e **ex-post**.*

(...)

2.2.3 Viabilidade Administrativa

Sendo o objetivo precípua da Administração Pública a manutenção do interesse da coletividade, neste caso, a garantia constitucional do acesso à saúde, a viabilidade Administrativa se justifica quando há:

- 1- Melhores ferramentas de planejamento, controle e gestão;*
- 2- Maior economia com a redução dos desperdícios, do retrabalho e dos riscos da Administração;*
- 3- Gestão otimizada e racional dos estoques, possibilitando a compra inteligente de ICS - Insumos Críticos de Saúde diversos de forma a atender as reais necessidades de cada região do país;*
- 4- Maior sinergia e eficiência logística, conjugando a mão de obra, os sistemas, infraestruturas e frotas;*
- 5- Maior acuracidade das informações e dados estatísticos.*

3. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: (...)

3.1 BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO:

Com a contratação de empresa especializada, o serviço, que não se limita à execução das atividades operacionais logísticas, irá promover a integração das execuções destas atividades com o planejamento estratégico do Ministério da Saúde para o desenvolvimento das políticas públicas, buscando-se:

- (i) Reduzir o custo total da cadeia de suprimentos de ICS, contemplando os custos de transporte de suprimento (do fornecedor para os armazéns do Ministério da Saúde), custos de armazenagem, custos de transporte de*

transferência (entre armazéns) e custos de distribuição para as unidades de saúde estaduais e municipais, quando aplicável;

(ii) Dotar o Ministério da Saúde de melhores ferramentas de planejamento, controle e gestão;

(iii) Proporcionar maior economia com a redução de desperdícios, de retrabalho e dos riscos de Administração;

(iv) Gerar maior economicidade promovendo a gestão otimizada e racional dos estoques, possibilitando a compra inteligente de ICS - Insumos Críticos de Saúde;

(v) Possibilitar condições adequadas de acondicionamento, armazenagem, movimentação e distribuição de produtos contando com infraestrutura física e tecnológica que atenda a todas as normativas da ANVISA;

(vi) Conferir maior sinergia e eficiência logística, conjugando a mão de obra, os sistemas, infraestrutura, e frotas;

(vii) Estabelecer controle e rastreamento dos ICS - Insumos Críticos de Saúde;

(viii) Maior acuracidade das informações e dados estatísticos;

(ix) Utilizar indicadores de desempenho para avaliar a operação e definir métricas para aderência dos fluxos de processo;

(x) Conferir Infraestrutura adequada à necessidade dos ICS - Insumos Críticos de Saúde e demais produtos em temperatura ambiente e controlada;

(xi) Utilização de Mão de obra de custo reduzido não-exclusiva e frota qualificada e em quantidade suficiente;

(xii) Acesso à tecnologia de gestão integrada de toda a operação logística.

Estima-se, portanto, que a execução do referido serviço reduza custos, garanta a qualidade dos serviços e minimize os riscos da Administração, visto que a operacionalização da armazenagem e distribuição de ICS - Insumos Críticos de Saúde será realizada por empresa com especialização nessas atividades. A aquisição de serviço de armazenagem em temperatura ambiente e refrigerada, prestados de forma conjunta, visa preservar a rotina administrativa, diminuir o custo administrativo com o gerenciamento de diversas unidades, reduzir os custos de transação entre diferentes fornecedores e otimizar os serviços, dado que os serviços possuem a mesma natureza e guardam relação entre si”.

13. Dessa forma, em consonância com a posição defendida pela unidade técnica e pelo MP/TCU, entendo que a solução adotada pelo MS de não parcelar o objeto contratado está adequada e amplamente justificada no próprio termo de referência anexo ao edital PE 42/2017 e, por conseguinte, está condizente com a Súmula-TCU 247. Ademais, a previsão editalícia de permitir formação de consórcios (item 20 – peça 4, p. 45) e de subcontratação parcial dos serviços (item 21 - peça 4, p. 46) enfraquece a alegação apresentada, pois visam a aumentar a competitividade do certame licitatório.

14. Tendo em vista os benefícios alegados pelo Ministério da Saúde para justificar o novo modelo de contratação utilizado no certame em análise, entendo correta e adequada a proposta apresentada pela Selog, e anuída pelo MP/TCU, de abertura de processo de acompanhamento, a fim de que a unidade técnica especializada possa avaliar periodicamente a economicidade, a eficiência e a eficácia dos atos praticados no contrato decorrente do PE 42/2017 (Contrato 59/2018, celebrado em 9/7/2018).

15. Conforme bem destacado pelo MP/TCU, tal acompanhamento deverá aferir se haverá os alegados ganhos financeiros estimados pelo MS – economia potencial de até R\$ 373.639.632,60 ao longo dos sessenta meses de execução do Contrato 59/2018, em relação ao modelo anteriormente utilizado. Ademais, o próprio valor da contratação poderá ser aferido, pois o fato de a proposta da licitante vencedora (R\$ 97.000.000,01) estar abaixo do orçamento realizado pelo MS

(R\$ 246.531.097,88) não significa necessariamente ser um bom preço, levando-se em conta as sérias restrições encontradas pelo MS para essa pesquisa, uma vez que somente foi possível buscar cotações de potenciais fornecedores, considerando a magnitude e a especificidade do objeto, o que impediu a busca por preços obtidos pela Administração Pública em outras contratações.

16. Além desse potencial ganho financeiro, conforme explicitado nos itens “Da Justificativa” e “Motivação da Contratação”, constantes do Termo de Referência anexo ao Edital PE 42/2017, a readequação do modelo logístico buscado pelo MS aponta para uma série de outros ganhos, entre os quais: modernização da infraestrutura e da metodologia de trabalho; mão de obra qualificada; controle de estoque por meio de estrutura tecnológica com *softwares* e *hardwares*; maior exatidão dos inventários; maior acuracidade às informações dos estoques; indicação prévia dos ICS que estão para vencer; soluções informatizadas de gestão/gerenciamento; obtenção de dados estatísticos; emissão de relatórios gerenciais; informações *online* para que o MS tenha acesso às funcionalidades e possa tomar decisões com segurança; racionalização dos custos; redução dos custos totais de propriedade (Total *Cost of Ownership* - TCO); redução dos desperdícios, do retrabalho e dos riscos da Administração; eficiência logística com sinergia de serviços; melhoria da qualidade dos serviços prestados; maior índice de produtividade pela sinergia dos ativos e pessoal utilizado; condições ideais de estocagem, compatíveis com os ICS; ambientes seguros, limpos, higiênicos, que prezem pelas boas práticas de armazenagem e que cumpram os regramentos sanitários vigentes; escoamento e recebimento da carga no menor tempo possível; quantificação – otimização e racionalização – dos processos, de modo que o contratado opere com absoluta transparência em todo procedimento; maior controle contratual; responsabilidade única de controle de itens em estoque e em movimentação; integração de todas as etapas do processo logístico sob uma única gestão operacional e administrativa; e promoção da integração das atividades operacionais logísticas com o planejamento estratégico do Ministério da Saúde para o desenvolvimento das políticas públicas..

17. Toda essa gama de ganhos econômicos e administrativos deverá ser adequadamente quantificada e monitorada pelo Ministério da Saúde, ou seja, tal órgão deverá verificar, por meio de indicadores apropriados, se os resultados almejados estão sendo realmente alcançados. Dessa forma, entendo pertinente que o Tribunal também verifique, no âmbito do processo de acompanhamento que será autuado, se o Ministério da Saúde está quantificando e monitorando, com indicadores adequados e pertinentes, o alcance dos objetivos e ganhos almejados com o novo modelo de contratação, ou seja: se a execução do Contrato 59/2018 está efetivamente trazendo os benefícios estimados pelo MS.

18. Dessa forma, o Tribunal poderá aferir: (i) se o MS estruturou adequado processo com vistas a quantificar e monitorar os benefícios almejados com execução do Contrato 59/2018; (ii) o resultado, em termos de economicidade e de ganhos de eficiência administrativa, do novo modelo de contratação, em relação à forma anterior de contratação do mesmo objeto; e (iii) a metodologia adotada pelo Ministério de Saúde quanto à definição dos índices “Final Aéreo” e “Final Rodoviário” como critérios para o julgamento do preço das propostas das licitantes.

19. Em relação às duas impropriedades/falhas identificadas no Edital do Pregão Eletrônico 42/2017 (subitem 11.2 do Termo de Referência encontra-se, indevidamente, dentro do capítulo referente à qualificação técnica, e indevida presença do texto “Obs. 4” na aba “Critério de Julgamento” do Anexo IV ao mencionado edital), acolho a proposta formulada pela unidade técnica de cientificar ao MS para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes. Entendo que tais ocorrências não são consideradas suficientes para eventual determinação de anulação e/ou sustação do PE 42/2017.

20. Por fim, considero oportuna e apropriada a sugestão do *Parquet* junto ao Tribunal de determinar ao Ministério da Saúde, com o intuito de mitigar os riscos advindos de algum fato que implique perdas e deteriorações dos Insumos Críticos de Saúde (ICS), e levando em conta a materialidade e a relevância do objeto da presente representação, que estude e apresente as conclusões acerca da possibilidade e dos custos da contratação de um seguro tendente à indenização, ainda que

parcial, dos ICS armazenados. Quanto à apresentação do estudo e de suas conclusões, estipulo o prazo de 60 dias para que o MS o encaminhe ao Tribunal, cujo exame será realizado no âmbito do processo de acompanhamento que será autuado pela Selog.

V

21. Feitas essas considerações, gostaria de enaltecer o trabalho desenvolvido pelo Ministério da Saúde (MS) na contratação em análise, pois consta dos autos do processo licitatório justificativa adequada para o novo modelo de contratação escolhido – logística integrada (armazenagem, transporte e distribuição) –, fundamentado em uma série de estudos realizados pelo MS e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), entre os quais o Relatório “Avaliação da necessidade e localização de Centros de Distribuição para Medicamentos do Ministério da Saúde”, elaborado pelo Ipea (peça 2, p. 47-53).

22. Destaco que, uma vez que as operações de logística integrada apresentam vantagens em relação a custo e qualidade na prestação dos serviços, quando comparadas a operações de armazenagem e distribuição efetuadas por operadores distintos, a contratação planejada pelo Ministério da Saúde alinha-se aos seus objetivos de aprimorar os processos de planejamento, aquisição, armazenamento e distribuição dos ICS, com foco na eficiência, eficácia, efetividade, economicidade e transparência. Dessa forma, a readequação do modelo logístico pretende promover a integração das execuções das atividades operacionais logísticas com o planejamento estratégico do Ministério da Saúde para o desenvolvimento das políticas públicas.

23. Neste contexto, registro que ao se buscar contratar soluções inovadoras, como pode ser considerada a readequação do modelo logístico pretendida pelo Ministério da Saúde, corre-se o risco de dar errado. Entretanto, tal situação será minimizada caso a Administração tome algumas cautelas, como: planejar adequadamente a contratação, com base em estudos bem elaborados; avaliar previamente riscos; e monitorar/avaliar os resultados, que devem ser quantificados por meio de indicadores apropriados.

24. Tendo em vista que o Tribunal tem projeto voltado à inovação na Administração Pública, sob coordenação do Laboratório de Inovação e Cultura do TCU (LabIC), que tem como uma de suas finalidades “promover a inovação no TCU e na administração pública, em parceria com laboratórios de inovação de governo, academia e outros atores, com o objetivo de melhorar a Administração Pública”, e que, neste momento, o LabIC está identificando possíveis gestores públicos que tenham interesse e demanda de construir um protótipo de contratação de inovação, oportuno o envio de cópia desta deliberação ao LabIC.

25. Gostaria, também, de ressaltar a qualidade e o zelo dos trabalhos desenvolvidos pelos auditores da Selog e pelo Procurador do Ministério Público junto ao TCU, Dr. Júlio Marcelo de Oliveira, cujas informações, análises, conclusões e propostas, expostas de forma clara e objetiva, visam contribuir para o aprimoramento da Administração Pública.

Ante o exposto, VOTO no sentido de que seja adotado o acórdão que ora submeto à apreciação deste colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 18 de setembro de 2019.

Ministro JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Relator

ACÓRDÃO Nº 2234/2019 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 000.525/2018-9.
- 1.1. Apensos: 000.680/2018-4; 009.952/2018-7; 002.291/2018-5; 011.136/2018-9.
2. Grupo I – Classe de Assunto: VII – Representação (com pedido de mediada cautelar).
3. Interessados/Responsáveis: Voetur Cargas e Encomendas Ltda.
4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal:
 - 8.1. Andreia da Silva Lima (25.408/OAB-DF), representando Voetur Cargas e Encomendas Ltda.
 - 8.2. Pedro Luiz Lombardo Junior (368.329/OAB-SP) e outros, representando Associação das Empresas de Transporte Rodoviário de Carga do Estado de Pernambuco.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia representação, com pedido de adoção de medida cautelar, formulada pela Associação das Empresas de Transporte de Cargas e Logística de Pernambuco (Assemtra) contra o Pregão Eletrônico 42/2017, promovido pelo Ministério da Saúde (MS);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 113, §1º, da Lei 8.666/1993 e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, e, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo Representante, tendo em vista a inexistência dos elementos necessários para sua adoção;

9.3. dar ciência ao Ministério da Saúde, com fundamento no art. 7º da Resolução-TCU 265/2014, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico 42/2017, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

9.3.1. o subitem 11.2 do Termo de Referência encontra-se indevidamente dentro do capítulo “Da Qualificação Técnica”, apesar de o texto mencionar que a documentação deverá ser apresentada no início da operação; (item 5.2 da instrução da unidade técnica, reproduzida no relatório que fundamenta esta acórdão)

9.3.2. a presença do texto da “Obs. 4” na aba “Critério de Julgamento” do Anexo IV (Módulo para Precificação e Participação - CD(s)-SP) ao edital do Pregão Eletrônico 42/2017 foi indevida, posto que possibilitava a interpretação de que os índices “Índice Final Aéreo” e “Índice Final Rodoviário” deveriam ser obrigatoriamente iguais ou superiores aos índices finais relativos às Unidades da Federação de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, tanto para o modal rodoviário quanto para o modal aéreo; (itens 14.5 e 17.1 da instrução da unidade técnica, reproduzida no relatório que fundamenta este acórdão)

9.4. autorizar, desde já, que a Selog autue processo de acompanhamento, com fulcro no art. 241, inciso II, do Regimento Interno do TCU, a fim de fiscalizar os seguintes tópicos: (i) se o Ministério da Saúde estruturou adequado processo com vistas a quantificar e monitorar os benefícios almejados com execução do Contrato 59/2018; (ii) a ocorrência de economicidade, eficácia e de ganhos de eficiência administrativa na execução do contrato decorrente da licitação PE 42/2017 (Contrato 59/2018, celebrado em 9/7/2018), em relação à forma anterior de contratação do mesmo

objeto; e (iii) a metodologia adotada pelo Ministério de Saúde, quanto à definição dos índices “Final Aéreo” e “Final Rodoviário” como critérios para o julgamento do preço das propostas das licitantes;

9.5. determinar ao Ministério da Saúde, com fundamento nos arts. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, com o intuito de mitigar os riscos advindos de algum fato que implique perdas e deteriorações dos Insumos Críticos de Saúde (ICS), e levando em conta a materialidade e a relevância do objeto da presente representação, que estude e apresente ao Tribunal as conclusões, no prazo de 60 dias, acerca da possibilidade e dos custos da contratação de um seguro tendente à indenização, ainda que parcial, dos ICS armazenados;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério da Saúde, à sociedade empresária Voetur Cargas e Encomendas Ltda., ao Laboratório de Inovação e Cultura do TCU (LabIC/ISC/TCU) e às Representantes deste processo (Associação das Empresas de Transporte de Cargas e Logística de Pernambuco) e dos apensos (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Maya Consultoria Ambiental Ltda. - ME, Rabibe Mendes Sabino e Milton César Ferreira Rangel), esclarecendo-lhes que o inteiro teor da referida deliberação pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos;

9.7. apensar, definitivamente, os presentes autos ao processo de acompanhamento que vier a ser autuado conforme subitem 9.4 desta deliberação, nos termos dos arts. 36 e 37 da Resolução-TCU 259/2014.

10. Ata nº 36/2019 – Plenário.

11. Data da Sessão: 18/9/2019 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2234-36/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

(Assinado Eletronicamente)
JOSÉ MUCIO MONTEIRO
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
AUGUSTO NARDES
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora-Geral



Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Assuntos Administrativos
Coordenação-Geral de Material e Patrimônio
Coordenação de Compras e Licitações
Divisão de Formalização de Contratos

TERMO ADITIVO

Processo nº 25000.033893/2017-57

Unidade Gestora: DLOG/SE/MS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 59/2018, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO, DA SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E A EMPRESA VTC OPERADORA LOGÍSTICA LTDA.

A **UNIÃO**, por intermédio da Coordenação-Geral de Material e Patrimônio, da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ/MF sob o nº 00.394.544/0036-05, sediada na Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo A, 3º andar, sala 317, ala A, em Brasília/DF, representada pelo Senhor **CEZAR WILKER TAVARES SCHWAB RODRIGUES**, portador da Carteira de Identidade Militar nº 114.326.933-8, expedida pelo MDEB e inscrito no Cadastro da Pessoa Física – CPF/MF sob o nº 019.903.667-59, nomeado por meio da Portaria nº 96, de 10 de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 29, de 11 de fevereiro de 2021, seção 02, página 01, conforme as atribuições delegadas pela Portaria nº 133, de 26 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 19, de 27 de janeiro de 2011, seção 02, página 37, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **VTC OPERADORA LOGÍSTICA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.893.687/0001-08, com sede ao Aeroporto Internacional de Brasília, Terminal de Carga Aérea, Brasília/DF, CEP: 71.608-900, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor **RAIMUNDO NONATO BRASIL**, portador da carteira de identidade nº 441.980, expedida pela SSP/DF e inscrito no CPF/MF sob o nº 214.666.701-00, tendo em vista o que consta no **Processo nº 25000.033893/2017-57** e em observância às disposições estabelecidas no § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de **R\$ 88.750.000,01** (oitenta e oito milhões setecentos e cinquenta mil reais e um centavo) no item 1, equivalente a, aproximadamente, **18,29%** do valor do **Contrato Administrativo nº 59/2018**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

Com o acréscimo, o valor total contratado passará de **R\$ 485.000.000,05** (quatrocentos e oitenta e cinco milhões de reais e cinco centavos), para **R\$ 573.750.000,05** (quinhentos e setenta e três milhões, setecentos e cinquenta mil reais e cinco centavos); e o valor anual contratado passará de **R\$ 97.000.000,01** (noventa e sete milhões de reais e um centavo), para **R\$ 114.750.000,01** (cento e quatorze milhões, setecentos e cinquenta mil reais e um centavo).

Item/Descrição	Mensal (R\$)	Anual (R\$)	60 Meses (R\$)	Mensal Acrescido (R\$)	Anual Acrescido (R\$)	60 Meses (R\$)
01 - Transporte	5.916.666,67	71.000.000,01	355.000.000,05	7.395.833,33	88.750.000,01	443.750.000,05
02 - Armazenamento	2.166.666,66	26.000.000,00	130.000.000,00	-	-	-
Total				9.562.499,99	114.750.000,01	573.750.000,05

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas advindas do presente Termo Aditivo correrão por conta dos recursos consignados ao Ministério da Saúde, pelo **Programa de Trabalho**: 10.122.2115.2000.0001 | **PTRES**: 091421 | **Natureza da Despesa**: 3.3.90.39 | Nota de Empenho nº 2021NE000243, datada de 18/02/2021.

A Nota de Empenho para cobrir as despesas quanto ao exercício de **2022** será emitida oportunamente, indicando os recursos aprovados para o respectivo exercício.

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

Como garantia das obrigações assumidas neste Termo Aditivo, a **CONTRATADA** prestará, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data da assinatura deste instrumento, garantia financeira correspondente a 10% (dez por cento) do valor total contratado, conforme disposto no § 1º, do art. 56, da Lei nº 8.666/1993 e na cláusula que aborda o tema, do contrato originário.

A validade da garantia financeira, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 03 (três) meses, após o término da vigência contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

A **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste Termo Aditivo na Imprensa Oficial até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original e de outros instrumentos não modificadas por este instrumento.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, o presente Termo Aditivo é assinado eletronicamente pelas partes e por duas testemunhas.

CEZAR WILKER TAVARES SCHWAB RODRIGUES
Subsecretaria de Assuntos Administrativos
SAA/SE/MS
CONTRATANTE

RAIMUNDO NONATO BRASIL
VTC Operadora Logística Ltda
CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo Nonato Brasil, Usuário Externo**, em 19/02/2021, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0019148149** e o código CRC **AFDB8A82**.



Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Departamento de Logística em Saúde
Coordenação-Geral de Aquisições de Insumos Estratégicos para Saúde
Coordenação de Licitações e Análise de Mercado de Insumos Estratégicos para Saúde
Divisão de Análise das Aquisições de Insumos Estratégicos para Saúde

TERMO ADITIVO

Processo nº 25000.033893/2017-57

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
59/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM
SAÚDE DA SECRETARIA EXECUTIVA DO
MINISTÉRIO DA SAÚDE, E A EMPRESA
VTC OPERADORA LOGÍSTICA LTDA.

A **UNIÃO**, por intermédio do Departamento de Logística em Saúde da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, com sede em Brasília-DF, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.544/0008-51, neste ato representado pelo seu Diretor Sr. **ROBERTO FERREIRA DIAS**, portador da Carteira de Identidade RG nº 152.991.800, expedida pela SSP/PR, e CPF sob o nº 086.758.087-98, em conformidade com a Portaria nº 262, de 08/01/2019, publicada no Diário Oficial da União nº 6, de 09/01/2019, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **VTC OPERADORA LOGÍSTICA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.893.687/0001-08, com sede no Aeroporto Internacional de Brasília, Terminal de Carga Aérea, Brasília/DF, CEP: 71.608-900, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **RAIMUNDO NONATO BRASIL**, portador da carteira de identidade nº 441.980, expedida pela SSP/DF e inscrito no CPF/MF sob o nº 214.666.701-00, tendo em vista o que consta no Processo nº 25000.033893/2017-57 e em observância às disposições estabelecidas na alínea "b", do Inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da redação do subitem 7.14.8, do Anexo I do Termo de Referência, vinculado ao Edital e, consequentemente, da Cláusula Oitava - Do Regime de Execução dos Serviços e da Fiscalização do Contrato Administrativo nº 59/2018, para fazer constar a seguinte redação:

Anexo I
Termo de Referência
(...)

7. Da Especificação Técnica e Detalhamento do Serviço

(...)

7.14. Especificações dos Serviços

(...)

7.14.8 MANIPULAÇÃO DE ITEM PARA ATENDIMENTO

A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe para realizar a manipulação dos itens solicitados em um pedido para fins de separação, montagem dos lotes, conferência e preparação para expedição. A quantidade de manipulações será medida pelo volume expedido.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

2.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Termo Aditivo na Imprensa Oficial até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original e de outros instrumentos não modificadas por este instrumento.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, o presente Termo Aditivo é assinado eletronicamente pelas partes e por duas testemunhas.

4. TESTEMUNHAS

Franklin Martins Barbosa

Departamento de Logística em Saúde - DLOG

CPF: 730.190.621-87

Carlos Alberto de Sá

Empresa: VTC OPERADORA LOGÍSTICA LTDA

CPF: 115.955.581-87



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo Nonato Brasil, Usuário Externo**, em 20/05/2021, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto de Sá, Usuário Externo**, em 20/05/2021, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Franklin Martins Barbosa, Administrador(a)**, em 20/05/2021, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Ferreira Dias, Diretor(a) do Departamento de Logística**, em 20/05/2021, às 20:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador

0020553781 e o código CRC **FF304401**.

Referência: Processo nº 25000.033893/2017-57

SEI nº 0020553781

Divisão de Formalização de Contratos - DICONT

Esplanada dos Ministérios, Anexo A do Bloco G, Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF CEP: 70.058-900

E-mail: dicont@saude.gov.br | Site: saude.gov.br



Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Departamento de Logística em Saúde
Coordenação-Geral de Logística de Insumos Estratégicos para Saúde

NOTA TÉCNICA Nº 2/2021-CGLOG/DLOG/SE/MS


1. ASSUNTO

1.1. Análise sobre a "Manipulação de item para atendimento - (picking)" previsto no Contrato 59/18, firmado com a VTC Operadora Logística.

2. SÍNTESE DOS FATOS

2.1. A Coordenação-Geral de Logística de Insumos Estratégicos para Saúde (CGLOG) é a responsável por fiscalizar o Contrato 59/18 (4529009), que armazena e transporta os Insumos Estratégicos em Saúde (IES) desse Ministério;

2.2. Nessa perspectiva, a planilha de formação de preços apresentada pela VTC Operadora Logística (vencedora da licitação) contém no item "Armazenagem", o subitem 2.7 "manipulação de item para atendimento (picking)", consoante Figura 1:



CATSER	ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Unidade	Quantidade estimada	Preço Unitário	Valor Mensal
Item 02 – Armazenamento						
	2	SERVIÇOS TÉCNICOS DE ARMAZENAGEM E GESTÃO DO CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO	Unid/medida	Quantidade estimada	R\$/%	R\$
	2.1	ARMAZENAGEM - CARGA SECA (15° a 30 °C)	Posição Palete	10400	65,00	676.000,00
	2.2	ARMAZENAGEM - CARGA SECA TÓXICOS, PRAGUICIDAS E INSETICIDAS	Posição Palete	3100	50,00	155.000,00
	2.3	ARMAZENAGEM - CARGA FRIA NEGATIVA (-35° a -15 °C)	Posição Palete	250	180,00	45.000,00
	2.4	ARMAZENAGEM - CARGA FRIA (2° a 8 °C)	Posição Palete	5750	80,00	460.000,00
	2.5	GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO	UN	24	200.003,54	400.007,08
	2.6	RECEPCAO DE NOTAS DE ENTRADA	NFs	3600	20,30	6.090,00
	2.7	MANIPULAÇÃO DE ITEM PARA ATENDIMENTO (PICKING)	Item	600000	6,43	321.500,00
	2.8	EXPEDICAO DE NOTAS DE SAIDA	NFs	600000	1,50	75.000,00
	2.9	SERVIÇO DE INVENTÁRIO GERAL	Unidade	1	46.835,04	3.902,92
	2.10	SERVIÇO DE INCINERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	Kg	250.000	1,16	24.166,67
SUBTOTAL 2						

Figura 1. Planilha de formação de preços apresentada pela VTC Operadora logística, com foco no item "picking"

Fonte: Contrato 59/2018

2.3. Percebe-se que o valor estimado é de R\$ 321.500,00 (trezentos e vinte e um mil e quinhentos reais) mensais destinados à contratada para o item, totalizando R\$ 3.858.000,00 (três milhões oitocentos e cinquenta e oito mil reais) anual. É importante salientar que trata-se de uma estimativa, elaborada através da métrica prevista no Termo de Referência da contratação (1159546), que prevê na cláusula 7.14.8:

7.14.8 MANIPULAÇÃO DE ITEM PARA ATENDIMENTO

A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe para realizar a manipulação dos itens solicitados em um pedido para fins de separação, montagem dos lotes, conferência e preparação para expedição. A quantidade de manipulações será medida pela contagem de itens que compõem cada pedido expedido. (grifo nosso).

2.4. O trecho destacado em negrito no parágrafo acima significa que a apuração para o pagamento do picking será nos moldes parametrizados pelo Sistema de Gerenciamento de Armazém "WMS", que ainda que reflita exatamente o quantitativo dos itens manipulados, pode se mostrar exacerbada.

2.5. Dessa forma, no universo de insumos existentes no Centro de Distribuição, que são armazenados e separados diariamente, fica matematicamente mais oneroso para a Administração manter a técnica de apuração prevista no contrato, já que quanto mais se manipular o insumo, maior será o valor faturado.

2.6. Em virtude da questão narrada no item 2.5, a CGLOG encaminhou comunicado à contratada, informando que iria realizar a glosa administrativa dos valores do picking, até que outras alternativas fossem encontradas como resolução definitiva do caso. (vide parágrafo 8 do Ofício Nº 2720/2019/DICAL/CGLOG/DLOG/SE/MS, enviado em 29 de novembro de 2019 (0012452869).

2.7. No ano de 2020, foram encaminhados ofícios com novas diligências sobre o caso. O Ministério da Saúde propôs que fosse realizado a mensuração do picking através da modalidade Stock Keeping Unit – SKU. Sobre isso, a contratada em 21 de fevereiro de 2020, encaminhou o Ofício nº 54/2020-JUR (0019331110) não concordando com o proposto pelo Ministério da Saúde, **PORÉM**, apresentando uma contra-proposta. Em sua negativa, ela argumenta:

Depreende-se que a apuração na modalidade Stock Keeping Unit – SKU mostra-se inviável, uma vez que não representa o real quantitativo de manipulações de itens realizadas em um pedido para fins de separação, montagem dos lotes, conferência e preparação para expedição. Por outro lado, observa-se que a apuração segundo a manipulação de fato nos moldes parametrizados pelo Sistema de Gerenciamento de Armazém "WMS", ainda que reflita o efetivo quantitativo dos itens manipulados, mostra-se exacerbada.

2.8. E a contra-proposta apresentada pela contratada foi:

Nesse cenário, a fim de dirimir a controvérsia, decidindo-se pela forma de quantificação da volumetria manuseada pela Contratada mais adequada à realidade do Contrato nº 59/2019, a VTCLLOG sugere que o faturamento do item 2.7 - Manipulação de item para atendimento (PICKING) seja realizado de acordo com o volume expedido (fls. 31-53 do pdf). Tal critério privilegia a proteção e economicidade do erário, bem como permite a fiscalização diligente por parte do Contratante, uma vez que poderá ser facilmente auditado com base nas informações constantes do Comprovante de Entrega. (grifo nosso).

Por fim, reafirma-se que a VTCLLOG prima pelo cumprimento de suas obrigações contratuais e permanece à disposição para contribuir com uma solução conjunta no que tange ao correto dimensionamento do item 2.7 - Manipulação de item para atendimento (PICKING).

2.9. Reforçando-se o que foi grifado, a contratada apresenta a contra-proposta de que os valores sejam mensurados de acordo com o volume efetivamente expedido.

2.10. Para comparar os valores pelos três métodos apresentados até o presente momento, a contratada elaborou a Figura 2, contendo o montante que seria pago desde a vigência do contrato 59/18 (novembro de 2018) até o mês de janeiro de 2021:

Rótulos de Linha	SKU POR PEDIDO	VOLUME EXPEDIDO	WMS
01/11/18	3	3	57
01/12/18	1.262	21.715	60.142
01/01/19	4.423	71.360	310.279
01/02/19	4.850	69.758	491.616
01/03/19	5.497	80.298	252.747
01/04/19	4.959	82.644	277.230
01/05/19	5.956	77.248	643.378
01/06/19	5.836	73.314	268.599
01/07/19	6.805	95.078	310.617
01/08/19	5.628	83.503	263.170
01/09/19	6.152	90.201	287.038
01/10/19	6.975	124.820	335.750
01/11/19	5.693	93.352	259.059
01/12/19	6.214	114.052	318.008
01/01/20	6.548	146.687	384.512
01/02/20	6.981	88.188	305.814
01/03/20	9.355	184.158	454.364
01/04/20	7.895	235.964	481.812
01/05/20	6.289	216.067	463.137
01/06/20	7.249	153.607	368.659
01/07/20	7.078	179.085	440.230
01/08/20	7.890	129.348	337.587
01/09/20	6.517	111.936	302.414
01/10/20	7.949	174.557	405.070
01/11/20	4.580	112.931	265.106
01/12/20	7.539	100.141	310.179
01/01/21	6.298	42.255	381.538
Total Geral	162.421	2.952.270	8.978.112
	R\$ 1.044.367,03	R\$ 18.983.096,10	R\$ 57.729.257,58

Figura 2. Comparativo de valores do picking por método de apuração

Fonte: Ofício VTC 0.39/2021, SEI! 0019331049

2.11. Segundo esses dados, se fossemos pagar pelo método previsto no contrato (WMS), o valor total devido à empresa atualizado até 01/01/2021 é de R\$ 57.729.257,58 (cinquenta e sete milhões, setecentos e vinte e nove mil duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), enquanto pelo método proposto pela Administração, o valor vai para R\$ 1.044.367,03 (um milhão, quarenta e quatro mil trezentos e sessenta e sete reais e três centavos);

2.12. A contra-proposta da contratada, por sua vez, representa um "meio-termo" entre esses dois métodos, correspondendo a R\$ 18.983.096,10 (dezoito milhões, novecentos e oitenta e três mil noventa e seis reais e dez centavos), calculado por volume expedido, tornando-se assim mais vantajosa ao erário, se comparado ao redigido no contrato.

3. CONCLUSÃO

3.1. Diante das exposições narradas, SOLICITA-SE a realização de um aditivo contratual para o item 7.14.8 do Termo de Referência, que trata da "manipulação de item para atendimento". O atual texto está com a seguinte redação:

7.14.8 MANIPULAÇÃO DE ITEM PARA ATENDIMENTO

A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe para realizar a manipulação dos itens solicitados em um pedido para fins de separação, montagem dos lotes, conferência e preparação para expedição. A quantidade de manipulações será medida ~~pela contagem de itens que compõem cada pedido expedido. (parte destacada, é a que será retirada).~~

3.2. E passará, após a aditivação, a ter o seguinte conteúdo:

7.14.8 MANIPULAÇÃO DE ITEM PARA ATENDIMENTO

A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe para realizar a manipulação dos itens solicitados em um pedido para fins de separação, montagem dos lotes, conferência e preparação para expedição. A quantidade de manipulações será medida **PELO VOLUME EXPEDIDO** (parte destacada é a que será acrescentada).

3.3. Reforça-se que a proposta do aditivo, acordado entre ambas as partes, possibilitará o fim da glosa administrativa que vem sendo realizada para o picking, possibilitando que a Administração Pública cumpra a cláusula contratual de forma mais econômica se comparado ao que foi previsto inicialmente no Termo de Referência.

Atenciosamente,

CRISTIANE FLEURI DE JESUS

Administradora - Fiscal do contrato

ERIC MATHEUS BISPO PEREIRA

Administrador - Fiscal do contrato

FÁBIO DA SILVA SARTORI

Analista Técnico de Políticas Sociais - Fiscal do contrato

De acordo,

ALEX LIAL MARINHO

Coordenação-Geral de Logística de Insumos Estratégicos para Saúde





Documento assinado eletronicamente por **Fábio da Silva Sartori, Fiscal de Contrato**, em 04/03/2021, às 13:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Fleuri de Jesus, Fiscal de Contrato**, em 04/03/2021, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alex Lial Marinho, Coordenador(a)-Geral de Logística de Insumos Estratégicos para Saúde**, em 04/03/2021, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0019331224** e o código CRC **7C0A52A2**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE
COORDENAÇÃO DE SUPORTE JURÍDICO EM ASSUNTOS LICITATÓRIOS

PARECER n. 00203/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU

NUP: 25000.033893/2017-57

**INTERESSADOS: COORDENAÇÃO GERAL DE ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO -
CGAD/DLOG/SE/MS
ASSUNTOS: DILIGÊNCIAS**

EMENTA: ANÁLISE DO SEGUNDO TERMO ADITIVO. ALTERAÇÃO QUALITATIVA. ALTERAÇÃO DO ITEM 7.14.8 DO TR E CLÁUSULA OITAVA DO CONTRATO 59/2018. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PARA PROSSEGUIMENTO DA AVENÇA.

Senhor Consultor Jurídico do Ministério da Saúde,

RELATÓRIO

1. Trata-se de processo remetido a essa Consultoria Jurídica por meio do Despacho [SAA 0019628361](#) abaixo transcrito, objetivando análise e emissão de parecer acerca da minuta do 2º Termo Aditivo (SEI [0019375295](#)) ao Contrato Administrativo nº 59/2018 id 4529009 a ser celebrado entre a União, por meio da Coordenação-Geral de Material e Patrimônio, da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, e a Empresa VTC OPERADORA LOGÍSTICA LTDA, cujo objeto é a prestação de serviços contínuos de transporte e armazenagem dos insumos críticos de saúde (ICS):

DESPACHO
SAA/SE/MS
Brasília, 18 de março de 2021.

À DIDEP/CONUR,

1. Trata-se dos procedimentos visando a alteração qualitativa ao Contrato nº 59/2018, firmado com a empresa VTC OPERADORA LOGÍSTICA LTDA, cujo objeto é a prestação de serviços contínuos de transporte e armazenagem dos insumos críticos de saúde (ICS), consistindo as atividades de modernização administrativa e operação das cadeias de armazenamento e distribuição dos ICS, sendo os serviços contratados sob demanda, sem disponibilização de mão de obra exclusiva, vigente até 09 de julho de 2023.

2. Por meio da Nota Informativa nº 21/2021-DICONT/CCLIC/CGMAP/SAA/SE/MS (SEI-[0019393371](#)), a Divisão de Formalização de Contratos desta Subsecretaria analisou a instrução processual, que visa alterar especificamente, as condições estabelecidas no item 7.18.8, do Termo de Referência (SEI-[2156405](#)) e, consequentemente, a Cláusula Oitava - Do Regime de Execução dos Serviços e da Fiscalização do instrumento contratual. Tais dispositivos dizem respeito às especificações técnicas dos serviços, em especial, a forma de manipulação dos itens sujeitos ao transporte e que define a apuração para o pagamento do *picking* (*manipulação de item para atendimento*).

3. Acerca disso, cumpre ressaltar a Nota Técnica nº 2/2021-CGLOG/DLOG/SE/MS (SEI-[0019331224](#)), por meio da qual a área demandante e técnica tece considerações pormenorizadas acerca da metodologia atualmente adotada e conclui que "a proposta do aditivo, acordado entre ambas as partes, possibilitará o fim da glosa administrativa que vem sendo realizada para o *picking*, possibilitando que a Administração Pública cumpra a cláusula contratual de forma mais econômica se comparado ao que foi previsto inicialmente no Termo de Referência".

4. Diante da presente instrução processual, encaminho os autos para análise da Minuta de Termo Aditivo (SEI-[0019375295](#)) e emissão de parecer, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do artigo 38, da Lei nº 8.666/93.

5. Em tempo, cumpre esclarecer que foram acostados ao processo outros documentos relacionados aos pedidos de reajuste e reequilíbrio contratual, os quais ainda dependem de análise desta Subsecretaria.

2. O aditivo encaminhado alcança especificamente, as condições estabelecidas no item 7.14.8, do Termo de Referência (SEI- [2156405](#)) e, consequentemente, a Cláusula Oitava - Do Regime de Execução dos Serviços e da Fiscalização do instrumento contratual, passando o subitem 7.14.8 a prever:

7.14.8 MANIPULAÇÃO DE ITEM PARA ATENDIMENTO

A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe para realizar a manipulação dos itens

solicitados em um pedido para fins de separação, montagem dos lotes, conferência e preparação para expedição. **A quantidade de manipulações será medida pelo volume expedido.**

3. O subitem do TR em modificação estabelecia os seguintes termos:

7.14.8 MANIPULAÇÃO DE ITEM PARA ATENDIMENTO A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe para realizar a manipulação dos itens solicitados em um pedido para fins de separação, montagem dos lotes, conferência e preparação para expedição. **A quantidade de manipulações será medida pela contagem de itens que compõem cada pedido expedido**

4. Entende-se portanto, à vista do pedido de alteração, que ao invés da quantidade de manipulações ser medida pela contagem de itens que compõe cada pedido expedido, o que se espera é que a contagem se faça não mais por itens de cada pedido e sim pelo volume expedido. Não restam dúvidas de que a mudança destes procedimentos somente podem ser avaliados pela área técnica.

5. Quanto a menção a cláusula oitava do contrato, no termo aditivo, vemos pelo seu conteúdo:

CLÁUSULA OITAVA - DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA FISCALIZAÇÃO 8.1. Os critérios de prestação de serviço e fiscalização devem atender ao disposto no Termo de Referência, Anexo I deste instrumento convocatório, itens 07 e 12, respectivamente.

6. O processo se encontra no SEI e contém 31 (trinta e um) volumes de documentos.

7. É o sucinto relatório.

DA FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO

8. Em relação a este tema e a abrangência da manifestação jurídica por este consultivo, reportamo-nos ao Parecer inserido nos autos no **id 1201637**.

DA POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL POR MEIO DE TERMOS ADITIVOS E DAS ESPÉCIES DE ALTERAÇÃO

9. A respeito das considerações jurídicas relativas as alterações contratuais, citamos o Parecer Referencial nº 3555/2014/COGEAJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU/msm **id 0018273727**;

10. Dito isso, vemos que a elaboração de um termo aditivo trazendo alterações pontuais no contrato, encontra esteio no Contrato Administrativo nº 59/2018 (SEI [4529009](#)) na Cláusula Décima Terceira abaixo transcrita:

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65, da Lei nº 8.666/1993.

13.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11. E no que tange ao amparo jurídico, a Lei nº 8.666/93 que disciplina a matéria, estabelece:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) **quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários; (grifo nosso)**

(...)

12. Outro requisito essencial a ser observado, refere-se a verificação do prazo de vigência do contrato, haja visto que aditivos só podem ser propostos em contratos regularmente vigentes. Neste contexto, observa-se que o Contrato 59/2018 foi firmado em 09.07.2018, estando pelo conteúdo da cláusula, em plena execução.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de sua assinatura, cuja vigência é de 60 (sessenta) meses, observados os seguintes requisitos:

ANÁLISE DO OBJETO DO ADITAMENTO PRETENDIDO

13. No presente caso, a mudança sugerida fundamenta-se em questões estritamente técnicas como se pode constatar pelo conteúdo do objeto do Segundo Termo Aditivo e as justificativas acostadas aos autos.

14. Realizadas as considerações iniciais, da leitura da [Nota Informativa 21 \(0019393371\)](#) pode-se depreender, *s.m.j.*, que o 2º Termo aditivo visa promover alteração qualitativa no Contrato Administrativo nº 59/2018, que dispõe o seguinte:

NOTA INFORMATIVA Nº 21/2021-DICONT/CCLIC/CGMAP/SAA/SE/MS

DO ASSUNTO:

Trata-se dos procedimentos visando à alteração qualitativa do **Contrato Administrativo nº 59/2018**, firmado com a empresa **VTC OPERADORA LOGÍSTICA LTDA.**

15. Em princípio, o que define se determinada alteração é qualitativa ou quantitativa não é a existência de supressões ou acréscimos nos quantitativos dos materiais, obras ou serviços anteriormente contratados, mas se há ou não efetiva alteração na quantidade ou dimensão do objeto inicialmente contratado.

16. Nessa esteira, o Tribunal de Contas da União prolatou a Decisão nº 215/1999 - Plenário:

As alterações qualitativas, (...) "visam apenas à consecução ótima do objeto mediato, que se mantém inalterado em sua natureza e dimensão, por meio do aumento ou supressão do objeto imediato, utilizando-se de obras extras, complementares ou novas em relação às já contratadas, e também requerem, via de regra, mudanças no valor original do contrato".

(...)

Considerados tais balisadores como limites gerais às alterações qualitativas, eles têm como consequência a restrição das modificações qualitativas, além dos limites legais estabelecidos, apenas à hipótese de ocorrência cumulativa dos seguintes pressupostos: a) não acarretar para a Administração encargos contratuais superiores aos oriundos de uma eventual rescisão contratual por razões de interesse público acrescidos aos custos da elaboração de um novo procedimento licitatório; e b) não possibilitar a inexecução contratual, à vista do nível de capacidade técnica e econômico-financeira do contratado.

17. Desta forma, tão somente a área técnica poderá aferir o alcance destas modificações e seus efeitos quanto a execução do contrato.

FATO SUPERVENIENTE OU DE CONHECIMENTO SUPERVENIENTE

18. Insta salientar que qualquer alteração ao Contrato Administrativo, somente poderá ocorrer por conveniência e necessidade da administração desde que devidamente justificada, conforme o art. 65 da Lei n.º 8.666/93. Especialmente as alterações qualitativas, devem ter por fundamento circunstâncias supervenientes à contratação e constituir uma excepcionalidade adotada pela Administração, devidamente justificada nos autos.

19. Evidencia-se no item 2, da Nota Técnica nº 2/2021-CGLOG/DLOG/SE/MS (*id* SEI [0019331224](#)), as razões para a sugestão de alteração, asseverando-se que:

"2.3. Percebe-se que o valor estimado é de R\$ 321.500,00 (trezentos e vinte e um mil e quinhentos reais) mensais destinados à contratada para o item, totalizando R\$ 3.858.000,00 (três milhões oitocentos e cinquenta e oito mil reais) anual. É importante salientar que trata-se de uma estimativa, elaborada através da métrica prevista no Termo de Referência da contratação ([1159546](#)), que prevê na cláusula 7.14.8:

7.14.8 MANIPULAÇÃO DE ITEM PARA ATENDIMENTO A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe para realizar a manipulação dos itens solicitados em um pedido para fins de separação, montagem dos lotes, conferência e preparação para expedição. **A quantidade de manipulações será medida pela contagem de itens que compõem cada pedido expedido.** (grifo nosso).

2.4. O trecho destacado em negrito no parágrafo acima significa que a apuração para o pagamento do *picking* será nos moldes parametrizados pelo Sistema de Gerenciamento de Armazém "WMS", que ainda que reflita exatamente o quantitativo dos itens manipulados, pode se mostrar exacerbada.

2.5. Dessa forma, no universo de insumos existentes no Centro de Distribuição, que são armazenados e separados diariamente, fica matematicamente mais oneroso para a Administração manter a técnica de apuração prevista no contrato, já que quanto mais se manipular o insumo, maior será o valor faturado.

2.6. Em virtude da questão narrada no item 2.5, a CGLOG encaminhou comunicado à contratada, informando que iria realizar a glosa administrativa dos valores do *picking*, até que outras alternativas fossem encontradas como resolução definitiva do caso. (vide

parágrafo 8 do Ofício Nº 2720/2019/DICAL/CGLOG/DLOG/SE/MS, enviado em 29 de novembro de 2019 ([0012452869](#)).

2.7. No ano de 2020, foram encaminhados ofícios com novas diligências sobre o caso. O Ministério da Saúde propôs que fosse realizado a mensuração do *picking* através da modalidade *Stock Keeping Unit - SKU*. Sobre isso, a contratada em 21 de fevereiro de 2020, encaminhou o Ofício nº 54/2020-JUR ([0019331110](#)) não concordando com o proposto pelo Ministério da Saúde, **PORÉM**, apresentando uma contra-proposta. Em sua negativa, ela argumenta:

Depreende-se que a apuração na modalidade Stock Keeping Unit – SKU mostra-se inviável, uma vez que não representa o real quantitativo de manipulações de itens realizadas em um pedido para fins de separação, montagem dos lotes, conferência e preparação para expedição. Por outro lado, observa-se que a apuração segundo a manipulação de fato nos moldes parametrizados pelo Sistema de Gerenciamento de Armazém “WMS”, ainda que reflita o efetivo quantitativo dos itens manipulados, mostra-se exacerbada.

2.8. E a contra-proposta apresentada pela contratada foi:

Nesse cenário, a fim de dirimir a controvérsia, decidindo-se pela forma de quantificação da volumetria manuseada pela Contratada mais adequada à realidade do Contrato nº 59/2019, a VTCLOG **sugere que o faturamento do item 2.7 - Manipulação de item para atendimento (PICKING) seja realizado de acordo com o volume expedido (fls. 31-53 do pdf)**. Tal critério privilegia a proteção e economicidade do erário, bem como permite a fiscalização diligente por parte do Contratante, uma vez que poderá ser facilmente auditado com base nas informações constantes do Comprovante de Entrega. **(grifo nosso)**.

Por fim, reafirma-se que a VTCLOG prima pelo cumprimento de suas obrigações contratuais e permanece à disposição para contribuir com uma solução conjunta no que tange ao correto dimensionamento do item 2.7 - Manipulação de item para atendimento (PICKING).

2.9. Reforçando-se o que foi grifado, a contratada apresenta a contra-proposta de que os valores sejam mensurados de acordo com o volume efetivamente expedido.

2.10. Para comparar os valores pelos três métodos apresentados até o presente momento, a contratada elaborou a Figura 2, contendo o montante que seria pago desde a vigência do contrato 59/18 (novembro de 2018) até o mês de janeiro de 2021:

Rótulos de Linha	SKU POR PEDIDO	VOLUME EXPEDIDO	WMS
01/11/18	3	3	57
01/12/18	1.262	21.715	60.142
01/01/19	4.423	71.360	310.279
01/02/19	4.850	69.758	491.616
01/03/19	5.497	80.298	252.747
01/04/19	4.959	82.644	277.230
01/05/19	5.956	77.248	643.378
01/06/19	5.836	73.314	268.599
01/07/19	6.805	95.078	310.617
01/08/19	5.628	83.503	263.170
01/09/19	6.152	90.201	287.038
01/10/19	6.975	124.820	335.750
01/11/19	5.693	93.352	259.059
01/12/19	6.214	114.052	318.008
01/01/20	6.548	146.687	384.512
01/02/20	6.981	88.188	305.814
01/03/20	9.355	184.158	454.364
01/04/20	7.895	235.964	481.812
01/05/20	6.289	216.067	463.137
01/06/20	7.249	153.607	368.659
01/07/20	7.078	179.085	440.230
01/08/20	7.890	129.348	337.587
01/09/20	6.517	111.936	302.414
01/10/20	7.949	174.557	405.070
01/11/20	4.580	112.931	265.106
01/12/20	7.539	100.141	310.179
01/01/21	6.298	42.255	381.538
Total Geral	162.421	2.952.270	8.978.112
	R\$ 1.044.367,03	R\$ 18.983.096,10	R\$ 57.729.257,58

Figura 2. Comparativo de valores do picking por método de apuração

Fonte: Ofício VTC 0.39/2021, SEI! [0019331049](#)

2.11. Segundo esses dados, se fossemos pagar pelo método previsto no contrato (*WMS*), o valor total devido à empresa atualizado até 01/01/2021 é de R\$ 57.729.257,58 (cinquenta e sete milhões, setecentos e vinte e nove mil duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), enquanto pelo método proposto pela Administração, o valor vai para R\$ 1.044.367,03 (um milhão, quarenta e quatro mil trezentos e sessenta e sete reais e três centavos);

2.12. A contra-proposta da contratada, por sua vez, representa um “meio-termo” entre esses dois métodos, correspondendo a R\$ 18.983.096,10 (dezoito

milhões, novecentos e oitenta e três mil noventa e seis reais e dez centavos), calculado por volume expedido, tornando-se assim mais vantajosa ao erário, se comparado ao redigido no contrato."

20. Ressaltamos que quando se fala acerca de conhecimento posterior à celebração do ajuste, deve-se ter em mente que a ausência de conhecimento do fato somente é justificável se a Administração não tinha meios para cientificar-se das circunstâncias fáticas no momento da contratação.

21. Ademais, se os métodos aplicados à época resultaram ou acarretaram diferenças financeiras tão relevantes, quais as razões pelas quais somente agora tais alterações são propostas. Neste ponto deve-se averiguar se até a presente data não houve prejuízos ao erário que poderiam ser reparados ou sustados anteriormente.

22. Este ajuste foi firmado em 2018 e a proposta de mudanças objetivando diminuir custos se dá em 2021. Deste modo, deverá restar inequívoco que esta alteração se faz premente e sua necessidade foi constatada nesta oportunidade, por razões técnicas aferíveis e verificáveis as quais refogem a análise desta CONJUR.

MOTIVAÇÃO

23. De acordo com o princípio da motivação, todos os atos administrativos deverão ser justificados, sob pena de ilegalidade.

24. A motivação precisa estar expressa no processo que baseia a alteração contratual e deve ter como elementos questões de cunho fático, técnicos e jurídicos.

25. Nos autos, a Nota Técnica 2 (0019331224) elenca as modificações pretendidas, juntamente com as razões de ordem técnica que ensejaram à modificação. Não obstante, reiteramos que é imprescindível que se demonstre que a alteração a ser efetivada por meio da formalização do Termo Aditivo trará benefícios técnicos e econômicos para a Administração, e se fundamentam em regras claras e tecnicamente comprováveis.

MANUTENÇÃO DA NATUREZA DO OBJETO CONTRATADO

26. Em nenhuma hipótese, qualquer modificação no que previamente foi pactuado em contrato poderá ensejar alteração na natureza do objeto licitado. Os limites para as mudanças contratuais é a própria essência do objeto.

27. Jorge Ulisses Jacoby colaciona decisões do TCU no mesmo sentido:

Contrato - alteração - do objeto - ilegalidade

Nota: o TCU considerou irregular a assinatura de Termo Aditivo cujo objeto, pelas suas características não guarda semelhança com o do contrato original, reclamando, na realidade nova licitação.

Fonte: TCU. Processo n. 014.681/95-1. Decisão n. 063/1997 - Plenário.

Contrato - projeto executivo - alteração - do objeto - nova licitação

TCU orientou: "... Atentar para que toda alteração de projeto executivo de obra seja devidamente justificada, com todos os elementos técnicos necessários, detalhados suficientemente para avaliação e aprovação pela autoridade competente, da mesma forma em que são analisados os elementos do projeto básico, previstos no art. 6º, inc. IX da Lei 8.666/93;

Atentar para que eventuais alterações de projeto executivo de obra observem as condições especiais previstas no art. 65, da Lei 8.666/93, e para que, havendo alterações de projeto que impliquem em modificação na natureza ou dimensão do objeto contratado, elas devem ensejar a realização de novo procedimento licitatório..."Fonte: TCU. Processo nº TC-015.875./2003-6. Acórdão 219/2004 - Plenário.

(grifos nossos)

28. Reiteramos que não há como este consultivo constatar se esta alteração afetará o objeto contratado, e se as consequências para o cumprimento deste objeto são vantajosas ou não para a Administração. Por este motivo, tão somente a área técnica caberá avaliar tais elementos e suas repercussões .

MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO E DA VANTAJOSIDADE DA LICITAÇÃO

29. Há que ficar claro nos autos se a alteração proposta impactará as cláusulas econômico-financeiras previstas no contrato.

30. Reforça-se, portanto, a necessidade de se demonstre de que não haverá prejuízos à Administração Pública em decorrência das alterações, bem como recomenda-se a verificação da

compatibilidade dos preços com aqueles obtidos no mercado, se for caso.

31. A área técnica afirma na [Nota Técnica 2 \(0019331224\)](#):

A contra-proposta da contratada, por sua vez, representa um "meio-termo" entre esses dois métodos, correspondendo a R\$ 18.983.096,10 (dezoito milhões, novecentos e oitenta e três mil noventa e seis reais e dez centavos), calculado por volume expedido, tornando-se assim mais vantajosa ao erário, se comparado ao redigido no contrato.

32. Forçoso considerar que se o método na forma que se pretende alterar é o mais vantajoso e econômico, na ordem de R\$ 18.983.096,10 dezoito milhões aproximadamente, porque razão este método não foi inauguralmente previsto quando da contratação. Sob esta premissa pode-se inferir que da data de celebração do contrato, julho de 2018 até o presente momento estamos arcando com um ônus adicional que poderia ser evitado.

33. São sobre estas questões que a motivação deve pautar-se a fim de que não perjure nenhum resquício de impropriedades ou vícios que não possam ser sanados.

ANÁLISE DA MINUTA

34. A minuta do 2º Termo Aditivo ao Contrato n. 59/2018 ([Minuta DICONTE 0019375295](#)), submetida à análise desta CONJUR/MS, em princípio, do ponto de vista jurídico, não apresenta qualquer irregularidade que possa obstar sua celebração.

35. A lei no artigo 65 prevê esta possibilidade, o contrato contempla em cláusula específica possíveis modificações e no que toca a tempestividade, o contrato está vigente, produzindo seus regulares efeitos. Todavia, as ressalvas que ora registramos estão atreladas ao fundamento e a justificativa para a alteração pleiteada. Entendemos que devem estas serem mais específicas e robustecidas.

36. Portanto, caberá única e exclusivamente à área técnica de maneira clara, cristalina e inequívoca trazer ao processo ou deixar demonstrado quais as razões para esta alteração e se, tais mudanças impactam a operacionalização do objeto e acaso ferem a proposta que deu origem a esta licitação.

37. A conformação de uma nova forma de executar o objeto do contrato não poderá, sob nenhuma hipótese, modificar ou impactar o que inicialmente foi contratado, devendo este ajuste ter o condão de trazer benefícios inquestionáveis a Administração, os quais a fundamentação será inquestionável.

38. Quando da análise ao termo aditivo, verificamos mudança no nome da empresa, haja visto que o contrato foi firmado com a VOETUR, todavia, no curso do processo observa-se a juntada de documento da junta comercial id 0013752204 que trata desta alteração. Contudo, tais exames estão afetos a área técnica que deverá acompanhar com rigor os aspectos de regularidade da empresa.

CONCLUSÃO

39. Pelo exposto, restringindo-se ao exame dos aspectos jurídico-formais do processo, abstraídas as questões técnicas, as quais fogem à competência da análise desta área jurídica, inclusive as de oportunidade e conveniência na formalização do instrumento proposto, **concluimos, no âmbito da análise jurídica, pela possibilidade da celebração do 2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo 59/2018, primeiro porque a lei fundamenta, segundo o contrato prevê e terceiro porque o contrato está vigente.**

40. **Todavia, para que este aditivo venha a surtir seus efeitos, entendemos que do ponto de vista técnico, necessário será que sejam atendidas as orientações tecidas ao longo do presente parecer com destaque:**

- Demonstração no processo de maneira clara e inequívoca de que a alteração proposta não fere o objeto contratado, nem tão pouco prejudicará o princípio da concorrência, que deu origem a esta contratação, lembrando que a superveniência deverá ser comprovada para o presente momento, haja visto que este contrato já se iniciou desde 2018, o que não reforça o entendimento que desde o início já se havia previsto a incompatibilidade da exigência e a efetiva operacionalização do cumprimento do contrato.
- Deve a área demandante atestar que o objeto contratual, não será sob nenhuma hipótese modificado com esta alteração .
- Comprovar que há vantajosidade dos preços determinados para o item alterado, mas que esta vantajosidade não será em razão de mudança ou supressão de obrigações a que está atrelado o contratado.
- Deve a área demandante atestar que a empresa mantém as condições de habilitação.
- Se houver impacto financeiro deve haver complementação ou ajuste na informação de disponibilidade orçamentária, na hipótese de o aditamento não implicar criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental ou não acarretar aumento de

- despesa, deverá a Administração deixar claro tais circunstâncias nos autos ;
- o O aditamento deve ser autorizado pela autoridade competente;
 - o Considerando que o contrato prevê a apresentação de garantia, se houver impacto financeiro, deve haver complementação ou ajuste da garantia com disposição a esse respeito no termo aditivo ou a justificativa pela ausência.

41. **A inobservância das recomendações desta CONJUR/MS implicará a não chancela deste órgão jurídico.**

À consideração superior.

Brasília, 23 de março de 2021.

MARIA VICTÓRIA PAIVA
ADVOGADA DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 25000033893201757 e da chave de acesso bc89d191

Documento assinado eletronicamente por MARIA VICTORIA PAIVA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 601760857 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): MARIA VICTORIA PAIVA. Data e Hora: 26-03-2021 12:25. Número de Série: 52420763790307513269185214737. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

REQUERIMENTO Nº DE - CPIPANDEMIA

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Raimundo Nonato Brasil, sócio da empresa VTC Operadora Logística LTDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA PANDEMIA, foi criada pelos Requerimentos 1371 e 1372, ambos de 2021, com a finalidade de *apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios.*

Uma reportagem veiculada no Jornal Nacional, da TV Globo, dia 08/07/21, coloca sob suspeita um aditivo contratual firmado entre a União, através do Ministério da Saúde, e a empresa VTC Operadora Logística LTDA, no âmbito do Contrato nº 59/2018. O aditivo formalizou condições propostas pela empresa contratada.

De acordo com a reportagem, o Sr. Roberto Ferreira Dias, então Diretor do Departamento de Logística em Saúde da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde,



ignorou parecer da Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde. O referido parecer apontou que a proposta da empresa poderia se mostrar desvantajosa para a administração pública, podendo até mesmo caracterizar sobrepreço, e recomendava que a área técnica avaliasse outras alternativas, inclusive a alternativa de rescisão contratual e realização de novo procedimento licitatório. O texto reforça que a sugestão da empresa "pode representar um sobrepreço de mais de R\$ 17 milhões".

Ademais, uma segunda reportagem veiculada na revista digital Crusoé, dia 16/07/21, explora a hipótese de que o referido contrato seria a base para o pagamento de vantagens indevidas a lideranças políticas do partido Progressistas, o que aumenta a gravidade das denúncias e reivindica a adoção, pela CPI, das medidas necessárias ao aprofundamento da apuração.

Assim sendo, propomos a convocação do Senhor Raimundo Nonato Brasil, sócio da empresa VTC Operadora Logística LTDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

A denúncia é gravíssima e precisa ser devidamente apurada. Para tanto é fundamental colher o depoimento dos sócios da VTC Operadora Logística LTDA.

Por essas razões, solicito o apoio dos colegas senadores para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão,

de 2021.

HUMBERTO COSTA
Senador da República
PT/PE

ALESSANDRO VIEIRA
Senador da República
CIDADANIA/SE

ELIZIANE GAMA
Senadora da República
CIDADANIA/MA



REQUERIMENTO Nº DE - CPIPANDEMIA

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação da Senhora **TERESA CRISTINA REIS DE SA**, sócia da empresa VTC Operadora Logística LTDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA PANDEMIA, foi criada pelos Requerimentos 1371 e 1372, ambos de 2021, com a finalidade de *apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios.*

Uma reportagem veiculada no Jornal Nacional, da TV Globo, dia 08/07/21, coloca sob suspeita um aditivo contratual firmado entre a União, através do Ministério da Saúde, e a empresa VTC Operadora Logística LTDA, no âmbito do Contrato nº 59/2018. O aditivo formalizou condições propostas pela empresa contratada.

De acordo com a reportagem, o Sr. Roberto Ferreira Dias, então Diretor do Departamento de Logística em Saúde da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde,



ignorou parecer da Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde. O referido parecer apontou que a proposta da empresa poderia se mostrar desvantajosa para a administração pública, podendo até mesmo caracterizar sobrepreço, e recomendava que a área técnica avaliasse outras alternativas, inclusive a alternativa de rescisão contratual e realização de novo procedimento licitatório. O texto reforça que a sugestão da empresa "pode representar um sobrepreço de mais de R\$ 17 milhões".

Ademais, uma segunda reportagem veiculada na revista digital Crusoé, dia 16/07/21, explora a hipótese de que o referido contrato seria a base para o pagamento de vantagens indevidas a lideranças políticas do partido Progressistas, o que aumenta a gravidade das denúncias e reivindica a adoção, pela CPI, das medidas necessárias ao aprofundamento da apuração.

Assim sendo, propomos a convocação da Senhora TERESA CRISTINA REIS DE SA, sócia da empresa VTC Operadora Logística LTDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

A denúncia é gravíssima e precisa ser devidamente apurada. Para tanto é fundamental colher o depoimento dos sócios da VTC Operadora Logística LTDA.

Por essas razões, solicito o apoio dos colegas senadores para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão,

de 2021.

HUMBERTO COSTA
Senador da República
PT/PE

ALESSANDRO VIEIRA
Senador da República
CIDADANIA/SE

ELIZIANE GAMA
Senadora da República
CIDADANIA/MA

REQUERIMENTO Nº DE - CPIPANDEMIA

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor **CARLOS ALBERTO DE SA**, sócio da empresa VTC Operadora Logística LTDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA PANDEMIA, foi criada pelos Requerimentos 1371 e 1372, ambos de 2021, com a finalidade de *apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios.*

Uma reportagem veiculada no Jornal Nacional, da TV Globo, dia 08/07/21, coloca sob suspeita um aditivo contratual firmado entre a União, através do Ministério da Saúde, e a empresa VTC Operadora Logística LTDA, no âmbito do Contrato nº 59/2018. O aditivo formalizou condições propostas pela empresa contratada.

De acordo com a reportagem, o Sr. Roberto Ferreira Dias, então Diretor do Departamento de Logística em Saúde da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde,



ignorou parecer da Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde. O referido parecer apontou que a proposta da empresa poderia se mostrar desvantajosa para a administração pública, podendo até mesmo caracterizar sobrepreço, e recomendava que a área técnica avaliasse outras alternativas, inclusive a alternativa de rescisão contratual e realização de novo procedimento licitatório. O texto reforça que a sugestão da empresa "pode representar um sobrepreço de mais de R\$ 17 milhões".

Ademais, uma segunda reportagem veiculada na revista digital Crusoé, dia 16/07/21, explora a hipótese de que o referido contrato seria a base para o pagamento de vantagens indevidas a lideranças políticas do partido Progressistas, o que aumenta a gravidade das denúncias e reivindica a adoção, pela CPI, das medidas necessárias ao aprofundamento da apuração.

Assim sendo, propomos a convocação do Senhor CARLOS ALBERTO DE SA, sócio da empresa VTC Operadora Logística LTDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

A denúncia é gravíssima e precisa ser devidamente apurada. Para tanto é fundamental colher o depoimento dos sócios da VTC Operadora Logística LTDA.

Por essas razões, solicito o apoio dos colegas senadores para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão,

de 2021.

HUMBERTO COSTA
Senador da República
PT/PE

ALESSANDRO VIEIRA
Senador da República
CIDADANIA/SE

ELIZIANE GAMA
Senadora da República
CIDADANIA/MA



SF/21599.65738-54



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº , DE - CPI da Pandemia

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579/1952 e o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Sr. CARLOS ALBERTO DE SA, sócio-administrador da VTCLOG e da VOETUR, para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito como testemunha.

JUSTIFICAÇÃO

Em 2018, durante o governo de Michel Temer, o então Ministro da Saúde Ricardo Barros decidiu terceirizar a distribuição de vacinas para uma empresa privada, a VTCLog, de São Paulo. Para isso, Ricardo Barros decidiu fechar a Cenadi (Central Nacional de Armazenagem e Distribuição de Imunobiológicos), que era diretamente subordinada ao governo e era responsável por essa logística há mais de duas décadas no Rio de Janeiro.

A antiga Cenadi tinha dependências próprias sem custo, dentro do departamento de suprimento do Exército, na zona norte do Rio, em local próximo à Fiocruz, uma das maiores fornecedoras de insumos do Brasil.

A contratação da VTC OPERADORA LOGISTICA LTDA, responsável inclusive pela distribuição das vacinas contra a Covid-19, sofreu diversas críticas de funcionários do Ministério da Saúde. Segundo uma servidora relatou, em janeiro de 2021, ao jornal Folha de São Paulo, “Depois que trocou, o que sentimos na ponta é que eles são novos e inexperientes, como se estivessem perdidos. E não é uma



coisa pontual daqui, é todo mundo reclamando”¹. As críticas ao serviço eram constantes em grupos de whatsapp com representantes dos estados e do PNI (Programa Nacional de Imunizações).

Entre os exemplos apontados pela servidora, a empresa sinalizava que a remessa seria entregue de avião, mas chegava de caminhão, ou em dois caminhões enviados em horários diferentes (o que atrapalhava a checagem), assim como erros no quantitativo de itens e discrepâncias entre o “checklist” e o que estava dentro das caixas.

Considerando que esta comissão parlamentar de inquérito está apurando graves denúncias envolvendo o Departamento de Logística do Ministério da Saúde e o então Diretor Roberto Dias, é importante aprofundar as informações que o conectam ao sócio da VTCLLog, o Sr. Carlos Alberto Sá. Assim como questionar se houve alguma irregularidade nos contratos entre a VTCLLog e o Ministério da Saúde, inclusive para a distribuição das vacinas contra a Covid-19. Dessa forma, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão,

Senador RANDOLFE RODRIGUES

REDE/AP



CPI DA PANDEMIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2021

(Do Sr. Senador Humberto Costa)

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579/52 e no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o **RIF – Relatório de Inteligência Financeira** da empresa **VOETUR TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, CNPJ nº 01.017.250/0001-05, referente ao período de 1º de janeiro de 2018 até o presente.

A presente ordem há de ser cumprida, sob pena de desobediência, devendo as informações requeridas serem enviadas em meio eletrônico, **no prazo de 10 (dez) dias**.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA PANDEMIA, foi criada pelos Requerimentos 1371 e 1372, ambos de 2021, com a finalidade de *apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da*



calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O grupo empresarial Voetur Turismo e Representações e VTC Operações Logísticas foi mencionado em reportagem veiculada na imprensa por ter firmado contrato com o Ministério da Saúde com indícios de irregularidades. Na oportunidade, o então Diretor de Logística, Roberto Dias, intermediou a contratação da empresa por um preço 1.800% maior do que o recomendado pela área técnica.

No âmbito do Ministério da Saúde, a Consultoria Jurídica também emitiu parecer apontando os riscos da manutenção do contrato que poderia resultar em sobrepreço de mais de 17 milhões. Em que pese os subsídios técnicos e jurídicos, Roberto Dias permitiu a realização do pagamento e do aditamento contratual.

Diante dos indícios de irregularidades e das inúmeras suspeitas de negociações ilícitas dentro da pasta ministerial, bem como do possível envolvimento do sr. Roberto Dias em inúmeros fatos relacionados à sua função, faz-se imprescindível a aprovação do presente requerimento de transferência.

Cabe ressaltar, ainda, que os serviços prestados pela presente empresa eram realizados pelo Ministério da Saúde, tendo em vista sua relevância para a política nacional de imunização. Entretanto, durante a gestão do Ministro Ricardo Barros na saúde, hoje deputado federal líder do governo, a central responsável pela logística foi fechada e a empresa VTCLog, do grupo Voetur, assumiu essa função.

O grupo Voetur, o qual a empresa VTCLog faz parte, tem histórico de contratos com a administração pública e já protagonizou investigações por superfaturamento e suspeitas de corrupção. Em 2004, o Ministério Público determinou investigação contábil e fiscal na Voetur Turismo, Voetur Cargas e Encomendas, Vip Service Club Turismo e Vip Service Locadora, e também contra os sócios da empresa. O objeto da investigação eram contratos de prestação de serviços para o fornecimento de passagens aéreas, transporte e armazenamento de cargas no Ministério da Saúde.



No mesmo período do início dos anos 2000, sindicância do Ministério das Relações Exteriores detectou fraudes envolvendo a empresa Voetur e outros atores, que indicava prejuízos para os cofres públicos de mais de 100 milhões de reais.

Em 2017, a Voetur também foi alvo de investigações no TCU, por irregularidades nos contratos com a FUNASA, especialmente nos termos aditivos.

Desse modo, está amplamente demonstrado que a empresa em questão possui relações estreitas com a administração pública, estando presente em diversos contratos com diferentes ministérios e constante suspeitas de irregularidades. Portanto, considerando a possibilidade de cometimento de atos ilícitos pelo sr. Roberto Dias e sua atípica interferência na celebração de contrato com a presente empresa, não há outra alternativa para conclusão das investigações por esta CPI.

A gestão da saúde pública é atividade de alta relevância e deve ser conduzida com transparência e responsabilidade. Esta CPI não pode se furtar de buscar a verdade dos fatos para responsabilizar todos aqueles que contribuíram para a péssima gestão da saúde nesse momento de crise.

Para tanto, é fundamental que a CPI siga o caminho do dinheiro. Por isso, a medida ora proposta é necessária para o bom andamento dos trabalhos desta CPI.

O Relatório de Inteligência Financeira – RIF elaborado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf é um instrumento adequado para identificar movimentações atípicas da pessoa jurídica em tela. Caso o resultado das análises indicar a existência de fundados indícios de lavagem de dinheiro, ou qualquer outro ilícito, esta CPI poderá avançar na quebra dos sigilos bancários e fiscais da pessoa jurídica investigada.

É de conhecimento desta CPI que o conteúdo do RIF é protegido por sigilo constitucional, inclusive nos termos da Lei Complementar 105, de 2001, não estando, portanto, sujeito às classificações da Lei 12.527, de 2011. Esta CPI, como órgão destinatário do RIF, será a responsável pela preservação do sigilo.

A transferência de sigilos, nesta hipótese, constitui-se em mecanismo adequado e proporcional de busca da verdade no trabalho investigatório da CPI, expressa

manifestação da **teoria dos poderes implícitos**, concebida na Suprema Corte dos Estados Unidos da América, em 1819, e que consiste no entendimento de que a Constituição, ao conceder uma função a determinado órgão ou instituição, também lhe confere, implicitamente, os meios necessários para a consecução desta atividade.

Lembramos que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) é pacífica no sentido de admitir a transferência de sigilos para Comissões Parlamentares de Inquérito, desde que o requerimento atenda aos requisitos da: a) motivação; b) pertinência temática; c) necessidade; e d) limitação do período de investigação (ver nesse sentido, entre outros, os Mandados de Segurança (MS) nºs 25.812; 23.480; 23.619; 23.652; e 23.868).

O presente requerimento está fundamentado, individualizado, e com período determinado, correspondente à situação de emergência em saúde pública causada pela pandemia da covid-19, em conformidade com o disposto no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579, de 1952, no art. 148, caput, do Regimento Interno do Senado Federal, e na jurisprudência do STF relativa à matéria.

Por tais razões roga-se aos eminentes pares o apoio à aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões,

HUMBERTO COSTA
Senador da República
PT/PE

ELIZIANE GAMA
Senadora da República
CIDADANIA/MA



CPI DA PANDEMIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2021

(Do Sr. Senador Humberto Costa)

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579/52 e no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o **RIF – Relatório de Inteligência Financeira** da empresa **VTC Operadora Logística LTDA**, CNPJ nº 24.893.687/0001-08, referente ao período de 1º de janeiro de 2018 até o presente.

A presente ordem há de ser cumprida, sob pena de desobediência, devendo as informações requeridas serem enviadas em meio eletrônico, **no prazo de 10 (dez) dias**.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA PANDEMIA, foi criada pelos Requerimentos 1371 e 1372, ambos de 2021, com a finalidade de *apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da*



calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O grupo empresarial Voetur Turismo e Representações e VTC Operações Logísticas foi mencionado em reportagem veiculada na imprensa por ter firmado contrato com o Ministério da Saúde com indícios de irregularidades. Na oportunidade, o então Diretor de Logística, Roberto Dias, intermediou a contratação da empresa por um preço 1.800% maior do que o recomendado pela área técnica.

No âmbito do Ministério da Saúde, a Consultoria Jurídica também emitiu parecer apontando os riscos da manutenção do contrato que poderia resultar em sobrepreço de mais de 17 milhões. Em que pese os subsídios técnicos e jurídicos, Roberto Dias permitiu a realização do pagamento e do aditamento contratual.

Diante dos indícios de irregularidades e das inúmeras suspeitas de negociações ilícitas dentro da pasta ministerial, bem como do possível envolvimento do sr. Roberto Dias em inúmeros fatos relacionados à sua função, faz-se imprescindível a aprovação do presente requerimento de transferência.

Cabe ressaltar, ainda, que os serviços prestados pela presente empresa eram realizados pelo Ministério da Saúde, tendo em vista sua relevância para a política nacional de imunização. Entretanto, durante a gestão do Ministro Ricardo Barros na saúde, hoje deputado federal líder do governo, a central responsável pela logística foi fechada e a empresa VTCLog, do grupo Voetur, assumiu essa função.

O grupo Voetur, o qual a empresa VTCLog faz parte, tem histórico de contratos com a administração pública e já protagonizou investigações por superfaturamento e suspeitas de corrupção. Em 2004, o Ministério Público determinou investigação contábil e fiscal na Voetur Turismo, Voetur Cargas e Encomendas, Vip Service Club Turismo e Vip Service Locadora, e também contra os sócios da empresa. O objeto da investigação eram contratos de prestação de serviços para o fornecimento de passagens aéreas, transporte e armazenamento de cargas no Ministério da Saúde.

No mesmo período do início dos anos 2000, sindicância do Ministério das Relações Exteriores detectou fraudes envolvendo a empresa Voetur e outros atores, que indicava prejuízos para os cofres públicos de mais de 100 milhões de reais.

Em 2017, a Voetur também foi alvo de investigações no TCU, por irregularidades nos contratos com a FUNASA, especialmente nos termos aditivos.

Desse modo, está amplamente demonstrado que a empresa em questão possui relações estreitas com a administração pública, estando presente em diversos contratos com diferentes ministérios e constante suspeitas de irregularidades. Portanto, considerando a possibilidade de cometimento de atos ilícitos pelo sr. Roberto Dias e sua atípica interferência na celebração de contrato com a presente empresa, não há outra alternativa para conclusão das investigações por esta CPI.

A gestão da saúde pública é atividade de alta relevância e deve ser conduzida com transparência e responsabilidade. Esta CPI não pode se furtar de buscar a verdade dos fatos para responsabilizar todos aqueles que contribuíram para a péssima gestão da saúde nesse momento de crise.

Para tanto, é fundamental que a CPI siga o caminho do dinheiro. Por isso, a medida ora proposta é necessária para o bom andamento dos trabalhos desta CPI.

O Relatório de Inteligência Financeira – RIF elaborado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf é um instrumento adequado para identificar movimentações atípicas da pessoa jurídica em tela. Caso o resultado das análises indicar a existência de fundados indícios de lavagem de dinheiro, ou qualquer outro ilícito, esta CPI poderá avançar na quebra dos sigilos bancários e fiscais da pessoa jurídica investigada.

É de conhecimento desta CPI que o conteúdo do RIF é protegido por sigilo constitucional, inclusive nos termos da Lei Complementar 105, de 2001, não estando, portanto, sujeito às classificações da Lei 12.527, de 2011. Esta CPI, como órgão destinatário do RIF, será a responsável pela preservação do sigilo.

A transferência de sigilos, nesta hipótese, constitui-se em mecanismo adequado e proporcional de busca da verdade no trabalho investigatório da CPI, expressa

manifestação da **teoria dos poderes implícitos**, concebida na Suprema Corte dos Estados Unidos da América, em 1819, e que consiste no entendimento de que a Constituição, ao conceder uma função a determinado órgão ou instituição, também lhe confere, implicitamente, os meios necessários para a consecução desta atividade.

Lembramos que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) é pacífica no sentido de admitir a transferência de sigilos para Comissões Parlamentares de Inquérito, desde que o requerimento atenda aos requisitos da: a) motivação; b) pertinência temática; c) necessidade; e d) limitação do período de investigação (ver nesse sentido, entre outros, os Mandados de Segurança (MS) nºs 25.812; 23.480; 23.619; 23.652; e 23.868).

O presente requerimento está fundamentado, individualizado, e com período determinado, correspondente à situação de emergência em saúde pública causada pela pandemia da covid-19, em conformidade com o disposto no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579, de 1952, no art. 148, caput, do Regimento Interno do Senado Federal, e na jurisprudência do STF relativa à matéria.

Por tais razões roga-se aos eminentes pares o apoio à aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões,

HUMBERTO COSTA
Senador da República
PT/PE

ELIZIANE GAMA
Senadora da República
CIDADANIA/MA



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº , DE - CPI da Pandemia

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, do disposto na Lei nº 1.579/52, bem como dos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, requero a TRANSFERÊNCIA DOS SIGILOS:

a) **telefônico**, de 2020 até o presente, incluindo-se o registro e a duração das ligações telefônicas originadas e recebidas (remetente e destinatário), oficiando-se as operadoras de telefonia Oi, Claro, Vivo, Tim, Nextel, Algar, Surf Telecom e demais em operação no país;

b) **fiscal**, de 2020 até o presente, através do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados:

- Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica);
- Cadastro de Pessoa Física;
- Cadastro de Pessoa Jurídica;
- Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada);
- Compras e vendas de DIPJ de Terceiros;
- Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física);
- Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica);
- DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica);
- DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito);
- DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde);



- DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira);
- DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF);
- DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias);
- DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte);
- DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais);
- DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais);
- CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados);
- DICON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais);
- DAI (Declaração Anual de Isento);
- DASN (Declaração Anual do Simples Nacional);
- DBF (Declaração de Benefícios Fiscais);
- PAES (Parcelamento Especial);
- PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação);
- SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados);
- SINAF (Sistema de Informações da Arrecadação Federal);
- SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito);
- COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

c) **bancário**, de 2020 até o presente, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras;

d.1) **telemático**, de 2020 até o presente, oficiando-se empresa Google Brasil Internet Ltda. (Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, 18º andar, CEP 04538- 133, São Paulo/SP), para que forneça:

- Dados cadastrais;
- Registros de conexão (IPs) Informações de Android (IMEI) Cópia integral de todo conteúdo armazenado no Google Drive, incluindo o backup do WhatsApp;
- Cópia integral de todo conteúdo armazenado no Google Fotos, com os respectivos metadados (EXIF);
- Lista de contatos vinculados as contas mencionadas, com números de telefones e nomes;
- Cópia integral de todas as mensagens (Gmail) enviadas/recebidas/armazenadas (rascunhos e lixeira), com seus anexos, em formato originalmente salvo pelo usuário, preservando a estrutura de diretórios criada pelo mesmo;

- Cópia integral de todas as mensagens enviadas, recebidas e armazenadas, conteúdos multimídias (fotos, vídeos, áudios) e qualquer outro anexo compartilhado através do sistema de troca de mensagens instantâneas Hangout;
- Localizações pretéritas e atuais do uso da(s) conta(s) (Location History), incluindo localizações geográficas específicas, por meio de GPS, Bluetooth ou sinal Wi-Fi;
- Relação dos locais salvos no GOOGLE MAPS e demais dados armazenados no aplicativo;
- Os históricos de pesquisas realizadas pelo usuário do dispositivo, incluindo pesquisas no Google Maps;
- Informações de pagamento, incluindo dados dos cartões de crédito (operadoras);
- Listagem das redes WI-FI acessadas pelas contas indicadas;
- Informações dos aplicativos baixados e instalados no Google Play;

d.2) **telemático**, de 2020 até o presente, oficiando-se empresa WhatsApp Inc., para que forneça:

- "User Info, IP Addresses, Sym Address Book, Account Notes, Full Group Memberships e Profile Picture" (dados cadastrais da conta, informações do aparelho, versão da APP, data e horário do registro, status de conexão, última conexão com data, hora e porta lógica, endereço de email, informações de cliente Web;
- registros de acessos IPs desde 2020 e IP da última conexão;
- histórico de mudança de números;
- perfil do usuário com foto; about - antigo "status";
- Nomes dos grupos, seus administradores, integrantes dos grupos com seus respectivos números de telefones e fotos - lista de grupos; e
- agenda de contatos simétricos e assimétricos).

d.3) **telemático**, de 2020 até o presente, oficiando-se empresa Facebook para que forneça, a respeito das plataformas Facebook, Instagram e Facebook Messenger, todo o conteúdo relativo às contas de titularidade do investigado, em especial mensagens privadas, participação em grupos fechados, comentários e postagens, lista de amigos e toda atividade nelas realizada.

d.4) **telemático**, de 2020 até o presente, oficiando-se a empresa Apple Computer Brasil Ltda, por meio da Privacy & Law Enforcement Compliance (e-mail lawenforcement@apple.com) para que forneça todo o conteúdo relativo às contas e aparelhos de titularidade do investigado, especialmente dados de localização, GPS, Bluetooth,

endereço IP, localização de pontos de acesso Wi-Fi e torres de celular e outras tecnologias para determinar a localização aproximada de seu dispositivo, bem como o conteúdo armazenado no iCloud.

TODOS da Sra. ANDREIA LIMA MARINHO, CEO da empresa VTCLLog, inscrita sob o CPF nº 255.578.858-11, para esta Comissão, a partir do mês de janeiro do ano de 2020 até o presente.

JUSTIFICAÇÃO

Em 2018, durante o governo de Michel Temer, o então Ministro da Saúde Ricardo Barros decidiu terceirizar a distribuição de vacinas para uma empresa privada, a VTCLLog, de São Paulo. Para isso, Ricardo Barros decidiu fechar a Cenadi (Central Nacional de Armazenagem e Distribuição de Imunobiológicos), que era diretamente subordinada ao governo e era responsável por essa logística há mais de duas décadas no Rio de Janeiro.

A antiga Cenadi tinha dependências próprias sem custo, dentro do departamento de suprimento do Exército, na zona norte do Rio, em local próximo à Fiocruz, uma das maiores fornecedoras de insumos do Brasil.

A contratação da VTCLLog, responsável inclusive pela distribuição das vacinas contra a Covid-19, sofreu diversas críticas de funcionários do Ministério da Saúde. Segundo uma servidora relatou, em janeiro de 2021, ao jornal Folha de São Paulo, “Depois que trocou, o que sentimos na ponta é que eles são novos e inexperientes, como se estivessem perdidos. E não é uma coisa pontual daqui, é todo mundo reclamando”¹. As críticas ao serviço eram constantes em grupos de whatsapp com representantes dos estados e do PNI (Programa Nacional de Imunizações).

Entre os exemplos apontados pela servidora, a empresa sinalizava que a remessa seria entregue de avião, mas chegava de caminhão, ou em dois caminhões enviados em horários diferentes (o que atrapalhava a checagem), assim como erros no quantitativo de itens e discrepâncias entre o “checklist” e o que estava dentro das caixas.

1

<https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2021/01/brasil-fechou-central-que-distribuia-vacinas-e-privatizou-servico-em-2018.shtml>



Considerando que esta comissão parlamentar de inquérito está apurando graves denúncias envolvendo o Departamento de Logística do Ministério da Saúde e o então Diretor Roberto Dias, é importante aprofundar as informações que o conectam aos sócios da VTCLog. Assim como investigar se houve alguma irregularidade nos contratos entre a VTCLog e o Ministério da Saúde, inclusive para a distribuição das vacinas contra a Covid-19. Dessa forma, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão,

Senador RANDOLFE RODRIGUES

REDE/AP



SF/21607.71835-25



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº , DE - CPI da Pandemia

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, do disposto na Lei nº 1.579/52, bem como dos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, requiero a TRANSFERÊNCIA DOS SIGILOS:

a) **telefônico**, de 2020 até o presente, incluindo-se o registro e a duração das ligações telefônicas originadas e recebidas (remetente e destinatário), oficiando-se as operadoras de telefonia Oi, Claro, Vivo, Tim, Nextel, Algar, Surf Telecom e demais em operação no país;

b) **fiscal**, de 2020 até o presente, através do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados:

- Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica);
- Cadastro de Pessoa Física;
- Cadastro de Pessoa Jurídica;
- Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada);
- Compras e vendas de DIPJ de Terceiros;
- Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física);
- Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica);
- DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica);
- DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito);
- DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde);



- DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira);
- DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF);
- DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias);
- DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte);
- DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais);
- DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais);
- CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados);
- DAON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais);
- DAI (Declaração Anual de Isento);
- DASN (Declaração Anual do Simples Nacional);
- DBF (Declaração de Benefícios Fiscais);
- PAES (Parcelamento Especial);
- PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação);
- SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados);
- SINAF (Sistema de Informações da Arrecadação Federal);
- SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito);
- COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

c) **bancário**, de 2020 até o presente, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras;

d.1) **telemático**, de 2020 até o presente, oficiando-se empresa Google Brasil Internet Ltda. (Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, 18º andar, CEP 04538- 133, São Paulo/SP), para que forneça:

- Dados cadastrais;
- Registros de conexão (IPs) Informações de Android (IMEI) Cópia integral de todo conteúdo armazenado no Google Drive, incluindo o backup do WhatsApp;
- Cópia integral de todo conteúdo armazenado no Google Fotos, com os respectivos metadados (EXIF);
- Lista de contatos vinculados as contas mencionadas, com números de telefones e nomes;
- Cópia integral de todas as mensagens (Gmail) enviadas/recebidas/armazenadas (rascunhos e lixeira), com seus anexos, em formato originalmente salvo pelo usuário, preservando a estrutura de diretórios criada pelo mesmo;

- Cópia integral de todas as mensagens enviadas, recebidas e armazenadas, conteúdos multimídias (fotos, vídeos, áudios) e qualquer outro anexo compartilhado através do sistema de troca de mensagens instantâneas Hangout;
- Localizações pretéritas e atuais do uso da(s) conta(s) (Location History), incluindo localizações geográficas específicas, por meio de GPS, Bluetooth ou sinal Wi-Fi;
- Relação dos locais salvos no GOOGLE MAPS e demais dados armazenados no aplicativo;
- Os históricos de pesquisas realizadas pelo usuário do dispositivo, incluindo pesquisas no Google Maps;
- Informações de pagamento, incluindo dados dos cartões de crédito (operadoras);
- Listagem das redes WI-FI acessadas pelas contas indicadas;
- Informações dos aplicativos baixados e instalados no Google Play;

d.2) **telemático**, de 2020 até o presente, oficiando-se empresa WhatsApp Inc., para que forneça:

- "User Info, IP Addresses, Sym Address Book, Account Notes, Full Group Memberships e Profile Picture" (dados cadastrais da conta, informações do aparelho, versão da APP, data e horário do registro, status de conexão, última conexão com data, hora e porta lógica, endereço de email, informações de cliente Web;
- registros de acessos IPs desde 2020 e IP da última conexão;
- histórico de mudança de números;
- perfil do usuário com foto; about - antigo "status";
- Nomes dos grupos, seus administradores, integrantes dos grupos com seus respectivos números de telefones e fotos - lista de grupos; e
- agenda de contatos simétricos e assimétricos).

d.3) **telemático**, de 2020 até o presente, oficiando-se empresa Facebook para que forneça, a respeito das plataformas Facebook, Instagram e Facebook Messenger, todo o conteúdo relativo às contas de titularidade do investigado, em especial mensagens privadas, participação em grupos fechados, comentários e postagens, lista de amigos e toda atividade nelas realizada.

d.4) **telemático**, de 2020 até o presente, oficiando-se a empresa Apple Computer Brasil Ltda, por meio da Privacy & Law Enforcement Compliance (e-mail lawenforcement@apple.com) para que forneça todo o conteúdo relativo às contas e aparelhos de titularidade do investigado, especialmente dados de localização, GPS, Bluetooth,

endereço IP, localização de pontos de acesso Wi-Fi e torres de celular e outras tecnologias para determinar a localização aproximada de seu dispositivo, bem como o conteúdo armazenado no iCloud.

TODOS da Sra. TERESA CRISTINA REIS DE SA, sócia-administradora da VTCLOG e da VOETUR, portadora da Carteira de Identidade nº 688387-SSP/DF, e CPF nº 461.757.337- 20, para esta Comissão, a partir do mês de janeiro do ano de 2020 até o presente.

JUSTIFICAÇÃO

Em 2018, durante o governo de Michel Temer, o então Ministro da Saúde Ricardo Barros decidiu terceirizar a distribuição de vacinas para uma empresa privada, a VTCLog, de São Paulo. Para isso, Ricardo Barros decidiu fechar a Cenadi (Central Nacional de Armazenagem e Distribuição de Imunobiológicos), que era diretamente subordinada ao governo e era responsável por essa logística há mais de duas décadas no Rio de Janeiro.

A antiga Cenadi tinha dependências próprias sem custo, dentro do departamento de suprimento do Exército, na zona norte do Rio, em local próximo à Fiocruz, uma das maiores fornecedoras de insumos do Brasil.

A contratação da VTCLog, responsável inclusive pela distribuição das vacinas contra a Covid-19, sofreu diversas críticas de funcionários do Ministério da Saúde. Segundo uma servidora relatou, em janeiro de 2021, ao jornal Folha de São Paulo, “Depois que trocou, o que sentimos na ponta é que eles são novos e inexperientes, como se estivessem perdidos. E não é uma coisa pontual daqui, é todo mundo reclamando”¹. As críticas ao serviço eram constantes em grupos de whatsapp com representantes dos estados e do PNI (Programa Nacional de Imunizações).

Entre os exemplos apontados pela servidora, a empresa sinalizava que a remessa seria entregue de avião, mas chegava de caminhão, ou em dois caminhões enviados em horários diferentes (o que atrapalhava a checagem), assim

1

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/01/brasil-fechou-central-que-distribuia-vacinas-e-privatizou-servico-em-2018.shtml>



como erros no quantitativo de itens e discrepâncias entre o “checklist” e o que estava dentro das caixas.

Considerando que esta comissão parlamentar de inquérito está apurando graves denúncias envolvendo o Departamento de Logística do Ministério da Saúde e o então Diretor Roberto Dias, é importante aprofundar as informações que o conectam aos sócios da VTCLLog. Assim como investigar se houve alguma irregularidade nos contratos entre a VTCLLog e o Ministério da Saúde, inclusive para a distribuição das vacinas contra a Covid-19. Dessa forma, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão,

Senador RANDOLFE RODRIGUES

REDE/AP



SF/21584.37369-39



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº , DE - CPI da Pandemia

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, do disposto na Lei nº 1.579/52, bem como dos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, requero a TRANSFERÊNCIA DOS SIGILOS:

a) **telefônico**, de 2020 até o presente, incluindo-se o registro e a duração das ligações telefônicas originadas e recebidas (remetente e destinatário), oficiando-se as operadoras de telefonia Oi, Claro, Vivo, Tim, Nextel, Algar, Surf Telecom e demais em operação no país;

b) **fiscal**, de 2020 até o presente, através do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados:

- Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica);
- Cadastro de Pessoa Física;
- Cadastro de Pessoa Jurídica;
- Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada);
- Compras e vendas de DIPJ de Terceiros;
- Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física);
- Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica);
- DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica);
- DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito);
- DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde);



- DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira);
- DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF);
- DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias);
- DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte);
- DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais);
- DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais);
- CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados);
- DICON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais);
- DAI (Declaração Anual de Isento);
- DASN (Declaração Anual do Simples Nacional);
- DBF (Declaração de Benefícios Fiscais);
- PAES (Parcelamento Especial);
- PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação);
- SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados);
- SINAF (Sistema de Informações da Arrecadação Federal);
- SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito);
- COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

c) **bancário**, de 2020 até o presente, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras;

d.1) **telemático**, de 2020 até o presente, oficiando-se empresa Google Brasil Internet Ltda. (Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, 18º andar, CEP 04538- 133, São Paulo/SP), para que forneça:

- Dados cadastrais;
- Registros de conexão (IPs) Informações de Android (IMEI) Cópia integral de todo conteúdo armazenado no Google Drive, incluindo o backup do WhatsApp;
- Cópia integral de todo conteúdo armazenado no Google Fotos, com os respectivos metadados (EXIF);
- Lista de contatos vinculados as contas mencionadas, com números de telefones e nomes;
- Cópia integral de todas as mensagens (Gmail) enviadas/recebidas/armazenadas (rascunhos e lixeira), com seus anexos, em formato originalmente salvo pelo usuário, preservando a estrutura de diretórios criada pelo mesmo;

- Cópia integral de todas as mensagens enviadas, recebidas e armazenadas, conteúdos multimídias (fotos, vídeos, áudios) e qualquer outro anexo compartilhado através do sistema de troca de mensagens instantâneas Hangout;
- Localizações pretéritas e atuais do uso da(s) conta(s) (Location History), incluindo localizações geográficas específicas, por meio de GPS, Bluetooth ou sinal Wi-Fi;
- Relação dos locais salvos no GOOGLE MAPS e demais dados armazenados no aplicativo;
- Os históricos de pesquisas realizadas pelo usuário do dispositivo, incluindo pesquisas no Google Maps;
- Informações de pagamento, incluindo dados dos cartões de crédito (operadoras);
- Listagem das redes WI-FI acessadas pelas contas indicadas;
- Informações dos aplicativos baixados e instalados no Google Play;

d.2) **telemático**, de 2020 até o presente, oficiando-se empresa WhatsApp Inc., para que forneça:

- "User Info, IP Addresses, Sym Address Book, Account Notes, Full Group Memberships e Profile Picture" (dados cadastrais da conta, informações do aparelho, versão da APP, data e horário do registro, status de conexão, última conexão com data, hora e porta lógica, endereço de email, informações de cliente Web;
- registros de acessos IPs desde 2020 e IP da última conexão;
- histórico de mudança de números;
- perfil do usuário com foto; about - antigo "status";
- Nomes dos grupos, seus administradores, integrantes dos grupos com seus respectivos números de telefones e fotos - lista de grupos; e
- agenda de contatos simétricos e assimétricos).

d.3) **telemático**, de 2020 até o presente, oficiando-se empresa Facebook para que forneça, a respeito das plataformas Facebook, Instagram e Facebook Messenger, todo o conteúdo relativo às contas de titularidade do investigado, em especial mensagens privadas, participação em grupos fechados, comentários e postagens, lista de amigos e toda atividade nelas realizada.

d.4) **telemático**, de 2020 até o presente, oficiando-se a empresa Apple Computer Brasil Ltda, por meio da Privacy & Law Enforcement Compliance (e-mail lawenforcement@apple.com) para que forneça todo o conteúdo relativo às contas e aparelhos de titularidade do investigado, especialmente dados de localização, GPS, Bluetooth,

endereço IP, localização de pontos de acesso Wi-Fi e torres de celular e outras tecnologias para determinar a localização aproximada de seu dispositivo, bem como o conteúdo armazenado no iCloud.

TODOS do Sr. RAIMUNDO NONATO BRASIL, sócio-administrador da VTCLOG, inscrito sob o CPF nº 214.666.701-00, para esta Comissão, a partir do mês de janeiro do ano de 2020 até o presente.

JUSTIFICAÇÃO

Em 2018, durante o governo de Michel Temer, o então Ministro da Saúde Ricardo Barros decidiu terceirizar a distribuição de vacinas para uma empresa privada, a VTCLog, de São Paulo. Para isso, Ricardo Barros decidiu fechar a Cenadi (Central Nacional de Armazenagem e Distribuição de Imunobiológicos), que era diretamente subordinada ao governo e era responsável por essa logística há mais de duas décadas no Rio de Janeiro.

A antiga Cenadi tinha dependências próprias sem custo, dentro do departamento de suprimento do Exército, na zona norte do Rio, em local próximo à Fiocruz, uma das maiores fornecedoras de insumos do Brasil.

A contratação da VTCLog, responsável inclusive pela distribuição das vacinas contra a Covid-19, sofreu diversas críticas de funcionários do Ministério da Saúde. Segundo uma servidora relatou, em janeiro de 2021, ao jornal Folha de São Paulo, “Depois que trocou, o que sentimos na ponta é que eles são novos e inexperientes, como se estivessem perdidos. E não é uma coisa pontual daqui, é todo mundo reclamando”¹. As críticas ao serviço eram constantes em grupos de whatsapp com representantes dos estados e do PNI (Programa Nacional de Imunizações).

Entre os exemplos apontados pela servidora, a empresa sinalizava que a remessa seria entregue de avião, mas chegava de caminhão, ou em dois caminhões enviados em horários diferentes (o que atrapalhava a checagem), assim como erros no quantitativo de itens e discrepâncias entre o “checklist” e o que estava dentro das caixas.

1

<https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2021/01/brasil-fechou-central-que-distribuia-vacinas-e-privatizou-servico-em-2018.shtml>



Considerando que esta comissão parlamentar de inquérito está apurando graves denúncias envolvendo o Departamento de Logística do Ministério da Saúde e o então Diretor Roberto Dias, é importante aprofundar as informações que o conectam aos sócios da VTCLog. Assim como investigar se houve alguma irregularidade nos contratos entre a VTCLog e o Ministério da Saúde, inclusive para a distribuição das vacinas contra a Covid-19. Dessa forma, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão,

Senador RANDOLFE RODRIGUES

REDE/AP



SF/21647.39380-88



CPI DA PANDEMIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2021

(Do Sr. Senador Alessandro Vieira)

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, do disposto na Lei nº 1.579/52, bem como dos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, requieiro a **TRANSFERÊNCIA DOS SIGILOS:**

a) telefônico, de abril de 2020 até o presente, incluindo-se o registro e a duração das ligações telefônicas originais e recebidas (remetente e destinatário), oficiando-se as operadoras de telefonia Oi, Claro, Vivo, Tim, Nextel, Algar, Surf Telecom e demais em operação no país;

b) fiscal, de 2018 até o presente, através do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados:

- Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica);
- Cadastro de Pessoa Física;
- Cadastro de Pessoa Jurídica;
- Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada);
- Compras e vendas de DIPJ de Terceiros;



- Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física);
- Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica);
- DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica);
- DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas);
- DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito);
- DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde);
- DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira);
- DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF);
- DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias);
- DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias);
- DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte);
- DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural);
- DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais);
- DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais);
- CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados);
- DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais);
- DAI (Declaração Anual de Isento);
- DASN (Declaração Anual do Simples Nacional);
- DBF (Declaração de Benefícios Fiscais);
- PAES (Parcelamento Especial);
- PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação);
- SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados);
- SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal);
- SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito);
- COLETA (Sistema Integrado de *Coleta Sinco*).



Requer-se também, com relação ao mesmo período, a disponibilização das notas fiscais emitidas, de análise sobre a movimentação financeira, bem como de análise comparativa sobre referida movimentação financeira de 2018 a 2021.

c) **bancário**, de 2018 até o presente, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras;

d.1) **telemático**, de abril de 2020 até o presente, oficiando-se empresa **Google Brasil Internet Ltda.** (Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, 18º andar, CEP 04538-133, São Paulo/SP), para que forneça:

- Dados cadastrais;
- Registros de conexão (IPs)
- Informações de Android (IMEI)
- Cópia integral de todo conteúdo armazenado no Google Drive, incluindo o backup do WhatsApp;
- Cópia integral de todo conteúdo armazenado no Google Fotos, com os respectivos metadados (EXIF);
- Lista de contatos vinculados as contas mencionadas, com números de telefones e nomes;
- Cópia integral de todas as mensagens (Gmail) enviadas/recebidas/armazenadas (rascunhos e lixeira), com seus anexos, em formato originalmente salvo pelo usuário, preservando a estrutura de diretórios criada pelo mesmo;
- Cópia integral de todas as mensagens enviadas, recebidas e armazenadas, conteúdos multimídias (fotos, vídeos, áudios) e qualquer outro anexo compartilhado através do sistema de troca de mensagens instantâneas *Hangout*;
- Localizações pretéritas e atuais do uso da(s) conta(s) (Location History), incluindo localizações geográficas específicas, por meio de GPS, *Bluetooth* ou sinal Wi-Fi;
- Relação dos locais salvos no GOOGLE MAPS e demais dados armazenados no aplicativo;



- Os históricos de pesquisas realizadas pelo usuário do dispositivo, incluindo pesquisas no Google Maps;
- Informações de pagamento, incluindo dados dos cartões de crédito (operadoras);
- Listagem das redes WI-FI acessadas pelas contas indicadas;
- Informações dos aplicativos baixados e instalados no Google Play;

d.2) telemático, de abril de 2020 até o presente, oficiando-se empresa **WhatsApp Inc.**, para que forneça as seguintes informações sobre:

- "User Info, IP Addresses, Sym Address Book, Account Notes, Full Group Memberships e Profile Picture" (dados cadastrais da conta, informações do aparelho, versão da APP, data e horário do registro, *status* de conexão, última conexão com data, hora e porta lógica, endereço de e-mail, informações de cliente *Web*; registros de acessos IPs desde 2019 e IP da última conexão; histórico de mudança de números; perfil do usuário com foto; *about* - antigo "*status*";
- Nomes dos grupos, seus administradores, integrantes dos grupos com seus respectivos números de telefones e fotos - lista de grupos; e agenda de contatos simétricos e assimétricos).

d.3) telemático, de abril de 2020 até o presente, oficiando-se empresa **Facebook** para que forneça, a respeito das plataformas **Facebook, Instagram e Facebook Messenger**, todo o conteúdo relativo às contas de sua titularidade, em especial mensagens privadas, participação em grupos fechados, comentários e postagens, lista de amigos e toda atividade nelas realizada.

d.4) telemático, de abril de 2020 até o presente, oficiando-se a empresa **Apple Computer Brasil Ltda**, por meio da Privacy & Law Enforcement Compliance (e-mail lawenforcement@apple.com) para que forneça todo o conteúdo relativo às contas e aparelhos de titularidade do investigado, especialmente dados de localização, GPS, Bluetooth, endereço IP, localização de pontos de acesso Wi-Fi e torres de celular e outras tecnologias para determinar a localização aproximada de seu dispositivo, bem como o conteúdo armazenado no iCloud.



d.5) telemático, de abril de 2020 até o presente, oficiando-se a organização social para que forneça:

- Dados cadastrais;
- Registros de conexão (IPs)
- Cópia integral de todo conteúdo armazenado no e-mail funcional utilizado
- Cópia integral de todas as mensagens enviadas/recebidas/armazenadas (rascunhos e lixeira), com seus anexos, em formato originalmente salvo pelo usuário, preservando a estrutura de diretórios criada pelo mesmo;
- Listagem das redes WI-FI acessadas pela conta indicada;

TODOS da sra. Andreia da Silva Lima, diretora-executiva da VTCLog - VTC OPERADORA LOGISTICA LTDA, inscrita no CPF sob o n. 255.578.858-11.

A presente ordem de transferência há de ser cumprida, sob pena de desobediência, devendo as informações requeridas serem enviadas em meio eletrônico.

JUSTIFICAÇÃO

A sra. Andreia é diretora-executiva da empresa VTC Operações Logísticas e integra o grupo há mais de 17 anos. A referida empresa foi mencionada em reportagem veiculada na imprensa por ter firmado contrato com o Ministério da Saúde com indícios de irregularidades. Na oportunidade, o então Diretor de Logística, Roberto Dias, intermediou a contratação da empresa por um preço 1.800% maior do que o recomendado pela área técnica.

No âmbito do Ministério da Saúde, a Consultoria Jurídica também emitiu parecer apontando os riscos da manutenção do contrato que poderia resultar em sobrepreço de mais de 17 milhões. Em que pese os subsídios técnicos e jurídicos, Roberto Dias permitiu a realização do pagamento e do aditamento contratual.

Diante dos indícios de irregularidades e das inúmeras suspeitas de negociações ilícitas dentro da pasta ministerial, bem como do possível envolvimento do sr. Roberto Dias em inúmeros fatos relacionados à sua função, faz-se imprescindível a aprovação do presente requerimento de transferência, para investigar o verdadeiro papel da

empresa nas negociações de preço e se houve recebimento de vantagem ilícita pelos empresários ou servidores públicos.

Cabe ressaltar, ainda, que os serviços prestados pela empresa eram realizados pelo Ministério da Saúde, tendo em vista sua relevância para a política nacional de imunização. Entretanto, durante a gestão do Ministro Ricardo Barros na saúde, hoje deputado federal líder do governo, a central responsável pela logística foi fechada e a empresa VTCLLog, do grupo Voetur, assumiu essa função.

Desde então, não são raros os episódios de atrasos na entrega de produtos, prestação de serviço ineficiente e contratos vultuosos com a administração pública. Tais situações somente poderão ser esclarecidas com o acesso às informações aqui pleiteadas.

O grupo Voetur, o qual a empresa VTCLLog faz parte, tem histórico de contratos com a administração pública e já protagonizou investigações por superfaturamento e suspeitas de corrupção. Em 2004, o Ministério Público determinou investigação contábil e fiscal na Voetur Turismo, Voetur Cargas e Encomendas, Vip Service Club Turismo e Vip Service Locadora, e também contra os sócios da empresa. O objeto da investigação eram contratos de prestação de serviços para o fornecimento de passagens aéreas, transporte e armazenamento de cargas no Ministério da Saúde.

No mesmo período do início dos anos 2000, sindicância do Ministério das Relações Exteriores detectou fraudes envolvendo a empresa Voetur e outros atores, que indicava prejuízos para os cofres públicos de mais de 100 milhões de reais.

Em 2017, a Voetur também foi alvo de investigações no TCU, por irregularidades nos contratos com a FUNASA, especialmente nos termos aditivos.

Desse modo, está amplamente demonstrado que a empresa em questão possui relações estreitas com a administração pública, estando presente em diversos contratos com diferentes ministérios e constante suspeitas de irregularidades. Portanto, o acesso às informações de sua diretora-executiva é primordial para estabelecer possíveis relações entre a empresa e as condutas desempenhadas pelos servidores do Ministério da Saúde.



A gestão da saúde pública é atividade de alta relevância e deve ser conduzida com transparência e responsabilidade. Esta CPI não pode se furtar de buscar a verdade dos fatos para responsabilizar todos aqueles que contribuíram para a péssima gestão da saúde nesse momento de crise.

Razões pelas quais roga-se aos nobres pares apoio para aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões,

Senador ALESSANDRO VIEIRA

CIDADANIA/SE



SF/21116.04529-78



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº , DE - CPI da Pandemia

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, do disposto na Lei nº 1.579/52, bem como dos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, requero a TRANSFERÊNCIA DOS SIGILOS:

a) **telefônico**, de 2020 até o presente, incluindo-se o registro e a duração das ligações telefônicas originadas e recebidas (remetente e destinatário), oficiando-se as operadoras de telefonia Oi, Claro, Vivo, Tim, Nextel, Algar, Surf Telecom e demais em operação no país;

b) **fiscal**, de 2020 até o presente, através do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados:

- Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica);
- Cadastro de Pessoa Física;
- Cadastro de Pessoa Jurídica;
- Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada);
- Compras e vendas de DIPJ de Terceiros;
- Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física);
- Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica);
- DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica);
- DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito);
- DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde);



- DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira);
- DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF);
- DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias);
- DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte);
- DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais);
- DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais);
- CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados);
- DICON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais);
- DAI (Declaração Anual de Isento);
- DASN (Declaração Anual do Simples Nacional);
- DBF (Declaração de Benefícios Fiscais);
- PAES (Parcelamento Especial);
- PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação);
- SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados);
- SINAF (Sistema de Informações da Arrecadação Federal);
- SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito);
- COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

c) **bancário**, de 2020 até o presente, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras;

d.1) **telemático**, de 2020 até o presente, oficiando-se empresa Google Brasil Internet Ltda. (Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, 18º andar, CEP 04538- 133, São Paulo/SP), para que forneça:

- Dados cadastrais;
- Registros de conexão (IPs) Informações de Android (IMEI) Cópia integral de todo conteúdo armazenado no Google Drive, incluindo o backup do WhatsApp;
- Cópia integral de todo conteúdo armazenado no Google Fotos, com os respectivos metadados (EXIF);
- Lista de contatos vinculados as contas mencionadas, com números de telefones e nomes;
- Cópia integral de todas as mensagens (Gmail) enviadas/recebidas/armazenadas (rascunhos e lixeira), com seus anexos, em formato originalmente salvo pelo usuário, preservando a estrutura de diretórios criada pelo mesmo;

- Cópia integral de todas as mensagens enviadas, recebidas e armazenadas, conteúdos multimídias (fotos, vídeos, áudios) e qualquer outro anexo compartilhado através do sistema de troca de mensagens instantâneas Hangout;
- Localizações pretéritas e atuais do uso da(s) conta(s) (Location History), incluindo localizações geográficas específicas, por meio de GPS, Bluetooth ou sinal Wi-Fi;
- Relação dos locais salvos no GOOGLE MAPS e demais dados armazenados no aplicativo;
- Os históricos de pesquisas realizadas pelo usuário do dispositivo, incluindo pesquisas no Google Maps;
- Informações de pagamento, incluindo dados dos cartões de crédito (operadoras);
- Listagem das redes WI-FI acessadas pelas contas indicadas;
- Informações dos aplicativos baixados e instalados no Google Play;

d.2) **telemático**, de 2020 até o presente, oficiando-se empresa WhatsApp Inc., para que forneça:

- "User Info, IP Addresses, Sym Address Book, Account Notes, Full Group Memberships e Profile Picture" (dados cadastrais da conta, informações do aparelho, versão da APP, data e horário do registro, status de conexão, última conexão com data, hora e porta lógica, endereço de email, informações de cliente Web;
- registros de acessos IPs desde 2020 e IP da última conexão;
- histórico de mudança de números;
- perfil do usuário com foto; about - antigo "status";
- Nomes dos grupos, seus administradores, integrantes dos grupos com seus respectivos números de telefones e fotos - lista de grupos; e
- agenda de contatos simétricos e assimétricos).

d.3) **telemático**, de 2020 até o presente, oficiando-se empresa Facebook para que forneça, a respeito das plataformas Facebook, Instagram e Facebook Messenger, todo o conteúdo relativo às contas de titularidade do investigado, em especial mensagens privadas, participação em grupos fechados, comentários e postagens, lista de amigos e toda atividade nelas realizada.

d.4) **telemático**, de 2020 até o presente, oficiando-se a empresa Apple Computer Brasil Ltda, por meio da Privacy & Law Enforcement Compliance (e-mail lawenforcement@apple.com) para que forneça todo o conteúdo relativo às contas e aparelhos de titularidade do investigado, especialmente dados de localização, GPS, Bluetooth,

endereço IP, localização de pontos de acesso Wi-Fi e torres de celular e outras tecnologias para determinar a localização aproximada de seu dispositivo, bem como o conteúdo armazenado no iCloud.

TODOS do Sr. CARLOS ALBERTO DE SA, sócio-administrador da VTCLOG e da VOETUR, portador da Carteira de Identidade nº 540455-SSP/DF, e CPF nº 115.955.581-87, para esta Comissão, a partir do mês de janeiro do ano de 2020 até o presente.

No ensejo, e pelas mesmas razões a seguir expostas e durante o mesmo período de tempo, que sejam transferidos a esta Comissão as informações bancárias e fiscais relativas à empresa VTC OPERADORA LOGISTICA LTDA, nome fantasia VTCLOG, inscrita no CNPJ sob o número 24.893.687/0005-23, e da a empresa VOETUR TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.017.250/0001-05, sediada no SC/N Quadra 5, Bloco A-50, Sala 417, Ed. Brasília Shopping and Towers - Asa Norte –Brasília - DF, para esta Comissão, a partir do mês de janeiro do ano de 2020 até o presente. Esta ordem de transferência há de ser cumprida, sob pena de desobediência, devendo as informações requeridas serem enviadas em meio eletrônico.

JUSTIFICAÇÃO

Em 2018, durante o governo de Michel Temer, o então Ministro da Saúde Ricardo Barros decidiu terceirizar a distribuição de vacinas para uma empresa privada, a VTCLoG, de São Paulo. Para isso, Ricardo Barros decidiu fechar a Cenadi (Central Nacional de Armazenagem e Distribuição de Imunobiológicos), que era diretamente subordinada ao governo e era responsável por essa logística há mais de duas décadas no Rio de Janeiro.

A antiga Cenadi tinha dependências próprias sem custo, dentro do departamento de suprimento do Exército, na zona norte do Rio, em local próximo à Fiocruz, uma das maiores fornecedoras de insumos do Brasil.

A contratação da VTCLoG, responsável inclusive pela distribuição das vacinas contra a Covid-19, sofreu diversas críticas de funcionários do Ministério da Saúde. Segundo uma servidora relatou, em janeiro de 2021, ao jornal Folha de São Paulo, “Depois que trocou, o que sentimos na ponta é que eles são novos e inexperientes, como se estivessem perdidos. E não é uma coisa pontual daqui, é



todo mundo reclamando”¹. As críticas ao serviço eram constantes em grupos de whatsapp com representantes dos estados e do PNI (Programa Nacional de Imunizações).

Entre os exemplos apontados pela servidora, a empresa sinalizava que a remessa seria entregue de avião, mas chegava de caminhão, ou em dois caminhões enviados em horários diferentes (o que atrapalhava a checagem), assim como erros no quantitativo de itens e discrepâncias entre o “checklist” e o que estava dentro das caixas.

Considerando que esta comissão parlamentar de inquérito está apurando graves denúncias envolvendo o Departamento de Logística do Ministério da Saúde e o então Diretor Roberto Dias, é importante aprofundar as informações que o conectam aos sócios da VTCLLog. Assim como investigar se houve alguma irregularidade nos contratos entre a VTCLLog e o Ministério da Saúde, inclusive para a distribuição das vacinas contra a Covid-19. Dessa forma, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão,

Senador RANDOLFE RODRIGUES

REDE/AP



CPI DA PANDEMIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2021

(Do Sr. Senador Alessandro Vieira)

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, do disposto na Lei nº 1.579/52, bem como dos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, requieiro a **TRANSFERÊNCIA DOS SIGILOS:**

a) telefônico, de abril de 2020 até o presente, incluindo-se o registro e a duração das ligações telefônicas originais e recebidas (remetente e destinatário), oficiando-se as operadoras de telefonia Oi, Claro, Vivo, Tim, Nextel, Algar, Surf Telecom e demais em operação no país;

b) fiscal, de 2018 até o presente, através do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados:

- Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica);
- Cadastro de Pessoa Física;
- Cadastro de Pessoa Jurídica;
- Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada);
- Compras e vendas de DIPJ de Terceiros;



- Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física);
- Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica);
- DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica);
- DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas);
- DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito);
- DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde);
- DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira);
- DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF);
- DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias);
- DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias);
- DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte);
- DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural);
- DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais);
- DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais);
- CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados);
- DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais);
- DAI (Declaração Anual de Isento);
- DASN (Declaração Anual do Simples Nacional);
- DBF (Declaração de Benefícios Fiscais);
- PAES (Parcelamento Especial);
- PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação);
- SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados);
- SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal);
- SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito);
- COLETA (Sistema Integrado de *Coleta Sinco*).



Requer-se também, com relação ao mesmo período, a disponibilização das notas fiscais emitidas, de análise sobre a movimentação financeira, bem como de análise comparativa sobre referida movimentação financeira de 2018 a 2021.

c) **bancário**, de 2018 até o presente, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras;

d.1) **telemático**, de abril de 2020 até o presente, oficiando-se empresa **Google Brasil Internet Ltda.** (Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, 18º andar, CEP 04538-133, São Paulo/SP), para que forneça:

- Dados cadastrais;
- Registros de conexão (IPs)
- Informações de Android (IMEI)
- Cópia integral de todo conteúdo armazenado no Google Drive, incluindo o backup do WhatsApp;
- Cópia integral de todo conteúdo armazenado no Google Fotos, com os respectivos metadados (EXIF);
- Lista de contatos vinculados as contas mencionadas, com números de telefones e nomes;
- Cópia integral de todas as mensagens (Gmail) enviadas/recebidas/armazenadas (rascunhos e lixeira), com seus anexos, em formato originalmente salvo pelo usuário, preservando a estrutura de diretórios criada pelo mesmo;
- Cópia integral de todas as mensagens enviadas, recebidas e armazenadas, conteúdos multimídias (fotos, vídeos, áudios) e qualquer outro anexo compartilhado através do sistema de troca de mensagens instantâneas *Hangout*;
- Localizações pretéritas e atuais do uso da(s) conta(s) (Location History), incluindo localizações geográficas específicas, por meio de GPS, *Bluetooth* ou sinal Wi-Fi;
- Relação dos locais salvos no GOOGLE MAPS e demais dados armazenados no aplicativo;

- Os históricos de pesquisas realizadas pelo usuário do dispositivo, incluindo pesquisas no Google Maps;
- Informações de pagamento, incluindo dados dos cartões de crédito (operadoras);
- Listagem das redes WI-FI acessadas pelas contas indicadas;
- Informações dos aplicativos baixados e instalados no Google Play;

d.2) telemático, de abril de 2020 até o presente, oficiando-se empresa **WhatsApp Inc.**, para que forneça as seguintes informações sobre:

- "User Info, IP Addresses, Sym Address Book, Account Notes, Full Group Memberships e Profile Picture" (dados cadastrais da conta, informações do aparelho, versão da APP, data e horário do registro, *status* de conexão, última conexão com data, hora e porta lógica, endereço de e-mail, informações de cliente *Web*; registros de acessos IPs desde 2019 e IP da última conexão; histórico de mudança de números; perfil do usuário com foto; *about* - antigo "*status*";
- Nomes dos grupos, seus administradores, integrantes dos grupos com seus respectivos números de telefones e fotos - lista de grupos; e agenda de contatos simétricos e assimétricos).

d.3) telemático, de abril de 2020 até o presente, oficiando-se empresa **Facebook** para que forneça, a respeito das plataformas **Facebook, Instagram e Facebook Messenger**, todo o conteúdo relativo às contas de sua titularidade, em especial mensagens privadas, participação em grupos fechados, comentários e postagens, lista de amigos e toda atividade nelas realizada.

d.4) telemático, de abril de 2020 até o presente, oficiando-se a empresa **Apple Computer Brasil Ltda**, por meio da Privacy & Law Enforcement Compliance (e-mail lawenforcement@apple.com) para que forneça todo o conteúdo relativo às contas e aparelhos de titularidade do investigado, especialmente dados de localização, GPS, Bluetooth, endereço IP, localização de pontos de acesso Wi-Fi e torres de celular e outras tecnologias para determinar a localização aproximada de seu dispositivo, bem como o conteúdo armazenado no iCloud.

d.5) telemático, de abril de 2020 até o presente, oficiando-se a organização social para que forneça:

- Dados cadastrais;
- Registros de conexão (IPs)
- Cópia integral de todo conteúdo armazenado no e-mail funcional utilizado
- Cópia integral de todas as mensagens enviadas/recebidas/armazenadas (rascunhos e lixeira), com seus anexos, em formato originalmente salvo pelo usuário, preservando a estrutura de diretórios criada pelo mesmo;
- Listagem das redes WI-FI acessadas pela conta indicada;

TODOS da VTC Operadora Logística, sociedade empresária limitada inscrita no CNPJ sob o n. 24.893.687/0005-23, situada no Setor Strc Sul Trecho 2 Conjunto e, Lote 1, S/N Brasília, DF, CEP: 71225-525.

A presente ordem de transferência há de ser cumprida, sob pena de desobediência, devendo as informações requeridas serem enviadas em meio eletrônico.

JUSTIFICAÇÃO

A empresa VTC Operações Logísticas foi mencionada em reportagem veiculada na imprensa por ter firmado contrato com o Ministério da Saúde com indícios de irregularidades. Na oportunidade, o então Diretor de Logística, Roberto Dias, intermediou a contratação da empresa por um preço 1.800% maior do que o recomendado pela área técnica.

No âmbito do Ministério da Saúde, a Consultoria Jurídica também emitiu parecer apontando os riscos da manutenção do contrato que poderia resultar em sobrepreço de mais de 17 milhões. Em que pese os subsídios técnicos e jurídicos, Roberto Dias permitiu a realização do pagamento e do aditamento contratual.

Diante dos indícios de irregularidades e das inúmeras suspeitas de negociações ilícitas dentro da pasta ministerial, bem como do possível envolvimento do sr. Roberto Dias em inúmeros fatos relacionados à sua função, faz-se imprescindível a aprovação do presente requerimento de transferência.

Cabe ressaltar, ainda, que os serviços prestados pela presente empresa eram realizados pelo Ministério da Saúde, tendo em vista sua relevância para a política nacional de imunização. Entretanto, durante a gestão do Ministro Ricardo Barros na saúde, hoje deputado federal líder do governo, a central responsável pela logística foi fechada e a empresa VTCLog, do grupo Voetur, assumiu essa função.

Desde então, não são raros os episódios de atrasos na entrega de produtos, prestação de serviço ineficiente e contratos vultuosos com a administração pública.

O grupo Voetur, o qual a empresa VTCLog faz parte, tem histórico de contratos com a administração pública e já protagonizou investigações por superfaturamento e suspeitas de corrupção. Em 2004, o Ministério Público determinou investigação contábil e fiscal na Voetur Turismo, Voetur Cargas e Encomendas, Vip Service Club Turismo e Vip Service Locadora, e também contra os sócios da empresa. O objeto da investigação eram contratos de prestação de serviços para o fornecimento de passagens aéreas, transporte e armazenamento de cargas no Ministério da Saúde.

No mesmo período do início dos anos 2000, sindicância do Ministério das Relações Exteriores detectou fraudes envolvendo a empresa Voetur e outros atores, que indicava prejuízos para os cofres públicos de mais de 100 milhões de reais.

Em 2017, a Voetur também foi alvo de investigações no TCU, por irregularidades nos contratos com a FUNASA, especialmente nos termos aditivos.

Desse modo, está amplamente demonstrado que a empresa em questão possui relações estreitas com a administração pública, estando presente em diversos contratos com diferentes ministérios e constante suspeitas de irregularidades. Portanto, considerando a possibilidade de cometimento de atos ilícitos pelo sr. Roberto Dias e sua atípica interferência na celebração de contrato com a presente empresa, não há outra alternativa para conclusão das investigações por esta CPI.

A gestão da saúde pública é atividade de alta relevância e deve ser conduzida com transparência e responsabilidade. Esta CPI não pode se furtar de buscar a

verdade dos fatos para responsabilizar todos aqueles que contribuíram para a péssima gestão da saúde nesse momento de crise.

Razões pelas quais roga-se aos nobres pares apoio para aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões,

Senador ALESSANDRO VIEIRA

CIDADANIA/SE



SF/21992.21804-82